

ISSN 0104-236X Impressa
ISSN 1983-201X Virtual

anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 21 n. 39, julho de 2014

Organizador:
Fernando F. Nicolazzi

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 21	n. 39	p. 1-430	jul. 2014
---------	--------------	-------	-------	----------	-----------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Diretora do IFCH: Soraya Maria Vargas Cortes

Programa de Pós-Graduação em História:

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Luiz Alberto Grijó (coordenador)

Eduardo Santos Neumann (coord. substituto)

Carla Brandalise

Carla Simone Rodeghero

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Fernando Nicolazzi

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Igor Salomão Teixeira (editor)

Fábio Kühn

José Rivair Macedo

Regina Célia Lima Xavier

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University of New York, EUA*

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil*

Fernando Catroga - *Universidade de Coimbra, Portugal*

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires, Argentina*

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle, Inglaterra*

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la Rep. Uruguay*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHESS, França*

EQUIPE TÉCNICA

Secretário da Revista:

Paulo Eduardo Fasolo Klein

Revisão:

Ana Santos, Felipe Raskin Cardon, Marcel Müller

Editoração eletrônica:

Marta Elisa Zimmermann

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFRGS)

Criação da capa:

Marta Elisa Zimmermann

Imagem da capa:

Frontispício de Walter Raleigh. The history of the world

CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre-RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufrgs.br; ppghist@ufrgs.br

Sítio: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/>

APOIO:

PROPESQ – UFRGS

©2010 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFRGS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Tiragem deste volume: 300 exemplares

Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 21, n. 39, Porto Alegre: PPGH, jul. 2014.

ISSN 0104-236X Impressa

ISSN 1983-201X Virtual

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC – e no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX.

Publicação semestral

Pede-se permuta

On demandé échange

We demand exchange

Se pide permuta

SUMÁRIO

11

EDITORIAL

13

APRESENTAÇÃO

Fernando Felizardo Nicolazzi

**DOSSIÊ: HISTÓRIA E CULTURA HISTÓRICA
NO ALVORECER DA ÉPOCA MODERNA
(SÉCULOS XIV-XVII)**

19

História antiga e o antiquário
Arnaldo Momigliano

77

História e historiadores na França,
das guerras da Itália à morte de Louis XIV
Chantal Grell

111

A Clio Tucidideana entre Maquiavel e Hobbes
(as figuras heróicas do historiador)
Francisco Murari Pires

143

Enea Silvio Piccolomini cosmógrafo
Cássio da Silva Fernandes

Efetividade histórica e ciência moral
nas Décadas de João de Barros:
a relação entre antigos e modernos
Rubens Leonardo Panegassi

165

ARTIGOS

Das letras às virtudes: os jesuítas e a conformação
do bom governo no México (séculos XVI-XVII)
Anderson Roberti dos Reis

201

Apontamentos sobre História e Literatura
nos Estados Unidos do oitocentos: o caso
de *The Spy* (1821) de James Fenimore Cooper
Renata Dal Sasso Freitas

237

Vida Policial: compreensão civilizadíssima
da repressão ao crime e (ou) influência
na psicologia dos jovens
Elena Camargo Shizuno

257

Uma *Justiça sem Lei* e Corporativa: o Brasil
de Vargas e a Criação da Justiça do Trabalho
Luciano Aronne Abreu

285

O Jornal Vida Operária e a instrução educacional
como instrumento de inserção política
Luciano Everton Costa Teles

311

Os petistas e a crise do socialismo real:
os desafios da renovação e as heranças
das esquerdas tradicionais
Izabel Cristina Gomes da Costa

337

A Reestruturação do Setor Público Estatal Brasileiro
rumo às Privatizações dos anos 1990
Monica Piccolo Almeida

363

RESENHAS

401

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos. 20*. Belém: IAP, 2012. 148p.

Flávio Leonel A. da Silveira

407

REIS, José C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 160p. (Coleção FGV de bolso. Série História). ISBN: 8522508275.

Eduardo de Melo Salgueiro

417

MATA, Sérgio da. *A fascinação weberiana: As origens da obra de Max Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. ISBN: 9788580541243

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha

427

Normas para publicação

429

Política Editorial

CONTENTS

11

EDITORIAL

13

INTRODUCTION

Fernando Felizardo Nicolazzi

**DOSSIER: HISTORY AND HISTORICAL CULTURE
AT THE BIRTH OF MODERN AGE
(14TH – 17TH CENTURIES)**

19

Ancient History and the Antiquarian
Arnaldo Momigliano

77

History and Historians in France,
from the Great Italian Wars to the Death of Louis XIV
Chantal Grell

111

The Thucydidean Clio between Machiavelli
and Hobbes (the historian's heroic figurations)
Francisco Murari Pires

143

Enea Silvio Piccolomini cosmographer
Cássio da Silva Fernandes

History and Moral Science in <i>Décadas</i> by João de Barros: the relationship between Ancients and Moderns Rubens Leonardo Panegassi	165
---	-----

ARTICLES

From the letters to the virtues: the Jesuits and the conformation of good government in Mexico (16th and 17th centuries) Anderson Roberti dos Reis	201
---	-----

Notes on History and Literature in nineteenth-century United States: the case of James Fenimore Cooper's <i>The spy</i> (1821) Renata Dal Sasso Freitas	237
--	-----

<i>Vida Policial</i> : understanding highly civilised crime repression and (or) influence in young's people psychology. Elena Camargo Shizuno	257
--	-----

<i>A Justice without Law</i> and Corporative: the Brazil of Vargas and the creation of Labour Justice Luciano Aronne Abreu	285
--	-----

The newspaper life worker and education as a tool of integration policy Luciano Everton Costa Teles	311
---	-----

The PT and the crisis of real socialism: the challenges of renovation and the legacies of traditional lefts Izabel Cristina Gomes da Costa	337
---	-----

The restructuring of the Brazilian State Public Sector toward the 1990's Privatization Monica Piccolo Almeida	363
---	-----

REVIEWS

401

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20*. Belém: IAP, 2012. 148p.

Flávio Leonel A. da Silveira

407

REIS, José C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 160p. (Coleção FGV de bolso. Série História). ISBN: 8522508275.

Eduardo de Melo Salgueiro

417

MATA, Sérgio da. *A fascinação weberiana*. As origens da obra de Max Weber. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. ISBN: 9788580541243

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha

427

Norms for Publication

429

Editorial Policy

Editorial

Com satisfação publicamos o número 39 da Revista *Anos 90*. Nesta edição apresentamos o dossiê temático *História e cultura histórica no alvorecer da época moderna (séculos XIV-XVII)*, organizado pelo Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, do PPG em História da UFRGS. Neste dossiê temos cinco textos: um artigo clássico de Arnaldo Momigliano, publicado originalmente em 1950 sobre *história antiga e o antiquário*; um texto de Chantal Grell, sobre *história e historiadores da França*; um texto de Francisco Murari Pires, sobre *as figuras heroicas do historiador, de Maquiavel a Hobbes*. Além disso, nesse dossiê temos os textos de Cássio da Silva Fernandes e de Rubens Leonardo Panegassi. Fernandes aborda a obra do poeta, cosmógrafo e político Enea Silvio Piccolomini (1405-1464). Panegassi trata da obra *Décadas das Ásia*, do humanista português João de Barros, que foi publicada entre 1552 e 1563.

Além dos textos do dossiê temático, publicamos também sete artigos e três resenhas. Destacamos a diversidade institucional dos atores que tiveram seus trabalhos aprovados para este número e, principalmente, a diversidade temática, a qualidade e originalidade das abordagens.

Para a manutenção da qualidade e periodicidade regular da revista *Anos 90*, é necessário um trabalho coletivo, que envolve a comissão editorial, o secretário da revista e os pareceristas. Em um número com quinze trabalhos, foram necessários, no mínimo, trinta avaliadores. Sendo assim, a comissão editorial agradece aos colegas do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, e aos demais colegas historiadores de outros Departamentos e PPPGs, sempre solícitos em atender às demandas por pareceres e avaliação dos trabalhos submetidos à revista.

Fazemos votos de boas leituras. Que os artigos publicados no número 39 possam contribuir para debates em curso e/ou para o despertar de novas questões.

Dr. Igor Salomão Teixeira
Editor Chefe

Apresentação

Fernando Felizardo Nicolazzi*

História e cultura histórica no alvorecer da época moderna (séculos XIV-XVII)

A história da historiografia já dispõe, no Brasil, de uma considerável e consistente produção bibliográfica, a qual segue concomitante ao desenvolvimento e à consolidação de uma agenda de investigação organizada em linhas e grupos de pesquisa, em periódicos de reconhecimento internacional e em eventos acadêmicos de notável importância entre os historiadores. Como não poderia deixar de ser, preponderam entre os estudos aqui realizados aqueles voltados para a escrita da história produzida sobre temas brasileiros e por pesquisadores nacionais. Do ponto de vista temporal, é considerável a ênfase nos trabalhos sobre o século XIX, compreendendo ainda, e de forma cada vez mais intensa, pesquisas cujo foco são as primeiras décadas do período republicano, já na passagem para o século seguinte. Embora ainda em número bastante reduzido, encontram-se importantes investigações preocupadas em compreender o momento anterior a este recorte, sobretudo aquele do desenvolvimento de uma historiografia luso-brasileira no século XVIII.

Menos evidente, contudo, parece ser a produção ocupada com contextos anteriores a tais recortes, os quais, obviamente, fogem necessariamente da chave explicativa amparada na nação ou

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista do CNPq. A organização deste dossiê insere-se dentro das atividades do projeto de pesquisa *Erudição, ceticismo, historiografia: a cultura histórica francesa no século XVI (Bodin, Montaigne, La Popelinière)*, que conta com financiamento do CNPq.

na cultura brasileira. A discussão das razões para isso não cabe nesta breve apresentação, sendo importante ressaltar apenas dois pontos. Em primeiro lugar, levando em consideração o atual contexto da pesquisa histórica no Brasil, ainda que compreensível, tal situação, não mais se justifica por questões puramente práticas, dada a relativa facilidade de acesso ao *corpus* documental e ao material bibliográfico de qualidade, bem como as possibilidades de circulação de pesquisadores brasileiros fora dos trópicos e de investigadores estrangeiros aqui por estas paragens. Em segundo lugar, o diagnóstico mencionado não desconhece um fato marcante: ainda que quantitativamente poucos, uma parte considerável dos estudos produzidos no Brasil voltados para estes outros ambientes historiográficos é de reconhecida qualidade, os quais se ocupam, por exemplo, com as formas de escrita da história na antiguidade, como o jogo sempre proveitoso entre antigos e modernos, com as relações do saber histórico com outros campos de saber, com o papel da história na definição do pensamento político moderno, entre outras distintas abordagens. Não seria o caso aqui de indicá-las nominalmente.

A proposta do dossiê que ora se apresenta tem por intenção portar-se diante desta situação, oferecendo alguns estudos que podem ser situados no que aqui se define como “alvorecer da época moderna”, na falta de uma terminologia mais adequada, considerando o período compreendido, *grosso modo*, entre os séculos XIV e XVII, ou seja, entre a florescência do chamado humanismo renascentista e os primeiros clarões das Luzes setecentistas. Não se trata de assumir um suposto tom heroico, justificando a empreitada no sentido de se “suprir uma lacuna”. Lacunas há e sempre hão de existir, sobretudo no que diz respeito à tradução para a língua portuguesa de fontes e obras de referência. Trata-se, sim, todavia, de contribuir para o desenvolvimento de um campo de investigação em franco crescimento no contexto historiográfico brasileiro, cujos estudos têm se empenhado em revelar – através do diálogo com a ampla bibliografia estrangeira sobre o tema – a pluralidade de abordagens possíveis.

Partindo da consideração, que pode funcionar como hipótese de trabalho, de que o saber histórico assumia neste momento uma feição bastante singular, a qual, embora marcada pela constante

referência à antiguidade, *não era mais* uma história antiga e que, ainda que tenha definido certas condições para a emergência dos procedimentos modernos de escrita da história, *não era ainda* uma história propriamente moderna, o objetivo é indagar a respeito da singularidade desta cultura histórica ou, sugerindo uma terminologia que me parece proveitosa, deste *regime historiográfico*, em suas múltiplas feições, ressaltando, como ver-se-á, os princípios da erudição histórica, a relação com outras práticas de saber, as formas de compreensão dos sentidos variados assumidos pela história e pelo papel do historiador, as modalidades de figuração deste personagem e sua dimensão política, entre outros temas.

O dossiê é aberto com a tradução do texto clássico de Arnaldo Momigliano sobre a prática antiquária na época moderna, ressaltando seus fundamentos antigos e o papel central por ela desempenhada na conformação do método histórico na modernidade. É reconhecida a importância deste estudo, que já tem mais de meio século de idade, na definição de um leque bastante amplo de perspectivas historiográficas, assim como já são conhecidas as perspectivas críticas elaboradas nos últimos anos em relação às inferências ali feitas pelo historiador italiano. Não obstante, dada a relevância desse texto e a carência de traduções para a língua portuguesa deste que, sem dúvida, foi um dos principais estudiosos da história da historiografia no século XX, voltar ainda hoje a este debate me parece bastante salutar.

Em seguida, outra tradução de um texto inédito no Brasil, escrito pela historiadora francesa Chantal Grell, no qual a autora traça um panorama compreensivo sobre a cultura histórica francesa entre os séculos XV e XVII, discutindo as diferentes formas de se escrever história no período, bem como os diferentes papéis assumidos tanto pelo saber histórico quanto por aquele que o praticava. Na sequência, o leitor encontrará o artigo de Francisco Murari Pires, em que são analisadas as “figurações heroicas do historiador” nos princípios da época moderna, as quais se dão, em autores variados como Jean Bodin e Thomas Hobbes, segundo uma matriz antiga notória, a saber, Tucídides, constituindo um precedente importante para os usos do autor antigo no século XIX.

Complementando o dossiê, Cássio da Silva Fernandes oferece um estudo sobre o humanista italiano Enea Silvio Piccolomini, situando-o na fronteira entre os gêneros da cosmografia, da história e do relato de viagem. Por fim, Rubens Leonardo Panegassi discute o tema da expansão marítima lusitana a partir das questões envolvidas no embate entre antigos e modernos na obra de João de Barros, notório expoente do humanismo português.

A expectativa é que esse dossiê possa ser útil para pesquisadores voltados aos temas aqui propostos, aos estudantes interessados por esses temas, bem como aos curiosos em relação às diferentes formas pelas quais o conhecimento histórico foi apreendido e a história escrita ao longo de nossa modernidade. Ao leitor resta desejar, enfim, uma ótima leitura.

Porto Alegre, maio de 2014.

DOSSIÊ

História e cultura histórica
no alvorecer da época moderna
(séculos XIV-XVII)

História antiga e o antiquário*

Arnaldo Momigliano**

Resumo: Publicado originalmente em 1950, o presente artigo, de autoria de Arnaldo Momigliano, tornou-se um marco no estudo da história da historiografia. Nele, o historiador italiano argumenta a favor do antiquário moderno, o qual, através do estudo das evidências materiais legadas pelo passado, teria desenvolvido os princípios do método histórico depois esposado pelo historiador. A atuação dos antiquários, defende Momigliano, teria resultado na elaboração de um conjunto de regras e procedimentos que contribuiriam para sustentar a relevância e, até mesmo, a própria possibilidade do conhecimento histórico em meio às disputas céticas de finais do século XVII e início do século XVIII. Apesar de sujeito à revisão em muitos de seus pontos, o texto de Momigliano – publicado pela primeira vez no Brasil – é uma peça incontornável para o entendimento da formação da própria história da historiografia, assim como ajudou a lançar luz sobre figuras por vezes esquecidas pelo historiador, como o próprio antiquário que é protagonista destas páginas.

Palavras-chave: História da Historiografia. Antiquariato. Método histórico.

* Publicado originalmente como “Ancient history and the antiquarian”, no *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 13, n.º. 3/4, 1950, p. 285-315. Agradecemos ao Warburg Institute, especialmente a Jenny Boyle, que detém os direitos do artigo, bem como ao professor Riccardo Di Donato/Universidade de Pisa, executor literário das obras de Arnaldo Momigliano, pela gentileza em permitir a tradução e a publicação do texto em português. Tradução do texto em inglês de Pedro Telles da Silveira. As passagens em alemão, italiano, francês e latim foram traduzidas respectivamente por Sérgio da Mata, Gabriela Jaquet, Fernando Nicolazzi e Alexandre Agnolon. Revisão geral de Fernando Nicolazzi (Nota do editor).

** Arnaldo Momigliano (1908-1987), historiador italiano cujos interesses primordiais voltavam-se para a história e para a historiografia da antiguidade clássica. Atuou em diversas universidades, entre as quais a Universidade de Turin, Universidade de Oxford, Universidade de Chicago, além da Escola Normal Superior de Pisa.

Introdução¹

No século XIII, um novo humanismo competia com o humanismo tradicional. Ele se organizava em sociedades eruditas [*learned societies*] ao invés de estar centrado nas universidades; era promovido mais por nobres que por mestres-escolas. Eles preferiam viajar a corrigir citações e, no geral, consideravam os textos literários menos importantes que as moedas, os vasos e as inscrições. Addison discutiu a relevância das moedas para os estudos literários (ADDISON, III, 1830, p. 39-199), e Gibbon, que estava de licença da Universidade de Oxford, renovou sua educação ao gastar vinte libras na compra dos vinte volumes das *Memórias* da Academia de Inscrições. A Itália ainda era o ponto de referência tanto para os eruditos quanto para os curiosos, mas se tratava de uma Itália mais complexa, uma na qual as antiguidades etruscas dificilmente eram menos valorizadas que as ruínas romanas e na qual as extraordinárias descobertas de Herculano, em 1736, e Pompeia, em 1738, começavam a ser anunciadas. Além disso, a importância das antiguidades gregas aumentava tanto para os poucos sortudos – principalmente ingleses e franceses – que podiam visitá-las, mas também para o público, um pouco maior, mas ainda restrito, que estava disposto a pagar pelos belos livros nos quais elas eram ilustradas: primeiramente o *Antiquities of Athens* de Stuart e Revett (1762).

Mais importante, porém, é que as pessoas começaram lentamente a se tornar conscientes de que elas podiam encontrar beleza e emoção de um tipo novo se simplesmente olhassem para sua igreja paroquial ou para o castelo vizinho – assim como poderiam encontrar poesia se eles ouvissem as canções e as histórias dos camponeses. O renascimento grego, celta e gótico, propagando-se da Inglaterra para a Europa, selou o triunfo de uma classe que gozava de tempo livre, era indiferente à controvérsia religiosa, desinteressada de ninharias gramaticais e ansiosa por fortes emoções através da arte, de modo a contrabalançar a paz e a segurança que ela mesma vivia.²

Esta, se não estou enganado, é a imagem tradicional da Era dos Antiquários: uma imagem que, apesar de incompleta, não tenho por quê desafiar. Mas a Era dos Antiquários significou não apenas uma revolução no gosto; ela representou uma revolução no método histórico. Aqui, talvez, um estudante de historiografia possa intervir. A Era dos Antiquários estabeleceu padrões e colocou problemas de método que dificilmente podem ser considerados obsoletos atualmente.

O conjunto do moderno método de pesquisa histórica está fundado na distinção entre autoridades originais e derivadas. Por autoridades originais, compreendemos relatos de testemunhas oculares ou documentos e outros registros materiais que são contemporâneos dos eventos que eles atestam. Por autoridades derivadas, designamos historiadores ou cronistas que relatam e discutem eventos que eles não testemunharam, mas dos quais eles ouviram falar ou inferiram direta ou indiretamente das autoridades originais. Nós valorizamos autoridades originais – ou fontes – por serem confiáveis, enquanto elogiamos historiadores não contemporâneos – ou autoridades derivadas – por demonstrarem um juízo sólido na interpretação e no exame de fontes originais. Esta distinção entre autoridades originais e historiadores não contemporâneos tornou-se o patrimônio comum do método histórico apenas em finais do século XVII. É claro que a distinção já existia antes, porém ela não havia sido formulada com exatidão, tampouco era geralmente considerada um pressuposto necessário do estudo histórico. Na formação do novo método histórico, e, conseqüentemente, na criação da moderna escrita histórica sobre o mundo antigo, o assim chamado antiquário teve um papel conspícuo e trouxe à tona problemas essenciais. Eles demonstraram como utilizar evidências não literárias, mas também fizeram refletir sobre a diferença entre coletar e interpretar fatos. É o propósito deste artigo explicar, primeiro, as origens da pesquisa antiquária; segundo, porque os antiquários representaram esse papel na reforma do método histórico no século XVIII; e, finalmente, porque, ao longo do século XIX, tornou-se cada vez mais evidente que não havia mais razões para distinguir os estudos históricos dos estudos antiquários.

As origens da pesquisa antiquária

Antes de tudo nós precisamos nos perguntar quem eram os antiquários. Eu gostaria de poder apenas fazer a referência a uma “História dos Estudos Antiquários”, mas não existe nenhuma.³ Tudo que eu posso fazer é enumerar alguns poucos fatos básicos a seu respeito.

Eu presumo que para muitos de nós a palavra *antiquário* sugere a noção de alguém que estuda o passado mas não é bem um historiador, porque: (1) historiadores escrevem em ordem cronológica, os antiquários escrevem de maneira sistemática; (2) historiadores produzem aqueles fatos que servem para ilustrar ou explicar uma determinada situação, enquanto os antiquários coletam todos os itens que estão relacionados a um certo tema, ajudem estes ou não a resolver seus problemas. Os temas contribuem para a distinção entre historiadores e antiquários apenas no sentido de que certos assuntos (como instituições políticas, religião, vida privada) tradicionalmente foram considerados mais apropriados à descrição sistemática que ao relato em ordem cronológica. Quando alguém escreve em ordem cronológica, mas sem explicar os fatos, nós o chamamos de cronista; quando alguém coleta todos os fatos que lhe estão disponíveis, mas não os ordena sistematicamente, nós simplesmente o condenamos como confuso.

Se esta é uma expressão correta dos principais modos como os antiquários são encarados, a opinião de que os predecessores dos antiquários modernos se localizam na Grécia da segunda metade do século V a.C. talvez tenha algum sentido.

Em uma famosa passagem do *Hípias maior* (285 d), de Platão, aprendemos que as genealogias de homens e heróis, as lendas a respeito da fundação de cidades e a lista dos magistrados que governaram uma cidade eram parte de uma ciência chamada *arqueologia*. Quem fala é o sofista Hípias, de quem sabemos que compôs uma lista dos vencedores dos jogos olímpicos. A palavra *arqueologia*, como Norden observou, já há bastante tempo, é um vocábulo que um sofista facilmente poderia ter inventado (NORDEN, 1913, p. 367).⁴ Restam poucas dúvidas de que Platão está transmitindo a nós uma noção que era genuinamente familiar aos sofistas da

segunda metade do século V a.C.: a de uma ciência chamada arqueologia que lidava com assuntos que hoje em dia nós considerariamos de interesse antiquário. Mas a forma de tratamento desses assuntos, em certos casos, bem pode ter sido a de uma crônica, e não a de um manual sistemático. Não podemos defender que as obras “arqueológicas” produzidas por Hípias e seus colegas são invariavelmente os precursores diretos dos nossos *Manuais do Mundo Antigo* (*Lehbücher der Altertümer*). Na medida, porém, em que algumas de suas pesquisas eram apresentadas sob a forma de tratados sistemáticos, eles devem ser vistos em conjunto com os modernos estudos antiquários.

Este provavelmente era o caso dos trabalhos περί ἔθνων, ἔθνων ονομασίαι, κτίσεις ἔθνων καὶ πόλεων, νόμινα βαρβαρικά, de Helânico, ἔθνων ονομασίαι, de Hípias, περί γονέων καὶ προγόνων των εἰς Ἴλιον στρατευσαμένων, atribuído a Damastes ou Polus.⁵

Para mim, é mais relevante o fato de que, já em finais do século V a.C., a história política e a pesquisa erudita do passado tendiam a ser mantidas em dois compartimentos separados.⁶ Tucídides escreveu uma espécie de história que estava mais preocupada com os eventos do passado recente do que com as tradições do passado distante ou de nações longínquas, interessava-se mais pelo comportamento individual ou coletivo sob certas circunstâncias que nas instituições políticas ou religiosas e, por fim, sua obra servia mais ao político do que ao erudito. Hípias, Helânico, Damastes, Charon coletaram tradições do passado e se dedicavam à erudição em si mesma. Estes atributos, não importa o quão imperfeitamente tenham sido esboçados, constituem o início de uma distinção que durou até o século XIX, e mesmo hoje ainda não desapareceu completamente. História era sobretudo história política, e o que não entrava nesta definição pertencia à província da curiosidade letrada, que os antiquários facilmente podiam assumir e explorar sistematicamente. Este tipo de pesquisa antiquária ganhou força após Alexandre.

Na Grécia helenística, a palavra arqueologia não preservou o sentido amplo que ela tinha em Platão.⁷ Ela passou a significar apenas a história das origens ou a história arcaica. As *Antiguidades Judaicas*, de Flávio Josefo, é uma história dos judeus da origem do mundo até à época do autor; as *Antiguidades Romanas*, de Dionísio

de Halicarnasso, é uma história da Roma arcaica.⁸ Não havia um nome coletivo que enquadrasse todos os tratados sistemáticos sobre o passado, mas esses tratados eram obviamente produzidos em grande número, especialmente como produto secundário de histórias locais. Seus títulos aludem ao lugar ou à instituição que era o objeto de investigação: *Αργολικά, περί των εν Λακεδαιμόνι Θυσίων, περί αδόξων ονομάτων* etc.⁹ Costumes religiosos e instituições políticas eram o objeto de estudos mais frequente: filologia, geografia, cronologia contribuíam para isso. Na escola peripatética, a filosofia e o conhecimento sistemático do passado uniram suas forças.¹⁰

Os romanos seguiram de perto. Roma já produzira eruditos interessados, seja na origem das cidades italianas seja nas peculiaridades das instituições romanas ou, o que dá no mesmo, na interpretação de textos arcaicos, quando Varrão lançou-se ao exame sistemático da vida romana tal como observada a partir do ponto de vista de suas fundações. Nenhum dos estudiosos helenísticos havia se dedicado à descrição de *todos* os aspectos da vida de um povo tão sistematicamente quanto Varrão, e as *Antiquitates divinae et humanae* foram saudadas por seu contemporâneo Cícero¹¹ como uma revelação. Elas estabeleceram um novo padrão – e, talvez, também deram um novo nome à ciência: *antiquitates*. Com Varrão, o caráter sistemático desta forma de erudição atingiu a perfeição. Ainda que não tenhamos certeza de que ele tenha sido o primeiro a introduzir o nome *antiquitates*, existe alguma razão em considerá-lo o pai dos modernos estudos antiquários. Por antiguidades, ele compreendia uma descrição sistemática da vida romana tal como oferecida pela linguagem, pela literatura e pelos costumes. Ele se perguntava nos “*rerum humanarum libri*”: “*qui (homines) agant, ubi agant, quando agant, quid agant*”; e por “*homines*”¹² ele designava, como Santo Agostinho corretamente observou (AGOSTINHO, *De civ. dei*, VI, 4), os romanos.¹³ Sua pesquisa era, é claro, mais relevante diretamente para a vida política que qualquer tratado helenístico sobre as antiguidades de uma cidade grega. Uma carta de Ateius Capito a seu colega e rival antiquário Antistius Labeo nos dá uma breve visão das implicações políticas deste tipo de pesquisa para os contemporâneos de Augusto:

Mas alguma liberdade, demasiada e malévola, excitava o homem, como se deles nada, quando o divino Augusto, já príncipe e também governando a República, considerasse certo e ponderado, a não ser que alguém lesse algo a ser prescrito e sancionado nas *Antiquidades Romanas* (AUL. GELL, XIII, 12, 2).

Ainda assim, apesar de Varrão e seus seguidores, as *antiquitates* nunca se transformaram em história política.¹⁴

A Idade Média não perdeu o interesse clássico pelas inscrições e pelos vestígios arqueológicos. Inscrições eram ocasionalmente coletadas, monumentos eram reconhecidos. O que se perdeu, não obstante o constante apelo à memória de Santo Agostinho em *Civitas Dei*, foi a ideia varroniana de *antiquitates* – a ideia de uma civilização redescoberta pela coleção sistemática de todas as relíquias do passado.¹⁵ Os estágios da redescoberta da ideia varroniana de Petrarca a Flavio Biondo não podem nos deter. *Roma Triumphans*, deste último, já contém a classificação quaternária que muitos manuais antigos preservaram sob as entradas de *antiquitates publicae, privatae, sacrae e militares*.¹⁶ Não se deve esquecer, porém, que a palavra *antiquitates*, nos títulos de livros do século XV, podia significar, simplesmente, história (*Antiquitates Vicecomitum*, de G. Merula, 1486) ou ruínas e monumentos (*Antiquitates urbis*, de Pomponio Leto): o significado varroniano original de *antiquitates* como um exame da vida integral de um povo foi talvez primeiramente reintroduzido como título de uma obra por J. Rossfield, chamado Rosinus, em seu *Antiquitatum Romanarum Corpus Absolutissimum* (1583). Porém a noção do *antiquarius* enquanto amante, colecionador e estudante das tradições antigas e seus vestígios – ainda que não um historiador – é um dos conceitos mais caros ao humanismo dos séculos XV e XVI.¹⁷ O entusiasmo das primeiras explorações dos antiquários no tempo de Biondo está registrado na obra *Iubilatio*, de Felice Feliciano, amigo de Andrea Mantegna.¹⁸ A sóbria e fastidiosa erudição dos grandes antiquários do século XVI (Sigonio, Fulvio Orsini, Augustinus, Justus Lipsius) reflete-se em sua correspondência. Eles foram além de Varrão, porque combinaram evidências literárias, arqueológicas e epigráficas, preferindo os textos literários e epigráficos. Eles lentamente reuniram a cronologia, a topografia, a

lei e a religião romanas: foi deles a descoberta da “*Roma sotteranea*”. Eles gradualmente ocuparam novas províncias estendendo suas pesquisas à Grécia, às antiguidades locais da França, da Alemanha e da Inglaterra e aos reinos orientais. Eles comentaram e suplementaram historiadores, mas normalmente não reivindicavam para si mesmos esse título. Seu modelo era a *Roma Triumphans*, de Biondo, que não era uma história, mas sim uma descrição sistemática. A história romana havia sido escrita por Tito Lívio, Tácito, Floro, Suetônio, pela *Historia Augusta*. Não havia razão em escrevê-la novamente, pois nos aspectos principais ela só poderia ser escrita da maneira que Tito Lívio, Tácito, Floro e Suetônio a escreveram. A história antiga ainda era uma parte da história universal (uma tradição que era especialmente cara às universidades protestantes), mas a seção greco-romana da história universal seria constituída praticamente por um sumário das fontes antigas na ordem cronológica correta – dificilmente o trabalho daqueles que levavam a *antiquitas* a sério.¹⁹

Quando a história antiga era estudada por si mesma, independentemente da pesquisa antiquária ou da história universal, era principalmente como uma forma de prover materiais para reflexões políticas ou morais ou para auxiliar na compreensão de textos lidos sobretudo por motivos estilísticos. A verdade ou a completude dos relatos tradicionais dificilmente era questionada. Até onde sei, a noção de que se poderia escrever uma história de Roma que substituiria Lívio ou Tácito ainda não havia sido formulada no começo do século XVI. O primeiro a ocupar a cátedra Camden de história na Universidade de Oxford tinha o dever – estabelecido nos estatutos – de comentar Floro e outros historiadores antigos (1622).²⁰ Como Camden expusera, o professor “[...] tinha de ler a história civil e, a partir daí, tecer observações que possam ser as mais úteis e proveitosas para os jovens estudantes da Universidade, dirigí-los e instruí-los no conhecimento e no uso da história, da antiguidade e dos tempos passados”. O primeiro professor de história de Cambridge foi demitido porque seus comentários a respeito de Tácito foram considerados politicamente perigosos (1627) (MULLINGER, 1911, III, p. 87-89). Tanto em Oxford quanto em Cambridge, a história política era ensinada sob a forma de um comentário sobre os historiadores antigos. Os modernos não escreviam histórias romanas ou gregas, mas sim “antiguidades”.

Por outro lado, a maior parte das *artes historicae* dos séculos XVI e XVII não viam o trabalho dos antiquários como história.²¹ Os autores que os tomaram em consideração enfatizavam que os antiquários eram historiadores imperfeitos que contribuíam com a recuperação de relíquias do passado que eram demasiadamente fragmentárias para serem chamadas de história. Bacon, em seu *Advancement of Learning*, distinguia antiguidades, memórias e histórias perfeitas, definindo as primeiras como “[...] história desfigurada ou alguns vestígios de história que por algum motivo escaparam do naufrágio do tempo” (BACON, 1605, II, 2, 1). Johann Gerhard Vossius, em seu *De Philologia Liber* (1650), fez eco a essas palavras: “A história civil compreende as antiguidades, as memórias e a história justa. Antiguidades são relíquias dos tempos antigos, quadros de cujo naufrágio não há iguais”. Deve-se notar que Vossius não leva em consideração as antiguidades em sua *Ars historica*: aqui, ele está preocupado apenas com a *historia iusta*. Parece que *historia iusta* ou história perfeita, quando aplicada ao mundo clássico, dizia respeito à história escrita pelos antigos. O que os historiadores antigos haviam deixado de lado podia ser resgatado pelos antiquários modernos.

Clara como possa ser, esta distinção aplicava-se somente à história da Grécia e da Roma clássicas. A autoridade dos historiadores antigos era tamanha que ninguém ainda pensava seriamente em superá-los. A situação era diferente para o estudo de outras históricas locais ou nacionais europeias, as quais, com exceção de seus primórdios, coincidiria com o estudo da Idade Média.²² Nenhum culto da Idade Média desenvolvera-se ainda para competir com a idealização da Antiguidade. Nenhuma crônica medieval podia reivindicar tamanha autoridade a ponto de evitar a reescrita da história medieval. Embora houvesse uma história canônica de Grécia e Roma, não havia uma história canônica da Grã-Bretanha, da França, da Alemanha ou da Espanha e até mesmo a história da Itália como um todo estava em uma posição diferente da história da Roma clássica. De fato, motivos religiosos e políticos, especialmente após a Reforma, levaram à reescrita radical de várias histórias locais e nacionais fora (e, normalmente, posteriores) do mundo greco-romano com todo o auxílio que a pesquisa em bibliotecas e

arquivos poderia proporcionar. Sigonio, que fizera mero trabalho antiquário quando tratava da história clássica da Grécia e de Roma, escreveu história medieval em seus *Historiarum de Occidentali Imperio Libri XX* (1577) e *Historiarum de Regno Italiae Libri XX* (1580). Na maioria dos casos, pode-se duvidar se aqueles que estudavam o passado da Grã-Bretanha e França, entre outros lugares, e se consideravam antiquários faziam qualquer coisa de diferente do que a escrita da história a partir de evidências originais. Leland gostava de se chamar “*antiquarius*” e já foi até mesmo dito que ele fora apontado antiquário pelo rei; quanto a isto, porém, parece não existir nenhuma prova. Mas ele afirmou que se propusera a utilizar os materiais coletados para um trabalho que seria intitulado “*De Antiquitate Britanniae*” ou talvez “*Historia civilis*”. Enquanto o estudante das antiguidades gregas e latinas não se considerava apto a considerar a si mesmo um historiador, o estudante das antiguidades britânicas ou franceses e de outros lugares se distinguia apenas formalmente do estudante da história desses países e, por causa disso, estava inclinado a esquecer a distinção. No século XVI e no começo do século XVII, portanto, havia tanto antiquários quanto historiadores (muitas vezes indistintos uns dos outros) para o mundo não clássico e pós-clássico, mas apenas antiquários para o mundo clássico.

A situação transformou-se na segunda metade do século XVII.²³ A distinção entre estudantes do mundo clássico e estudantes do mundo não clássico passou a desaparecer. Livros acerca da história grega e romana que não se subordinavam ao esquema da história universal começaram a ser escritos. Eles se colocavam a tarefa de ou apresentar um relato dos eventos para os quais as evidências eram encontradas principalmente em moedas, inscrições e vestígios arqueológicos ou selecionar e ordenar o que era mais confiável nas fontes literárias antigas ou, ainda, oferecer uma nova interpretação da evidência antiga a partir de um ponto de vista moral ou político. De fato, é correto considerar que, no geral, todo trabalho histórico de finais do século XVII e inícios do XVIII procura satisfazer apenas um desses três propósitos gerais. Vaillant escreveu a histórias dos Ptolomeus e dos Seleucidas valendo-se de moedas (1701, 1681); Tillemont escreveu a história do Império

romano para mostrar o que havia de mais confiável nas fontes literárias antigas (1693-1707); Echard, por volta de 1697, e Verlot, em 1719, introduziram na história romana a noção popular de que a história era feita através de revoluções. A, até então, consagrada forma discursiva da história não era mais considerada suficiente para o terceiro propósito e até mesmo escritores menores daquela época estavam cientes da novidade inerente na produção de livros sobre história grega e romana. L. Echard escreve, no prefácio a *Roman History from the Building of the City to the Perfect Settlement of the Empire by Augustus*, cuja terceira edição data de 1697, que

Nunca houve nada desta espécie no nosso idioma antes tampouco nada relacionado aos assuntos romanos, mas apenas o que estava entremeadado com outra História ou o que continha apenas alguns poucos anos desta Parte. Eu não consider nenhum de alguma nota com exceção de Raleigh, Ross, Howel, o Autor da *History of the Two Triumvirates*, e Pedro Mexía, Autor da *História Imperial*, sendo as duas últimas traduções.

Os jesuítas Castrou e Rouillé escreveram no prefácio a sua *Histoire Romaine* (1725 ff.) estas palavras ainda mais reveladoras:

Até nosso tempo, a República das Letras se encontrava destituída de uma garantia tão necessária que se obstinava, todavia, a recusá-la. Na verdade, os eruditos de profissão estavam esgotados em pesquisas sobre os Costumes, as Maneiras, sobre a Milícia, sobre os tipos de Governo, sobre as Leis e sobre as vestimentas dos Romanos... Os nomes de Tito Lívio, de Denis de Halicarnasso, de Políbio, de Plutarco e de tantos outros os faziam respeitar tanto a ponto de não ousar incorporá-los junto.

Como eles deixavam claro, os antiquários precederam os historiadores, porque durante muito tempo ninguém teve a audácia de substituir Lívio e seus pares.

Os antiquários, ao coletarem muitas de suas evidências fora das fontes literárias, contribuíram para tornar aparente a necessidade de novas histórias. Mas a ascensão da nova historiografia sobre Grécia e Roma levaria, em último caso, a levantar a questão acerca de se as descrições estáticas do mundo antigo tinham o direito de sobreviver lado a lado com a explanação histórica. Ambos os pontos merecem uma cuidadosa análise. A nova importância atribuída à evidência não literária é compreensível apenas se confrontada com o pano de fundo da grande reforma do método histórico que tomou lugar na segunda parte do século XVII. Por outro lado, a valorização da abordagem antiquária para o mundo clássico foi questionada tanto no século XVIII quanto no XIX, porém por diferentes motivos em cada século.

A controvérsia dos séculos XVII e XVIII sobre o valor da evidência histórica

Os termos da controvérsia

No século XVII, disputas religiosas e políticas haviam invadido a história e desacreditado o historiador. Facilmente percebiam-se opiniões em tudo, e a conclusão natural foi desacreditar toda a tribo dos historiadores. Ao mesmo tempo, tentativas foram feitas para se estabelecer o conhecimento histórico em bases mais seguras através da análise minuciosa das fontes e, se possível, a partir de outras evidências que não aquelas fornecidas pelos historiadores passados. Uma atitude generalizara-se, porém este ceticismo nem sempre implicava um completo pessimismo acerca da possibilidade de um sólido conhecimento histórico.²⁴

Mentes críticas enfatizavam o quão pouco se sabia. Em seu ensaio de 1686, *Du peu de certitude qu'il y a dans l'histoire*, La Mothe Le Vayer formulou o que viria a ser conhecido como pirronismo histórico; Richard Simon e Bentley demonstraram até que ponto o amplo uso da crítica poderia ir no exame da história sacra e profana. Em 1682, Bayle começou a mostrar a que viera quando declarou,

em sua *Critique générale de l'histoire du calvinisme*, que “[...] é bastante constrangedor conseguir chegar até a evidência [...]”, e adicionou: “[...] em uma palavra, não há trapaça maior que aquela que se pode exercer sobre os monumentos históricos”. Nas próximas décadas, o cenário intelectual europeu seria sobrepujado pela enorme erudição e pela penetrante crítica do *Dictionnaire historique et critique*, um best-seller apesar de suas dimensões. Ernst Cassirer uma vez considerou Bayle o protótipo do erudito moderno que não tem outra preocupação que não o avanço do saber (CASSIRER, 1932, p. 269). Para os contemporâneos, ele era Bayle o cético, “[...] o ilustre Bayle que ensinou tão bem a duvidar [...]”, como o Barão Holbach notou com simpatia (HOLBACH, 1821, II, cap. 12, p. 351, n. 1).²⁵ Seu pirronismo histórico estava mais claramente relacionado com sua desconfiança de dogmas e crenças ingênuas. Em outro pirronista, Daniel Huet, bispo e tutor do delfim que, em 1722, causou escândalo póstumo com seu tratado sobre a fraqueza do entendimento humano, o ceticismo absoluto definitivamente triunfa sobre o ceticismo quando se trata de fontes históricas. Duas circunstâncias são relevantes aqui. Primeiro, Huet chegara ao ceticismo por meio de sua longa trajetória como pioneiro no estudo comparado da religião, do qual sua mais importante produção foi a *Demonstratio evangelica*, de 1672.²⁶ Segundo, a refutação de seu pirronismo, próxima em importância à clássica feita por J. P. de Crousaz (1733), veio de um antiquário – nomeadamente, L. A. Muratori, em *Delle forze dell'entendimento umano ossia il pirronismo confutato*. Muratori, que incidentalmente gostaria de acreditar que o trabalho póstumo de Huet era uma falsificação feita por algum adepto da perigosa seita de La Mothe Le Vayer e Bayle, percebeu que o conhecimento histórico não é mais possível se não se admitir que existem “[...] coisas sensíveis das quais se tem e se pode ter uma idéia clara e indubitável”.

O pirronismo histórico atingia tanto as lições tradicionais da história quanto as crenças religiosas tradicionais.²⁷ Era apenas natural que os membros das congregações religiosas (bolandistas, mauristas)²⁸ fizessem algumas das melhores contribuições em direção ao estabelecimento da distinção entre dúvidas razoáveis e não razoáveis em matéria de história. Mas a busca por regras históricas seguras não estava limitada a eles. O debate acerca do

pirronismo tomou conta das universidades germânicas protestantes que estavam naquela mesma época fazendo sua primeira contribuição conspícua para o método histórico. A controvérsia passou dos historiadores e filósofos para os advogados, os quais, ao terem como uma de suas preocupações tradicionais a confiabilidade das testemunhas, poderiam trazer sua experiência para lidar com este assunto. Todas estas pessoas tentavam determinar as características do que elas poderiam chamar evidência confiável. Livros sobre as regras retóricas que comandavam a escrita histórica ainda eram produzidos, é claro. Os jesuítas escreveram alguns clássicos deste gênero (P. Rapin, P. Le Moyne), mas um novo tipo de tratado para a escrita histórica desenvolveu-se, o qual escapava à *Ars historica* de matriz retórica da Renascença e estava praticamente confinado ao método de interpretar e criticar fontes históricas. Alguns manuais estavam preocupados principalmente com a crítica textual (a determinação da autenticidade e a correção de textos): a *Ars critica*, de J. Le Clerc (1697) é o mais importante desses tratados. Outros, como o *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire* (1769), de Henri Griffet, ocupavam-se sobretudo do valor histórico das autoridades originais.

Uma maneira de responder a esta questão era através da distinção entre evidências literárias e outras evidências tais como diplomas, inscrições, moedas e estátuas. Assumia-se que documentos e outras declarações públicas, moedas, inscrições e monumentos eram evidências mais qualificadas que as fontes literárias. Como um dos advogados interessados na questão disse:

Verdadeiramente, os fundamentos e sentenças da causa pelos quais a verdade é revelada são precipuamente monumentos e documentos públicos que são abordados com cuidado singular nos arquivos das autoridades. Sem dúvida, quando arquivos públicos não são revelados a todos ou arruinados pelo rigor dos tempos, é mister buscar outros testemunhos para os eventos, como monumentos públicos, colunas e estátuas erigidos em todo lugar pelos antigos (RECHENBERG, 1709, p. 8).²⁹

Desse modo, o valor de uma história dependeria em grande medida da quantidade de documentos públicos, inscrições e moedas examinadas pelo historiador. No sexto volume das *Mémoires de Littérature de l'Académie Royale des Inscriptions* (1729), quatro autores – Anselme, De Pouilly, Salier e Fréret – debateram as tradições a respeito da origem de Roma de uma forma que implicava o exame geral dos princípios da crítica histórica. O tema da discussão foi exposto da seguinte maneira pelo Abade Anselme:

Eu, então, expus que a antiguidade não estava tão desprovida, como se queria dizer, das garantias necessárias à história e que, além das memórias que foram conservadas, aquilo que havia de obscuro e de confuso foi substituído por monumentos autênticos.³⁰

Os argumentos dos acadêmicos eruditos foram depois desenvolvidos, em 1738, por L. de Beaufort, em sua obra *Sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine*.

Por outro lado, o historiador poderia depender apenas da tradição, ou seja, dos relatos de pessoas das quais se afirmava ou que se diziam elas mesmas testemunhas oculares dos eventos históricos. Logo tornou-se essencial determinar os critérios pelos quais a tradição poderia ser válida, mesmo que não fosse apoiada por evidências independentes como moedas, inscrições ou diplomas. A seleção de uma tradição válida implicaria uma série de questões sobre a boa fé da testemunhas e os meios para se certificar disso, sobre a interpretação da evidência, assim como sobre os equívocos intencionais ou não que a interpretação da evidência poderia levar. Christian Thomasius e seus seguidores especializaram-se na discussão da noção de *fides historica*, a qual foi definida do seguinte modo por M. Lupin (*De fide iuridica*, 1699):

A fidelidade histórica é a presunção da verdade acerca daquilo que se afirma ter ocorrido aos homens ou por estes ter sido empreendido; todas as coisas nascidas de conjecturas das circunstâncias frequentemente não soem nos induzir ao erro. Ora, não são elas asseveradas por nada que

fora encontrado pelos homens ou prescrito pelas regras, são, todavia, abandonadas ao livre raciocínio de qualquer um pelas opiniões (que são, muito embora, vãs).³¹³²

O estudo da Escritura Sagrada era apenas um caso extremo da análise de uma tradição que quase em sua totalidade não era apoiada por evidências independentes. A formulação de critérios internos suficientes para o estabelecimento da boa fé das fontes era a única maneira de prover uma resposta aos céticos na ausência de fontes documentais independentes ou de material epigráfico ou arqueológico em quantidades consideráveis.³³ Toda a discussão entre Charles Blount (1680) e Charlie Leslie (1698) e, depois, entre Th. Woolston (1727) e o Bispo Sherlock (1729) a respeito dos milagres de Jesus centrou-se sobre a fidedignidade dos autores dos evangelhos enquanto testemunhas. Contra Blount, que afirmara que não havia prova melhor dos milagres de Jesus que os milagres de Apolônio de Tiana, Leslie respondeu valendo-se do que ele chamava seu “Método Rápido e Fácil” de selecionar bons testemunhos – se o método era tão fácil ou rápido quanto Leslie pensava é outra questão. Mesmo quando, sob a influência de J. D. Michaelis, mais atenção era dada às antiguidades hebraicas, o debate a respeito da boa fé das fontes continuou a ser o principal método de determinar a verdade da Bíblia.

No caso da história romana, as *Animadversiones Historicae* (1685), de Perizonius, foram uma sólida tentativa de realizar uma análise metódica da evidência literária sem o recurso à evidência documental. Quando a vaga do pirronismo ascendia perigosamente, ele defendeu sua posição – a de uma crítica moderada – em sua *Oratio de fide historiarum contra Pyrrhonismum Historicum* (1702). Seu argumento principal era de que em certos casos se pode acreditar nos historiadores, porque eles falavam contra os interesses das causas que defendiam.

A complexa crítica filológica tal como Perizonius buscava realizar não se desenvolveu completamente até o começo do século XIX, quando técnicas mais sutis permitiram aos eruditos descobrirem as fontes literárias, se é que elas existiam, de qualquer fonte literária. No século XVIII, ninguém tinha uma noção

precisa ainda das fontes de Diodoro Sículo ou de Tácito, assim como a personalidade do próprio historiador era ainda de algum interesse, com exceção de alguns poucos casos. Também a noção de que se deve respeito à tradição como manifestação de crenças populares não recebera ainda grande atenção. Enquanto aspectos como esses não eram cuidadosamente considerados, era inevitável que os documentos oficiais, as moedas e inscrições fossem vistos como mais confiáveis que a evidência literária baseada apenas na tradição. Era acima de tudo uma questão de quantidade. O senso comum ofereceria resistência insuperável à noção de que milhares de documentos e outras evidências materiais podiam ser tão facilmente forjados quanto textos literários isolados.

A ênfase na evidência não-literária

Em 1671, o fundador da numismática moderna, Ezechiel Spanheim, lembrou seus leitores do *obiter dictum* de Quintiliano: “Os historiadores discordam sobre tudo” (II, 4, 19). Para isso, ele oferecia um remédio:

Em nenhum outro lugar se nos apresenta sentinela mais segura do que a que jaz nas moedas e mármore antigos. Esta regra – ou conclusão – certamente não engana. Sem dúvida, estes subsídios supérstites ostentam à frente sempre a fé dúbia dos exemplares transcritos, porém, sozinhos, se arrogam, em compensação, da dignidade primogênita dos autógrafos.

Em outra passagem, a alusão ao descrédito contemporâneos dos historiadores é ainda mais explícita:

Seja por ódio ou amor (ou mesmo por simples descuido), os próprios autores de Histórias ou Anais dão a lume indevidamente muitas coisas que não podem por este tempo ser retificadas ou refutadas completamente, a não ser por certos registros públicos.

Em 1679, Jacques Spon, com o ardor de um apóstolo de um novo método, proclamou a superioridade da evidência arqueológica em sua *Réponse à la critique publiée par M. Guillet*, na qual lançou o seguinte desafio a seu oponente:

Ele nos fará ver em suas primeiras dissertações como, por uma inaudito milagre, os Autores antigos, homens que eram, tinha menos paixão que o mármore e o bronze do presente [*d'apresent*], e como, pelo contrário, o bronze e o mármore de então eram mais suscetíveis de paixão que os homens deste século.

Já no ano de 1697, Francisco Bianchini publicou *La Istoria Universale provata con monumenti e figurata con simboli degli antichi*. O que a torna admirável é a convicção subjacente de que a evidência arqueológica (ou, como Bianchini chama, “*storia per simboli*”) fornece uma base mais segura para a história que a evidência literária. Segundo Bianchini, os cronógrafos não percebem que se equivocam quando citam somente fontes literárias. Frente a estas, a evidência arqueológica é, ao mesmo tempo, “[...] símbolo e prova do que aconteceu [...]” (“As figuras dos fatos, advindas de monumentos da antiguidade até hoje conservados, me pareceram, juntos, símbolos e provas da história”). Bianchini sabe que a superioridade das provas arqueológicas é geralmente admitida por seus contemporâneos: o estudo dos monumentos antigos está “de acordo com o espírito de nossa época”. Outros já comentaram com o mesmo fervor do século XVII como o “século da numismática”. Bianchini, mais tarde, aplicou seu método à história eclesiástica dos primeiros séculos da Igreja, todavia ele faleceu antes de completar seu trabalho, o qual foi continuado e publicado por seu sobrinho, Giuseppe Bianchini, em 1752, sob o título de *Demonstratio Historiae Ecclesiasticae quadripartitae comprobatae monumentis pertinentibus ad fidem temporum et gestorum*. Addison, portanto, ecoou uma opinião generalizada quando observou que “[...] é muito mais seguro citar uma medalha que um autor, pois neste caso não se apela a Suetônio ou Lamprídio, mas ao próprio imperador ou ao conjunto todo do Senado romano”.

Bianchini era astrônomo; Jacques Spon, médico, assim como seus amigos Charles Patin, Charles Vaillant e outros numismatas e antiquários. H. Meibomius, um dentre eles, observou em 1684: “Não sei dizer decerto por se algum peculiar designo, nós médicos fomos capturados pelo estudo da matéria antiga da numismática”. Eles trouxeram algo do método da observação científica direta para a pesquisa histórica (HEIBOMIUS, 1684; AMOLDUS, 1683).³⁴

Os pirronistas não tardaram a apontar que até mesmo diplomas, inscrições, moedas e monumentos não estão acima de suspeitas. Essas evidências podem tanto ser falsificadas quanto interpretadas de modos diferentes. F. W. Berlingius, o autor de duas impressionantes dissertações intituladas *De iudicio histórico* e *De pyrrhonismo histórico*, publicadas respectivamente em 1703 e 1707, escreveu:

A arte de interpretar inscrições é demasiado enganadora, demasiado incerta. [...] As moedas são submetidas às mesmas dúvidas [...]. Vês, portanto, que qualquer fonte histórica, os monumentos da Antiguidade, tudo enfim, são levados a justamente padecer de sua própria incerteza (BERLINGIUS, 1707, p. 50).

Outro cético moderado, Gilbert Charles Le Gendre, em seu *Traité de l'opinion ou Mémoires pour servir à l'histoire de l'esprit humain*, o qual recebeu quatro edições entre 1735 e 1758, insistiu sobre o duvidoso valor da evidência arqueológica: “[...] às vezes o mármore e o bronze mentem”. É importante notar que ele ampliou a seção sobre monumentos enganadores após a primeira edição. Evidentemente a questão tornava-se cada vez mais importante.³⁵

Julgando-se a partir da evidência contemporânea, os pirronistas, contudo, falharam em causar impressão na maior parte dos eruditos. Jacques Spon e outros antiquários foram aclamados numa das muitas dissertações dirigidas ao estabelecimento do valor das inscrições no campo jurídico:

Bem-aventurados sejam – rogamos – os pios manes de Gruter, Reisenius, Spon, Fabrettus e de todos aqueles que, com seu empenho, contribuíram de modo louvável para a

descrição de antigas inscrições, particularmente romanas, de lápides, estelas e mármore. De fato, caso fossem reunidos aqueles monumentos erguidos um a um, não serviriam para perfeitamente corroborar a credibilidade da História antiga e explicar a maior parte dos capítulos da Mitologia e de todo gênero de Antiguidades, mas etc (WUNDERLICH, 1750).³⁶

Em 1746, a comparação sistemática entre evidências literárias e não literárias foi aceita como um critério ortodoxo contra o pirronismo histórico em Joh. Aug. Ernesti, *De fide historica recte aestimanda* (ERNESTI, 1776, p. 68).³⁷ A mesma opinião foi expressa, no ano seguinte, por Chr. A. Crusius, *Weg zur Gewissheit und Zuverlässigkeit der menschlichen Erkenntnis*, e foi codificada num dos mais importantes tratados sobre o método histórico do século, o *Allgemeine Geschichtswissenschaft*, escrito por J.M. Chladenius (1752).³⁸ Em Göttingen, a prontidão do historiador em realizar o estudo de fontes não literárias foi oficialmente reconhecida em 1766, com a fundação do Instituto Histórico. Este foi uma criação de Gatterer e se devotou principalmente àquelas ciências auxiliares (diplomática, numismática etc.) através das quais, como Chr. G. Heyne explicou em seu discurso inaugural, “[...] pelos argumentos históricos se faz a credibilidade histórica” (“*historicis argumentis fidem faciunt*”) (HEYNE, 1785, p. 280).³⁹ Não faltavam, é claro, aqueles que preferiam evidências não literárias a evidências literárias nos séculos anteriores. Pode-se facilmente atribuir esta preferência a Ciríaco de Ancona,⁴⁰ em fins do século XVI, Antonio Agostino deu vazão à mesma crença numa frase incidental: “Eu dou mais fé às medalhas, inscrições e pedras, que a tudo que dizem os escritores” (AGOSTINO, 1587, p. 377).⁴¹ Claude Chifflet, seu contemporâneo, observou que “[...] o conhecimento das moedas antigas apazigua antigas contravérsias históricas” (CHIFFLET, 1628, p. 12).⁴² Citações como essas provavelmente podem ser multiplicadas. Elas não alteram o fato de que se passou a atribuir uma autoridade especial a evidências não literárias no final do século XVII e início do XVIII.

A extraordinária história de Père Hardouin somente pode ser compreendida à luz deste contexto. Seu caso é notoriamente patológico. Começando pelo estudo da numismática, ele passou a

encontrar contradições entre as moedas e os textos literários que lentamente lhe fizeram chegar à conclusão de que todos os textos antigos (com exceção de Cícero, as *Geórgicas*, de Virgílio, as *Sátiras* e as *Epístolas*, de Horácio, e seu estimado Plínio, o Velho) foram forçados por um bando de italianos no século XIV tardio. Ele chegou mesmo a identificar o líder deste grupo: Severus Archontius, que distraidamente deixou uma pista sua enquanto numismata numa passagem da *Historia Augusta* (Firmus Sat., 2, I). Hardouin levou a preferência contemporânea por evidências não literárias e a suspeita que sua época nutria pela evidência literária até o ponto da loucura. La Croze escreveu todo um volume contra Hardouin (1708). Dom Tassin e Dom Toustain justificaram seu enorme *Nouveau Traité de Diplomatie* (1750-1765) com o argumento de que, entre outras coisas, o livro tornaria impossível o surgimento de um outro Hardouin. A descoberta da falsificação do conjunto das obras de Santo Agostinho e da *Divina Comédia* estavam, é bastante sabido, entre os resultados das descobertas de Hardouin.⁴³

Quando traçamos um panorama dos feitos dos antiquários em formular as regras da interpretação adequada da evidência não literária, precisamos fazer uma clara distinção. O sucesso foi completo no que toca ao estabelecimento de regras seguras para o uso de diplomas, inscrições e medalhas, tanto no campo da autenticação quanto no da interpretação. A resistência encontrada pelo *De re diplomatica* (1681), de Jean Mabillon, era nada mais do que esperada de um trabalho assumidamente polêmico. Ataques como o do jesuíta P. Germon em seu *De veteribus regum francorum diplomatibus et arte secernendi antiqua diplomata vera a falsis ad R. P. Mabillonium disceptatio* (1703) foram sintomáticas sobretudo do conflito entre ordens religiosas, pois em pouco tempo foi reconhecida a grande autoridade do trabalho de Mabillon. Suas pesquisas paleográficas foram estendidas ao grego por seu colega Montfaucon, que também deu o atual nome da disciplina em sua *Palaeographia graeca* (1708).⁴⁴ Por outro lado, Scipione Maffei aperfeiçoou a classificação das grafias ocidentais e formulou as regras da crítica epigráfica na *Istoria Diplomatica* (1727) e no tratado, não publicado, *Ars Critica Lapidaria* (1765). Quanto às moedas, uma série de grandes eruditos de Spannheim a Eckhel (1792) não deixou dúvidas a respeito da maneira apropriada de manejá-las.

Vasos, estátuas, relevos e pedras falavam uma língua muito mais difícil. A imponente literatura sobre os *emblemata* que se acumulava desde Alciato não contribuía para a compreensão deste idioma. Dado um monumento com imagens, como entender o que um artista quis dizer com ele? Como podemos distinguir entre o que é puramente ornamental e o que está ali para expressar uma crença religiosa ou filosófica? A história das tentativas de criação de uma iconografia científica a partir de, digamos, as *Miscellaneae Eruditae Antiquitatis* (1679), de Jacques Spon, ao *Polymetis* (1747), de J. Spence, passando pela *L'Antiquité expliquée* (1718), de Montfaucon, ainda está por ser escrita. A preocupação que Winckelmann carregara por toda sua vida acerca da iconografia, culminando na *Versuch einer Allegorie besonders für die Kunst* (1766), deve ser entendida sobre este pano de fundo. Qualquer que seja a importância dos resultados aos quais Winckelmann e seus predecessores chegaram, a extensão da concordância entre antiquários era incomparavelmente menor nesta área que no campo da numismática, epigrafia ou diplomática.⁴⁵ Quem quer que tenha lido *Le Symbolisme Funéraire des Romains*, publicado em 1942 por Franz Cumont, e a crítica deste livro feita por A. D. Nock no *American Journal of Archaeology* em 1946 pode suspeitar que depois de dois séculos ainda estamos longe de uma interpretação geralmente aceita de certos tipos de imagens.

Se é verdade que ainda sofremos de uma falha dos antiquários do século XVIII em produzirem um dicionário convincente das artes figurativas, seus desenvolvimentos imediatos não foram afetados. Armados de tratados de valor mais ou menos permanentes sobre numismática, diplomática, epigrafia e iconografia, os antiquários setecentistas podiam se aventurar em novos e velhos campos com uma segurança que faltava a seus antecessores. O antiquário podia transformar-se num historiador ou poderia ajudar um historiador a escrever histórias de um novo tipo. Talvez seja o bastante se retomarmos aquela que talvez tenha sido a maior contribuição do exame setecentista de evidências não literárias para o conhecimento histórico: a descoberta da Itália pré-romana.

Um exemplo do amplo uso de evidências não literárias

O polêmico Thomas Dempster é uma personagem pitoresca da migração de escoceses católicos à Itália no começo do século XVII. Ele faleceu em 1625, enquanto ocupava o cargo de professor de Humanidades em Bolonha, deixando a reputação de possuir muito conhecimento mas pouco juízo – uma reputação que não faz justiça ao seu principal trabalho publicado em vida, uma nova edição das *Antiquitates*, de Rosinus. Eu ainda não tive a oportunidade de esclarecer porque seu manuscrito intitulado *De Etruria Regali* permaneceu sem ser publicado até que ele caiu nas mãos de Thomas Coke, depois Conde of Leicester, cerca de um século depois. Coke estava certo ao afirmar em seu prefácio, que “Certamente, pode parecer admirável que a Fortuna assim se dispôs: não somente reservou ela particularmente a um britânico a tarefa de escrever acerca dos feitos dos antigos etruscos, mas também que este mesmo livro caísse por acaso nas mãos igualmente de um britânico”. Dempster coletou apenas evidências literárias e algumas poucas evidências epigráficas acerca da Etrúria. É relevante para a maior ênfase do século XVIII em evidências arqueológicas, porém, que o editor da obra considerou impossível publicar o manuscrito tal qual ele se encontrava: ele pediu a um antiquário de grande sobrenome, Filippo Buonarroti, que adicionasse as evidências monumentais. O livro, um estranho apanhado do conhecimento antiquário ao longo de dois séculos, foi publicado em Florença, em 1723. Foi um sucesso inusitado. Não se publicara muito a respeito dos etruscos ao longo do século XVII após os trabalhos de Inghirami e Reinesius (1637); agora, havia uma enxurrada de livros e dissertações. Em 1726, a Accademia di Cortono, com seu Lucumoni e suas importantes dissertações, foi fundada por Onofrio Baldelli; em 1735, por sua vez, a Società Colombaria de Florença iniciou seus trabalhos. Todos reconheciam que Dempster era a fonte de inspiração para o renovado interesse pela Etrúria. Este interesse, entretanto, não era primariamente literário; pelo contrário, ele estava centrado no estudo da evidência arqueológica. Os museus etruscos de Volterra, Cortona e Montepulciano, fundados respectivamente por Guarnacci, Baldelli e P. Bucelli, originaram-se nestes anos. Em 1744, os assim chamados

vasos etruscos já haviam conquistado o direito a uma sala própria no Vaticano. O *revival* arqueológico espalhou-se da Toscana para outras partes da Itália: a Accademia di Antichità Profane, em Roma, foi criada no ano de 1740; a Accademia degli Ercolanesi, em 1755. A descoberta de Herculano e Pompeia foi o resultado mais visível dessas iniciativas.

Thomas Dempster fez sucesso porque os eruditos italianos estavam em busca de um novo foco para seus sentimentos patrióticos e seus interesses culturais. Profundamente enraizados em suas tradições regionais e suspeitosos de Roma por várias razões, eles encontraram o que queriam nos etruscos, pelasgos e outras tribos pré-romanas. O patriotismo local foi agraciado pela antiguidade das civilizações pré-romanas. O novo interesse pelas evidências não literárias sugeriu a possibilidade e forneceu a técnica para essa exploração. O método antiquário, combinado com o ressurgimento do sentimento patriótico, produziu eruditos de incomum excelência na Itália por um período de cerca de cem anos (FIESEL, 1931; GASPERONI, 1939; MASCIOLI, 1942, p. 366-384).⁴⁶

O ensaio de juventude, publicado por Vico, em 1710, – *De antiquissima Italorum sapientia* – tinha menos a ver com o mundo antigo, com exceção do título, do que com metafísica. É preciso ter uma coisa em mente quando se trata de Vico. Apesar de muito atualizado nos conhecimentos linguísticos, teológicos e jurídicos de sua época, os métodos de Spannheim, Mabillon e Montfaucon praticamente não lhe causaram efeitos. Ele admirava Mabillon, e referiu-se ao menos uma vez a Montfaucon, mas não assimilou de fato sua erudição. Ele estava isolado em sua época em parte porque era um grande pensador, mas também em parte porque ele era um erudito pior que seus contemporâneos. O movimento antiquário do século XVIII passou batido por ele (VICO, 1942, I, p. 206; II, p. 225).⁴⁷

Muitas teorias fantásticas foram produzidas na época, como aquela do *Origini italiche*, de Guarnacci, na qual os etruscos e os sármatas se tornavam perigosamente próximos. Até mesmo o perspicaz Denina permitiu-se uma descrição idílica da Itália antes do domínio romano com sua pacífica sociedade de pequenas cidades e estados. Até mesmo Tiraboschi começou sua *Storia della Letteratura Italiana* com os etruscos. A celebração da Itália pré-romana que foi

tão frequente no começo do Risorgimento (CROCE, 1947, I, p. 52) não é menos característica dos historiadores italianos setecentistas. Aqui localizam-se as raízes de muitas das ideias do *Primato*, de Gioberti. A pesquisa séria, porém, andava lado a lado com o pensamento mítico. Suspeitar que os etruscos eram os responsáveis sempre que os assim chamados vasos etruscos eram encontrados significava colocar o problema em bases arqueológicas, o que não era muito comum. As descobertas no sul da Itália logo levaram ao reconhecimento de que muitos desses vasos eram o trabalho puro de artesãos gregos – uma noção já familiar para Winckelmann. A ideia de que as *Tabulae Eugubinae* tinham origem etrusca foi completamente descartada.⁴⁸ A coleção de monumentos de Gori mostrou possuir importância menor e, no final do século, o *Saggio di lingua etrusca*, de Lanzi, forneceu uma excelente demonstração da pesquisa metódica.

Quando Willamowitz foi a Itália em 1925, ele recomendou aos futuros eruditos italianos, em um discurso em Florença, que eles se dedicassem ao estudo da Itália pré-romana. Foi fácil para Croce apontar que a ideia já datava de pelo menos um século na Itália. Ele poderia ter dito que ela já tinha dois séculos de idade (CROCE, 1932, p. 150-152).

No século XVIII, os italianos voltaram a Grécia por via da Etrúria e da Magna Grécia. As moedas sicilianas que o príncipe Torremuzza coletou e que Goethe viu, os papiros de Herculano e aqueles que foram ulteriormente reconhecidos como vasos de origem helênica, todas estas evidências falavam grego. A discussão entre aqueles eruditos, como Passeri, que admitiam a prioridade da Grécia e aqueles, como Guarnacci, que apoiavam as reivindicações da Etrúria tornaram possível reconhecer como haviam sido próximos os contatos entre etruscos e gregos. Uma nova sensação de intimidade com o mundo grego é perceptível na Itália setecentista após o longo intervalo da Contrarreforma. Os *Fasti Attici* (1744), de O. Corsini, e os *Monumenta Peloponnesia*, de P. M. Paciaudi (1761), estenderam o interesse das colônias gregas para a própria Grécia. Vários elementos do complexo que tornou possível a Foscolo se declarar italiano e a Leopardi escrever sua poesia podem ser traçados de volta aos museus, às necrópoles e às sociedades letradas.⁴⁹

Os conflitos entre antiquários e historiadores nos séculos XVIII e XIX

O conflito no século XVIII

O que caracteriza a escrita da história em finais do Seiscentos e inícios do Setecentos é o grande número de historiadores cuja principal preocupação era determinar a verdade de cada evento pelos melhores métodos de pesquisa. Eles compartilhavam essa preocupação com os antiquários contemporâneos cujos métodos, na verdade, frequentemente seguiam. Logo, ainda que a diferença entre um livro de história e um livro de antiguidades permanecesse formalmente clara, os objetivos dos historiadores eram muitas vezes idênticos àqueles dos antiquários. Ambos procuravam a verdade factual, não a interpretação das causas ou o exame das consequências. Segundo os termos da resposta de Mark Pattison a De Quincey, pensar não era seu trabalho (PATTINSON, 1892, p. 449; CROCE, 1949, p. 241). Quando os historiadores “filosóficos” começaram a atacar a erudição, o prestígio tanto dos antiquários quanto dos historiadores “eruditos” foi afetado. Em sua busca por evidências seguras, os historiadores eruditos (*learned historians*) e os antiquários foram capazes de esquecer que a história é a reinterpretação do passado que leva a conclusões a respeito do presente. Os historiadores filosóficos, dentre os quais se incluíam Montesquieu e Voltaire, por seu turno, levantavam questões sobre o presente. De fato, eles faziam perguntas de natureza tão radical a respeito do desenvolvimento da humanidade que a exatidão dos detalhes poderia lhes parecer irrelevante e para as quais, incidentalmente, as fontes literárias poderiam prover uma resposta mais satisfatória que os “*thesauri*” dos antiquários. Voltaire aprovava as dúvidas de seus colegas mais eruditos acerca de muitos detalhes da tradição histórica, mas ele não achava necessário substituí-las por minúcias mais fidedignas. Ele as deixava de lado considerando-as irrelevantes e procurava uma abordagem diferente da história. A noção de civilização transformou-se no assunto principal da história – e a história política subordinou-se a ela. Temas como arte, religião, costumes e comércio, que até então haviam pertencido ao campo do

antiquário, transformaram-se nos assuntos que os historiadores filosóficos normalmente tratavam, porém dificilmente da mesma forma que os antiquários os estudavam. Muitos compartilhavam o desprezo de Horace Walpole em relação àqueles que pensavam que tudo que era antigo tinha de ser preservado como tal. Já o *Discours Préliminaire de l'Encyclopédie* (1751), não poderia ser mais explícito:

O país da erudição e dos fatos é inesgotável; crê-se, por assim dizer, ver todos os dias aumentar sua substância pelas aquisições que ali se faz sem cessar. Ao contrário, o país da razão e das descobertas é de uma tão pequena extensão e frequentemente, no lugar de aprender ali o que se ignorava, não se chega a não se com muito estudo a desaprender o que se pensava saber.

E como Gibbon notou,

Na França [...] o estudo e a língua de Grécia e Roma foram negligenciados por uma época filosófica. A sentinela destes estudos, a *Académie des Inscriptions*, foi degradada ao local mais baixo dentre as três sociedades reais de Paris: a nova denominação de *Érudits* foi aplicada desdenhosamente aos sucessores de [Justus] Lipsius e [Isaac] Casaubon.

Ao reinterpretar a história política do mundo clássico, Vertot, Middleton, Ferguson e Gillies, pouco preocupavam-se com discussões sobre fontes.

No campo da religião antiga, a duradoura colaboração entre o antiquário e o filósofo foi perturbada. No século XVII, era cada vez mais claro que o conhecimento das línguas orientais e da história era necessário para entender a religião cristã. Em 1617, John Selden publicou seu incontornável *De Diis Syris*; dez anos mais tarde, D. Heinsius argumentou, em seu *Aristarchus Sacer*, que mesmo a linguagem dos Evangelhos não poderia ser totalmente compreendida sem algum conhecimento dos idiomas do Oriente. O Islã tornou-se mais bem-conhecido e, depois, atraiu alguma simpatia; a maior familiaridade com a filosofia judaica medieval trouxe o

problema da origem da idolatria para termos que já haviam sido formulados séculos antes. O tratado de Johann Gerardus Vossius, *De theologia gentili et physiologia christiana sive de origine et progressu idolatraque* (1641), por exemplo, vinha acompanhado do texto e da tradução da *Mishnah Torah*, de Maimônides. O contato com povos pagãos da Ásia e da América permitiu um olhar mais acurado para as características básicas da idolatria. As perguntas que os estudiosos se faziam eram (a) como o politeísmo veio a substituir o monoteísmo primitivo; (b) qual era a relação entre a lei mosaica e as instituições das nações vizinhas; (c) que espécie de confirmação da verdade hebraica ou cristã, se é que havia, podia ser encontrada nos textos pagãos. O método para responder estas perguntas, era normalmente composto por uma combinação de etimologia com a comparação de rituais e dogmas. O sacrifício de Frixo⁵⁰ podia ser comparado com o de Isaac; Sarapis e José, o filho de Jacó, talvez possam ter sido a mesma pessoa; facilmente percebeu-se que o nome de Vulcano era idêntico ao de Tubalcain. Até mesmo a queda de Troia foi tomada como uma descrição profética da destruição de Jerusalém por Nebuchadnezzar. Empréstimos hebraicos ou fenícios passaram a estar na moda após os trabalhos de Estienne Guichart e Samuel Bochart e, em 1700, Thomas Hyde disponibilizou textos persas – nem sempre com as melhores consequências.

A resposta para a questão das origens variava do evemerismo⁵¹ à intervenção de demônios e artimanhas de filósofos e sacerdotes. Mas era mais ou menos reconhecido que algum país – de preferência o Egito – havia sido o centro de difusão da noção filosófica de monoteísmo. O jesuíta Athanasius Kircher convenceu-se de que a *Mensa Isiaca*⁵² fornecia a evidência de que os egípcios acreditavam na Trindade (1652). H. Witsius somente conseguia defender a originalidade do monoteísmo judaico, em suas disputas com John Marsham e John Spencer, sustentando que os egípcios derivaram suas crenças monoteístas dos próprios judeus. Ainda que não fosse incomum ou heterodoxo considerar que alguns pagãos haviam conhecido a verdade independentemente da revelação judaico-cristã, o número de idólatras agora admitido à companhia do verdadeiro conhecimento de Deus poderia assumir implicações perigosas. Pode-se entender porque os deístas britânicos de Herbert a Toland cultivavam o estudo

comparado da religião com tanto zelo e porque seus oponentes, de Cudworth a Warburton, faziam o mesmo. A controvérsia deísta foi lutada com armas fornecidas pelas *antiquitates sacrae*.⁵³

Encaminhando-se para o fim do século XVII, tornou-se claro também que o estudo da religião teria de se valer das evidências não literárias coletadas pelos antiquários. Embora Spanheim não tenha realizado o estudo numismático sobre religião que prometera, geralmente considerava-se que as moedas eram grandes portadores de ideias religiosas. Em 1700, De La Chausse proclamou que as pedras eram uma benção para aquele que estudava a religião:

Obtive de tantos artifícios, concentrados em um pequeno espaço, tudo e ainda mais daquilo que a história pode dar-nos de considerável, a religião dos antigos, o culto de seus deuses, os enigmas mais ocultos dos gentis; e debaixo de misteriosas imagens e prodígioas figuras se descobre a supersticiosa doutrina de muitas nações (CHAUSSE, 1700, Proêmio).

Coleções de imagens de deuses foram comuns, é claro, durante o período da Renascença, de modo que os repertórios de Du Choul e Cartari ainda eram reimpressos. Mas agora a iconografia servia à nova ciência da religião comparada. O popular escritor A. Banier, em *La Mythologie et les Fables expliquées par l'Histoire* (1738), insistiu na necessidade de utilizar “*medailles, inscriptions, monumens historiques*” (medalhas, inscrições, monumentos históricos)⁵⁴ para explicar a religião antiga. É significativo também que a primeira edição do *Gründliches Mythologisches Lexicon*, por B. Hederich, a qual foi publicada em 1724, referenciava apenas fontes literárias, enquanto a segunda edição, publicada em 1770, adicionava seções sobre iconografia. Os chamados vasos etruscos geravam discussões sobre assuntos religiosos. No entanto, é impossível evitar a sensação de que quanto mais avançamos no século XVIII menos relevantes estas investigações se tornam para o estudo da religião, o quanto mais os espíritos filosóficos da época achavam desnecessário se agachar para coletar e depois interpretar as evidências literárias e não literárias sobre a religião antiga. O conhecimento factual de

President De Brosses, Ch. Fr. Dupuis, N. A. Boulanger, Baron de Sainte-Croix, J. B. G. de Villosion e até mesmo do vastamente difundido A. Court de Gébélín era escasso. Eles constantemente refletiam sobre princípios, estavam ocupados formulando teorias gerais sobre a origem da religião ou, mais especificamente, dos mistérios religiosos e não se preocupavam em ter uma visão clara do que os antiquários estavam fazendo. Aqueles que estudavam e refletiam com maior profundidade a respeito da religião passavam ao largo das evidências coletadas pelos antiquários assim como dos problemas por eles formulados. Muito desse trabalho prévio estava perdido para eles. Por outro lado, muitas das pessoas que conheciam as evidências não estavam cientes das dificuldades que seu tema propunha. Os próprios antiquários esqueceram a lição de sabedoria professada por Montfaucon em sua *Antiquité expliquée*, na qual desfez tantas interpretações complicadas de símbolos religiosos. Incapazes de refletir sobre princípios, eles especulavam a partir de detalhes. Stanley transferiu para Stonehenge a baboseira de Kircher a respeito do Egito. D'Hancarville fascinou muitos que eram melhores que ele com seu mau uso dos vasos etruscos. R. Payne Knight, seguindo a trilha da numismática, procurou “[...] explorar os vastos e confusos labirintos da fábula política e alegórica e separar tão acuradamente quanto possível a teologia da mitologia dos antigos [...]” – e seus resultados foram não menos comprometedores que os de D'Hancarville. Tornara-se característico que um estudioso sério como P. E. Jablonski tentasse evitar tanto quanto possível as evidências não literárias em seu *Pantheon Aegyptiorum* (1750).⁵⁵

O conflito no século XIX

Até o final do século XVII, os antiquários não foram incomodados em duas atividades: eles se preocupavam com a espécie de evidências que a história política estava pronta para deixar de lado e eles estudavam aqueles assuntos (costumes, instituições, arte, religião) que estavam para além dos domínios do historiador tradicional (*political historian*) e que eram melhor examinados a partir de evidências não literárias. No século XVIII, porém, eles

perderam o controle sobre as evidências não literárias. Na medida em que os historiadores passavam a aceitar cada vez mais os métodos elaborados pelos antiquários para determinar a validade das evidências não literárias, menos os antiquários podiam reivindicar para si o conhecimento da numismática, da epigrafia e da diplomática. Eles permaneceram, mesmo assim, sendo os mestres das quatro *antiquitates* – *publicae*, *privatae*, *sacrae* e *militares*. O direito à existência dos antiquários não foi desafiado no século XVIII. Os historiadores “filosóficos” não precisavam da sua erudição e não tentaram direcioná-la a novos canais. A questão mudou de caráter, transformando-se num desafio muito mais definitivo aos antiquários quando, no final do século XVIII, tornou-se evidente (graças principalmente a Winckelmann e Gibbon) que a erudição e a filosofia não eram incompatíveis. A combinação da história filosófica com o método de pesquisa antiquário tornou-se o objetivo ao qual muitos dos melhores historiadores do século XIX se propunham a alcançar – e ainda é o objetivo que muitos de nós nos colocamos. Ele implica duas coisas difíceis: suprimir constantemente o impulso de julgar *a priori* que é intrínseco à abordagem generalizante do historiador filosófico e, por outro lado, evitar a mentalidade antiquária com seu apreço pela classificação e pelos detalhes irrelevantes. O antiquário era um entusiasta e um *connoisseur*; seu mundo era estático, e a coleção seu ideal. Fosse ele diletante ou professor, ele vivia para classificar. Em alguns casos, estes hábitos mentais eram reforçados por métodos advindos de áreas com as quais eles estavam em contato próximo. As *antiquitates sacrae*, por exemplo, faziam fronteira com terras teológicas; as *antiquitates publicae* dificilmente distinguiam-se, se aplicadas a Roma, do direito público romano. Em ambos os casos, o ensino sistemático e dogmático era tradicional. A história, porém, estava começando a invadir a teologia e a jurisprudência e uma nova noção a respeito do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo mais minuciosa e compreensiva, deixava pouco espaço para meras descrições do passado.

A questão a ser feita acerca dos estudos antiquários no século XIX não é a de por que eles foram desacreditados, mas sim porque sobreviveram tanto. A resposta é que a mentalidade antiquária, de forma bastante natural, não estava alheia à natureza das instituições

com as quais lidava principalmente. É mais fácil descrever a lei, a religião, os costumes e as técnicas literárias que explicá-las geneticamente. Às vezes, o caráter da evidência é tal que é preciso combinar itens pertencentes a períodos históricos diversos de modo a obter uma imagem mais completa de uma instituição. Onde o historiador reluta em entrar, por medo de quebrar a sequência cronológica correta, o antiquário está pronto para se apresentar. A classificação pode dispensar a cronologia.

Isso explica por que dúvidas acerca da possibilidade de unificar os estudos históricos e antiquários permaneceram por tanto tempo, mesmo em círculos bem-informados e foram objeto de intensos debates. F. A. Wolf, em sua *Darstellung der Altertumswissenschaft* (1807), tentou distinguir entre a história, a qual lida com o que está em mudança (*das Werden*), e as antiguidades, que tratam do que já está estabelecido (*das Gewordene*).⁵⁶ F. Ast, em 1808, notou que havia diferenças entre a *Altertumswissenschaft* e a história política do mundo antigo (AST, 1808, p. 12). E. Plattner distinguiu entre a história que descreve uma nação “em seu movimento” (*in seiner Bewegung*) e as antiguidades que a descrevem em “sua paz e unidade” (*in seiner Geschlossenheit und Ruhe*) (PLATTNER, 1812, p. 14). F. Ritschl em *Über die neueste Entwicklung der Philologie* (1883) (RITSHL, 1879, p. I)⁵⁷ foi talvez o primeiro a negar completamente a existência de áreas como a de “antiguidades” (*Altertiimer*), além de ter feito muitas outras observações perspicazes; Boeckh, porém, em sua *Enzyklopädie*, ainda que negasse a existência das “antiguidades” em geral, manteve a distinção entre história política e “antiguidades políticas” (*Staatsaltertümer*), a primeira ocupando-se de eventos, a segunda, de instituições. Boeckh estava obviamente influenciado pela longa tradição de ensino dogmático da lei e das instituições políticas das faculdades de direito.⁵⁸

G. G. Gervinus (1837) e J. G. Droysen (1868) não abordaram o assunto em seus manuais de *Historik* e, logo, provavelmente consideravam o problema datado. Mas isso não nos deve fazer esquecer o fato de que o estudo e a escrita das “antiguidades” como algo diferente da história durou até apenas algumas décadas atrás. *Kunstaltertümer* foram organizadas por Chr. G. Heyne quando Winckelmann já havia inventado a história

da arte; *Kultaltertümer* foram escritas mesmo após K. O Müller ter demonstrado o que a história da religião grega poderia ser; houve *Kriegsaltertümer* mesmo após a *Geschichte der Kriegskunst* (1900), de H. Delbrück, e L. Friedländer não conseguiu imediatamente realizar a transição entre uma “Privataltertümer” (*antiguidades privadas*) para uma “Sittengeschichte” (*história dos costumes*). As “Staatsaltertümer” foram ainda mais resistentes, apoiadas como eram pelo exemplo da “Staatsrecht” sistemática de Mommsen, e foi apenas neste século que os estudiosos alemães se persuadiram a converter as “Staatsaltertümer” em “Rechtsgeschichte” ou “Verfassungsgeschichte”.⁵⁹ A sobrevivência da abordagem antiquária na história, contudo, não é meramente uma idiosincrasia germânica, ainda que se deva admitir que fora da Alemanha poucas pessoas se preocuparam com este problema. A França continuou sendo tradicionalmente o melhor lugar para os antiquários até não muitas décadas atrás.

Recaídas ocasionais no estado de mente antiquário devem ser esperadas até mesmo no futuro. Mas a ideia das “antiguidades” está agora morta porque a ideia correspondente da história política fundada apenas em fontes literárias está morta. Os historiadores reconheceram que os temas de pesquisa tradicionais dos antiquários podem ser transformados em capítulos de história da civilização com todo o aparato requerido pela erudição.

O antiquário salvou a história dos cétricos, ainda que ele mesmo não a tenha escrito. Sua preferência pelos documentos originais, sua engenhosidade em desbaratar falsificações, sua destreza em coletar e classificar a evidência e, acima de tudo, seu amor ilimitado pelo estudo são as contribuições dos antiquários à “ética” do historiador. Nós acalentamos a memória de Jean Mabillon não apenas pelo *De re diplomatica*, mas também pelo *Traité des Études Monastiques*, em que ele recomendou “[...] ter o coração desprendido das paixões e, sobretudo, daquele de criticar”.⁶⁰

Apêndice I⁶¹

John Leland, Antiquário Real

O artigo sobre John Leland no *Dictionary of National Biography* afirma (p. 892): “Em 1533, Leland foi nomeado antiquário real, um cargo no qual ele não teve nem predecessor nem sucessor”.

A evidência para esta afirmação não é dada e, aparentemente, não é fácil de ser encontrada. A noção de que Leland foi tornado antiquário real remonta, até onde eu posso confirmar, à *Vida de Camden*, de T. Smith (1691), na qual se encontra esta passagem característica (p. XXVIII):

O rei Henrique VIII favoreceu com sua estima a mui lou-vável diligência de John Leland mediante a concessão de uma pensão paga anualmente às expensas do Tesouro Real e distinguiu-o com o título de Antiquário pelo mérito com que se gloriou Leland. Desistiu, porém, inteiramente deste cargo – que lhe devia afligir – não muito tempo depois: é lícito que somente um ou outro (com custo, pois, muitos são enumerados) tenham sustentado aquele nome pomposo – não sei dizer se por dignidade o bastante – de Historiógrafo Real.

T. Smith não cita qualquer evidência, e A. Hall, na *Vita Auctoris* com a qual prefaciou sua edição dos *Commentarii de scriptoribus britannicis* (1709), deu T. Smith como fonte para a mesma afirmação:

[...] Ele não só preferiu aquele à sua biblioteca, mas também o presenteou mui generosamente com o magnífico título de Antiquário. Há um entre os próceres da Escola Anglicana, sempre riquíssima de varões eruditos, que teria se elevado ao cume de tamanho nome: “que o tenha consigo e guarde no sepulcro” (Virgílio, Eneida, IV, 29).

A *Life of Leland* (1772), de W. Huddesford, p. 9, é ainda mais precisa: “[...] por uma permissão sob a chancela do Reino Unido (*Broad Seal*), Ann. Dom. 1533, no 25º aniversário de seu reinado, ele foi

apontado antiquário real; o primeiro e, de fato, o último a tomar posse deste honorável cargo”. Mas ele fornece como evidência as *Athenae Oxonienses*, de Wood, o qual, todavia, diz algo diferente (ed. Bliss, I, p. 198): “(Leland) foi nomeado pelo reino, ano do reinado 25, ano do senhor 1533, através do qual ele foi encarregado de pesquisar as antiguidades da Inglaterra etc”.

Leland, em seu “Newe Yeares Gyfte to King Henry the VIII”, chamado *The Laboriouse Journey and Searche for Englandes Antiquitees* (ed. Huddesford, sem número de página), afirmou que no trigésimo quinto ano de seu “próspero reinado” ele obtivera “[...] a mais graciosa comissão de utilizar e diligentemente procurar por todas as bibliotecas de Monastérios e universidades deste seu nobre reino”. Ele assinou seu panfleto como *Joannes Leylandus Antiquarius*. A assinatura, no melhor estilo humanista, não necessariamente implica que ele tivesse sido apontado antiquário real. A questão para a qual eu gostaria de obter uma resposta de estudiosos competentes é se T. Smith tinha qualquer outra evidência além desta assinatura (ADAMS, 1917, p. 12).⁶²

Apêndice II⁶³

Uma bibliografia selecionada de estudos sobre a Itália pré-romana (entre 1740 e 1780)

AMADUZZI, G. C. *Dele origini italiane di Monsig. Mario Guarnacci, Esame critico com una apologética risposta*, etc. Veneza, 1773.

AMATI, G. *Sui vasi etruschi o italogreci recentemente scoperti*. Roma, 1830.

BALBO, C. “Delle origini degli antichi popoli italiani”, in *Antologia Ital.*, 1846, pp. 213-33; 247-262.

BARDETTI, S. *De' primi abitatori dell'Italia*, obra póstuma, Modena, 1772; *Della lingua dei primi abitatori dell'Italia*, obra póstuma, Modena, 1769; *Della lingua dei primi abitatori dell'Italia*, obra póstuma, Modena, 1772.

BIANCHI GIOVINI, A. *Sulle origini italiane di A. Mazzoldi, Osservazioni*. Milão, 1841; *Ultime osservazioni sopra le opinioni del Signor A. Mazzoldi intorno alle origine italiane*. Milão, 1842.

BINI, G. C., ver Lami, G. *Lettere guaffondiane*.

BONAPARTE, L. *Catalogo di scelte Antichità Etrusche trovate negli scavi del Principe di Canino*. Viterbo, 1829.

BOURGUET, Louis. *Spiegazione di alcuni monumenti degli Antichi Pelasgi trasportati dal Francese con alcune osservazione sopra i medesimi*. Pesaro, 1735.

CAMPANARI, Sec. “Dei primi abitatori d’Italia”, *Giornale Arcadico*, LXXXIV, 1840, pp. 241-272.

CARLO RUBBI, G. R. *Delle antichità italiane*. Milão, 1788-1791.

CATTANEO, Carlo. *Notizie naturali e civili su la Lombardia*. Introdução, I, Milão, 1844.

DEL BAVA, G. M. Riccobaldi. *Dissertazione istorico-etrusca sopra l’origine, l’antico stato, lingua e caratteri della Etrusca nazione*. Florença, 1758.

DLEFICO, M. *Discorso preliminare u le origini italiane*, in *Dell’antica numismática della città d’Atri nel Piceno*. Teramo, 1824.

DENINA, C. G. M. *Delle Rivoluzioni d’Italia*. Turin, 1769-1770.

DURANDI, Jacopo. *Saggio sulla storia degli antichi popli d’Italia*. Turim, 1769; *Dell’antico stato d’Italia. Ragionamento in cui si esamina l’opera Del p. S. Bardetti sui primi abitatori d’Italia*. Turim, 1772.

FABRONI, G. *Degli antichi abitatori d’Italia*. Florença, 1803.

FERRARI, Guido. *Dissertationes pertinentes ad Insubriae antiquitates*. Milão, 1765.

FOURMONT, E. *Réflexions sur l’origine, l’histoire et la succession des anciens peuples*. Paris, segunda edição, 1747.

FRERET, N. *Recherches sur l’origine et l’histoire ancienne des différents peuples de l’Italie*, in *Histoire de l’Académie des Inscriptions*. 1753, XVIII, pp. 72-114.

GORI, A. F. *Museum Etruscum*. Florença, 1737-1743, 3 volumes; *Difesa dell’Alfabeto degli antichi Toscani pubblicato nel 1737 dal’autore del Museo Etrusco, disapprovato dall’illustrissimo Marches S. Maffei*. Florença, 1742; *Storia Antiquaria Etrusca del principio e de’ progressi fatti finora nello studio sopra l’antichità etrusche*. Florença, 1749.

GUARNACCI, Mario. *Origine italiane o siano memorie storico-Etrusche sopra l’antichissimo regno d’Italia e sopra i di lei abitatori*. Lucca, 1767-1772, 3 volumes (segunda edição, Roma, 1785-1787).

INGHIRAMI, F. *Monumenti Etrusci o di Etrusco nome disegnati*. Fiesole, 1821-1826, 6 volumes; *Lettere d’Etrusca Erudizione*. Fiesole, 1828; *Etrusco Museo Chiusino (...)* com aggiunta di alcuni ragionamenti del Prof. D. Valeriani etc. Florença, 1832-1834; *Storia della Toscana*, 1841-1843, 16 volumes; *Pitture di Vasi Etruschi*, segunda edição, Florença, 1852-1856, segunda edição, 4 volumes.

LAMI, G. *Lettere Gualfondiane sopra qualche parte dell'antichità etrusca*. Florença, 1744; *Lezioni di antichità toscane*. Florença, 1766.

LANZI, L. A. *Saggio di Lingua Etrusca*. Roma, 1769; *De' vasi antichi dipinti volgarmente chiamati etruschi*. Florença, 1806.

MAFFEI, Sc. *Ragionamento sopra gli Italia primitivi in cui si scuopre l'origine degli Etruschi e dei Latini*, in *Istoria Diplomatica*. Mântua, 1727, p. 201-260; *Trattato della nazione etrusca e degli Itali primitivi*, in *Osservazioni Letterarie*. Verona, 1739-1740, vols. IV-VI Cf. também *Osservazioni Letterarie*, 1738, III, p. 233 (uma resenha da *De Etruria Regali*, de Thomas Dempster).

MAZZOCCHI, A. S. *Sopra l'origine dei Tirreni*, in *Saggi di dissertazioni (...) lette nella nobile Accademia Etrusca di Cortona*, 1741, III, pp. 1-67.

MAZZOLDI, A. *Delle origine italiane e della diffussione dell'incivilimento italiano all'Egitto, alla Fenicia, alla Grecisa e a tutte le nazione asiatiche*. Milão, 1840 (segunda edição, Milão, 1846); *Risposta alle osservazioni di A. Bianchi Giorini*. Milão, 1842.

MICALI, G. *L'Italia avanti il dominio dei Romani*. Florença, 1810, 4 vols. (segunda edição, Florença, 1821); *Storia degli antichi popoli italiani*. Florença, 1832; *Monumenti inediti a illustrazione della storia degli antichi popoli Italiani*. Florença, 1844.

PASSERI, G. B. *Lettere roncagliesi*, in A. Calogierà, *Raccolta di Opuscoli*. Veneza, XXII-XXIII, 1740-1742; *Dell'Etruria omerica*, in A. Calogierà, *Nuova Raccolta di Opuscoli*, 1768, XVIII; *In Thomae Dempsteri libros de Etruria regali Paralipomena*. Lucca, 1767 *Picturae Etruscorum in vasculis*. Roma, 1767-1775, 3 vols.

QUADRIO, F. S. *Dissertazioni critico-storiche intorno alla Rezia*. Milão, 1755.

ROMAGNOSI, D. *Esame della storia degli antichi popoli italiani di G. Micali in relazione ai primordii dell'italico incivilimento*, in *Biblioteca Italiana*, 183, LXIX-LXX.

ROSA, G. *Genti stabilite tra l'Adda e l'Mincio prima dell'Impero Romano*. Milão, 1844.

TONSO, A. *Dell'origine dei Liguri*. Pavia, 1784.

VALERIANI, D., ver Inghirami, F. *Etrusco Museo Chiusino*.

ANCIENT HISTORY AND THE ANTIQUARIAN

Abstract: Originally published in 1950, the present essay by Arnaldo Momigliano became a landmark on the study of the history of historical writing. In it, the Italian historian makes the case for the modern antiquarian. The antiquarian, Momigliano states, gave shape to the basic principles of the modern historical method, which was later appropriated by the historian in their practice. The work of the antiquarians would have resulted on the development of a set of

rules and procedures that helped sustain the relevance and even the very possibility of historical knowledge when it was put amidst the skeptical debates that grassed over the end of the seventeenth century and the beginning of the eighteenth century. Even though it may now be subject to a number of revisions, Momigliano's essay – which is here being published for the first time in Brazil – is an reference to the study of the making of the field of historiography and it also helped shed some light over figures sometimes forgotten by the historian, such as the main character of these pages, the antiquarian.

Keywords: Historiography. Antiquarianism. Historical method.

Notas

¹ Este é um mapa bastante incompleto de um campo que precisa de uma exploração muito detalhada.

² Ver, por exemplo, JUSTI, 1923 [1886]; HAUTECOEUR, 1919, p. 105; CUST; COLVIN, 1914 [1898], p. I-XLI; SNYDER, 1923; YVON, 1913; CLARK, 1950; STEEVES, 1913. São documentos essenciais CAYLUS, 1752-1767; PIRANESI, 1756; WOOD, 1753; 1757; CHANDLER, 1763; GORI, 1748-1751; DAIRVAL, I, 1686, p. 1-70, por seu turno, é um documento de valor incomparável no que toca à “ética” dos antiquários.

³ A melhor obra a esse respeito é STARK, 1880. Também contém muitas informações as seguintes obras, THOMSON; HOLM, II, 1942 e, é claro, SANDYS, 1960-1908, I-III; LANGLOIS, 1901. Para a Inglaterra, ver. WALTERS, 1934; para a França, REINACH, 1898, p. 101-117, 292-307 (ver a seguir nota 63).

⁴ Ver também Temístocles, 26, 316. In. KERSTERS, 1935, p. 164; KÖRTE, 1904, p. 221.

⁵ Os nomes das obras traduzem-se, respectivamente, como *Das nações*, *Os nomes das nações*, *As fundações dos povos e das cidades*, *Os nomes bárbaros*, *Os nomes das nações e Dos ancestrais e antepassados dos que lutaram em Tróia* (NT).

⁶ A leitura essencial é JACOBY, 1938, p. 218. A distinção entre a “arqueologia”, de Hípias, e a noção de história de Tucídides é evidente. Menos evidente – embora eu pense que deva ser bastante perceptível – é a distinção entre a “arqueologia” de Hípias e a *στοργία* de Heródoto. Hípias coletou e disponibilizou informações que (1) não eram facilmente acessíveis, (2) normalmente provinham de um passado distante, (3) facilmente eram dispostas na forma de catálogo; a história de Heródoto, por sua vez, consiste de uma ação principal, está principalmente preocupada com o passado recente e, ao menos em princípio, fornece a tradição mais confiável sem suprimir a menos confiável (PAULY; WISSOWA, 1913, col. 467 ff). Comparar com o que Dionísio de Halicarnasso diz em *De Thucydides*. 5.

⁷ Ver Dionísio de Halicarnasso I, 4, 1; Estrabão XI, 14, 12, p. 530; Diodoro Sículo II, 46, 6; Flávio Josefo, *Ant. Jud.*, I, I, 5; I, 3, 94 (sobre Hieronymus Aegyptius, ver JACOBY, 1913, na *Realencyclopädie* de Pauly-Wissowa). Nós não sabemos o que compunha a *Arqueologia* registrada entre os trabalhos do filósofo Cleanthes. O mesmo nome, *Arqueologia*, foi dado retrospectivamente a um trabalho de Semonides de Samos (século VII a.C.): ver Suidas, s.v. Σιμωνίς, e P. Maas, P. W. IIIA, 185. Foi também dado ao *Atthis* por Phanodemos (século IV a.C.). Ver também Filóstrato, *Vita Apoll. Tyan.* II, 9, e Proclus, *Comm. Ad. Timaeum*, p. 31 C-E (I, p. 101-102 Diehl). A *Ῥωμαϊκὴ ἱστορία* (Steph. Byz. s.v. Ῥωμαῖοιγενεες) e a *Ῥωμαϊκὴ ἀρχαιολογία* (Steph. Byz. s.v. Νομαντία) pelo rei Juba devem ser o mesmo trabalho (JACOBY, 1913, col. 2392).

⁸ No original, ambas as obras são citadas com seu nome grego, respectivamente, *Ἰουδαϊκὴ Ἀρχαιολογία* e *Ῥωμαϊκὴ Ἀρχαιολογία* (NT).

⁹ Respectivamente, *Argólica*, *Dos ritos sacrificiais na Lacedemônia* e *Dos nomes obscuros* (NT).

¹⁰ Sobre Filocloros como um historiador que separava a história das antiguidades, ver JACOBY, 1909, p. 121; *Atthis*, 1949, p. 117. Ver também TRESP, 1914 e seu artigo em PAULY; WISSOWA, IV, col. 1119.

¹¹ *Ac. Post.*, I, 8.

¹² A tradução em português seria: “que pessoas agiam, onde agiam, quando agiam e o que faziam” (NT).

¹³ O lugar de Varrão na história da pesquisa antiquária precisa ser estudado. Ver a bibliografia em DAHLMANN, 1935 e DELLA CORTE, 1946, p. 33-42 (também DELLA CORTE, 1937, p. 149). Os fragmentos das *Antiquitates* podem ser encontrados na edição dos *Fasti*, de Ovídio, 1841, CVI, organizada por MERKEL; MIRSCH, 1885, V. Sobre a diferença entre os antiquários romanos e gregos, ver as agudas observações de JACOBY, 1940, Comentário a 273, p. 248 ff.

¹⁴ Ver as menções de antiquários em Plínio *N.H.*, Praef. 24; Tácito, *Dial.*, 37. Toda a história dos estudos antiquários romanos de Fenestella a Johannes Lydus ainda está para ser escrita. Sobre Plutarco, ver a bibliografia em ZIEGLER, s/data.

¹⁵ Informações recentes sobre o antiquariato medieval podem ser encontradas em ADHÉMAR, 1939, p. 43-131; MAGOUN, 1940, p. 267-290; VANENTINI; ZUCCHETTI, 1946, mais a importante resenha de DEGRASSI, 1946, p. 91-93, e em numerosos estudos por A. Silvagini sobre coleções epigráficas medievais (SILVAGINI, 1921, p. 151; 1939, p. 107 e 249; 1943, p. 49; 1937, p. 445). Ver. também LASCH, 1887, e SCHULZ, 1909.

¹⁶ A relação do método de Biondo em sua relação com o método antiquário antigo ainda não foi estudada. Para um estudo recente sobre Poggio, ver GUTKIND, 1932, p. 548, e, também, JOACHIMSEN, 1910, I, p. 15 ff. Um ponto de grande importância é a relação entre as pesquisas antiquária e filológica

ao menos desde o *Liber Miscellaneorum*, de Poliziano (cuja relevância é corretamente apreciada por FUNAIOLI, 1946, p. 284) e RHODIGINUS, 1516. Este último também necessita de uma pesquisa detalhada. Para os princípios da egipptologia, existe o trabalho clássico de GIEHLOW, 1915, p. 1-222. Ver também GOMBRICH, 1948, p. 163-192.

¹⁷ Ainda não foram coletadas as evidências sobre as palavras “antiquarius”, “antiquário”, “antiquary” etc. nas literaturas europeias. O *Vocabolario della Crusca* fornece a referência a CARO, 1807, III, p. 190, “e como percebo que vós sejais em vossa escritura sobretudo historiador que antiquário”, e SPERONI, 1740, II, p. 300, “Antiquários [...] isto é, amantes e admiradores de coisas antigas. Mas é preciso notar ARIENTI, 1487, III: “(Feliciano da Verona) de codinome Antiquário por ter consumido quase todos seus anos no entorno às generosas antiguidades de Roma, de Ravena e de toda a Itália”. Ver também a carta de Antonio Leonardi a Felice Feliciano sobre Ciriaco de Ancona em COLUCCI, 1792, XV, p. CLIV. Sobre a referência do OED s.v. Antiquário para Leland como aquele que recebeu o título de Antiquário de Henrique, ver apêndice abaixo. W. Camden chamava a si mesmo “antiquarius”, ver a *Epistula* in CAMDEN, 1586. Para o significado das *antiquitates* antes de Rosinus, ver também FULVIO, 1527; LIGORIO, 1553; PANVINIO, 1648 (póstumo). Um trabalho aparentemente chamado *Antiquarium*, escrito por G. Bologni (1454-1517), foi parcialmente publicado no *Supplemento II al Giornale dei Letterati d'Italia*, Veneza, 1722, p. 115. A este respeito, ver MAZZUCHELLI, 1490, II, 3, p. 1490. Um poema de A. Fulvio é chamado *Antiquaria urbis* (FULVIO, 1533). Os *Commentaria super opera diversorum auctorum de antiquitatibus loquentium*, por Annius da Viterbo, 1498, como se sabe, são uma coleção de historiadores antigos forjados; DANIELSSON, 1932, p.1. Para o século XVII, ver também F. Balducci, *Notizie de' Professori del Disegno*, opera postuma, Florença, 1728, VI, p. 76: “[O grão-duque Cósimo III] o constituiu superintendente daqueles [dos vestígios da doura e venerável antiguidade] e, como hoje se diz, seu antiquário”. A referência é a Bastiano Bilivert.

¹⁸ O texto da *Iubilatio* foi publicado em KRISTELLER, 1902, p. 523-524. Um importante texto para os antiquários de finais do século XV, que encontra-se encontra nas páginas introdutórias de RUCELLAI, 1770, II, p. 783-784, sobre as quais também ver GILBERT, 1949, p. 122. O nome de Iacopo Antiquario (sobre o qual ver VERMIGLIOLI, 1813) se prestava a trocadilhos que são muito esclarecedores. Em uma carta a ele, Marsilio Ficino escreve (FICINO, 1495, CXXXIX): “Iacopo, o restante dos homens chama-te “o antiquário”; verdadeiramente, a Academia te denomina Antiquário e igualmente também “novário”, tanto quanto renovador e cultor da Antiguidade. Ora, não é outra coisa, julgo eu, fazer renascer os antigos senão evocar mais uma vez aqueles séculos de ouro, felizes de outrora de quando reinava soberano Saturno”. Ver também MANTUANUS, 1576, III, p. 316-317:

A mudança das cousas humanas é tanta,/ que já me julgo viver noutro mundo./ Mas, como vige nosso Antiquário – dos tempos/máxima parte –, o mundo dantes vige./ A melhor parte as cousas, seus nomes vigia./ Ledos ficai! O mundo dantes vige.

¹⁹ Os principais trabalhos dos antiquários dos séculos XVI e XVII estão coletados nos *thesauri* de J. G. GRAEVIUS, 1694-1699 e GRONOVIVS, 1697-1702, com o suplemento feito por POLENUS, 1737. Seus resultados estão sintetizados em PITISCUS, 1719. FABRICIUS, 1760 [1713], ainda é um guia de valor incomparável, mas ver também MORHOFFIUS, 1708, V, cap. II, “De scriptoribus antiquariis”. Os dois *Glossarii* de Ducange (1678; 1688) são, em certa medida, é claro, o resultado de pesquisas antiquárias. Para uma definição dos estudos antiquários do começo do século XVII, ver NAUDÉ in CRENIUS, 1692, p. 602-603. A história dos estudos sobre a Roma cristã pode ser encontrada em ROSSI, 1864, I, p. 1-82. O principal trabalho, A. Bosio, *Roma sotterranea*, foi publicado em 1632 (BOSIO, 1632). Um estudo da pesquisa antiquária no século XVII deve incluir também um exame dos catálogos de gabinetes. Para uma classificação dos estudos antiquários no Seiscentos, ver SCHMEIZEL, 1728, p. 758. Mas notar também a definição de FABRICIUS, 1760 [1713], p. 228: “seja o que for que fazem os homens, quaisquer que sejam os ritos e costumes que observam, ou os percorrem celebrados publicamente ou mesmo, matéria privada, celebra-os no âmbito da casa”. Para a evolução da mera numismática aos estudos históricos, ver TRISTAM, 1635. Este é claramente um passo em direção a uma história do Império romano.

²⁰ Ver JONES, 1943-1944, VIII-IX, p. 175. Parte da evidência já havia sido publicada por ALLISON, 1922, XXVII, p. 733. O método do primeiro lente da cátedra Camden, D. Wheare, está exposto de forma clara em WHEARE, 1637. O objetivo do seu ensino pode ser facilmente compreendido a partir da “Oração introdutória” que, na tradução inglesa de 1685, afirma o seguinte: “História é o Registro e Explicação de assuntos particulares, realizada com o objetivo que sua memória possa ser preservada, de modo que os Universais possam ser mais evidentemente confirmados, através dos quais nós podemos nos instruir acerca de como viver bem e felizmente”. A inspiração ciceroniana é indicada, é claro, por Wheare. A segunda edição da tradução inglesa (1694) também contém a *Invitation to Gentlemen to acquaint themselves with Ancient History* (DODWELL, 1694), que foi escrita segundo o mesmo espírito e procura (sem muito sucesso) superar a objeção clássica a qualquer defesa utilitária da história antiga: “por que as nossas modernas Histórias não podem ser agradáveis a gentis-homens, já que são escritas em Idiomas mais compreensíveis por gentis-homens?” (VIII). Evidência de enorme valor para o ensino em Oxford também é fornecida pelas palestras ministradas por D. Whear e preservadas em MS (Auct. F. 5. 10-11) na Biblioteca Bodleiana. Eu espero publicar algo destas.

²¹ Por exemplo, BENI, 1622, I, p. 26-27, reconhece o valor das moedas, inscrições, entre outras, como fontes históricas, porém “deve o louvor da vera e autêntica história se resguardar os monumentos inscritos e da narração”.

²² Ver por exemplo FLOWER, 1935, p. 47-73; DOUGLAS, 1939; MCKISACK, 1947, p. 226-243. Também ADAMS, 1947.

²³ Ver em geral SCHERER, 1927; SCHEELE, 1930; GENTIL, 1936, p. 272-302; MÜLLER, 1917; UNGER, 1929, I, p. 87.

²⁴ Além dos trabalhos bastante conhecidos de HAZARD, 1946 e WILLEY, 1934, ver por exemplo, PINTARD, 1943, I, p. 45; ROSSI, 1942; RICE, 1939; WICKELGREEN, 1934; ROBINSON, 1931.

²⁵ Também citado em HAZARD, 1946, III, p. 33.

²⁶ DUPRONT, 1930. Eu não posso entrar na discussão mais teológica a respeito das relações entre as crenças religiosas e as verdades históricas, mas ver ao mesmo tempo LE CLERC, 1696, p. 327, para as referências ao método histórico.

²⁷ TRAUBE, 1909, I, p. 13 ff. ainda é o trabalho fundamnetal. Muitas informações valiosas são dadas em WACHLER, 1820, e em BORKOWSKI, 1936, III, p. 136-308, 529-550. Ver também EDELMAN, 1946.

²⁸ Trata-se de duas congregações religiosas dedicadas, entre outros objetivos, ao estudo histórico e à crítica erudita da hagiografia antiga e medieval. Os bolandistas eram jesuítas, nomeados a partir erudito religioso belga Jean Bolland (1596-1665), que a partir de 1643 começaram a publicar os volumes dos *Acta Sanctorum*, onde sua revisão crítica da hagiografia era apresentada. Os mauristas, por sua vez, eram membros da congregação beneditina de Saint-Maur, centrada na Abadia de Saint German-des-Prés, em Paris, que publicaram a partir de 1668 seus *Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedicti*, dedicados ao exame das vidas dos santos da ordem beneditina. Bernard de Montfaucon e Jean Mabillon, citados no texto, eram mauristas (NT).

²⁹ Ver por exemplo SCHMEIZELIUS, 1721, p. 85: “Historiadores autênticos devem ser preferidos aos não-autênticos: aqueles são os que escreveram suas obras baseados nos Arquivos, nas Atas e Instrumentos Públicos; estes, os que tomaram as suas aos livros comuns”; GRIESBACHIUS, 1821, I, p. 206: “De fato, o que pode ser dito com alguma pompa contra documentos públicos genuínos de comprovada autoridade?”. Ver também EISENHART, 1750; CRUSIUS, 1747, p. 1041.

³⁰ POUILLY, 1729, p. 71-114 e a resposta de SALLIER, 1729, p. 115-116, são peças que se destacam especialmente neste volume. Outro tratado sobre o método histórico que nunca foi analisado adequadamente é aquele composto pelos prefácios e *propylaea* das *Acta Sanctorum* (1643 ff., especialmente 1675 ff.). Ver também SAINTE MARIE, 1713-1720, do qual eu conheço a tradução latina publicada em SAINTE MARIE, 1751.

³¹ Em latim, no original: “*Fides historica est praesumptio veritatis de eo quod hominibus accidisse vel ab iis gestum esse dicitur, orta ex coniecturis circumstantiarum quae non saepe falere solent, nulis tamen ab hominibus inventis aut praescriptis regulis adstricta, sed iberiae cuiusvis ratiocinationi, a praeiudiciis tamen vacuae, relicta.*”

³² Ver nesse mesmo sentido HÜBENER, 1706. A dissertação que se pode dizer iniciou toda essa discussão na Alemanha é EISENHART, 1679. Eisenhart discute os significados de “*fides*”, “*autoritas*”, “*notorium facti*” e “*notorium iuris*” e fornece regras para estabelecer a validade das evidências. Sua influência é particularmente clara em duas dissertações, intituladas *De iudicio histórico* (1703) e *De pyrrhonismo histórico* (1707), de F. W. Bierlingius, que foram reimpressas com mudanças no trabalho *Commentatio de pyrrhonismo histórico*, Leipzig, 1726, do mesmo autor. Na página 225 ff., ver a discussão “*De fide monumentorum ex quibus historia depromitur*”. O que ele diz na p. 96 pode ser tomado como característico da nova atitude crítica: “*O gênero histórico é tão carente de Arte, que faz com que esta fuja com horror das citações ou que antes permita ao leitor queixar-se delas com alguma justiça. De imediato, a questão primeira, que ao leitor de histórias vem à mente, é a seguinte: de onde tirou o autor estes seus argumentos? Acaso, fez uso de testemunhas idôneas e dignas de fê?*” [“*Historicum genus scripturae tantum abest ut a citationibus abhorreat, ut potius lector suo quodam iure illas postulare queat. Prima statim quaestio, quae historias legenti in mentem venit, haec est: unde auctor haec sua desumpsit? Num testibus usus est idoneis atque fide dignis?*”]

³³ MICHAELIS, 1753; 1770 são os trabalhos pioneiros sobre as antiguidades hebraicas. É de se notar que Montfaucon relutara em coletar evidências da arqueologia hebraica. Sobre os predecessores de Michaelis, ver BORKOWSKI, III, 1936, p. 149-152.

³⁴ Chr. Arnoldus menciona, entre outros, os doutores W. Lazius, F. Licetus, A. Occo, C. Patin, L. Savotius (autor do *Discours sur les medailles antiques*, Paris, 1627), J. Spon e J. Vaillant. Sobre a reputação da numismática no final do século XVII, ver REICHARTUS, 1691, onde, nas páginas p. 84-89, há um hino à numismática (“*nullum libero homine dignis, nullum incundius, nullum ad res victoris terrarum orbis populi probe cognoscendas est utilius* etc.”); CUPERUS, 1683; SUARESIUS, 1668. A melhor bibliografia a respeito está em BANDURI, 1718. Há uma lista de trabalhos de numismática do século XVII em TILGER, 1710, p. 40-45; na página 41, Tilger chama o século XVII de “*numismaticum*”. Ver também STRUVIUS, 1693. Comparar, acima de tudo, com PATIN, 1691, p. 8: “*E mesmo se pode dizer que sem Medalhas a história, privada de provas, passaria em muitos espíritos, seja pelo efeito da paixão dos Historiadores, que escreveriam sobre aquilo que se passou em seu tempo, seja por uma pura descrição de memórias, que poderiam ser falsas ou apaixonadas*”. Ver uma reação interessante a todo este entusiasmo é dada pelo Abbé Geinoz (GEINOZ, 1740, p. 263); na página 280,

ele escreve: “com os livros e sem medalhas, pode-se saber muito e saber bem, e com as medalhas sem os livros, saber-se-á pouco e mal”. Mas ver, por outro lado, FROELICH, 1733, e a carta de P. M. Paciaudi “a Sua Eccellenza il Sig. Bali d’Alsazia d’Hennin” publicada como apêndice a ZACCARIA, 1793, p. 354-364, onde ele ataca a condenação de Bayle segundo a qual as moedas seriam “monumentos que os modernos empregam impunemente para satisfazer seus caprichos sem se fundar sobre um fato real”, in *Diction.*, ed. 1730, IV, p. 584, s.v. *Sur les libelles diffamatoires*. Declarações de grande importância metodológica também estão presentes no prefácio de J. Spon a sua *Recherche des antiquités et curiosités de la Ville de Lyon*, 1673, o qual incidentalmente contém uma lista “dos principais antiquários e curiosos da Europa”. É necessário um estudo adequado de J. Spon; enquanto isso, comparar com MOLLIÈRE, 1905 (muito fraco e esquemático). Sobre Bianchini como historiador, ver CROCE, 1924, II, p. 101-109. Mais referências bibliográficas estão disponíveis no artigo de F. Nicolini na *Enciclopedia Italiana*. Sobre Bianchini e Montfaucon, por sua vez, BROGLIE, 1891, I, p. 336. Para o método de Bianchini, comparar com o que ele diz na *Demonstratio*, p. XIV: “São, portanto, algumas fortificações e baluartes – mais ainda: vestígios da verdade histórica – os túmulos, as lâminas, as tabuinhas de escrever, todos os corpos, enfim, gravados com inscrições, ou esculpidos com símbolos, quer ainda ornados com figuras quer com imagens que digam respeito a marcas cronológicas, nomes, ritos e costumes daqueles tempos que são chancelados pela História [...] Com efeito, não se assentou em qualquer um de seus escritos tamanha confiança – ou antes arrogância –, que fosse capaz de se esquivar de ser corrigida pela autoridade dos mármore e imagens antigas”.

³⁵ Entre os céticos moderados, comparar MENCKENIUS, 1701 e 1734; GLADOV; FÜRBRINGER, 1714; LACKMANNUS, 1735. Uma dissertação anônima intitulada *De incertitudine historica* foi publicada no *Additamentum ad Observationum Selectarum Halensium ad rem litterariam septantium tomos decem*, p. 148 ff. sem data (talvez 1705?). A melhor dissertação deste tipo é possivelmente a de ARPE, 1716 (disponível na Biblioteca Nationale), que em doze capítulos lista sistematicamente todas as possíveis causas de desvio da verdade.

³⁶ Cf. GREVE, 1722.

³⁷ Cf. também PRIESTLEY, 1788 e FRÉRET, 1796, p. 55-156.

³⁸ Recentemente editado no Brasil sob o título *Princípios gerais da ciência histórica*, Editora da UNICAMP, 2013 (NT).

³⁹ Considera-se que o primeiro manual das ciências auxiliares da história seja HEDERICH, 1717. Como ele parece ter tido uma escassa circulação fora da Alemanha (eu o vi apenas na Bibliothèque Nationale), talvez se possa avisar ao leitor que se trata de um sumário bastante elementar da história universal, das antiguidades romanas, da mitologia, geografia, cronologia, genealogia etc.

⁴⁰ “Os próprios livros pareciam apresentar de longe maior credibilidade e notoriedade”, SCALAMONTIUS, 1792, p. LXXII. Sobre Ciriaco, ver ZIEBARTH, 1902, p. 214; também VOIGT, 1880, p. 271.

⁴¹ Comparar com a tradução italiana, *Dialoghi di Don Antonio Agostini tradotti in italiano*, Roma, 1592, p. 261: “*io dò più fede alle medaglie, alle tavole e alle pietre cha tutto quello che dicono gli scrittori?*”. Sobre este grande erudito que exerceu uma profunda influência sobre os antiquários de finais do XVII (Spannheim é o nome que vem à mente), ainda é necessário um estudo monográfico. As pesquisas mais recentes que conheço são LEICHT, 1941, p. 375; RODÓN, 1945, p. 97; ZULUETA, 1946, p. 47 (tradução de um trabalho em inglês que já havia sido publicado como parte das David Murray Lectures, Glasgow, 1939). Esta passagem de Agostino me foi indicada por C. Mitchell do Instituto Warburg. Uma opinião mais moderada mas no mesmo sentido foi expressa por ERIZZO, 1559, p. 2.

⁴² Sobre o autor, ver RUYSSCHAERT, 1949, p. 48.

⁴³ A teoria da falsificação foi formulada primeiro na *Chronologiae ex nummis antiquis restitutae prolusio de nummis Herodiadum*, Paris, 1693, p. 60. Para um exemplo da argumentação típica empregada por Hardouin, ver HARDOUIN, 1766, p. 15: “No mês de agosto de 1690, começamos a sentir o cheiro de fraude em Agostinho e em autores de igual estatura; no mês de novembro, já suspeitávamos de todos eles: descrevemo-la inteira no mês de maio do ano de 1692”. Na página 172, ele discorre sobre seu método: “Dos assuntos que se costuma ler na história propriamente escrita, as moedas antigas não nos oferecem absolutamente nada; mostram, porém, inteiramente o contrário: que juízo maior pode haver em histórias fabulosas? A história escrita não representa quase nada daquilo que é gravado nas moedas. Ora, não é este outro certo argumento *fallacieux*? Não é admirável que os que mentiram na história profana foram aqueles que perverteram ou adulteraram a história sacra?”. Ver também suas HARDOUIN, 1723, p. 280. Ela começa com “A Virgílio nunca veio à mente escrever a *Eneida*”. O trabalho sobre Dante foi republicado em Paris no ano de 1847 sob o título de *Doutes proposés sur l'age de Dante par P.H.J.*, tendo aparecido primeiro no *Journal de Trévoux*, 1727. O melhor ensaio sobre Hardouin é o de autoria de G. Martini (MARTINI, 1944, p. 351-361). Cf. DE LA CROZE, 1708. Sobre Severus Archontius, ver também *De J. Harduini [...] Prolegomenis [...] epistola quam [...] scripserat Caesar Missiacos, vulgo C. de-Missy*, Londres, 1766, p. 15.

⁴⁴ Ver ANÔNIMO (P. Jacq.-Phil. Lallement?), 1708; THUILLIER, 1724, I p. 365. Cf. MARTÈNE, 1930, IV; HERR, 1938. *A Correspondance inédite de Mabillon et de Montfaucon avec l'Italie*, 1846, é de valor incomparável.

⁴⁵ Sobre Winckelmann, o melhor estudo até hoje é o de ANTONI, 1942, p. 37.

⁴⁶ Contudo o ANÔNIMO, 1846, p. 721-742, ainda não foi batido. Sobre N. Fréret, ver RENARD, 1939, p. 84-94; sobre Herculaneum, ver RUGGIERO, 1885; CASTELLANO, 1943-1945, p. 65-86, 184-194. Sobre M. Guarnacci,

remeto a GASPERETTI, 1926, p. 81-91. Um interessante panorama contemporâneo dos estudos antiquários é dado por GORI, 1748, p. 31-38. Muitos trabalhos de G. Gasperoni (sobre o qual ver CALCATERRA, 1949, p. 383) estudam a erudição italiana do Setecentos. Ver, por exemplo, GASPERONI, 1904; 1907. MAYLENDER, 1926, oferece dados sobre as academias.

⁴⁷ A recente *Bibliografia Vichiana* por B. Croce e F. Nicolini, Nápoles, 1947, é uma fonte de informações inestimável a respeito dos estudos filológicos no século XVIII. Ver NICOLINI, 1949.

⁴⁸ A história do problema foi relatada na introdução escrita por G. Devoto para sua edição das *Tabulae Iguvinae*, segunda edição, 1940.

⁴⁹ C. Sigonio foi o último grande antiquário renascentista italiano a estudar um tema relacionado à Grécia. O próximo trabalho importante é, talvez, NORIS, 1691. Todos os outros estudos importantes sobre as antiguidades gregas no Seiscentos não são italianos, por exemplo: SELDEN, 1628; ROUS, 1637; FEITH, 1677; SPON, 1679; POTTER, 1702; e sobretudo as várias monografias de J. Meursius compiladas por G. Lami, Florença, 1741-1763. Ver CURIONE, 1841. Todo o problema do estudo do grego na Itália precisa ser reexaminado.

⁵⁰ Segundo o mito, Frixo, filho do rei da Beócia e da deusa Nefele, teve seu sacrifício ordenado após sua madrasta e sua meia-irmã, Ino e Helles, respectivamente, terem distorcido a interpretação de um oráculo invocado, para que a população escapasse à fome causada pela perda das colheitas. Segundo a história, no momento do sacrifício, Frixo foi salvo por um carneiro voador enviado por Nefele, por isso permitindo a aproximação com o sacrifício de Isaac (NT).

⁵¹ Método de interpretação dos mitos antigos desenvolvido já no período pós-clássico, tendo sido nomeado a partir de Evêmero, cortesão e erudito grego do século IV a.C., segundo o qual a origem dos mitos é a heroização e a deificação de indivíduos reais e de eventos históricos, que foram passados de geração em geração sob a forma de mito (NT).

⁵² Trata-se de uma placa de bronze, de provável origem romana, que imita o desenho dos hieróglifos egípcios. Foi utilizada pelo erudito e antiquário jesuíta Athanasius Kircher (c. 1601-1680) como princípio para sua tentativa de decifrar a escrita do antigo Egito (NT).

⁵³ Sobre os estudos seiscentistas, ver GRUPPE, 1921, p. 45; CAPÉLAN, 1934, p. 257; ROSSI, 1947, 1942. Ver também MENSCHING 1948, p. 39. Uma pequena lista de trabalhos característicos: KIRCHER, 1652; DICKINSON, 1655; BOGAN, 1658; HUGO, 1655; BOCHART, 1646; WITSIUS, 1693; SPENCER, 1685; HYDE, 1700 (ele foi atacado indiretamente por Montfaucon, *L'Antiquité expliquée*, II, parte 2, p. 395). Sobre a história da *Mensa Isiaca* que se tornou tão importante após a edição de L. Pignorio (Veneza, 1605), ver SCAMUZZI, 1939. Uma interessante alusão à *Mensa Isiaca* é feita em CUDWORTH, 1829. M. M.

de Rossi, *Alle fonti del deismo*, parece-me ter explicado (p. 26 ff.) porque o estudo comparado da religião se tornou uma arma nas mãos dos pensadores deístas, ainda que seus adversários nunca tenham negado a revelação natural aos pagãos.

⁵⁴ Em francês, no original (NT).

⁵⁵ O melhor catálogo de trabalhos está em Gruppe. Entre os trabalhos recentes, notar EVANS, 1932; VENTURI, 1947; PIGGOT, 1950. Os títulos dos livros mencionados no texto são: Ch. De Brosses, *Du culte des dieux fétiches*, 1760; A. Court de Gébelin, *Monde primitif analysé*, 1773 ff.; Ch. Fr. Dupuis, *Origine de tous les Cultes*, 1794; N. A. Boulanger, *Antiquité dévoilée*, 1766; Baron de Saint-Croix, *Mémoires pour servir à l'histoire de la religion secrète des anciens peuples*, com um apêndice por J-B. G. d'Ansse de Villoison, 1784 (ver também a edição de 1817 sob o nome de *Recherches historiques et critiques sur les mysteres du paganisme*); P. F. Hughes d'Hancarville (Ancarville), *Recherches sur l'origine, l'esprit et le progrès des arts de la Grèce*, Londres, 1785; R. Payne Knight, *The Symbolical Language of Ancient Art and Mythology*, 1818 (reimpressão Nova York, 1876); [T. Blackwell] *Letters Concerning Mythology*, Londres, 1748; N. S. Bergier, *L'origine des dieux du paganisme*, 1767, e J. Bryant, *A New System or an Analysis of Ancient Mythology*, 1774, são igualmente característicos. Uma boa introdução a toda esta literatura é dada pela bibliografia crítica anexada ao anônimo *Essai sur la religion des anciens grecs*, Genebra, 1787, p. 183-223 (estima-se que o autor possa ser N. Leclerc de Sept Chênes).

⁵⁶ Esta definição ainda foi repetida por E. Meyer, o último grande historiador, ao menos que eu saiba, que aceitou a distinção entre história e antiguidade como legítima; ver MEYER, 1924, p. 66.

⁵⁷ Ritschl argumentou “Por que razão não seria preferível pôr de lado o desagradável desleixo e, alusivamente, dividir de forma natural o material das assim chamadas antiguidades a partir dos campos derivados das diferentes atividades do espírito humano?” A continuidade de Ritschl a Droysen é clara.

⁵⁸ Ver também ULRICH, 1886, p. 22 para outra definição (e defesa) da Antiguidade. Sobre toda esta literatura a respeito da “*Enzyklopädie und Methodologie der Altertumswissenschaft*”, que eu não me proponho a examinar em detalhe, ver BERNARDINI E RIGHI, 1947.

⁵⁹ Para a discussão sobre “Staatsrecht” e “Staatsaltertümer”, ver provisoriamente minha nota em *Journ. Roman Studies*, XXXIX, 1949, p. 155. Eu espero mais tarde escrever acerca da influência dos estudos antiquários no nascimento da sociologia.

⁶⁰ Uma primeira versão deste artigo foi lida no Instituto Warburg em janeiro de 1949. Sou grato aos membros do Instituto pela proveitosa discussão, dentre os quais cito Prof. C. Dionisotti, Dr. F. Jacoby, Dr. N. Rubinstein, Sra. M. I. Henderson, Dr. R. Pfeiffer, Dr. B. Smalley, e ao reitor de Brasenose, Sr. Hugh Last.

⁶¹ Sou grato à Srta. M. McKisack por ter discutido comigo o tema deste apêndice.

⁶² E. N. Adams, que repete a opinião comum, parece referir ao prefácio de John Bale à edição de 1549 da *Laborious Journey*. A referência seria equivocada, já que Bale considera Leland apenas “um diligente pesquisador das Antiguidades desta nossa nação Inglesa ou Britânica”. Eu percebo com prazer que T. D. Kendrick, *British Antiquity*, 1950, p. 47, nota 1, chega à mesma conclusão, ainda que não discuta os textos anteriores.

⁶³ Esta lista não pretende ser completa. Ver também nota 47, anteriormente escrita, e GAMURRINI, 1905. Para a Sicília, ver PACE, 1935.

Referências

- ADAMS, E. N. *Old English Scholarship in England from 1556 to 1800*. Yale, 1917.
- ADDISON, J. Dialogues upon the usefulness of Ancient Medals. In: *Miscellaneous Works*, 1830, III, p. 39-199.
- ADHÉMAR, J. Influences Antiques dans l'Art du Moyan Âge. In: *Journal of the Warburg Institute*, Londres, 1939, p. 41-131.
- AGOSTINO, Antonio. *Dialogos de medallas, inscripciones y otras antiguidades*, Tarra-gona, 1587.
- ALLISON, W. H. *Amer. Hist. Ver.*, 1922, XXVIII.
- ANÔNIMO (P. Jacq.-Phil. Lallement?). *Histoire des contestations sur la Diplomatie*, Paris, 1708.
- ANÔNIMO. Storia degli studi sulle origine italiane. In: *Rivista Europea*, I, 1846.
- ANTONI, C. *La lotta contro la ragione*, 1942.
- ARIENTI, S. degli. Le Porretane, *Novella III*, 1487.
- ARNOLDUS, Christophorus. *Epistola de rei medicae simul ac nummariae scriptoribus praecipuis*. In: PARISIUS, P. *Rariora Magnae Graeciae Numismata*, altera editio renovata accurate John. Georgio Volckamero, Med. D., 1683.
- ARPE, P. F. *Pyrrho, sive de dubia et incerta historia et historicorum veterum fide argumen-tum*, Kiel, 1716.
- AST, F. *Grundriss der Philologie*, Landshut, 1808.
- BACON, F. *Advancement of Learning*, 1605.
- BALDINUCCI, F. *Notizie de' professori del Disegno, opera postuma*. Florença, 1728, VI.
- BANDURI, A. *Bibliotheca Numismatica in Numismata Imperatorum Romanorum a Traiano Decio*, I, 1718.

- BEAUFORT, L. *Sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine*, 1738.
- BENI, P. *De Historia*. Veneza, 1622, I.
- BERLINGIUS, F. W. *Commentario de pyrrhonismo histórico*. Leipzig, 1706.
- _____. *De iudicio histórico*, 1703.
- _____. *De pyrrhonismo histórico*, 1707.
- BERNARDINI, A; RIGHI, G. *Il Concetto di Filologia e di Cultura Classica nel Pensiero Moderno*, Bari, 1947.
- BIANCHINI, F. *La Istoria Universale provata con monumenti e figurata con simboli degli antichi*, 1697.
- BIANCHINI, G. *Demonstratio Historicae Ecclesiasticae quadripitatae comprobatae monumentis pertinentibus ad fidem temporum et gestorum*, 1752.
- BIONDO, Flavio. *Roma Triumphans*.
- BOCHART, S. *Geographia Sacra (Phaleg et Canaan)*, Caen, 1646.
- BOGAN, Z. *Homerus Ἑβραϊζών*, Oxford, 1658.
- BOLOGNI, G. *Antiquarium*. In: *Supplemento II al Giornale dei Letterati d'Italia*, 1722.
- BORKOWSKI, S. von Dunin. *Spinoza*, 1936, III.
- BOSIO, A. *Roma Sotterranea*, 1632.
- BROGLIE, E. De. *Bernard de Montfaucon*, I, Paris, 1891.
- CALCATERRA, C. *Giorn. Stor. Lett. Ital.*, CXXVI, 1949.
- CAMDEN, W. *Epistula*. In: *Britannia*, 1586.
- CAPÉLAN, L. *Le problème du salut des infidèles*, Toulouse, 1934.
- CARO, A. *Lettere familiari*. Milão, 1807, III.
- CASSIRER, Ernst. *Die Philosophie der Aufklärung*, 1932.
- CASTELLANO, G. "Mons. Otavio Antonio Bayardi e l'illustrazione delle antichità d'Ercolano". In: *Sammium*, XVI-XVIII, 1943-1945.
- CASTROU, F; ROUILLÉ, P. *Histoire romaine*, 1725-1737.
- CAYLUS, Comte de. *Recueil d'Antiquités*, 1752-1767.
- CHAUSSE, M. De La. *Le Gemme antiche figurate*, Roma, 1700.
- CHANDLER, R. *Marmora Oxoniensia*, 1763.
- CHIFFLET, Claude. *De numismate antiquo liber posthumus*, Lovaina, 1628.

- CLARK, K. *The Gothic Revival – An Essay in the History of Taste*. 2. ed. Londres, 1950.
- COLUCCI, G. *Antichità Picene*, 1792, XV.
- CROCE, B. *Conversazione critiche*, IV, 1932.
- _____. *Conversazioni critiche*, II, 1924.
- _____. *La letteratura italiana del Settecento*, 1949.
- _____. *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*, 3. ed., 1947
- CROUSAZ, J.-P. *Examen du pyrrhonisme ancien et moderne*, 1733.
- CROZE, M. Veyssière de la. *Vindiciae veterum scriptorum contra J. H.*, 1708.
- CRUSIUS, Chr. A. Von der historischen Warscheinlichkeit. In: *Weg zur Gewissheit und Zuverlässigkeit des menschlichen Erkenntnis*. Leipzig, 1747.
- CUDWORTH, R. The True Intellectual System of the Universe. In: *Works*, Oxford, 1829.
- CUPERUS, G. Utilitas quam ex numismatis principes capere possunt. In: *Apotheosis vel consecratio Homeri sive Lapis Antiquissimus*, Amsterdã, 1683.
- CURIONE, A. *Sullo studio del greco in Italia nei secoli XVII-XVIII*, Roma, Tosi, 1841.
- CUST, L.; COLVIN, S. *History of the Society of Dilettanti*, 2. ed., p. I-XLI, 1914. (1ª edição, 1898).
- DAHLMANN, H. Terentius Varro. In: PAULY, A; WISSOWA, G. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Suppl. VI, 1935.
- DAIRVAL, Baudelot de. *De l'utilité des voyages et de l'avantage que la recherche des antiquitez procure aux sçavans*, 1686, I, p. 1-70.
- DANIELSSON, O. A. Annus von Viterbo über die Gründungsgeschichte Roms. In: *Corolla Archaeologica Principi Gustavo Adolpho dedicata*, 1932.
- DEGRASSI, A. *Epigraphica*, 1946, VIII, p. 91-93.
- DELLA CORTE, F. *Enciclopedia dei latini*. Gênova. Di Stefano, 1946, p. 33-42.
- _____. *La filologia latina dalle origini a Varrone*. Turim, 1937.
- DICKINSON, E. *Delfi Phoenicizantes*, Oxford, 1655.
- DODWELL, H. *Invitation to Gentlemen to acquaint themselves with Ancient History*, 1694.
- DOUGLAS, D. *English Scholars*. Londres, 1939.
- DUCANGE, Charles de Fresne, Seigneur de. *Glossarium mediae et infimae Latinitatis*, 1678.
- _____. *Glossarium ad scriptores mediae et infimae Graecitatis*, 1688.

- DUPRONT, A. P.-D. *De Huet et la exegese comparatiste au XVIIe siècle*. Paris, 1930.
- ECHARD, L. *Roman History from the Building of the City to the Perfect Settlement of the Empire by Augustus*, 1697.
- EDELMAN, N. *Attitudes of Seventeenth-Century France towards the Middle Ages*. New York, 1946.
- EISENHART, J. F. *De auctoritate et usu inscriptionum in iure*. Helmstedt, 1750.
- _____. *De fide historica commentarius, accessit Oratio de coniungendis iurisprudentiae et historiarum studiis*. Helmstedt, 1679.
- ERIZZO, S. *Discorso sopra le medaglie antiche*. Venezia, 1559.
- ERNESTI, Jo. Aug. *Opuscula Philologica*. 2. ed., Leiden, 1776.
- EVANS, A. W. *Warburton and the Warburtonians*. Oxford, 1932.
- FABRICIUS, J. A. *Bibliotheca Antiquaria*, 3. ed., 1760 (1ª edição, 1713).
- FEITH, E. *Antiquitates Homericae*, 1677.
- FICINO, Marsilio. *Epistolae*. Venezia, 1495.
- FIESEL, E. *Etruskisch*. In: *Geschichte der indogermanischen Sprachwissenschaft*. Berlin, 1931.
- FLOWER, R. Laurence Nowell and the Discovery of England in Tudor times. In: *Proceedings of the British Academy*, 1935, XXI. p. 47-73.
- FRÉRET, N. *Observationes générales sur l'histoire ancienne*. In: *Oeuvres complètes*, I, 1796.
- FROELICH, H. E. *Utilitas rei numariae veteris*. Viena, 1733.
- FULVIO, A. *Antiquaria urbis*, 1533.
- _____. *Antiquitatis urbis Romae*, 1527.
- FUNAIOLI, G. Lineamenti di una storia della filologia attraverso i secoli. In: *Studi di Letteratura Latina*, 1946, I.
- GAMURRINI, G. F. *Bibliografia dell'Italia Antica*, I, Arezzo, 1905.
- GASPERETTI, L. Le Origine Italiane di Mario Guarnacci e l'utopia della Sapientia Antiquissima. In: *La Rassegna*, XXXIV, 1926.
- GASPERONI, G. Primato, onore e amore d'Italia negli storici ed eruditi del Settecento. In: *Convivium*, XI, 1939.
- _____. *La Storia e le lettere nella seconda metà del sec. XVIII*, Jesi, 1904; *La scuola storico-critica nel sec. XVIII*, Jesi, 1907.
- GEINOZ, Abbé. Observations sur les médailles antiques. *Histoire de l'Acad. Royale des Inscriptions*, XII, 1740.

GENTIL, G. Contributo alla storia del método storico. In: *Studi sul Rinascimento*. 3 ed., 1936. p. 272-302.

GIEHLOW, K. Die Hieroglyphenkunde des Humanismus. In: *Jahrbuch D. Kunsthist. Sammlungen des allerhöchsten Kaiserhauses*, 1915, XXXII. p. 1-222.

GILBERT, F. Bernardo Rucellai and the Orti Oricellari: A Study on the Origin of Modern Political Thought. In: *Journal of the Warburg Institute*, 1949, XII. p. 101-131.

GLADOV, Fr.; FÜRBRINGER, G. *De erroribus historicorum vulgaribus*, Halle, 1714.

GOMBRICH, E. H. Icones symbolicae. In: *Journal of the Warburg Institute*, 1948, XI. p. 163-192.

GORI, A. F. *Admiranda Antiquitatum Herculaneusium Descripta et Illustrata, Symbolae Litterariae*, I, Florença, 1748.

_____. *Symbolae litterariae*. Florença/Roma, 1748-1751.

GRAEVIS, J. G. *Thesaurum Antiquitatum Romanarum*, 1694-1699.

GREVE, M. A. *Περὶ ἀπαξ εἰρημέων sive de auctoritate unius testis*. Wittenberg, 1722.

GRIESBACHIIUS, Io. Iac. *Dissertatio de fide historica ex ipsa rerum quae narrantur natura iudicanda* (1768). In: *Opuscula Academica*. Iena. ed. Io. Ph. Gabler, 1824, I.

GRONOVIIUS, J. *Thesaurum Graecarum antiquitatum*, 1697-1702.

GRUPPE, O. *Geschichte der klassischen Mythologie und Religionsgeschichte*, 1921.

GUTKIND, C. S., *Deutsche Vierteljahrss Chr. F. Literaturwissenschaft*, 1932, X.

HARDOUIN. *Ad Censuram scriptorum veterum prolegomena*. Londres, 1766.

_____. *Observationes in Aeneidem*. In: *Opera varia*. Amsterdã, 1723.

HAUTECOEUR, L. *Rome et la Renaissance de l'Antiquité à la fin du XVIIIe siècle*, 1919.

HAZARD, Paul. *La pensée européenne au XVIIIe siècle*, 1946.

HEDERICH, B. *Anleitung zu den fürnemstem historischen Wissenschaften*. 3. ed. Wittenberg, 1717.

HEER, *Johannes Mabillon und die Schweizer Benediktiner*. St. Gallen, 1938.

HEYNE, Chr. G. *Opuscula Academica*. I, 1785.

HOLBACH, B. de. *Système de Nature*, 1821, II, cap. 12.

HÜBENER, C. A. *Historicus Falso Suspectus*. Halle, diss., 1706.

HUET, Pierre-Daniel. *Demonstratio evangelica*, 1672.

HUGO, J. *Vera historia romana*. Roma, 1655.

HYDE. *Historia religionum Veterum Persarum eorumque Magorum*. Oxford, 1700.

- JACOBY, F. Charon von Lampsakos. In: *Studi Italiani Fil. Class.*, 1938, XV.
- _____. *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden: Brill, III, 1940.
- _____. Hyeronimus Aegyptius. In: PAULY, A; WISSOWA, G. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, VIII, 1913, col. 1560.
- _____. Über die Entwicklung der griechischen Historiographie und den Plan einer neuen Sammlung der griechischen Historikerfragmente. In: *Klio*, 1909, 9, p. 80-123.
- JOACHIMSEN, P. *Geschichtsauffassung und Geschichtschreibung in Deutschland unter dem Einfluss des Humanismus*, 1910, I, p. 15 ff.
- JONES, H. Stuart. *Oxoniensia*, 1943-1944, VIII-IX.
- JUSTI, C. *Winckelmann und seine Zeitgenossen*. 3. ed., 1923 (1ª edição, 1866).
- KESTERS. *Antisthène de la dialectique*. Lovaina, 1935.
- KIRCHER, A. *Oedipus Aegyptiacus*. Roma, 1652.
- KÖRTE, A. Die Entstehung der Olympionikenliste. In: *Hermes*, XXXIX, 1904, p. 221.
- KRISTELLER, P. *Andrea Mantegna*, 1902.
- LACKMANNUS, A. H. *De testimoniis historicorum non probantibus*. Hamburgo, 1735.
- LANGLOIS, Ch.-V. *Manuel de Bibliographie Historique*. Paris, 1901.
- LASCH, B. *Das Erwachsen und die Entwicklung der historischen Kritik in Mittelalter*. Breslau, 1887.
- LEICHT, P. S. Rapporti dell'umanista e giurista Antonio Agostino con l'Italia. *Rend. Accad. Italia*, VII, 2, 1941.
- LE CLERC, J. La vérité de la religion chrétienne. In: *De l'incrédulité*. Amsterdã, 1696.
- LETO, Pomponio. *Antiquitates urbis*.
- LIGORIO, Pirro. *Antichità di Roma*, 1533.
- MAGOUN, F. Peabody. The Rome of Two Northern Pilgrims. In: *Harvard Theological Review*, 1940. XXXIII. p. 267-290.
- MANTUANUS, Ioh. Baptista. *Opera*. Antuérpia, 1576, III.
- MARTÈNE, D. *Histoire de la congrégation de Saint-Maur*, IV, 1930.
- MARTINI, G. Le stravaganze critiche di padre J. H. In: *Scritti di paleografia e diplomatica in onore di V. Federici*, Florença, 1944.
- MASCIOLI, F. Mascioli. Anti-Roman and Pro-Italic Feeling in Italian Historiography. In: *Romanic Review*, XXXIII, 1942.

- MAYLENDER, M. *Storia delle Accademie d'Italia*. Bologna, 1926.
- MAZZUCHELLI, G. *Gli scrittori d'Italia*, 1490, II.
- MCKISACK, M. Samuel Daniel as Historian. In: *Review of English Studies*, 1947, XXIII. p. 226-243.
- MEIBOMIUS, H. *Nummorum Veterum in illustranda imperatorum romanorum historia Usus*, Helmstedt, 1684.
- MENCKENIUS, Jo. Burchardus. De Historicorum in rebus narrandis inter se dissidiis horumque causis, In *Disser. Literariae*, Leipzig, 1734.
- _____. Burchardus. *Quod iustum est circa testimonia historicorum*. Halle, 1701.
- MENSCHING, G. *Geschichte der Religionswissenschaft*. Bonn, 1948.
- MERKEL, R.; MIRSCH, P. De M. Terenti Varronis Antiquitatum Rerum Humanarum libris XXV. In: *Leipziger Studien*, 1885, V.
- MERULA, G. *Antiquitates Vicecomitum*, 1486.
- MEYER, E. Zur Theorie und Methodik der Geschichte. In: *Kleine Schriften*, 2. ed., 1924.
- MICHAELIS, J. D. *Compendium antiquitatum Hebraeorum*, 1753.
- _____. *Mosaïsches Recht*, 1770.
- MOLLIÈRE, A. *Une famille médicale Lyonnaise au XVIIe siècle – Charles et Jacob Spon*, Lyons, 1905.
- MORHOFIUS, D. G. De scriptoribus antiquaries. In: *Polyhistor*. Lübeck, 1708.
- MÜLLER, H. J. M. *Chladenius, 1710-1759. Ein Beiträge zur Geschichte der Geisteswissenschaften, besonders der historischen Methodik*. Berlin, 1917.
- MULLINGER, J. B. *The University of Cambridge*, 1911, III.
- MURATORI, L. A. *Delle forze dell'entendimento umano ossia il pirronismo confutato*, 1745.
- NAUDÉ, G. De Studio liberalii. In: CRENIUS, Th. *Variorum Auctorum et Studio-rum Methodi*. Roterdã, 1692.
- NICOLINI, F. *Commento sotirco alla Seconda Scienza*. Roma, 1949.
- NORDEN, E. *Agnostos Theos*, 1913.
- NORIS, F. E. *Annus et Epochae Syromacedonum in vetustis urbium Syriae nummis*, Florença, 1691.
- PACE, B. *Arte e civiltà della Sicilia antica*, Roma, 1935.
- PANVINIO, O. *Antiquitates Veronenses*, 1648.

- PATIN, Ch. *Introduction à la Connoissance des Médailles*, 3. ed., 1691.
- PATTINSON, M. I. *Casaubon*, 1892.
- PAULY, A; WISSOWA, G. Herodotus. In: *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Suppl. II, 1913, col. 467 ff.
- _____. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, IV, 1901.
- PERIZONIUS, J. *Animadversiones Historicae*, 1685.
- _____. *Oratio de fide historiarum contra Pyrrhonismum Historicum*, 1702.
- PIGGOT, S. W. *Stukeley*. Oxford, 1950.
- PINTARD, R. *Le libertinage érudit dans la première moitié du XVIIIe siècle*, 1943, I.
- PIRANESI, G. B. *Antichità romane*, 1756.
- PITISCUS, S. *Lexicon Antiquitatum Romanarum (Sacrae et Profanae, Publicae et Privatae, Civiles et Militares)*. Veneza, 1719.
- PLATNER, E. *Über wissenschaftliche Begründung und Behandlung der Antiquitäten*, Marburg, 1812.
- POLENUS, J. Supplement to the *Thesauri* of Graevius and Gronovius. Veneza. 1737.
- POTTER, J. *Archaeologia Graeca*, 1702.
- POUILLY, M. de. Nouveaux essais de critique sur la fidelité de l'histoire. In: *Mémoires de l'Académie des Inscription et Belles-Lettres*, 1729, p. 71-114.
- PRIESTLEY, J. *Lectures on History and General Politics*, 1788.
- RECHENBERG, C. O. *De autoritate historiae in probandis quaestionibus iuris et facti*. Leipzig, 1709.
- REICHARTUS, Ph. J. *De Re Monetali Veterum Romanorum*, Altdorf, 1691.
- REINACH, S. Esquisse d'une histoire de l'archéologie gauloise. In: *Revue Celtique*, XIX, 1898, p. 101-117, p. 292-307.
- RENARD, M. *Latomus*, III, 1939.
- RHODIGIUS, Coelius (Ludovico Ricchieri). *Antiquae Lectiones*, 1516.
- RICE, J. V. *Gabriel Naudé*, 1939 (John Hopkins Studies in Romance Literatures, XXXV).
- RITSHL, F. *Opuscula Philologica*, V, 1879.
- ROBINSON, H. *Bayle the Sceptic*. New York, 1931.
- RODÓN, J. Toldra. El gran renascentista español D.A.A. *Boletín Arqueológico*, XLV, 1945.

- ROOUS, F. *Archaeologia Attica*, 1637.
- ROSINUS, J. *Antiquitatum Romanarum Corpus Absolutissimum*, 1583.
- ROSSI, M. M. *Alle fonti del deismo e del materialismo moderno*. Florença, 1942.
- _____. *La vita, le opere e i tempi di Edoardo Herbert di Cherbury*, 1947.
- ROSSI, G. B. de. *La Roma Sotterranea Christiana*, 1864, I, p. 1-82.
- RUCCELLAI, B. De urbe Roma. In: *Rerum Italicarum Scriptores ab anno aerae christ. Millesimo ad millesimum sexcentessimum*. Florença, 1770, II.
- RUGGIERO, M. Ruggiero. *Storia degli scavi di Ercolano*. Nápoles, 1885.
- RUYSCHAEERT, J. *Juste Lipse et les Annales de Tacite*. Lovaina, 1949.
- SANDYS, J. *A History of Classical Scholarship*. Cambridge, 1906-1908, vols. I-III.
- SANTE MARIE, R. P. Honoré. *Animadversiones in regulas et usum critices*. Veneza, 1751.
- _____. *Réflexions sur les règles et sur l'usage de la critique*, 1713-1720.
- SCALAMONTIUS, Franciscus. *Vita Kyriaci Anconitani*. In: COLUCCI, G., *Delle Antichità Picene*, XV, 1792.
- SCAMUZZO, E. *La Mensa Isiaca del Regno Museo di Antichità di Torino*. Roma, 1939.
- SCHEELE, M. *Wissen und Glaube in der Geschichtswissenschaft. Studien zur historischen Pyrrhonismus in Frankreich und Deutschland*. Heidelberg, 1930.
- SCHERER, E. C. *Geschichte und Kirschengeschichte an den Deutschen Universitäten*. Freiburg i. Br., 1927.
- SCHMEIZELIUS, M. *Praecognita historiae ecclesiasticae*. Iena, 1721.
- _____. *Versuch zu einer Historie der Gelehrtheit*. Iena, 1728.
- SCHULZ, M. *Die Lehre von der historischen Methode bei den Geschichtschreibern des Mittelalters*. Berlim, 1909.
- SELDEN, J. *Marmora Arundelliana*, 1628.
- SIGONIO, C. *Historiarum de Occidentali Imperio Libri XX*, 1577.
- _____. *Historiarum de Regno Italiae Libri XX*, 1680.
- SILVAGINI, A. *Diss. Pont. Accd. Archeol.*, 1921, XV.
- _____. *Rivista Archeologia Cristiana*, 1938, XV.
- _____. *Rivista Archeologia Cristiana*, 1943, XX.
- _____. *Scritti in onore di B. Nogara*, 1937.

- SNYDER, E. D. *The Celtic Revival in English Literature*. Cambridge/Massachusetts, 1923.
- SPENCER, J. *De Legibus Hebraeorum Ritualibus*. Cambridge, 1685.
- SPERONI, S. Diallogo della Istoria. In: *Opere*. Veneza, 1740, II.
- SPON, J. *Miscellanea Eruditae Antiquitatis*, 1679.
- _____. *Response à la critique publiée par M. Guillet*, 1679.
- STARK, C. B. *Systematik und Geschichte der Archäologie der Kunst*. Leipzig, 1880.
- STEEVES, H. R. *Learned Societies and English Scholarship*. New York, 1913.
- STRUVIUS, B. G. *Bibliotheca Numismatum antiquiorum*, Iena, 1693.
- STUART, J.; REVETT, N. *Antiquities of Athens*, 1762.
- SUARESIUS, I. M. *De numismatis et nummis antiquis*, Roma, 1668.
- THOMSON, J. W.; HOLM, B. J. *A History of Historical Writing*, 1942, II.
- THUILLIER, V. *Histoire de la contestation sur les études monastiques*. In: *Ouvrages posthumes de D. Jean Mabillon et D. Thierry Ruinart*, I, 1724.
- TILGER, M. P. *Dissertatio histórico-politica de nummis*, Ulm, 1710.
- TILLEMONT, Sebastien Le Nain de. *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles*, 1693-1707.
- TRAUBE, L. *Vorlesungen und Abhandlungen*, 1909, I.
- TRESP, A. *Die Fragmente der griechischen Kulturschriftsteller*, 1914 (religions. Versuche und Vorarbeiten, XV, I)
- TRISTAM, J. *Commentaires historiques contenant l'histoire geneale des Empereurs, imperatrices, Caesars et tyrans de l'empire romain illustrée, enrichie et augmentée par les inscriptions et enigmes de treize à quatorze cens Medailles*. Paris, 1635.
- ULRICHS, L. von. *Handbuch der klassischen Altertumswissenschaft*, 1886.
- UNGER, R. Zur Entwicklung des Problems des Historischen Objektivität. In: *Aufsätze zur Prinzipienlehre der Literaturgeschichte*, 1929, I, p. 87.
- VAILLANT, J.-F. *Historia Ptolomeorum Egypti Regum, ad Fidem Numismatum accommodata*. Amsterdã, 1701.
- _____. *Seleucidarum imperium, sive historia regum Syriae*. Paris, 1681.
- VANENTINI, R; ZUCCHETTI, G. *Codie Topographico della Città di Roma*, 1946, III (Fonti Storia d'Italia).
- VENTURI, F. *L'Antichità Svelata e l'idea del progresso in N. A. Boulanger*, Bari, 1947.

- VERMIGLIOLI, G. B. *Memorie di I. A.* Perugia, 1813.
- VITERBO, Annius da. *Commentaria super opera diversorum auctorum de antiquitatibus loquentium*, 1498.
- VICO, G. B. *La scienza nuova seconda*. editada por F. Nicolini, 1942
- VOIGT, G. *Die Wiederbelebung des class. Alterthums*, I, 2. ed., 1880.
- WACHLER, L. *Geschichte der historischen Wissenschaften*. Göttingen, II, 1820.
- WALTERS, H. B. *The English Antiquaries of the Sixteenth, Seventeenth, and Eighteenth Centuries*. Londres, 1934.
- WHEARE, D. *Relectiones Hyemales, De Ratione Methodo legendi utrasque Historias civiles et ecclesiasticas*. Oxford, 1637.
- WICKELGREEN, F. L. *La Mothe Le Vayer*. Paris, 1934, tese.
- WILEY, B. *The Seventeenth Century Background*, 1934.
- WOOD, R. *Ruins of Baalbec*, 1757.
- . *Ruins of Palmyra*, 1753.
- WITSIUS, H. *Aegyptiaca et δεχάφολον*. Amsterdã, 1693.
- WUNDERLICH, I. *De usus inscriptionum romanarum veterum máxime sepulchralium in iuri*. Quedlinburg, 1750.
- YVON, P. *Le Gothique et la Renaissance Gothique em Angleterre*. Caen, 1913.
- ZACCARIA, F. A. *Istituzione antiquario-numismatica*. Veneza, 1793.
- ZIEBARTH, E. *Ne e Jahrbücher f. das class. Altert.* IX, 1902.
- ZIEGLER, K. Plutarchos. In: PAULY, A; WISSOWA, G. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, s.d.
- ZULETA, F. de. D.A.A. *Boletín Arqueológico*, XLVI, 1946.

In memoriam

História e historiadores na França, das guerras da Itália à morte de Louis XIV*

Chantal Grell**

Resumo: O propósito deste artigo é apresentar uma perspectiva e um panorama das diferentes práticas da história desde o final da Idade Média até a época da *preponderância* francesa. Este recorte temporal original permite seguir as transformações ocorridas pela difusão da imprensa na concepção, escrita e no comércio da história. Em um tempo em que a profissão da história não existia, por vezes, práticas concorrentes implementadas por homens de Igreja, homens de letras, juristas e aristocratas, através do novo gênero de memórias, dão lugar a trabalhos marcados com a estampa de sua formação. O enfoque é sobre os diferentes tipos de história, bem como sobre as relações entre história e memória, as reconstruções do passado e a relação com o tempo que elas refletem.

Palavras-chave: França. História e historiadores. História da historiografia moderna.

Na segunda metade do século XV, o passado é objeto de um entusiasmo sem precedentes. Dentre os antigos, os historiadores mais apreciados são rapidamente impressos: Valério Máximo, Tito Lívio, César, as *Antiguidades judaicas*, de Flávio Josefo, a *História eclesiástica*, de Eusébio, mas também Heródoto, Tucídides, Tácito,

* Sob permissão da Oxford University Press. Título original: History and Historians in France, from the Great Italian Wars to the Death of Louis XIV. In: RABASA, J; SATO, M; TORTAROLO, E; WOOLF, D. (edited by). *Oxford History of Historical Writing*, v. 3; 1400-1800, 2012, p. 384-405. Tradução do francês para o português: Fernando Nicolazzi.

** Institut d'Etudes Culturelles et Internationales. Université de Versailles St-Quentin-en-Yvelines. E-mail: chantal.grell@gmail.com.

Suetônio, as *Vidas*, de Plutarco. As gráficas respondem às expectativas de um público no qual se contam clérigos, estudiosos (*gens d'études*), cada vez mais juristas, gentes da Corte, mesmo mercadores e cidadãos (*bourgeois*). Estes leitores não se interessam apenas pelos antigos: eles apreciam as crônicas medievais, os anais, as velhas histórias. O *Miroir historial*, de Vincent de Beauvais e o *Mer des histoires* são muitas vezes reeditados. A *Histoire* de Grégoire de Tours, escrita em um mau latim, segundo as normas humanistas, não foi esquecida. O sucesso das obras recentes não é desmentido: o livro das *Chroniques de France* é a primeira obra francesa impressa em Paris, em 1476-1477, por Pasquier Bonhomme. Os *Annales et Chroniques de France*, de Nicole Gilles (1474-1503) conhecem dezenas de edições durante o século. O *Compendium* de Robert Gaguin (~1425-1501) é reimpresso dezanove vezes em latim, entre 1497 e 1586, e sete vezes em francês, entre 1514 e 1538. As *Illustrations de Gaule et Singularités de Troye*, de Jean Lemaire de Belges (1473-1524?), têm o primeiro livro publicado em Lyon em 1509; em Paris, são publicados os livros I e II no ano de 1512 e, no ano seguinte, o livro III; o restante aparece em 1531 e 1549. As *Antiquités de Paris*, de Gilles de Corrozet (1531), são retocadas ao longo do século. O *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, de Jean Bodin (1566), tem onze tiragens entre 1566 e 1650. Etienne Pasquier morre em 1615, após ter publicado seis edições de suas *Recherches de la France* (1560, 1565, 1581, 1596, 1607, 1611) e preparado aquela de 1621, sem contar as reimpressões aqui e acolá. Podemos multiplicar os exemplos ao infinito. A história está verdadeiramente no coração do pensamento humanista e seu sucesso se confirma ao longo destes dois séculos. À maneira de Jean Bodin, é conveniente, todavia, usar o plural. A história não é uma disciplina identificada como tal, a despeito da existência de uma nova reflexão teórica e crítica. Tampouco ela emerge de um gênero literário codificado; não é objeto de ensino, senão nas educações dos príncipes. Os contemporâneos, em primeiro lugar Jean Bodin, em seu *Methodus*, não a reduzem apenas ao “relato verdadeiro de eventos passados”. Mesmo deixando-se de lado a história “natural” e “divina”, a história simplesmente “humana” é diversa e há muitas maneiras de expor “as ações dos homens vivendo em sociedade”.

O novo contexto

A revolução da imprensa

A imprensa sacudiu a reflexão e o trabalho do historiador e, em meio século, colocou à sua disposição uma massa de textos e de informações que os raros privilegiados que até então tinham acesso às mais ricas bibliotecas dificilmente conseguiriam reunir. Certamente, antes da difusão da imprensa, algumas importantes bibliotecas possuíam os grandes textos. Mas a Sorbonne, com 1.722 volumes, em 1338, era excepcionalmente rica. Saint-Denis não possuía mais que 1.600 volumes em 1465. Graças à imprensa, o livro tornou-se algo comum e trabalhar rodeado por livros em uma biblioteca particular, a regra. Nicole Gilles, notário e secretário de Louis XII, escreve seus *Annales et Chroniques de France*, com a ajuda de livros que ele próprio reuniu. Em 1499, possuía uma centena de obras: uns quarenta manuscritos, cerca de sessenta obras impressas, das quais perto de quinze livros de história, historiadores da antiguidade pagã (Tito Lívio, Valério Máximo), cristã (Flávio Josefo, Paulo Orosio), os grandes clássicos do século XIII (o *Miroir historique*, de Vincent de Beauvais, as *Grandes Chroniques de France*), e mesmo obras recentes como as *Chroniques*, de Froissart, ou o *Mer des histoires*, todas impressões parisienses entre 1476 e 1496.

As imprensas multiplicaram-se na Itália do norte e no vale do Reno, antes de Paris estabelecer seus principais ateliês, em 1470, para ocupar, duas décadas depois, o primeiro lugar na produção de impressos. Estima-se, na Europa, em cinco mil as edições de incunábulo antes de 1481; em mais de vinte mil a produção entre 1481 e 1500, com uma tiragem entre 200 e 500, que poderia ainda chegar a 1.500 exemplares ao final do século XV. Considerando uma média de 500 exemplares por edição, são cerca de treze milhões de exemplares (para uma população europeia de talvez setenta milhões de habitantes) que são oferecidos no mercado, ou seja, um crescimento de 6.000% em relação à produção manuscrita. No século XVI, editou-se entre trezentos e quatrocentos mil títulos, com tiragens médias de 1.500 exemplares, para uma população estimada em cerca de cem milhões de habitantes em 1600. O preço do livro,

por sua vez, foi reduzido com o aperfeiçoamento das técnicas, com a baixa do custo do papel e dos formatos. Assim, a biblioteca de Nicole Gilles, notória nos anos 1490, teria sido julgada modesta um século mais tarde. Jacques Auguste de Thou (1553-1617) compôs, entre 1573 e 1617, uma biblioteca erudita que contava com 6.600 referências no catálogo realizado quando da sua morte, uma das mais ricas da capital durante o reinado de Luís XIII. A história era ali representada por 1.045 entradas, menos que a teologia (1.447), as belas-letras (1.469), as ciências e as artes (1.369), porém mais que o direito (346) (CORON, p. 101-125 Apud JOLLY, 1988). De Thou fora nomeado, por Henrique IV, *maître* da Biblioteca Real.

A cultura histórica durante muito tempo repousou sobre uma dúzia de obras escritas antes de 800:

[...] ao longo de mil anos, as duas obras de Flávio Josefo, a *História eclesiástica* de Eusébio-Rufino, a *Crônica* de Eusébio-Jerônimo, a *História* de Orosio, a *História tripartite* de Cassiodoro, a *Crônica* de Isidoro e a *Histoire ecclésiastique* de Bède foram, naquilo que dizia respeito à história cristã, o fundamento mesmo da cultura ocidental (GUENÉE, 1980, p. 303).

De modo geral, eram os títulos dos quais Cassiodoro, nos anos 560, estimava o conhecimento necessário aos teólogos (*Institutiones*). No século XIV, os fundos comuns de obras históricas eram compostos de uma vintena de títulos. No século seguinte, o espetacular avanço (*percée*) dos antigos precede a imprensa, graças a Valério Máximo e Justino, e o declínio da cultura teológica é iniciado. A impressão rápida da maior parte das fontes antigas e de numerosos textos medievais permite o impulso da história política e profana, antiga e nacional.

Os historiadores puderam, desde então, dispor de uma documentação massiva e, sobretudo, recente. Há neste fato uma diferença de natureza – e não apenas de grau – entre a obra de um historiador da Idade Média e aquela de um historiador do Renascimento. A disposição das páginas, a forma material dos volumes induzem a novas práticas de leitura e de trabalho, uma nova apropriação do saber, facilitado por capítulos, sumários, index, notas, que permitem uma

localização rápida e evitam a leitura *in extenso*. Os textos impressos são, por outro lado, dignos de fé; cuidadosamente relidos e corrigidos, é possível citá-los e cada um pode consultá-los. O historiador consegue, desde então, mostrar (*apporter*) as provas.

A sociabilidade erudita

O modelo da biblioteca do príncipe vem da Itália. A primeira Biblioteca do Rei foi dispersa na Inglaterra em 1429, após seu resgate pelo Duque de Bedford. Luís XII constituiu uma nova, em Blois, a partir da biblioteca de seu pai, Carlos de Orléans. Em comparação com as bibliotecas italianas, era uma coleção pobre que as pilhagens das guerras na Itália enriqueceram. Carlos VIII trouxe, de sua expedição napolitana, 1.140 manuscritos da soberba livreria dos reis aragoneses, em 1495, e Luís XII pilhou, no castelo de Pavia, os tesouros (*trésors*) dos Visconti e dos Sforza. O monarca considerava esses manuscritos como um bem pessoal e, se ele fez traduzir por Claude de Seyssel (~1450-1520) algumas histórias antigas (a *Ciropédia*, de Xenofonte, a *História romana*, de Apiano, o *Resumo* (*Abrégé*) de Justino, Diodoro da Sicília, a *História eclesiástica*, de Eusébio, e, por fim, Tucídides), era para seu próprio uso. Ele estimava estes preciosos volumes como “coisa muito rara”, para serem mostradas apenas aos príncipes e aos grandes personagens. A atitude de Francisco I foi outra. Aconselhado por Guillaume Budé, ele viu na edição humanista um meio de glorificação. Instituiu o colégio de três línguas (hebreu, grego, latim), futuro *Collège de France* (1530), para remediar as deficiências da Universidade, e fez não apenas imprimir as traduções de Seyssel, mas iniciou uma política sistemática de aquisição de documentos, sustentada pela instituição do depósito legal, em 1537, para a nova biblioteca de Fontainebleau, enriquecida das coleções de Blois, em 1544. Mudada para Paris em meados do século XVI, a Biblioteca Real foi pilhada no tempo da Liga. Ela não continha mais que 1.329 volumes em 1645, logo que o legado (*le legs*) de Jacques Dupuy (1656) a enriqueceu com 9.223 volumes. Colbert a instalou na rua Vivienne, em 1666. A classificação dos livros, elaborada por Nicolas Clément, no final do século XVII, fundada em uma cotação de letras alfabéticas (ainda em vigor), atribuía dez letras à história, quatro à religião e quatro à filosofia.

A Biblioteca do Rei não foi aberta ao público senão por volta de 1700, à diferença da Biblioteca Mazarine, que abriu suas portas em 1661. A Colbertine era, sob Luís XIV, a mais famosa. Colbert confiou sua administração a Etienne Balluze que recolheu a coleção de De Thou e ligou seu nome à empresa dos mauristas que o ministro captou em proveito do Estado para suas vastas campanhas de cópia de manuscritos na França e na Europa. A Biblioteca Colbertine acolhia os eruditos (*érudits*).¹ Em 1675, ocorriam ali reuniões semanais. Suas coleções foram integradas às da Biblioteca do Rei em 1731. As coleções de Sainte-Geneviève foram inteiramente renovadas a partir de 1619 e chegavam a quinze mil volumes por volta de 1690-1700. Saint-Germain sofreu menos, mas as coleções foram enriquecidas sobretudo depois de 1640, alcançando sete mil volumes e mil manuscritos em 1685.

Em torno das bibliotecas, formaram-se círculos eruditos (*cercles savants*). Os historiadores já não trabalham mais isoladamente. As congregações religiosas fizeram apelo a equipes inteiras. No mundo da toga (*monde de la robe*), colecionavam-se livros e manuscritos, reuniam-se e intercambiavam-se livros e informações. As guerras de religião e as pilhagens colocaram no mercado numerosos manuscritos, alguns salvos por colecionadores. Etienne Pasquier abre a seus amigos seus acervos (*trésors*) e consulta suas obras raras e seus manuscritos: Claude Fauchet (1530-1602) possuía então um manuscrito dos *Anais*, de Flodoard, proveniente da abadia de Saint-Victor. Pierre Pithou (1539-1596) empresta-lhe seus manuscritos sobre a história da França, antes de publicá-los (*Annalium et Historiae Francorum*, 1588; *Historiae Francorum, scriptores veteres*, 1596: fontes dos séculos VIII e XIII). Pasquier frequenta, bem entendido, Jacques Auguste de Thou, cuja biblioteca é o ponto de encontro da sociedade erudita parisiense. De Thou mantinha relação com Joseph Juste Scaliger, a quem pede auxílio constantemente, a Isaac Casaubon, Claude Dupuy e seus três filhos, Pierre Pithou e seus dois filhos, Denis Petau, os irmãos Sainte-Marthe. Em testamento, ele confia a guarda da sua biblioteca e o cuidado de educar seus filhos a Pierre Dupuy (1582-1651), conservador da Biblioteca do Rei, em 1635, mas que, na mansão de De Thou, continua a reunir a “*académie putéane*”,² que concorre para o surgimento da libertinagem erudita.

As correspondências permitem se informar das últimas publicações e os bibliotecários realizam compras pela Europa inteira. Os amigos diplomatas ou religiosos recebem a missão de adquirir manuscritos ou edições procuradas. O erudito provençal Nicolas Claude Fabri de Peiresc (1580-1637), grande figura da República das Letras, consultado por toda a Europa, possuía uma biblioteca, infelizmente dispersa após sua morte, que despertava a admiração geral pela sua diversidade, sua atualização permanente, bem como seus escritos preciosos e raros.

A *académie putéane*, às quintas-feiras de Henri Justel, o círculo do abade de Longuerue acolheram os eruditos que mais tarde se reencontraram em Saint-Germain-des-Prés, como Barthélemy d'Herbelot, os irmãos Valois, Renaudot, o abade Bignon, o abade Fleury, mas também magistrados eruditos como Bulteau, Nicolas Clément, Baudelot ou Thévenot. A política autoritária de Richelieu acomodava-se mal com estas primeiras academias, círculos informais de letrados em que se tratavam livremente de grandes questões filosóficas. Tal política preferia as academias oficiais, patrocinadas pelo poder, sobre as quais seria possível exercer um controle. A *Académie Française* foi fundada em 1635; a *Petit Académie* o foi por Colbert, em 1661, ancestral da *Académie des Inscriptions et Médailles* (1701) tornada depois *Académie d'Inscriptions et Belles-Lettres* (1717), cuja função era estudar os testemunhos passados mais próprios a glorificar o rei. A *Petit Académie* permitiu, logo em seguida, a Fronda, fazer trabalhar para o rei eruditos que frequentemente já ocupavam cargos de conservadores das bibliotecas, de censores, de historiógrafos e recebiam, por vezes, pensões, afastando-os de meios jansenistas, devotos ou livre pensadores.

O inventário das riquezas

A profusão dos livros tornou necessária a publicação de repertórios especializados, combinados com comentários sobre os autores e sobre as diferentes edições.³ No décimo capítulo de seu *Methodus* (1566), Jean Bodin propunha uma bibliografia crítica dos historiadores, do seu grau de veracidade e de sua informação. Duas *Bibliothèques Françaises* apareceram simultaneamente em 1584, escritas pelo

protestante La Croix du Maine (1552-1586?) e por Antoine du Verdier (1544-1600), nobre (*gentilhomme*) ordinário da Maison du Roi. Os sumários elaborados por Rigoley de Juvigny (Paris, 1772-1773, 6 vol.) ilustram o sucesso de uma história conquistadora que absorve a cosmologia, a geografia, as viagens e todas as disciplinas do antiquariato: cronologia, brasões, genealogia, estudos de instituições, de modos e costumes.

Tabela 1 - História (número de títulos)

	La Croix du Maine	Du Verdier
Cosmografia, cronologia	25	41
História Eclesiástica	24	84
História grega e romana	32	38
História geral da França	19	—
História particular dos reis da França	24	42
História das províncias e cidades da França	38	35
<i>Mélanges</i> da história da França	20	50
História dos diferentes Estados da Europa	25	50
Histórias da Ásia, África, Américas	32	50
<i>Mélanges historiques</i>	21	38
Genealogias, heráldica	21	23

Fonte: *Bibliothèque Française*, de La Croix du Maine e *Bibliothèque Française*, de Rigoley de Juvigny.

No *Méthode que l'on doit tenir en la lecture de l'histoire, vrai miroir exemplaire en notre vie*, que Pierre Droit de Gaillard publicou em 1579, a bibliografia não representa senão dez páginas em 570. Em 1599, La Popelinière, em sua *Histoire des histoires*, balanço de um século de estudos historiográficos, menciona mais de um milhar de historiadores. Em 1713, o catálogo de Pierre Nicolas Lenglet Dufresnoy (*Méthode pour étudier l'histoire...avec un catalogue des principaux historien*

et des remarques sur la bonté de leurs ouvrages, 1713) conta com precisamente 304 páginas. A primeira edição da *Bibliothèque historique de la France, contenant le catalogue de tous les ouvrages tant imprimés que manuscrits qui traitent de l'histoire de ce royaume* aparece em 1719. Tais instrumentos de trabalho, atualizados, facilitavam as pesquisas e forneciam informações sobre as obras, sobre os autores e sobre as diferentes edições de seus escritos e sua raridade: prova, se assim for, que existia um mercado do livro de história.



Os historiadores

Mesmo para os historiadores oficiais que eram os historiógrafos, a história não era um ofício. Remunerava mal os polígrafos que se esforçavam para viver dela (UOMINI, 1998). Não havia professores de história. Ela permanecia uma atividade, uma curiosidade. O estudo do passado inscreve-se na perspectiva de outras disciplinas: a teologia, as belas-letas, o direito e a política. Mesmo os perfis dos historiadores são tão diversos quanto suas obras. Todavia, os termos *historiógrafo* ou *cronógrafo*, cujo uso era raro no medievo, propagam-se.

O historiador, homem da Igreja

A memória do passado perpetuava-se graças aos religiosos e aos homens da Igreja. Mas a escrita monástica de anais (*annalistique monastique*) declinara, com a exceção notável da abadia de Saint-Denis, necrópole e santuário da dinastia capetíngia. Com Suger, que ali fora abade de 1122 até 1151, criou-se o hábito de se escrever a história de cada reino (*Chroniques de Saint-Denis*) em latim; mas, com a demanda de Luís IX, Primat redigiu em língua vernácula o *Roman des Rois*, história da monarquia francesa desde as origens troianas (terminada em 1274). A Guerra dos Cem Anos perturbou esta colaboração à qual Carlos VII se mostrou, contudo, fiel quando, tendo retomado Saint-Denis dos ingleses (1435), designou Jean Chartier, cantor litúrgico de Saint-Denis, “cronista da França”, ajuramentado e indicado (1437). Os religiosos prosseguiram assim as *Grandes Chroniques* até

o reino de Luís XI, que progressivamente puseram fim ao monopólio dionisiano (*dyonisien*, habitante de Saint-Denis) em matéria de história oficial, na ocasião do falecimento de Guillaume Danicot, *historiador do rei* e Jean Castel como *Cronista da França*.

As Guerras da Itália causaram duros golpes em uma historiografia excessivamente submetida à autoridade da Igreja, da qual os humanistas modificaram o sentido e o valor. Na Idade Média, era considerado como “autêntico” um escrito afixado por uma autoridade (príncipe, bispo, assembleia de religiosos) e quanto mais elevada a autoridade (imperador, papa), mais o documento era autêntico (GUENÉE, 1980, p. 131-140).⁴ Lorenzo Valla (1407-1457), contestando a validade da doação de Constantino, ou seja, a autoridade mesma do papa, fez prevalecer o critério inteiramente novo da validade histórica dos fatos, da exatidão factual. Valla tinha então servido a Alfonso de Aragão e composto sua *De falso credita et emetita Constantini donatione declamatio* (1440) para denunciar os abusos de um poder temporal cuja autoridade repousava sobre uma falsidade, identificável graças às contradições, às incoerências, aos absurdos e aos anacronismos linguísticos. Mas Valla encerrou sua carreira a serviço de Nicolas V (1447): sua *declamatio* não fora impressa senão em 1517 por Ulrich von Hutten, no ano em que Lutero publicou suas teses.

A crítica das tradições da Igreja tornou-se logicamente o apanágio dos protestantes, que viram na história uma temível arma para solapar a autoridade de Roma: uma história teológica, providencial, mobilizada pelas necessidades da controvérsia, notadamente dentro do Santo Império. Os protestantes imediatamente ressentiram a necessidade de aplicar as regras da crítica filológica às Santas Escrituras e a todas as autoridades caras à Igreja romana. Obrigados a proceder rapidamente, eles descobriram as virtudes da pesquisa coletiva. A iniciativa deve-se a um professor de Wittenberg, depois de Magdebourg, Mathias Vlacich (Flaccius Illyricus) (1520-1575), que remeteu a todos os seus correspondentes uma *consultatio* na qual ele expôs a necessidade de efetuar uma vasta pesquisa para estabelecer a perenidade de verdadeira fé, denunciar os abusos da Igreja e legitimar a Reforma. As *Centuries de Magdebourg* (*Ecclesiastica historia... secundum singulas centurias*) que cobrem os treze primeiros

séculos da Igreja (1559-1574), chamaram uma pronta resposta dada pelo cardeal Baronius Bossuet (1627-1704) que, em sua *Histoire des variations des Eglises protestantes* (1688), situou a polêmica sobre o terreno da teologia, vislumbrando as consequências da Reforma. Teólogo, bispo de Meaux, um dos grandes pregadores do século, a Bossuet também fora confiado o cargo de preceptor do grande delfim para o qual escreveu o *Discours sur l'histoire universelle* (1681), último grande discurso de teologia cristã sobre a história, na tradição de Eusébio e de Orosio.

No impulso da Reforma tridentina, as ordens religiosas põem-se a trabalho para investir na cena da erudição e não deixá-la apenas como monopólio dos reformados. O dossiê da crítica erudita ganhou frescor renovado. Equipes foram mobilizadas, para responder aos escritores de centúrias (*centuriateurs*).

Os jesuítas entraram na arena. Ardentes defensores da Igreja romana, eles respondem também sobre o terreno da história. Em 1607, em Anvers, o padre Heribert Rosweyde (1569-1629) inaugurou o canteiro das *Acta Sanctorum*, compilação das vidas dos santos escritas na base de documentos originais. O padre Bolland (1596-1665) retoma a empresa com o padre Daniel Van Papenbroeck (1628-1714) e a publicação começa em 1643. Os bollandistas imaginavam-se iniciadores da hagiografia erudita e crítica e Van Papenbroeck editou as regras do método (*Sur le discernement du faux et du vrai dans les vieux parchemins*, 1675) mostrando-se por vezes excessivamente crítico, negando, por exemplo, a autenticidade dos diplomas merovíngios de Saint-Denis (muitas vezes com razão). Os franceses retorquiram. Fundada em 1618, de origem lorena, a congregação de Saint-Maur tomou por função responder aos protestantes. Instalada em Saint-Germain-des-Près em 1631, ela compreendia 191 casas, no final do século XVII. Seu primeiro superior geral, Dom Grégoire Tarrisé, definiu na constituição de 1645, com o apoio de Richelieu, um ambicioso plano de estudos. Com o estímulo do bibliotecário dom Luc d'Achery (1609-1685), um impressionante programa de publicações foi colocado em funcionamento. Desde 1648, para defender as posições católicas na controvérsia, a congregação trabalhou na edição dos Pais da Igreja, gregos e latinos, em uma história da Igreja e em uma história da

ordem de São Bento. O trabalho tomou a forma de uma pesquisa coletiva, devidamente enquadrada, que repousava sobre a investigação e a crítica de documentos originais (*Lettre circulaire au sujet qu'on demande pour composer l'histoire de l'ordre*, 1647). Treze volumes de documentos sobre a história da congregação apareceram entre 1665 e 1677 seguidos, a partir de 1668, pelas *Acta sactorum ordinis sancti Benedicti* (1668-1701) e pela *Histoire littéraire* da ordem. Os mauristas elaboraram, contra os bolandistas, as regras da crítica. Dom Jean Mabillon (1632-1707), natural da região de Champagne-Ardenne que chega em Saint-Germain-des-Près em 1664, torna-se rapidamente o arauto da erudição histórica com suas *Brèves réflexions sur quelques règles de l'histoire*, de 1677, com sua *De Re diplomatica* (1681) que funda a ciência da “diplomática” e, em 1691, com seu *Traité des études monastiques*. Sobre a base de mais de duzentos diplomas (*chartes*) dados como exemplo, Mabillon definiu as regras da prudência e os critérios da crítica externa (pergaminho, papel, tinta, escrita) e interna (língua, fórmulas, datação, coerência interna, coerência em relação aos dados históricos conhecidos), mostrando que a história resulta menos da narração que do conhecimento, menos da escrita que do julgamento.

Nos anos 1680, a organização maurista estava bem polida. A congregação contava com algo em torno de três mil religiosos em seis províncias. Em cada província, uma hierarquia estrita fixava as tarefas. Um monastério estava tomado pelos estudos e os jovens professados, distinguidos por suas capacidades, ali recebiam durante cinco anos uma formação em filosofia e em teologia, antes de retornar para seu monastério original para trabalhar na classificação dos arquivos e das bibliotecas, na elaboração de fichários, na decifração dos manuscritos. Estas pesquisas locais forneciam o material necessário aos eruditos mais notórios reunidos em Saint-Denis ou em Saint-Germain-des-Près. Esta última abadia abrigava, por volta de 1690, cerca de cinquenta religiosos, mas uma dúzia deles trabalhava apenas nas grandes coleções seguindo o protocolo de Mabillon: reunir provas, precaver-se contra a falsidade, lutar contra o pirronismo. Herdeiros dos filólogos e dos humanistas, os mauristas definiram os princípios de um método erudito e renovaram a história de sua ordem e das províncias francesas ao integrar ali fontes documentais.

Os jansenistas, numerosos nas fileiras dos mauristas, aplicaram-se também a reunir provas em favor de suas convicções. Sébastien Le Nain Tillemont (1637-1698) oculta-se por detrás das fontes que julga dignas de fé a fim de reescrever a história da Igreja primitiva (*Histoire des Empereurs et autres Princes qui ont régné dans les six premiers siècles de l'Eglise*, 1692-1710 e *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles justifiés par les citations des auteurs originaux*, 1693-1712). O oratoriano Richard Simon (1638-1712) aplica seus métodos críticos à exegese bíblica. Sua *Histoire critique du Vieux Testament* (1678) valeu-lhe as desgraças da censura; o livro foi proibido pelo rei e pela Congregação do Index (1683) e Simon excluído de sua ordem. A Igreja, com efeito, não estava pronta para aceitar esta evolução e julgava a crítica aplicada às santas Escrituras perigosas. Os Bolandistas foram assim condenados pela Santa Sé em 1695. A prudência era, com efeito, de rigor, em uma época em que a prova histórica, tão potente em aparência, estava fragilizada tanto pela dúvida cartesiana como pelo ceticismo dos livre pensadores. Onde termina a crítica? Como esperar a certeza e a verdade? A história do padre jesuíta Hardouin (1646-1729) ilustra os perigos de uma crítica que degenera em pirronismo. Bretão ingressado no noviciado em 1660 e nas ordens em 1664, ele chegou em Paris no ano de 1674 como bibliotecário do colégio *Louis le Grand* e recebeu a incumbência de ensinar teologia positiva. A este erudito foi confiada a edição de Plínio, o Velho, *ad usum Delphini* (1684). Trabalhando sobre as cronologias e sobre os Pais da Igreja, Agostinho, Tertuliano e Ambrósio, citados pelos heréticos protestantes e, sobretudo, pelos jansenistas, ele chega, entre 1690 e 1692 – precisa ele –, a adquirir a certeza de que a história antiga não era mais que uma invenção de falsários, imaginada em todas as suas peças dentro do segredo dos mosteiros beneditinos, antes da invenção da imprensa no século XIV, pelos laboriosos monges, ímpios e ateus que criaram uma tradição histórica para dar uma legitimidade à sua heresia, mostrando que a natureza e o destino foram adorados pelos supostos antigos antes de o serem pelos humanistas, os jansenistas e os discípulos de Malebranche. Esses monges tinham mesmo imaginado um corpo inteiro de história com um grande cuidado de verossimilhança, multiplicando

os escritos dos pretendidos Padres da Igreja, habilmente dispersos pelos quatro cantos do Império, denunciando alguns escritos como apócrifos, para melhor fazer aceitar os outros como verdadeiros; imaginando uma história pagã rica em abominações, em massacres, em impurezas e tendo mesmo inventado medalhas que tiveram o cuidado de enterrar. Rompido com a crítica dos textos, Hardouin retornou ao argumento sobre a unanimidade dos testemunhos para aí encontrar a prova do complô. Homem lógico, racional, ele era profundamente angustiado com a ideia de não conseguir descobrir a verdade e exprimiu sem rodeios sua desconfiança em relação à história humana corrompida, indigna de fé. Os jesuítas inquietaram-se com isso a ponto de exigir uma retratação,⁵ sem, no entanto, retirar-lhe a confiança. Ele conservava suas funções de bibliotecário, seu curso de teologia positiva e a edição dos concílios, fontes de novas censuras. As obsessões de Hardouin prestam homenagem à erudição maurista e jansenista capaz, acredita-se, de criar, a partir de todas as peças, uma história justificada por um complexo conjunto de “provas”.

O historiador, homem de letras

A leitura assídua de *De oratore*, de Cícero, convenceu os humanistas de que a história era, de início, um relato submetido a regras e às exigências do estilo. A história, segundo as fórmulas consagradas, *testis temporum, lux veritatis, magistra vitae, vita memoriae*, não possuía pior inimigo que a mentira. A essa exigência de verdade juntava-se aquela da excelência da composição e da nobreza do estilo. Era preciso cuidar da *ordo* e da *dispositio* para classificar o material, em seguida, dispor (*disponere*), ornar (*excolere*) e polir (*perpolire*) seu relato. As *artes historicae* enunciaram recorrentemente as regras, expostas por Cícero e Quintiliano, da arte de escrever uma história eloquente.

Na França do fim do século XV, “atormentada de italianomania”,⁶ a história nova parecia a única adaptada para celebrar as campanhas de Carlos VIII. Luís XII desejou uma história da França digna, pelo estilo, dos melhores modelos italianos e demandou que se fizesse apelo a um italiano. Chamado em 1599, o veronense

Paolo Emili (*Paul Emile*, †1529) vem assim reescrever a história da monarquia francesa e seu *De rebus gestis Francorum*I (1516-1519) é mesmo a primeira história humanista escrita por um estrangeiro.⁷ A tarefa era difícil, pois a França, país de antigas tradições, era orgulhosa de suas *Grandes Chroniques*, de que Nicole Gilles fez aparecer uma versão modificada em 1492. Rejeitar a tradição medieval significava tocar na monarquia. Paolo Emili beneficiou-se, todavia, de certa liberdade e fez prevalecer os princípios de Leonardo Bruni: intenção patriótica, história política e secular, tendo em alta conta o estilo, e mesmo o emprego crítico das fontes e a rejeição das lendas. Escrever uma história humanista significava renunciar às lendas nacionais, caras aos franceses. A origem troiana, das quais Gaguin, Gilles e Lemaire de Belges colocavam-se como garantias, não era em seu relato senão simples asserção, e a santa ampola, trazida pela pomba branca no momento do batismo de Clóvis, foi passada em silêncio. Emili ornava, por outro lado, seu relato com discursos ouvidos. Tradutor de Tucídides para Louis XII, Seyssel tinha explicado ao rei que os “*concions*” (discursos) eram os mais belos trechos da história eloquente.

O sucesso dessa história estrangeira suscitou vivas reações, exacerbadas pelo patriotismo. Denunciava-se a imitação de Cícero como exercício escolar, a história à moda italiana como inutilmente empolada, declamatória, mal adaptada às exigências francesas. O historiador dado como modelo foi Commynes (1447-1511), o *Tito-Lívio francês*, editado por Denis Sauvage, em 1552, sob o título novo de *Mémoires* (e não mais como *Chroniques et histoire*). Jean Sleidan (1506-1556), na sua tradução latina (*Commentarii*, 1548), esboçou um paralelo de Commynes com César, sublinhando as belezas de um estilo simples, eficaz, direto, sem ornamentos supérfluos e vaidosos.

A monarquia, entretanto, não renunciou à história eloquente, conforme o ideal de história oficial que os “historiógrafos” deviam escrever. Luís XI, que colocou fim ao monopólio de Saint-Denis, deixou o título vago, recusando mesmo em duas oportunidades (1476, 1479) seu patrocínio a Robert Gaguin. Paolo Emili não recebeu nem título, nem pensão. Não foi senão no reinado de Henri II que a função foi oficialmente instituída (1554) e o primeiro titular foi Pierre de Paschal (1522-1565), historiógrafo latino,

que assumiu o custo de uma verdadeira ofensiva contra a história eloquente e a *vera et pura narration* ciceroniana. Adrien Turnèbe o acusou de “bem dizer” (*bien dire*), mas não de “dizer a verdade” (*dire vrai*), em um panfleto latino traduzido por Joachim du Bellay (*Nouvelle manière de faire son profit des lettres*, 1559).

O título, na falta da pensão, foi generosamente distribuído, notadamente na segunda metade do século XVI, quando grandes nomes o ilustram: André Thevet, François Hotman, François de Belleforest, Bernard du Haillan, Claude Fauchet. Faltam, todavia, nesta lista Jean du Tillet, Etienne Pasquier, Loys le Roy (1510-1575), Jacques-Auguste de Thou, Jean Bodin, La popelinière (1541-1605). Havia dois cargos: aquele de historiógrafo da França, mais raro – oito diplomas entre 1550 e 1670 – se passava por mais prestigioso. Aquele de historiógrafo do rei foi, pelo contrário, mais liberalmente acordado, notadamente por um poder em busca de legitimidade, ou na necessidade de construir uma nova rede de fidelidade como desde a minoridade de Luís XIV e os acontecimentos da Fronda. Contam-se 62 diplomas de historiógrafo do rei entre 1550 e 1700. O apogeu do cargo situa-se entre 1550 e 1640.

Bernard du Haillan (1535-1595) foi herdeiro de Paul Emile. Sua *Histoire générale des rois de France* (1576) expõe as qualidades de uma “grande história”. A “História” distingue-se das crônicas, insuficientes, ingênuas, difusas, escritas por homens ignorantes e bárbaros: “[...] é preciso desculpar neles a barbaria de seus séculos”. Du Haillan não conhecia senão a história antiga, enriquecida pelos italianos de considerações políticas e diplomáticas, que não deve, diz ele, tratar de outra coisa que não sejam os assuntos do Estado. Retomando a trama cronológica de Paolo Emili, ele insere ali fragmentos de crônicas e de discursos à imitação dos antigos. Scipion Dupleix (1569-1662), François Eudes de Mézeray (1610-1683), o padre Daniel (1649-1728) continuam a ilustrar esta tradição. Essas “grandes histórias” da França apresentam-se todas sob a forma de uma sucessão ininterrupta de reis, do mítico Pharamond, o primeiro a ocupar o trono, até o predecessor do príncipe reinante, seguindo uma numeração contínua que mascara as usurpações, discretamente sugeridas pela sucessão das três “raças” sobre o *trône les lys* (França): os Merovíngios, os Carolíngios e os Capetíngios.

Sem que tenha sido necessário remontar até o dilúvio ou simplesmente ao cerco de Troia, essas histórias, apoiadas sobre genealogias e cronologias, relatam a história da mais antiga monarquia europeia, a primeira e mais fiel aliada da Igreja romana, graças ao batismo de Clóvis. Os grandes episódios das lendas nacionais (*légendaire nationale*) são ali enriquecidas sem cessar com detalhes e anedotas novas. De um historiador a outro, os relatos não se repetem, eles se avolumam.⁸ Manifestação de patriotismo, a história da França, segundo Philippe Ariès, é uma trama sobre a qual cada um borda, “[...] que cada geração refaz em seu estilo e segundo sua maneira” (ARIES, 1986, p. 159). Um assunto tão grave não poderia ser escrito senão em um estilo nobre, os discursos constituindo verdadeiras porções de bravura. E não poderia, tampouco, ser tratado sem gravidade. Estes historiadores eram conscienciosos e as anedotas que continuavam a correr em sua conta não são quase nada verossímeis: como o padre Daniel, em uma hora de trabalho na Biblioteca do Rei, poderia ter juntado a matéria para dez grossos volumes *in quarto*, repletos de citações e referências?

Nos colégios jesuítas, a história eloquente seduz um público elevado no culto a Cícero. Contra os mauristas, que se esforçam em aperfeiçoar a crítica erudita, os jesuítas, como os cartesianos e livre pensadores, fazem-se detratores de uma erudição pedante e pretenciosa, que acumula detalhes insignificantes e provas inúteis. O padre Rapin (1621-1687) dá o tom em sua *Comparação de Tucídides e de Tito Lívio* (1677):

[...] no século passado, se se vangloriava muito mais de erudição... era o gênio daquele tempo onde nada estava mais em voga que a grande capacidade e uma profunda literatura: estudava-se a fundo as línguas; aplicava-se a corrigir o texto dos antigos autores por meio de interpretações pesquisadas, a pontilhar sobre um equívoco, a fundar uma conjectura para bem estabelecer uma correção; enfim, se se prendia ao sentido literal de um autor, pois não se possuía a força para se elevar o espírito para bem conhecê-lo, como se faz atualmente, quando se é mais razoável (*raisonnable*) e menos sábio (*savant*) (RAPIN, 1725, I, p. 175-76).

A erudição não permite nem apreciar as belezas, nem se formar um gosto distinto e delicado. Suas *Refléxions sur l'histoire* (1675) expõem os princípios estéticos do classicismo francês:

[...] a história deve ser eloquente para não ser entediante: é neste ponto, principalmente, que deve consistir sua arte... ao historiador é dada sua matéria pelas memórias a ele fornecidas, mas cabe a ele de arranjá-las; e para fazê-lo como se deve, não deve tanto pensar no que diz, mas sim na maneira de dizê-lo... nada é mais essencial que saber bem narrar (*raconter*)... a narração é perfeita desde que ela não contenha nada de supérfluo. Eis aí, em uma palavra, em que pode se reduzir a perfeição da qual ela é capaz. Os preceitos de Cícero e de Quintiliano não dizem nada além disso: depois do quê, não tenho, eu mesmo, nada a dizer. (RAPIN, 1725, I, p. 175-176).

Simplicidade, grandeza, pureza, verdade, vigor, força, dignidade, natural, são termos que emergem de sua pena. Todas as figuras são passadas em revista: paixões, descrições, discursos, retratos, reflexões e sentenças. Enfim, o julgamento, a razão e a sabedoria participam na beleza do conjunto. Cícero não tinha outro discurso sobre o historiador:

[...] o amor que ele deve ter pela verdade deve ser a regra de todas as suas expressões e de todas as suas ideias. Que ele fale sempre como um homem de bem, que não diga nada jamais que possa ferir o pudor e a integridade; que seja austero nos sentimentos que a honra mais exata possa inspirar (RAPIN, 1725, I).

Como modelos, Rapin propunha, além de Tucídides, que tinha sua preferência, e Tito Lívio, Commynes e Paolo Emili.

O historiador jurista e homem de toga

Em *La manière de lire l'histoire* (1614), René de Lucinge enumerou os estereótipos nacionais:

[...] parece... que cada nação possui um dom especial para a ciência com o qual precede as outras. Encontram-se aí diferentes disposições de espírito, com inclinação para bem escrever em uma profissão mais que em outra. Os franceses encontraram entre si grandes juristas e, em seus cursos de Parlamento, excelentes advogados que fizeram brilhar os soalhos dourados de seus tribunais com louvor, e na primeira fileira da eloquência e da doutrina (LUCINGE, 1993, p. 144).⁹

De fato, a figura do historiador jurista impõe-se com o sucesso da escola do direito francês – a *mos gallicus* – que, fundada em Bourges no começo do século por Marguerite de France e pelo chanceler Michel de l'Hopital, acolheu professores prestigiosos como o milanês Andrea Alciato (1492-1550), François Hotman (1524-1590) ou Jacques Cujas (1522-1590). O direito francês, em reação ao direito romano (Bologna), pretende mostrar a superioridade das instituições do reino e tem grande consideração pela filologia e pela crítica das fontes. A formação dos parlamentares enfatizava, assim, sobre todos os conhecimentos que diziam respeito ao passado. Este grupo de juristas vai ocupar um lugar determinante, entre os autores e entre os leitores. São vários os historiadores formados nesta escola: François Hotman (1524-1590) estudou direito em Orléans, antes de ensinar em Paris, em Valence, em Bourges e em Genebra. Jean Bodin (1530-1596) fez seus estudos em Toulouse antes de se tornar advogado em Paris, secretário do duque d'Alençon, depois secretário do rei. Etienne Pasquier (1529-1615) seguiu os ensinamentos de Hotman e de Baudoin e, em Toulouse, as lições de Cujas, antes de chegar a Pádua para ali escutar Alciato. Claude Fauchet (1530-1602), estudando em Orléans, tornou-se advogado e conselheiro em Châtelet, depois presidente da *Cour des Monnaies*; Jean du Tillet († 1570) era escrivão no Parlamento de Paris. Pai de Jacques

Auguste de Thou (1553-1617), Christophe fora primeiro presidente no Parlamento de Paris. Seu filho, prometido ao estado eclesiástico, fez estudos de teologia e em seguida de direito; ele se tornou referendário (*maître des requêtes*), conselheiro de Estado e, em 1595, magistrado do Parlamento (*président à mortier*). Ele foi seguidamente enviado em missão diplomática por Henrique IV e colaborou com a redação do Édito de Nantes. Aos olhos de Pasquier, apenas um jurista poderia escrever a história, pois somente ele conhecia a prática jurídica de seu tempo: “Não basta que um homem do mundo empunhe a pluma para escrever uma história, se ele não é digno, pelos mesmos meios, de manejar os assuntos públicos (*les affaires*)” (*Le Pourparler d’Alexandre*).

O latim é a língua do direito. O ensinamento em francês foi introduzido apenas por Colbert somente para o direito francês. No meio dos juristas, a história se escreve, então, em latim: o *Methodus*, de Bodin; o *Franco Gallia*, de François Hotman, traduzido por Simon Goulart (*La Gaule franque*, 1574); as coleções de fontes dos séculos VIII-XIII, de Pierre Pithou (1539-1596), *Annalium et Historiae Francorum*, 1588; *Historiae Francorum scriptores veteres*, 1596. De Thou (Thuanus), oferece em latim sua *Historia sui temporis*. Fiel à tradição humanista, ele latinizou os nomes de seus contemporâneos, tornando necessário, em 1634, a publicação de uma *Clavis historiae Thuaneae*. A primeira tradução parcial em francês, de Pierre du Ryer, é de 1659. Pasquier e Fauchet fizeram sempre, por patriotismo, a escolha do francês e se atribuem, tanto a um quanto ao outro, grandes desenvolvimentos dessa língua e de sua literatura.

Os juristas trazem também a exigência da prova. A historiografia togada (*historiographie robine*) inscreve-se na tradição do documento autenticado, longamente citado, devidamente criticado. Pasquier afirma “[...] não dizer nada de importante sem remeter à prova [...]” e busca abundantemente suas informações nos arquivos do Parlamento, da *Chambre des Comptes*, do *Trésor des Chartes*, nos fundos de Châtelet e de Saint-Denis. De Thou consegue que lhe enviem relatos do estrangeiro e trabalha sobre fontes diplomáticas de primeira mão, aplica uma crítica prudente em relações duvidosas (memórias de Monluc), pesquisa as melhores autoridades. “Tenhamos Paolo Emili como o mais eloquente historiador

que houve desde Tito Lívio, escreve Fauchet, mas não como o mais fiel historiador francês”. De sua parte, ele se apoia sempre sobre testemunhos, confronta documentos contraditórios, faz fogo de toda madeira para “esclarecer as trevas”. O índice “[...] dos livros não impressos dos quais posso fazer consulta”¹⁰ menciona, entre outros manuscritos, uma crônica francesa de Antoine Loisel, um manuscrito de Adhémar tomado de Jean du Tillet, as *Gesta Remensium episcopum* das coleções de Pierre Daniel, advogado no Parlamento; os *Annales*, de Flodoard, e as *Historiae*, de Nithard, emprestadas por um cônego de Notre-Dame. Ele consultou “o original” dos *Annales*, de Guillaume de Nangis, junto ao conselheiro Guelin, as *Gesta Andegavorum comitum*, do jurisconsulto René Chopin. E possuía, ele mesmo, manuscritos de Saint-Victor: os *Annales* de Flodoard, uma antiga cópia das *Gesta Normannorum*, de Guillaume de Jumièges, uma versão das *Gesta Anglorum*, de Henry de Huntington, um resumo latino das *Gestes* dos condes d’Anjou. A lista das fontes utilizadas para suas *Antiquidades gauloises et françoises* ocupa várias páginas. Os juristas historiadores interessam-se pelo passado (Fauchet, Pithou), pelo presente (de Thou), mas sempre pela história nacional. As *Recherches de la France*, de Pasquier, vislumbra a França em todas as suas expressões: os costumes, as instituições, os poderes, o direito, a sociedade, a vida privada, a língua, a memória, o ensinamento e mesmo os provérbios (*les dictons*). Não são os reis que fazem a França: ela existe por ela mesma e é o objetivo das “Recherches” definir seus contornos e a identidade que nenhum relato contínuo permite apreender. Também o plano “labiríntico” da obra, composta por uma sucessão de ensaios sobre os temas mais variados, não cessa de se enriquecer com o passar dos anos e com as curiosidades de Pasquier, para dar lugar a uma obra única, original, verdadeiro monumento da historiografia do século XVI. Juristas, magistrados, juizes, advogados, parlamentares, os homens da lei trabalharam, assim, para construir uma memória coletiva, nacional. Conscientes de representar as elites dirigentes, valorizaram seu papel e deram uma legitimidade às suas ambições sociais e políticas, a seus projetos de reforma, à sua vontade de pacificar o reino dilacerado pelas guerras civis e ameaçado de se romper.

As memórias nobiliárquicas

Homens de Igreja, homens de letras, homens da lei: qual foi a contribuição da espada para a escrita da história? A nobreza julgava-se mal amada pelos reis, que se apoiavam sobre a toga, mal amada pelos historiadores que a ignoravam. Ela menosprezava, quanto a ela, os historiógrafos, plumas mercenárias, gente de baixa extração, indignos de compreender e de relatar os fatos notórios dos grandes. Apartada do poder, rejeitada para fora da história, restava a ela seu passado, sua memória e seus arquivos familiares. Para defender sua honra e tornar estimados, em seu justo valor, os serviços prestados e os sacrifícios consentidos, ela não podia contar senão com ela mesma, trocando a espada pela pluma para trabalhar em sua própria glória. O gênero das “memórias” nasceu tardiamente, nos anos 1555-1570. Mais precisamente em 1569, com as *Mémoires*, de Martin du Bellay e de seu irmão Guillaume, editadas por René du Bellay e dedicadas ao rei Carlos IX. *Mémoires* com uma maiúscula, explica Furetière: “[...] livros de historiadores escritos por aqueles que tiveram parte nos assuntos ou que deles foram testemunhas oculares, ou que contêm sua vida e suas principais ações, o que responde àquilo que os latinos chamavam de Comentários”. Uma maiúscula devido à qualidade dos redatores. Essas memórias, muito concretamente, são, antes de mais nada, um dossiê apresentado diante do tribunal da posteridade, com uma contabilidade escrupulosa das ações gloriosas, dos serviços prestados e do imposto de sangue. Blaise de Montluc entende responder à ingratidão da Corte e se justificar das acusações injustas. Seu relato é dedicado ao rei Carlos IX, mas também aos senhores e capitães

[...] de modo que meu nome não se perca, nem o de tantos valorosos homens que vi fazerem por bem, pois os historiadores não escrevem senão pela honra dos reis e dos príncipes. Quantos bravos soldados e fidalgos (*gentilshommes*) eu nomeei aqui, sobre os quais aquela gente não fala de modo alago (MONTLUC, 1964, p. 830).

René de Lucinge convida os nobres a pegarem a pluma:

[...] o relato de nossa vida é o verdadeiro retrato de nossa alma; ele representa nossos modos, como o pincel os traços de nossa feição. Por que os grandes não escolheriam mãos boas e belos espíritos de sua época para burilar seus gestos, que lhes devem carregar tais como eles foram para o conhecimento da posteridade (LUCINGE, 1993, p. 132).

O gênero das memórias inspirava-se (*se prévalaient*) em dois modelos: os *Commentarii*, de César, que foi o historiador latino mais popular na França, e Commynes, associados um a outro por Jean Sleidan:

César narra aquilo que quer dizer com uma cândida simplicidade, uma graça prazerosa, e sem procurar qualquer afetação de linguagem... ele deve servir de modelo e de formulário àqueles que assumirem a tarefa de escrever seus próprios fatos e façanhas (*gestes*).

Commynes “[...] merece ser imitado por todos aqueles que desejam obter honra, escrevendo alguma história”.¹¹ As memórias possuem uma retórica própria: uma *historia nuda, simplex, recta et omnibus detractis ornamentis*, uma linguagem verdadeira e simples, uma sobriedade sem afetação, livre de louvor e de culpa, fiel à narrativa dos fatos.

As memórias foram uma literatura belicosa em que os grandes quitavam suas contas com o rei e com a nobreza de toga (*la Robe*), entre os católicos e os protestantes, entre facções rivais. Enquanto a elite togada (*la Robe*) apropriava-se igualmente desse gênero novo e apareciam as primeiras memórias parlamentares (de Thou, *Vita*), a nobreza proclamava sua liberdade e sua audácia de ser ela mesma. As memórias de espada (*Mémoires d'épée*) conheceram seu apogeu entre as guerras de religião e os momentos seguintes à Fronda, entre a edição de Commynes e Retz (1613-1679). Os nobres narraram, assim, sua história verdadeira, aquela que eles fizeram, viram com seus próprios olhos, não deixando a ninguém o cuidado de fazer seu inventário. Nesta veemente apropriação, o heroísmo cavaleiresco joga suas últimas luzes na noite, frequentemente, de uma

existência tumultuada. Todos estes relatos, de Castelnau, de Nangis, de Tavannes ou outros, evocam com nostalgia uma juventude ardente: o sol das guerras da Itália, alegres (*joyeux*) massacres das guerras de religião, turbas (*folles*) equipadas da Fronda, lembranças douradas de uma nobreza embriagada dela mesma, ardente, em cores vibrantes, violenta e inquieta. Os tempos acabaram-se sob o reinado de Luís XIV: a maior parte desses testemunhos não apareceram senão após 1715, talvez mesmo no século XIX. Desde 1660, o declínio de um gênero ligado à vitalidade da aristocracia guerreira estava consumado.

Com a pesada etiqueta imposta por Luís XIV, surgiram as memórias da corte, não mais requisitórios contra o rei, mas celebração; não mais evocação nostálgica do passado, mas minuciosa evocação do presente, crônica de um cotidiano repetitivo e sem cessar mutável. O mundo da corte é um mundo fixo que demanda quadros, cenas, um estudo atento dos caracteres; é um mundo do código e da etiqueta, que implica um jogo permanente de aprendizado e de decifração; um mundo do parecer e da dissimulação que reclama uma interrogação permanente sobre si e sobre o outro. Um mundo do segredo. A quase totalidade das duzentas e cinquenta novas memórias levantadas por Bourgeois e André, em *Sources de l'histoire de France*, para o século XVII prometem detalhes curiosos e revelações. Não há memória de corte sem um poder que se oculta, sem segredos de Estado ou de alcova. O estilo destas memórias já não tem mais nenhuma relação com as memórias de espada, a não ser sua marca aristocrática. Saint-Simon (1675-1755) afirma, pelo ato da escrita, sua identidade e sua liberdade:

[...] esta leitura da história e sobretudo das memórias particulares a nossa, referentes aos últimos tempos desde Francisco I, que eu fazia por mim mesmo, me deram igualmente a vontade de escrever aquilo que eu veria, com o desejo e com a esperança de ser alguma coisa e de saber o melhor que eu pudesse sobre os assuntos de meu tempo. Os inconvenientes não deixaram de se apresentar ao meu espírito; mas a resolução firme de guardar disso segredo a mim apenas me pareceram remediar tudo. Eu começaria, então, em julho de 1694... (SAINT-SIMON, 1983, I, p. 20).

Nesta literatura, a verdade procurada não é mais da ordem factual ou ligada à autoridade do testemunho; ela é psicológica. A história ensina a conhecer o homem:

[...] mas há necessidade do estudo da história... para saber que os homens são loucos, maliciosos, ignorantes e vãos?... Não há outra coisa senão apenas a história que possa fornecer a matéria deste estudo... é ali que, considerando a qualidade, a idade e o interesse das pessoas que fizeram tais ações, o que as precedeu e o que lhes seguiu, a conjuntura do tempo e do lugar e, enfim, todas as outras circunstâncias, mesmo as mais leves, que os bons historiadores relatam tão cuidadosamente nas ações mais singulares: é em favor destas diversas luzes, com tantas vantagens que são particulares à história que se pode, refletindo sobre todas as coisas com ordem, penetrar o segredo das cortes, reconhecer em que espírito se agiu nestes encontros e formar, enfim, um julgamento claro e certo (SAINT-RÉAL, 1745, II, p. 513).

As fronteiras entre a história e o romance também tendem a se esfumazar. Saint-Réal e Varillas, ambos tendo realizado pesquisas autênticas na biblioteca do rei, escreveram romances históricos ou histórias romaneadas?

A história no curso do tempo

Em dois séculos, a história – o conhecimento e a cultura histórica – e a relação dos franceses com seu passado sofreram profundas transformações. Várias fases podem ser individualizadas.

A primeira delas é aquela das guerras da Itália e a fascinação com o modelo italiano. A descoberta maravilhada do Renascimento italiano e das ações gregas e latinas não é mais um fenômeno isolado. A revelação do Novo Mundo acompanhou-se de uma curiosidade sem precedentes, de uma sede por informações que a imprensa, que torna magicamente todos os escritos disponíveis, não pode saciar. Obras de história antiga e moderna, relatos de viagem, cosmografias,

cronologia tomam lugar no *buffet* da história (La Croix du Maine) em que tempo e espaço são confundidos. O mundo abre-se ao homem, trabalhado pela curiosidade, uma sede de saber e um desejo de evasão. Os conhecimentos são embaralhados e, com eles, a aparelhagem mental (*outillage mental*), os quadros cognitivos, os fundamentos da moral, da religião e da vida civil. Os velhos esquemas teológicos e filosóficos encontram-se colocados em causa no momento em que a Europa cristã está dilacerada pelo cisma protestante e vive sob a ameaça da toda poderosa Espanha.

O segundo momento é aquele da reação contra a Itália, antes adulada, e da busca por uma via “francesa”. A derrota de Pavia e a humilhação que representa a captura de Francisco I (1525) suscitam uma vasta reflexão sobre a identidade nacional que toca os juristas e os homens de Igreja. A França deve se definir em relação a dois modelos: o modelo italiano, a quem a Igreja romana, a antiguidade e o Renascimento deram as mais eminentes cartas de nobreza; e o modelo alemão, trazido pela Reforma, que se apoia sobre o mito germânico e o mito imperial. Em tempos nos quais provar sua antiguidade equivalia, para as Igrejas como para as monarquias, a reconstruir em torno de si a unidade perdida e, sobretudo, a combater as pretensões de outrem, o debate sobre as origens, consubstancial ao humanismo e à Reforma, privilegia a história. Entre a Europa germânica que encontrou sua expressão religiosa na Reforma e a Itália dominada politicamente pela Espanha e religiosamente pelo papado, a França procura sua via. A reação contra a Itália manifesta-se em todos os seus domínios: contra a Roma dos papas, a França é gaulesa; à Roma antiga, ela opõe os gauleses; ao latim, o francês aparentado, diz-se, do grego; ao direito romano, o *mos gallicus*; à história humanista, suas tradições nacionais. Esta reflexão sobre a “via francesa” já é bem engajada quando ocorreu o falecimento prematuro de Henrique II (1559).

A terceira fase, que durou quarenta anos, é marcada pela crise. A França não é mais conquistadora, mas fragilizada. A monarquia, confiada a um regente italiano, parece fraca e vulnerável. A unidade do reino está ameaçada pelo cisma religioso e oito guerras de religião, com seu cortejo de atrocidades, arruinam-no, sobre um fundo de crise de sucessão, pois Henrique III não possui descendentes.

Quarenta anos trágicos, decisivos para a história, considerada como o único instrumento eficaz para reunir os franceses e superar os ódios. Daí, um esforço considerável para pensar o passado e compreendê-lo, um conjunto de publicações excepcionais, pelo número, variedade e novidade, nos anos 1570; um sucesso sem precedente da história, marca da afeição à França, que atua como uma força de compensação e traz, aos olhos dos *políticos*, o único remédio à tragédia. Os franceses são convidados a pensar sua relação com o passado e forma-se como que uma memória coletiva, que renova a visão e o julgamento que a sociedade francesa dá sobre ela mesma e sobre seu futuro. A história é assunto de todos; os diferentes grupos sociais participam na construção de uma *nação França*, que não se resume mais à simples sucessão de seus reis. Certamente, a história tradicional talha a maior parte; mas as obras novas que tratam das instituições civis e políticas, dos cargos (*offices*), das leis, da magistratura, das cidades e das províncias são muitas. O apelo premente da situação interior deu um novo sentido à história. Se a crise política é profunda, a sociedade dinâmica e aberta em direção a possibilidades de transformação e à busca da identidade nacional estimula a construção de uma memória histórica rica e complexa.

A ascensão de Henrique IV (1589) e o engajamento da França na reforma católica abrem uma nova fase. A história retorna ao relato de anais, a pesquisa erudita torna-se um fim em si mesma e a análise filológica perde seu ardor de inovação. O esforço crítico passa a se concentrar então sobre a história eclesiástica e religiosa. As exigências da controvérsia – contra os protestantes, depois os jansenistas – levam a estudar de perto a tradição e as origens das instituições e das crenças. A “nova história” dos anos 1570 não tem mais seu lugar na monarquia dos Bourbons. Um sinal: as reedições das *Recherches*, de Pasquier, são mais espaçadas: 1621, 1665. O interesse pelas instituições, os poderes, o direito cessa de alimentar a reflexão dos juristas eruditos: o monarca “absoluto”, tão logo divinizado, não sofre nenhuma alternativa, ele é o único fiador da nação enquanto entidade política. A história dos seus altos fatos e o relato de suas guerras esgotam-se no panegírico: a “*petite académie*” e os historiógrafos (um Racine, um Boileau) não podem rivalizar com os concursos de panegíricos oferecidos, em cada 25 de agosto,

dia de São Luís, pela *Académie Française*, ao maior dos reis. Neste contexto, os franceses mostram-se menos cuidadosos de meditar sobre seu passado do que curiosos sobre as anedotas da corte. Nos meios intelectuais, dentro da nobreza de toga, o elo entre engajamento político e reflexão sobre a história se distende. Quanto à aristocracia, contrai-se em suas genealogias. George Huppert vê a história, engajada no serviço de glorificação monárquica e das ambições hegemônicas do reino, ameaçada pela dupla queda da historiografia oficial em propaganda e da erudição douta em conflitos de interesses imediatos. A história é, sobretudo, vítima de uma crise de confiança: os ataques repetidos dos livre pensadores e dos céticos, a condenação sem apelo dos cartesianos, sua instrumentalização pelo poder lançaram em descrédito um saber que terminou mesmo por perder, na educação do jovem Luís XV, o lugar privilegiado que lhe reconheceram até então os preceptores reais.

Principais obras

1492 : Nicole Gilles, *Les Chroniques et Annales de France depuis la destruction de Troie*

1497 : Robert Gaguin, *Compendium de Origine et gestis Francorum, dit Rerum Gallicarum Annales* (= *Les Chroniques de France: excellents faits et vertueux gestes des très-Chrétiens rois et princes*, 1514)

1517 : Paul Emile, *De Rebus Gestis Francorum libri IV*

1524 : Commynes, *Chronique et histoire faite par feu messire Philippe de Commynes*

1560 : Etienne Pasquier, *Les recherches de la France*, 1ere édition

1566 : Jean Bodin, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*

1567 : Loys Le Roy, *Considérations sur l'histoire française et l'universelle de ce temps*

1571 : La Popelinière, *La vraie et entière Histoire de ces derniers troubles*

1573 : François de Belleforest, *Les Grandes Annales de France*

1574 : François Hotman, *Franco-Gallia*

1575 : Loys Le Roy, *De la Vicissitude ou variété des choses en l'univers*

1575 : A. Thévet, *Cosmographie universelle*

- 1576 : Bernard Girard du Haillan, *Histoire générale des rois de France... ordonnée en vingtquatre livres // Quatre livres de l'état et succès des affaires de France*
- 1576 : J. Bodin, *La République*
- 1577 : Jean du Tillet, *Mémoires et Recherches contenant plusieurs choses mémorables pour l'intelligence de l'état de France*
- 1578 : Papyre Masson, *Annalium libri IV quibus res gestae Francorum explicantur*
- 1579 : Claude Fauchet, *Antiquités gauloises et françaises*
- 1579 : Nicolas Vignier, *Sommaire de l'histoire des Français*
- 1579 : F. de Belleforest, *Les Grandes Annales et Histoire générale de France* (augmentée)
- 1583 : Joseph-Juste Scaliger, *De Emendatione Temporum*
- 1588 : Bertrand d'Argentré, *Histoire de Bretagne, des rois, des ducs, comtes et princes d'icelle*
- 1588 : Nicolas Vignier, *Bibliothèque historique*
- 1597 : Jean de Serres, *Inventaire général de l'histoire de France*
- 1599 : La Popelinière, *L'Histoire des histoires avec l'idée de l'Histoire accomplie*
- 1604 : Jacques-Auguste de Thou, *Historiae sui temporis* (éd. partielle)
- 1605 : F. de Raemon, *Histoire de la naissance, progrès et décadence de l'hérésie de ce siècle*
- 1606 : Joseph-Juste Scaliger, *Thesaurus Temporum Eusebii Pamphili*
- 1609 : André Duchesne, *Antiquités et recherches de la grandeur et majesté des rois de France*
- 1614 : R. de Lucinge, *La Manière de lire l'histoire*
- 1619 : Scipion Dupleix, *Mémoires des Gaules depuis le Déluge*
- 1621 : Jacques Charron, *Histoire universelle de toutes les nations et spécialement des Gaulois ou Français*
- 1621-28 : Scipion Dupleix, *Histoire générale de France avec l'état de l'Eglise et de l'Empire*
- 1635 : Taraut, sj. *Annales de France*
- 1643 : Mézeray, *Histoire de France depuis Pharamond*
- 1675 : R. Rapin, *Réflexions sur l'histoire*
- 1677 : Dom Mabillon, *Brèves réflexions sur quelques règles de l'histoire*
- 1681 : Bossuet, *Discours sur l'histoire universelle*
- 1681 : Dom Mabillon, *De Re diplomatica*

- 1685-89 : Géraud de Cordemoy, *Histoire de France*
 1683-95 : Antoine de Varillas, *Histoire des Valois*
 1688 : Bossuet, *Histoire des variations des églises protestantes*
 1691 : Dom Mabillon, *Traité des études monastiques*
 1692-93 : Sébastien Le Nain de Tillemont, *Histoire des Empereurs et autres princes qui ont régné durant les six premiers siècles de l'Eglise*
 1692-1712 : Le Nain de Tillemont, *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique*
 1693 : Pierre Bayle, *Dictionnaire historique et critique*
 1696 : Gabriel Daniel sj., *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie française*
 1703 : Dom Pezron, *Antiquités de la nation et de la langue des Celtes*
 1713 : N. Lenglet-Dufresnoy, *Méthode pour étudier l'histoire*
 1719 : le père Lelong, *Bibliothèque historique de la France*

HISTORY AND HISTORIANS IN FRANCE, FROM THE GREAT ITALIAN WARS TO THE DEATH OF LOUIS XIV

Abstract: The aim is to present a perspective and an overview of the different practices in the history of the late Middle Ages to the age of French “preponderance”. This original time-span allows to follow the upheaval generated by the spread of printing in the conception, writing, and marketing of history. At a time when the historical profession does not exist, sometimes competing practices implemented by clergymen, men of letters, lawyers and aristocrats through the new genre of memoirs give rise to works bearing the stamp of their training. The focus is on issues of the different types of history, as well as on the relationships between history and memory, the reconstructions of the past and the relation to the time they reflect.

Keywords: France. History and historiography. Early modern historiography.

Notas

¹ Ao longo do artigo, os termos *érudit* e *savant* foram traduzidos como *erudito*, salvo quando menção em contrário (nota do tradutor).

² Reuniões eruditas organizadas pelos irmãos Pierre e Jacques Dupuy na mansão de Jacques-Auguste de Thou (nota do tradutor).

³ Trata-se de um fenômeno europeu: 1531, Juan Luis Vives, *De tradendis disciplinis*, livro V, passa em revista os historiadores; Sebastián Fox-Morillo, *De Historiae institutione dialogus* (Anvers, 1557) comporta também bibliografias. Em 1563, David Chytraeus de Rostock estabelece um catálogo para a história eclesiástica, ao qual responde, em 1567, o jesuíta Antonio Possevino.

⁴ Autêntico significa aprovado por uma autoridade e “digno de fé”. Um relato apócrifo, aos olhos de um teólogo, designa um escrito que não recebeu a caução de uma autoridade.

⁵ Em 1708: “Eu condeno de boa fé... o que eu disse de uma maneira ímpia, a qual teria fabricado depois de alguns séculos, a maior parte das obras eclesiásticas e profanas, que se passaram até aqui como antigas. Eu estou bastante envergonhado de não ter aberto antes os olhos sobre isso”. Os únicos autores antigos, em seu entendimento, eram Cícero (*Tratados e Discursos*), Plínio, o Antigo (*História natural*), Virgílio (*Bucólicas e Geórgicas*), Horácio (*Sátiras e Epístolas*), Heródoto, Plauto e Homero.

⁶ Segundo a feliz expressão de Augustin Thierry, *Dix ans d'études historiques*, Bruxelles, 1835, “Notes sur quatorze historiens antérieurs à Mézeray”, (R. Gaguin).

⁷ Na Inglaterra, Polidoro Vergílio recebeu, em 1507, do rei Henrique VII, a missão de escrever uma História da Inglaterra. As *Anglicae Historiae libri XXVI* apareceram em Bâle, em 1534, e a obra inteira em 1555.

⁸ Mézeray, *Histoire de France depuis Pharamond*, Paris, 1685, 3v. in folio, possui 3.316 páginas. Daniel, *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie française*, Paris, 1729, 10 vol in-4°, totaliza 7.395 páginas.

⁹ O alemão, acrescenta ele, entregou-se com mais glória às matemáticas e “o italiano leva o prêmio de bem escrever história, pelo julgamento e pela habilidade em dormir de maneira grave”.

¹⁰ Mss. Biblioteca do Vaticano, citado por J. G. Espiner-Scott, 1938, p. 290 sv.

¹¹ *Les Mémoires de Messire Philippe de Commynes, Chevalier seigneur d'Argenton... de l'édition de Denis Sauvage...* com duas epístolas de Jean Sleidan, Paris, J. Chouet, 1596, in-12: *Epître à très magnanime Prince Edouard, duc de Somerset*, na segunda edição de Commynes, 1548; nesta edição, p. 857.

Referências

AMALVI, Christian (Dir.). *Les lieux de l'histoire*. Paris: Colin, 2005.

ARIÈS, Philippe. L'attitude devant l'histoire: le XVIIIe siècle. In: *Le Temps de l'histoire*. Paris: Seuil, 1986.

- BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les historiens et le monarchie*. Paris: Puf, 1988-1989, 4 vol.
- BIZZOCHI, Roberto. *Genealogie incredibili. Scritti di storia nell'Europa moderna*. Bologne: Il Mulino, 1995.
- BORGHERO, Carlo. *La certezza e la storia. Cartesianesimo, pirronismo e conoscenza storica*. Milan: Angeli, 1983.
- COLLARD, Frank. *Un historien au travail à la fin du XVe siècle*: Robert Gaguin. Genève: Droz, 1996.
- DESAN, Philippe. *Penser l'histoire à la Renaissance*. Caen: Paradigme, 1993.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *La conception de l'histoire en France au XVIe siècle (1560-1610)*. Paris: Nizet, 1977.
- _____. *Celtes et Gaulois au XVIe siècle: le développement littéraire d'un mythe nationaliste*. Paris: Vrin, 1972.
- ESPINER-SCOTT, Janet. *Claude Fauchet, sa vie, son oeuvre*. Paris: Droz, 1938.
- EVANS, W.H. *L'historien Mézeray et la conception de l'histoire au XVIIe siècle*. Paris: J. Gamber, 1930.
- FERGUSON, Wallace. *La Renaissance dans la pensée historique*. Paris: Payot, 1958.
- FUETER, Eduard. *Histoire de l'historiographie moderne*. Paris: Félix Alcan, 1914.
- FUMAROLI, Marc. Aux origines de la connaissance historique du Moyen Âge: humanisme, Réforme et gallicanisme au XVIe siècle. In: *Dix-Septième Siècle*, 1977.
- _____. Les Mémoires au carrefour des genres en prose; Les Mémoires ou l'historiographie royale en procès. In: *La Diplomatie de l'esprit de Montaigne à La Fontaine*, Paris: Hermann, 1998.
- GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie. Etude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières*. Paris: Puf, 1993.
- _____. L'éducation de l'enfant roi. In: Cardinal de Fleury, *L'Abrégé de l'histoire de France écrit pour le jeune Louis XV*, AD78, 2006.
- _____. (Dir). *Les Historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution*. Paris: PUPS, 2006.
- GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 1980.
- HUPPERT, George. *L'idée de l'histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1963.
- JOLLY, Claude (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques sous l'Ancien régime, 1530-1789*. Paris: Promodis, 1988.

- LUCINGE, René. *De la manière de lire l'histoire*. Genève: ed. Michael J. Healt, 1993.
- MONTLUC, Blaise de. *Commentaires (1521-1576)*, éd. P. Couteault. Paris: Gallimard, 1964.
- NORA, Pierre. Les Mémoires d'Etat. In: *Les Lieux de Mémoire, La Nation*, II. Paris: Gallimard, 1986.
- RANUM, Orest. *Artisans of Glory. Writers and historical Thought in Seventeenth Century France*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1980.
- RAPIN, René. *OEuvres*, I, La Haye, 1725.
- SAINT-RÉAL. De l'usage de l'histoire, *OEuvres*, II. Paris, 1745.
- SAINT-SIMON. *Mémoires*, I, éd. Y. Coirault. Paris: Gallimard, 1983.
- SCHMIDT-CHAZAN, Mireille. Histoire et sentiment national chez Robert Gaguin. In: *Le Métier d'historien au Moyen Âge*, B. Guenée dir.. Paris, 1977.
- UOMINI, Steve. *Cultures historiques dans la France du XVIIe siècle*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- VIVANTI, Corrado. Les Recherches de la France d'Etienne Pasquier. In: P. Nora éd., *Les Lieux de mémoire, La nation*, I. Paris: Gallimard, 1986.
- _____. Paulus Æmilianus Gallis condidit historias? In: *Annales ESC*, 1964.

Autora convidada.

A Clio Tucidideana entre Maquiavel e Hobbes (as figurações heróicas do historiador)*

Francisco Murari Pires**

Resumo: O artigo, tomando por diretriz primeira de sua reflexão a declaração de Césare Ripa que dá Tucídides como nome que emblematiza a escrita da história, e então examinando a correspondente figuração do historiador antigo como paradigma de excelência historiográfica por Jean Bodin, por La Popelinière e por Thomas Hobbes, propõe-se identificar na articulação entre a categoria antiga de *herói* e a moderna de *gênio* a intriga conceitual por que responde essa primeira figuração apologética de Tucídides no horizonte do pensamento historiográfico moderno, a qual ganharia foros de apoteose no século XIX com os ditos “Tucidideanos Alemães” (Niebuhr, Ranke e E. Meyer).

Palavras-chave: Tucídides. Historiador. Historiografia moderna.

* Versão de texto composto em inglês como capítulo da obra organizada por Christine Lee e Neville Morley, *A Handbook to the Reception of Thucydides*, Wiley-Blackwell (forthcoming 2014). O texto condensa os teores desenvolvidos em livro a ser editado em 2014 pela Editora Armazém Digital, no qual estão expostos exhaustivamente os argumentos e as referências que fundamentam as reflexões condensadas no presente texto.

** Professor Titular em História Antiga pela USP. Atualmente desenvolve projeto de pesquisa *Antigos e Modernos: diálogos sobre a escrita da história*, com enfoque especialmente dedicado à história das leituras e percepções da concepção de história tucidideana no âmbito da tradição historiográfica moderna, desde o Quattrocento até os inícios do século XXI. Tais abordagens encontram-se editadas na página web: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/>. E-mail: murari@usp.br.

Introdução

Desde o princípio, com Heródoto, o dilema da historiografia configura-se: relatos *verídicos* contra *mentirosos*, isentos contra parciais, como firmar a dignidade da história por que se memorizem as realidades dos feitos, das obras e dos modos com que nela agem os homens? Porque as histórias se contam tendo em vista um público a que são dirigidas, como deve o historiador conformar modos narrativos que assegurem *convicção de veracidade* para as coisas que ele relata como fatos reais? Que *virtudes* excepcionais lhe são exigidas por recomendação de preceitos e deveres que consagrem a *autoridade* de sua narração?

Mas a apreensão da verdade do fato unívoco, adverte Tucídides, é obra *penosa*. Reclama ingente empenho de inteligência para resolver a *aporia* intrínseca de sua consecução, pois, para tanto, o historiador defronta-se com a dialética inconciliável dos relatos conflitantes apresentados pelos que presenciaram os acontecimentos e, consoantemente, os informaram. Supõe sujeito humano dotado de espírito superior, distinguido por excelência de plena maturidade experiente que a razão capacita, de modo a poder discernir toda a verdade que desaparece confundida por essa dialética informativa. Via de trajeto difícil, percurso *penoso* de *ingentes trabalhos*, restrito a um único caminho que conduz justo à descoberta da *verdade* do *fato*. Via de conhecimento histórico própria a um destino pessoal *heróico* por *areté* de intelecto excepcional, privilégio de um indivíduo cujo nome chancela a obra por seu primeiro termo declarativo: Tucídides de Atenas. (MURARI PIRES, 1997, p. 286-291; 1998, p. 12-15; 2003a, p. 107-112; 2006a, p. 70-72; 2009, p. 98-101; 2010a, p. 9-18; 2010b, p. 274-276).

Similarmente o dá a entender Luciano listando o acúmulo de virtudes reclamadas pelas quais se almeje escrever *história excelente*. Ser *historiador* requer tanto pessoa provida de complexo de virtudes excepcional por domínio absoluto de paixões, (res)sentimentos e (des)afetos, quanto indivíduo cuja situação no mundo pode mais propriamente ser dita inexistencial, pois intriga pertinência a um lugar, dito *a-polis*, que antes o desvincula do mundo humano¹, situa-o fora porque, acima dele, sobrepairando as histórias de seus acontecimentos, como o olhar de Zeus. Ideal que, pois, configura *persona*

de qualificação *divina*, na medida em que se concebe sua ideia por atributos definidos por negação de modos e aspectos inerentemente humanos (LUCIANO, 2001, p. 41).

No horizonte do pensamento antigo, a categoria do *heróico* responde por essa *(con) fusão de humano com divino*, porque ganha inteligibilidade a projeção de tal *persona* de historiador ideal. Nesse sentido, a distinção de dignidade historiográfica figurada por Tucídides aproxima-o propriamente da excelência de arte discursiva nomeada conceitualmente *Nestor*. Especialmente na cena da querela entre Agamêmnon e Aquiles, a figura do venerando conselheiro atua em função judicante, pois discerne a decisão que acerta a dialética das (des)razões de duas partes em conflito. Similarmente a como também o poeta memoriza na cena do escudo de Aquiles, *conselheiro* vale por *histor*.

Na intriga dessas heranças entre *epopeia* e *história*, o *historiador* então figuraria, correspondentemente a *Nestor*, apreciado como *conselheiro*, o juiz cuja narrativa dos *fatos* acontecidos acertados univocamente a superar a dialética conflitante dos relatos parciais e comprometidos que os contaram. Por esse nexo de fundo homérico de que deriva a *historia*, o ajuizamento da veracidade do fato responde pelo *discurso sapiencial que reitera os preceitos da ordem política* por modos *nestorianos* de saber *historiante*, assim *heroicizante*.

Clio Tucidideana

Na *Iconologia* (Roma, 1603), Cesare Ripa define Clio pela conjugação de três ícones por que se a represente imageticamente: uma coroa de louros à cabeça, uma trombeta segura pela mão direita e um livro pela esquerda. Ao fundamentar os nexos de tal configuração iconográfica, Ripa aponta, primeiro, as significações etimológicas que as denominações gregas comportam: ou *loutor* ou *gloria*, quer a dos homens que os Poetas pelo canto da Musa celebram, quer a deles mesmos, poetas, porque justamente os gloriam. Diz também as razões da semântica porque se recomenda tal imagética por Clio personificada. Pela *láurea*, assinala-se o destino de *perpetuidade* que a *História* enseja aos homens e seus *feitos passados e presentes*, valendo como as folhas de louro que preservam vivo por

longo tempo o verdor. Pela *trompa*, celebram-se *os feitos dos homens ilustres*, ressoados nos ares a proclamar *universalmente* sua glória. Mas *trompa* segura pela *mão direita*, porque assinale *boa fama*, pois, se pela esquerda, signo antes reverso, ou de *má fama* ou de *infortúnio*. Já pelo livro com que se registram *os feitos dos homens, passados e presentes*, assinala a *história*, atributo dessa Musa. Mas ícone este que comporta uma precisão: o livro é de *Tucídides*, por nome nele inscrito. A razão de tal privilégio onomástico com que se honre condignamente a história: porque Tucídides, *Historiador famoso* (RIPA, 1603, p. 346, p. 349, p. 143, p. 103, p. 351, p. 175).

Praticamente contemporânea dessa figuração da *Clio tucidadeana* por Cesare Ripa, La Popelinière firma na *Histoire des Histoires* (Paris, 1599), similarmente à fama maior de *Tucídides*, então o intitulando *Príncipe da História*. (La POPELINIÈRE, 1989a, p. 143). Três décadas antes, Jean Bodin também proclamara no *Methodus* (Paris, 1566), que não Heródoto, mas sim Tucídides, devesse ser tido por *o mais verdadeiro Pai da História* (BODIN, 1969, p. 298). Três décadas depois, Thomas Hobbes, em sua tradução dos *Eight Books of the Peloponnesian Warre* (London, 1629), ao dizer porque a escrita da história alcançara o ápice com Tucídides, consagra fórmula de similar fama historiográfica, mas já por teores reflexivos mais precisamente direcionados: “[...] the most politic historiographer that ever writ” (HOBBS, 1975, p. 6-7).

Por tais projeções de excelência historiográfica, por que o nome de Tucídides emblematize a escrita da história, a *persona* do historiador é apreciada por enredamentos de intrigas agonísticas com seus pares antigos. Por uma delas, que avança de La Popelinière a Hobbes, subjaz um *agôn* com Tácito, ou mais precisamente com o *tacitismo*, avatar de *maquiavelismo* por fins do XVI. Por outra intriga agonística, agora de Tucídides com Heródoto, remonta-se de La Popelinière a Bodin, por meados do século. E, por Bodin, com as intrigas dessa agonística, pondo em paralelo Tucídides e Políbio², o diálogo remonta a Maquiavel. À época de Maquiavel, entretanto, havia um século (*Quattrocento*) que a face de Clio mostrava a fisionomia (historiográfica) de Tito Lívio, justo porque incorporasse a correspondente alma de Cícero.

Por tais diálogos de modernos e antigos, a evolução da identidade da história entre Maquiavel e Hobbes, ao questionar a figuração *liviana* que a prendia em moldes estilísticos³, promove uma vertente de exemplaridade tucidideana de sua escrita, assim transitando os horizontes do saber histórico dos domínios da arte retórica para os da ciência política.

Maquiavel, historiador odisséico

Ao longo das análises as quais evoluem no século XX, seja a crítica dos estudos sobre Maquiavel seja sua congênere sobre Tucídides, a associação de um nome ao outro ganha nexos de automaticidade, como se compusessem figuras gemelares, de que a presentificação de uma delas sensibiliza a da outra, de modo a entre ambas ou salientar as semelhanças ou antes apontar as diferenças.

Oscilam, assim, os críticos modernos em ajuizar o alcance preciso da interferência que o diálogo de Maquiavel com o historiador ateniense tivesse na constituição da obra e do pensamento político do florentino. Uns, mais céticos, ou o minimizam a um aporte menos relevante de apenas uma ou outra alusão a conhecimentos de realidades factuais da história antiga que Maquiavel eventualmente conhecesse graças à leitura de Tucídides, ou até mesmo questionam a realidade de um tal diálogo, chegando a acusar sua projeção antes “fantasiosa”. Outros, pelo contrário, mais confiantes, empenham-se em indiciar nos textos de Maquiavel a impregnação dos traços que assinalam a presença da memória tucidideana. O fazem tanto, em âmbito analítico mais modesto, para atestar, pela crítica textual de tradição filológica, a maior amplitude daquela dependência de conteúdos históricos conhecidos pelo florentino que seriam derivados do ateniense, quanto para, mais ambiciosamente avançando além da mera exegese erudita de uma *Quellenforschung*, atrelar também ideias e conceitos políticos do teórico moderno a correspondentes preceitos que levam originariamente a marca do historiador antigo.

O viés dominante desse zelo crítico tradicional concentra seus esforços de acuidade exegetica em aferir a justeza, contra a impropriedade, da reprodução maquiaveliana dos informes tucidideanos.

São quase todos concordes no apontar as imprecisões, os erros, os desvios, as deficiências e mesmo as deturpações com que Maquiavel (des)apreende Tucídides. Consequentemente, põem-se os críticos a aventar que ordens de distúrbios teriam prejudicado o (des)entendimento de Tucídides por Maquiavel: ou porque o citasse de memória; ou porque o conhecesse apenas intermediado por outros textos e autores; ou, pior, porque o retorcesse visando à comprovação de suas próprias teses políticas. Empenhos, por diligentes que sejam em sua perícia crítica, duplamente problemáticos. Por um lado, porque de equívoca historicização, pois, ajuizam a *práxis* intelectual de Maquiavel pelo padrão de medida de rigor crítico porque responde a (cons)ciência historiográfica “científica” firmada a partir do século XIX e desdobrada no XX⁴, assim implicando que Maquiavel devesse conhecer (o texto de) Tucídides com o domínio que nós, entretanto, só contemporaneamente consolidamos. Por outro lado, porque camuflam um senso de pertinência analítica, todavia, algo duvidoso, quer porque tenha por desfecho antes controvérsias do que conclusões, quer porque, sobretudo, afirme ambigualmente sua (des)valia ao conscientizar uma problemática confiança na efetividade hermenêutica dessa operação crítica, assim a justificando como mediação analítica para a apreensão de uma inteligibilidade superior do texto, mas, efetivamente, a operando autonomamente, dispondo um fim em si mesma.

Pelas concatenações exegéticas com que os críticos modernos então conjecturam as falas com que Maquiavel (supostamente) dialogasse com Tucídides, a presença da influência autoral transita entre os textos de um e outro imbricando as determinações recíprocas de seus correspondentes pensamentos. De modo que, por esse jogo hermenêutico, a consciência moderna tanto presentifica os aportes tucídideanos nas teorias maquiavelianas quanto, em contrapartida, opera a intriga no sentido inverso, a agora aventar o destino de pensamento político (já) moderno prenunciado pelo historiador antigo. Espécie de teleologia tautológica (e *mutatis mutandis*) porque tanto, de um lado, aventam-se as (des)heranças tucídideanas de Maquiavel, quanto, de outro, estigmatizam-se os anátemas maquiavelianos de Tucídides.

Afastando-nos de quaisquer pretensões de assim caracterizar ou a genealogia tucidideana de Maquiavel ou a correspondente teleologia maquiaveliana de Tucídides, a via hermenêutica que seguiremos intenta apenas compor um diálogo em paralelo das concepções de escrita da história em um e outro autor.

A 8 de novembro de 1520, Maquiavel recebia, por intermédio dos oficiais do Estudio Florentino, o encargo de compor “anais e crônicas de Florença”, fixados seus estipêndios em cem florins. A ordem provinha de um Médici, Giulio, então cardeal. Anos depois, quer quando da redação do *Proemio* quer, a seguir, da carta em que dedica as *Istorie fiorentine* ao (já então) papa Clemente VII, o (novo) historiador de Florença revelava por que nuances ele entendera as intrigas daquela comissão historiográfica que lhe fora encomendada. Os termos oficiais da mesma rezavam: “que eu escrevesse os feitos do povo florentino” (MACHIAVELLI, 1962, p. 65). Desde o início da composição, entretanto, o historiador localiza o foco histórico especialmente induzido por seu precípua patronato: os (feitos dos) Médici, ancestrais do pontífice, senhores de Florença desde Cosme ao Magnífico Lorenzo. Maquiavel assim a concebera de princípio, e a essa história referia-se expressamente como “sua”.

A ordem papal que encomendara aquelas *Istorie fiorentini* a Maquiavel requeria do historiador dons de delicada perspicácia de juízo historiante por que ele bem satisfizesse às sutis ambiguidades de suas injunções Médici. A intriga patronal, nos termos em que Maquiavel a verte, vem assim formulada: “[...] que descrevesse com justeza os feitos de seus ancestrais de modo que não transparecesse qualquer adulação, pois, se lhe era agradável ouvir louvores verazes, desagradava-o ouvir falsos com o fito de obter favores (MACHIAVELLI, 1962, p. 65-66). A *onomasiologia* constitutiva da obra pelos nexos que vinculam *Maquiavel a Médici* complica a *axiologia* da história. O preceito de sua escrita assim afirmado, ao interditar a *adulação*, recomenda o *louvor* que ela desvirtua. Pela sensibilidade do juízo com que mantém este afastado daquela, o historiador tanto preserva a dignidade de seu ofício quanto afiança a veracidade de sua história, dado que não a falsifica por compromettimentos de favores e ganhos escusos. As nuances ambíguas da tão direta quão enviesada ordem papal interpelam a inteligência de

arte historiográfica dele reclamada. A história dos Médici supõe louvores, *ça va de soi!* E, todavia, por quais aparências de *veracidade* os leitores discernem *louvores insuspeitos* contra *adulações indignas* em história ativada por nexos que justo assim a compromete(ria)m?

Por todos os modos e recursos da arte retórica, Maquiavel empenha-se em livrar, desde e por princípio, sua história do fantasma de nexos onomasiológicos que prejudicassem a apreciação ajuizante de seu serviço historiográfico: veracidade deturpada por desastrosa adulação, a arruinar-lhe os favores do ofício. A enfrentar as atribuições do desafio, o historiador formula, como contrapartida conceitual da *adulação*, o procedimento de meritória *lisonja* que, antes dignificando a história, persuadissem a boa recomendação de seus préstimos. Jogo inteligente de tramas de (dis)simulante *adulatio* retórica que se completa, por fim, revertendo a incidência do ajuizamento respeitante à (in)veracidade da história, cuja denúncia Maquiavel então faz voltar da (des)figuração de lisura da parte do historiador para a de (des)apreço da parte dos leitores: “Assim, Santíssimo e Beatíssimo Padre, empenhei-me nestas minhas descrições em, não maculando a verdade, satisfazer a todos; mas talvez não venha a satisfazer a ninguém e, se assim for, não me admirarei, pois considero impossível deixar de ofender a muitos quando descrevemos as coisas dos seus tempos”. Por que os tempos descritos pela história envolvem também as (des)razões dos leitores, desvirtua-se a correção de seus juízos consoante a (in)satisfação das precípuas subjetividades que comprometem suas distintas expectativas pessoais: esperam eles da história verdades, mesmo que elas os ofendam, ou preferem mentiras, desde que os honrem?⁵

Ora, na primavera de 1521⁶, quando dava início à composição das *Istorie fiorentini*, Maquiavel foi enviado a confabular com os frades franciscanos em sua sede no mosteiro de Carpi, burlescamente (des)qualificada nas cartas trocadas entre Maquiavel e Francesco Guicciardini como “la Repubblica de’ Zoccholi”⁷. Guicciardini então instiga o amigo a que tirasse daquela visita os ensinamentos apropriados de uma experiência *fradeira*, ambiente em que se respiram *fraudes e burlas*, advertindo-o especialmente a acautelar-se com o que ele dissesse acerca de seus “maiores”, os que então empregavam seus serviços, de modo a não comprometer a *fortuna* dos *anais* que então escrevia. Maquiavel responde-lhe que justo assim

o fazia, bem atento à lição que a cena do *regime* instituído pelos monges à mesa avivava em seu espírito: as conveniências eficientes do *silêncio*. Já na primeira carta, a certa altura, Maquiavel revelara ao amigo quais eram os modos por que ele amadurecera os cuidados de sua inteligência nestes novos tempos, então resguardando-se bem melhor contra as mazelas de dissabores e adversidade pessoal que lhe causassem os descontroles eventualmente incriminatórios de suas declarações: “[...] da un tempo in qua, io non dico mai quello che io credo, né credo mai quel che io dico, e se pure e’ mi vien detto qualche volta il vero, io lo nascondo fra tante bugie, che è difficile a ritrovarlo”⁸.

Pelo jogo ambíguo porque ele tanto (des)diz quanto (des)crê seus pensamentos, tanto mais que quando por eles expressa alguma verdade, a torna, todavia, indiscernível porque perdida, confundida em meio a mentiras que a rodeiam, Maquiavel tece o véu retórico com que, embaralhando os registros dos traços identificadores, confunde os comprometimentos de sua pessoa. Discriminação de verdade contra mentiras configura convicção apenas de quem detém *o poder da palavra que diz a história*, pois se a resguarda oculta pelo *segredo* do arbítrio e querer (dis)simulado porque o historiador a (in)define. Maquiavel, ao dizer os modos personalizados desse espírito que então o toma nos tempos de composição das *Istorie fiorentini*, evoca competência estritamente humana de inteligência *astuciosa* de sua escrita, pois nela se trama um jogo (dis)simulado de *verdades e mentiras confundidas*.

As *figurações* de sua *arte de historiador*, então, guardam equivalência com aquela que Hesíodo afirmava ser o apanágio próprio do poder divino *figurado* pelas Musas que detém o mistério do canto *historiante* enquanto memória narrativa de saber factual: *sabemos muitas mentiras dizer símeis aos fatos, e sabemos se queremos dar a ouvir verdades*⁹. Musas, pelas alusões intrigadas pela *Teogonia* hesiódica, respeitam a entidades que representam aspectos (modos, recursos, circunstâncias, efeitos) de atuação narrativa (*épos*), assim conceituados por seus respectivos nomes, em histórias (cantos) que celebram (hineiam) o poder (a realeza de *Zeus*) historiando (mitificando) os fundamentos modelares que conferem *autoridade* (os feitos etiológicos de fundação). As virtudes que por tal teleologia (co)memorativa as

qualificam referem atributos pertinentes à conjugação da *memória coletiva* pelo *poder* (a posse de *Mnemosyne* por *Zeus* em união marital). E guardam também as revelações tecidas por Maquiavel equivalência com a virtuosidade que a *Odisseia*¹⁰ distinguia como característica das *histórias* contadas pela *figura* nomeada *Odisseu*¹¹ enquanto correspondente excelência *heróica* de memória narrativa e saber factual: dizia *semelhas verdades e mentiras*.

Em última instância, a questão da verdade da história narrada no âmbito do discurso mítico, aqui apreciada enquanto narrativa do *herói*, remete para o arbítrio do sujeito que a narra, em conformidade com a ordem total de seus deveres éticos de honorabilidade nobilitadora. Justo por senso de honra nobilitadora afirmado pelas histórias contadas a entreter e ensinar os agentes do poder que promovem e sustentam as narrativas, fundamentam-se similarmente por Maquiavel os reclamos de justas recompensas e mútuos ganhos reciprocamente intrigados pelos nexos entre figuras régias e historiadores.

Jean Bodin, “O verdadeiro Pai da história”

Era motivo de perplexidade para Bodin que Cícero tivesse nomeado Heródoto “o pai da História”. Honra indevida porque atentava contra a própria definição da história como narração verídica. Se Heródoto primava por algo era por contar antes fábulas e estórias tanto mais maravilhosas quanto falsas, irrealis. Todos, desde a antiguidade, acusaram a inveracidade de suas histórias. A fórmula ciceroniana que glorificava Heródoto era equívoca, pois a proposição do deleite a tirar das narrativas de histórias não pode se sobrepor à expressão da verdade, esta sim imperativa. Pelo contrário, justamente porque não se deixara iludir pelas fábulas míticas consagradas pelos poetas que celebravam as perfeições idealizadas da *Idade do Ouro*, antes retratando realmente que o passado helênico fora dominado, no princípio, por estado de “selvageria e ferocidade”, Tucídides, sim, diz Bodin, pode ser tido por “o verdadeiro pai da História” (BODIN, 1969, p. 298). Para Bodin, então, a fama de Tucídides desloca a de Heródoto na honra de fundador da (genuína) escrita da história.

Por todo um nexo de figurações virtuosas, Bodin ajuíza a excelência historiográfica de Tucídides. Lembra sua privilegiada condição social, proeminente por riqueza e linhagem régia. Diz de sua experiência e conhecimento da vida pública, atuante como legado em missões mais “pretor” durante a guerra. Aponta seu zelo e diligência por consolidar a veracidade dos acontecimentos narrados por sua história ao promover investigações que os acertassem, nesse empreendimento dispendendo grandes somas a pagar a coleta de tais informes. E especialmente porque presenciou os acontecimentos como que de “um ponto elevado” (COUZINET, 1996a, p. 285), assim dissociando seu olhar de observador das perspectivas comprometidas com um ou outro lado que desvirtuassem sua percepção. Que não os ajuizou pela distorção imediata dos comprometimentos da parcialidade pessoal foi corroborado pela impassionalidade com que não destratou, por injúrias de modos irados, seus próprios concidadãos que o haviam exilado, pelo contrário, elogiando em sua história quem assim o condenara, *Péricles*, ao afiançar que de sua liderança dependia a salvação de Atenas na guerra. Quem, então, sentencia Bodin, “[...] não depositaria fé em sua história”? (BODIN, 1969, p. 56).

Os elementos de informes históricos por meio dos quais Bodin argumenta os nexos ajuizantes da excelência historiográfica tucidideana encontram-se também registrados nas compilações que compõem as *Vitae*, de Tucídides, assim incorporadas às cópias manuscritas que transmitiram o texto de sua obra¹². Compondo seletivamente esses informes antigos respeitantes a episódios e situações que intrigavam a (im)parcialidade do historiador, Bodin os (re)acerta sempre no sentido de firmar a melhor fama do ateniense. Ora, Bodin identificou Péricles como quem movera a acusação contra Tucídides, equívoco histórico evidente face ao próprio texto do historiador, pois, quando de seu exílio, por ocasião da perda de Anfípolis, Péricles estava morto já há alguns anos. Muito provavelmente, o erro de Bodin deve-se à confusão entre a figura do historiador, filho de Oloro, com a de outro Tucídides, filho de Melésias, este sim exilado de Atenas ao ser derrotado por Péricles na disputa de liderança travada em torno da questão do uso dos recursos financeiros da Liga de Delos para o embelezamento urbano de Atenas. Por esse lapso histórico cometido pela memória histórica, entretanto,

harmoniza-se o acerto da fama tucididiana, por historiador que, exaltando em sua história a atuação de Péricles, louvara justo quem fosse seu adversário pessoal. Pelo contrário, se aventado Cleonte, o demagogo, como o promotor da ruína política de Temístocles em Atenas, compromete-se correspondentemente a projeção da fama do historiador, por mancha que assim deslustra(ria) sua (im)poluta (im)parcialidade. Por toda a história moderna dessas projeções da fama tucidadeana, desde seus inícios pelo Renascimento até fins do século XX, o dilema persiste com os críticos oscilando a fama da virtuosidade contra a da viciosidade historiográfica de Tucídides ao sabor das intrigas de sua dialética narrativa que opõe a figuração por que Péricles é exaltado contra a outra por que Cleonte é denegrido.

Por qual deslize de (re)conhecimento histórico se (des)aprecie a (im)parcialidade historiográfica por que responde a fama de Tucídides, a formulação dela apresentada por Jean Bodin condiz com a valoração do *historiador* figurado como *juiz* porque os juristas franceses refletiram sobre a história no contexto das lutas de religião na França de meados do século XVI. Avançando além da representação dominante no horizonte do humanismo renascentista porque o historiador fosse apreciado mormente por sua arte retórica em modo advocatício, busca-se firmar para o saber histórico a autoridade política do discurso que firma a verdade porque a apreende por observação em posição elevada, acima dos contenciosos das partes em conflito que a comprometem.¹³ Também e especialmente Bodin assimila a identidade do historiador pela figura do *juiz*, situado acima das partes, assim contraposta à do *advogado* que, pelo contrário, assume a (des)razão da parcialidade¹⁴. Por todas essas celebrações com que Bodin evoca certa seletividade da memória respeitante a Tucídides enquanto ideal ou modelo historiográfico, ela assim comparace em figuração de sabedoria ajuizante, justo similar aos modos da heróicidade *nestoriana*, que, como *histor*, resolve os conflitos e divergências por que situada acima dos lados querelantes.¹⁵

La Popelinière, “O Príncipe da História”

Para La Popelinière, Tucídides é *sem controvérsias o Príncipe da História*. Por ele, especialmente, a história firma dignidade de narração que prima pela *verdade* dos acontecimentos, fundamento por que realiza primorosa valia de discernimento e juízo *político*. Desprovida da marca da *verdade* que ordena o discurso intelectualivo acerca dos fatos humanos, a história, antes de Tucídides, era *corpo sem alma*. De Heródoto a Tucídides a história dá passo decisivo, por que então recusa o *mítico* ou *fabuloso* tão ao agrado do(s) público(s) a que antes *poetas* contemplam. Já Tucídides tem na *instrução proveitosa da posteridade* o *verdadeiro propósito* por que (se) compõe a história, por ele dita *ketema es aei*, aquisição de bem permanente, “tesouro” de ensinamentos. Pelo lema tucidideano do *ketema*, La Popelinière assimila, em sua própria concepção de “história acabada” (*histoire accomplie*), as razões por que se vislumbre a valia excepcional desse discurso narrativo, que dizendo os modos da passagem dos homens no mundo com o retorno das *mesmas vicissitudes* atualizando no presente a *imagem* do passado, ensejem-se as lições de *prudência sapiente* porque melhor defrontá-las. Contra os poetas e os pintores que, inflados por paixões, perdem as representações que imitam em fantasias inventadas, o *historiador* que Tucídides figura tem por guia a *razão*, porque investiga e ajuíza a veracidade dos relatos por ele confrontados. Por tais procedimentos de controle e verificação, assegura a herança da *verdade* humana, provendo aos homens o *puro espelhamento* de seus atos, ou exemplares ou desrecomedáveis, porque conformem virtuosa fortaleza com que enfrentar os caprichos e artimanhas da existência terrena. Em suma, sentencia La Popelinière: “Tucídides é, e será para sempre, *notável exemplo a todos ativos historiadores*?” (La POPELINIÈRE, 1989a, p. 143-148; 1989b, p. 34-41).

Por assentada fama de justa exemplaridade que a figura historiográfica de Tucídides projete, nem tudo se resolve, adverte La Popelinière, a quem almeje ideal maior, supremo, de *história acabada* (“*histoire accomplie*”).¹⁶ Ideal tanto mais excelso quanto supõe correspondente *historiador completo*, pleno de dons e virtudes por que se cumprem *os deveres do ofício*, mormente seu fundamento definidor, a expressão da *verdade*, sem o que a obra nem sequer merece

o nome de *história*. Porque compor a *mais bela história* jamais vista requer *engenhosamente compreender, fielmente reter, ajuizar por boa correção, mais, por fim, bem expressar a verdade com seriedade e eloquência acerca de todas as coisas notáveis respeitantes a todos os Estados*, ser *historiador pleno* pressupõe, associado à *correta instrução de primor educativo e indispensável experiência das coisas do mundo*, indivíduo dotado de raro e gracioso *temperamento, por natureza tão generoso, douto, eloquente e judicioso* por que se recomende o êxito para *tão elevada obra-prima*. Caráter, então, de *coração bondoso, verdadeiramente nobre e arredio a toda obrigação servil que o desvie, por pouco que seja, de seu dever em menosprezo da verdade*, define como *homem de bem a condição natural particularmente afeita ao historiô-grafo*. Ser *historiador pleno* reclama, por consoante nobreza, vocação que tem por zelo a *humanidade*, de que promove proveito e bem comum em menosprezo de vantagens particulares e ganhos ocasionais. E reclama, ainda, espírito de filósofo, de condigno modo contemplativo, que concentre no prazer espiritual porque despreza quaisquer outros bens e vantagens mundanas toda sua realização e felicidade pessoal (La POPELINIÈRE, 1989b, p. 135-139).

O “temperamento” apropriado por que se almeje um assim irrepreensível desempenho historiográfico, a trilhar *a senda reta do dever de veracidade*, imune aos *desvios das paixões, oferendas, aparências e demais perigos porque as afeições o extraviam*, reclama a harmonia das capacidades intelectivas de *imaginação, memória e entendimento*, acertando-se as corretas proporções que equilibram os humores corpóreos e correlatas afeições anímicas. A *harmonia* na composição dos humores, por estrita *simetria e igualdade de proporções* de modo a que nenhum deles prepondere e não predomine sua correspondente parcialidade afetiva, configura, pois, qual seja o *justo temperamento historiográfico*. Por exemplar que fosse *a persona historiográfica de Tucídides*, a tese, todavia, por que La Popelinière firma sua reflexão acerca da escrita da história é contundente e implacável: *historiador pleno* e, conseqüentemente, *história acabada (histoire accomplie)*, primorosa, porque livre de quaisquer faltas ou defeitos que acusem imperfeição, (La POPELINIÈRE, 1989, p. 14-15) “[...] jamais houve, nem mesmo tal que se possa arranjar”. E é justo a figura de Tucídides que constitui *prova evidente* de que *historiador perfeito, favorecido pela natureza e distinguido por afortunada experiência das coisas humanas*, não existe. Pois, já os próprios antigos o combatiam, que,

embora o reconhecessem *Príncipe da história* pela *verdade primorosa* que firmara, também nele acusaram *faltas e imperfeições*. Laivos de passionalidade o tomaram, porque (des)concertou momentos de sua narrativa aos sabores de seus afetos contra desafetos pessoais. Assim, foi benévolo para com a memória do mestre retórico, Antifonte, poupando sua história da notícia de sua degradação, *o traidor da democracia*, estigma que selou seu vil destino em Atenas. Inversamente, foi algo maledicente contra Cleonte, seu *inimigo*, a quem tratou por *louco e estúpido* (La POPELINIÈRE, 1989a, p. 14-15, p. 144-145; 1989b, p. 19, p. 128-175).

Uma nítida oposição dissocia na esfera do saber o humano do divino. Os homens são caracterizados pela fragilidade do entendimento, pelas incertezas das percepções sensoriais, pela mutabilidade, confusão e variedade das opiniões que captam antes aparências, pela constatação de inevitáveis obstáculos e empecilhos mais consciência das dificuldades cognitivas a estigmatizar o estatuto do saber humano pela ignorância e imperfeição. Os *erros* aderem às obras dos homens e o máximo a que eles podem aspirar é o *falhar menos*. Somente *Deus, Soberano e potência absoluta, luz e água pura, causa última de tudo, é fonte espiritual de sabedoria que jorra eterna*. A estima para com o saber humano, entretanto, não se esvai por essa (des)consideração que apenas a contrapõe à onisciência divina. Na *Idee de l'Histoire Accomplie*, bem se (pre)figuram os nexos de arguentos que sustentam a causa dos *Modernos* na (futura) *Querelle* com os *Antigos*, pois diz da *inesgotável mãe natureza*, provedora de dons e graças permanentes aos homens, avantajando-os, porque tanto aproveitam-se dos conhecimentos que os predecessores lhes legaram, como os superam ao desvendarem o que eles ignoravam. Na marcha da história, *Modernos* avançam e ultrapassam *Antigos*. Estes não devem atuar como *freio* daqueles, a paralisá-los por princípio de *imitação* porque eles cultuem estáticos figuras de perfeição em imagens petrificadas. Que nos *Antigos* e suas obras, então, os *Modernos* tomem o próprio *aguilhão* da agonística consoante condigna disputa de aprimoramento virtuoso por que os erros e as faltas dos antecessores se critiquem e concertem pelos que os sucedem. Tal é o *generoso combate* por que progridem as obras dos homens, assim dito por La Popelinière em correspondência com a *boa luta* de que falava o mito *hesiódico*. A *perfeição* configura prerrogativa do divino. Aos homens respeita apenas o avanço que a persegue

na infundável faina que aspira a minimizar os erros, pois *não há homem tão favorecido pela natureza, nem tão afortunado pela experiência das vicissitudes vividas, que esteja livre de faltas, seja em palavras seja em atos*. Na história, joga-se a (im)potência do espírito humano, razão por que a nova *Pandora* (historiográfica) se concebe antes como vislumbre final do que disposição do princípio: “[...] ser-nos-á, pois, permitido, procurar por melhor historiador e melhor conformar a história. Pelo menos tentar conduzi-la mais próximo de sua perfeição” (La POPELINIÈRE, 1989a, p. 13-14; 1989b, p. 12-19).

Colocando-se a questão das razões porque quer os antigos quer os modernos não alcança(ram) a consumação desse ideal da *histoire accomplie*, La Popelinière aventa uma consideração que instaura certa perplexidade: *que as qualidades por nós buscadas no Historiador são tão fáceis que nos falta senão uma reta vontade para tornar nosso poder suficiente em o realizar*. Pois, a verdadeira e principal causa da falha *não há que buscar seu motivo fora do historiador mesmo, uma vez que está em nosso poder, não ser historiador perfeito, mas tão completo que os mais hábeis tenham ensejo de se contentar e não desejar a mais*. Desdobrando a intriga dessa perplexidade, La Popelinière desnuda a chaga que dilacera o *corpus* da historiografia justo porque corrompe a *alma* do historiador. Visto que a *substância, natureza e objeto principal da história* consiste em *representar a verdade singela e cândida*, jamais *um só historiador venceu suas paixões e comandou seu espírito* porque a *dissesse toda que soubesse, simples, nua e franca*. Ora, historiador amante da verdade certamente supõe, como sua condição, figura de destino humano *extraordinário*, privilegiado por *graça rara de desígnio divino*, que o dote com a *complexão e o temperamento de humores apropriado a formar firme e rígida bondade natural*, justamente destemida, que *jamais receie expressar tudo que lhe pareça bom, maldoso, verídico, falso, virtuoso, vicioso, excelente e vil em todas as coisas*. Mas requer, também e ainda, figura de caráter firme e impoluto, que *não se deixe levar pelas vãs aparências deste mundo que o desviem do reto percurso em que se encontra descaindo por tolas e ruinosas cobiças*. A razão por que *nem um só dentre os historiadores se manteve firme no percurso a honrar a verdade consoante com seu dever, antes todos tropeçaram*, não se deu porque *não o pudesse, mas porque não o quisesse ou não ousasse*. Não há, portanto, que atribuir a falta de uma *História acabada* senão propriamente que à *nossa voluntária corrupção* (La POPELINIÈRE, 1989b, p. 51, p. 147, p. 171-178).

Todavia, interroga-se La Popelinière, pode haver *algo que seja mais cômodo que o querer algo belo e louvável? O que há de mais fácil que escrever o que se deseja, o tornar manifesto e dar a conhecer seja em sua época seja após sua morte? Qual obra seria mais agradável, mais digna de ser amada e assumida por todos os tipos de pessoas que uma boa História?* Ora, mas uma tal confluência de *poder com querer*, essa característica *facilidade em deslocar a mentira e dizer a verdade como ato do querer, mera manifestação da vontade*, é a prerrogativa que a *Teogonia* hesiódica representa como distintiva do *ser divino das Musas* enquanto *figuração mítica de memória narrativa e saber histórico factual*. Pois elas assim teriam comunicado sua palavra ao poeta: “*Pastores agrestes, vis infâmias e ventres só, sabemos muitas mentiras dizer símeis aos fatos e sabemos, se queremos, dar a ouvir revelações*” (HESIODO, p. 26-28). Uma convergência similar de *poder e querer* conformada em narração de histórias é também a virtude que a *Odisseia* (XIX v. 203) representa como característica da figura heroica nomeada *Odissen*.

Lorenzo Valla diz que a arte de escrita da história se torna tanto mais difícil e delicada quanto o historiador seja testemunha dos próprios acontecimentos narrados em sua obra, pois ele próprio se encontra envolvido nos acontecimentos, de que se suspeite algum seu comprometimento. Historiador primoroso é aquele de quem não se sabe dizer, lendo sua História, de que lado ele estava (VALLA, 2002, p. 76). La Popelinière experienciou algo similar ao que Valla aponta, ele cuja *História da França* fora envolvida pelas diatribes com que os ministros de La Rochelle a atacaram. O historiador *bugue-note* diz, especialmente em sua carta dirigida a Théodore de Bèze (15 de janeiro de 1581), a razão por que justificava a correção de sua História, fundamentando-a em justo princípio historiográfico: manter *neutralidade e indiferença* no tratamento expositivo dos *desígnios e atos de ambos os partidos em luta* (SYIPHER, 1961, p. 262).

La Popelinière aponta a fonte do erro que particularmente prejudicava os discursos dos *reformados*: o extravazamento das paixões nos relatos expositivos dos acontecimentos em que os *protestantes* atuavam arruinava a convicção da *justiça* de sua causa, pois ensinava (in)convenientes suspeitas e consequente descrédito porque fossem preteridos e mesmo rejeitados. O mal, por transgressão historiográfica, a ser exorcizado é enfaticamente exposto: os transbordamentos

das paixões que perdem a razão dos fatos verídicos e arruinam, pois, a credibilidade do discurso. Diagnosticado o distúrbio que desvia o historiador da senda da verdade, La Popelinière acerta a correção de tratamento compositivo, porque a história a siga (cor)retamente: afastar da história as paixões. Por narrativa neutra, isenta de passionalidades faccionais que comprometem a imparcialidade expositiva dos fatos, o historiador pensa fundamentar a justa convicção de veracidade que autorize sua história (SYIPHER, 1961, p. 329-332).

Cargas de paixões comprometedoras deixadas fora do relato, elididas pelo historiador que o compõe sob o controle da razão, define a via do método historiográfico por que seguira La Popelinière. E, todavia, a persuasão eficiente que a retórica do método almejava se depara ainda com a objeção que insiste em problematizar também a (pretensa) solução descortinada, de modo que persiste o dilema. Respondendo, pouco mais de dois meses depois, a 29 de março de 1581, à carta que lhe dirigira o historiador porque ajuizasse a correção de sua *Histoire de France*, Theodore de Bèze contrapôs ao argumento de *imparcialidade* firmado por La Popelinière uma apreciação que justamente o contradizia e consequentemente a negava. Apreciando a narrativa que o historiador dera do *massacre de Vassy*, Bèze acusa na depuração das paixões que apurasse com precisão o fato justo exatamente o oposto: o historiador tanto *emagrecera*, descarnara aquele acontecimento de sua substância factual omitindo as circunstâncias necessárias de sua ocorrência porque bem se ajuizasse a injustiça então perpetrada, que isentara de criminalidade o ato, entretanto, assim *exorbitante e lamentável*. A afirmação da realidade do fato requeria, pelo contrário, a exposição densa, enfática, que em justa correspondência com o que se passara apropriadamente o ajuizasse (SYIPHER, 1961, p. 333).

A questão por que Bèze intrigava ainda o proclama de imparcialidade do historiador (SYIPHER, 1961, p. 264-165) inqueria o (pres)uposto de sua (des)razão: a narração, por que carregada de passionalidade, necessariamente desintegra a apreensão cognitiva do fato? A expressão do olhar, por que subjetivado por uma dada ótica, não é jamais condizente com a realidade do acontecimento? Se sobrecarregada a exposição pelos comprometimentos das paixões supostamente arruína-se a verdade por excessos acrescidos, sua

supressão não a prejudica correspondentemente por falta? Por qual modo de procedimento narrativo se acerta a justa (im)parcialidade do relato historiográfico por que se aperfeiçoe a expressão da *pura e simples* verdade factual? A (im)parcialidade objetivante do fato pelo historiador exclui ou suspende a ética de seu juízo subjetivo?

Conexa à argumentação que recomenda a imparcialidade por que o historiador neutralize a interferência das paixões no ajuizamento que narra os acontecimentos, La Popelinière diz também de outro zelo por ele adotado porque melhor se firmasse a convicção de veracidade de sua história que primara pela isenção e neutralidade narrativa. Porque pretendesse apenas que se ajuizasse a veracidade factual de seu relato independente de qual pertinência ou identificação social o (des)recomendassem, não deu a conhecer aos leitores de sua história nem o nome, partido, condição de vida, país ou religião do historiador que a compusera, desejoso de que assim melhor se conformasse a convicção de sua veracidade (SYIPHER, 1961, p. 268-270). O dito de La Popelinière lembra, em boa parte, o congênere de Luciano que similarmente apreciava em seu tratado quais eram as condições particulares exigidas da figura pessoal do historiador que fundamentassem a autoridade de seu relato. Pelo recurso narrativo da mera elisão da onomástica identificadora do historiador, La Popelinière (dis)simula a figuração narrativa de sua *persona* historiográfica.

Todavia, a onomástica comprometedora também era intrínseca pela dedicatória da obra, ofertada à Rainha, Catarina de Médicis, e ao Rei, Henrique III. As mazelas de (des)favores e (des)afetos assim enredadas levantavam contra a obra mais nuvens de suspeitas, especialmente entre os correligionários huguenotes, que não se vexaram de acusar uma história feita sob paga dos mandatários Católicos, contra o que La Popelinière ainda intentava se justificar perante Bèze (SYIPHER, 1961, p. 262).

Controlar a palavra descritiva, expurgá-la de todas mazelas e vícios subjetivos, especialmente as adjetivações axiologicamente categorizadoras que (des)qualifiquem agentes e seus atos, então disciplinando o discurso a fim de depurá-lo de marcas vocabulares que (des)velem a presença narrativa do historiador, consubstancia o proclamo de impassionalidade historiográfica, a isenção de afeições

por que, no entender de Francesco Robortello, deva-se compor a história. A palavra disciplinada, modo de indução retórica por que se afirme a (persuasão da) objetividade do historiador, (pretensamente) não expõe sua pessoa, e assim imuniza sua história contra as (in)conveniências das ofensas (in)desejadas que comprometem sua alegada legitimidade (metodológica).

Ora, tais jogos (dis)simuladores de indiciamentos dos nexos onomásticos perturbadores que enredam historiador e historiados a intrigar os ajuizamentos da (im)parcialidade da história composta, assim aventados tenuemente por La Popelinière, eram justo os que Maquiavel intentara, na composição de suas *Istorie fiorentini*, argumentar uma resolução persuasiva por meio de uma *retórica do método* de fundo *odisséico*. Ter-se-ia, por estas considerações do célebre florentino, a intriga metodológica reversa àquela que Tucídides proclamara enquanto fundamento do método (MURARI PIRES, 2003a, p. 148). Nas tramas reflexivas, pelas quais a *arte ou ciência da história* joga com os recursos inerentes à retórica, o ideal historiográfico de objetividade de fundo heroicizante *nestoriano* originado com Tucídides vislumbra, por Bodin, Robortello e La Popelinière que assimilam o historiador pela figuração do *juiz*, axiomas metodológicos que a viabilizem em obliterando da narrativa as marcas pessoais de seu autor. E, todavia, justo pelo preceito da (ambígua) (im)parcialidade, outros pensadores correspondentemente apontaram a miragem de um tal vislumbre: Théodore de Bèze a questionar La Popelinière, e Maquiavel a desvencilhar-se das diatribes que o comprometessem.

Rumo a Hobbes

Quando, em dezembro de 1627, os filhos de Trajano Boccalini solicitaram aos “Capi del Consiglio de’ Dieci” de Veneza permissão para imprimir os *Comentários a Tácito* por ele compostos, o privilégio lhes foi negado. A fundamentar essa decisão Donato Morosini dizia que *Tácito* era leitura perniciosíssima, pois retratara os desmandos de Césares tirânicos, apenas afeitos a delitos e vícios, cuja lembrança inocularia no corpo da república o veneno despótico, destrutivo de todo espírito de liberdade e alma cristã que a fundamentavam.

E as companhias modernas que rondavam a obra ressoando seus dizeres tanto mais a incriminavam, tais como *Maquiavel e outros, destruidores de toda a virtude política*, os quais não passavam de *rebentos, galbos da árvore de que Tácito fora a semente*. Pelo que, a bem resguardar a virtuosa ética republicana da cidade, Morosini preceituava: *deveríamos substituir Tácito por Tito Lívio e Políbio, historiadores de tempos mais felizes e virtuosos da República romana, e por Tucídides, que escreveu sobre muitas repúblicas gregas, que vivenciaram vicissitudes consoantes às da nossa*. Ao vislumbre do direcionamento periclitante por que avançava a rota historiográfica moderna ameaçada de descair pelos abismos do despotismo e da tirania com “[...] a invasão metodológica do tacitismo porque a política faz ninho na história”¹⁷, os espíritos reagiram, nas primeiras décadas do XVII, promovendo, em contraposição, modelos de historiadores de estima antiga, para que se exorcizasse o novo mal, desviando-a daquele destino pernicioso. Configuram, então, recomendações de três vias alternativas, justo condizentes com a tríplice nomenclatura historiográfica assinalada no parecer dos doutos venezianos: ou Tito Lívio ou Políbio ou Tucídides, verdadeiros luminares de *republicanismo*.

A questão colocou-se também por essa época em meio aos círculos dos *giovani* venezianos, porque se promovesse a *virtuosidade republicana* preservada em Tucídides contra a *viciosidade despótica* disseminada por Tácito. Domenico Molino (COZZI, 1995, p. 383-386) instava seus colegas eruditos para que orientassem os estudos pelas melhores finalidades do civismo humanista. Em carta datada de 19 de agosto de 1622, dirige-se a Jan van Meurs instando-o a que traduzisse Tucídides, apropriado antídoto pelo qual se combatessem os venenos do tacitismo. Todos os que amassem a *doce liberdade* deveriam ser gratos a Tucídides, o preceptor que guardara tal joia em sua história (CAMBIANO, 2000, p. 216).

Ora, o passo que avança de Tácito a Tucídides, ao que postulava o ideário cívico de Veneza, viria a ser dado por aquela época não entre os flamengos, mas sim por Thomas Hobbes que efetivamente traduziu Tucídides em 1628. Todavia, as virtudes porque agora o filósofo recomendava a fama da *Guerra dos Peloponésios e Atenienses*, antes a desviavam das sendas do republicanismo por que ansiavam os patricios venezianos.

Pela *Notícia aos Leitores*, Hobbes ressalva as razões que projetam a valia que a *História* de Tucídides comportava perante seus contemporâneos, especialmente recomendável aos aristocratas integrados à corte dos Tudor. Princípiu seu argumento referendando a tese do primado dos antigos na proposição dos conhecimentos que compõem os *studia humanitatis*, assim definindo, para cada domínio intelectual, uma singular *excelência*: Homero para a poesia, Aristóteles para a filosofia, Demóstenes para a eloquência, além de outros. Plêiade de heróis que tripulam a *Argos* da ciência antiga alcançando os modernos em sua viagem sapiente pelo tempo. Em meio a todos eles, Hobbes reconhece também a *fama* de Tucídides, ali figurando em nome da *história*. Por sua obra, a *ars historica* alcançara a altura de *perfeição* a que a condição humana pudesse aspirar (HOBBS, 1975, p. 6).

Por quais condições, circunstâncias e disposições respeitantes à veracidade histórica pode Tucídides, pergunta-se Hobbes, conjugar excepcional complexo de fundamentos e virtudes por que compusesse história assim primorosa, a alcançar a perfeição? De desleixos ignorantes da verdade jamais foi vítima. Primeiro porque afastou de sua história o passado remoto, alternativa de tempo histórico que inviabiliza autonomia historiográfica, ficando a veracidade do relato na dependência de eventual contaminação por outrem, e não assegurada por conhecimentos constituídos pelo próprio historiador. E então, assim restringindo sua história aos acontecimentos do presente por ele próprio experienciado, pode coletar, por diligência primorosa e inteligência criteriosa, os informes autênticos dos fatos ocorridos, registrando-os de imediato quando ainda frescos na lembrança, graças a duas ordens de primazias que o distinguiam pessoalmente: honorabilidade conjugada com riqueza (HOBBS, 1975, p. 17). Sua honorabilidade conjugada com riqueza respondia por origem nobre, condição de berço. O nome de Tucídides designa, pois, conceito de excelência de *historia magistra vitae*, compêndio luminar de ensinamentos de prudência providente: “Dado que o propósito principal e próprio da história é instruir e capacitar os homens, por meio do conhecimento das ações passadas, a guardar prudência no presente e providência face ao futuro, não existe nenhum outro que, humano, o realize com maior naturalidade e plenitude do que este meu autor” (HOBBS, 1975, p. 6).

Tucídides dispõe primor de *historia magistra vitae* porque, diz Hobbes, primeiro de tudo, as lições provêm da história mesma, fato de sua natureza própria enquanto narrativa, e não produto artificial incorporado intelectivamente pelo historiador. Tucídides realiza em sua obra a essência mesma que define a história: *narrativa dos acontecimentos*. O historiador, assim, nem se sobrepõe aos fatos de fora e ao alto da história, inserindo-lhe reflexões discursivas que nela refletem antes o saber de sua própria filosofia moral; nem, tampouco, impõe-se aos fatos, intrometido dentro e no fundo da história, especulando, ao sabor dos caprichos dos movimentos de sua pena.

O historiador, assim, nem se sobrepõe aos fatos de fora e ao alto da história inserindo-lhe reflexões discursivas que nela refletem antes o saber de sua própria filosofia moral, nem tampouco se impõe aos fatos intrometido dentro e no fundo da história, especulando, ao sabor dos caprichos dos movimentos de sua pena, sutilezas de conjecturas à guisa de perscrutar no silêncio dos agentes os segredos recônditos de suas motivações e desígnios. O historiador, pois, não obra posicionado nem acima nem sob a história nem depois e além nem antes e aquém dela, pelo contrário, a narrativa que dela ele dá a revela em si mesma, a re(a)presenta, dispondo o equivalente discursivo da manifestação inerente de seus próprios fatos.

Por essas razões, e não pelo (des)entendimento das que convencionalmente se imputa aos propugnadores de filosofia moral, a fama de Tucídides é plenamente justa: “[...] the most politic historiographer that ever writ” (HOBBS, 1975, p. 6-7). Tal é precisamente o princípio de excelência porque prima a arte de escrita da história, que não contamina a narrativa com a presença do historiador, quer exposta em preleções digressivas quer dissimulada nos corações dos personagens. Arte, pois, que dele reclama as virtudes da inteligência no discernimento seletivo que ordena a concatenação dos acontecimentos com a mestria perspicaz e consequente de sua formulação expressiva. O olhar de Plutarco (*Moralia*, 347a) que ajuíza a fama de Tucídides assim alcança e (con)funde-se com e no de Hobbes: “[...] ele torna seu ouvinte um espectador, pois ele situa seu leitor nas assembléias populares e no senado, em meio a seus debates; nas ruas, em meio a suas dissensões; e nos campos, em meio a suas batalhas” (HOBBS, 1975, p. 7; PLUTARCO, 1962, p. 501).

A valia da história de Tucídides atravessa o tempo porque o proveito das lições experientes do passado atualize-se pelos dilemas (re)vividos no presente. Os traços historiográficos tucidadeanos, assim delineados pelo olhar de Hobbes, dizem sua História como excelência de *historia magistra vitae*, inscrição histórica da *prudência* e, pois, ciência *humanista* da política. A *Clio tucidadeana* entre meados do XVI e meados do XVII transitava, pois, sua identidade das diretrizes retóricas da *ars historica* (re)tomada aos Antigos para constituir os fundamentos modernos da ciência política.

Considerações finais

Em tempos inaugurais da modernidade, pelo que assim diz Maquiavel ou pelo que similarmente imagina Bruegel em *Paisagem com a queda de Icaro* (MURARI PIRES, 2001b, p. 102-114), *refigura-se o heróico* herdado do imaginário da Antiguidade Clássica, sujeitando-se (e mesmo diluindo-se) sua concepção antiga (porque se (con)fundia humano com divino) em termos da “imanência da história”¹⁸. Por tais jogos retóricos situando nexos figurativos entre *humano e divino, querer e poder*, retomados dos antigos, porque os modernos refletem sobre os dilemas da escrita da história, indecide-se o nexo conceitual que, dizendo da excelência superlativa do historiador, ordena a epistemologia da arte ou ciência do discurso historiográfico, assim vacilante no trânsito entre sua apreensão pelo evanescente conceito antigo do *heróico* e o moderno do *gênio/engenho* então apenas florescente.

Por Niebuhr mais Ranke, Wilhelm Roscher e Eduard Meyer, compondo o quarteto de historiadores do século XIX que Santo Mazarino qualificou de “os Alemães Tucidadeanos”, a fama de Tucídides, então “idealizado como historiador perfeito” (MOMIGLIANO, 1983, p. 27), é consagrada por uma espécie de apoteose historiográfica, estimando-se sua história como obra extraordinária, singularmente excelsa, inigualável. Ranke reiteradamente exaltou a figura do historiador ateniense, dizendo-o “mestre da historiografia política” por formulação “exemplar inigualável”, considerando-o não apenas como a origem mesma da escrita da história, mas também como seu modelo insuperável: “[...] ninguém pode ter a pretensão

de ser maior historiador do que o foi Tucídides”. Niebuhr, de seu lado, afirmou: “[...] se há alguma autoridade confiável em toda a história, esse homem é Tucídides, cujas palavras podem ser incondicionalmente aceitas, ele que nada diz de que não esteja perfeitamente convencido e que é incapaz de pronunciar uma inverdade a respeito de um amigo ou de um inimigo” (NIEBUHR, 1852, v. 2 p. 420; v. 3 p. 103-106). Por tais declarações de júbilo entusiasmado quer de Niebuhr quer de Ranke, revive e renova-se por inícios do século XIX a glorificação fulgurante de Tucídides. Então, os modernos, tendo por missão fundar a ciência da história, o elegeram por modelo supremo, projetando de sua figura uma espécie de *apoteose*. Para Ranke, Tucídides, assim como Homero para a epopeia e Platão para a filosofia, bem pode ser considerado o *gênio da história*, a qual, graças a ele, alcançou a *perfeição*¹⁹. Niebuhr também assim o ajuíza. Do historiador, diz: “O primeiro real e verdadeiro historiador, no nosso entender, foi Tucídides: ele é o mais perfeito historiador dentre os que já escreveram... o primeiro, o Homero dos historiadores”. Para o objeto de sua história, reverberando-lhe o louvor, proclama: “A Guerra do Peloponeso... é a mais imortal de todas as obras, dado que foi descrita pelo maior historiador que jamais existiu”²⁰. Com e por Tucídides, “[...] a história surge de uma só vez em sua mais alta perfeição” (NIEBUHR, 1852, v.1 p. 211; v. 2, p. 352; v. 1, p. 54). Em suma: *o imortal, o divino Tucídides*, declarava Niebuhr (NIEBUHR, 1852, v. 2, p. 105). *Objeto de veneração cultural*, confessava Ranke: “[...] um espírito portentoso, grandioso, diante de quem me ajoelho”²¹.

Com o conceito de gênio então firmado entre fins do século XVIII e inícios do XIX²², a moderna concepção “científica” de história inaugurada por Niebuhr e Ranke atualiza esse diálogo epistemológico porque o deslocamento da figura (antiga) do “herói” dê lugar, nos horizontes de suas respectivas sensibilidades de pietismo religioso²³, à figura (moderna) do “gênio”²⁴ enquanto parâmetro conceitual que catalisa a apreciação da excelência da práxis historiográfica. Por tais historicizadas figurações conceituais, articula-se a ideia ajuizadora da vocação do historiador consoante à ambígua afinidade *versus* distância, pelos quais se representem as limitações da condição humana face ao caráter sublime da projeção divina.

THE THUCYDIDEAN CLIO BETWEEN MACHIAVELLI AND HOBBS (THE HISTORIAN'S HEROIC FIGURATIONS)

Abstract: The article, taking as the first directive of this reflection the declaration made by Césaire Ripa which considers Thucydides as a name that defines the writing of history, and then examining the corresponding figuration of the ancient historian as the paradigm of historiographical excellence made by Jean Bodin, by La Popelinière and by Thomas Hobbes, is intended to identify the link between the ancient category of *hero* and the modern category of genius the conceptual intrigue by which responds this first apologetics figuration of Thucydides on the horizon of modern historiographical thought, which would have its apotheosis in the nineteenth century with the “Germans Thucydideans” (Niebuhr, Ranke and E. Meyer).

Keywords: Thucydides. Historian. Early modern historiography.

Notas

¹ “ou animal (escravo) ou deus” dissera já Aristóteles (*Política*, I.1253a).

² As reflexões por que conduzimos nossos desígnios analíticos na abordagem dessa *agonística historiográfica moderna* se afastam da apreciação com que Arnaldo Momigliano teceu esse paralelo polibiano-tucidadeano em *The Classical Foundations of Modern Historiography* (1990, p. 48-49). A mirada *à vol d’oiseau* por que ele enquadrrou a questão, a ponderação redutora de seu ajuizamento por operação de categorias historiográficas teleologicamente retroprojetadas de sua contemporaneidade ou para os inícios da modernidade ou para a antiguidade (*história política, historiador profissional* etc.), mais o estilo argumentativo *conferencista* de seus ensaios despreocupados das referências fundamentadoras de suas teses, tornam *problemáticas* uma justa ponderação das mesmas, tanto mais *espinhosas* face à aura de *autoridade* que envolve sua palavra no domínio da epistemologia historiográfica. Confirmam-se, nesse sentido: o estudo de Bruno Hübscher (2010) mais as análises críticas de Guido Schepens sobre as teses de Momigliano sobre o modelo tucidadeano da historiografia antiga (PAYEN et al., 2010, p. 121-140).

³ O deslocamento do parâmetro da forma narrativa centrada na questão do estilo, de que Tito Lívio era o modelo por excelência, para o do primado do imperativo da veracidade factual, é situado por Igor Melani (2006, p. 154, p. 163-165; confirmam-se as referências a Arnaldo Momigliano) em torno dos anos de 1560, pondo em destaque a atuação dos juristas franceses (François Baudouin, Jean Bodin, Henri Estienne e outros) que justamente tinham por foco fundamentar sua ciência no conhecimento da história.

⁴ Confirmam-se similares considerações tecidas a respeito da análise moderna do valor “científico” da historiografia de Leonardo Bruni em *Modernidades Tucidideanas* (MURARI PIRES, 2007, p. 90-100).

⁵ O *tópos* retórico é análogo ao tucidideano do Discurso Fúnebre de Péricles, já por nós analisado em obra anterior (MURARI PIRES, 1997, p. 287-290), mas que retomaremos, particularmente a partir das questões a serem abordadas mais adiante sobre a concepção de história de La Popelinière.

⁶ De 17 a 19 de maio desse ano (MACHIAVELLI, 1984, cartas 269 a 274, p. 518 a 529). Os nexos e implicações dessas cartas com a escrita da história maquiaveliana nas *Istorie fiorentini* foram explorados por Manuela Doni Garfagnini (2002), porém por um viés hermenêutico divergente do que aqui estamos propondo.

⁷ Tamancos ou Sandálias usados pelos frades (BONDANELLA, 1973, p. 136).

⁸ *Niccolò Machiavelli a Francesco Guicciardini, Carpi 17 maggio 1521*, carta 270 (Machiavelli, 1984, p. 522; grifos nossos. Giulio Ferroni destaca esta passagem da carta a Guicciardini como traço caracterizador do pensamento e modo de concepção política maquiaveliana, aproximando-a, por um lado, da tradição de “realismo prático, cômico e popular” da tradição florentina que pela figuração da “mascara” opera o “jogo duplo” da “(dis)simulação” porque (des)vela os nexos imbricados pela (in)consciência de “realidade” *versus* “aparência”; e, de outro, com “a cultura humanista” de seu tempo, assimilando-a pela figuração do *Sileno de Alcibiades* concebida por Erasmo de Roterdã (FERRONI, 2003, p. 19-23). Já Marcus Fischer (2010, p. 183) circunstancia esta declaração de Maquiavel mais particularmente ao momento de composição das *Histórias Florentinas*, de modo similar, pois, ao que estamos propondo.

⁹ Teogonia v. 27-28 (pela tradução de Jaa Torrano, ligeiramente modificada). Confira-se a análise do texto hesiódico em *Mithistória* (MURARI PIRES, 1999, p. 246-248).

¹⁰ Por meio de similar palavra (*épos*) por igual *aedo* (nomeado Homero), analogamente confundido com as mesmas Deusas (nomeadas *Musas*), que diz-se infundiam-lhe o canto.

¹¹ Uma figuração *odisséica* de Maquiavel é também proposta por Ugo Dotti que o intitulou “Ulisses da política”. Assim o fez, todavia, qualificando por tal nomeação o espírito de “curiosidade” que instiga e fundamenta o cabedal cognitivo acerca dos modos humanos por que também responde a figura do herói antigo: “la silhouette d’un homme, d’une insatiable “curiosité” sur ses semblables, sur leurs stratégies intentionnelles ou leurs actions réelles et concrètes, d’un profond connaisseur de toute la lourdeur des liens inextricables unissant la tradition et la “morale”, d’un homme qui peut à juste titre mériter le titre de véritable *Ulysse de la politique* (DOTTI, 2003, p. 14). Por outro lado, considerem-se as teses propostas por Miguel E. Vatter (VATTER, 2000, p. 39) que aprecia a modernidade

do pensamento de Maquiavel em oposição ao pensamento clássico antigo em termos de inversão de prioridade entre forma e evento, de modo que o primado moderno do evento sobre a forma condiz, em termos homéricos, com privilegiamento do “heróico odisséico”, fundado na *métis*, contra, o “heróico aquileano”, fundado na força.

¹² Conhecem-se três: a identificada pelo nome de seu suposto compilador, Marcelino, figura no mais totalmente desconhecida; uma outra anônima; e a sintética notícia constante do léxico de Suidas. Encontram-se transcrições dos textos originais e tradução francesa de todas na edição tucidadeana de Firmin-Didot (THUCYDIDES, 1858-72, p. cxi-clxxvii). Desde o célebre artigo de Wilamowitz (*Die Thukydideslegende*), tais tradições foram criticamente (des)qualificadas como a *Lenda de Tucídides*: repertório de (re)criações episódicas inferidas ou especuladas a partir ou dos reduzidos informes biográficos ou das caracterizações de personagens e fatos históricos presentes no próprio texto da *Guerra dos Peloponésios e Atenienses* (LUSCHNATT, 1970, p. 1087).

¹³ Confrimam-se os comentários de Igor Melani (MELANI, 2006, p. 51).

¹⁴ Confrimam-se as análises e os comentários de Cathérine Seghulier-Leblanc (2003, p. 114-129).

¹⁵ Analogamente Igor Melani (2006, p. 171, p. 193-200) entende que a visão positiva, de estilo “apologético”, com que Bodin ajuíza a figura historiográfica de Tácito, modelo preferível a Tito Lívio, corresponde à sobreposição bodiniana de seu ideal do “historiador como juiz perfeito”. Nesse sentido, a percepção de Bodin sobre os historiadores antigos corresponderia ao horizonte de ideias características dos “politiques” franceses de meados do XVI (“filo-francesas e anti-imperiais, filo-monárquicas e anti-republicanas, galicanas e anti-papais). A associação é também marcada por Lestringant, Rieu e Tarrete (2000, p. 295).

¹⁶ Sobre a concepção de história de La Popelinière, vejam-se especialmente os ensaios de George Huppert (1973, p. 141-156) e de Donald R. Kelley (*History as a calling: the case of La Popelinière*. Kelley, 1997, p. IV, 773-789). Já o artigo de Miriam Yardeni (1964, p. 109-126) compromete-se por uma abordagem predominantemente de enfoque teleológico, preocupada antes em identificar que proximidades ou distâncias as reflexões de La Popelinière marcam em relação ao desenvolvimento da escrita da história, especialmente por suas configurações consagradas a partir do século XIX.

¹⁷ A formulação é de Giuseppe Toffanin (1921, p. 116).

¹⁸ Confrimam-se as proposições de Miguel E. Vatter respeitantes a Maquiavel (VATTER, 2000, p. 9) e de Giulio Claudio Argan concernentes a Bruegel (ARGAN, 1999, p. 462, p. 70-471). Para as intrigas hermenêuticas por que transita a figuração do heróico antigo nas reformulações da retórica discursiva dos modernos, especialmente ao longo do XVI a inícios do XVII (de Guillaume

Budé a Cervantes), confirmam-se especialmente as proposições interpretativas de Timothy Hampton (*Writing from History*, 1990; *Unreadable Signs*, 1991).

¹⁹ *Vorlesungseinleitungen, Aus Werk und Nachlass IV*, p. 256-257 (tradução italiana em *Lutero e l'idea di storia universale*, p. 232).

²⁰ *Lectures on Ancient History* v. 2, p. 54. Confirmam-se ainda os ajuizamentos externados acerca dos discursos integrados por Tucídides em sua obra, *Life and Letters*, v. 2, p. 352.

²¹ Apontamento ditado em outubro de 1863 e em novembro de 1885 (SW 53/54, p. 26-31, p. 58-59; WINES, ob. cit., p. 4), citado também por Walter Peter Fuchs, (RANKE, Leopold von - *Aus Werk und Nachlass III. Frühe Schriften*, herausgegeben von Walther Peter Fuchs, München-Wien, R. Oldenbourg Verlag, 1973, p. 329).

²² Rudolf and Margot Wittikower, *Born under Saturn*.

²³ Vejamos, neste sentido, os comentários de Georg Iggers, ob. cit., p. 76-80.

²⁴ Nos termos com que o “jovem Ranke” (*Lutero e l'idea di Storia Universale*, p. 172-173) concebe a figura do “gênio” histórico em suas reflexões dos anos 1816-1817 (“o verdadeiramente grande”, “fiel à tendência da época em consonância com o gênio”, manifestação e atuação da “ideia divina” por que se define seu destino “grandioso”, desde que “purificado do egoísmo” que antes o “cegasse” de modo a “ignorar ou desprezar” tal finalidade sublime, causa de sua “ruína”), tem-se conglomerado de nexos conceituais que guarda correspondência com condizente discurso por que os Antigos conceitualizaram a figura do herói especialmente apreciada em sua dimensão “híbristica” de desfecho trágico.

Referências

BODIN, Jean. *Method for the Easy Comprehension of History*, translated by Beatrice Reynolds. New York: W.W. Norton & Company, 1969.

BRANN, Noel L. *The Debate over the Origin of Genius during the Italian Renaissance*. Leiden: Boston: Koln, 2002.

BROWN, John L. *The Methodus ad Facilem Historiarum Cognitionem of Jean Bodi. A Critical Study*, Washington: The Catholic University of America Press, 1939.

CAMBIANO, Giuseppe. Thucydide en Italie et en France vers le milieu du XVIe siècle. In: *Ombres de Thucydide*, textes réunies par Valérie Fromentin, Sophie Gotteland & Pascal Payen, B Bordeaux, Diffusion De Boccard, 2010, p. 651-664.

COUZINET, Marie-Dominique. *Histoire et Méthode à la Renaissance. Une lecture de la Methodus ad facilem historiarum cognitionem de Jean Bodin*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996.

DOTTI, Ugo. *La révolution Machiavel*. Traduit de l'italien par Rebecca Lenoir et présenté par Frank La Brasca, Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2003.

_____. *Niccolò Machiavelli. La fenomenologia del potere*. Milano: Feltrinelli Editore, 1979.

DUBOIS, Claude-Gilbert. *La Conception de l'Histoire en France au XVI^e siècle (1510-1610)*, Paris: A.G. Nizet, 1977.

FERRONI, Giulio. *Machiavelli, o Dell'Incertezza. La politica come arte del rimedio*, Roma: Donzelli Editore, 2003.

FRANKLIN, Julian H. *Jean Bodin and the Sixteenth-Century Revolution in the Methodology of Law and History*. New York/London: Columbia University Press, 1963.

HENRI ESTIENNE. *Introduction au traité de la conformité des merveilles anciennes avec les modernes ou Traité préparatif à l'Apologie pour Hérodote*, document électronique, Paris: Gallica-BNF, 1995.

HESÍODO. *Teogonia. A Origem dos Deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HOBBS, Thomas. *Hobbes's Thucydides*. Edited with an introduction by Richard Schlatter. New Brunswick: Rutgers University Press, 1975.

HUPPERT, George. *L'Idée d'Histoire Parfaite*. Traduit de l'américain par Françoise et Paulette Braudel, Paris: Flammarion, 1973.

_____. *The Renaissance Background of Historicism, History and Theory* 1966, vol. V, p. 48-60.

INGLESE, Giorgio. *Per Machiavelli. L'arte dello stato, la cognizione delle storie*. Roma: Carocci editore, 2006.

La POPELINIÈRE. *L' Histoire des Histoires. L'Idée de l'Histoire Accomplie*, deux tomes, Paris: Fayard, 1989. p. 14-15.

MACHIARELLI, Niccolò. *Istorie fiorentine*, a cura di Franco Gaeta, Milano: Feltrinelli Editore, 1962.

_____. *Opere. III Lettere*, a cura di Franco Gaeta, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1984.

MELANI, Igor. *Il Tribunale Della Storia: Leggere La Methodus Di Jean Bodin*. Firenze: L. S. Olschki, 2006.

MUHLACK, Ulrich. Herodotus and Thucydides in the view of nineteenth-century German historians. In: *The Western Time of Ancient History*, edited by Alexandra Lianeri. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 179-209.

MURARI PIRES, Francisco. The Rhetoric of Method (Thucydides I.22 and II.35), *Ancient History Bulletin* 12.3, 1998. p. 106-112.

- _____. *Mithistoria*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- _____. A Morte do Heróico. In. ROSENFELD, Kathrin H., *Filosofia e Literatura: o trágico, Filosofia e Política*, III.1, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 102-114.
- _____. Thucydidean Modernities: History between Science and Art in *Brill's Companion to Thucydides*, edited by Antonios Rengakos and Antonis Tsakmakis, Leiden-Boston: Brill, 2006, p. 811-838.
- _____. *Modernidades Tucídideas*. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2007.
- _____. Machiavel, la cour des Antiques et (le dialogue avec) Thucydide. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v. 34/1, p. 59-84, 2008.
- _____. La Popelinière et la Clio thucydidéenne: quelques propositions pour (re)penser un dialogue entre L'idée d'histoire accomplie et le ktéma es aei. In. *Ombres de Thucydide. La réception de l'historien depuis l'Antiquité jusqu'au début du XIXe siècle*, textes réunies par Valérie Fromentin, Sophie Gotteland & Pascal Payen. Paris-Bordeaux: Diffusion De Boccard, 2010a. p. 665-678.
- _____. Machiavel et Thucydide: Le(s) regard(s) de l'histoire et les figurations de l'historien, *Cahiers des Études Anciennes*, n. 47, 2010b, p. 263-281.
- _____. Jean Bodin, o *Methodus* e a Clio tucídidea: as figurações heroizantes do historiador. *Varia Historia*, v. 28 n. 47. Belo Horizonte, jan./june 2012, p. 189-210.
- _____. Ranke e Niebuhr: a apoteose tucídidea. *Revista de História*, n. 166, p. 71-108, jan./jun. 2012.
- NIEBUHR, Barthold Georg. *The Life and Letters of Barthold Georg Niebuhr*, 3 v., edited and translated by Susanna Winkworth. London: Chapman and Hall, 1852.
- _____. *Lectures on Ancient History*, 3 v., translated from the German edition of Dr. Marcus Niebuhr by Dr. Leonhard Schmitz, Philadelphia: Blanchard and Lea, 1852.
- RANKE, Leopold von. *Sämtliche Werke. Zur eigenen Lebensgeschichte*. Berlin: Dunkler und Humblot, p. 53-54, 1890.
- _____. *Aus Werk und Nachlass III. Frühe Schriften*, herausgegeben von Walther Peter Fuchs, München-Wien, R. Oldenbourg Verlag, 1973.
- _____. *Aus Werk und Nachlass IV. Vorlesungseinleitungen*, herausgegeben von Volker Dotterweich und Walther Peter Fuchs, München-Wien, R. Oldenbourg Verlag, 1975.
- _____. *Latero e l'idea di Storia Universale*, a cura di Francesco Donadio e Fulvio Tessitore. Napoli: Guida editori, 1986.

RIPA, Cesare. *Iconologia*, Roma 1603 [Biblioteca Virtuale On-Line]. Disponível em: <<http://bivio.signum.sns.it>>. Acesso em: 6 dez. 2007.

SASSO, Gennaro. *Machiavelli e gli Antichi e altri Saggi*, 55v., Milano: Riccardo Ricciardi Editore, 1987-1993.

SÉGUIER-LEBLANC, Cathérine. “*Le Gibier de l’Homme d’État*”. *Lecture et Exemplarité de l’Histoire à la Fin du XVI^e. siècle en France*. Thèse de Doctorat sous la direction de Jean Balsamo: Reims, 2003.

SYIPHER, George Wylie. *La Popelinière: Historian and Historiographer*. Cornell University. Ph. D., Michigan. University Microfilms Inc. 1961, n. 61, p. 6848, 388p.

_____. La Popelinière’s *Histoire de France*. A case of Historical objectivity and religious censorship. *Journal of the History of Ideas*, n. 24, 1963, p. 41-54.

WITTKOWER, Rudolf. Genius. Individualism in Arts and Artists. In. *Dictionary of the History of Ideas*. Edited by Philip. P. Wiener. New York: Charles Scribner’ Sons, v. 2, p. 297-312, 1968.

WITTKOWER, Rudolf; WITTKOWER, Margot. *Born under Saturn*. New York: W.W. Norton & Company, 1969.

YARDENI, Miriam. La conception de l’histoire dans l’oeuvre de La Popelinière. *Révue d’Histoire Moderne et Contemporaine* XI, p. 109-126, 1964.

Autor convidado.

Enea Silvio Piccolomini cosmógrafo

Cássio da Silva Fernandes*

Resumo: A obra de Enea Silvio Piccolomini (1405-1464) constitui-se num significativo exemplo da literatura humanística na Itália central no *Quattrocento*. Poeta, cosmógrafo, orador exímio, político, teórico do Estado, diplomata, Piccolomini seguiu a carreira religiosa e foi eleito Papa Pio II, em 1458. Personagem-chave no centro dos acontecimentos literários e políticos de sua época, Pio II esteve à frente de um pontificado marcado pela marcha dos turcos em direção ao Ocidente. Do ponto de encontro entre as tarefas do cosmógrafo, do historiógrafo e do narrador viajante, surgem seus livros que aqui nos interessam de perto: *Germânia e Historia rerum ubique gestarum*, este último dividido em duas obras idealizadas como *pendant*: *Europa e Descrição da Ásia*. No primeiro caso, trata-se da exposição das belezas das cidades situadas na Germânia, numa narrativa que abrange desde descrições topográficas e geográficas até a apreciação do aspecto das cidades. No segundo caso, concentrando-nos na *Descrição da Ásia*, buscaremos perceber como um dos principais exemplos da descrição cosmográfica humanista no Renascimento teve entre seus principais objetivos compreender os limites históricos entre dois mundos: a Cristandade Latina e o Médio Oriente.

Palavras-chave: Enea Silvio Piccolomini. Papa Pio II. Humanismo. Renascimento. Cosmografia.

Introdução

Quando, em 1458, o humanista nascido em Corsignano (atual Pienza, Província de Siena), Enea Silvio Piccolomini, foi eleito Papa, sob o nome Pio II, sua obra literária era já volumosa e significativa. Autor de escritos históricos, teórico do Estado, cosmógrafo,

* Professor Adjunto do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde ensina História da Arte e da Civilização do Renascimento. Financiamento: CNPq. E-mail: cassiofer@hotmail.com.

Piccolomini também enveredara no universo da comédia e da poesia, além de ter escrito uma novela amorosa, *História de dois amantes* (PICCOLOMINI, 1991). Ampla foi também sua ação política no contexto de sua época. Antes de assumir o papado, havia ocupado importantes cargos de secretário de bispos e cardeais, fora secretário da Chancelaria Imperial de Frederico III e vivera em várias partes da Europa. Atuante personagem na política conciliar, Piccolomini participa ativamente do Concílio de Basileia, em que respira a atmosfera hostil ao Papa Eugênio IV. (GARIN, 1996, p. 17). Ingressa apenas tardiamente na carreira eclesiástica, sendo nomeado Cardeal em 1456 e, dois anos depois, Papa. O papel de Piccolomini na história de seu tempo e a riqueza controversa de seu caráter permitiram a Jacob Burckhardt concebê-lo, no conjunto de seu estudo sobre o Renascimento na Itália, como figura central. Na ampla pesquisa para a elaboração do livro de 1860, *A Cultura do Renascimento na Itália* (BURCKHARDT, 1978), Enea Silvio é definido como “personagem predileto” (*liebling*) e assume na obra o lugar reservado aos “homens extraordinários” do século XV. Este aspecto foi notado por Maurizio Ghelardi em seu livro (GHELARDI, 1991) sobre o percurso de Burckhardt na preparação da *Cultura do Renascimento*. Como afirma Ghelardi, precisamente

[...] o tema humanístico da ‘varietas’ do mundo e da vida, que se manifesta [na obra de Piccolomini] no apoderar-se ávido das diferenças, através de um olhar que transcorre da análise dos costumes e da vida dos povos à descrição do mundo e da variedade, é onde Burckhardt, acima de tudo, dirige sua atenção (GHELARDI, 1991, p. 98).

Entretanto, a imagem do humanista tornado Papa como exemplo do conceito de *uomo universale*, tão importante para a compreensão burckhardiana da natureza vigorosa e versátil do indivíduo no Renascimento, deveu muito especialmente a um livro de Piccolomini. Em seguida à assunção ao Pontificado, Enea Silvio debruça-se sobre o empreendimento literário de conceber sua autobiografia, à qual intitulou *Commentarii* (PICCOLOMINI, 1997). Os *Commentarii* assumem o caráter de uma exposição ampla

e diversificada do mundo exterior, concebido como cenário, no interior do qual se realiza o movimento vivaz do homem na terra. Assim, a descrição do ambiente natural, próprio do impulso de cosmógrafo, presente como um traço de continuidade na obra de Pio II, funciona como apresentação do cenário onde a ação do homem irá se desenvolver. A autobiografia de Piccolomini, na verdade, surge de uma intrincada tessitura literária em que a narrativa da própria vida conecta-se a uma apresentação colorida da história de seu tempo. Ao descrever, em forma de comentários e em terceira pessoa, os principais acontecimentos de sua vida, Enea Silvio concebe, ao mesmo tempo, grandes cenas históricas de sua época, nas quais ele próprio aparece no centro, como ator no cenário da história. Sua narrativa inicia-se com a descrição do ambiente natural em que a ação irá se desenvolver. Em seguida, o cenário humano é concebido. Então, ele descreve a variedade do mundo construído pelos homens: as cidades, os costumes, as migrações populacionais, a ação dos governantes, as batalhas, e tudo isso com as cores de um narrador vibrante, pleno da erudição dos historiógrafos e geógrafos antigos, douto em história natural, conhecedor da ocupação dos territórios. E, no interior dessa narrativa, aparecem os homens, descritos em esboços biográficos, contracenando com o próprio autor, o autobiógrafo. O resultado dessa construção literária é que o autor-protagonista se transforma também em sujeito da história. Como afirmou Marziano Guglielminetti em sua obra sobre a autobiografia de Dante a Celini, nos *Commentari* de Pio II, “[...] a autobiografia se resolve em historiografia, sem porém anular-se nela”¹ (GUGLIELMINETTI, 1977, p. 210). Este fenômeno, no entanto, foi possível a Pio II decerto por seu conhecimento de determinados modelos literários antigos; também por seu reconhecido talento como escritor, expresso ainda pela fama conquistada com a eloquente oratória. Entretanto, um motivo pode ainda iluminar o entendimento dessa intrincada solução literária apresentada nos *Commentari*, qual seja, o significado de sua personalidade na história de seu tempo.

De fato, o Pontificado de Pio II teve como dado histórico central a marcha do Império Turco otomano em direção ao Ocidente, após a tomada de Constantinopla. Deter os turcos era, portanto,

tarefa primordial de seu papado no campo da ação prática, e se apresentava de modo complementar ao dramático esforço para manter a construção medieval da unidade da Igreja, malgrado os evidentes sinais de que essa mesma unidade estava já desfeita. Essa dupla tarefa aparece claramente no tecido literário dos *Commentari*, num esforço que congregava sua atuação como Papa e como humanista.

É nesse contexto que advém o seu projeto de escrever uma *Historia rerum ubique gestarum*, que ficou também conhecida como *Cosmographia*. Trata-se de uma história e geografia universal, da qual ele conseguirá concluir apenas duas partes: a *Europa* e a *Descrição da Ásia*. Essa obra, no entanto, ainda que inacabada, é representativa do esforço de Piccolomini em construir uma cosmografia universal. Aqui, trataremos apenas da *Descrição da Ásia*, livro que interessou vivamente a Cristóvão Colombo, que o leu com vagar, fazendo uma série de anotações manuscritas à margem. Utilizamos exatamente a edição anotada por Colombo, publicada na Espanha em 1992, a partir do exemplar conservado na Biblioteca Colombina de Sevilha. (PICCOLOMINI, 1992)

Através de uma passagem nos *Commentari*, sabe-se com certa exatidão o contexto em que Piccolomini compõe a *Descrição da Ásia*. De acordo com sua autobiografia, era julho de 1461 e o Pontífice seguia de Roma para Tívoli, em companhia do erudito *condottiere* e duque de Urbino, Federico da Montefeltro. Enquanto conversavam sobre as batalhas na Antiguidade e sobre as descrições das mesmas pelos escritores antigos, afirma Pio II, sempre utilizando o recurso da narrativa em terceira pessoa:

Passaram a falar da Ásia Menor e não chegaram a um acordo sobre seus limites. Em seguida, o Papa, quando em Tívoli teve um pouco de tempo, descreveu a Ásia reportando-se a Ptolomeu, Estrabão, Plínio, Quinto Cúrcio, Júlio Solino, Pompônio Mela e a outros antigos autores, tomando de cada um todas as notícias que lhes pareceram úteis para o conhecimento daquelas terras. (PICCOLOMINI, 1997, p. 314)

Através desse fragmento, fica claro que a cosmografia da Ásia foi escrita em 1461, então ao mesmo tempo em que o Papa compunha os *Commentari*. Mas o ano de 1461 é ainda marcado por um acontecimento único na história das relações entre Ocidente e Oriente. Entre junho e agosto, as tropas turcas tomam as cidades de Sínope e Trebizonda, as últimas duas capitais gregas sob o domínio grego, que se encontram no norte da Anatólia, na costa do Mar Negro. Era o fim do mundo grego livre. As ilhas e os portos do Mar Egeu e do Mar Jônico governadas por cristãos tinham, no entanto, o controle de mãos estrangeiras. Apenas entre as montanhas do sudoeste do Peloponeso, onde nenhum turco tinha ousado penetrar, permaneceu uma aparência de liberdade. Para o Papa Piccolomini, em particular a queda de Trebizonda tinha um sabor amargo, visto que esta é a cidade natal de seu amigo e aliado, o cardeal grego de Niceia, Giovanni Bessarione. Defensor da aliança entre a Igreja bizantina e romana como modo de derrotar o Império Turco, Bessarione concebia a possibilidade de salvação e restauração do poder de Bizâncio através da fusão entre o conhecimento grego e o humanismo italiano (RUNCIMAN, 2002, p. 30). Derrotado em discussões internas à Igreja bizantina, transferira-se para a Itália nos anos anteriores à conquista de Constantinopla, tornando-se um dos principais interlocutores de Enea Silvio, seu aliado na ideia de integração entre as culturas grega e latina.

Os acontecimentos de 1461 foram, de fato, um golpe muito forte no âmago do Papa humanista que já em 1453, então secretário do Imperador Frederico III, tinha acrescentado uma nota de dor pessoal, declarando que a tomada de Constantinopla por parte dos Turcos representava “a segunda morte de Homero e Platão”. (Apud RUNCIMAN, 2002, p. 143 – PICCOLOMINI, *Opera Omnia*, p. 716-717.)

No outono de 1461, portanto logo depois da tomada de Sínope e Trebizonda por parte do Sultão turco, Maomé II, o Conquistador de Constantinopla, Pio II escreve-lhe uma epístola, com a qual o convida a converter-se ao Cristianismo. Em troca, o Papa oferece ao sultão reconhecer o seu poder como legítima autoridade imperial. (D’ASCIA, 2001, p. 13) Numa das partes da longa epístola, Pio II exorta o sultão à conversão com as seguintes palavras:

Toma o batismo de Cristo e o lavacro do Espírito Santo. Abraça o sacro santo evangelho e confia inteiramente nele. Assim ganharás a salvação de tua alma, assim proverás o bem do povo turco, assim poderão ser satisfeitas as tuas aspirações, assim o teu nome será celebrado ao longo dos séculos, assim a Grécia, a Itália, a Europa inteira te admirarão, assim te celebrarão a literatura grega, latina, hebraica e todas as exóticas literaturas bárbaras, assim nenhuma época silenciará os louvores a ti, assim serás aclamado artífice da paz e da vida, assim os Turcos te chamarão salvador de suas almas: os Cristãos, defensor de suas vidas; os Sírios, os Egípcios, os Líbios, os Árabes e todos os outros povos que permanecem fora do redil de Cristo, ouvindo essas notícias, seguirão o teu exemplo e serão facilmente domados por tuas armas e por aquelas dos cristãos. (D'ASCIA, 2001, p. 232)

A epístola jamais foi expedida e dois anos depois, Pio II abandona a tentativa de concórdia e decreta a Cruzada contra os Turcos, isto é, a fracassada expedição que termina em Ancona, com a morte do Papa em agosto de 1464, enquanto esperava inutilmente a chegada da frota veneziana. (D'ASCIA, 2001, p. 144)

Por outro lado, não se pode subestimar as possíveis motivações políticas internas ao mundo italiano, que poderiam ter levado Pio II a escrever a longa epístola. Na introdução à edição italiana da carta do Papa ao sultão, Luca d'Ascia sublinha a importância de tais motivações. D'Ascia refere-se às manifestações esporádicas de turcofilia que tinham em comum o reconhecimento de Maomé II como “verdadeiro” Imperador do Ocidente. A tomada de Constantinopla continha, de fato, para o soberano turco a hipótese do direito à herança dos Paleólogos. Esta herança implicava também uma forma de direito sobre o Ocidente e, em particular, sobre a Itália, além do duplo título: pela origem “troiana” (então, asiática e “turca”) dos romanos e pela continuidade entre o Império Romano e o Império Bizantino. Para os governantes italianos, como Sigismondo Malatesta e, mais tarde, os aragoneses de Nápoles, que se encontravam em conflito com a Igreja, o mito imperial podia justificar a aliança com um “grande senhor” inimigo do clero. (D'ASCIA, 2001, p. 129-130)

Piccolomini, nos *Commentari*, tinha já demonstrado o interesse de Sigismondo Malatesta numa aliança com os Turcos, contra a Igreja de Roma. O Papa tinha imposto contra Malatesta a excomunhão e fizera pintar o seu retrato em Roma como um monumento à ignomínia, no qual, sob a imagem do Senhor de Rimini podia-se ler: “Io sono Sigismondo Malatesta, nemico della Chiesa” (Eu sou Sigismondo Malatesta, inimigo da Igreja). Assim escreveu Pio II nos *Commentari*:

Sigismondo, de fato, fonte de toda malícia, alma venenosa, sem religião, sem fé, sem Deus, de nenhum pecado liberto, pouco depois (como já dissemos) foi acusado de heresia e condenado: a sua efígie foi publicamente queimada em dois lugares, diante da escadaria de São Pedro e no Campo dei Fiori, porque foi provado que não acreditava na vida futura, e afirmava, com língua obstinada e arrogante, que a alma perece com o corpo. (PICCOLOMINI, 1997, p. 453)

Para o caso dos governantes aragoneses de Nápoles, no comentário XXXI, livro V, dos *Commentari*, Piccolomini censurava os empreendimentos de Fernando de Aragão na Puglia. (PICCOLOMINI, 1997, p. 323) De todo modo, Pio II, com uma agudeza interpretativa adquirida sobretudo com a leitura dos historiógrafos latinos antigos (e para o caso da escrita da história recente, o grande modelo era Júlio César), com a sua acurada percepção dos interesses concretos, estava em condições de compreender o grave contexto. Era, portanto, dramático para a Igreja Romana e para a história da Cristandade Latina o momento em que Piccolomini põe-se a descrever a Ásia.

Do ponto de vista dos modelos literários antigos e do método narrativo apresentado por Piccolomini, malgrado as menções a um grande número de autores ao longo do livro, em geral os comentadores afirmam que o maior inspirador é Estrabão, escritor grego que viveu em Roma durante o império de Augusto. Ativo no século I a.C., Estrabão, após empreender viagens pelo Egito, através do rio Nilo até a fronteira da Etiópia, pela Ásia Menor, pela Itália e pela Grécia, escreveu a *Geografia*, em 17 livros. (BIRASCHI; SALMERI,

2000) A *Geografia* de Estrabão compreendia todo o mundo conhecido: a Europa, as regiões setentrionais da África e o Egito, a Ásia até a Índia e o Ceilão, fornecendo um conhecimento de geografia, tanto natural quanto humana.

Além disso, é sabido que no final do século XIV aportava ao mundo cristão latino, junto a numerosos outros textos antigos trazidos pelos refugiados de Bizâncio já sob ameaça otomana, a *Geographia* de Ptolomeu. Esta obra, composta por oito livros, apresentava ainda, como apêndice, 28 cartas geográficas elaboradas por Marino de Tiro, que juntas abarcavam, numa projeção em malhas retangulares, um panorama geográfico universal. Foi grande a popularização da *Geographia*, de Ptolomeu, no século XV. O astrônomo alexandrino do século II d. C. é o primeiro nome da lista de autores antigos citados por Enea Silvio no fragmento dos *Commentari*, anteriormente citado, em que o Papa revela o contexto de elaboração da *Descrição da Ásia*.

Porém, a *Historia rerum ubique gestarum*, composta pelos livros *Ásia* e *Europa*, não era a primeira obra de Piccolomini de temática histórico-geográfica. Um significativo aceno no sentido de seu interesse nesse campo do conhecimento humanístico tinha surgido antes de seu projeto de composição de uma cosmografia universal. Trata-se da descrição da Germânia, que aparece, no contexto da obra de Enea Silvio, a partir de um acontecimento muito preciso. Após cerca de um mês de sua nomeação a Cardeal, ocorrida em dezembro de 1456, Piccolomini recebe uma carta de Martino Meyr, chanceler do Arcebispo de Mayença. Na carta, Meyr, em tom confidencial e ameaçador, o informava do descontentamento dos germânicos com a Cúria Romana.² (PICCOLOMINI, 1949). Meyr acusava a Cúria de não respeitar os decretos dos concílios de Constança e de Basileia e de lançar aos príncipes germânicos uma pesada cobrança de impostos. Roma, então, era responsável, segundo o chanceler, por reduzir a Germânia, no passado senhora do mundo, à condição de miséria e de escravidão. Piccolomini sabia muito bem não apenas das condições político-ecclesiásticas da Germânia de então, mas também era conhecedor de sua formação histórica, bem como da realidade da vida dos germânicos de sua época. Desde 1442, quando entrara a serviço do Imperador Frederico III, até a nomeação a Cardeal, ele tinha tido contato com príncipes laicos e com eclesiásticos da

Germânia. Acrescente-se a isso o fato de Piccolomini, durante esses anos, ter vivido em várias cidades germânicas e, portanto, possuir um conhecimento direto, e em detalhe, das coisas dali. Na verdade, suas estadias ao norte dos Alpes remontam à década de 1430.³

De todo modo, a resposta de Piccolomini à carta do Cardeal Meyr aparece tempos depois, em forma de um tratado dividido em três partes, intitulado *De situ, ritu, moribus et conditione Germania descriptio*. A terceira parte, que aqui nos interessa, foi publicada na Itália em 1949, em versão bilíngue, latim e italiano, traduzida e organizada por Gioacchino Paparelli, sob o título *La Germania*. (PICCOLOMINI, 1949)

A *Germânia* de Piccolomini surge como ponto de encontro entre as tarefas do cosmógrafo, do historiógrafo e do narrador viajante. Trata-se da exposição das belezas das cidades situadas na Germânia, numa narrativa que abrange desde descrições topográficas e geográficas, até a apreciação do aspecto das cidades, de seu traçado urbano, de suas belezas arquitetônicas, dos costumes dos habitantes, sem silenciar a respeito da ocupação do território e até da ação de ilustres personagens no campo da política, no universo eclesiástico ou na arte da guerra. Como modelo literário antigo, a *Germânia*, de Tácito, é referida várias vezes ao longo do tratado de Enea Silvio, embora não apenas para corroborar uma afirmação sua, mas também como posição oposta, no sentido de afirmar as diferenças entre a Germânia antiga e aquela moderna. Longe de entrar em polêmicas com os autores antigos, Piccolomini, porém, afastava-se de qualquer tipo de indeterminação abstrata, bem como não se confinava na erudição livresca. O autor, então, descreve a Germânia que teve oportunidade de observar com os próprios olhos no curso de uma permanência longa e nômade naquele território. E mesmo onde a referência histórica intervém para sustentar o colorido da direta descrição geográfica, ela jamais se faz de modo abstrato, como postura fundamentalmente erudita, mas sim calcada em seu espírito viajante, estimulada por uma inata curiosidade de observador, como afirma Giovanni Paparelli na introdução da edição italiana. (PAPARELLI, 1949, p. 14).

Assim, após o início, em que descreve a extensão da Germânia, Enea Silvio concentra-se na descrição de suas principais cidades, tendo como base a ideia de beleza. Ouçamos, então, a sua voz:

Quanto à beleza do país, quem não sabe que ela é hoje maior do que em tempos atrás? Por toda parte, campos cultivados, vinhedos, jardins, canteiros, fruteiras, casas de campo e de subúrbio plenas de toda delícia, cidades esplêndidas em sua maior parte margeadas por grandes rios ou circundadas por longuíssimos canais atravessados por pontes de pedra ou de madeira. [...] O que se pode encontrar de mais magnífico e mais esplêndido em toda a Europa do que Colônia [...] Nobre é pelas igrejas e pelos edifícios, insigne por sua população, famosa pelas riquezas, característica por seus tetos de chumbo, adornada de palácios, defendida por torres, sorridente pelo rio Reno e pelos férteis campos circundantes. (PICCOLOMINI, 1949, p. 39).

Como se pode verificar, tudo é relatado como num sobrevoo rasante, detendo-se, entretanto, em determinados pontos, para descrever com vagar os dados principais que compõem e embelezam as cidades. Esta forma de descrição vai de encontro à figura do narrador-viajante, que se fazia presente na literatura toscana desde o século XIV, como se observa no longo poema de Fazio delli Uberti (1305 ou 1309-1367), *Il Dittamondo* (UBERTI, 2007). Pelo trecho de Piccolomini anteriormente citado, em que relata as belezas da cidade de Colônia e do campo que integra o seu entorno, percebe-se latente o futuro autor da cosmografia universal. Mas o trecho anterior remete-nos ainda a outro escritor do *Trecento* toscano. Talvez tenha sido Petrarca o primeiro a fornecer, com base num agudo interesse pelas construções humanas, descrições das cidades que visitava. Cem anos antes, em 1358, Petrarca visita Gênova e a descreve nas seguintes palavras: “Verás uma cidade real encostada a uma colina alpina, soberba pela quantidade de homens e de muros, cujo aspecto basta para apontá-la como senhora do mar” (PETRARCA, 1984, p. 148.). De Petrarca em diante, são inúmeros os casos de descrição de cidades em forma de elogio. Lembremos, apenas de passagem, o caso dos elogios de Florença por Coluccio Salutati, na *Invectiva in Antonium Luschum Vicentinum* (Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza) (SALUTATI, 1976), em 1403, e a *Laudatio* (BRUNI, 2000), de seu discípulo, Leonardo Bruni (1430).

Além disso, do trecho de Enea Silvio anteriormente citado, pode-se deduzir ainda o sentido que o impulsionará, logo após a assunção ao Pontificado, a reconstruir sua pequena cidade natal, Corsignano. Em 1458, ano da posse de Pio II ao Pontificado, Corsignano aparecia no panorama da Toscana como um castelo conhecido pela tradicional hospedagem a grupos de peregrinos. Já Boccaccio, na quarta novela da IX *Giornata* do *Decamerão*, refere-se ao castelo de Corsignano como um refúgio de emergência utilizado por Cecco Angiolieri e por seu companheiro de viagem no conturbado caminho em direção a Ancona. (BOCCACCIO, 2004, p. 761-765). Porém, em maio de 1459, Pio II dá início ao projeto de reconstrução de sua cidade natal, com vistas a elevá-la a sede de bispado. O projeto urbanístico é encomendado ao arquiteto Bernardo Rossellino. A parte essencial da obra é finalizada em 1462, e a cidade passa a se chamar Pienza (cidade de Pio). Pienza surgira, então, como a aplicação efetiva do conceito de “cidade ideal”. O projeto de Pienza integrava a reestruturação de suas edificações e de seu traçado urbano, numa forma de fundir a dignidade pessoal do cidadão ilustre tornado Papa com a construção da dignidade de sua cidade natal. Nesse processo, o sentido da beleza fundia-se à noção de civilização, para conceber a cidade como lugar do convívio e como cenário da ação do homem, efetivo artífice do mundo que o circunda.

Este ideal certamente norteou o interesse de Piccolomini ao descrever as cidades da Germânia. O amplo panorama descritivo da região, que começara pela apresentação da extensão do território e de sua conformação física, deslocava-se gradativamente para uma interpretação muito próxima daquilo que, no mundo contemporâneo, ficaria conhecido como geografia humana. O domínio da natureza desembocava, então, na maior construção do homem: a cidade. Construção ideal da ordenação do convívio humano, a cidade aparece ainda como organização político-jurídica, como palco do desenrolar da *vita civile*. Então, Enea Silvio detém-se na explanação sobre o governo das cidades e sobre o caráter de seus governantes na Germânia, para, em seguida, concentrar-se em descrever os cidadãos ilustres. E dentre as principais ações do personagem ilustre está o próprio embelezamento da cidade, processo contínuo e infindável, reflexo da cotidiana tarefa de autoconstrução humana. Então, a descrição das cidades, na

Germânia, de Piccolomini, desagua numa exposição da beleza das artes, sob a visão de um viajante erudito e refinado apreciador dos artifícios da civilização. Assim, a catedral de Estrasburgo, “magnífico edifício em pedra [...], adornado de duas torres, das quais a única finalizada se eleva até as nuvens” (PICCOLOMINI, 1949, p. 43). Assim, a cidade de Aachen, “[...] onde o mais famoso palácio de toda a Germânia faz mostra de apreciáveis estátuas em pedra de vários imperadores germânicos” (PICCOLOMINI, 1949, p. 43). Assim, a capital da Boêmia, Praga, “[...] grandíssima e belíssima cidade, não menor, nem diversa de Florença, mas atravessada por um rio de nome Moldava, muito maior do que o Arno” (PICCOLOMINI, 1949, p. 51).

O elemento primordial da descrição de Piccolomini é o espaço. Inicialmente o espaço entendido como extensão geográfica; em seguida, o espaço como constructo humano, como produto da *virtù* que dignifica determinados homens, que os eleva à condição de *virī clari*, de *uomini illustri*. A esses, a narrativa de Piccolomini detém-se a esboçar a biografia, às vezes quase ao nível da descrição de um retrato. Vejamos o exemplo do encômio ao Rei Alberto de Brandenburgo:

Não sabemos de ninguém que possa ser colocado acima dele ou ao seu lado. E, de fato, não apenas neste homem refulgem de modo singular os dotes militares e as virtudes de *condottiero*, mas também se tornam nele admiráveis a nobreza de sangue, a alta estatura, a beleza do rosto, a elegância do falar e a força física. (PICCOLOMINI, 1949, p. 87-89).

Portanto, este é um caso típico em que a descrição do personagem integra desde sua virtude como cidadão até sua postura e seu aspecto físico, numa estreita relação com o interesse pela arte do retrato, enormemente cultivada na Itália do século XV.

Assim, a descrição da Germânia apresenta vários elementos da narrativa cosmográfica que, imediatamente depois, ganhará forma universal na concepção de dois livros: *Europa* e *Ásia*. Entretanto, já na *Germânia*, a noção de espaço é a base da narrativa histórica. O espaço, inicialmente pensado como extensão de terra, como geografia física, ganha, no transcorrer do texto, a conotação de espaço construído pela intervenção humana. Então, a geografia passa a ser

espaço da ação do homem: transforma-se, com isso, em geografia humana, para utilizar um termo atual. É aí que a cidade aparece como artifício e como célula em que se desenvolve a vida. Dessa forma, Piccolomini observa a história como prática do viajante refinado, em que a observação é o dado primordial. Assim, a história ganha o caráter de uma ampla visão do cosmo, em que cintila a imagem do homem em movimento no meio do mundo. Eugenio Garin, num ensaio sobre Piccolomini, definiu com as seguintes palavras a consideração do mundo por parte do humanista de Siena na descrição da Germânia:

[Piccolomini] tinha nascido ‘geógrafo’, no sentido mais rico do termo: curioso pelo encontro entre o homem e a terra, pelo vínculo entre a história e o seu ambiente, entre as cidades e os habitantes, entre os lugares e a vida que ali se desenvolve. [...] Mas a terra transformou-se através de tanta história. E os povos, as guerras, as migrações, as cidades construídas e destruídas, os costumes, tudo converge na visão deste nosso mundo em processo: *historia rerum ubique gestarum locorumque descriptio*. (GARIN, 1996, p. 19-20).

Enea Silvio retoma este modelo narrativo anos depois, quando da composição de sua história e geografia universal. A *Descrição da Ásia* apresenta um vivo interesse geográfico, voltado, sobretudo, aos assentamentos e às estruturas dos grupos humanos, abarcando a história remota dos povos e compondo um amplo balanço de países, costumes e das construções do homem. Sua erudição humanística alia-se ainda ao gosto pela paisagem, ao encanto pela doçura da natureza, a uma cativante curiosidade pelo exótico e pelo diferente. Seu cenário possui uma amplitude extraordinária: ele descreve a topografia, com atenção aos rios, aos montes, às planícies, discorre sobre os territórios, as cidades, as migrações dos povos, os cultos e as religiões, até concentrar-se em acontecimentos importantes como guerras e ascensões dinásticas. Nesse particular, por intermédio dos autores antigos, Piccolomini interessa-se primordialmente pela atuação dos imperadores romanos entre os mais distintos povos da Ásia. Ele ainda descreve o panorama dos

traçados urbanos, as construções arquitetônicas, os objetos confeccionados pela mão do homem, para, então, dedicar-se aos próprios homens, narrando episódios das vidas de homens ilustres que deixaram suas marcas no território asiático. E, como na *Germânia*, tudo é relatado como num sobrevoo, detendo-se, entretanto, em determinados pontos, para descrever com vagar os dados principais de cada uma das seis partes em que ele divide a Ásia. Tudo é descrito, portanto, na forma típica do livro de viagem, mesmo sem jamais ter estado na Ásia. E, nesse particular, vale ressaltar que em meio aos relatos dos cosmógrafos antigos, Piccolomini insere as descrições de viajantes tardo-medievais, sobretudo de um certo Niccolò di Venezia. É, de fato, significativo que o arranjo narrativo da *Descrição da Ásia* assemelhe-se àquela dos *Commentari*, ainda que no primeiro caso se trate de uma cosmografia e no segundo, de uma autobiografia. Entretanto, se na *Ásia* temos uma maravilhosa descrição de viagem, nos *Commentari* deparamo-nos com a narrativa da vida de um viajante (o próprio autor), atento aos dados cosmográficos dos territórios percorridos e a detalhes biográficos dos personagens encontrados.

Vasto, portanto, é o interesse do Pontífice cosmógrafo. Entretanto, em meio à variedade que constitui o mundo apresentado por Pio II, um propósito pode servir de amálgama, permitindo a compreensão do impulso que o levou a conceber a cosmografia da Ásia. É clara a fascinação do autor pelo Oriente, repleto de dados de interesse econômico e militar. É sabido que Piccolomini mantinha a seu lado, a pagamento, cosmógrafos especialistas no mundo oriental, como é o caso do veneziano Girolamo Bellavista. De todo modo, o propósito político que guia o seu olhar de geógrafo em direção à Ásia (sobretudo, à Ásia Menor) é o desejo de revanche contra os turcos. O próprio autor revela a razão maior que o levou a descrever a *Ásia*:

Tudo isso o resenhamos com mais extensão talvez que necessária [ele diz], a fim de que aqueles que o leiam entendam quanto perdeu a República Cristã, pois ela foi a razão principal que nos moveu a descrever a Ásia em suas diversas partes, descendo até o mínimo detalhe. Pode ser que alguém diga que não foi menor a perda da Grécia, tida

por mãe de toda a ciência e plena de glórias guerreiras, ou da Síria, onde apareceu o primeiro homem e onde nasceu Cristo e redimiou pela cruz a linhagem humana, abrindo-nos o caminho do céu. (PICCOLOMINI, 1992, p. 257).

A perda a que se refere Piccolomini diz respeito, sobretudo, ao avanço do poderio otomano na Ásia Menor. O Pontífice percebe, no passado, um sentido de continuidade na relação entre Ocidente e Oriente Médio. Para ele, o Império Romano foi o elemento que permitiu certa integração entre Ocidente e Ásia Menor, tendo atuado como veículo civilizatório (ou seja, como portador daquilo que Piccolomini chama “*vita civile*”) que se estendeu para ambas as direções. No pensamento de Enea Silvio Piccolomini transparesce um apreço pelos valores culturais fundados na tradição clássica, sobre o culto de Roma e do pensamento antigo; a noção de unidade de estruturas e de tradições históricas, delimitadas num espaço geográfico, que ele buscou traçar através das linhas de uma (muitas vezes contraditória) fusão entre saber antigo e preceitos do cristianismo. De todo modo, uma fusão tecida sob o fundo da paisagem romana. Sob esta base certamente desenvolveu-se, com forte teor dramático, sua descrição da Ásia. Nesse escrito, Piccolomini observa que a tradição grega, absorvida e modificada pelo mundo latino, espalhou-se pelo Médio Oriente. O Império, então, cristianizou-se. A primeira ruptura com o Oriente próximo é, para ele, o aparecimento de Maomé e do maometismo, essa “religião criminosa” (PICCOLOMINI, 1992, p. 221), como afirma. Entretanto, há, por parte de Pio II, um respeito com relação aos sírios. Nesse caso, a ruptura com o cristianismo, por parte dos sírios, não representa exatamente o abandono da civilização. Com os sírios é possível conviver. Há, inclusive, uma amálgama civilizatória comum, dada pelo Império Romano. Porém, o grande inimigo da República Cristã e, portanto, da civilização, são os turcos.

É como se Piccolomini vivesse, em potência, uma contradição que caracterizou a cultura humanística toscana. De fato, sua formação erudita tem estreita relação com o humanismo florentino da década de 1430. Enquanto realizava os estudos jurídicos, ele empreendia apaixonadas leituras dos clássicos antigos e, em Florença, teve

contato direto com o humanista Francesco Filelfo (1398-1481) e com o secretário da República, Poggio Bracciolini (1380-1459). O ideal republicano florentino tinha formado a consciência política de Piccolomini, e se expressava em sua postura de humanista refinado, de historiador e de escritor de temas amorosos, mas também em sua atuação política e diplomática, defensor do conciliarismo. Porém, paralelamente a isso, e sobretudo após a assunção ao Pontificado, Enea Silvio busca re-fundar as instituições universalistas (a Igreja e o Império) à luz da continuidade com a tradição antiga. Este caráter universalista esteve presente em seu posicionamento e julgamento histórico frente ao Oriente próximo. O Império Romano, entendido como unidade civilizatória, foi a base de sua compreensão da história na *Descrição da Ásia*, e também esteve presente no teor da longa epístola ao Sultão turco, Maomé II. Como fundamento implícito de tudo isso, cintilava o ideal imperial, a ideia de um “*nuovo impero*”, a se plasmar sobre as feições da Roma Antiga, porém agora de caráter não temporal, mas espiritual. Um império civilizatório sob a égide de uma fusão humanística entre a Roma pagã e a Roma cristã, um império que amalgamava a aparente contradição entre as diferenças locais e a unidade da civilização. Nesse sentido, a *Ásia*, de Pio II, observada isoladamente, compreendia já o esboço da obra idealizada como seu *pendant*, a *Europa*.

De todo modo, é a partir dos turcos que Piccolomini constrói os limites entre Ásia e Europa, limites entre a civilização (a República Cristã) e o mundo dos infiéis. Para ele, os valores culturais fundados na tradição clássica, sobre o culto de Roma e do pensamento antigo, embebidos no sentimento de afinidade moral e espiritual com os Gregos, fundidos depois nos preceitos da Cristandade, estavam a perigo pela ameaça turca. Os Turcos, após conquistarem Constantinopla e se tornarem donos de todo o Oriente próximo, tornaram-se o “outro” por excelência, transformando a Ásia efetivamente numa individualidade distinta. E, nesse ponto, Pio II começava a entrever, sob a égide de um conjunto de valores humanos, a Europa como unidade de civilização, representada por um conjunto de doutos interessados em comentar os textos antigos, formando a “república” da inteligência e da cultura. Assim, ao descrever a Ásia, Piccolomini, começava a delinear também a identidade de Europa.

O livro sobre a Ásia, impresso originalmente em Veneza, em 1477, chega às mãos do navegador genovês, Cristóvão Colombo, depois de seu retorno da viagem de descoberta, a viagem de 1492. É provável que o navegador tenha se ocupado da leitura da *Ásia*, de Pio II, em torno de 1497, quando organizara uma pequena biblioteca de livros geográficos para se certificar neles de sua façanha. Dentre os livros consultados por Colombo nessa fase estão o *Milione*, de Marco Polo, e a *Imago mundi*, de Pierre d'Ailly. De todo modo, Colombo lê com profundidade a descrição da *Ásia*, de Piccolomini, e faz uma série de anotações manuscritas à sua margem. A edição da cosmografia universal de Piccolomini manipulada por Colombo, é importante frisar, não continha o volume sobre a Europa, mas apenas a *Descrição da Ásia*. O livro, que se encaixa perfeitamente no contexto dos descobrimentos, interessou ao navegador, sobretudo, nas partes que tratam da Índia, das costas da Ásia e das regiões mais distantes e menos conhecidas da Ásia que então se tinha notícia. As notícias da Ásia no século XV, é bom recordar, davam conta de uma região muito maior do que se revelaria no futuro. Seja como for, o que chama mais a atenção de Colombo são exatamente as partes menos carregadas pela energia vital que moveu Piccolomini a escrever o livro. Assim, onde está o cerne dos problemas históricos e políticos que Piccolomini pretende tratar, então a Ásia que o humanista de Siena concebe a partir das ilhas do Mar Egeu e que compreende o chamado Oriente Médio, interessa menos ao olhar de Colombo. O mundo carregado de uma grave tensão histórica para Pio II, ou seja, as terras em torno do Mediterrâneo oriental, são as partes do livro em que o navegador genovês atravessa de modo mais ligeiro. Portanto, o problema em torno dos limites entre Europa e Ásia, limites vinculados pelo perigo da ameaça turca, que se nutrira exatamente da tensão que moveu o Papa a elaborar o livro, constituem-se nos traços menos atrativos à curiosidade de Colombo.

Ao contrário, as anotações de Colombo às margens do livro aparecem de modo mais intenso em relação aos comentários geográficos de Pio II sobre os confins do mundo habitado. Quando Piccolomini, com grande erudição humanística, colhe informações de cosmógrafos antigos para delimitar até onde, no extremo oriente, foram encontrados vestígios da existência de povos, é que se levanta a voz

de Colombo. Então, as anotações marginais do navegador dão conta de um mundo mais extenso e pleno da existência de povos. E para contrapor os autores antigos, Colombo utiliza notícias trazidas por navegadores portugueses e, às vezes, por viajantes ingleses e suevos. O genovês, então, contesta a ideia dos limites do mar navegável apresentada por Pio II, que se baseava sobre relatos de escritores antigos. Um exemplo é o trecho em que Piccolomini segue a divisão da terra em cinco partes, feita por Parmênides. Nessa passagem do texto do erudito Papa, pode-se encontrar a nota marginal de Colombo, com as seguintes palavras:

[Parmênides] considerou que as duas partes mais próximas ao pólo, por causa do frio, e uma terceira parte, que está sob a passagem do Sol, por causa do calor, são inabitáveis. O contrário se prova na parte austral pelos portugueses e na setentrional pelos ingleses e suevos, que navegam por estas partes. (PICCOLOMINI, 1992, p. 6).

Há, assim, entre a *Descrição da Ásia*, de Piccolomini, e as anotações ao livro, feitas por Cristóvão Colombo, uma oposição entre o conhecimento cosmográfico no início do Renascimento, trazidos pelo humanista de Siena, e o conhecimento moderno de Colombo, baseado na empiria das cartas de navegação e nos relatos de exploradores da segunda metade do século XV. Colombo, na verdade, tinha-se debruçado sistematicamente sobre as cartas de navegação e os relatos de viajantes ao Mar Oceano quando se estabeleceu em Lisboa, a partir de 1477. Em Lisboa, ao lado do irmão Bartolomeo, Cristóvão Colombo abriu um pequeno negócio, onde desenhava e vendia cartas náuticas e livros de navegação. Lisboa, portanto, tinha sido o local de contato mais estreito com as águas que conduziam ao mundo desconhecido, além de representar o período de preparação para a vida que ele abraçaria dois anos depois, na ilha de Porto Santo, ao lado da esposa, filha do governador daquela possessão de Castela.

De todo modo, entre a descrição da Ásia de Piccolomini e as anotações de Colombo às margens do livro existia uma linha divisória. De fato, uma oposição entre o saber histórico-político

centrado no mundo mediterrânico e o interesse pelo universo aberto pelas descobertas das rotas oceânicas entre o Atlântico, o Índico e os caminhos em direção ao extremo Oriente. Piccolomini, humanista toscano do *Quattrocento* tornado Papa, interessa-se, sobretudo, pela diversidade de mundos que convergem para esse mar no meio das terras. Colombo, o conquistador de mundos desconhecidos, o descobridor dos caminhos que circundam o mundo por fora e que conduzem ao inconcebível, interessa-se pelo que a Ásia de Piccolomini apresenta de exótico. São as informações topográficas, as notícias de caráter geográfico e os mais fabulosos relatos de costumes o que chamam a atenção do navegador e, ainda assim, ele coteja tudo isso com os dados contemporâneos e os corrige, quando necessário.

Na *Descrição da Ásia*, Piccolomini apresentava a erudição geográfica antiga e a observação de navegadores e cosmógrafos venezianos como contraponto à cosmogonia medieval. Entretanto, as anotações de Cristóvão Colombo ao livro do erudito Papa traziam a experiência dos relatos das primeiras incursões ao Mar Oceano e demonstravam um interesse muito distante daquele do Pontífice cosmógrafo. As anotações de Colombo revelavam um impulso em direção aos confins da imaginação europeia do *Quattrocento*. Este universo que se abria pelas caravelas dirigidas pelo navegador genovês anunciava, de fato, um novo mundo. Era uma revelação de que entre o humanista quatrocentista de Siena e o navegador-descobridor da viragem do século XV existia uma linha divisória, separando mais do que dois séculos, dois mundos.

ENEAS SILVIO PICCOLOMINI COSMOGRAPHER

ABSTRACT: The work of Enea Silvio Piccolomini (1405-1464) constitutes a significant example of humanistic literature from central Italy in the *Quattrocento*. Poet, cosmographer, eminent orator, political theorist of State, diplomat, Piccolomini followed the religious career and was designated Pope Pius II in 1458. Protagonist in the center of the literary and political events of his time, Pius II was ahead of a pontificate marked by Turks march toward the West. The meeting point between responsibilities as cosmographer, the historian and the narrator traveler, his books that arise here concern us closely: *Germania* and *Historia rerum ubique gestarum*, the latter divided into two works idealized as

pendant: *Europe* and *Description of Asia*. In the first case, it is the exposure of the beauties of the cities in Germania, a narrative that ranges from topographical and geographical descriptions, to the appreciation of the appearance of cities. In the second case, focusing on the description of Asia, we will look for to realize as a most important example of the cosmographical humanistic description in the Renaissance, which one of its main objective is to understand the historical limits between two worlds: the Middle East and Latin Christianity.

KEYWORDS: Enea Silvio Piccolomini. Pope Pius II. Humanism. Renaissance. Cosmography.

Notas

¹ Sobre este tema, ver: TOTARO, Luigi. *Pio II nei suoi "Commentarii"*. Bologna: Pátron Editore, 1978, em particular p. 187.

² PAPARELLI, Gioacchino. Introduzione. PICCOLOMINI, Enea Silvio. *La Germania*. (A cura di Gioacchino Paparelli.) Firenze: Fussi, 1949, p. 9-14. A carta do Cardeal Martino Meyr foi publicada na mesma edição, p. 15-21.

³ Provavelmente em 1434, em Estrasburgo, conheceu Isabela, com quem teve um filho, fruto de uma história de amor narrada detalhadamente a seu pai numa carta que é uma construção literária à maneira do explícito poema *Hermafroditus* de Antonio Beccadelli (1394-1471). BECCADELLI, Antonio. *L'Hermafrodite. Traduit pour la premiere fois par Alcide Bonneau, avec le texte latin e un choix des notes de Forberg*. Paris, 1892.

Referências

BECCADELLI, Antonio. *L'Hermafrodite. Traduit pour la premiere fois par Alcide Bonneau, avec le texte latin e un choix des notes de Forberg*. Paris, 1892.

BIRASCHI, Anna Maria; SALMERI, Giovanni (a cura). *Strabone e l'Asia Minore*. Napoli: Edizione Scientifique Italiane, 2000.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decameron*. (A cura di Vittorio Branca) Volume Primo. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 2004.

BRUNI, Leonardo. *Laudatio florentine urbs*. (A cura di Stefano U. Baldassarri). Tarnuuzze (Firenze): Sismel, 2000.

BURCKHARDT, Jacob. Die Kultur der Renaissance in Italien. In: *Gesammenlte*

Werke, Band III, Basel/Stuttgart: Schwabe, 1978.

D'ASCIA, Luca. *Il Corano e la tiara. L'epistola a Maometto di Enea Silvio Piccolomini (Papa Pio II)*. Bologna: Edizioni Pedragon, 2001.

GARIN, Eugenio. Ritratto di Enea Silvio Piccolomini. In: GARIN, Eugenio. *Ritratti di umanisti*. Milano: Bompiani, 1996.

GHELARDI, Maurizio. *La scoperta del Rinascimento. L "Età di Raffaello" di Jacob Burckhardt*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1991.

GUGLIELMINETTI, Marziano. *Memoria e scrittura. L'autobiografia da Dante a Cellini*. Torino: Einaudi, 1977.

PAPARELLI, Gioacchino. Introduzione. PICCOLOMINI, Enea Silvio. *La Germania*. (A cura di Gioacchino Paparelli.) Firenze: Fussi, 1949.

PETRARCA, Francesco. *Rerum familiarum libri, XVII-XXIV (Letters on Familiar Matters, Volume 3)*. The Johns Hopkins University Press, 1984.

PICCOLOMINI, Enea Silvio (Papa Pio II). *Descripción de Asia*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

_____. *La Germania*. (A cura di Gioacchino Paparelli.) Firenze: Fussi, 1949.

_____. *Storia di due amanti*. 3. ed. Palermo: Sellerio Editore, 1991.

_____. (Pio II). *I Commentari*. 2. ed. Siena: Edizioni Cantagalli, 1997.

RUNCIMAN, Steven. *The Fall of Constantinople 1453*. Cambridge University Press, 1965. Edição brasileira: *A Queda de Constantinopla 1453*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

SALUTATI, Coluccio. Invidia in Antonium Luschum Vicentinum. In: GARIN, Eugenio (a cura). *Prosatori Latini del Quattrocento*. Volume I. Torino: Einaudi, 1976.

TOTARO, Luigi. *Pio II nei suoi "Commentarii"*. Bologna: Patron Editore, 1978.

UBERTI, Fazio degli. *Il Dittamondo*. A cura di Marco Prinari. Edizioni digitali del CISVA, 2007.

Recebido em: 19/11/2013.

Aprovado em: 12/03/2014.

Efetividade histórica e ciência moral nas Décadas de João de Barros: a relação entre antigos e modernos

Rubens Leonardo Panegassi*

Resumo: O objetivo deste artigo é revisitar o tema da querela entre antigos e modernos a partir das *Décadas da Ásia*, obra de autoria do humanista português João de Barros. Publicada entre os anos de 1552 e 1563, essa obra pode ser compreendida como a mais notória tentativa de definir um sentido global para o fenômeno dos descobrimentos marítimos portugueses. Entretanto, ao tratar das origens e do amadurecimento do processo de expansão marítima em Portugal, as *Décadas da Ásia* remete-nos também aos primórdios da vertente ibérica do embate entre antigos e modernos. Em vista disso, nosso interesse é recuperar essa querela no âmbito da relação que João de Barros institui entre antigos e modernos, como pressuposto do pensamento histórico no alvorecer da Época Moderna.

Palavras-chave: História da historiografia. Humanismo. João de Barros. Antigos e Modernos. Portugal.

Introdução

João de Barros é um autor com o qual necessariamente nos deparamos ao nos debruçarmos sobre a produção historiográfica elaborada no contexto da expansão marítima e do Renascimento em Portugal. Bastardo nobilitado na Corte, os cargos que ocupou ligam-no diretamente não apenas ao Rei e à família real, mas também

* Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade de São Paulo, foi bolsista da FAPESP e é professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal de Viçosa desde 2013. Financiamento: FAPESP. E-mail: rubenspanegassi@gmail.com.

aos altos dignitários e financistas do reino ibérico, situação que alçou este “nobre de pluma” a uma situação bastante privilegiada no que diz respeito aos negócios e aos feitos portugueses na Ásia. Moralista profícuo foi decano da “Geração de Quinhentos” do humanismo português (MENDES, 1998),¹ e a multiplicidade de sua obra o situa “entre as figuras mais salientes da historiografia portuguesa sobre a expansão marítimo-mercantil” (BARRETO, 1998, p. 121). Sem dúvida, o fato de esta temática ter sido considerada oportunamente a historiografia portuguesa *tout court* garante especial relevância às *Décadas* de João de Barros, não apenas enquanto obra emblemática do alvorecer da Época Moderna, mas também como evidência eloquente dos embates e das disputas sobre a imposição de sentidos à própria constituição do império português, campo de estudos em torno do qual são numerosas as questões e a bibliografia, inesgotável.

Por sua vez, a publicação das *Décadas* teve início com a “primeira década”, cujo título aparece como *Ásia de João de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, editada em 1552. A “segunda década” foi editada em 1553, ou seja, apenas um ano depois de publicar a “primeira década”, ao passo que a “terceira década” só conheceria a prensa dez anos após a publicação da *Segunda década da Ásia de João de Barros*, em 1563. Por fim, haveria uma quarta *Década*, para a qual João de Barros chegou a escrever o prólogo, mas que ficou inacabada. Essa “quarta década” foi reformada por João Batista Lavanha a pedido de Filipe II e publicada em 1615. Em suma, se entre 1552 e 1563 João de Barros escreveu e esteve presente na edição das três primeiras *Décadas*, o mesmo não aconteceu quando a “quarta década” veio à luz, em 1615, de modo que não é possível reconhecê-la como uma obra composta por João de Barros.²

Em linhas gerais, é notável que a elaboração das *Décadas* se define tanto a partir da perspectiva humanista de João de Barros quanto de sua tentativa de sintetizar a expansão portuguesa. Nesse sentido, as *Décadas* tratam das navegações marítimas e daquilo que pode ser entendido como a constituição do império português na Ásia, sobretudo à medida que propõe uma unidade de sentido “global” dos descobrimentos. Tendo em vista a perspectiva do cronista em retratar os feitos portugueses no descobrimento e na conquista do

oriente, é possível notar a dimensão cronológica dessa narrativa de modo sumário: a “primeira década” tem início com as viagens de descobrimento na costa ocidental da África ainda no século XV e culmina com a inserção comercial e militar dos portugueses na Ásia, já no século XVI. Por sua vez, a “segunda década” trabalha com uma temporalidade reduzida em relação à primeira e dedica seis livros aos feitos de Afonso de Albuquerque, até sua morte. Por fim, a “terceira década” é composta, ainda, pelos feitos ligados à administração e consolidação do poder português na Ásia, entretanto, vários são os personagens unidos pela trama narrativa dos livros, entre eles, Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes de Sequeira, Duarte de Meneses, Vasco da Gama e Henrique de Meneses.

Em síntese, João de Barros trata das origens do processo expansionista até o momento de sua maturação. Sem dúvida, as *Décadas* remete-nos a uma atmosfera política de conquistas fundamentadas, acima de tudo, no nome da cristandade, o que permitiu a João de Barros descrever “[...] todos os ‘feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente’ como um prolongamento da Reconquista” (THOMAZ; ALVES, 1991, p. 127). Todavia, a obra magna do humanista português reporta-nos, também, a um notável embate entre antigos e modernos, que no reino luso incorpora tanto a vertente italiana que marca “os começos do movimento humanista em Portugal” quanto “as concepções pedagógicas e doutrinárias do humanismo norte-europeu” (PEREIRA, 2008, p. 94) – em conformidade com o erasmismo presente na Corte lusa. Efetivamente, ambas as tradições seriam operantes mediadores na percepção que os letrados do reino ibérico teriam da experiência ultramarina. É digno de nota, também, que a experiência portuguesa dos descobrimentos marítimos seria responsável pela associação de um terceiro elemento ao embate entre Antigos e Modernos: o Selvagem (HARTOG, 2005). De todo modo, cabe notar que a descoberta dos autores gregos e latinos, ocorrida ao longo dos séculos XIV e XV, seria fundamental para a codificação da escrita da história na Época Moderna (ALBANESE, 2009).

Com efeito, vale observar que a questão relativa aos antigos e modernos na obra de João de Barros já foi abordada por I. S. Révah em artigo clássico. Contudo, Révah debruçou-se, principalmente, sobre a presença do cristianismo primitivo nos escritos de

caráter erasmiano da obra de Barros (RÉVAH, 1967). Aqui, ainda que nosso interesse seja revisitar a clássica querela, importa considerá-la, fundamentalmente, no âmbito da *relação* estabelecida entre antigos e modernos como pressuposto do pensamento histórico do início da Época Moderna.

Antigos e modernos: efetividade histórica e ciência moral

Quando atentamos para as *Décadas* de João de Barros, seu texto não pode deixar de ser compreendido como resultante de um momento que se concebe como uma época já distante da Antiguidade, um ambiente plenamente inserido no contexto da experiência histórica que, tal como sugeriu José Antonio Maravall, permitiu sua assimilação como uma categoria referente a um período histórico singular, concreto e, sobretudo, paradigmático (MARAVALL, 1986). Para o historiador espanhol, o homem da Época Moderna detém uma chave específica de leitura do tempo histórico, em que o desenvolvimento de um fio contínuo no curso do tempo é diferenciável em várias fases ou épocas. Ou seja, para ele, “[...] el factor de continuidad, en la medida que existe, permite contemplar el tiempo de las sociedades como un curso no interrumpido, pero que por su misma larga duración va llevando a situaciones diferentes unas de las otras” (MARAVALL, 1986, p. 285-286).

Sob esta perspectiva, é possível compreender o complexo fenômeno da recuperação e imitação da Antiguidade no contexto do Renascimento europeu. Reside sobretudo nesta consciência histórica o necessário distanciamento característico de um procedimento intelectual que, simultaneamente, atualiza e apropria-se de uma herança cultural cujas formulações nem sempre auxiliam na compreensão do mundo coevo. Com efeito, essas apropriações intelectuais são o resultado mais evidente dos contornos que o Renascimento adquiriu no âmbito de suas mais diversas manifestações, bem como de sua interação dentro dos mais diversos contextos. Segundo Jaques Le Goff, embora a relação entre antigos e modernos esteja profundamente ligada à história do ocidente, é possível encontrar equivalentes

dela em outras civilizações e outras historiografias (LE GOFF, 2003). No que tange ao caso de Portugal, sua especificidade pode ser notada tanto na produção de uma literatura de caráter etnográfico, resultante do contato com a diversidade de povos e culturas ao longo de sua expansão marítima, quanto nos pressupostos que orientam a formação do humanismo quinhentista lusitano, em que a retórica seria incluída, paulatinamente, no plano de estudos oficial, até alcançar centralidade no âmbito das humanidades, superando a orgânica medieval que lhe atribuía modesta importância, como nota Aníbal Pinto de Castro:

[...] sem deixar de lhe imprimir um cunho literário bem vincado, o Humanismo faz da Retórica, ligando-a estreitamente à invenção dialética, a base de um método novo de filosofar que, desejoso de abandonar a especulação abstracta, procura aproximar-se da realidade humana através da comunicação, para tratar problemas actuais de índole moral, política, religiosa ou mesmo filosófica (CASTRO, 1973, p. 18).

Diante disso vale notar que a historiografia da época humanístico-renascentista seria compreendida, fundamentalmente, como *ars rhetorica* (ALBANESE, 2009), de modo que a retórica desempenharia um papel de absoluta relevância na aquisição do conhecimento crítico das letras humanas antigas, tal como sugeriu oportunamente Castro (1973). Por sua vez, a respeito da relação que a cultura europeia estabelece historicamente com o mundo clássico, Paul Hazard faz com que notemos que a Antiguidade permaneceria como modelo digno de admiração durante muito tempo, uma vez que “[...] tinham (a Antiguidade) dado ao mundo uma moral que o cristianismo não fez senão completar; na ação, tinham-se (os Antigos) comportado sempre como heróis” (HAZARD, 1948, p. 33). Dificilmente poderíamos concordar com a ideia de que o cristianismo “completou” a Antiguidade. De todo modo, o que importa sublinhar é a ideia de que, para viver, bastava imitar os antigos. Contudo, o predomínio dos antigos estava destinado a encontrar seu termo a partir do momento em que os modernos os destituíssem de seu lugar de honra e redefiníssem a noção de moderno.

Paulatinamente, assinala Hazard, “[...] abandonou-se o partido dos grandes mortos e deu-se a gente a alegria, aliás fácil e insolente, de sentir em si o afluxo duma vida nova, embora efêmera; preferiu-se apostar pelo presente a apostar pelo eterno” (HAZARD, 1948, p. 34). O autor faz notar, ainda, que esta viragem se deu a partir da querela dos antigos e modernos, célebre polêmica desencadeada por Charles Perrault e Bernard Le Bouyer de Fontenelle em oposição ao princípio de imitação dos clássicos. Por sua vez, Marc Fumaroli assinala que a polêmica desencadeada na França foi, na verdade, o auge de um embate cujo início remonta ao Renascimento, ou, mais precisamente, a Petrarca, quando este, orientado por seu desejo de recuperar as fontes antigas, denominou sob o qualificativo – pejorativo – de “moderno” toda a ciência oriunda das faculdades de teologia e direito de sua época (FUMAROLI, 2001). Sobre o assunto, Iris Kantor assinala que os anos 1680-1715, propostos por Paul Hazard como decisivos para esta mudança da relação com a tradição herdada da Antiguidade, foram canonizados como data inicial do movimento iluminista (KANTOR, 2009).

Marc Fumaroli sugere que, desde o medievo, diversos foram os teólogos que fizeram uso da oposição entre antigos e modernos (FUMAROLI, 2001), ao passo que, segundo José Antonio Maravall, pode-se dizer que o gosto pela novidade é comum para a maioria dos escritores desde Ovídio. Entretanto o autor nota que, ao longo da história, a percepção do novo não se manifesta sempre da mesma maneira e por isso nem sempre se apresenta acompanhada das forças transformadoras que definem novos horizontes aos homens, tal como aconteceu na Época Moderna. Como apontamos anteriormente, o historiador espanhol faz notar que é a consciência da diversidade de épocas – ou, em suma, aquilo que poderíamos compreender como a percepção da sucessão de eventos articulados em um processo – que marcou o gosto pelo novo na primeira modernidade, sobretudo em face da possibilidade de estabelecer comparações entre as épocas (MARAVALL, 1986).

Com efeito, importa observar que, sobre a vertente ibérica da querela dos antigos e modernos, Iris Kantor atenta para a importância da expansão ultramarina na composição deste fenômeno. Na perspectiva da historiadora:

As realidades criadas pela expansão europeia obrigavam à reconfiguração dos paradigmas geográficos, cronográficos e etnográficos herdados da Antiguidade. A descoberta da América motivara o sentimento de superioridade dos humanistas ibéricos em relação ao passado (KANTOR, 2009, p. 452-453).

É evidente que os modernos escolásticos criticados por Petrarca não são os mesmos modernos que reconfiguraram os paradigmas geográficos, cronográficos e etnográficos herdados da Antiguidade após os descobrimentos. Com efeito, nas *Décadas*, de João de Barros, é notória a existência da noção de moderno, ainda que a categoria não denote, necessariamente, superioridade em relação aos antigos. Notável exemplo é apresentado a nós pelo historiador quinhentista na “preparação de toda a obra quase em modo de argumento e divisão dela” (BARROS, 1778, p. 15),³ quando o autor assume que o empreendimento de sua narrativa demanda a evocação do triunfo sistemático dos reis portugueses contra os infiéis como fundamento dos três eixos que compõem o título da real coroa portuguesa que serão abordados em sua *Ásia*, a saber, a conquista, a navegação e o comércio. Por fim, escreve o humanista: “Deus é testemunha que em cada uma destas três partes, Conquista, Navegação e Comércio, fizemos a diligência possível a nós e mais do que a ocupação do ofício e profissão de vida nos tem dado lugar” (BARROS, 1778, p. 15). Com efeito, enquanto a conquista é própria da milícia e o comércio convém à mercadoria, por sua vez, ao título da navegação, anuncia, “[...] respondemos com uma universal Geografia de todo o descoberto, assim em graduação de tábulas como de comentário sobre elas, *aplicando o moderno ao antigo*, a qual não sofre compostura em linguagem, e por isso irá em latim” (BARROS, 1778, p. 14).⁴

Em sua geografia, portanto, haveria espaço para a relação dos descobrimentos “*aplicando o moderno ao antigo*”, ou seja, atualizando as denominações herdadas dos antigos geógrafos por meio da inclusão dos nomes dos lugares que os portugueses incorporavam à sua carreira. Contudo, vale notar que as novas denominações viriam em latim, pois não era possível compô-las em língua vulgar. Com efeito, aqui, João de Barros veicula um dos pressupostos que seria

estabilizado pelo “[...] mais completo tratado de retórica composto por um humanista português” (PEREIRA, 2008, p. 98), o *De eloquentia*, de Tomé Correia. Publicado em 1591, Correia também enfrentaria a questão da dinâmica da língua, tal como João de Barros. Segundo Belmiro Fernandes Pereira, Tomé Correia compreendia a língua “[...] como um organismo vivo que muda conforme as necessidades” (PEREIRA, 2008, p. 101), daí deriva que “[...] nomes não latinos podem ser empregues desde que se lhes dê forma latina como fazia César com os nomes gauleses” (PEREIRA, 2008, p. 101), resolução semelhante à adotada anos antes por João de Barros.

Por sua vez, essa dinâmica é flagrante na *Ásia*. Tal como pode-se notar nas ilhas do Cabo Verde, assim chamadas “[...] por comum nome [...] e pelos antigos geógrafos as Fortunadas, de que em a nossa Geografia falamos largamente” (BARROS, 1778, p. 140). O mesmo acontece com a Ilha Ceilão, “[...] a que os antigos chamam Taprobana” (BARROS, 1777c, p. 104), da qual nosso autor faz copiosa relação no primeiro capítulo do segundo livro da terceira *Década*. A dinâmica da língua decorria do contato e do registro dos lugares onde os portugueses fundariam fortalezas e portos, e obedecia à necessidade prática de situar com maior rigor as informações úteis, tal como se pode observar no princípio do sexto livro da segunda *Década*, onde nosso autor discute o erro dos antigos geógrafos, que, por desconhecimento da geografia local, chamavam a Ilha Sumatra de Quersoneso, que “[...] é palavra grega e se toma pela pequena partícula de terra pegada por tão delgada coisa como é o pé da folha da figueira pegada no ramo dela” (BARROS, 1777b, p. 2):

E porque geralmente todos os que navegavam por fora da Ilha, por ser viagem mais segura, ainda que comprida, estavam seguros de invernar como indo por dentro, ao modo que ora vemos os nossos navegantes daqui para a Índia, que quando partem tarde, vão por fora da Ilha de S. Lourenço por terem os tempos mais largos deste costume, com algumas fábulas que a Antiguidade sempre tem, assim como os perigos de Cila e Caribdis no trânsito de Sicília, bancos de Flandres entre a terra firme e a Ilha Inglaterra, ou os Baixos de Ceilão entre esta Ilha e a terra do Cabo Comorin, haveria opinião na Índia não ter aquele mar trânsito de Ponente a Levante, donde os gregos e Ptolomeu chamariam àquela terra Quersoneso.

Porém, povoada a cidade Malaca em meio daquele estreito [...] deu fácil navegação para se nela fazerem brevemente as comutações e comércio dos de Ponente e Levante, *ficou manifesto este caminho, e havida a terra de Sumatra por Ilha, e não Quersoneso* (Idem, p. 14).⁵

Em suma, o problema linguístico suscitado pela atualização das denominações dos Antigos encontrou solução em um pressuposto que seria posteriormente estabilizado na pena de Tomé Correia a partir da *Arte Poética*, de Horácio (PEREIRA, 2008), o que denota um recurso epistemológico pautado na autoridade dos Antigos. Entretanto, este procedimento encontra-se, também, na esteira da experiência portuguesa e permite a superação de alguns erros cometidos pelos geógrafos antigos; vale notar que esta maneira de agir não era acompanhada, necessariamente, de uma conotação positiva. Sobretudo por estar potencialmente atrelada à cobiça. Em suma, não seria equivocado sugerirmos que, moralmente, os portugueses estavam aquém dos antigos quando movidos pela cobiça, assertiva que nos revela, sem dúvida, crítica aguda de nosso humanista aos interesses puramente materiais da expansão marítima:

A qual fica tão vizinha à terra de Malaca (a Ilha Sumatra), que no lugar mais estreito do canal que há entre elas não será mais que até doze léguas, quase na fronteira da cidade Malaca; dali, assim para a parte do Levante como Ponente, vai esta terra da Ilha afastando-se da firme, de maneira que faz estas duas entradas daquele estreito mais largo que no meio. E porém por todo ele tudo são baixos, restingas, ilhetas com canais, os quais errados, se perdem as naus que por ali navegam; e daqui (como atrás dissemos) procedeu, naquele antigo tempo de Ptolomeu e dos outros geógrafos, não ser aquele trânsito navegável como ora é, *porque a cobiça dos homens todos os atalhos busca, ainda que perigosos, para conseguir seu intento* (BARROS, 1777c, p. 506).⁶

Com efeito, atentemos para a particularidade da situação na qual João de Barros faz uso de seu juízo: um momento de reconfiguração de paradigmas, como sugeriu Íris Kantor. Por sua vez, em

seu estudo sobre o pensamento político republicano, John G. A. Pocock atenta para o papel da prudência no âmbito das tomadas de decisão frente a situações *sui generis*. Desse modo, tendo em vista ser a prudência uma virtude que articula a capacidade individual – racional – de julgar e a capacidade de cada indivíduo em fazer uso de toda experiência social acumulada – os costumes e as tradições – (POCOCK, 2008), importa considerar que o juízo de João de Barros também é pautado na prudência. Com isso, ao passo que ela nos remete a um julgamento, trata obrigatoriamente de uma situação presente, coeva, a qual, na esfera cognitiva, será combinada com a tradição. Nessa combinação é que antigo e moderno se articulam e estabelecem uma relação de reciprocidade que dá sentido a cada categoria diante da outra, em que o moderno, mediado pelo cristianismo estoico, é julgado por sua cobiça – ainda que o moderno possa nos remeter, também, aos feitos dos portugueses tidos por João de Barros como notáveis – enquanto o antigo, compreendido como experiência social acumulada, fornece um horizonte paradigmático de atuação que pode ser utilizado como elemento de comparação: embora tenham errado, Ptolomeu e os antigos geógrafos que designaram a Ilha de Sumatra como Quersoneso balizam de modo positivo a novidade da experiência, enquanto o ímpeto de realização movido pela “cobiça” é condenável e não pode servir de referência, nem pautar novas conquistas.

Como observou Jaques Le Goff, a “[...] atuação do antagonismo antigo/moderno é constituída pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado” (LE GOFF, 2003, p. 175). Por isso, longe de ser estanque, essa combinação pode se configurar de maneiras diversas, em que o moderno pode superar o antigo, pois um fato absolutamente novo opera uma necessária reconfiguração dos referenciais, visto que não está inscrito no horizonte de experiências acumuladas. A efetividade histórica figura como clara demonstração de própria ciência moral, na qual a relação dos feitos deve estimular a virtude da prudência (GARIN, 1993). Daí a autonomia do juízo necessário às decisões ímpares e à reconfiguração dos paradigmas. A defesa deste procedimento revolucionário de autonomia intelectual é apresentada por nosso humanista em sua irônica apreciação das murmurações que

fez o povo do reino contra os novos empreendimentos do Infante Dom Henrique, então estimulado pelo descobrimento da Madeira e dos Açores, os mais recentes sucessos de sua empresa:

Certamente nós não sabemos que opinião foi esta do Infante, nem que fruto ele espera deste seu descobrimento, senão perdição de quanta gente vai nos navios, para ficarem muitos órfãos e viúvas no reino, além da despesa de suas fazendas, pois o perigo e o gasto ambos estão manifestos e o proveito tão incerto, como todos sabemos. Porque sempre aí houve reis e príncipes em Espanha desejosos de grandes empresas, e tão cobiçosos de buscar e descobrir novos estados como o Infante, e não vemos nem lemos em suas crônicas que mandassem descobrir esta terra, tendo-a por tão vizinha. Mas como coisa de que não esperavam honra ou proveito algum deixaram de a descobrir, contentando-se com a terra que ora temos, a qual Deus deu por termo e habitação dos homens; e se alguma houver onde o Infante diz, devemos crer que ele a deixou para pasto dos brutos. Cá, segundo os *antigos* escreveram das partes do Mundo, todos afirmam que esta pela qual o sol anda a que eles chamam tórrida zona, não é habitada. Ora onde o Infante manda descobrir, é já tanto dentro no fervor do sol, que de brancos que os homens são, se lá for algum de nós, ficará (se escapar) tão negro como são os guinéus, vizinhos a esta quentura. Se ao Infante parece que, como ora achou estas duas ilhas que o tem mais elevado neste descobrimento, pode achar outras terras ermas, grossas e férteis, como dizem que elas são, terras e maninhos há no reino para romper e aproveitar sem perigo de mar, nem despesas desordenadas. E mais temos exemplos contrários a esta sua opinião, porque os reis passados deste reino sempre dos reinos alheios para o seu trouxeram gente a este a fazer novas povoações, e ele quer levar os naturais portugueses a povoar terras ermas por tantos perigos de mar, de fome e sede, como vemos que passam os que lá vão (BARROS, 1778, p. 27-38).⁷

A advertência das murmurações é plausível: o próprio João de Barros atentaria para o fato de que as coisas de grande admiração das conquistas do oriente deveriam ser ponderadas “com discurso de prudência”, uma vez que a constante peleja dos expedicionários, seja com inimigos, seja com as forças da natureza, fazia com que sistematicamente se perdesse “uma nobre vila deste reino em substância de fazenda e em nobreza de gente” (BARROS, 1777b, p.152-153). De todo modo, podemos elencar três eixos que a opinião do infante não levou em consideração segundo as murmurações: o primeiro deles é de caráter mais “livresco”, e nos remete à ausência de registros de empreendimentos similares bem sucedidos nas crônicas espanholas, bem como a opinião dos antigos sobre a zona tórrida; o segundo eixo, que abrange questões sociais, políticas e econômicas, remete-nos aos altos custos do empreendimento e às suas implicações na conservação do reino português, no qual existiam, ainda, maninhos a serem rompidos; o terceiro eixo, de caráter religioso, remete-nos à própria ordenação divina do mundo, que destinava uma parte dele para “habitação dos homens” e outra para “pasto dos brutos”. Com efeito, a ironia de João de Barros é evidente, uma vez que ao escrever suas *Décadas*, João de Barros sabia que (ou queria acreditar nisso) os reis portugueses superaram todos os seus antecedentes na Península Ibérica em seus feitos e que a zona tórrida não produzia os efeitos nefastos que se acreditava; sabia também que a construção de um império transcontinental ampliaria a dignidade do reino português e, por fim, sabia que todo o mundo era habitado por homens, muito embora a maioria deles pudessem ser considerados, de fato, bárbaros, brutos e selvagens, mas que a salvação desses brutos era antes um bom motivo para a empresa do que o contrário.

A despeito do fato de que João de Barros chama nossa atenção para as irreparáveis perdas de fazenda e de gente, como um todo, nas *Décadas*, o humanista ocupa-se em mostrar que as murmurações estavam equivocadas, o que denota a efetiva modernidade da decisão do infante, bem como dos feitos portugueses. Não era, portanto, apenas aplicando o moderno ao antigo, ou corrigindo alguns de seus equívocos, que se desenhava a relação entre antigos e modernos. João de Barros mostra-nos que a experiência portuguesa descobriria coisas que, sequer, os antigos tiveram notícias,

tal como se pode notar na representação que o autor nos dá de Dom João II e seu empenho na conquista da África, em que “[...] tão ocupado e solícito o trazia este negócio, principalmente depois que viu e gostou de muitas coisas de que os antigos escritores não tiveram notícia, falando desta parte da África, que não lhe repousava o espírito” (BARROS, 1778, p. 261).

Contudo, o desconhecimento e a falta de notícias por parte dos antigos era um evidente resultado de suas limitações técnicas. João de Barros não deixa de atentar para isso ao tratar do Mar Roxo, onde reprovava “toda outra opinião de gregos e romanos”, uma vez que “[...] não andaram com o astrolábio e sonda na mão por este e por todos os outros mares por que navegamos, como os nossos mareantes tem feito, e aceitamos esta cor vermelha ser por causa do lastro da terra” (BARROS, 1777b, p. 264). Sem dúvida, a percepção dos antigos por meio de “faltas” implica uma conotação defectiva: a falta da sonda e do astrolábio coloca os antigos no plano da inferioridade técnica. Sérgio Buarque de Holanda faz com que notemos que os portugueses inauguraram novos caminhos ao pensamento científico “[...] pelo simples fato de terem desterrado alguns velhos estorvos ao seu progresso” (HOLANDA, 2000, p. 12). Entretanto, as ausências que impediram os antigos de singrar os mares percorridos pelos portugueses não os detravam absolutamente, uma vez que, embora não tenha tido oportunidade, os antigos teriam desejado saber a respeito das descobertas lusitanas:

Toda a terra que contamos por reino de Sofala, é uma grande região que senhoreia um príncipe gentio chamado Benomotapa, a qual abraçam em modo de ilha dois braços de um rio que procede do mais notável lago que toda a terra da África tem, *muito desejado de saber dos antigos*, escritores, por ser a cabeça escondida do ilustre Nilo, donde também procede o nosso Zaire, que corre pelo reino de Congo (BARROS, 1777, p. 372).⁸

O mistério sobre a nascente do rio Nilo permaneceu no imaginário letrado português ainda no século XVI. É novamente Sérgio Buarque de Holanda quem atenta para a crença de que suas águas

provissem do Paraíso Terreal (HOLANDA, 2000). Por sua vez, a despeito da imprecisão da tese de que a nascente do Rio Nilo fosse o “[...] mais notável lago que toda a terra da África tem [...]”, na pena do humanista, os portugueses podiam saber – ou acreditavam poder saber – com perfeição a respeito daquilo que os antigos gostariam de ter sabido, mas não tiveram oportunidade, ou apenas puderam saber de modo imperfeito e confuso. É ainda nesta chave de leitura que João de Barros escreve sobre a Baía de Bengala, onde os “[...] cabos e ilhas são das mais notáveis partes que a Índia tem, e que antes de nosso descobrimento de alguma maneira eram sabidas e notas aos antigos geógrafos, ainda que por modo confuso” (BARROS, 1777c, p. 154).

Ora de modo confuso, ora como desejo, entre os antigos, o saber e a novidade ocupavam espaço relevante na pena de João de Barros. De fato, como sugere Le Goff, “[...] as sociedades históricas, mesmo que não se tenham apercebido da amplitude das mutações que viviam, experimentaram o sentimento de moderno” (LE GOFF, 2003, p. 176). Sobre o assunto, Luís Filipe Barreto sugere que os antigos são, “[...] no Renascimento, ainda saber, mas já não o saber”. Para ele, uma característica do conceito de antigos é o “peso do horizonte informativo”, em que a herança é um “horizonte de dados” (BARRETO, 1986, p. 88-89). Em suma, anota o autor:

A aceitação da herança passa, contudo, na lógica textual do renascentista, por um processo de encenação. O pólo da aceitação inscreve-se bem mais silenciosamente que o da rejeição. O renascentista aceita mais do que rejeita, no entanto, coloca sempre a aceitação na penumbra ou na sombra do plano textual guardando as luzes da ribalta para a rejeição (BARRETO, 1986, p. 89).

Sem dúvida, é possível atrelar a tese de que “[...] o renascentista aceita mais do que rejeita [...]” (Idem) a herança da Antiguidade, à ideia de que ao menos existira uma vontade de saber e que isto, por si, era uma virtude dos antigos. Ainda que o distanciamento em relação aos antigos fosse um fato, tal como apontamos oportunamente, havia uma pretensa continuidade entre os antigos e os

modernos portugueses. Em síntese, supunha-se uma linearidade histórica em que os portugueses tiveram seus méritos ao lado dos romanos, fato evidente na pena de João de Barros ao longo da apresentação do projeto de sua milícia, que haveria de começar no “[...] tempo que os romanos conquistaram Espanha, na qual guerra os portugueses por feitos ilustres tiveram grande nome acerca deles” (BARROS, 1778, p. 13). De todo modo, os méritos portugueses estariam ao alcance de homens e não de heróis fabulosos. Com isso, ao passo que se restringia o crível, ampliava-se o cognoscível. Exemplo notório está no padrão encomendado por Dom Lourenço, no intuito de registrar o descobrimento de Malaca. Assim, enquanto eram verdadeiros os feitos portugueses, os dos gregos pareciam excessivamente fabulosos:

[...] e Gonçalo Gonçalves, que era o pedreiro da obra, ainda que não fosse Hércules para se gloriar dos padrões de seu descobrimento, eram estes em parte de tanto louvor, que pôs o seu nome ao pé dele, e assim *fica Gonçalo Gonçalves mais verdadeiramente por pedreiro daquela coluna do que Hércules é autor de muitas que lhe os gregos dão em suas escrituras* (BARROS, 1777, p. 426).⁹

Com efeito, François Hartog lembra-nos que entre os latinos, desde Estrabão, as colunas de Hércules – ou Héracles – eram tidas como o início da Europa (HARTOG, 2003), o que nos leva a considerar que o papel histórico concreto atribuído por João de Barros a Gonçalo Gonçalves pode incorporar a noção de “autocriação do homem”, oportunamente sugerida por Agnes Heller, em que o “[...] indivíduo passa a ter a sua própria história de desenvolvimento pessoal, tal como a sociedade adquire também a sua história de desenvolvimento” (HELLER, 1982, p. 9). Definitivamente, os padrões portugueses remetiam a feitos cuja glória superava aos gregos em suas curtas e seguras navegações “[...] como é de Grécia ao Rio Faso, sempre a vista da terra, jantando em um porto e ceando em outro” (BARROS, 1778, p. 360). A gente portuguesa navegaria por tantas mil léguas à vista de mouros e de tantos pagãos que viriam “[...] a ser antípodas de sua própria pátria, coisa tão nova e

maravilhosa na opinião das gentes, que até doutos e graves barões em suas escrituras puseram em dúvida de os haver” (BARROS, 1778, p. 361). Daí a demanda de Dom Manuel em fundar um templo que correspondesse à mais notável obra jamais vista “[...] pois por ela o Mundo foi estimado em mais do que se dele cuidava antes que descobrissemos esta sua tão grande parte” (BARROS, 1778, p. 374). Tal obra haveria de ficar em lugar de evidência e prestar homenagem à mãe de Deus:

E como o lugar de Rastelo é o mais célebre e ilustre que este reino de Portugal tem, por ser nos arrabaldes de Lisboa, monarca desta oriental conquista e porta por onde haviam de entrar neste reino os triunfos dela, nesta entrada convinha ser feito, *não um pórtico de pompa humana, nem um templo a Júpiter Protetor*, como os romanos tinham em Roma no tempo de seu império, a que ofereciam as insígnias de suas vitórias, *mas um templo dedicado àquele vivo e divino templo que é a Madre de Deus* da vocação de Belém (BARROS, 1778, p. 374-375).¹⁰

Um templo à mãe de Deus e não um templo a Júpiter, uma divindade pagã, sobretudo em face da qualidade dos feitos, admiráveis não apenas pela contenda com homens de diferentes nações e seitas, mas também pela superação das forças da natureza, em que a emulação com os feitos dos antigos e de outras nações europeias é evidente:

Porque, *se lemos guerras de persas, gregos, romanos ou de outras nações desta nossa Europa, nas quais houve grandes perigos* no rompimento de exército com exército, trabalhos de fome e sede e vigília, na continuação de algum comprido cerco, frio e ardor do Sol na variação dos tempos e climas, grandes enfermidades por corrupção dos ares ou mantimentos e outros mil gêneros de acidentes que chegam a estado da morte, *todos estes perigos e trabalhos passa a nossa gente portuguesa em suas navegações e conquistas* (BARROS, 1777b, p. 143).¹¹

Sem dúvida, o custo social do empreendimento foi uma questão problemática, principalmente em vista de suas implicações na conservação do reino português. Com efeito, Michel Senellart, atento às questões que envolvem o ofício do príncipe, observou que seus feitos devem ser orientados pela boa condução dos homens, tendo em vista o interesse comum e a conservação do estado. Em síntese, para Senellart, o interesse público e a conservação do estado são homogêneos à própria noção de justiça, motor fundamental das ações do príncipe (SENELLART, 2006). Diante disso, a despeito dos custos sociais, para João de Barros, os proveitos e as rendas obtidas com os descobrimentos e a construção de um império transcontinental alçaria o reino português ao mesmo patamar de outras gloriosas nações europeias. Diante disso, vale notar que a produção historiográfica de João de Barros denota todo o engajamento de um cortesão atento à celebração dos acontecimentos, de modo que a legitimidade do poder régio não seja abalada.

Historiografia de corte e vicissitudes épicas

Assim como, em Portugal, o movimento humanista foi marcado pela influência do humanismo italiano, em um primeiro momento, e pela influência do humanismo norte-europeu, em um segundo momento, é digna de nota, ainda, a presença de um elemento que marcaria a prática historiográfica das cortes em toda a Europa – inclusive no reino luso –, definido a partir das reflexões acerca da escrita da história presente nos primeiros humanistas historiadores da corte aragonesa de Nápoles. Em suma, esta reflexão metodológica é marcada pela consciência do papel político que a escrita da história possui, em igualar os feitos contemporâneos às vicissitudes épicas do mundo clássico (ALBANESE, 2009).

Segundo Gabriella Albanese, somente “o primado da retórica como ciência da persuasão oculta” pôde “[...] sancionar o nascimento de uma historiografia que fosse a expressão das instituições oficiais do Estado” (ALBANESE, 2009, p. 294). Para a autora, pautada na mais recente crítica historiográfica, a historiografia humanista caracteriza-se “[...] pela celebração do principado como projeto ético-estético

compartilhado por intelectuais *engagés*” (Idem). Nesse sentido, vale lembrar que João de Barros foi um historiador francamente comprometido com o governo de Dom João III, tendo ocupado cargos importantes, como o de tesoureiro do dinheiro da Casa da Índia, o de tesoureiro da Casa da Mina e o de tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, cargos em que só deveria prestar conta de seus atos diretamente ao rei, fato que denota proximidade e lealdade ao monarca.

Com efeito, para Albanese, a proclamação da equidade entre os fatos da Antiguidade e os fatos contemporâneos pode ser compreendida como uma “declaração geral e completa dos desígnios de toda historiografia das cortes renascentistas”, ou ainda:

[...] um verdadeiro e apropriado programa de escrita histórica tendo em mira enfocar privilegiadamente a valia testemunhal do historiador para a posteridade, segundo as indicações ciceronianas, e o seu papel de co gestor da política dos senhores, príncipes e reis por meio da obra historiográfica, graças ao empenho em reconhecer plena dignidade da valia dos ‘facta nova ac recentiora’, pelo menos igual ao da dos ‘facta antiqua’ (ALBANESE, 2009, p. 310).

Assim, ao passo que, por um lado, João de Barros chamava a atenção para as irreparáveis perdas humanas que os empreendimentos marítimos traziam consigo, por outro, iguala os feitos portugueses aos de outras nações, sobretudo aos daquelas que apresentam estreita relação com os antigos, em que se encontram os exemplos mais notórios da boa condução dos homens voltada aos interesses públicos e à conservação do estado. Em suma, o moderno seria sistematicamente exaltado através do antigo. É sob esta chave de leitura que podemos compreender o pronunciamento de Dom Manuel em Montemor-o-Novo diante de Vasco da Gama e ou outros capitães que o acompanhariam à Índia:

Porque, se da costa da Etiópia, que quase de caminho é descoberta, este meu reino tem adquirido novos títulos, novos proveitos e renda, que se pode esperar, indo mais adiante com este descobrimento, senão pudéramos *conseguir aquelas orientais riquezas tão celebradas dos antigos escritores,*

parte das quais pelo comércio tem feito tamanhas potências, como são Veneza, Gênova, Florença e outras grandes comunidades de Itália? (BARROS, 1778, p. 273).¹²

Alcançar a riqueza celebrada pelos antigos. Ainda que a cobiça fosse um problema concreto apontado por João de Barros, a busca de riquezas não macula as glórias do príncipe. Pelo contrário, serve de estímulo aos feitos, sobretudo para uma aristocracia atenta à sua carreira e às suas mercês. Esta é uma perspectiva que ganha sentido quando consideramos, por exemplo, a celebração dos feitos de um fidalgo como Diogo Lopes de Sequeira, que toma “[...] posse daquela riquíssima Malaca, situada na Áurea Quersoneso, terra tão celebrada dos antigos geógrafos” (BARROS, 1777a, p. 572). Com efeito, o esplendor comercial de Malaca ganhou contornos na pena de João de Barros. Segundo Sanjay Subrahmanyam, por volta de 1500, a cidade “[...] era um dos nós principais do comércio marítimo asiático, articulado com a China e a Insulíndia Oriental, mas também com a Índia, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho” (SUBRAHMANYAM, 1995, p. 19). Por sua vez, detido sobre o *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, de Duarte Barbosa, José Carlos Vilardaga faz notar que a cidade de Malaca figura ao longo das descrições a respeito da acessibilidade às rotas comerciais locais (VILARDAGA, 2010). Assim, a compreensão da dinâmica do comércio local definia a prioridade das investidas portuguesas, daí a atenção dispensada por nosso historiador quinhentista ao assunto, que julgava ter Malaca alcançado o epíteto de áurea, “[...] por razão do muito ouro que se traz de Monancabo e Barros, que são duas comarcas onde se ele tira na Ilha de Sumatra” (BARROS, 1777a, p. 3).

Por fim, poder e riqueza não apenas caminhavam juntos, mas também eram orientados por aquilo que fora a Antiguidade. É na busca das riquezas que teriam enobrecido cidades como Veneza, Gênova e Florença, onde encontramos importante elemento de equiparação dos feitos portugueses ao de outras nações, notavelmente daquelas que, por sua história, possuíam laços mais estreitos com os antigos: não apenas por serem responsáveis pelo comércio das riquezas exaltadas pelos antigos – embora, de fato, creio que seja válida a tese de que as atividades comerciais das cidades

italianas tenham “despertado” de um longo torpor a que haviam se entregado após a queda de Roma –, mas principalmente por serem ícones de alguns valores característicos do início da Época Moderna: enquanto Veneza e Gênova foram as mais importantes cidades comerciais ao longo dos séculos XIII, XIV e XV – sendo Veneza, ainda, importante referência política no que tange aos valores de independência e ao autogoverno ao final do século XV –, foi Florença e seu Renascimento quem deu a tônica no âmbito da cultura (BRAUDEL, 1996).

Efetivamente, a pena de João de Barros capta o peso histórico da economia veneziana. Em estudo clássico, Fernand Braudel, detido na formação das economias-mundo europeias, atenta para a superioridade de cidades como Veneza e Gênova no domínio das atividades mercantis do Mediterrâneo com o Levante. Com efeito, Braudel assinala que o pequeno comércio que se instaura desde o século IX entre as pequenas cidades situadas nas costas da Itália e as grandes cidades do Islão e Constantinopla, será responsável pela primazia comercial de Veneza ao final do século XIV, e pela de Gênova em um segundo momento. Contudo, embora cidades como Milão e Florença também tenham acompanhado toda a dinâmica comercial mediterrânica de perto, o caso veneziano é emblemático, uma vez que, desde muito cedo, conseguiu talhar seu império:

[...] modesto em extensão mas de espantosa importância estratégica e mercantil, por causa do seu alinhamento ao longo das rotas do Levante. Um Império disperso que se parece antecipadamente, guardadas as devidas proporções, com o dos portugueses ou dos holandeses, mais tarde, no oceano Índico, segundo o esquema do que os anglo-saxões chamam *trading posts Empire*, uma cadeia de postos mercantis que constituem, todos juntos, uma longa antena capitalista. Um Império ‘à fenícia’, diremos nós (BRAUDEL, 1996, p. 104).

De fato, Braudel nos dá a dimensão do peso econômico de Veneza às vésperas da época de João de Barros, que, provavelmente, compunha o espaço mental do humanista português.

Definitivamente, acredito ser esta reputação de potência comercial que faz eco na pena de nosso humanista: ainda que o “triunfo de Vasco da Gama” tenha deslocado as grandes vias do comércio internacional do Mediterrâneo para o oceano Atlântico, os comerciantes italianos não perderiam seu espaço nesta nova conjuntura, em que assumiriam posições decisivas, tal como ensina-nos, mais uma vez, Fernand Braudel:

Em Lisboa, quando se acaba o século XV, os comerciantes italianos formam uma colônia próspera de que conhecemos todos os grandes nomes. Também é sabido que Cristóvão Colombo ganhou Portugal a serviço dos Centurione, Spinola e di Negro, todos comerciantes genoveses. Os mais ricos desses comerciantes estiveram na origem da economia açucareira da Madeira e participaram, como os Vanni, os Gridetti ou, melhor ainda, os Machione, da equipagem de barcos inteiros, quando da viagem de Pedro Álvares Cabral (1501-03). Alguns desses comerciantes se acharão em seguida do outro lado do Atlântico, no Brasil, onde fizeram descendência. (BRAUDEL, 2007, p. 74).

De todo modo, não podemos perder de vista que tal perspectiva se inscrevia numa concepção de mundo orientada por equivalências entre o moderno e o antigo. E, nesse sentido, interessa atentarmos para a eficiente comparação feita por Braudel entre venezianos e fenícios, tendo em vista que estes últimos podem ser compreendidos como um “esboço de economia-mundo”, segundo o próprio autor. Entretanto, é preciso notar ainda que o declínio dos fenícios foi precedido pela ascensão de Cartago, que aos poucos dominaria a totalidade dos estabelecimentos fenícios. Essa comparação ganha ainda maior relevância quando a percebemos na pena do próprio João de Barros, visto que o historiador quinhentista compara os conflitos inerentes às conquistas portuguesas aos conflitos entre romanos e cartagineses:

E assim estava limpa deles no tempo do Rei Dom João, o primeiro, que desejando ele derramar seu sangue na guerra dos infiéis, por haver a benção de seus avós, esteve determinado de fazer guerra aos mouros do reino de Granada e por alguns inconvenientes de Castela, e assim por maior glória sua, passou além-mar em as partes de África, *onde tomou aquela Metrópole Ceuta, cidade tão cruel competidora de Espanha, como Cartago foi de Itália*; da qual cidade se logo intitulou por senhor, como quem tomava posse daquela parte de África e deixava porta aberta a seus filhos e netos para irem mais avante (BARROS, 1778, p. 10-11).¹³

Enquanto na Antiguidade os italianos encontravam em Cartago seus cruéis competidores, entre os modernos, os ibéricos encontrariam em Ceuta seus grandes inimigos. Como apontamos anteriormente, havia uma pretensa continuidade histórica entre o mundo antigo e os modernos portugueses e, nesse sentido, é importante a consideração segundo a qual o Renascimento “[...] constrói o seu clima epocal a partir duma lógica de afinidades temporais que torna mais presente o passado distante e mais ausente o passado próximo” (BARRETO, 1986, p. 311). Com efeito, é esta perspectiva que orienta a relação entre Roma antiga e Portugal moderno apresentada de formas variadas na pena de João de Barros, para quem a grandeza dos feitos portugueses encontrava equivalência nos dos antigos. Em suma, a exaltação do moderno fundamenta-se na excelência da Antiguidade:

[...] porque não somente tomaram cidades, vilas e lugares, nos principais portos e forças dos reinos de Fez e Marrocos, restituindo à Igreja Romana a jurisdição que naquelas partes tinha perdida depois da perdição de Espanha, como obedientes filhos e primeiros capitães pela fé nestas partes de África, mas ainda foram despregar aquela divina e real bandeira da milícia de Cristo (que eles fundaram por esta guerra dos infiéis) nas partes orientais da Ásia, em meio das infernais mesquitas da Arábia e Pérsia, e de todos os pagodes da gentildade da Índia de aquém e de além do Gange, parte

onde (segundo escritores gregos e latinos) exceto a ilustre Semirames, Baco e o *grande Alexandre*, ninguém ousou cometer (BARROS, 1778, p. 11).¹⁴

Vale notar que a comparação com Alexandre O Grande prolonga a lógica de afinidades temporais para o âmbito de um ideal heroico reivindicado por João de Barros para a dinastia de Avis. Com efeito, segundo Anthony Pagden, durante séculos, Alexandre foi considerado o arquétipo do construtor de impérios por ter sido o primeiro grande imperador do ocidente: entre 336 a. C. e 323 a. C. seu império teria sido o mais extenso da Antiguidade, assegura-nos o autor. Por sua vez, além de destruir o Império Persa da dinastia Aquemênida, Alexandre conseguiria unir todos os Estados gregos independentes. Todavia, mais do que conquistar, importa notar que sua ambição foi construir um elo entre o ocidente e o oriente, enfim, entre Ásia e Europa, ou seja, helenos e bárbaros (PAGDEN, 2002).

Ora, em sua figuração do príncipe ideal, Baldassare Castiglione também nos remete a Alexandre, pois, segundo ele:

[...] não contente com a fama merecidamente conquistada por ter dominado o mundo com as armas, edificou Alexandria no Egito, Bucefália na Índia e outras cidades noutros países; e pensou dar forma de homem ao monte Atos, construindo-lhe na mão esquerda uma grande cidade e na direita uma grande taça para onde confluíam todos os rios que nele nascem e que dali desembocariam no mar, ideia de fato grande e digna de Alexandre Magno (CASTIGLIONE, 1997, p. 301).

Em síntese, alcançar fama e fundar cidades: eram estas as qualidades que João de Barros atribuía à dinastia de Avis e, também, aos nobres portugueses, sempre em comparação com os antigos, ao tratar da constituição do império português. Sem dúvida, é o caso de nos lembrarmos da convicção humanista de que a obtenção de honra, glória e fama era a meta de todo homem virtuoso (SKINNER, 1996). Com efeito, a superação de uma situação *sui generis*, resultante de um feito histórico singular, exigia da Casa Real portuguesa a manutenção de suas conquistas, principalmente em face

da diversidade de povos doravante integrados como súditos, mas que, entretanto, possuíam grande variedade de crenças e costumes. Tendo em vista que a novidade da situação é correlata à honra do príncipe em conseguir assimilar e contornar as dificuldades que se apresentavam, importa assinalar a perspectiva de Nicolau Maquiavel sobre o assunto. Para o florentino, “[...] nunca coisa nenhuma deu tanta honra a um governante novo como as novas leis e regulamentos que elaborasse”. (MAQUIAVEL, 1996, p. 137). Sem dúvida, assim como João de Barros detinha uma visão positiva da religião dos antigos (MARCOCCI, 2012) em um mundo no qual Maquiavel ensinara a desvincular a prática política do juízo moral cristão, é possível sugerir, também, que o humanista português não fica atrás do pensador italiano no que tange à concepção sobre a honra do príncipe cristão. Na trilha das relações existentes entre João de Barros e Maquiavel, foi Martim de Albuquerque quem nos atentou para a inequívoca recepção das ideias do florentino pelo cronista português no *Panegírico de Dom João III* (ALBUQUERQUE, 2007), ao passo que, mais recentemente, Giuseppe Marcocci anunciou que o panegírico foi a primeira reação europeia conhecida tanto à edição dos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio* quanto à edição de *O Príncipe* (MARCOCCI, 2012).

Definitivamente, a criação de fortalezas e o estabelecimento de uma rede comercial em dimensões globais exigiu paulatina inovação por parte dos Avis: a criação de um império de entrepostos comerciais, como sugerimos com Fernand Braudel. Por sua vez, Anthony Pagden faz com que notemos que a concepção de império é derivada da palavra latina *imperium*, e denota, simultaneamente, tanto o poder supremo do comando bélico quanto o direito do magistrado de impor a lei em diferentes lugares. Em suma, o historiador inglês chama a atenção para o fato de que, em sua acepção original, *imperium* significava soberania. Sentido que se manteria intacto até o século XVIII (PAGDEN, 2002). Ora, se a definição de soberania deve passar pela compreensão histórica da formação do Estado moderno e, concomitantemente, exerceu papel importante na estruturação do ideal de soberano, seria o caso de especularmos sobre a hipótese de que a defesa que João de Barros faz da construção do império Português pode nos remeter a um discreto embate político

interno a respeito da legitimidade da Casa de Avis, uma dinastia relativamente nova.¹⁵ De todo modo, a despeito da especulação, não podemos perder de vista a tese de que as pretensões imperialistas de Portugal pressupunham, também, a configuração da soberania dos reis portugueses no âmbito de uma jurisdição superior que possuísse autoridade junto aos soberanos locais, tal como ensina Luis Filipe F. R. Thomaz (THOMAZ, 2008).

Com efeito, importa considerar que ao início do século XV Portugal era um dos reinos mais pobres da Europa, sendo-lhe sistematicamente negado o acesso às tradicionais reservas de ouro e prata que abasteciam outros países europeus. Além disso, possuía uma capacidade comercial extremamente limitada. Diante disso, a glória de Portugal dependeria não apenas de sua capacidade de explorar os recursos de sua costa atlântica, mas sobretudo de sua experiência marítima. Efetivamente, é digno de nota que ao final do século XVII o império Português se estenderia da África Ocidental até o sul da China e abarcaria, também, a Índia (PAGDEN, 2002). É em vista disso que, nas *Décadas*, a nação de Vasco da Gama pode ser considerada tão gloriosa quanto a romana, tal como podemos verificar no excerto a seguir transcrito:

Por causa do qual, como adiante se dirá, o Rei acrescentou a sua Coroa os títulos que ora tem, de Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. E na satisfação deste grande serviço, mostrou o Rei quanto o estimava, fazendo logo e depois mercê a Vasco da Gama destas coisas: que ele e seus irmãos se chamassem de Dom, e que, no escudo das armas de sua linhagem, acrescentasse uma peça das armas reais deste reino, e o ofício de Almirante dos Mares da Índia, e mais trezentos mil reais de renda; e que em cada um pudesse empregar na Índia duzentos cruzados em mercadorias, os quais regularmente, na especiaria que lhe vem do emprego deles, respondem cá no reino dois contos e oito centos mil reais, e tudo isto de juros, e assim Conde da Vidigueira, correndo depois o tempo, em que as coisas da Índia mostraram ter a grandeza delas maior do que parecia nos primeiros anos. *E se Vasco da*

Gama fora de nação tão gloriosa como eram os romanos, per ventura acrescentara ao apelido da sua linhagem posto que fosse tão nobre como é esta alcunha – da Índia, pois sabemos ser mais gloriosa coisa para insígnias de honra o adquirido que o herdado, e que Scipião mais se gloriava do feito que lhe deu por alcunha, Africano, que do apelido de Cornélio, que era da sua linhagem (BARROS, 1778, p. 371-372).¹⁶

De fato, não havia notícias entre gregos, romanos ou outra nação de feitos equivalentes aos dos portugueses regidos pelos Avis. Para João de Barros, Dom Manuel foi um instrumento por meio do qual Deus abria as portas de um mundo de bárbaros, brutos e inféis, cheio de riquezas que, uma vez alcançadas, estimularia louvores e incentivaria o reconhecimento das virtudes do regente por parte de seus súditos, a despeito de todas as perdas humanas e outros prejuízos. Em suma, para João de Barros, Dom Manuel foi “[...] o mais bem afortunado rei da Cristandade, pois nos primeiros dois anos de seu reinado descobrira maior estado à Coroa deste reino, do que era o património que com ele herdara” (BARROS, 1778, p. 380). Para o humanista, tal façanha era “[...] coisa que Deus não concedera a nenhum príncipe da Espanha, nem a seus antecessores que nisso bem trabalharam no decurso de tantos anos” (Idem), mas, principalmente, era um fato que não “[...] se achava escritura de gregos, romanos, ou de alguma outra nação” (Idem). Efetivamente, é característico na historiografia humanista do alvorecer da Época Moderna a projeção de um império cristão que corresponda a um império passado (GÜNTHER, 2013). Em vista disso, creio que João de Barros dá embasamento suficiente ao humanista espanhol Juan Luís Vives, quando este argumentou que nem os homens do seu tempo eram anões nem os da Antiguidade eram gigantes (LE GOFF, 2003): enfim, homens excepcionais, os portugueses, regidos por um soberano cristão afeito à promoção do bem público, seriam sujeitos no curso de sua própria história. Para o historiador quinhentista, ao fazer o que os próprios antigos fizeram, os portugueses iriam além.

Por fim, na pena de um moralista, sua narrativa histórica haveria de figurar como uma clara demonstração da própria ciência moral. Sem a confirmação da história, o preceito moral incorreria na mais

absoluta vanidade (GARIN, 1993), ao passo que o hiato existente entre a efetividade histórica e os preceitos morais definiria o distanciamento necessário à percepção da noção de moderno. Em suma, efetividade histórica e mediação convergiriam para o plano político, espaço de embates e definição de posições que se desenham a partir do estreito vínculo estabelecido entre antigos e modernos.

Considerações finais

Em suas *Décadas da Ásia*, é notório o esforço de João de Barros em contrapor os exemplos, as experiências e as instituições da Antiguidade, aos exemplos, às experiências e às instituições portuguesas de sua época, para, a partir daí, perceber as configurações de seu próprio mundo. Sem dúvida, essa percepção do humanista português extrapola sua especificidade e pode ser considerada uma das mais notórias evidências do pensamento histórico e da prática historiográfica da Época Moderna. Com efeito, este procedimento permite a atualização e a apropriação de tradições intelectuais que possibilitam sistemáticas e eficientes comparações diante de uma necessária autonomia do juízo em face de tomadas de decisões ímpares.

No caso de Portugal, essas decisões definem-se no âmbito de sua experiência ultramarina. Sem dúvida, a vertente ibérica da querela entre antigos e modernos está atrelada a essa experiência, mas também à demanda de formular um horizonte histórico eficiente para estabelecer comparações, sua intrínseca necessidade de reconfigurar paradigmas e, ainda, à Retórica, elemento basilar do aparato historiográfico humanista. Além disso, a concepção de um mundo orientado por equivalências entre antigos e modernos, associada à consciência do papel político que a escrita da história possuía em igualar os feitos contemporâneos às vicissitudes épicas do mundo clássico, permitiria a formulação de uma continuidade artificial entre os antigos e os modernos portugueses, onde estes alcançavam méritos de magnitude similar, o que permitia a projeção de um império cristão correspondente a um império passado. Por fim, era na tessitura da relação entre antigos e modernos que se assentava, ainda, a legitimidade de um soberano afeito à promoção do bem público.

HISTORY AND MORAL SCIENCE IN *DÉCADAS* BY JOÃO DE BARROS: THE RELATIONSHIP BETWEEN ANCIENTS AND MODERNS

Abstract: The purpose of this article is to revisit the dispute between Ancients and Moderns in the book *Décadas da Ásia* written by João de Barros. Published between the years 1552 and 1563, this work can be defined as the most notorious attempt to set a global direction for the phenomenon of the Portuguese maritime discoveries. However, when addressing the origins and maturation process of maritime expansion in Portugal, the *Décadas da Ásia* brings the early part of the Iberian clash between Ancients and Moderns. Thus, our interest is to recover this struggle within the relationship that João de Barros establishing between Ancients and Moderns, as a presupposition of historical thought in the early Modern Era.

Keywords: History of historiography. Humanism. João de Barros. Ancients and Moderns. Portugal.

Notas

¹ Segundo António Rosa Mendes, a “geração de Quinhentos” compreende, sobretudo, nomes como André de Resende, Dom João de Castro, Garcia de Orta, Pedro Nunes, Damião de Góis, André de Gouveia, o próprio Dom João III e o “decano” João de Barros.

² Agradeço esta observação a Maria Lêda Oliveira.

³ As informações das *Décadas* referem-se invariavelmente às edições de 1777 e 1778 que constam arroladas nas referências ao final do artigo. Nas transcrições optamos pela atualização da grafia, uma vez que, para nosso propósito, o valor semântico das palavras não fica comprometido.

⁴ O grifo é meu.

⁵ O grifo é meu.

⁶ O grifo é meu.

⁷ O grifo é meu.

⁸ O grifo é meu.

⁹ O grifo é meu.

¹⁰ O grifo é meu.

¹¹ O grifo é meu.

¹² O grifo é meu.

¹³ O grifo é meu.

¹⁴ O grifo é meu.

¹⁵ A especulação está calcada em nossa leitura da bibliografia: tendo como ponto de partida a *Crônica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos Alves sugerem que a primeira fase da expansão portuguesa, ao contar com o beneplácito pontifício das bulas papais, almejava “a um tempo a *pacificação social do reino* e sua promoção aos olhos da Europa”. Além disso, os autores atentam também para o empenho de Zurara em “*conseguir os efeitos que cobrem de honra e de valor o conjunto da geração de Avis*”. Em suma, filho de Dom João I, fundador da Dinastia de Avis, o infante Dom Henrique é sobrevalorado na perspectiva de Thomaz e Santos (THOMAZ; ALVES, 1991, p. 85-86. O grifo é meu). Nesse sentido, é significativo o papel histórico atribuído ao infante como precursor das grandes navegações: para Luís Filipe Barreto, por exemplo, “[...] o *objeto e objetivo essencial de Zurara é o Infante enquanto causa fazedora próxima da apropriação da Guiné. O Infante é o motor da nova historicidade e destino de Portugal*” (BARRETO, 1983, p. 71). O próprio João de Barros entende o infante Dom Henrique como o verdadeiro iniciador de “[...] *tão ilustre empresa, como foi o descobrimento e conquista que deu fundamento a esta nossa Ásia*” (BARROS, 1778, p. 15). Por fim, importa recuperarmos o que escreveu Maria Helena da Cruz Coelho a respeito da consolidação da Dinastia de Avis: “Dom João I percebe-se de que a consolidação da sua dinastia e a segurança do reino se jogavam não só em terra, mas sobretudo no mar. Em terra, procurou contrabalançar o poderio castelhano por entre guerras e acordos de paz que outras ameaças laterais a Castela, como o reino de Aragão e o de Granada, ajudariam a concretizar. *No mar apostou numa estratégia mais envolvente de defesa e expansão do reino, como resolução das suas crises internas e externas*”. (COELHO, 1998. p. 131. O grifo é meu). Deixo aqui meu agradecimento à generosidade de Fernando Altoé, que me cedeu parte das transcrições.

¹⁶ O grifo é meu.

Referências

ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão. In: PIRES, Francisco Muraria (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007.

BARRETO, Luís Filipe. A Ásia na cultura portuguesa (c. 1485—c. 1630)”. In: CUNHA, Mafalda Soares et al. *Os construtores do Oriente Português*. Porto: Edifício da Alfândega: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses: Câmara Municipal do Porto, 1998.

_____. *Caminhos do saber no Renascimento português*. Estudos de história e teoria da cultura. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

_____. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

BARRETO, Vicente de Paulo; CULLETON, Alfredo (Coord.). *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

BARROS, João de. *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*. Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente. Decada Primeira. Parte Primeira. Nova Edição oferecida a sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelíssima. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1778.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Primeira. Parte Segunda. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Segunda. Parte Primeira. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777a.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Segunda. Parte Segunda. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777b.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Terceira. Parte Primeira. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777c.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Terceira. Parte Segunda. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777d.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *O modelo italiano*. Tradução de Franklin de Mattos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. As fontes de Duarte Pacheco Pereira no ‘Esmeraldo de Situ Orbis’. In: *Coleção da Revista de História* (PAULA, E. Simões de. (Dir.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1967.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. Tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal*. Do humanismo ao Neclassicismo. Coimbra: Atlantida, 1973.

COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria*: Sobre o percurso e obra de João de Barros. Alfragide: Editora Caminho, 1992.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Na Barca da conquista, o Portugal que se fez caravela e nau. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. Tradução de Jorge Rueda de La Serna. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

ELLIOTT, J. H. *O velho mundo e o novo 1492-1650*. Tradução de Maria Lucília Filipe. Lisboa: Quercó, 1984.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI*: a religião de Rabelais. Tradução de Maria Lúcia Machado. Tradução dos trechos em latim de José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FUMAROLI, Marc. *La Querelle des Anciens et des Modernes*. XVII^e-XIII^e siècles. Paris: Gallimard, 2001.

GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano*. Filosofia e vita civile nel Rinascimento. Roma: Editori Laterza, 1993.

GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Idade Moderna. In: KOSELLECK Reinhardt et alii. *O conceito de História*. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaad, 2005.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução de Sonia Lacerda et alii. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Tradução de Óscar Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

KANTOR, Íris. Antigos e Modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasileira, cronografias e representações do passado (1720-1724). In: PIREZ,

Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos*: diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Escritos Políticos. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos*. Visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império*. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MENDES, António Rosa. A vida cultural. In: MATTOSO, José. (Dir.). MAGALHÃES, Joaquim R. (Coord.) *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

PAGDEN, Anthony. *Povos e impérios*: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade. Tradução de Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. Antigos e Modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do séc. XVI. *Península*. Revista de Estudos Ibéricos. n. 5, p. 93-101, 2008.

POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Tradução de Marta Vázquez-Pimentel y Eloy García. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

RÉVAH, Israel Salvador. 'Antiquité et christianisme', 'anciens et modernes' dans l'oeuvre de João de Barros. In: *Revue philosophique de la France et de l'étranger*. n. 92, Paris, 1967. p. 165-185.

SCHULZE, Hagen. *État et nation dans l'Histoire de l'Europe*. Traduit par Denis-Armand Canal. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar*: do *regimen* medieval ao conceito de governo. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português 1500-1700*. Uma história Política e Econômica. Tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel, 1995.

THOMAZ, Luís Filipe F. R.; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Org.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. A ideia imperial manuelina. In: DORÉ, Andréa Carla et alii (Org.). *Facetas do império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/Brasília: Capes, 2008.

VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554)*. São Paulo: Annablume, 2010.

Recebido em: 19/11/2013.

Aprovado em: 26/03/2014.

Artigos

Das letras às virtudes: os jesuítas e a conformação do bom governo no México (séculos XVI-XVII)*

Anderson Roberti dos Reis**

Resumo: Duas características, entre outras, marcaram as missões jesuíticas na Nova Espanha e, sobretudo, no México, entre os séculos XVI e XVII. A primeira dizia respeito à dedicação dos inicianos às tarefas educativas na capital e, por conseguinte, à sua relação com os grupos letrados que se formaram durante o período colonial. A segunda referia-se à influência e participação dos padres na formação da sociedade nos assuntos ligados ao governo do vice-reino. Para além da interpretação segundo a qual os jesuítas teriam formado a elite política *criolla*, que ocuparia os principais cargos administrativos e eclesiásticos, este artigo pretende estabelecer uma relação entre o ensino ministrado pela Companhia de Jesus no México, e notadamente as matérias constantes das *clases inferiores*, e a conformação de uma noção de *bom governo*. Para tanto, perseguimos nos documentos institucionais da Ordem e no conjunto epistolar relativo à Província Mexicana os laços que interligavam a formação literária dispensada aos jovens *mexicanos* ao cultivo das virtudes – consideradas as peças centrais do bom governo.

Palavras-chave: Jesuítas. Educação. Bom governo. Retórica. Nova Espanha.

* Este artigo é uma versão modificada e ampliada de um trecho do quinto capítulo de minha tese de doutorado (A Companhia de Jesus no México: educação, bom governo e grupos letrados. Séculos XVI-XVII), defendida na Universidade de São Paulo em 2012, sob a orientação da Profa. Dra. Janice Theodoro. Esta pesquisa contou com financiamento parcial da FAPESP, a quem agradecemos.

** Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: dosreiss@gmail.com.

Introdução

Um aspecto tornou singulares as missões jesuíticas no México, pelo menos durante as três décadas que se seguiram à sua chegada à capital do vice-reino, em 1572. Tratava-se, se assim podemos enunciá-lo, do público-alvo para o qual os padres voltaram suas atenções. Se as demais ordens religiosas, assentadas na cidade havia meio século, tinham zelado pela salvação das almas indígenas, quase sempre inconstantes (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 181 e ss.), os inicianos dedicaram seus esforços, dia e noite, aos adolescentes e jovens crioulos. Além da catequese propriamente dita, os jesuítas enfrentaram o desafio que até então não havia sido sobrepujado: educar os filhos dos espanhóis, que estavam no México para cumprir a missão maior da Coroa: colonizar o Novo Mundo e cristianizar os gentios daquelas paragens. Um cronista da Ordem escreveu no início do século XVII que, assim, seus irmãos preenchiam o vazio deixado pelas outras ordens religiosas (SÁNCHEZ BAQUERO, 1945, p. 42-43), franciscanos e dominicanos principalmente, resgatando da vida ociosa e repleta de vícios aquela juventude que haveria de se integrar e conduzir a sociedade que então se organizava.

Eis uma imagem feita cuja circulação teve grande fortuna entre os historiadores (profissionais, ou não) que examinaram o período colonial da América ibérica: os jesuítas, a exemplo de sua trajetória na Europa, tomaram para si a educação dos crioulos (no caso europeu: dos filhos das elites políticas e econômicas), aproximando-se, portanto, dos grupos abastados e letrados da sociedade que seriam responsáveis por exercer as principais funções administrativas do vice-reino. Nas palavras do ensaísta Ángel Rama (1985, p. 41), para tomar um exemplo, os jesuítas teriam educado os segmentos que deveriam dar continuidade ao “sistema ordenado” da Monarquia no Novo Mundo. E esse seria o aspecto que explicaria primordialmente a influência, sobretudo política, da Companhia de Jesus no México por quase duzentos anos – elemento que, quando analisado isoladamente à luz das críticas “esclarecidas” à Ordem e da expulsão dos padres no século XVIII, parece se revestir de verdade absoluta suficiente para cobrir todo o período colonial.

Afinal de contas, expulsar da América os jesuítas e negociar com o papa a extinção de sua Ordem significava, para a Coroa espanhola governada pela dinastia dos Bourbon, golpear duramente uma das instituições mais poderosas, que mais ameaçavam o enquadramento dos grupos crioulos às novas políticas da Monarquia.

Tal avaliação, se correta, pode muito bem ser aplicada às tensões que atravessaram os longos governos de Felipe V e de Carlos III, em meados do século XVIII. Porém, e este é o exercício que gostaríamos de fazer aqui, para os dois séculos anteriores, queremos pensar a influência dos jesuítas sob outros critérios. Em vez de nos basearmos na imagem feita, de uma Ordem religiosa que educou os crioulos para que ocupassem os postos administrativos no vice-reino a fim de consolidar uma ordem política estabelecida por Castela, desejamos recuar um passo e compreender os fundamentos do ensino jesuítico e suas próprias finalidades, para então pensar, valendo-nos dessas percepções, quais poderiam ter sido as influências daqueles padres para além das imagens feitas. Isto é: a proposta é entender o que significava ensinar aquilo que era previsto no *currículum*, e com métodos específicos, no universo hispano-americano da segunda metade do século XVI e início do XVII.

A hipótese que orienta esse exercício se apoia nas percepções acerca da dimensão política e, mais especificamente, dos aspectos constitutivos de certa ideia de governo. O caminho parece ser este: se queremos avaliar as influências dos jesuítas na administração política do vice-reino, devemos pensar sua atuação *conforme* a cultura política de seu tempo. Assim, nossa hipótese é que o cerne da influência jesuítica – da educação jesuítica, sejamos claros – no âmbito político novo-hispânico decorre da contribuição daqueles padres para a conformação do *bom governo* por meio do ensino das letras. Ou seja, em vez de pensar a educação como *meio* para alcançar um fim específico – a manutenção da ordem imposta pela Monarquia –, queremos inscrevê-la na lógica do bom governo: a educação (literária) entendida como a forja encarregada de moldar homens virtuosos, que, em conjunto, seriam responsáveis pelo governo do reino – ou melhor, acompanhando o vocabulário dos próprios jesuítas, pelo governo das repúblicas de índios e de espanhóis. Nesse caso, tanto o ensino

ministrado pela Companhia de Jesus como a ideia de governo não seriam *meios* para se chegar a um estágio tautológico do poder por ele mesmo.

Essa proposição não se sustenta numa utopia a respeito da ação missionária ou numa espécie de fantasia aristocrática. Ela se fundamenta na reflexão sobre as tensões entre as ideias de governo (*regimen*) e estado, ou razão de estado, durante os séculos XVI e XVII. Foi Michel Senellart quem, mais recentemente, levantou essa questão de modo enfático em seu livro *As artes de governar* (2006), cuja primeira edição em francês é de 1995. Tomando como ponto de partida as análises elaboradas por Michel Foucault em seus cursos no Collège de France durante a segunda metade dos anos 1970 – a saber: *Em defesa da sociedade. Cursos de 1975-1976* (2010), *Segurança, Território, População. Cursos de 1977-1978* (2008b) e *Nascimento da Biopolítica. Cursos de 1978-1979* (2008a) –, Senellart põe à prova as hipóteses foucaultianas sobre a concorrência entre razão governamental e governamentalidade para afirmar que no século XVI as artes de governar, a despeito do Príncipe maquiaveliano, não haviam sucumbido por completo. Três anos antes de Michel Senellart recuperar o fôlego dos cursos de Foucault, alguns dos quais ele mesmo se encarregaria de publicar na década seguinte, o historiador italiano Maurizio Viroli, trilhando as sendas metodológicas e teóricas formuladas por Quentin Skinner, publicava seu *From politics to reason of state* (2009), no qual argumentava que, do século XIII ao século XVII, ocorrera uma mudança na linguagem política que assinalava a passagem (e a concorrência) de uma ideia (e de suas práticas correlatas) de política associada ao bom governo (“a” Política) à outra, ligada à razão de estado.

Longe de querer examinar detidamente esses e outros autores¹, é nosso intuito apenas apontar para o espectro mais amplo do qual se origina nossa hipótese. De modo mais claro: se o princípio da razão de estado, e portanto toda a lógica da manutenção do poder, não prevalece sobre as “artes de governar” no século XVI, no caso de darmos crédito a nossos autores, por que deveríamos partir de uma premissa diferente da que sugere que a educação jesuítica, tributária da tradição escolástica e humanista predominante na península itálica entre os séculos XIII e XVI, inscrever-se-ia nos quadros do bom governo? Se quisermos alterar a pergunta, e torná-la mais

próxima do contexto que nos interessa, podemos enunciá-la assim: por que partir da proposição que o ensino ofertado pelos padres no México servia mais para a manutenção do “sistema ordenado” da Monarquia castelhana do que para a formação de homens virtuosos responsáveis pelo governo das repúblicas?

As perguntas e as hipóteses estão lançadas. Para responder aquelas com base nos caminhos sugeridos por estas, organizamos o presente texto em três partes. Na primeira, investigamos as relações gerais entre letras e virtudes na tradição partilhada pelos jesuítas no século XVI. Em seguida, estendemos tal análise para o par “educação literária-bom governo”, percorrendo os documentos produzidos pelos inicianos em busca dos elos que podem unir esses dois termos. Na terceira parte, à qual acompanha um encerramento, esmiuçamos os chamados “estudos inferiores” (ou *clases inferiores*), compostos por gramática, humanidades e retórica, a fim de explicitar a relação entre o ensino dessas matérias e conformação do bom governo no México.

Letras e virtudes

A tradição humanista consagrou a ideia de que as letras são as artes que corrigem e aperfeiçoam a natureza. Nesse argumento, apropriado pelo programa educativo da Companhia de Jesus, estava implícito o pressuposto aristotélico expresso no segundo livro da *Ética a Nicômaco* de que as virtudes intelectuais e morais não surgem em nós por natureza. Aquelas nascem por meio do ensino, por isso necessitam de tempo e experiência; e estas brotam pelos hábitos. Assim, os homens adquirem as virtudes:

[...] pelo exercício, como também sucede com as artes. Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo; por exemplo, os homens tornam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tangendo esse instrumento. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, e assim com a temperança, a bravura, etc. (ARISTÓTELES, 1987, p. 27)

Como se sabe, essa concepção geral da virtude fundamentou - o “projeto” de educação humanista – e notadamente o dos “humanistas do norte”, como foram denominados pelo historiador Quentin Skinner (2006) os que não tinham origem na península Itálica –, assentado nos *studia humanitatis*, o programa que abrangia o ensino de gramática, retórica, história, poesia e filosofia moral baseado na tradição clássica grega e romana.

De maneira geral, acreditava-se que havia uma estreita relação entre *litterae et virtus*, e entre as palavras e aquilo que elas expressavam e representavam. Valendo-se dessa perspectiva, por exemplo, enfatizava-se a capacidade singular dos homens de falar e, pois, de organizar-se em comunidade, conforme lia-se na *Política* (1999), de Aristóteles, e depois no primeiro capítulo do livro I do *De regno* (2004), de Tomás de Aquino: está na capacidade de falar a razão do poder político, já que os homens são os únicos que podem expor, por meio das palavras, o que é conveniente e inconveniente, o que é justo e injusto e, assim, expressar sua percepção do bem, do mal, da justiça e da injustiça, a fim de buscar as melhores condições para a vida em comum. No livro I da *Política* (1999, p. 146), lemos o seguinte:

Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político. [...] A natureza, como se afirma frequentemente, não faz nada em vão, e o homem é o único animal que tem o dom da palavra. E mesmo que a mera voz sirva para nada mais do que uma indicação de prazer ou de dor, e seja encontrada em outros animais (uma vez que a natureza deles inclui apenas a percepção de prazer e de dor, a relação entre elas e não mais do que isso), o poder de palavra tende a expor o conveniente e o inconveniente, assim como o justo e o injusto. Essa é uma característica do ser humano, o único a ter noção do bem e do mal, da justiça e da injustiça. E é a associação de seres que têm uma opinião comum acerca desses assuntos que faz uma família ou uma cidade.

Essa mesma percepção, de matriz grega, perpassou o contexto romano – sobretudo nos textos de Cícero e Quintiliano², que foram amplamente lidos, relidos e estudados entre os séculos XIV e XVI por humanistas, filósofos, teólogos, moralistas e padres – e chegou até o ambiente hispano-americano do século XVI. Exemplo de apropriação da premissa greco-latina encontra-se na obra do jesuíta José de Acosta, que esteve no Peru e no México no final dos Quinhentos. Esse religioso reafirma o postulado da palavra como expressão da racionalidade interna na conhecida classificação dos bárbaros em sua obra *De Procuranda Indorum Salute*, de 1576, e no quarto capítulo do sexto livro de sua *Historia Natural y Moral de las Indias*, de 1590, em que o padre faz ilações sobre a organização dos indígenas com base no domínio que os nativos tinham das letras e da escrita.

Essas observações servem menos para esboçar uma história da epistemologia ou das relações entre linguagem e pensamento, e mais para fixar um ponto que nos parece importante: as letras, bem como seus correlatos – as linguagens escrita e falada, os impressos, a educação de maneira geral etc. –, não se dissociavam de uma dimensão política e ética. Pelo contrário, o domínio das letras, em sentido lato, permitiria ao indivíduo organizar e expressar corretamente seu pensamento e, ao mesmo tempo, corrigir seus vícios e defeitos. Desse modo, tal indivíduo poderia tanto participar da vida em comunidade (“ensinando, aprendendo, comunicando, discutindo e julgando...”) como aprimorar-se internamente a fim de se tornar mais virtuoso. Como bem lembrou João A. Hansen (2006, p. 148-149), a palavra constituía uma espécie de “foro externo” que deveria refletir o “foro interno”, representado pela consciência, e simultaneamente contribuir para a boa formação deste. Havia, portanto, uma relação de complementaridade entre o binômio “*letras y virtudes*” crucial à compreensão da perspectiva educacional dos jesuítas.

Essa relação entre ambos os termos tomou corpo de diversos modos nas penas de humanistas e tratadistas dos séculos XV e XVI. Os “espelhos de príncipe” – e especialmente aqueles produzidos por autores cristãos para enfrentar o mais famoso *speculum* da história, *O Príncipe*, de Maquiavel³ – desse período são exemplares

nesse sentido, pois fundamentavam-se na ideia de que a boa educação e o correto aconselhamento dados aos governantes eram o melhor caminho para conduzi-los à virtude e, conseqüentemente, ao bom governo de seus Estados. O próprio princípio do espelho, na esteira da parenética à maneira de Sêneca, consiste em permitir ao observador saber o que ele é, mostrando-lhe, em seguida, o que ele deveria ser (SENNELLART, 2006, p. 52). Assim, esse gênero literário articulava alguns elementos centrais da tradição humanista: a educação instilava, por meio das letras, virtudes que seriam o cimento do bom governo, cujo fim era o bem público (SKINNER, 2006, p. 247 e ss.).

Além dos aconselhamentos aos príncipes, a educação destinada à nobreza, aos magistrados e às demais camadas da sociedade era considerada essencial à boa governança de uma república. Tratadistas como Juan Luis de Vives e Erasmo insistiram nos benefícios da educação das crianças e dos jovens, partilhando da mesma lógica dos “espelhos” quanto à relação entre educação, letras e virtudes (traduzidas, muitas vezes, nos “bons modos”). No universo católico e reformado do final do século XVI, o jesuíta espanhol Juan de Mariana, em seu tratado *Del Rey y de la Institución Real*, de 1599, repercutia essas ideias e se perguntava acerca da formação infantil:

¿No hemos de poder esperar que con una educación rígida han de corregirse [las malas inclinaciones] y hasta cambiarse en virtudes? El hierro con el frecuente roce se desgasta y muda el orín en esplendor y en brillo; los cayados de los pastores, rectos por su naturaleza, toman una forma curva merced á los esfuerzos del arte; ¿qué importa que no podamos reformar por completo un carácter, con tal que podamos con la educación atenuar y corregir sus vicios? (MARIANA, 1854, Livro II, 1, p. 497)

Educação literária e bom governo

A noção de bom governo partilhada no universo hispano-americano do século XVI pressupunha, de modo geral, a existência de ações e medidas justas (e, pois, virtuosas) por parte dos monarcas e dos demais “corpos” que integravam o Estado em busca do bem comum (LEMPÉRIÈRE, 2004). Nesse sentido, governar bem deveria necessariamente ser o resultado de uma prática moral – a condução adequada dos homens para um fim conforme sua natureza – orientada para o bem público. Se considerarmos, então, à medida que observamos os traços que delineavam a tradição humanista acima mencionada, que a educação literária era uma das formas de atenuar e corrigir os vícios, e de estimular as virtudes, devemos supor que as letras, o cultivo das virtudes e a ideia da boa governança vinculavam-se de algum modo. A hipótese que perseguimos neste artigo sustenta que a educação oferecida pelos jesuítas constituía o elo entre tais dimensões. Porém, devemos perguntar, de que modo se dava tal amálgama? Como as classes inferiores – às quais se limitou a maioria dos adolescentes e jovens que tomou assento nas instituições educativas da Companhia – poderiam forjar uma ideia de bom governo por meio da educação literária, disseminando valores, normas e práticas capazes de ordenar a sociedade civil que se formava na capital do vice-reino?

Para buscar uma resposta a essa questão, voltemos nossa atenção, ainda que brevemente, à organização geral dos estudos nos colégios jesuítas – e, notadamente, às chamadas classes inferiores. As matérias que integravam o currículo jesuíta nesse nível eram um desdobramento dos *studia humanitatis*, com alguns ajustes. Enquanto estes contemplavam a gramática, a retórica, a história, a poesia e a filosofia moral, o plano da Companhia deixava a filosofia moral para o âmbito das classes superiores – assim como a lógica, a parte do *trivium* medieval não contemplada naquela etapa –, reunindo as demais matérias em três núcleos: gramática, humanidades (poética e história) e retórica. Não se tratava de desvalorizar a lógica ou a filosofia moral, mas apenas de postergar seu ensino (agrupado nos cursos de artes) para a ocasião em que os jovens dominassem as *litterae*. Antes mesmo da sistematização da *Ratio*

Studiorum, as Constituições da Ordem enfatizavam que eram “de muito proveito os estudos humanísticos de várias línguas, a lógica, a filosofia natural e moral, a metafísica, a teologia escolástica e positiva, e a Sagrada Escritura” (COMPANHIA DE JESUS, 2004, IV, 5, 1, p. 125). Mais adiante, aquele texto remarcava:

Tendo em vista que os nossos colégios não devem ajudar a instruir-se nas letras e nos bons costumes só os próprios escolásticos, mas também os de fora, onde convenientemente se puder fazer instituem-se aulas públicas ao menos de estudos humanísticos, e mesmo de estudos superiores, conforme as possibilidades que houver nas regiões onde se encontram tais colégios [...]. (COMPANHIA DE JESUS, 2004, IV, 7, 1, p. 131)

Três aspectos são importantes nesse trecho, porque influenciam significativamente as práticas da Ordem no México. Em primeiro lugar, a aproximação das letras com os bons costumes, o que se tornou praticamente uma tópica na correspondência entre Roma e a América; em seguida, a ênfase na formação dos “de fora”, os alunos externos, como foram chamados na documentação jesuítica da Província Mexicana; por fim, a orientação para que se instituissem *ao menos* as aulas públicas de estudos humanísticos, a pedra angular de todo o edifício. Essas normas gerais, que poderiam e deveriam ser adaptadas às diferentes regiões em que os padres atuassem, regulamentaram a fundação e a organização dos estudos inferiores no México. O primeiro responsável pela composição do curso de latinidades foi o padre italiano Vicente Lanuchi, que chegara àquela província em setembro de 1574. As aulas de gramática ficaram a cargo do Pe. Francisco Sánchez e de outros quatro irmãos, enquanto o próprio Lanuchi encarregou-se das leituras de retórica até 1579 (OSÓRIO ROMERO, 1979, p. 20).

O trabalho de organização iniciado pelo padre Lanuchi e pelos primeiros leitores de latinidades continuou nos anos 1580, sob a coordenação do padre Bernardino de Llanos, um dos mais eminentes compositores desse período (KARNAL, 1998, p. 119 e ss.). Até a sistematização dos estudos nos anos 1590, com a edição

da *Ratio Studiorum*, o método de ensino na Província Mexicana respondia, pelo menos parcialmente, às instruções gerais das Constituições e às orientações expedidas em Roma: cuidar das letras e virtudes, bem como atender aos de fora⁴ *ao menos* com as classes de humanidades. Parcialmente, porque houve dificuldades relativas à uniformização das práticas de ensino, à saúde dos professores e à escassez de livros, gerando muitas vezes críticas entre os próprios padres acerca da qualidade das aulas (OSORIO ROMERO, 1979, p. 45-46). Contudo, um aspecto parecia certo: a necessidade de se vincular as letras às virtudes.

Durante a Primeira Congregação Provincial da Ordem no México, em 1577, o tema veio à tona algumas vezes e, em especial, nos debates sobre a fundação de um colégio em Michoacán. Primeiramente, o provincial Pedro Sánchez questionou se tal medida “convernía a el servicio de N. Señor y bien común desta república” – pergunta para a qual já se sabia a resposta – e depois propôs que a Companhia de Jesus tomasse como modelo o Colégio Romano no que se referia à administração e ao regime. A solução encontrada foi a seguinte:

[...] pero porque [os escolares] no se sujetan tan bien como desea, ni tienen tanta industria, pareció a la congregación que, si en cada collegio biviessé algún Padre con algunos Hermanos, sería el fructo sin comparación maior, así spiritual, letras y moral, como en policía y buen gobierno. (MM, I, 112, p. 307)⁵

Esse trecho é representativo do modo como se concebia a atuação da Ordem nos colégios estabelecidos nas cidades. Na mesma formulação, o redator da ata, o Pe. Pedro Morales, dispôs os termos “bem comum”, “república”, “letras”, “moral”, “policia” e “bom governo” – e tudo isso associado aos frutos *sin comparación* do ensino de letras e da presença de alguns padres ao lado dos estudantes. Na sequência, Morales arrematou o argumento:

[...] que tener los Nuestros a estos estudiantes en custodia y regimiento y ocuparlos en letras y virtudes [...] se evitarían infinitos peccados que en tierra tan aparejada como esta se suele hazer desde la niñez, desde la qual les enseñaría a bivar christianamente y en mucha virtud (MM, I, 112, p. 308).

Nas *Constituciones del Colegio de S. Pedro y S. Pablo*, de 1582, encontramos disposições semelhantes. Naquele documento, escrito provavelmente pelo reitor Pedro Díaz, enfatizava-se que muitos proveitos eram esperados do Colégio do México, como a formação de ministros para os serviços da Igreja e para os ofícios espirituais e temporais. Além disso,

[...] la república [era] mucho honrrada y servida con la tal obra, pues le crían hijos doctos y virtuosos, y es cosa cierta que no ay mayor riqueza en una república, que aver muchas y doctas y buenas personas, aunque todo lo demás faltase; y por el contrario, no ay mayor pobreza en una república que aver falta de tales personas, aunque tenga gran riqueza y prosperidad. (MM, II, 45, p. 112)

Esse fragmento é lapidar porque evidencia a percepção que se tinha das razões que justificavam a criação dos colégios e das escolas. A ordem era a seguinte: educar os *hijos* significava torná-los *doctos y virtuosos* e, pois, personas *doctas y buenas*, fundamento de uma boa república, que seria rica – não em termos econômicos, resta claro, mas moral e politicamente. A ordem invertida também era verdadeira, segundo as *Constituciones*: a maior “pobreza” de uma república era não dispor de pessoas *doctas* (do latim *doctus*, participio passado do verbo *docere*) e virtuosas, ainda que houvesse riqueza e prosperidade. Indivíduos virtuosos, bons e justos constituíam a base de uma república, de uma sociedade civil. Por si só, nem mesmo a educação seria suficiente se seu fim não fosse promover virtudes.

Em 8 de abril de 1596, o Pe. Geral Claudio Aquaviva escreveu ao reitor do Colégio do México, Diego García, para orientá-lo quanto ao que se esperava do cultivo das virtudes entre os

jovens. Segundo o remetente, “Mucho encargo a V. R. el exacto cuydado de esa juventud y que, en primer lugar, cuyde de sacarlos muy virtuosos y sólidos; poque éstos, con pocas letras, harán mucha hacienda; y muchas letras sin santidad, harán nada o poco” (MM, VI, 5, p. 92). Novamente estabelecem-se os devidos pesos: as letras eram importantes à medida que conduzissem à virtude; sem esta, aquelas não teriam efeito, ao passo que uma pessoa virtuosa, com poucas letras, *hará mucha hacienda*. Não se tratava de desprezo pela educação literária em si, mas de uma exortação para que seus irmãos não negligenciassem a finalidade dos colégios e da missão jesuítica como um todo.

O texto definitivo da *Ratio Studiorum* de 1599 consolidou a relação entre letras e virtudes na esfera das classes inferiores, fazendo coro às vozes acima enunciadas. No primeiro item das “Regras do prefeito de estudos inferiores”, dedicado à finalidade, há a seguinte orientação:

Entienda el Prefecto que ha sido elegido para ayudar al Rector con todo empeño en el gobierno y dirección de nuestras escuelas, de modo que los que las frecuentan aprovechen *no menos en la rectitud de vida que en las bellas artes* (COMPANHIA DE JESUS, 1992, p. 49, grifo nosso).

Mais adiante, nas *Regras comuns para os professores das classes inferiores*, lemos que:

A los adolescentes que han sido confiados a la educación de la Compañía, fórmelos el profesor de modo que, juntamente con las letras, vayan aprendiendo también las costumbres dignas de un cristiano. Dirija, pues, su especial intención, tanto en las clases cuando se ofreciere ocasión como fuera de ellas, a preparar las tiernas mentes de los adolescentes para el servicio y amor de Dios y de las virtudes, con que se le debe agradar. Observe empero principalmente lo que sigue. (COMPANHIA DE JESUS, 1992, p. 63)

O cuidado com a “formação cristã”, conclui-se, não era exclusividade dos prefeitos e professores dos estudos inferiores⁶. Todavia, a estrutura do plano de ensino jesuítico relegava-lhes o princípio dessa missão, pois tratava-se do início daquela formação, ou, em muitos casos, da única formação (em letras e virtudes) que aqueles jovens receberiam, considerando que vários deles não seguiam para o curso de filosofia e teologia. Nesse sentido, junto com as preleções, leituras, repetições e exercícios de memória, o professor deveria estar atento aos momentos de missas, orações, catequeses, devoções, exortações públicas e privadas, confissões e intercessões (COMPANHIA DE JESUS, 1992, p. 63-64). Essa observação atenta, somada ao ensino de gramática, humanidades e retórica, contribuiria para a gênese do bom cristão, fundamento de uma república “rica”.

A centralidade dos estudos inferiores

Como temos sugerido, o influxo da educação jesuítica na conformação do bom governo pode ser buscado na concepção que se tinha do plano de estudos – herdeira das tradições escolásticas e humanistas – implementado pelos padres nos colégios mexicanos. Isto é, ao almejar a formação de “bons cristãos”, os jesuítas contribuíam para a criação de certo ordenamento da sociedade civil pautado na disseminação, entre os alunos, de normas morais, valores e práticas – todos associados ao universo cristão-católico do final do século XVI. Assim, antes mesmo de o jovem estudante concluir seus estudos e, letrado, buscar as possibilidades de ascensão social por meio de carreiras na burocracia ou na esfera eclesiástica, ocupando postos destinados à “elite”, ele se submetia à formação em “letras e virtudes”. Nessa formação, argumentamos, residem alguns dos elementos cruciais à compreensão da influência jesuítica nas cidades americanas, de modo geral, e no México, em particular.

Sabemos que o público dos colégios da Companhia na capital do vice-reino durante o período colonial foi formado majoritariamente por jovens crioulos provenientes de famílias ricas e influentes

do México e de cidades vizinhas (GONZALBO AIZPURU, 1990, p. 143). Embora não houvesse nenhuma orientação na *Ratio* especificando o alvo dos jesuítas, as condições que envolveram a instalação da Ordem na Nova Espanha favoreceram tal público – na medida em que franciscanos e dominicanos ocupavam as regiões centrais da capital havia meio século e mantinham trabalhos missionários junto a boa parte das populações indígenas. Além disso, as próprias regras que presidiam a fundação de colégios sugeriam a aproximação entre a educação oferecida pelos padres e os setores mais abastados da sociedade, já que, para fundar um colégio, era necessário haver patrono e *vecinos* dispostos a colaborar com *becas*, para as quais eles indicavam candidatos. Os jovens indígenas, escravos ou dos setores pobres da população branca estiveram quase sempre impossibilitados de ingressar no Colégio Máximo. Do mesmo modo, sabemos que, do “currículo” previsto pela *Ratio*, dividido em dois “níveis” (inferior e superior), predominou o ensino das classes inferiores no colégio mexicano da Companhia de Jesus. Conforme lembrou Ignacio Osorio Romero (1979, p. 124), mais de oitocentos jovens seculares frequentaram as aulas no México, dos quais a maioria vestia *becas azules*, destinadas aos estudantes de latim e retórica. De modo semelhante, Pilar Gonzalbo Aizpuru (1990, p. 202-203) enfatizou que, ao longo do século XVII, o “[...] colegio máximo de San Pedro y San Pablo, exponente de la alta intelectualidad de toda la provincia, se dedicó, como venía haciendo desde su fundación, a las humanidades; sus alumnos dominaron las técnicas de la retórica y de la poética”.

É importante notarmos, portanto, a centralidade adquirida pelo ensino de latim e humanidades no colégio mexicano, fosse porque, invariavelmente, a maioria dos jovens crioulos limitava-se a essa etapa, fosse porque, sem aqueles conhecimentos, os estudantes não poderiam avançar para os cursos de artes e teologia. A relevância dessa observação está na compreensão que se tinha – de modo geral nas Constituições da Companhia e, depois, de maneira sistematizada, na *Ratio Studiorum* – dos significados do ensino de gramática, retórica e humanidades entre os séculos XVI e XVII. Com efeito, as classes de latinidades abriam pelo menos dois caminhos aos jovens: um, ligado à vida eclesiástica, à pregação

e à oratória sacra; o outro, relativo à vida pública e à participação na administração civil. Ambos, contudo, fundamentavam-se na expressão *ratio et oratio*: era necessário pensar e falar bem, condição a que se poderia chegar por meio dos estudos inferiores. Para corroborar nossa hipótese – que sugere *los estudios inferiores* como o cerne da relação entre a educação jesuítica e o bom governo no México –, interessa-nos examinar, sobretudo, o segundo caminho franqueado pelo ensino de latinidade: o acesso à vida pública. Que laços uniam as lições de gramática, poesia e retórica (as letras) à participação na vida civil e, por conseguinte, à conformação do bom governo (resultado do cultivo das virtudes)?

Da herança humanista apropriada pelos jesuítas na organização de seus métodos de ensino, alguns aspectos nos ajudam a responder àquela questão. Inicialmente, cabe sublinhar a relevância atribuída ao ensino de gramática, considerada o meio para a imersão e o domínio do latim (e, em alguns casos, do grego), cujos propósitos eram os estudos bíblicos e o conhecimento dos autores clássicos da tradição greco-latina. Não custa lembrar, a título de exemplo, a concepção expressa pelo sevilhano Antonio de Nebrija, cuja obra foi utilizada nos colégios jesuítas do México, para quem “[...] a gramática é a arte ou ciência responsável pelo estudo da palavra enquanto signo que estabelece congruências, analogias, entre a racionalidade humana e o mundo real” (CORDEIRO, 2008, p. 120). E, à medida que permitia esmiuçar os signos e os elementos da fala que poderiam representar a racionalidade no mundo exterior, a *ars grammatica* possibilitava a congruência adequada entre pensar e falar bem.

A despeito das dificuldades enfrentadas pelos colégios mexicanos, principalmente com a escassez de livros nas bibliotecas durante as primeiras décadas, os jovens crioulos tiveram acesso a várias gramáticas e obras de referência. Segundo Ignacio Osorio Romero (1997, p. 24-25), saltavam à vista a ausência de textos medievais e a presença de gramáticas clássicas anotadas por autores como Erasmo ou Luis de Vives. Os humanistas europeus, cujo aprendizado ocorrera com as gramáticas medievais, optaram por escrever novos textos que superassem o material utilizado em suas formações, considerado “formal e abstrato” (BIGNOTTO, 2001,

p. 153). Ainda de acordo com Osorio Romero, quatro gramáticas “formaram escola” entre os séculos XV e XVI: a de Lorenzo de Valla, a de Antonio de Nebrija, a de Juan van Spauteren, conhecido como o “Despauterio”, e a do jesuíta português Manuel Álvarez. Destas, as gramáticas de Nebrija⁷ e Álvarez⁸ (cuja primeira impressão “mexicana” resultara dos esforços do Pe. Lanuchi, nos anos 1570) tiveram grande circulação entre os alunos dos colégios novo-hispânicos. O texto *Elegantia latinae linguae*, escrito por Valla entre 1435 e 1444, e as obras “pedagógicas” de Erasmo e Vives também chegaram ao México (OSORIO ROMERO, 1997, p. 25 e ss.).

Os métodos de ensino de gramática no Colégio Máximo quase sempre seguiram à risca as orientações organizadas na *Ratio Studiorum*, mantendo a divisão básica do curso em três graus: as classes ínfimas, médias e supremas⁹. Nesses níveis, os adolescentes aprenderiam os fundamentos sintáticos, as oito partes da oração (substantivo, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), as construções figuradas e a métrica. Entre as lições, e muitas vezes durante as refeições, os “gramáticos” repetiam “de memória” os conteúdos aprendidos e compunham diálogos em prosa e élogos em verso latino para serem lidos em público e corrigidos (OSORIO ROMERO, 1979, p. 26). Esses exercícios evidenciavam a importância atribuída à imitação, “método humanista por excelência” (GÓMEZ ROBLEDO, 1954, p. 17), já que o parâmetro de correção das lições era dado pelas obras utilizadas ao longo dos cinco anos dos estudos inferiores. Para os estudos de gramática e de seu complemento, as humanidades, os autores latinos mais lidos no México foram Cícero, Virgílio, Ovídio, Caio César, Terêncio e Salústio (OSORIO ROMERO, 1997, p. 63). Entre os gregos, destacaram-se os textos de Homero, Platão e Tucídides (GÓMEZ ROBLEDO, 1954, p. 103-104), embora essas obras tenham circulado com menor vigor.

Independentemente do tema abordado por cada autor utilizado no Colégio Máximo, o objetivo de fundo dos cursos de gramática e humanidades era fornecer modelos clássicos que pudessem ser “imitados” pelos estudantes¹⁰. O princípio da imitação, com esse sentido, mobilizava a ideia de que o aperfeiçoamento nas letras humanas – evidenciado pela capacidade de escrever e falar bem –

expressava a correção do pensamento e contribuía para o aprimoramento dos hábitos e, conseqüentemente, para a formação moral dos jovens – fim último da educação jesuítica, segundo notamos anteriormente. É nessa perspectiva que devemos entender a classe de humanidades, cujos métodos se assemelhavam aos das aulas de gramática. Ela constituía uma espécie de transição entre o conhecimento teórico e gramatical e sua aplicação prática com a *ars rhetorica*. Nesse nível, conforme instruía a *Ratio Studiorum*, os estudantes iniciavam-se nos rudimentos da eloquência com base em três eixos: o conhecimento da língua (enriquecimento do vocabulário), a aquisição de “moderada” erudição e a introdução à retórica por meio das obras de historiadores, poetas e oradores.

É interessante notar como esse plano de imersão na língua durante os quatro primeiros anos era atravessado por elementos de filosofia moral – que, conforme observamos, seria estudada mais adiante no curso de artes, estruturado com base na filosofia aristotélica – e, especialmente, por aqueles apresentados em *Dos deveres* (1999), de Cícero, leitura constante no Colégio Máximo do México. Nas *Regras do professor de humanidades*, previa-se:

Para el conocimiento de la lengua, que se basa principalmente en la propiedad y riqueza de vocabulario, explíquese en las prelecciones diarias Cicerón solo de los oradores, y por lo general los libros que tratan de filosofía moral (COMPANHIA DE JESUS, 1992, p. 77).

No México, onde se usava o *Dos deveres* ainda nas *clases inferiores*, os livreiros importaram 26 exemplares daquela obra em 1576 e, oito anos mais tarde, outros dezenove volumes (OSORIO ROMERO, 1997, p. 61). Considerando-se o apreço devotado pelos jesuítas à narrativa ciceroniana, é bem provável que esses exemplares tenham se multiplicado ao longo do século XVII.

A presença do tratado *Dos deveres* no México não se justificava apenas por seu estilo eloquente, característica acentuada em outras obras de Cícero mais voltadas à oratória, como o *Sobre o orador* (2002). A particularidade daquele texto, escrito em 44 a.C., residia especificamente na evocação da “vida ativa” e do “homem

cívico”, cumpridor de certos “deveres”, entre os quais o de pôr suas virtudes (sabedoria, justiça, coragem e moderação¹¹) a serviço da vida pública e da administração da cidade. No livro I daquela obra, Cícero advertia quanto à relação entre ócio e negócio desde a perspectiva política:

Muitos há e houve que, buscando a serenidade de que falo, retiraram-se dos negócios públicos e refugiaram-se no ócio. [...] Esses acalentaram o mesmo propósito que os reis: não carecer de nada, não obedecer a ninguém e gozar de completa liberdade, isto é, viver como se queira. Semelhante atitude é própria tanto dos que cobiçam o poder quanto dos que, como eu disse, se entregam ao ócio; uns se julgam capazes de alcançar essa tranqüilidade se possuírem riquezas, outros se se contentarem não só com o seu, mas com o seu pouco. Não desprezemos a decisão de nenhum deles, mas reconheçamos que a vida dos ociosos é mais fácil, mais segura e menos molesta aos outros. *Quanto aos que se adaptaram ao serviço da comunidade política e à realização de grandes tarefas, sem dúvida sua existência é mais frutífera para o gênero humano, como também mais propícia à fama e à grandeza.* (CÍCERO, 1999, I, XX-XXI, 69-70, p. 36-37, grifo nosso)

Como observa-se, tratava-se da construção de uma “imagem positiva da cidadania” (SKINNER, 1999, p. 104), alicerçada na correlação entre o domínio das letras – que permitiria a participação na *res publica* por meio da deliberação – e o cultivo das virtudes. A *vita activa* ciceroniana adequava-se tanto à abordagem dos humanistas, de modo geral, como à dos jesuítas, que haviam descartado o modelo da *vita contemplativa* adotado por outras ordens religiosas.

A discussão moral e política a respeito dos cidadãos romanos, empreendida no texto *Dos deveres*, ressoava duplamente nos estudos inferiores aplicados aos colegiais mexicanos. Estudava-se o estilo – acentuando a construção e a argumentação, em prosa, presentes na obra – e também se disseminavam os preceitos morais ciceronianos – pautados na noção da participação pública como “dever-ser” dos membros de uma comunidade política. Nesse sentido, o

emprego daquele tratado durante as classes de gramática e humanidades servia como um tipo de preparação dos jovens para o último ano dos estudos inferiores dedicado à retórica, que, sob nosso ponto de vista, constituía o ponto culminante daquela etapa da educação dos adolescentes na medida em que os formava visando às atividades públicas ligadas ao governo da cidade.

Conforme previa a *Ratio Studiorum*, as lições de retórica dividiam-se em três grandes temas: preceitos de oratória, estilo e erudição. Na primeira etapa, a *Retórica* de Aristóteles (e, por vezes, a *Poética*) e os “livros retóricos”¹² de Cícero eram os textos básicos. Quanto ao estilo, recomendava-se “casi exclusivamente” a leitura de Cícero, ao passo que a erudição se alcançaria com as obras de historiadores e poetas, responsáveis por comunicar costumes e testemunhos dos povos em qualquer ramo do saber (COMPANHIA DE JESUS, 1992, p. 71). No Colégio Máximo, outros dois autores foram lidos: Quintiliano, e sua *Institutio oratoria*, e o jesuíta espanhol Cipriano Suárez, com a *Arte rhetorica*, de 1562, na qual passava em revista os fundamentos dos textos de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, transformando-se num importante manual (OSORIO ROMERO, 1997, p. 61).

Os métodos que constituíam as aulas de retórica seguiam basicamente os mesmos critérios daqueles das classes de gramática e humanidades. Alternavam-se as preleções (sobre os preceitos e o estilo), as composições dos alunos (traduções do grego para o latim, “imitações” de grandes oradores e poetas, descrições) e as correções, intercaladas por exercícios de memória e por análises, comparações e decomposições de discursos, argumentos e preceitos. Aos sábados, a cada quinze dias, havia declamações privadas e, mensalmente, apresentações públicas: ações dramáticas, diálogos, éclogas (COMPANHIA DE JESUS, 1992, p. 71 e ss.).

Ao passo que as classes de gramática privilegiavam a imersão e o domínio da língua latina, permeada por preceitos morais extraídos de textos clássicos da antiguidade, o ensino de retórica sugeria uma “prática da língua”. Com efeito, os sentidos atribuídos àquela matéria, desde a tradição aristotélica, inseriam-na no domínio da *praxis*, da ação, conectada, portanto, aos campos da ética e da política. Cabe lembrar, aqui, da distinção proposta por Aristóteles a

respeito da *praxis* e da *poiêsis*, no livro VI de sua *Ética a Nicômaco* (1987, p. 103-105), a fim de esclarecer o significado daquele termo. Segundo o Estagirita, a sabedoria prática (o outro tipo de conhecimento, ao lado do científico) dividia-se em duas formas de conhecer: a *tekné*, que pode ser traduzida como técnica, arte ou ofício; e a *phrónesis*, cujo sentido se aproxima da ideia de discernimento e julgamento. Cada forma de conhecimento teria, pois, um modo de agir correspondente. À *tekné* equivalia a *poiêsis*, isto é, a fabricação, a produção, o ato de fazer uma obra, “[...] um objeto que não tem seu princípio, sua origem em si mesmo, mas em um agente que o produz” (BERTEN, 2004, p. 72), à maneira do artesão, por exemplo. E à *phrónesis* ligava-se a *praxis*, entendida como a ação cuja finalidade não era outra senão ela mesma: “[...] ao passo que o produzir tem uma finalidade diferente de si mesmo, isso não acontece com o agir, pois que a boa ação é o seu próprio fim” (ARISTÓTELES, 1987, p. 104), à maneira dos homens sábios, por exemplo. Nesse sentido, a *praxis* supõe um “agir ético”, que só tem sentido na medida em que se relaciona com uma ação comum (BERTEN, 2004, p. 73). Nas palavras de Aristóteles (1987, p. 104):

[...] julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como por exemplo sobre as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a vida boa em geral.

Logo, se pensarmos a retórica no domínio da sabedoria prática e, pois, da *praxis*, teremos de admitir que ela, ao contrário do que o senso comum pode sustentar, não se restringia ou se identificava apenas com a “arte de persuadir sem finalidade”. Mas, de outro modo, no domínio da ética, a retórica deveria impulsionar os homens a buscar o bem, o que se desdobrava, na esfera política, no convencimento dos concidadãos com a finalidade de chegar ao bem comum da cidade (um pacto, decisões sobre guerras, julgamentos etc.) (BEUCHOT, 1998, p. 12). Conquanto se possa argumentar que – desde Aristóteles¹³, passando pelos oradores romanos,

padres da Igreja até chegar aos humanistas – houve diferentes interpretações sobre os usos da retórica, esta foi, invariavelmente, associada a uma prática que extrapolava o exercício tautológico de persuasão.

Essa inserção da retórica no horizonte da *praxis* explica por que os humanistas relacionaram, em geral, o domínio daquela arte ao bom governo das cidades e à busca pelo bem comum. Dialogando com Quentin Skinner, João Adolfo Hansen sublinhou o lugar da retórica entre os humanistas e, pensando nas elaborações de Brunetto Latini, realçou os vínculos da retórica com o governo da cidade:

A substituição do ensino de retórica baseado em regras epistolares pelo ensino das letras latinas propostas como modelos a serem imitados atingiu o auge no século XIV. Skinner propõe que é da fusão do modelo francês das *auctoritates* com o dos livros de aconselhamento escritos à maneira das regras da *ars dictaminis* que surgem textos em que a mistura dos registros produz uma sofisticação teórica caracterizada pelo maior cuidado com as próprias letras. Citações de Platão, Sêneca, Juvenal, Salústio e, principalmente, Cícero, juntam-se então a regras de conselho e comportamento. Por exemplo, a contínua citação de Cícero e a incorporação da ética aristotélica fazem Brunetto Latini afirmar que a principal ciência que tem relação com o governo da cidade é a retórica, como técnica da fala persuasiva (2006, p. 156).

Os principais autores “redescobertos” entre os séculos XIII e XVI enfatizavam tal ponto, como o próprio Aristóteles, em sua *Retórica* (2009, I, 4, p. 67-68), ao examinar as características do discurso deliberativo:

[...] las cuestiones sobre las que todos tratan y sobre las que hablan en público los que deliberan resultan ser principalmente cinco en número, y son las siguientes: las referidas a los recursos, a la guerra y la paz, a la salvaguardia del país, a las importaciones y exportaciones y a la legislación.

Newton Bignotto (2001, p. 91) lembrou como Cícero, em *Dos deveres*, “[...] observa que não podemos deixar de lado o poder de um grande orador e a importância de se persuadir os membros de uma assembléia sobre o melhor caminho a ser seguido numa disputa envolvendo o bem público”. Do mesmo modo, para ficarmos nos três autores estudados no Colégio Máximo, Quintiliano advertia na *Institutio oratoria* (1954, v. 4, XII, 7, p. 293, grifo nosso): “Or moi, l’orateur que je forme, je voudrais qu’il soit philosophe, mais un philosophe romain, se montrant un homme dévoué à ses concitoyens, *non par des discussions entre quatre murs*, mais par son expérience des affaires et dans pratique”.

Mesmo fora dos círculos humanistas italianos, as “belas letras” e a retórica tornaram-se elementos centrais à concepção de educação. Entre a “nobreza cortesã”, a “educação completa em letras” constituiu uma tópica nos séculos XVI e XVII, conforme notou João Adolfo Hansen (2006, nota 21, p. 150-151):

O latim e o grego, as belas letras – a poesia e a história gregas e latinas –; a filosofia aristotélica, estóica, neoplatônica e escolástica; a retórica aristotélica e ciceroniana foram os principais instrumentos adotados para constituir um estilo de vida em que a inculcação de hábitos nobres (entendendo-se “nobreza” com o duplo sentido de “estamento” e “virtude”) foram a meta principal. Mais que um fim em si, formando sábios e pedantes, lembrou Dominique Julia, as letras e a retórica foram utilizadas como meios para formar o futuro governante, propondo-lhe que era uma natureza superior e que sua educação esmerada o preparava para um tempo em que se tomaria a si mesmo como modelo das ações [...].

No México, por ocasião do *initium* do ano letivo de 1600-1601, Juan de Ledesma, à época leitor de gramática no Colégio Máximo e às vésperas de concluir o curso de teologia e de se consagrar sacerdote (MM, VII, 9, p. 21-57), discursou sobre “[...] como alcançar a verdadeira nobreza”: por linhagem ou por estudos (OSORIO ROMERO, 1979, p. 113)? Nesse panorama, o ensino de retórica

ganhava importância à medida que proporcionava a “inculcação” de bons hábitos, de virtudes, corrigindo eventuais vícios que poderiam incidir, inclusive, sobre os nobres “por linhagem”¹⁴.

Antes de voltarmos a examinar a retórica desde a perspectiva da *praxis* nos colégios mexicanos da Companhia, cabem algumas palavras sobre as características gerais da retórica fundamentadas na teoria aristotélica – e compartilhadas no meio hispano-americano. Em primeiro lugar, a retórica faz parte do campo da lógica, no qual a razão deve se sobrepor à vontade. Assim, ela se relaciona com a dialética, pois ambas pertencem ao domínio da argumentação, mas dela distancia-se na medida em que sua finalidade é descobrir o verossímil, ao passo que a dialética procura a verdade. Uma boa imagem para essa relação seria aquela esboçada por Mauricio Beuchot (1998, p. 14-19): o modo como a lógica argumenta em favor da verdade, por meio de silogismos, a retórica o faz em prol do verossímil, pelo recurso aos entimemas¹⁵.

Além de pertencer à esfera do provável, a retórica, em sua forma clássica, pressupõe a presença de um “juiz”, de uma terceira pessoa que observa certa “disputa” entre dois argumentadores e que deve ser convencida, ao passo que a dialética objetiva persuadir apenas o oponente do “diálogo” (CHINCHILLA PAWLING; MENDIOLA MEJÍA, 2006, p. 35). Essa terceira pessoa pode ser um juiz (numa situação forense), uma assembleia (numa perspectiva republicana de deliberação), uma plateia (em caso de difamação) ou mesmo um leitor (por ocasião de disputas escritas)¹⁶. Por fim, ainda de acordo com os referidos historiadores (2006, p. 32), a retórica opera sempre com base na memória, comunicando conhecimentos armazenados por meio da exposição (*dispositio* e *elocutio*)¹⁷ e da fabricação de um discurso. Nesse prisma, o horizonte retórico pouco abriria-se às novidades, abarcando, adaptando e fazendo circular elementos oriundos da tradição.

Isso posto, duas acepções de retórica eram compartilhadas pelos jesuítas, inclusive por aqueles que estavam no México. A primeira, em sentido estrito, era a retórica como a arte de falar bem, disseminada pelos manuais e presente nas aulas dos colégios. A segunda, em sentido mais amplo, era a retórica como prudência, que constituía o fundamento da educação e, sobretudo, do ensino de latinidade – também nos ambientes externos aos colégios e

entre as elites cortesãs (CHINCHILLA PAWLING; MENDIOLA MEJÍA, 2006, p. 16). E aqui reencontramos a retórica no território da *praxis*, pois, para além do simples “falar correto e elegante”, ela pressupunha um comportamento decoroso. No caso, *decorum* remete tanto à noção de “decência” como à de “conveniência” e configura aquilo que Ana Lúcia Oliveira (2003, p. 33-34) chamou de “imperativo de conveniência”:

[...] que pertence simultaneamente ao campo retórico e ao campo moral, constitui a arte de julgar e de apreender a ocasião no momento certo, segundo as circunstâncias e os interlocutores; portanto, aparece naturalmente como uma arte de prudência e de adequação de discursos, que se tornará a *bienséance* do século XVII.

Vinculada à arte prudencial e, portanto, à capacidade de julgar segundo as circunstâncias e com discernimento, a retórica busca distinguir o verdadeiro do falso e definir o meio-termo justo¹⁸. Essa ligação, herdada da tradição aristotélica, estava em perfeita sintonia com a teoria tomista, fundamental à concepção que tinham os jesuítas¹⁹, segundo a qual a retórica era uma das partes da prudência, *tomada em sentido amplo*²⁰:

Si tomamos la prudencia en un sentido amplio, implicando también la ciencia especulativa [...] podemos entonces asignarle como partes la dialéctica, la retórica y la física, conforme los tres modos del proceso científico: el primero, la demostración, que da origen a la ciencia, y esto compete a la *física*, bajo cuyo nombre quedan comprendidas las ciencias especulativas; el segundo parte de lo probable y forma la opinión, que da origen a la *dialéctica*; el tercero, de ciertas conjeturas deduce una sospecha o una leve persuasión, lo cual incumbe a la *retórica*. Se puede, no obstante, decir que estos tres pasos pertenecen a la prudencia propiamente dicha, pues esta razona unas veces basándose en principios necesarios; otras, en cosas probables; a veces, también, incluso en conjeturas. (AQUINO, 2001, IIa. IIae., q. 48, p. 416-417)

Conquanto Tomás de Aquino não aprofunde, nesse trecho, a análise sobre a retórica e sobre seu “caráter especulativo”, essa arte passa a ser um dos modos pelos quais a prudência *razona*. Se a prudência, base para todas as virtudes morais, é a arte de decidir corretamente, a *recta ratio agibilium* (a reta razão aplicada à ação) – e não um tipo de cautela ou de precaução, segundo se pode pensar atualmente –, a retórica, parte integrante daquela virtude, contribui para tal deliberação e, desse modo, colabora para o estabelecimento das soluções justas. É precisamente nesse particular que se cruzam os campos retórico e moral, fazendo convergir o ensino de latinidade e a perspectiva do bom governo. Da mesma forma que os padres, à maneira de juristas, buscavam decidir justamente os conflitos que lhes eram apresentados, a formação em “letras” pretendia semear e cultivar virtudes entre os alunos, especialmente a *prudentia*, à qual os estudos de retórica se vinculavam, a fim de torná-los capazes de propor soluções adequadas conforme as circunstâncias. Eis uma grande influência do ensino jesuítico na formação sociedade novo-hispânica!

Considerações finais

Por fim, não podemos deixar de sublinhar que o ensino de retórica – bem como de todo o ciclo de latinidade e humanidades – entre quatro muros era complementado por exercícios literários públicos (previstos na quarta parte das Constituições da Companhia), cujo propósito era duplo: praticar os fundamentos teóricos estudados e inspirar sentimentos de piedade e devoção por meio dos assuntos abordados naquelas ocasiões. De acordo com Xavier Gómez Robledo (1954, p. 66-79), havia diversos tipos de exercícios, tais quais: o exame público ao final do ano letivo; a apresentação de discursos latinos, alegorias e tragicomédias; os colóquios e certames literários; os debates retóricos. Além desses, como lembra Ignacio Osorio Romero (1979, p. 25-26), também havia atos literários organizados para a recepção de autoridades – como o vice-rei ou o arcebispo – e festejos marianos, eventos nos quais “[...] se

adornaban las paredes de la iglesia con colgaduras que ostentaban composiciones en verso latino y castellano y se pronunciaban una oración latina y un panegiris latino y español”.

Pode-se imaginar o impacto que esses exercícios literários provocavam no México, principalmente pela presença constante de autoridades, que atraíam público e conferiam pompa àquelas ocasiões. Tais atividades eram responsáveis por disseminar temas, saberes e normas na medida em que a plateia não se limitava ao entretenimento passivo, mas era também convidada a julgar e discernir o que era bom ou ruim entre as teses defendidas, os colóquios apresentados, as peças encenadas etc. A prática retórica, como vimos, pressupunha sempre o juízo de terceiros diante de um impasse.

Em 1575, por exemplo, os jovens estudantes representaram uma tragicomédia sobre hereges que injuriavam a Igreja perante o vice-rei, Martín Enríquez, e os *principales* da cidade e das ordens religiosas (GÓMEZ ROBLEDO, 1954, p. 66-67). Vinte anos depois, em 1595, quando o vice-rei D. Gaspar de Zúñiga y Acevedo chegou ao México para substituir D. Luis de Velasco, os jesuítas expuseram um colóquio latino escrito por Bernardino de Llanos, por meio do qual apresentavam às autoridades sua perspectiva da educação na Nova Espanha.

Esse colóquio e os demais exercícios literários públicos não pretendiam apenas louvar a postura da Companhia na Nova Espanha, mas sugerir o que era bom para o governo da “república”, nesse caso a educação da juventude. A depender da eficiência da argumentação desenvolvida em tal colóquio, o juízo do vice-rei e das demais autoridades poderia ser mais ou menos favorável à hipótese defendida. É nesse viés que vinculamos a educação jesuítica – e notadamente aquela oferecida nas *clases inferiores* de latinidade e humanidades – à conformação do bom governo. Assim, para encerrar este artigo, referendamos o ponto de vista de Ramón Kuri Camacho (2000, p. 50) em relação ao propósito do “discurso jesuíta” vinculado ao ensino (como *docere*, escrever e ensinar) no México: “[...] recordar los derechos y deberes del hombre, lo que está mal en el mundo. Discurso teológico, discurso político, el discurso jesuita invita a reformar las relaciones sociales. Es, con efecto, un proyecto de sociedad”.

FROM THE LETTERS TO THE VIRTUES: THE JESUITS AND THE CONFORMATION OF GOOD GOVERNMENT IN MEXICO (16TH AND 17TH CENTURIES)

Abstract: During the 16th and 17th centuries, the Jesuit missions in New Spain, and especially in Mexico, were marked by two main characteristics among others. The first one concerned the Jesuit dedication to educational activities in the capital and, thereafter, its relationship with the literate groups formed during the colonial period. The second characteristic concerned the influence and participation of the priests in the formation of the society and governmental subjects in the Viceroyalty. Surpassing the interpretation that Jesuits would have educated the “criolla” political elite, which should take the main administrative and ecclesiastical positions, we propose to relate the educational system established by the Society of Jesus in Mexico, specially the subjects contained in the “clases inferiores”, with the conformation of a notion about the “good government”. For this purpose, we investigate the institutional documents of the Order and the epistolary from Mexican Province interrogating them about the ties that interconnected the literate education for young Mexican students with the promotion of the political virtues - considered the main feature of good government.

Keywords: Jesuits. Education. Good Government. Rhetoric. New Spain.

Notas

¹ Para outras entradas, introdutórias também, ao debate sobre a razão de estado no ambiente espanhol do século XVI, ver: Aznar (1990), Díaz (2002) e Fernández-Santamaría (1986).

² Em sua obra *Sobre o orador* (*De oratore*), da qual usamos uma edição espanhola, Cícero (2002, I, 8, 32-33, p. 99-100) observou que “tan sólo en el hecho de hablar entre nosotros y ser capaces de expresar nuestras sensaciones mediante la palabra aventajamos particularmente a los animales. Por lo cual ¿quién no ha de admirar con razón esto y juzgar que en ello hay que esforzarse en particular y aventajar así a los hombres mismos en la única cosa en que los hombres aventajan a los animales? Mas para llegar a lo más importante ¿qué otra fuerza ha sido capaz, ya de congregar a los hombres en un solo lugar o hacerlos pasar de una vida salvaje y agreste a este tipo de vida propio de hombres en comunidad y, una vez establecidas las sociedades, diseñar las leyes, los tribunales y los procedimientos legales?”. De modo semelhante, em *Dos deveres* (*De officiis*) (1999, v. I, XVI, 50, p. 28), Cícero reafirma aquele princípio: “Parece, contudo, que

devemos antes investigar quais princípios da natureza são próprios da comunidade e da sociedade humana. E o primeiro é o que notamos no concerto universal do gênero humano. Seu vínculo é a razão e a palavra que, ensinando, aprendendo, comunicando, discutindo e julgando conciliam entre si os homens e agrupam-nos em uma comunidade natural”.

³ Podemos citar, nesse particular, o jesuíta Pedro de Ribadeneyra (1787), cujo *Tratado de la Religión y Virtudes que debe tener el Príncipe Christiano para gobernar y conservar sus Estados*, de 1595, talvez seja o exemplo mais bem acabado de resposta às proposições de Maquiavel.

⁴ Segundo nos informa a historiadora Pilar Gonzalbo Aizpuru (1990, p. 164-165), havia 300 alunos externos no Colégio de S. Pedro y S. Pablo frequentando as aulas de gramática no ano letivo de 1575-1576. No século XVII, conforme a mesma autora, esse número aproximou-se de 1000.

⁵ Para facilitar a leitura, optamos por utilizar a abreviação “MM” para indicar a *Monumenta Mexicana* (editada por Félix Zubillaga), seguida sempre do número do volume em números romanos, do documento e da página, em números arábicos.

⁶ Conforme notou João Adolfo Hansen (2010, p. 25), o lema da *Ratio Studiorum* de 1599, como um todo, era que a educação deveria “tornar mais homem”. Isto é: “deve dar conta das três faculdades que, segundo a filosofia escolástica, definem a pessoal humana: a memória, a vontade e a inteligência. Ao fazê-lo, deve ensinar-lhes o autocontrole, visando a harmonia dos apetites individuais e a amizade do restante do corpo político do Estado”.

⁷ Em 1602, o rei Felipe III concedeu licença e privilégio para que o bisneto de Antonio de Nebrija, D. Agustín, imprimisse e vendesse aquela gramática por dez anos, evento saudado pelo provincial Francisco Váez, que recebera a *Arte* de Nebrija (MM, VII, 110, p. 597).

⁸ A gramática do Pe. Manuel Álvarez era utilizada desde os primeiros anos após a fundação do Colégio de S. Pedro y S. Pablo e sua obrigatoriedade era realçada com frequência nas cartas e orientações expedidas em Roma, como se pode notar nas *Ordenaciones* de janeiro de 1592 (MM, IV, 72, p. 211). Na *Ratio* de 1599, definiu-se com clareza que o texto do Pe. Álvarez deveria ser usado sempre, a não ser nas situações em que ele parecesse ser exigente demais. Nesse caso, os provinciais poderiam adotar a Gramática romana ou compor uma obra específica para tal público.

⁹ Na Carta Anua referente a 1604, o provincial mexicano, Pe. Ildefonso de Castro, refere-se a essa divisão e aos cuidados do *maestro* de retórica, Pe. Bernardino Llanos: “Los estudios menores se han adelantado, de nuevo, con tres libros de mucha variedad y erudición, que el padre maestro de retórica sacó a luz para provecho y commodidad de todos los estudios de latinidad y retórica, en que se recogieron diversos autores, en el primer cuerpo, preceptos curiosos y

eruditos de que había falta. En el segundo, autores de prosa, los, más clásicos y, en el tercero, autores así mesmo de poesía que, fuera de ser acomodados para la lectura de nuestros estudios, conforme al libro de *Ratione Studiorum*, han sido generalmente bien resevidos de la gente erudita y docta” (MM, VIII, 151, p. 513-514).

¹⁰ O princípio da imitação (*imitatio*), cuja gênese remetia ao universo humanista italiano dos séculos XIV e XV, não significava uma “cópia fiel”, mas inspiração com base no conhecimento aprofundado dos métodos, dos recursos e das técnicas dos autores clássicos. É por isso que se afirmava, por exemplo, que a composição elaborada pelos estudantes era uma “versão” (DÍAZ; OVANDO, 1951, p. 16). Para uma reflexão sobre a *imitatio*, ver Cavalcante (2002, p. 12-14).

¹¹ “Mas tudo o que é honesto nasce de uma de quatro partes. Com efeito, consiste ou no discernimento e na apreensão do verdadeiro, ou na manutenção da sociedade dos homens, e, atribuindo-se a cada um o que é seu, na fé dos contratos, ou na grandeza e resistência do ânimo elevado e invencível, ou na ordem e medida de todas as coisas feitas e ditas, nas quais se encontram a modéstia e a temperança” (CÍCERO, 1999, I, V, 15, p. 11).

¹² Além dos clássicos *De oratore*, *De inventione* e dos discursos, a anônima *Retorica ad Herennium* (2005) – atribuída a Cícero até o século XV – também foi utilizada nos colégios jesuítas (CHICHILLA PAWLING; MENDIOLA MEJÍA, 2006, p. 41). A edição que usamos da *Retorica ad Herennium* adota Cícero como autor, motivo pelo qual nós a listamos na Bibliografia junto com as demais obras desse autor.

¹³ Iniciamos com Aristóteles, pois em sua obra há a “superação” das “desconfianças platônicas” a respeito da utilidade da retórica na vida política, evidenciadas, sobretudo, em diálogos como *Górgias*, no qual se atacam os pressupostos sofistas.

¹⁴ No mesmo sentido, os historiadores Perla Chinchilla Pawling e Alfonso Mendiola Mejía (2006, p. 29) observaram que para “la elite de la vieja Europa, el aprender tiene como finalidad el hacerse. Educarse es cultivarse a uno mismo para adquirir la forma ‘humana’. La *retórica* forma parte de esta concepción veteroeuropea del aprendizaje. Ella conforma la civilidad o educación moral del individuo socializado. Por eso, las universidades medievales, y aún hasta el siglo XVII, no enseñaban artes mecánicas, sino artes liberales”.

¹⁵ Pode-se definir o entimema, de modo simplificado e com base na teoria aristotélica apresentada na *Retórica*, como o correspondente retórico do silogismo – ou apenas como um silogismo inacabado. No lugar de apresentar claramente as duas premissas – de modo a produzir uma conclusão necessária –, a “estrutura entimemática” oculta uma das premissas, embora apresente a conclusão, forçando o ouvinte ou o leitor a, ele próprio, deduzir a premissa omitida. Desse

modo, o entimema pressupõe que os envolvidos na discussão sobre determinada matéria partilhem a mesma “bagagem cultural”, saberes equivalentes, para que se torne possível a “dedução” do elemento oculto.

¹⁶ Esses exemplos referem-se à tipologia do discurso elaborada por Aristóteles (2009, I, 3, p. 63 e ss.) e repercutida quase sempre pelos demais teóricos. Quais sejam: o discurso judiciário, o deliberativo e o demonstrativo.

¹⁷ Cinco qualidades ou habilidades, segundo a concepção clássica da retórica latina, eram exigidas do bom orador: a) *inventio*, descoberta das coisas verossímeis que tornam a causa possível; b) *dispositio*, organização e distribuição desses elementos; c) *elocutio*, acomodação das palavras e sentenças adequadas à “invenção”; d) *memoria*, firme apreensão das coisas, palavras e disposição; e) *actio*, moderação da voz, semblante e gestos durante a pronunciação.

¹⁸ “Etimologicamente, o substantivo *discreto*, como em ‘o discreto’, vem do particípio passado do verbo ‘discernir’. O termo significa a qualidade intelectual do juízo capaz de penetrar no mais intrincado dos assuntos, como perspicuidade ou perspicácia, para distinguir o verdadeiro do falso e estabelecer o meio-termo justo que é próprio da prudência. A discrição relacionava-se intimamente ao talento intelectual da invenção, o *engenho*, definido nesse tempo como um talento natural em que convergem retórica e dialética, ou seja, a capacidade lógico-analítica da avaliação dos assuntos, como *juízo* dialético, que se acompanha de formas sintéticas ou agudas de expressão. Como uma categoria central dos Exercícios Espirituais, de Ignacio de Loyola, no mundo católico dos séculos XVI e XVII a *discretio* significava a capacidade lógica e ética do discernimento do juízo aconselhado pela luz natural da Graça inata” (HANSEN, 2006, nota 7, p. 135)

¹⁹ “Conquérir les âmes par la culture, avec toutes les ressources des arts libéraux, tel était pour Loyola le mot d’ordre de l’apostolat moderne. Mais les humanités ne doivent aucunement, dans son esprit, se substituer à la théologie: elles en assurent l’efficacité maximale. La présence des païens dans la culture chrétienne du prédicateur et de son public relève de la seule concession tactique. [...] Sans ambiguïté, des *Constitutions* de 1551 à la *Ratio Studiorum* de 1591, il s’agit de fonder la prédication sur la théologie scolastique de Thomas d’Aquin, rendue persuasive grâce à l’enseignement rhétorique d’Aristote, Quintilien et surtout Cicerón” (MOUCHEL, 1999, p. 449).

²⁰ Ressaltamos esse aspecto porque para são Tomás (2001, IIa. IIae., q. 47, a. 2, p. 401) a *prudentia* pertence exclusivamente ao “entendimento prático”, ao passo que a retórica, a dialética e a física estariam no campo especulativo. Porém, no trecho citado, ele “amplia” o sentido da prudência de modo a acomodar os elementos relativos àqueles três modos do “processo científico”.

Referências

ACOSTA, Pe. José de. *De Procuranda Indorum Salute*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, s.d.

_____. *Historia Natural y Moral de las Indias*. 3. ed. México DF: FCE, 2006.

AQUINO, São Tomás de. *Suma de Teología*. 4. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. 5 v.

_____. *Tratado de la ley. Tratado de la justicia. Gobierno de los príncipes*. México DF: Porrúa, 2004. (Edición de Carlos Ignacio González).

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Retórica*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

AZNAR, Fernando Navarro. El topos de la razón de estado en su desarrollo ideológico. *Anales de Derecho*, Universidad de Murcia, n. 10, p. 103-128, p. 1987-1990.

BERTEN, André. *Filosofia política*. São Paulo: Paulus, 2004.

BEUCHOT, Mauricio. *La retórica como pragmática y hermenéutica*. Barcelona: Anthropos, 1998.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CAVALCANTE, Berenice. Antigos e modernos: histórias de uma tradição. In: _____ (Org.). *Modernas tradições: percursos da cultura ocidental (séculos XV-XVII)*. Rio de Janeiro: Access, 2002. p. 1-84.

CHINCHILLA PAWLING, Perla de los Ángeles; MENDIOLA MEJÍA, Alfonso. La construcción retórica de la realidad como una “teoría de la modernidad”. La enseñanza de la retórica en los colegios de la Compañía de Jesús en la Nueva España. In: CORREA ETCHEGARAY, Leonor et al. *La construcción retórica de la realidad: la Compañía de Jesús*. México DF: Univ. Iberoamericana, 2006. p. 13-55.

CHOCANO MENA, Magdalena. *La fortaleza docta*. Elite letrada y dominación social en México colonial (siglos XVI-XVII). Barcelona: Bellaterra, 2000.

CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Sobre el orador*. Madrid: Gredos, 2002.

_____. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005.

_____. *Tratado da república*. São Paulo: Círculo de Leitores, 2008.

COMPANHIA DE JESUS. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

COMPañÍA DE JESÚS. *Fórmula del Instituto de la Compañía de Jesús, aprobada y confirmada por los Sumos Pontífices Paulo III y Julio III*. México DF: Provincia Mexicana de la Compañía de Jesús, s/d. Disponível em: <www.sjmex.org/DocumentosPDF/FormulaInstituto.pdf>. Acesso em: 7 maio 2010.

_____. Ratio atque institutio studiorum societatis Iesu. In: GIL, Eusebio. (Ed.). *El sistema educativo de la Compañía de Jesús*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas, 1992.

_____. Ratio Studiorum. In: JULIA, Dominique (Ed.). *Ratio Studiorum*. Plan raisonné et institution des études dans la Compagnie de Jésus. Paris: Berlin, 1997.

CORDEIRO, Roberta Henriques R. *Dominicanos e jesuítas na emergência da tradição gramatical quechua – Século XVI*. 2008. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 2008.

DÍAZ, Elias. Razón de Estado y razones del Estado. *Isegoría*, n. 26, p. 131-179, 2002.

DÍAZ Y DE OVANDO, Clementina. *El Colegio Máximo de San Pedro y San Pablo*. México DF: Unam; IIE, 1951.

FERNÁNDEZ-SANTAMARÍA, Jose A. *Razón de Estado y Política en el Pensamiento Español del Barroco (1595-1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GÓMEZ ROBLEDO, Xavier. *Humanismo en el siglo XVI: el sistema del Colegio de San Pedro y San Pablo*. México DF: Jus, 1954.

GONZALBO AIZPURU, Pilar. *Historia de la educación en la época colonial: la educación de los criollos y la vida urbana*. México: Colmex, 1990.

HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. *Floema*, n. 2A, p. 133-169, 2006.

_____. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta T. et al. *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19-41.

KARNAL, Leandro. *Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e no México no século XVI*. São Paulo: Hucitec, 1998.

KURI CAMACHO, Ramón. *La Compañía de Jesús: imágenes e ideas*. Scientia Conditionata, tradición barroca y modernidad en la Nueva España. México DF: Plaza y Valdés, 2000.

MARIANA, Juan de. *Del rey y de la institución real*. In: _____. *Obras del padre Juan de Mariana*. Madrid: Rivadeneyra, 1854. t. II.

MOUCHEL, Christian. Les rhétoriques post-tridentines (1570-1600): la fabrique d'une société chrétienne. In: FUMAROLI, Marc. *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne (1450-1950)*. Paris: PUF, 1999. p. 431-497.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. *Por quem os signos dobram: uma abordagem das letras jesuíticas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

OSORIO ROMERO, Ignacio. *Colegios y profesores jesuitas que enseñaron latín en Nueva España (1572-1767)*. México: Unam, 1979.

_____. *Floresta de gramática, poética y retórica en Nueva España (1521-1767)*. 1. reimp. México DF: Unam, 1997.

QUINTILLEN. *Institution oratoire*. Paris: Garnier Frères, 1954. 4 v.

RAMA, Ángel. *Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBADENEYRA, Pedro de. *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el príncipe christiano para gobernar y conservar sus estados contra lo que Machiavelo, y los políticos de este tiempo enseñan*. Madrid: Oficina de Pantaleon Aznar, 1787.

SÁNCHEZ BAQUERO, P. Juan. *Fundación de la Compañía de Jesús en Nueva España*. México DF: Patria, 1954.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar*. Do *regimen* medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006.

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VIROLI, Maurizio. *De la política a la razón de Estado*. La adquisición y transformación del lenguaje político (1250-1600). Madrid: Akal, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZUBILLAGA, Félix (Ed.). *Monumenta Mexicana*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 8 v. v. I – 1956; v. II – 1959; v. III – 1968; v. IV – 1971; v. V – 1973; v. VI – 1976; v. VII – 1981; v. VIII – 1991 (Edición de Miguel Ángel Rodríguez).

Recebido em: 03/06/2013.

Aprovado em: 03/09/2013.

Apontamentos sobre História e Literatura nos Estados Unidos do oitocentos: o caso de *The Spy* (1821) de James Fenimore Cooper

Renata Dal Sasso Freitas*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer algumas considerações sobre as questões que tangem à relação entre a história e a literatura na primeira metade do século XIX, especificamente nos Estados Unidos, através do romance *The spy* (1821), do nova-iorquino James Fenimore Cooper (1789-1851), e de textos críticos do autor contemporâneos a essa obra. Buscar-se-á elucidar algumas questões sobre como eram pensados os papéis do historiador e do romancista naquele contexto específico e de como essas diferenças se refletem no processo de formação de Cooper enquanto autor de um determinado modelo de romance histórico.

Palavras-chave: História dos Estados Unidos. Romance histórico. James Fenimore Cooper. Literatura norte-americana. Guerra de Independência dos Estados Unidos.

* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade da Federal do Rio de Janeiro, com bolsa CAPES. Bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do programa DOCFIX FAPERGS/CAPES. Financiamento: CAPES. E-mail: renatadsf@gmail.com.

Introdução

Em sua biografia do romancista James Fenimore Cooper (1789-1851) de 1978, Stephen Raylton resume o importante papel que o nova-iorquino desempenhou no estabelecimento do gênero nos Estados Unidos da América e sua subsequente importância no cânone literário desse país da seguinte forma:

Before Hawthorne, he wrote historical romances, including one set in Puritan New England. Before Melville, he wrote sea-going fiction in which the ocean provides a setting at once realistic and symbolic. Before James, he wrote international novels. Before Twain he wrote the kind of tale in which, at the end, the hero lights out for territory. Before Howells, he wrote American romans de société. In these instances it would be harder to measure the precise extent of Cooper's influence, though it is certain that Cooper supplied them with the one thing which he himself had consciously lacked: an example, for better or worse, of what the novel in America could be. (RAYLTON, 1978, p. 3)¹

Para além disso, chamamos a atenção para o fato de Raylton afirmar que, ao contrário dos autores citados, Cooper não teve exemplos do que seria um romance norte-americano. Contudo, antes de ele publicar seu primeiro romance, *Precaution*, em 1820, o filadelfiano Charles Brockden Brown (1771-1810) já tinha angariado algum sucesso como escritor, publicando seis romances entre 1798 e 1801 – os mais famosos sendo *Wieland* e *Edgar Huntly* – e Washington Irving (1783-1859) já havia se tornado célebre por suas obras satíricas, entre elas *A history of New-York from the beginning of the World to the end of the Dutch Dynasty* (1809), sob o pseudônimo de Diedrich Knickerbocker², para não mencionar Susanna Rowson (1762-1824), cujo *Charlotte Temple* (inicialmente publicado em 1790 como *Charlotte, a tale of truth*) foi um dos primeiros *best-sellers* norte-americanos.

Podemos dizer, assim, que o mercado editorial estadunidense era bastante dinâmico desde o período colonial, tendo um forte protagonismo nos levantes locais que levaram à independência das

Treze Colônias, em 1783, e a produção de romances nos primeiros anos da república esteve ligada a esse processo. Como afirma Cathy N. Davidson,

*[...] the Revolution, fostered by a native press perpetrating the ideology of independence, had encouraged New World printers to expand their trade. Moreover, the suspension of trade with England during the war greatly encouraged the local industry – both native printing and the manufacturing of paper, presses, ink and type*³ (DAVIDSON, 2004, p. 73-74, grifos nossos).

Depois de independentes, os Estados Unidos tinham, conforme a autora, uma classe bem estabelecida de artesãos e empresários vinculados a essa incipiente indústria literária e tentativas foram feitas para proteger sua produção, através da formação de sociedades para regulamentar práticas profissionais e pressionar o Congresso a criar tarifas alfandegárias com fins protecionistas. Mas, ainda assim, o mercado literário da jovem nação encontrava-se atrelado justamente à velha metrópole contra a qual ajudara seus cidadãos a lutarem durante a maior parte do século XIX: as mudanças velozes pelas quais a impressão e a distribuição de livros passou nos primeiros anos do jovem país significavam que não apenas o maquinário era importado da Inglaterra, mas também que a maioria dos livros também advinha de lá ao invés de serem publicados localmente e sob preços mais acessíveis. Assim sendo, somente bíblias, almanaques e livros mais baratos saíam de produtores norte-americanos para consumidores que fossem seus compatriotas.

Essa dependência, no entanto, não se limitava somente à produção e a aspectos mercadológicos. Em seu ensaio sobre Fenimore Cooper que consta no primeiro volume de *Views and reviews of American Literature* de 1845, William Gilmore Simms (1806-1870) – possivelmente o romancista mais célebre do sul dos Estados Unidos antes da publicação de *Uncle Tom's Cabin*⁴ (1852), de Harriet Beecher Stowe, – diagnosticou da seguinte forma o contexto em que foi publicado o segundo romance do nova-iorquino:

At that period America had no literature. Just before this time, or about this time, it was a favourite sarcasm of the British Reviewers that such a thing as an American book was never read. Mr. Irving, it is true, was writing his sweet and delicate essays; but he was not accounted in England an American writer, and he himself, – no doubt with sufficient policy – his own fortunes alones being the subject of consideration – took no pains to assert his paternity. [...] [The publication of *The spy*] farther and more important effect was upon the intellect of our own country. It at once opened the eyes of our people to their own resources. It was something of a wonder, to ourselves, that we should be able – (strange, self-destroying humility in a people springing directly from the Anglo-Norman stock) – to produce a writer who should so suddenly, and in his very first work (“Precaution” was not known and scarcely named it that day) rise to such eminence – equaling most, excelling most, and second but one, of the great historical romance writers of Britain.⁵ (SIMMS, 1845, p. 216)

Donald Ringe, no artigo *The American Revolution in American romance*, analisa a Guerra de Independência como temática da incipiente produção literária norte-americana das primeiras décadas do século XIX. Analisando as obras do próprio Cooper e de seus contemporâneos John Neal, William Gilmore Simms e John Pendleton Kennedy⁶ ambientadas durante o conflito, Ringe aponta de início o contexto favorável para o tipo de ficção desenvolvido por esses quatro romancistas:

This was, after all, the period of intense nationalistic feeling that followed the War of 1812, a feeling that could hardly be expected to subside as the fiftieth anniversary of the Revolution approached and memories were reawakened by the grand tour of the United States made by the Marquis de Lafayette between July, 1824, and September, 1825. For writers of historical fiction, the time was golden⁷ (RINGE, 1977, p. 352).

Entre os aspectos salientados pelo historiador e crítico literário, encontra-se a oposição que John Neal, então vivendo na Inglaterra, fez às obras de seus contemporâneos, principalmente a *Lionel Lincoln*, de Cooper, afirmando:

It is a not such a book, as we might have, and shall have, we do hope yet; a brave, hearty, original book, brimful of descriptive truth; crowded with real American character; alive with American peculiarities; got up after no model, however excellent; wove to no pattern, however beautiful; in imitation of nobody, however great⁸ (NEAL, 1937, p. 205).

Essa questão vai ao encontro dos debates a respeito da natureza de um “romance norte-americano”. É particularmente revelador que Cooper – um tenente reformado da Marinha Americana e à época da publicação de suas primeiras obras proprietário de terras e empreendedor em variadas indústrias – tenha escolhido a Guerra de Independência como o contexto no qual ambientou três de seus primeiros cinco romances. Cooper em específico deixou de lado a Guerra de Independência depois da publicação de *Lionel Lincoln*, mas o fato de que tanto Gilmore Simms quanto Pendleton Kennedy publicaram seus romances ambientados no conflito dez anos mais tarde deixa entrever ainda sua relevância no período chamado *antebellum*, isto é, os anos entre o final da Guerra de Independência com a assinatura do Tratado de Paris, em 1783, e o início da Guerra de Secessão, em 1861. A questão nacional, portanto, é intrínseca ao início da carreira de Cooper como escritor, o qual nos interessa na presente análise, mas é preciso ressaltar que ela não é resolvida. Como atesta Jonathan Arac, a declaração de secessão dos onze estados que vieram a compor os Estados Confederados da América significou uma crise na produção literária norte-americana, o que no caso da análise do autor inclui outras formas de narrativa que não só a prosa de ficção (ARAC, 2005).

Vale aqui considerar a trajetória literária de Cooper entre a publicação de seu primeiro romance e sua ida para a Europa em 1827: sua primeira obra foi *Precaution*, em 1820, ambientada na Inglaterra, a qual pode ser considerada um pastiche dos romances

da inglesa Jane Austen (1775-1817); em 1821, publicou *The spy*, ambientado entre os dois últimos anos do conflito bélico da Guerra de Independência, em Westchester, Nova York; dois anos mais tarde, surgiu *The pioneers*, cujo subtítulo é “*a descriptive tale*” a respeito da vida na fronteira em Templeton, uma versão fictícia do vilarejo de Cooperstown – que foi fundado por seu pai – entre os anos de 1793 e 1794; em 1824, foi a vez de *The pilot*, um romance naval cuja ação foi inspirada nos ataques da Marinha Continental à costa da Inglaterra, sob o comando de John Paul Jones, que é, ao final das contas, seu protagonista; um ano mais tarde, Cooper publicou *Lionel Lincoln*, ambientado na Boston ocupada em 1775 e descrevendo os eventos que deram início à Guerra de Independência; e, finalmente, em 1826, aparece *The last of the mohicans*, cujo enredo traz de volta os personagens de *The pioneers* Natty Bumppo e Chingachkook, dessa vez, na Guerra dos Sete Anos, mais especificamente, no ano de 1757.

Neste espaço de tempo, Cooper começou a se dedicar aos dois gêneros pelos quais se tornaria mais famoso: seus romances navais e seus romances ambientados na fronteira. É também nesse período que Cooper desenvolveu seu próprio modelo de romance. Vale dizer que os romances citados aqui podem ser considerados romances históricos que seguem, de diferentes formas, o modelo estabelecido pelo escocês Sir Walter Scott (1771-1832) com seu *Waverley* de 1814. Assim sendo, o objetivo deste artigo é fazer algumas considerações sobre a relação entre história e literatura no oitocentos norte-americano, através do primeiro romance de Cooper, ambientado na Guerra de Independência dos Estados Unidos: *The spy*, de 1821.

Um romance histórico

Pode-se dizer que *The spy, or a tale of the neutral ground* foi percebido como um romance histórico logo em seguida de sua publicação. Em sua resenha de *The spy* para a *North American Review* de julho de 1821 – a primeira análise de um romance norte-americano pela revista –, W. H. Gardiner descreve inicialmente sobre o estado

do romance nos Estados Unidos, rechaçando a “queixa” comum a autores inclusive mais tardios como John Neal, Charles Brockden Brown, Alexis de Tocqueville, Nathaniel Hawthorne, Henry James e o próprio Cooper: de que entre os estadunidenses

*[...] there is [...] a cold uniformity and sobriety of character; a sad reality and utility in our manners and institutions; that our citizens are downright, plain-dealing, inflexible, matter-of-fact sort of people; in short, that our country and its inhabitants are equally and utterly destitute of all sorts of romantic associations*¹⁰ (GARDINER, 1822, p. 250, grifos nossos).

Gardiner defende a ideia de que os tipos norte-americanos são muito diversos, indo contra a ideia de uma “unidade de caráter”, citando os diferentes sociais de cada colônia e a dificuldade que um escritor de ficção teria em uniformizar essa diversidade cultural e étnica. No que diz respeito à falta de cenários góticos na América em comparação com os castelos e as ruínas italianos que inspiram tamanho horror no que chama de “*old fashioned romance*”¹¹, Gardiner argumenta que a localização destes são de pouca relevância para o leitor.

*[...] we are not ambitious that scenes so purely imaginary should be located on this side of the Atlantic, when they cannot from their very nature, partake any thing of the character of the soil and climate which give them birth; although we are by no means sure that a first rate horror, of the most imaginative kind, might not be invented without the aid of Gothic architecture, or Italian scenery. – While for these reasons, which do not peculiarly affect ourselves, we have no particular longing after this species of American castle building, we do hope to see the day, when that more commodious structure, the modern historical romance shall be erected in all its native elegance and strength on American soil, and of materials exclusive our own. The truth is, there never was a nation whose history, studied with that view, affords better or more abundant matter of romantic interest than ours.*¹² (GARDINER, 1821, p. 253-254, grifo nosso).

A partir disso, Gardiner sustenta que aparentemente há três épocas na história estadunidense que são adequadas para o romance histórico: o período que sucede a vinda dos primeiros colonos, o período das guerras indígenas e a Guerra de Independência. Depois de uma apreciação crítica de *The spy*, Gardiner por fim conclui que o romance, apesar de seus muitos defeitos “[...] *has yet redeeming merits to give it a respectable station in the ranks of historical romance*”¹³ (GARDINER, 1822, p. 62).

O enredo de *The spy* é ambientado no condado de Westchester, Nova York, uma zona tão conflagrada durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos quanto as *highlands* da Escócia durante o levante jacobita de 1745, como em *Waverley*, de Walter Scott. O contexto é de crise, e Cooper busca retratar a trajetória de indivíduos neste ambiente específico, mostrando suas estratégias de sobrevivência e suas diferentes lealdades aos lados opostos do conflito, tal como Georg Lukács caracteriza a principal inovação de Scott enquanto autor do que ele considera a “forma clássica do romance histórico” (LUKÁCS, 1983, p. 35).

Em *The spy*, a Guerra de Independência é tratada de uma forma particular. Segundo Donald Ringe, isso é essencial para a compreensão das temáticas dos trabalhos de Cooper, Neal, Simms e Kennedy: a guerra aqui não se dá entre dois governos e exércitos que se opõem, mas é um conflito civil em que vizinhos são colocados um contra o outro, motivações são muitas vezes ocultas, com a adicional presença de bandos de partidários irregulares que vagam pelo território conflagrado agindo a seu bel prazer. Ringe afirma que foi justamente o romance de Cooper de 1821 que estabeleceu esse padrão (RINGE, 1977, p. 357-358).

Em *The spy*, a família Wharton refugia-se dos efeitos da presença das tropas britânicas na cidade de Nova York em sua propriedade rural, em pleno *neutral ground*, termo sem tradução utilizado para denominar a faixa de terra de trinta milhas entre a cidade (ocupada pelo exército britânico) e o território que se encontrava sob domínio do exército Continental¹⁴ no norte do condado de Westchester. A família consiste do Mr. Wharton, que se mantém neutro apesar de ter tomado as devidas providências para proteger suas finanças e suas propriedades em uma eventual vitória dos

colonos; seu filho Henry, capitão do exército britânico; Sarah, sua filha mais velha que recebe as atenções de um coronel britânico e cujas lealdades consequentemente residem com a metrópole; e Frances, noiva de Peyton Dunwoodie, um major do exército Continental, o que a torna uma ardente defensora de seus compatriotas. No terreno ao lado da propriedade dos Wharton, reside Harvey Birch, o espião do título do romance, um caixeiro-viajante que, por aparentar ser agente da Coroa, sofre constantes ameaças das tropas americanas. A trajetória dos Wharton no romance serve sobretudo para retratar a atmosfera de desconfiança naquele local e período específicos, em função de um evento verídico em especial: a captura e execução do major britânico John André, a mando de George Washington e de um comitê formado pelos demais generais dos exércitos aliados dos norte-americanos envolvidos na guerra depois da defecção do general Continental Benedict Arnold, de quem André havia obtido mapas da fortaleza americana de West Point. Cooper também se vale, para seu enredo, do fato de que bandos armados de milicianos frequentemente agiam na região, empreendendo represálias e extraíndo butim de moradores cujas lealdades pudessem ser detectadas; os *skimmers* e os *Cow-boys*, aliados dos colonos e da Coroa, respectivamente.

A despeito de possuir muitos requisitos em *The spy* que remetem aos romances de Scott – a humanização do processo histórico através da vivência de seus personagens em um contexto de crise, a presença de um personagem histórico sob disfarce (no caso, Washington) – consideramos *The spy* como um romance de costumes situado em um contexto de guerra. George Dekker, que salienta a importância de Scott no processo de estabelecimento da ficção histórica nos Estados Unidos ao longo do século XIX, afirma que *The spy* não pode ser “levado a sério” como um romance histórico, pois “*Cooper simply assumes that the American side was obviously right, a patriotic assumption which is revealed most ingenuously in the way George Washington makes his appearance as ‘The Father of his Country’ in the novel*”¹⁵ (DEKKER, 1967, p. 36, grifos nossos). Apesar desta objeção – e de outras de ordem crítica –, Dekker considera *The spy* um romance que segue o modelo de *Waverley* por outros motivos que nos parecem exagerados: o uso, por exemplo, da expressão

neutral ground por parte do romancista escocês para descrever locais que de fato são espaços de neutralidade entre personagens, no caso, a biblioteca dos Osbaldistone em *Rob Roy* e a História enquanto um interesse mútuo entre Edward Waverley e o Barão Bradwardine no romance de 1814; e a figura do Sr. Wharton enquanto um *wavering hero*¹⁶ como o personagem título deste último (DEKKER, 1967, p. 33-34). Dekker parece se esquecer de que parte da experiência de um *wavering hero* típico de Scott se encontra em uma vivência intensa entre partidários do lado oposto ao qual pertence em um conflito, sem, ao final, converter-se. Não só Mr. Wharton tem um filho servindo aos britânicos como sua neutralidade é a todo momento demonstrada como falsa e covarde pelo narrador. Em nenhum momento, apesar de sua convivência com membros do exército norte-americano e partidários da causa, Wharton aparenta que vai mudar suas alianças.

Conforme Wayne Franklin em sua biografia de Cooper, Scott serviu de modelo para Cooper em mais de uma forma: de suas estratégias editoriais para se tornar um escritor profissional até a divisão de capítulos e volumes de seus romances (FRANKLIN, 2007, p. 248-254). No entanto, o que uma leitura mais atenta de *The spy* explicita a presença de elementos narrativos que nos remetem muito às obras de Jane Austen do que do escritor escocês. Mais da metade do romance se passa dentro da propriedade dos Wharton, onde duas irmãs – um padrão recorrente nos romances de Austen –, Sarah e Frances, têm de lidar com a realidade da guerra e seus sentimentos com relação a dois homens diametralmente opostos. Embora o desfecho do romance seja similar às histórias de fundo moral do século XVIII, com a ruína de Sarah ao ser enganada pelo coronel britânico Wellmere (descobre-se que ele já era casado na Inglaterra), a forma com a qual Sarah, a irmã menos prudente, entrega seus sentimentos a um homem cujos galanteios escondem seu verdadeiro caráter não é muito diferente do tipo de situação pelo qual passam Marianne Dashwood e Lydia Bennet, de *Sense and sensibility* (1811), e *Pride and prejudice* (1813), respectivamente. Ao mesmo tempo, Frances vive a mesma situação de Elinor Dashwood, irmã de Marianne, com Lucy Steele, ao ter de lidar e conviver com uma mulher apaixonada pelo homem que ama.

Esses aspectos não diminuem a importância daqueles aspectos que tornam *The spy* uma obra que cabe chamar de romance histórico. Seus referentes externos não servem somente para amparar o enredo. O drama de Henry Wharton, preso pelo exército Continental por espionagem depois passar as linhas inimigas sob disfarce, vale-se do caso de John André; e o papel que Harvey Birch tem em salvá-lo da execução certa se vale do mesmo papel que John Champe, um sargento, que aceitou a proposta do general americano Henry Lee de simular uma deserção do exército Continental para se apresentar às tropas britânicas lideradas por Sir Henry Clinton e capturar Benedict Arnold, ação que certamente resultaria na libertação de André. O plano de Champe falhou e ele terminou tendo de se apresentar a uma embarcação britânica para só retornar anos depois e ser devidamente recompensado pelo seu sacrifício pelos oficiais americanos. Da mesma forma que o sargento de Lee, Henry Wharton também “desaparece” depois de entrar em uma embarcação de seu exército. Tal narrativa consta em um relato do próprio Lee, intitulado *Memoirs of the war in the southern department of the United States* de 1812, que Cooper cita em uma obra mais tardia, o ensaio *Notions of the Americans*, justamente no capítulo em que discute o caso de John André.

O romance de Cooper

Para compreender o que Cooper pensava a respeito do romance neste período, devemos nos voltar para sua produção crítica entre os anos de 1821 e 1822, quando contribuiu para um período chamado *The Literary and Scientific Repository, and Critical Review*, editado por um ex-companheiro seu de marinha, Charles Kitchell Gardner. Nele, Cooper publicou anonimamente um de seus textos críticos mais célebres: uma resenha de *A New-England Tale* (1822), um romance sem autoria, mas que mais tarde se descobriria ser de Catharine Maria Sedgwick (1789-1867). Em sua crítica, Cooper ressalta a importância da dedicação do autor ou autora, como ele próprio coloca, do romance em representar as diversidades dos povos e dos costumes americanos, bem como da carência de obras que o fizessem de forma competente:

Of books that profess to illustrate American society and manners, we have never met with one which so perfectly and agreeably accomplishes the design, to a certain extent, as the little volume before us. Our political institutions, the state of learning among us, and the influence of religion upon the national character, have been often discussed and displayed; but our domestic manners, the social and the moral influences, which operate in retirement, and in common intercourse, and the multitude of local peculiarities, which form our distinctive features upon the many peoples earth, have very seldom been happily exhibited in our literature. It is true, that Mr. Washington Irving, in his *Knickerbocker*, *Rip Van Winkle*, and the *Legend of Sleepy Hollow*, has given, in inimitable burlesque, very natural, just, and picturesque views of one class of people in the land; but they are all ludicrous subjects, and do little towards forming a history of the diversities of passion, sentiment and behaviour, as they are manifest in any of our little communities, detached, as it were, from the great world.¹⁷ (COOPER, 1955, p. 97)

A partir dessa citação, podemos ver a preocupação que Cooper tinha – já de início – com a representação dos diversos tipos sociais e da grande variedade de hábitos que constituíam os costumes de seus compatriotas. Essa preocupação entre o particular e o universal será uma tensão constante na obra do nova-iorquino e na literatura norte-americana de forma geral até os dias de hoje, vide a dificuldade de historiadores e críticos literários em se precisar o que é exatamente um “romance americano”. Ao escrever sobre a fronteira do estado de Nova York um ano mais tarde, o próprio Cooper criaria uma variedade de personagens – desde os colonos europeus, tão diferentes entre si, na medida em que a proveniência era tão diversa, até os escravos negros e os indígenas que sobreviveram aos massacres e à ocidentalização – que ele próprio considera, em prefácio posterior, que seu enredo foi comprometido por sua ânsia em descrever a paisagem, os tipos sociais e os costumes de forma detalhada (COOPER, 1964, p. v).

Mas é também nessa crítica que Cooper delinea pela primeira vez a sua percepção do que significa ser um romancista, sobretudo em relação ao que ele considera a verossimilhança que todos aqueles que se pretendem como tal devem tentar atingir: no caso, a “verdade” inerente às ações humanas, baseada na observação da vida dos homens comuns, que isso Cooper, um verdadeiro “historiador” dos feitos nacionais, uma definição retirada do prefácio de Henry Fielding a seu *Joseph Andrews* (1742):

Any future collector of our national tales, would do well to snatch these from oblivion, and to give them that place among the memorials of other days, which is due to the early and authentic historians of a country. We say historians – we do not mean to rank the writers of these tales, among the recorder of statutes, and battles, and party chronicles; but among those true historians which Dr. Moore says, are wanting, to give us a just notions of what manner of men the ancient Greeks were, in their domestic affections, and retired deportment; and with whom Fielding classes himself, nearly in these words: ‘Those dignified authors who produce what are called true histories, are indeed writers of fictions, while I am a true historian, a describer of society as it exists, and of men as they are’.¹⁸ (COOPER, 1955, p. 97-98)

Como mencionamos anteriormente, Cooper depositava uma grande importância na descrição dos costumes locais e da diversidade da população norte-americana. Isso é uma marca de *The pioneers*, publicada dois anos mais tarde, mas ela já se encontra presente em *The spy*, através de personagens que representam diferentes tipos locais norte-americanos: o capitão Lawton, o major Dunwoodie e a tia por parte de mãe de Frances e Sarah, Jeanette Peyton, que são originários da Virginia; a irlandesa Betty Flannagan e o escravo Caesar também são exemplos disso. Apesar de sua primeira obra, *Precaution*, ser ambientada na Inglaterra, um país que conheceu brevemente durante seu período na Marinha, nos primeiros romances de Cooper, fica evidente que ele preferia escrever sobre assuntos e locais que lhes eram familiares. Pode-se dizer, a partir de outros textos da época, que a experiência era uma

questão cara para Cooper enquanto escritor. Tanto em sua resenha da *Naval history of the United States, from the commencement of the Revolutionary War to the present time* (1813), publicada no *Literary and Scientific Repository*, em janeiro de 1821, quanto no primeiro prefácio de *The pilot*, ele salienta que a experiência no mar é de serventia àquele que deseja escrever sobre a vivência no mesmo. Sobre a obra de Clark, Cooper afirma: “*It is the misfortune of the author of this book, to be ignorant of the profession, connected with the events, which he has attempted to record*”¹⁹ (COOPER, 1955, p. 3, grifos nossos).

No processo de escrita de *The spy*, isso também fica evidente. Cooper foi morar em Westchester depois de casado, e, portanto, conhecia bem a região que estava descrevendo em seu primeiro romance ambientado em território norte-americano. Nascido em 1789, o nova-iorquino não teve vivência alguma da guerra e sua família tampouco. No entanto, os De Lanceys, família de sua esposa, estiveram intensamente envolvidos na disputa, sendo partidários da Coroa e depois tendo de lidar com as consequências disso. Segundo Wayne Franklin, o protagonismo dos De Lancey na região durante a guerra – as tropas do tio de sua esposa, o Cel. James De Lancey, é citado no romance – foi essencial para a concepção da Guerra de Independência enquanto conflito civil (FRANKLIN, 1997, p. xiv-xv). E, ainda assim, o que serviu fundamentalmente como ponto de partida para a narrativa foi a convivência e aliança política dos Cooper com a família Jay. Foi do próprio John Jay, responsável pela inteligência do exército Continental, que o romancista ouviu a história que se tornaria a de Harvey Birch. É necessário ressaltar que James H. Pickering aborda essa “tradição oral” de Westchester como sendo uma possível fonte para o romance, citando a filha de Cooper, Susan Fenimore, que dizia que, quando morava em Scarsdale – ele costumava convidar vizinhos mais velhos para jantar em sua casa e conversar sobre a batalha de White Plains²⁰ e os *comboys* e *skimmers*. É necessário ressaltar que, no século XIX, a ideia de uma “tradição oral” em Westchester, oriunda da vivência durante a Guerra de Independência, ganhou força entre historiadores locais com a leitura de entrevistas conduzidas por John McDonald na década de 1850, na *New York Historical Society*, nas quais eram comuns relatos da crueldade dos milicianos e de

histórias de agentes secretos no *neutral ground*. McDonald entrevistou 241 pessoas com idades entre 76 e 90 anos, entre 1844 e 1851 (PICKERING, 1967, p. 3-10).

Cooper só se aventurou em “território desconhecido” ficcionalmente quatro anos depois da publicação de *The spy*, com *Lionel Lincoln*, para o qual viajou a Boston e visitou as localidades das batalhas de Lexington, Concord e Bunker Hill e da movimentação em Dorchester Heights que precedeu esta última. Além disso, através de seu amigo William Schubrik, obteve relatos de época. Houve, portanto, um processo de *familiarização* com o não *familiar* que, no caso de *The spy*, não lhe foi especialmente necessário. Assim, consideramos *The spy* como o momento em que Cooper começou a se forjar enquanto autor de romance histórico, mesmo que ainda recorresse a elementos narrativos e a temáticas próprias do romance de costumes da primeira década do oitocentos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi fornecer um pequeno vislumbre no processo que tornou James Fenimore Cooper um dos maiores romancistas de seu país, por grande parte do século XIX, através de uma análise de seu primeiro romance, que pode ser considerado como um “romance histórico”, e que denota uma tensão entre dois tipos diferentes de escrita romanesca – o romance histórico e o romance de costumes – e como eles se relacionam com a temática de *The spy*, um dos períodos mais violentos da Guerra de Independência, sobretudo para a população civil.

Se considerarmos que, em 1823, Cooper publicou um volume com duas novelas domésticas de fundo moral intitulado *Tales for fifteen*, sob o pseudônimo de Jane Morgan, podemos ver que essa tensão ainda era latente mesmo no período em que ele concebeu os dois romances cujas temáticas fizeram sua fama: o romance de fronteira, com *The pioneers*, e o romance naval, com *The pilot*. É mais relevante ainda pensarmos no papel do *referente externo* em *The spy* e em como sua relação pessoal com o contexto representado é importante para a concepção do romance e de sua própria percepção enquanto romancista em oposição à figura do historiador.

Em um país onde a questão nacional não estava cristalizada no que diz respeito à literatura e em que a prática da escrita da história não era centralizada, apenas se condiciona a reunião e a publicação de documentos, é especialmente relevante pensar as relações entre história e literatura, bem como seu papel na definição do campo literário do período nos Estados Unidos.

NOTES ON HISTORY AND LITERATURE

IN NINETEENTH-CENTURY UNITED STATES:

THE CASE OF JAMES FENIMORE COOPER'S *THE SPY* (1821)

Abstract: The present article aims to make a few considerations on the issues that concern the relationship between history and literature in the first half of the nineteenth century, specifically in the United States, through the novel *The spy* (1821) by New York novelist James Fenimore Cooper (1789-1851) and critical texts by the author from the same period. We look to elucidate a few questions regarding how the roles of historian and of the writers of novels were thought in that particular context and how these differences reflect in the process of Cooper's formation as a writer of a determined model of historical novel.

Keywords: United States history. Historical novel. James Fenimore Cooper. American literature. American War of Independence.

Notas

¹ “Antes de Hawthorne, ele escreveu romances históricos, incluindo um ambientado na Nova Inglaterra puritana. Antes de Melville, escreveu romances sobre viagens no mar, nos quais o oceano providencia um cenário ao mesmo tempo realista e simbólico. Antes de James, escreveu romances internacionais. Antes de Twain, escreveu o tipo de narrativa no qual, ao fim, o herói sai em busca de território. Antes de Howells, *romans de société* americanos. Nesses casos seria mais difícil medir a extensão precisa da influência de Cooper, apesar de ser certo que Cooper os forneceu com aquilo que ele próprio conscientemente não possuía: um exemplo, para o bem ou para o mal, do que o romance nos Estados Unidos poderia ser.” (Todas as traduções de citações em inglês são da autora)

² Knickerbocker era um sobrenome comum entre os colonos holandeses que ocuparam a ilha de Manhattan, fundando Nova Amsterdã, em 1625. A partir da obra de Irving, popularizou-se a ponto de ser usado para denominar membros

da elite nova-iorquina de origem holandesa e, mais tarde, nova-iorquinos de forma geral.

³ “a Revolução, fomentada por uma imprensa nativa perpetrando a ideologia da independência, havia encorajado impressores do Novo Mundo a expandirem sua prática. Ademais, a suspensão do comércio com a Inglaterra durante a guerra encorajou fortemente a indústria local – ambos a impressão local e a manufatura de papel, impressas, tinta e tipos.”

⁴ Traduzido para o português como *A cabana do pai Tomás*.

⁵ “Neste período, os Estados Unidos da América não tinham literatura. Pouco antes desta época, ou por volta dela, era um gracejo favorito dos críticos britânicos que tal coisa como um livro americano nunca fora lido. O Sr. Irving, é verdade, estava escrevendo seus ensaios doces e delicados; mas ele não era considerado na Inglaterra um escritor americano, e ele próprio – sem dúvida com prudência o bastante – sua própria sorte estando sujeitas a consideração – não se esforçou para afirmar sua paternidade. [...] O efeito mais profundo e importante dela (a publicação de *The spy*) foi sobre o intelecto do nosso próprio país. Ela subitamente abriu os olhos do nosso povo para seus próprios recursos. Foi algo surpreendente, para nós mesmos, que nós poderíamos ser capazes – (humildade estranha e autodestruidora em um povo diretamente surgido do caldo anglo-normando) – de produzir um autor que devesse de forma tão repentina, em sua primeira obra (*Precaution* não era conhecido e raramente citado naquela época) chegou a atingir tal eminência – igualando, sendo melhor, somente perdendo para um dos maiores escritores de romance histórico da Grã-Bretanha.”

⁶ John Neal (1793-1876), autor de *Seventy-six*, de 1823, publicado na época em que estava radicado na Grã-Bretanha. Neal era particularmente crítico de Cooper, Kennedy e Gilmore Simms, por considerar que suas apropriações do romance histórico de Scott não contribuíam em nada para o estabelecimento de um romance verdadeiramente norte-americano. William Gilmore Simms (1806-1870) escreveu oito romances ambientados na Guerra de Independência, começando por *The partisan*, de 1835, e ficou conhecido pelo epíteto *Cooper do Sul*. John Pendleton Kennedy (1795-1870) serviu como Secretário da Marinha durante o governo de Millard Filmore, que assumiu a presidência depois da morte de Zachary Taylor, em 1850. Escreveu o romance *Horse-Shoe Robinson*, publicado em 1835.

⁷ “Este foi, afinal, o período de intenso sentimento nacionalista que seguiu à Guerra de 1812, um sentimento que mal poderia se esperar que diminuísse com o cinquentenário da Independência se aproximando, e memórias foram despertadas pelo grande *tour* dos Estados Unidos feito pelo Marquês de Lafayette entre julho de 1824 e setembro de 1825. Para escritores de ficção histórica, foi uma época dourada.”

⁸ “Não é um livro tal como poderíamos ter, teremos ou esperamos ainda ter; um livro corajoso, vigoroso, original; cheio de verdade descritiva; repleto do real caráter americano; vivo com peculiaridades americanas; criado a partir de nenhum modelo, por melhor que seja; tecido em nenhum padrão, por mais belo que seja; em imitação de ninguém, por maior seja.”

⁹ “Uma estória descritiva”

¹⁰ “há [...] uma fria uniformidade e sobriedade de caráter; uma realidade e utilidade tristes em nossos modos e instituições; que nossos cidadãos são um tipo de gente franco, honesto, inflexível e pragmático; em suma, que nosso país e seus habitantes são igual e totalmente despossuídos de quaisquer associações românticas.”

¹¹ “romance antiquado”

¹² “[...] não somos ambiciosos que cenas tão puramente imaginárias devam ser *ambientadas* neste lado do Atlântico quando elas não podem, por sua própria natureza, partilhar qualquer coisa com o caráter do solo e clima que os criaram; embora nós estamos de qualquer forma certos de que horror da primeira ordem, do tipo mais imaginativo, não possa ser criado sem o auxílio da arquitectura gótica ou da paisagem italiana. – Ao passo que por esses motivos, que não nos afetam particularmente, nós não temos nenhum desejo específico por esse tipo de construção de castelo americano, nós temos a esperança de ver o dia em que aquela mais cómoda estrutura, o romance histórico moderno, seja erigido em toda sua elegância e força nativa no solo americano, com materiais exclusivamente nossos. A verdade é que nunca houve uma nação cuja história, estudada a partir desse ponto de vista, fornece material de interesse romântico melhor ou mais abundante que a nossa.”

¹³ “ainda possui méritos redentores para lhe dar um status respeitável na classe do romance histórico.”

¹⁴ O chamado exército Continental foi criado após o início da guerra, através de uma resolução do Congresso Continental de 14 de junho de 1775 que tinha o objetivo de coordenar os esforços militares das milícias das diferentes colônias.

¹⁵ “Cooper simplesmente presume que o lado americano estava obviamente correto, uma presunção patriótica que é revelada de forma mais ingênua na forma com que George Washington faz sua aparição como o ‘Pai de seu País’ no romance.”

¹⁶ “herói hesitante”. Essa expressão é usada por Lukács em seu ensaio citado anteriormente para caracterizar os personagens de Scott que em uma situação de crise se mostram dúbios perante a possibilidade de conversão para o outro lado do conflito em que estão envolvidos.

¹⁷ “Dos livros que professam ilustrar a sociedade e os costumes americanos, nós nunca encontramos com um tão que tão perfeita e agradavelmente alcança esta meta, até certo ponto, do que o pequeno volume em nossa frente. Nossas institui-

ções políticas, o estado da nossa educação, e a influência da religião sobre o caráter nacional tem sido frequentemente discutidas e demonstradas, nossos costumes domésticos, as influências morais e sociais, que operam separadamente e em relações uma com a outra, e a multidão de peculiaridades locais, que formam nossas características distintas perante os muitos povos do mundo têm sido raramente exibidas com sucesso nessa literatura. É verdade que o Sr. Washington Irving, em seu Knickerbocker, Rip Van Winkle e a Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça tem dado, em burlesco inimitável, visões muito naturais, justas e pitorescas de uma classe de gente do país; mas eles são todos objetos ridículos e pouco servem para formar uma história da diversidade de paixões, sentimento e comportamento tais como se manifestam em qualquer de nossas pequenas comunidades, separadas, por assim dizer, do grande mundo.”

¹⁸ “Qualquer futuro colecionador de nossas histórias nacionais farão bem em tirá-las do esquecimento e dá-las aquele lugar entre as memórias de outros tempos, o que cabe aos primeiros e autênticos historiadores de um país. Ao dizer historiadores – não estamos colocando os escritores dessas histórias ao lado daqueles que registram estatutos e batalhas e crônicas partidárias; mas sim entre aqueles verdadeiros historiadores, os quais Dr. Moore diz que estão faltando para dar-nos uma noção justa de que espécie de homens eram os gregos antigos em suas afetações domésticas e porte reservado; e com os quais Fielding se identifica, quase nestas palavras: “aqueles autores dignos que produzem que são chamadas de verdadeiras histórias são, na verdade, os autores de ficção, logo sou um verdadeiro historiador, que descreve a sociedade como ela existe e nós homens como eles são.”

¹⁹ “É o infortúnio do autor deste livro que ele seja ignorante a respeito da profissão ligada aos eventos que ele tentou registrar.”

²⁰ A batalha de White Plains ocorreu na região do mesmo nome em Nova York, em 28 de outubro de 1776. George Washington ordenou uma retirada inicial de seus soldados da região, mas teve sua rota interceptada pela chegada das tropas do general britânico William Howe em Westchester, fazendo com que o general norte-americano tivesse que retirar suas tropas ainda mais ao norte.

Referências

ARAC, Jonathan. *The emergence of American literary narrative*. 1820-1860. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

COOPER, James Fenimore. *The pioneers, or the sources of the Susquehanna*. A descriptive tale. With an afterword by Robert E. Spiller. New York: Signet Classic, 1964.

_____. *Early critical essays*. Facsimile Reproductions of The Literary and Scientific Repository, and Critical Review with an introduction and headnotes by James F. Beard. Gainesville, Florida: Scholars' Facsimiles & Reprints, 1955.

DAVIDSON, Cathy N. *Revolution and the Word: The Rise of the Novel* (Expanded Edition). New York: Oxford University Press, 2004.

DEKKER, George. *James Fenimore Cooper: the American Scott*. New York: Barnes and Noble, 1967.

FRANKLIN, Wayne. *James Fenimore Cooper: the early years*. New Haven: Yale University Press, 2007.

_____. Introduction. In: COOPER, James Fenimore. *The spy, a tale of the neutral ground*. Introduction and notes by Wayne Franklin. New York: Penguin Books, 1997.

GARDINER, W. H. The Spy. *North American Review*. Boston, vol. 15, p. 250-283, July 1822.

LUKÁCS, Georg. *The historical novel*. Prefaced by Frederic Jameson. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 1983.

NEAL, John. *American writers*, a series of papers contributed to Blackwood's magazine (1824-1825), edited with notes and bibliography by Fred Lewis Pattee. Durham: Duke University Press, 1937.

PICKERING, James. The oral tradition of the Neutral Ground. *The Westchester Historian*. Elmsford, v. 43, n. 1, p. 3-10, winter de 1967.

RAYLTON, Stephen. *Fenimore Cooper: a study of his life and imagination*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

RINGE, Donald. The American Revolution in American Romance. *American Literature*, Durham, v. 49, n. 3, p. 352-365, 1997.

SIMMS, William Gilmore. *Views and reviews in American Literature, History and Fiction*. By the author of *The Yemassee*, *Life of Marion*, *History of South Carolina*, *Richard Hurdis*, etc. First series. New York: Wiley and Putnam, 1845.

Recebido em: 30/07/2012.

Aprovado em: 11/04/2013.

Vida Policial: compreensão civilizatíssima da repressão ao crime e (ou) influência na psicologia dos jovens

Elena Camargo Shizuno*

Resumo: Este trabalho analisa o conto e o folhetim policiais publicados na revista *Vida Policial*, editada na cidade do Rio de Janeiro (1925 a 1927). O semanário publicava crônica policial, conto, folhetim, doutrina policial, textos do mundo jurídico, bem como notícias jornalísticas. Os escritos policiais foram meios de construção de tipos de *crime* e *criminoso*, ao mesmo tempo foram produtores de um imaginário social que imputava a esse tipo de literatura o estigma de *manual do crime*. Nos escritos policiais, reproduzia-se o que chamamos de *educação às avessas*, principalmente de jovens e crianças, pois as ações e os personagens imprimiam com a marca do ilegalismo uma forma de combate social mais aceitável e eficaz. As ações e os meios de combate ao crime, vistos como modelo ideal, perpetrados por agentes de segurança amadores – os detetives diletantes –, implicam a potência individual do investigador, como Sherlock Holmes, que se consolidou como o super-herói, arquetípico, uma exemplaridade de vigilância, prevenção e segurança.

Palavras-chave: Revista policial. Crime e mídia. Folhetim policial.

* Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR). E-mail: elena.shizuno@terra.com.br

Introdução

A revista *Vida Policial* foi criada na cidade do Rio de Janeiro e editada entre os anos de 1925 a 1927, com o subtítulo *hebdomadário noticioso, crítico e doutrinário*. Tal designação ressaltava os seus objetivos de publicar crônica policial, conto, folhetim, criminologia, textos do mundo jurídico e notícia jornalística, como veremos no decorrer deste trabalho.

Os motes da revista consistiam em “auxiliar a educação do povo e, ao mesmo tempo, fornecer meios para a sua defesa.” *Vida Policial* também autodenominava-se “um jornal de educação social”, “um órgão de defesa social”, “única revista no gênero em todo o país”. (VIDA POLICIAL, n. 80, 1926) Certamente, os motes referiam-se à autoclassificação do perfil da revista.

Em *Vida Policial*, a publicação do conto e do folhetim criminais, e mais especificamente a do tipo policial, ocupava longas páginas e, desde o seu surgimento, criou um público assíduo. Genericamente, publicaram-se o conto e o folhetim “criminais” contendo estórias de crimes, distintos dos intitulados “policiais” ou “de mistério” caracterizados pela existência do personagem investigador, o detetive policial. Porém, ocasionalmente, um poderia estar inserido no outro. (COSTA, 2002) Importante dizer que os contos e folhetins policiais publicados na revista eram classificados pelos seus editores como *romance policial*.

Acreditamos que esse tipo de escrito tornou midiáticos os elementos que a constituíam, tendo em vista os personagens, pelas temáticas e pelos modos de resolução dos crimes, principalmente para o universo urbano no Brasil da época, obviamente levando-se em conta as taxas de alfabetização de então. Em específico, o nosso objetivo é analisar o conto e o folhetim policiais publicados nesta revista, bem como compreender quais eram as formas de construção sobre o *universo do crime* e os *criminosos* presentes nestes escritos.

Neste artigo abordamos a relação do folhetim e do conto criminal/policial com a discussão presente no semanário *Vida Policial* sobre a função desse tipo de literatura, ora vista como negativa, ora vista como positiva, pois construía tipos de um polo e outro de personagens e *modus operandi* a serem copiados pelos criminosos e pelos agentes da lei.

Partimos da análise, do debate presente na revista sobre a valorização de autores centrais da ficção policial/criminal como Edgar Allan Poe e Arthur Conan Doyle e como a literatura policial pode ser considerada “manual do crime”, com suas tensões e ambiguidades, além do cunho “pedagógico” e da cientificidade da ação investigativa.

Literatura que fez *escola*:

Poe, Conan Doyle e as referências *clássicas*

Nos estudos sobre o tema, os historiadores de ficção detetivesca distinguem dois grupos ou “escolas” de autores que historicizam o gênero policial. Majoritário, o primeiro grupo sustenta que Edgar Allan Poe (1809-1849) é o *pai fundador*, e que histórias de detetive, em oposição às de mistério, somente poderiam existir se houvessem forças policiais e detetives, sendo que isso só foi possível no século XIX, quando surgiram os departamentos de investigação criminal em Londres e Paris. Para esses historiadores, importam mais os elementos da trama e da estrutura e menos o método do detetive.

Em contrapartida, o grupo minoritário enfatiza o método detetivesco, e não a existência de um crime e detetive; importa a esse grupo a ocorrência de dedução racional, e isso eles encontram na Bíblia, em Heródoto, bem como em *Zadig*, de Voltaire. Portanto, voltam-se para aquela que é considerada a questão central, que é o enigma. (ECO; SEBOK, 2004, p. 199-200) A título de exemplo, segundo Feinman, a primeira história de crime foi o caso bíblico de Caim e Abel, “tão velho quanto a própria literatura”, mas, no caso bíblico, obviamente, não há detetive. (FEINMANN, 1975, p. 105).

Para Harrowitz, a polarização entre essas duas vertentes é problemática, pois torna precária a definição do gênero detetivesco, a sua história e a crítica ao trabalho de Poe. No primeiro caso, reduz-se a importância do método do detetive e no segundo agrupam-se genericamente autores que utilizam categorias lógicas e trabalham a partir da dedução racional. Para resolver parte dessas questões, a autora examinou o método detetivesco em Poe, considerado o

primeiro exemplo de “inquirição abduativa no contexto da fórmula detetive-crime”(HARROWITZ, 2004, p. 201) no sentido de uma forte presença do papel da intuição aliada à presença do conhecimento e da experiência em seus escritos.

Com efeito, os primeiros romances policiais foram escritos entre o século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e foram diretamente influenciados por Edgar Allan Poe (1809-1849). O espaço em que se desenvolviam as tramas, o cenário, era construído como os das ruas dos detetives Lecoq, do escritor Gaboriau (1832-1873) e de Sherlock Holmes, escrito por Arthur Conan Doyle. Nesse tipo de escrita, os assassinos têm relações com as *classes perigosas*, os pobres e criminalizados em geral.

O cânone literário considera Edgar Allan Poe como o autor paradigmático desse gênero.¹ O seu personagem principal, inspetor Dupin, personificará o tipo do detetive seguido por outros autores, como a existência de um companheiro, parceiro de investigação. Em 1841, publicou-se seu texto, *Os crimes na rua Morgue* (1841), considerado a primeira história policial moderna – curiosa e inesperadamente, neste caso, o assassino é um orangotango –, segundo Peter Haining “Poe criou a primeira grande detetive na ficção e em apenas cinco histórias estabeleceu as regras básicas para a história de detetive”. (HAINING, 2002, p. 2) E, ainda,

Poe produziu um volume de trabalho que garantem o seu reconhecimento como provavelmente o maior escritor americano do século XIX e como “pai” do conto de detetive. Ele era um gênio, e sua obra prendeu a imaginação de gerações de leitores e de escritores de ficção de detetive. (Idem)

Também em Marshall McLuhan exalta-se o processo criativo do autor:

Foi Edgar Allan Poe que elaborou a razão dessa percepção última do processo poético e que viu que, em vez de direcionar a obra para o leitor, era necessário incorporar o leitor na obra. Tal era seu plano em “A filosofia da composição”. E, pelo menos, Baudelaire e Valéry, reconheceram em

Poe um homem da estatura de Leonardo da Vinci. Poe viu claramente que a antecipação do efeito era a única forma de conseguir o controle orgânico do processo criador. (McLUHAN, 2003, p. 27).

O escritor Medeiros e Albuquerque o considera “o primeiro detetive digno desse nome, o pai das histórias policiais, primeiro herói do romance policial e fundador de um novo gênero.” (ALBUQUERQUE, 1979, p. 128). Segundo Oscar Mendes, a sua influência no Brasil foi marcante. Machado de Assis traduziu *O corvo* e, em dois dos seus contos, *O alienista* e *O Cão de Lata ao Rabo*, há influência de Poe; e serviu de inspiração em escritos de Monteiro Lobato.² (MENDES, 1986, p. 56).

De modo sugestivo, um único conto de Poe publicado na revista *Vida Policial* intitulou-se *O systema do Dr. Breu e do Prof. Penna*. Nele um homem visita um hospício e é recebido pelo diretor e seus convidados à mesa. Porém, de modo assustador, é revelado a ele que, na realidade, todos eram pacientes do hospital em rebelião e que os guardas estavam enclausurados como os *loucos*.³ Este famoso conto de Poe foi publicado pela primeira vez no ano de 1845, na *Graham's Lady's and Gentleman's Magazine*, originalmente com o título de *The System of Dr. Tarr and Prof. Fether*.

Oscar Mendes esclarece que o sistema aludido refere-se a uma forma de punição que existiu nos EUA em “[...] que consistia em cobrir de penas os condenados, fato que se designava pela expressão *to tar and feather somebody*.” (POE, 1986, p. 608) No prefácio que faz à edição intitulada *Ficção completa, poesia e ensaios*, publicado pela editora Nova Aguilar, diz que este é um *conto humorístico*, e complementa “Assim é que organizamos toda a obra em seções de acordo com os vários gêneros em que se exercitou a versatilidade intelectual e criadora de Edgar Allan Poe.” (Ibid., p.13).

Na revista, em matéria intitulada *O gênio tenebroso*, uma das alcunhas recorrentes de Edgar Allan Poe, foi citado como aquele cujas “obras impressionam, encham de horror e é tal característico do seu todo que consegui (sic) ellas formar uma escola”. Esse texto, publicado em 1925, sem assinatura, discorreu sobre algumas questões centrais sobre a figura do autor do romance policial e sobre o escrito policial.⁴

A matéria de uma página e muitas imagens dava ênfase ao *pavoroso* no texto de Poe e a sua própria vida. Exemplo do entrecruzamento da vida e da obra, Poe era a própria imagem do pavor, “o mais desgraçado dos poetas”, cuja “vida miserável de tédio e de tristezas achava-se impressa em cada página das suas produções”⁵. A matéria assim referia-se ao autor: “[...] o desventurado escriptor era um tarado e não podia ser de outra maneira, pois que filho de paes alcoólicos, necessariamente, havia de aguentar com o vicio originário”, cuja *hereditariedade o perseguiu até a morte*. “Poeta das trevas”, conforme a matéria, consciente de sua pena viveu só e morreu pobre, pois suas produções não o mantinham, tanto que se tornou soldado, “a farda, porém, lhe pesava. Atirou-a fora e, de novo, lançou-se na litteratura tenebrosa. Ninguém como elle soube juntar o pavoroso com tintas mais carregadas”⁶.

Hereditariedade e gênio tenebroso combinavam-se numa figura que era a própria expressão de sua fatalidade. Essa caracterização tipificava a degenerescência, teoria francesa do século XIX esboçada por Morel, retomada e difundida por Lombroso e adotada pela medicina legal. Essas ideias influenciaram as práticas eugênicas, a criminologia e a antropologia e fundamentaram a noção da transmissão de uma tara “hereditária”, sendo princípio de um saber médico sobre a loucura e a anormalidade no século XIX.⁷ (FOUCAULT, 1999. p. 301) Na expressão de Darmon:

Estigmatizado pelo discurso médico, “popularizado” pelo teatro e pelo romance, o degenerado torna-se a partir de então um pária indigno de uma época na qual a medicina e a higiene estão triunfando. À margem da higiene propriamente dita, que elimina o perigo de infecções, da higiene social, que se empenha em fazer regredir os fatores sociais de propagação da doença e da delinquência, entra em cena um rebento das ciências médicas infinitamente menos glorioso: a higiene racial. (DARMON, 1991, p. 194-197; CARRARA, 1998. p. 81-89).

Em 1926, essas eram questões que pautavam o editorial da revista *Vida Policial*, assim como parte dos contos e folhetins policiais publicados pelo *hebdomadário*. A campanha contra o álcool acompanhava a discussão norte-americana sobre a questão, além do combate ao jogo do bicho, à prostituição e cafetinagem, que dominavam grande parte das discussões do *hebdomadário*. De modo destacado no semanário, Poe era o *gênio tenebroso* que descreveu Lombroso, pois sua vida e sua obra inter-relacionavam-se: se não fez tudo o que escreveu, ao menos ele vivenciou a loucura e a decadência humanas. A sua imaginação era paralela aos acontecimentos trágicos que o moldavam, sendo ele um indivíduo propenso já que *o mal da tara hereditária* o acompanhou.

Obviamente, mesmo que Poe não tenha cometido os crimes que escreveu, a relação entre o seu grau de *propensão nata* à autodes-truição, via alcoolismo, impunha-lhe a condição de *degenerado*. O que caminhava par a par com a condição de *gênio do tenebroso* do que a revista intitulava de *romance policial*, expressada na diversidade dos modos e meios de suas tramas, que o tornaram *o fundador* de uma escola, intitulada pela revista “manual do crime”, aquela que ensinava a ser *bandido* pelo mau exemplo. Isso, mesmo que os seus enredos e suas tramas – nem todas, no caso deste autor – tivessem um “final feliz”.

Na revista *Vida Policial*, houve também muitas referências ao personagem central construído por Arthur Conan Doyle, que capturaram a simbologia e um imaginário sobre o detetive Sherlock Holmes. Ao longo de sua existência, o *hebdomadário* publicou quatro histórias em oito números, desse detetive, sendo uma delas o *Funil de Couro*, categorizada como gênero de terror e mistério.

Na ficção, Doyle construiu um personagem que espelha a possibilidade de um indivíduo deduzir logicamente ao extremo, pois, sempre exato e capaz, solucionava os crimes a partir da observação e no perfeito encadeamento dos fatos, levando ao máximo a possibilidade da ciência dedutiva.

Assim também para revista, a grande referência do escrito policial é aquele apontado diversas vezes como sinônimo de ideal de investigador, o detetive Sherlock Holmes. Para um de seus admiradores e estudiosos, Edgard W. Smith:

Holmes ergue-se diante de nós como um símbolo [...] de tudo que não somos mas sempre teríamos desejado ser [...] Nos o vemos como a expressão acabada de nosso anseio por esmagar o mal e corrigir os erros de que o mundo está infestado.. [Ele] é a personificação de algo em nós que perdemos ou nunca tivemos. [...] Esse é o Sherlock Holmes que amamos – o Holmes implícito e eterno em nós mesmos. (KLINGER, Leislle, 2005, p. 16 Apud DOYLE, 2005, p. 16).

O personagem Sherlock Holmes é considerado exemplo de honestidade, obstinação, pertinência, humanitarismo e excentricidade. É o superdetetive – melhor que a polícia – que reflete uma *tendência antiautoritária* do pensamento anglo-americano e uma visão liberal, na concepção de Feinmann, nele está presente a ideia de competência do cidadão comum, típica dos ingleses: “Mais do que na América, onde nos interessamos por um detetive calejado, lá sobrevive um ex-policial que conhece os truques de dentro, que os tira sabem além de todos”. (FEINMANN, 1975, p. 112)

Para Feinman, o modelo do romance policial é o do jogo a ser solucionado pelo pensamento lógico – tranquilizante operação da desordem e explicação para os fatos terríveis, em que “[...] todos os temores são expulsos e todas as perguntas são respondidas (FEINMANN, 1975, p.). A solução é sempre lógica e acompanhada do senso de compreensão do detetive. Note-se que a imbricação entre o *real* e o imaginário se encontra num arquétipo literário, num tipo social de reverberação mundial, símbolo do herói aventureiro que aniquila o mal, personificado na figura do *criminoso*. Por tudo disso, Le Carré considera que “O moderno romance policial não existiria sem eles”⁸.

Nesse sentido citamos a matéria intitulada *Sherlock Holmes não é a mais alta expressão de poder investigador*, escrita por Elysio de Carvalho, autor que recorrentemente era publicado pela revista, contudo, nas *aventuras policiais* de Conan Doyle em que Sherlock Holmes – personagem vivificado – supostamente teria ficado contrariado ao ser colocado em segundo lugar numa classificação entre os *profissionais* na área de investigação criminal, quando comparado a Bertillon, considerado o primeiro. Holmes ficou, no entanto, em primeiro *no tocante à ciência prática*.

E esclarece: “[...] assim Sherlock Holmes tem inveja da glória justamente atribuída a Bertillon, que, seja dito desde já, na realidade excede ao herói imaginário em saber, em imaginação e em perspicácia, comprovadas muitas vezes na sua longa carreira de perito policial”⁹. A sua referência a Sherlock comprova que o personagem suscita a ideia de que havia *veracidade* em suas ações e sua existência como um investigador, mesmo que a comparação tenha sido um chiste.

Coerentemente a tais julgamentos, na matéria de primeira página *A luta contra o crime – o tipo do ‘detective’ do século XX*, Carvalho assinalou a necessidade de uma polícia científica e judiciária como armas de combate contra o crime e defendeu que Holmes estava ultrapassado:

O tipo do detective do século XX não é mais Lecoq. Todas as argúcias de Sherlock Holmes são velharias. Os Vidocq não têm mais razão de ser. A justiça para descobrir os crimes appella para o criminalista pratico, tecnico, o perito, versado em todos os conhecimentos, conhecendo o mundo dos malfeitores e seus costumes [...] O Crime, sob qualquer forma que se lhe apresente, não tem para elle segredos nem dificuldades, porque sabe tudo, mas tudo, realmente, quanto se refere á technica material dos delictos e à historia natural dos malfeitores.¹⁰

Também, em texto intitulado *Os Crimes de Conan Doyle (De um livro inédito)*, assinada por uma inicial: M, havia ponderações positivas e negativas sobre autor. O assunto da nota era criticar o Conan Doyle, pois ele partia das circunstâncias do caso para a sua construção fruto de sua imaginação. A matéria da revista cita Patrocínio Filho que adensa ao comentário: “– Conan Doyle, descobre os crimes que elle mesmo comete”¹¹.

Portanto, a crítica, além de reverberar no mundo literário, parece ser um alerta ao policial leitor, pois, para o autor, Doyle contribuiu para a “compreensão humana civilizadíssima da representação ao crime”¹². Apesar de ser um escritor do “grande público”, não um “artista”, legou um ideal, segundo a crítica da revista, de todo escritor de ficção “[...] a criação de um tipo [...] a figura hoje universal de Sherlock Holmes, tirando para o modelo o detective norte-americano Pinkerton”¹³.

Assim, historicizando o gênero, as balizas interpretativas e as figuras típicas de personagem do detetive na revista eram Edgar Allan Poe, o detetive Dupin, e de Arthur Conan Doyle, o detetive Sherlock Holmes. Poe, o gênio *tenebroso, de tara hereditária, pai do conto de detetive, fundador do gênero* e a *figura universal* da lógica dedutiva, Sherlock Holmes, autores e personagens citados e referenciados, modelos de conduta policial e de investigação.

Os Êmulos de Rocambole do periodismo criminal

Além dos modelares detetives, a influência da literatura policial sobre determinados tipos de indivíduos foi uma das discussões presentes no semanário. Pretendemos apresentar como se colocaram as questões sobre o combate ao crime, as determinações sobre o modo como o texto policial era apropriado, o papel do escritor e a influência da ficção na resolução de casos. Essas discussões pautavam-se em duas vertentes explicativas principais. Em primeiro lugar, da determinação negativa do texto policial, pois tornavam-se, nas mãos de *degenerados* leitores, pernicioso influência, e, em segundo lugar, a leitura do então chamado *romance policial* fez parte do processo de formação do policial e do criminologista.

No decorrer de sua publicação, a revista publicou algumas matérias que destacavam e explicavam como se operava a relação do que chamamos de *educação às avessas*, a influência danosa da literatura sobre os indivíduos, do referenciado pelo semanário como *romance policial* visto como *manual do crime*. O artigo publicado no número oito da revista, com o sugestivo título *Romance policial*, traz a temática como um problema ou caso, obviamente de polícia, nos seguintes termos:

Tem se argüido o romance policial não ser mais do que um manual do crime. [...] Esta literatura tem evidentemente seus lados perigosos, porquanto só tende a tornar interessantes os sinistros feitos dos indiciados que vivem à margem e que se transformam em heróis.¹⁴

Nessa matéria sobre o *romance policial*, discute-se o papel desses textos concebidos como “manual do crime”, *perigosos*, que “ensinam” aos malfeitores. E também expõe a discussão sobre os métodos ideais de combate ao *crime e ao criminoso* naquele contexto. Os seus argumentos eram influenciados pela Escola Positiva e consideravam nesses termos que:

[...] um leitor já tarado, cujos instinctos perversos se acham despertados, deixar-se-há tanto mais captivar por essas aventuras extraordinárias quanto a sua curiosidade for superexcitada pela publicidade feita em torno dessas produções. Procurara exemplos dignos de ser imitados nos pormenores fornecidos pelo escriptor, reconstituirá as circumstancias descriptas, imaginara todas as scenas como se fossem verdadeiras e tirara do livro uma lição para seu uso. Pode-se objectar que elle a encontrara com uma influencia ainda mais mórbida nos jornaes que acompanham suas informações quotidianas de photographias suggestivas.¹⁵

E, assim, continua a matéria “[...] o romancista, demais disso, não ‘é em geral senão o historiador de acontecimentos que elle toma ‘à sua phantasia’”¹⁶. Então, o autor concebia os personagens, construía os “enredos criminais muitos notáveis, contudo seria excessivo fazê-los cúmplices dos factos que relatam”. O paralelo entre a escrita jornalística, a construção do que intitulavam o *romance policial* pelo escritor e os fatos criminais está explícito, mas o discurso o eximia de responsabilidade sobre o fato de que os *degenerados* espelhavam-se em suas histórias, ao contrário daqueles que os consideravam corresponsáveis e influenciadores na prática de crimes.

De fato, inúmeros foram os escritores que se basearam em crimes de ampla repercussão na construção de personagens e tramas, mas o tom presente na construção da frase em que o romancista é comparado ao historiador, que constrói o texto com o uso da fantasia, é de uma ambiguidade *sui generis*, pois se os fatos relatados inspiram e fornecem os meios de concretizar planos tortuosos, há *veracidade e factibilidade* no escrito. Além disso,

[...] talvez que se devesse, ao contrario, ser-lhes [aos escritores] agradecido de muita vez haverem secundado a justiça na descoberta dos culpados que se acreditam ao abrigo da repressão. O criminologista aproveitou-se, em mais de um caso, do faro de Sherlock Holmes. Um dos mais hábeis detetives de Nova York, o famoso inspector chefe Willian Burns, confessa francamente dever-lhe muito.¹⁷

Assim, percebe-se que o autor da matéria apresenta a leitura do *romance policial* como algo positivo, pois participava do processo de *educação* de um policial, um bom modelo a ser seguido. Apesar de essa matéria colocar-se contrária à visão de que o *romance policial* inspirava de modo direto e a todos os indivíduos na prática de crimes, em outros momentos, na revista, opinou-se de modo oposto, ou seja, reafirmando o caráter formativo, tanto deste tipo de escrito quanto do cinema. O argumento central era o pernicioso modelo, que ensinava a “ser bandido”, também presente no cinema, na literatura em geral e na imprensa, transformados em “manuais do crime”.

Esse artigo está editado logo após a matéria que contava a história e o papel da “Escola de Polícia Científica” do Rio de Janeiro, de 1912, que, segundo Elysio de Carvalho, era “um verdadeiro instituto de criminalística”¹⁸. O artigo exaltava a figura de Carvalho e a função das escolas de polícia como profissionalizadoras e preparadoras dos policiais em todas as áreas mais modernas e eficazes de combate ao *crime*. Aliás, questão sempre presente nos textos desse autor. Para nós, a relação entre a formação do criminologista e o papel que a literatura policial cumpria era dirigida também aos policiais que escreviam no semanário.

Já na matéria intitulada no semanário *A creança e o teatro*, pelo Dr. Cláudio de Souza¹⁹ defenderam-se a difusão e o papel do teatro em sua função educativa, criticando-se, porém, essa relação no cinema. Outro texto similar foi chamado de *O cinematographo e a proteção a infância*, P. Traddel, cujo objetivo era defender a censura e imposição de idade limite à entrada de crianças no cinema, devido à sua influência pernicioso.²⁰

Em *Meneghetti Emulo de Rocambole*²¹, matéria sobre o “[...] larápio que revolucionou São Paulo nos últimos tempos”, havia o reforço dessas ideias. Menechetti era um *cérebro louco, doentio, de tara*, um *degenerado revoltado* e possuía uma história de vida que reforçou a sua “convicção de ser vítima da injustiça dos homens e da sociedade”, responsável pelo que se tornou, conforme a matéria.

É que, segundo elle diz, desde a infância impuzeram-lhe castigos demasiados fortes, quando era ainda um criminoso primário capaz de uma inteira regeneração. Aos dezesseis anos, confessa haver praticado um pequeno delicto, consequência de sua pouca idade, loucura de criança: – castigaram-no com rigor, de modo excessivo – metteram-no em cárceres fechados em contacto com delinquentes contumazes – ladrões, assassinos, anarchistas e vários outros, cuja promiscuidade fel-o um grande criminoso, sem o que – pensa elle poderia tornar-se um homem honrado, digno, útil a communhão social [...] Ia apenas executar o que aprendeu nas prisões – diz elle – a roubar os ricos e fazer caridade aos pobres. Eis ahi a sua mentalidade, o producto das suas idéias.²²

Nesse trecho, a alusão a Robin Hood é clara, similaridade com o *ladrão nobre* mais *popular* no mundo, sendo o seu papel social descrito de forma semelhante à de Menechetti: carreira criminal iniciada a partir de uma injustiça, roubava os ricos para dar aos pobres e tornou-se admirado por seus feitos fora da lei. (HOBSBAWM, 1976, p. 36-38) Hobsbawm, em *Bandidos*, analisou o universo do banditismo rural, sendo Robin Hood uma das imagens representativas da Justiça em oposição à opressão aos pobres em uma sociedade desigual rural. Contudo, seguindo análise desse autor, Menechetti era distinto, pois pertencia ao mundo urbano. (HOBSBAWM, 1976, p. 53). Tal qual Hood, Menechetti foi chamado pela imprensa de *Príncipe dos Gatunos da América Latina, o maior ladrão conhecido de todos os tempos* e um *herói popular*. (BERNARDI, 2000, p. 48) Na década de 20 do século XX, recebeu da imprensa o codinome de *Êmulo de Bonnot*, célebre ladrão francês anarquista (HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 98).

Destaque-se o subtítulo da matéria, logo em seguida da história de vida de Menechetti, supostamente narrada por ele mesmo, que foi chamada de *Leituras perigosas*. Nessa apresentam-se as leituras de *muito gosto* do célebre criminoso: panfletos anarquistas, escritos de Lênin, considerado “o seu farol”, escritos sobre criminologia, autores como Lombroso, Ferri e Carrara, o código penal, que o tornou um “rábula temível” e finalmente que “amava romances policiais”²³. Desse modo, apresentou-se uma lista de obras, de leituras *perigosas* que supostamente o formaram para o aprendizado do *mundo do crime*, um conjunto de textos criminais: textos anarquistas, socialistas, de criminologia, jurisprudência e, claro, o complemento em que se ressalta uma emoção, o amor a um tipo de literatura, o romance policial. Vinculada a essa questão, aparece outra matéria sobre uma quadrilha de crianças ladras em São Paulo, chamada de “mão esfolada”, cuja notícia foi intitulada *Casos de ontem e de hoje – o cinema e os criminosos*. Nessa reportagem, concebia-se o cinematógrafo como aquele que “proporciona as lições de cousas dadas”, que “ensina petizes e marmanjos”, pois

[...] o cinematographo é o melhor mestre que o antigo romance policial, que se transforma e não morre. Ensina pela imagem, não a imagem parada das estampas, mas a imagem em movimento, explicando os segredos da technica com uma clareza acessível aos mais brancos. É verdade que nas fitas a Polícia aparece também para atacar o crime, dando assim defeza à propriedade. Mas estas lições, parece, são menos proveitosas que as outras. *A Mão Esfolada* já não precisa de folhear os livros para apurar os conhecimentos que lhe proporcionaram as fitas, e a mão da Polícia creio que só agora providenciara para que a maosinha da infância criminosa deixe de empalmar os bens alheios.²⁴

Assim, o cinema era mais eficaz, pois o público mirim poderia, por meio dessa nova *didática*, aprender mais e melhor naquela que seria a sua *vocação*: o crime. Em outra matéria, *O Cinema escola do crime – Milhares de creanças que se perdem em Lisboa desorientadas pelas perversas exhibições cinematográficas*, assinada por José Barão, o cinema

era considerado o *foco da maldade* e de *perversão*.²⁵ Atingiria principalmente indivíduos, com *índole perversa*, que contraíram de seus pais as chamadas *taras hereditárias* e que estivessem inseridos em uma sociedade *corrompida*. A proposta do autor era a exclusão de filmes de influência nefasta: os *films de aventuras*, que deveriam ser substituídos pelos chamados *films de arte*, que aprimoram a sociedade e que a elevaria a “[...] degrãos que a humanidade tem que trepar para chegar à perfeição máxima”²⁶. E nesses termos apelativos afirmou:

Ignoram que os heroes rocambolescos dos *films* exercem uma nefasta influencia na psycologia dos jovens espectadores, que elles mais tarde hão de pretender praticar iguaes proezas que, fatalmente, os arrastarão para a viela da ignomínia, para o cárcere onde a sociedade – oh! Ironia! – os proscreverá do seu convívio.²⁷

O termo *rocambolesco* tornou-se um adjetivo que derivou dos escritos de Ponson du Terrail, intitulado *As proezas de Rocambole*, o personagem principal, um herói *popular* de sua época. A sua narrativa é caracterizada pela utilização de lugares-comuns, que beiram atualmente à comicidade, repetitivas; contudo, mais precisamente: (MEYER, 2005, p. 104).

Pode-se então dizer que o termo rocambolesco não é somente um estereótipo definindo uma aventura descabeçada, mas designa precisamente aquele conjunto de ações, conspirações, planejamentos por uma cabeça muito fria, de inteligência ímpar, para a urdidura da trama que permite, utilizando todos os talentos, todos os vícios, subornando, ameaçando, lançando mão do crime e da sedução, alcançar a qualquer preço, sem o menor excrúpulo, desconhecendo até a menção da moral, a única meta que interessa: dinheiro (MEYER, 2005, p. 120).

Um texto sobre o tema foi o *Tratamento do crime*, de autoria de Rodrigues Dória, criminalista baiano, e nele a questão central eram as formas de conter o avanço do *crime*, em uma perspectiva medicalizada de instruir sobre “medidas therapeuticas applicadas ou applicáveis a esta espécie de moléstia, ou antes, a este defeito da sociedade – o crime”, sendo que elas poderiam “ser prophylaticas ou preventivas, medidas palliativas, e medidas curativas”²⁸. Entre essas medidas, o texto assinala o papel formativo da família para as crianças, dos exercícios físicos, da luta contra o alcoolismo, da volta dos indivíduos ao campo, da eliminação da tentação quanto à “ocasião que faz o ladrão”, da educação e dos *bons exemplos*, além dos problemas da miséria e das doenças, como a tuberculose, que precisavam ser solucionados.

Nessa matéria ressaltou-se o papel de vários meios de difusão cultural, dos cinematógrafos, da literatura, dos “romances indecentes e immorais” e da imprensa. Em específico sobre o cinema, o autor afirmou que este poderia cumprir o papel de *defesa da sociedade* ou de *incentivador do crime*, ensinando como ser um criminoso, principalmente entre os *espíritos fracos e degenerados*. Já a imprensa, era considerada por ele como *valorosa*, mas também poderia causar grandes males, uma vez que “[...] no afan do mercantilismo se torna vehiculo de idéias nocivas e immorales, com descrições escandalosas e perigosos anúncios, onde se vêem desfarçados o ensinamento e o estímulo para o crime”. Assim, para solucionar o problema, seria necessária “uma direção moralisadora e salutar da imprensa e da litteratura são boas medidas para a contensão do crime”²⁹.

A matéria criticava a publicação nos jornais dos grandes crimes, que, na opinião de Dória, tornava *célebres* os criminosos, e nos seguintes termos reforça as suas ideias:

Os romancistas exaltam as façanhas dos adversários de Sherlock Holmes e de Nick Carter, que rivalizam em audacia e astucia aos policiaes. Os modernos heroes malfazejos tem mais attracção para as almas jovens do que os personagens cavalerescos da condessa de Segur, de Julio Verne, ou de

Femminore Cooper. Enfim, o film cinematographo mostra o apache escapando facilmente do gendarme. A imitação, este grande factor social, trabalha hoje em favor do crime.³⁰

E, em Jose Ingenieros,³¹ importante médico argentino, publicado pela revista, essas questões estiveram presentes em um escrito, de 1920, chamado de *Periodismo Criminal* (RODRÍGUES, 2001). O tema do texto era a suposta *sugestão criminosa*, de apologia do periodismo criminal, o mais *importante veiculo de sugestões*, e que entre os presos se tornou uma *cátedra para a aristocracia da infâmia*, motivo de *orgulho* e meio de obter *celebridade em sua carreira*: “Porque o delinquente estimulado por seu orgulho, quer adquirir celebridade em sua carreira, pelas mesmas razões que o desejam o político e poeta, o sábio e o artista”³². Segundo o autor, apesar dos frequentes protestos dos moralistas e dos criminólogos, a imprensa era obrigada a completar a sua informação junto à maioria de seu público, considerado aquele caracterizado como *popular de mau gosto*. Assim, os leitores *honestos* sentem uma *repulsa* e não são *sugestionados*, devido à *orientação social de sua inteligência*. Por outro lado,

Mas essas mesmas sugestões, levadas pela imprensa para a população penal, produzem o efeito oposto; encontram cérebros dispostos antisocialmente, propensos ao delito, por herança ou pela educação. Todo o crime é uma questão de emulação profissional, cada notícia, uma honra invejável, a lente fotográfica, ideal. Lendo o relato detalhado de um mesmo crime, o tranquilo burguês exclamará: “Infâmia”, e o delinquente comentará: “Magnífico golpe!” Como ignorar que as circunstâncias de exposição circunstanciada desses magníficos golpes deve ter grande influência sobre o espírito vaidoso dos criminosos? Essas apologias – para os insultos de jornalistas são elogios para os criminosos – não estimulam o seu orgulho profissional? (RODRÍGUES, 2001, p. 196).

Nesse sentido, o já citado escritor pioneiro do romance policial no Brasil, Medeiros e Albuquerque, teceu considerações sobre essa questão em seu diário de viagem. No trem entre Buenos Aires e Valparaíso, durante a elaboração de *O mysterio*, escreveu:

A única coisa que me distraiu foi pensar num conto... No primeiro capítulo de *O Mistério* eu descrevi um crime bem-feito, que ninguém poderia descobrir. [...] Recentemente, em contos do *Jornal do Brasil*, eu descrevi um crime no *Crime Impunido* e outro em *Implacável*. Diante deles, várias pessoas me falaram da possibilidade de passar da teoria à prática. Outros me advertiram que eu estava dando ensinamentos perigosos. [...] Pensem que eu tenho passado estes dias ruminando o meu conto, devagarinho, por todas as faces, prevendo todas as objeções... Quem sabe quantos crimes impunes têm sido cometidos! O do meu conto, se fosse ou se for praticado, não falhará e não terá quem o descubra... O que eu não sei é se devo publicar o conto... (ALBUQUERQUE, 1979, p. 208-209).

O escritor Medeiros e Albuquerque achava-se certo de que na *realidade*, o crime cometido em seu conto poderia de fato inspirar e ser praticado por alguém. Sabe-se que o autor nunca publicou o seu texto, o que não se sabe se esse foi o motivo, mas percebe-se que nessa discussão estava presente, além da indissociabilidade entre a narração literária ficcional e a *vida real*, a possibilidade da impunidade que adviria de um *crime perfeito* obtido com base nos *ensinamentos* proporcionados pela literatura policial.

Igualmente, em propagandas de livros policiais e nas notícias de crimes, comparavam-se os criminosos aos personagens e às ações rocambolescas que surgiam nas obras de Doyle ou Poe, entre outros autores, como no texto de Elysio de Carvalho chamado *Os crimes célebres – Enigma trágico: Miguel Trad*, sobre um caso ocorrido em 1908, quando um indivíduo libanês matou o amante de sua mulher. Esse foi chamado de “o primeiro crime da mala”, destaque na imprensa que despertou a imaginação pública e dos escritores de folhetim (FAUSTO, 2009. p. 40). O assassinato ocorreu da seguinte maneira: Trad, primeiramente, estrangulou a vítima, colocou-a em mala forrada com zinco e deslocou-se de trem a Santos, onde embarcou em navio com destino ao Rio de Janeiro. No trajeto, tentou jogar a mala ao mar, mas foi impedido por marinheiros que suspeitaram de sua atitude, pois podiam-se sentir os

odores fétidos, que ele alegou ser de conservas podres. Quando a mala foi aberta, encontrou-se o corpo em estado de putrefação. Para Carvalho,

[...] em suma, o caso de Trad é, de algum modo o exemplo de drama judiciário, o mais phantastico, o mais singular e o mais intrincado que registra a chronica criminal do Brasil. N'elle se encontra o horror das novellas extraordinárias de Poe, a perversidade dos contos cruéis de Villiers e o mysterio tenebroso do drama shakspereano.³³

E o autor ponderou ainda que “sem exagero, e também sem literatura, podemos dizer que Trad é uma esphyngue, para nós uma esphyngue... sem segredos”³⁴. Assim sendo, para Carvalho, o caso de Trad, a motivação para o seu crime poderia ser interpretada analisando-o psicologicamente, Trad era um *neurastênico e enfermo da vontade*. Não obstante, no imaginário da época, havia um mistério não resolvido, pois o assassino nunca falou sobre o motivo do seu crime, e, assim, mais uma vez comparado à literatura, “[...] o caso foi um romance tenebroso de que se teria arrancado a ultima pagina para impedir ao leitor que conhecesse o final do enredo”³⁵.

Além dessa interação da ficção com as histórias de crime, tanto quanto a inspiração para ser criminoso, correlacionava-se a inspiração para tornar-se policial, uma vez que na ficção referenciavam-se as ações dos investigadores como personagens-tipo, chamados de *sherlocks*, um referencial importante na forma de investigação dos detetives.

Na revista em diversas passagens comparou-se a ação de criminosos reais com a daqueles da ficção, como no caso de furto da “creada do capitalista de Copacabana”, noticiado como “Uma ladra como as que apparecem nas historias de Sherlock Holmes – mas a policia descobriu toda a astucia da rumena Paulina”³⁶.

Nesse sentido, a matéria *Os crimes que echoaram! Quadrilha Bonnot. O banditismo do século XX – Quando Bonnot e sua quadrilha alaram toda Paris*³⁷ discorre nos primeiros parágrafos sobre a ambiguidade dessa imprensa, que oscilava entre os caracteres *positivos*

e *negativos* da ação do grupo; além do alarme generalizado para o avanço da *violência* e os *novos métodos* dos *criminosos*. Sublinha-se o início da matéria:

Neste século que allucina, pondo em choque os nervos do publico, um dos seus aspectos mais flagrantes é, sem duvida, o banditismo requintado de certos e determinados malfeitores que se celebrizam pela organização de seus bandos. [...] Depois das aventuras de “Lês Blancs et lês Bleus” de A. Dumas, que se lia em toda França, não se teve notícia, até hoje, num paiz de alta civilização, de uma quadrilha mais perversa, nem mais “modernamente” organizada. [...] Os personagens celebres dos romances de Maurice Leblanc, Maurice Level, Conan Doyle, etc., são reduzidos a simples brinquedos de creança, são modestos ladrões, deante dos seis indivíduos que, em automóvel, armados com revolvers e carabinas, cometeram, em França, os mais horripilantes episódios de latrocínio.³⁸

A quadrilha atuou no ano de 1912, no norte da França, assaltando bancos e fazendo inúmeros mortos. A polícia ficou mobilizadíssima, entrando em ação com os seus “melhores agentes” no encalço do bando que conseguia “prodígios de envergonhar Sherlock Holmes”, mas a polícia, por meio de *trucs engenhosos*, prendeu e matou alguns elementos da quadrilha. A matéria afirma que o líder Bonnot somente foi preso depois de um cerco que envolveu a polícia, mas também de “[...] populares, operários e campônios, em verdadeiras trincheiras, teve que destruir a dinamite a casa em que se alojára Bonnot”.

Acompanham a matéria fotografias de indivíduos que pertenciam ao grupo, da casa implodida onde se escondera o líder, das barricadas de “populares” e dos policiais, de um carro utilizado pela quadrilha, de policiais conduzindo membros do bando e da prisão onde foram recolhidos os latrocidistas. Ao final, os sobreviventes dessa *caçada* foram condenados à morte por meio da guilhotina.

Ao final da matéria, o editor afirmava que *Vida Policial* “iniciava um retrospecto de crimes celebres para o elucidamento de seus leitores e rememoração dos apaixonados da criminologia”,

e frisava que “[...] realidade é, quase sempre, superior à imaginação do homem, à ficção, enfim [...]” e que desse modo reavivariam “crimes de sensação”, “incríveis e horripilantes”. Estas duas últimas palavras carregadas de significado marcam a polarização e ambiguidade da descrição em sua mensagem: de um lado, o *requinte*, o *moderno*, o *célebre*, o *incrível* e o *sensacional*, de outro, o *perverso*, o *horripilante* e o *pavoroso*.

O suposto paroxismo que envolve essas questões pode ser encontrado em matérias como *O Rocambole dos Nossos tempos, em São Paulo. Como se chega a ser célebre na prática do crime*³⁹; e *A alma encantadora e bárbara do Rio*, matéria que contém a biografia e entrevista com malandros famosos, que pode ser percebida como uma forma *celebrização da delinquência*.⁴⁰

No conto de Conan Doyle *O funil de couro*⁴¹, a questão da realidade que supera a fantasia no quesito horror esteve presente, além da celebração de uma assassina. Na estória, inicialmente, o narrador é convidado por amigo parisiense, já morto, para hospedar-se em sua casa, em 1882. O francês chama-se Lionel Dacre, rico, morador de mansão, excêntrico, colecionador de obras de arte sobre o Talmud, cabala e magia: “Inclinado do monstruoso ao maravilhoso”, fez os “peores excessos da missa negra” em sua casa. Conheceu-o quando pesquisava na seção assíria no Museu Britânico.

No quarto onde se hospedou, havia entre a profusão de objetos de colecionador um curioso objeto, um funil que chamou a sua atenção. Então o hóspede quer saber a história do objeto e seu anfitrião diz que ele o saberia caso dormisse tendo o funil ao lado de seu travesseiro. Mesmo não acreditando, o hóspede assim o faz. Sonha com uma mulher sofrendo a tortura da água com o funil. Comenta que se sentia aliviado por não estar na Idade Média. Relata o sonho a Dacre e este lê para ele os relatos da mulher que matara o pai e dois irmãos, um conselheiro do parlamento e o outro tenente civil, o relato é de dezesseis de julho de 1676. É o processo da Marquesa de Brinvilliers “uma das mais célebres criminosas da história”⁴². Dacre revela ainda que o funil lhe fora dado como “lembrança” chefe de polícia que gravou as iniciais da marquesa no objeto de tortura, que continha também marcas de suas mordidas.

Adequado a esse caso, citemos Doyle em *O Estudo em Vermelho*, quando afirma que “onde não há imaginação, não há horror”. Assim, este foi um dos métodos eficazes de produzir o horror, e reproduzido por inúmeros outros escritores e até mesmo cineastas, que ao longo do século XX disseminaram o gênero. Alfred Hitchcock aparece entre os seguidores dessa máxima.

E na sequência das matérias no mesmo número em que se publicou o conto, foi editado o texto *Os crimes da Marquessa de Brinvilliers*, um relato de sua história e punição.⁴³ Nesse relato sobre a criminosa do século XVII, discorreu-se sobre a história da nobre que envenenara a família, foi condenada à morte pelo Tribunal da Inquisição e, assim, tornou-se uma *célebre* criminosa no Brasil na década de 1920.

Esse conto de Conan Doyle foi retomado por outros autores, tais como Alexandre Dumas em *Os crimes célebres: Envenenamentos, parricídios, assassinios*⁴⁴, bem como por Cesare Lombroso em *O Homem Delinquente*. (LOMBROSO, 2007, p. 55), pois, para o autor, um criminoso dotado de *instabilidade nata* assemelhava-se à marquessa, que, entre outros assassinatos cometidos, matou o pai para vingar o amante, bem como assassinou para enriquecer os filhos.

Assim, literatos e criminologistas utilizaram os casos de crimes e criminosos *reais* para construir perspectivas de análise fundadas na explicação das motivações e chegarem ao âmago da questão do delito, principalmente caracterizada na análise criminológica corrente do período, a Escola Positiva. Destaque para o processo de ficcionalização dessas histórias que propiciam a construção de narrativas espetaculares e *sensacionais*, bem ao entretenimento de época, necessariamente carregado de um imaginário formador e instrutivo ao leitor.

Ficção e Realidade: o policial, o escritor e o jornalista

O já citado Rodolph Archibald Reiss, como outros criminalistas e juristas, condenava a incitação propiciada pela imprensa ao veicular casos de *criminosos* que se tornavam famosos ao ser publicados pela imprensa, e reforçava a opinião corrente em meios criminalistas de ponta a partir da questão da criminalidade na Europa:

A reclama feita em torno dos crimes sensacionais provoca um irresistível sentimento de vaidade e orgulho que muitas vezes leva à prática de um delito, alimentado pelas notícias impressionantes com que a imprensa explora habitualmente os grandes crimes e à custa das quais consegue ver aumentada de uma forma considerável a sua venda avulsa [...] O jornal moderno é uma empresa comercial como qualquer outra obrigada a procurar e sustentar à *outrance* os favores da sua clientela. O público procura avidamente sensações fortes, capazes de manter a vida de desequilíbrio nervoso que hoje se leva. O operário, cansado da labuta cotidiana, lê com prazer a descrição pormenorizada do crime do dia, que é discutido em família, fazendo-se presunções sobre a prisão do criminoso, as causas do delito etc. [...] Daí o poder afirmar-se que, dos leitores de um jornal, 95% não conhecerão os nomes beneméritos de Pasteur, de Marconi ou de quaisquer outros cientistas, literatos, músicos etc. Mas certamente todos eles saberão que Bonnot, Garnier, Soudy eram grandes criminosos, e que Mme. Steinhel era acusada de ter matado o marido.⁴⁵

A discussão do papel e da influência da literatura policial sobre os indivíduos, bem como de outras mídias, como a imprensa e o cinema foram pautadas frequentemente por meio de matérias específicas. Todavia, na revista, percebemos a existência de posicionamentos que ora afirmavam a nefasta influência do escrito criminal, ora defendiam que este tipo de literatura somente corromperia os propensos, os já degenerados – aqueles que, segundo a antropologia criminal, já tenderiam para o crime. (DARMON, 1991).

Por certo que nos textos chamados pelo semanário de *romances policiais* a construção do texto literário reverberava uma espécie de *educação às avessas*, pois as ações e os personagens eram parcialmente pautadas pelos ilegalismos, (FOUCAULT, 1977) vistos como forma de combate social ao *crime* mais aceitável e eficaz. Assim, a forma de investigação e solução dos *crimes* em muitos casos ocorria somente por meio da ação ilegal dos investigadores.

Além disso, as ações e os meios de combate aos crimes, tidos como modelo ideal, perpetrados por agentes de segurança amadores – os detetives diletantes –, implicam a potência individual do *supercérebro* do investigador, de inteligência ímpar, que se expande e se consolida como modelo de ação de investigação, o super-herói, arquetípico, uma exemplaridade de vigilância, prevenção e segurança em sua totalidade.

Portanto, para pensar a questão do *gênero* literário policial na revista *Vida Policial*, faz-se necessário atentar para o fato de que objetivamente os contos e os folhetins eram a expressão do que deveria ser um policial, e apesar de nem sempre apresentarem um aspecto positivo destes, a própria crítica ou os ilegalismos posicionam e direcionam para o seu complementar ou oposto.

Além disso, a literatura policial operou com informações e fatos da escrita policial jornalística, sendo a inserção do escritor nos meios criminais uma das formas de obtenção de caracteres para personagens e tramas. A citação abaixo exemplifica bem esta ideia:

– Traz-me algum bello crime, cuja trama possa servir para um romance sensacional de grande tiragem?

– Ainda não sei, sr. Parent. Entretanto, pode ser. Mas, em todo o caso, eu venho apellar para as suas luzes para decidir um mysterio muito turvo. [...] Vós outros, romancistas, possuem o espírito inventivo, a imaginação que nos falta. O senhor agora conhece o crime, poderá encontrar um móvel?⁴⁶

Nesse diálogo escrito pelo romancista Woestyn, o personagem Richard Parent, também escritor, descrito como muito conhecido, com policial Pinson, inspetor de policial, foi parte do conto intitulado *Um crime extranho – o mysterio dos narcisos negros*. Neste caso um crime que é qualificado como *belo* e *sensacional* proporcionaria uma grande tiragem; contudo, para o investigador, o escritor era o canal de obtenção da solução do crime, pois a *imaginação* e o *espírito inventivo* eram as qualidades necessárias para solucionar o caso, inter-relação inventiva e solucionadora de casos, quase tautológica.

Então, por vezes, os policiais obtinham histórias que informavam os modelos de boa polícia e os escritores precisavam de policiais que relatassem os crimes minuciosamente para a criação de novelas policiais. Também era uma relação triangularizada na medida em que incluímos o jornalismo policial como um dos meios que a circulação de métodos e tramas policiais opera na inter-relação entre a *ficção* e *realidade*.

Assim, de forma geral, percebe-se que houve ambiguidades e tensões no semanário inserido no debate sobre o papel do que a revista chamava de *romance policial*. Por um lado, o valor do pedagógico explicitado a partir do conto e folhetim como a serviço da polícia, auxiliando-a no combate ao crime; por outro, as críticas à sua possível ação *pedagógica para o bandido*, ensinando-o a cometer um crime. Contudo, também esteve presente implicitamente a questão da espetacularização do crime e do criminoso que se tornam temas de matérias de todos os gêneros na revista, inclusive utilizando uma série de representações imagéticas.

VIDA POLICIAL: UNDERSTANDING HIGHLY CIVILISED CRIME REPRESSION AND (OR) INFLUENCE IN YOUNG'S PEOPLE PSYCHOLOGY

Abstract: This paper analyzes the tales and detective feuilletons published in the magazine *Vida Policial*, in the city of Rio de Janeiro (1925-1927). The weekly published police chronic, tales, serial, police doctrine, texts of the legal world as well as news reporters. The police written were means of building types of crime and criminal, at the same time all this produced a social imaginary which imputed to this type of literature, the stigma of a crime handbook. Reproduced in police writings what we call education in reverse, because the actions and characters printed with the mark of illegalism a form of social struggle more acceptable and effective. Actions and means and combat the crime, seen as the ideal model, perpetrated by security agents amateurs – amateurs detectives – imply the individual power of the investigator, as Sherlock Holmes, which has established itself as the superhero archetype, an exemplary surveillance, prevention and safety.

Keywords: Police magazine. Crime and media. Detective feuilletons.

Notas

¹ As suas obras chegaram a Europa por intermédio de autores como Baudelaire.

² Também, de modo incisivo, na poesia, dada a quantidade de traduções de *O corvo*.

³ VIDA POLICIAL, n.50, p.22-28, 20 fev. 1926.

⁴ VIDA POLICIAL, n.45, p.11, 16 nov. 1925.

⁵ VIDA POLICIAL, n.45, p.11, 16 nov. 1925.

⁶ VIDA POLICIAL, n.45, p.11, 16 nov. 1925.

⁷ DARMON, 1991, p.194-197; Ver também CARRARA, 1998. p.81-89.

⁸ Citado por John Le Carré em Introdução de DOYLE, *op. cit.*, p.12.

⁹ VIDA POLICIAL, n.34, p.5, 1925.

¹⁰ VIDA POLICIAL, n.42, p.1, 1925.

¹¹ VIDA POLICIAL, n.2, p.8, 1925.

¹² VIDA POLICIAL, n.2, p.8, 1925.

¹³ VIDA POLICIAL, n.2, p.8, 1925.

¹⁴ VIDA POLICIAL, n.8, 1925.

¹⁵ VIDA POLICIAL, n.8, p.19, 1925.

¹⁶ VIDA POLICIAL, n.8, p.19, 1925.

¹⁷ VIDA POLICIAL, n.8, p.19, 1925.

¹⁸ VIDA POLICIAL, n.8, p.18, 1925.

¹⁹ VIDA POLICIAL, n.77, 1926.

²⁰ VIDA POLICIAL, n.77, 1926.

²¹ O termo *rocambolêsco* tornou-se um adjetivo que derivou dos escritos de Ponson du Terrail (1820-1871), intitulado *As proezas de Rocambolê*, o personagem principal, um herói *popular* de sua época. A sua narrativa é caracterizada pela utilização de lugares-comuns, que beiram atualmente à comicidade, repetitivas. Também, “Cheio de peripécias e aventuras inverossímeis; enredado; enrolado: uma estória rocambolêsca; uma fuga rocambolêsca” (DICIONÁRIO Unesp do Português Contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. p.1228).

²² VIDA POLICIAL, n.29, p.24, 1925.

²³ VIDA POLICIAL, n.74, 1926. (Sem grifos no original).

²⁴ VIDA POLICIAL, n.29. p.24, 1925.

²⁵ VIDA POLICIAL, n.46. p.20, 1926.

²⁶ VIDA POLICIAL, n.46. p.21, 1926.

²⁷ VIDA POLICIAL, n.46. p.21, 1926.

²⁸ VIDA POLICIAL, n.70, 1926.

²⁹ VIDA POLICIAL, n.70, 1926.

³⁰ VIDA POLICIAL, n.70, 1926.

³¹ Do autor encontramos na revista a matéria intitulada *O delicto e a pena diante da filosofia biológica – Pelo Dr. José Ingenieros*. (VIDA POLICIAL, n.12, p.2-6, 1925).

³² *Ibid.*, p.196.

³³ VIDA POLICIAL, n.34, p.3, 1925.

³⁴ VIDA POLICIAL, n.34, p.3, 1925.

³⁵ VIDA POLICIAL, n.34, p.3, 1925.

³⁶ VIDA POLICIAL, n.12, p.40, 1925.

³⁷ VIDA POLICIAL, n.2, p.51-53, 1925.

³⁸ VIDA POLICIAL, n.2, p.51, 1925.

³⁹ VIDA POLICIAL. Rio de Janeiro, n.75, 1926.

⁴⁰ VIDA POLICIAL, n.72, 1926.

⁴¹ VIDA POLICIAL, n.62, 1926.

⁴² VIDA POLICIAL, n.62, 1926.

⁴³ VIDA POLICIAL, n.62, 1926.

⁴⁴ EXPOSIÇÃO virtual da Biblioteca Nacional de Portugal intitulada *Antes das Playstations: 200 Anos do Romance de Aventuras em Portugal* inaugurada em 22 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://purl.pt/301/1/dumas-resumos/crimes-celebres.html>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

⁴⁵ A GAZETA, 11 set. 1913 *apud* BERNARDI, 2000, p.44.

⁴⁶ VIDA POLICIAL, n.45, p.9, 1925.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros. *O mundo emocionante do romance policial*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti*. São Paulo: Annablume, 2000.

COSTA, Flávio Moreira da. *Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

CARRARA, Sergio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DOYLE, Sir Arthur Conan. *Um estudo em vermelho*. São Paulo: Martim Claret, 2003b.

_____. *As aventuras de Sherlock Holmes: um escândalo na boêmia e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM, 2003a.

_____. *Sherlock Holmes*. Edição definitiva, comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. v.1.

- ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEINMANN, Jeffrey *O mundo misterioso de Agatha Christie*. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HAINING, Peter. *The classic era of crime fiction*. Chicago: Chicago Review Press, 2002.
- HARROWITZ, Nancy. O arcabouço do modelo de detetive organizador. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2. ed. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- LOMBROSO, Cesare. *O homem delinqüente*. São Paulo: Ícone, 2007.
- McLUHAN, Marshall. Como se lee el policial: lógica narrativa y mercado. In: LINK, Daniel (Org.). *El juego de los cautos: literatura policial: de Edgar A. Poe a P. D. James*. Buenos Aires: La Marca, 2003.
- MENDES, Oscar. Influência de Poe no estrangeiro. In: POE, Edgar Allan. *Ficção completa, poesia e ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- RODRÍGUES, Esteban (Org.). Periodismo criminal. In: *Contra la prensa: antología de diatribas y apostillas*. Buenos Aires: Colihue, 2001.
- REVISTA VIDA POLICIAL, Rio de Janeiro, 1925-1927. Biblioteca Nacional do Brasil.

Recebido em: 30/07/2012.

Aprovado em: 11/04/2013.

Uma *Justiça sem Lei* e Corporativa: o Brasil de Vargas e a Criação da Justiça do Trabalho

Luciano Aronne Abreu*

Resumo: É frequente entre os historiadores brasileiros a visão de que a Era Vargas introduziu no Brasil um regime autoritário e nacionalista, inspirado especialmente no corporativismo fascista italiano. De outro lado, é também frequente entre os historiadores a opinião de que seus princípios corporativos não teriam sido completamente adotados pelo governo brasileiro, mas foram simples instrumentos para a dominação de classes. A esse respeito, sem negar a influência italiana e seu evidente caráter de dominação e instrumento de manutenção da ordem social, tem-se por objetivo analisar a legislação social e trabalhista da Era Vargas a partir de suas influências da sociologia jurídica americana, frequentemente negligenciada pela historiografia. Nesse sentido, são representativas as obras *Problemas de Direito Corporativo* (1938) e *Problemas de Direito Sindical* (1943), de Oliveira Viana.

Palavras-chave: Corporativismo. Justiça do Trabalho. Oliveira Viana. Autoritarismo. Sociologia Jurídica.

Introdução

É frequente entre os historiadores brasileiros a visão de que a chamada Era Vargas introduziu no país um modelo político nacionalista e autoritário, inspirado especialmente no corporativismo italiano. O principal exemplo, nesse sentido, seria a legislação social

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Doutor em História Latino-Americana pela UNISINOS. Financiamento: CAPES. E-mail: Luciano.abreu@puccs.br.

varguista, muitas vezes referida como uma simples transposição para o Brasil da *Carta del Lavoro*, de Mussolini. Ao mesmo tempo, é também frequente entre esses historiadores a opinião de que os seus princípios corporativos teriam sido aplicados apenas parcialmente pelo governo brasileiro, como instrumento de controle dos trabalhadores pelas classes dominantes ligadas ao Estado.

A esse respeito, apenas a título de ilustração, pode-se citar o clássico estudo de Luiz Werneck Viana, *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (1978), em que o autor afirma que o corporativismo estatal brasileiro jamais se realizou de forma plena, apesar da sua complexa estrutura institucional. Nesse período, diz ele,

[...] a linguagem corporativa reduziu-se aos pronunciamentos dos dirigentes políticos do Estado, e até isso por um lapso de tempo breve. Os institutos corporativos, contra a intenção visível do legislador, foram esvaziados de sua filosofia ‘colaboracionista’, convertendo-se em instrumentos de crua dominação de classes (1978, p. 225).

Essa mesma opinião pode ser também observada no estudo mais recente de Adalberto Cardoso, *Estado Novo e Corporativismo* (2007), para quem nos anos trinta o Estado passou a se constituir no lugar de formulação das normas e regras de uso do trabalho (legislação trabalhista) e das normas e regras de distribuição dos frutos do trabalho (legislação social), tendo como contrapartida a repressão ao movimento sindical. Em suas palavras, diz o autor, este tratou-se de um “[...] corporativismo maneta, porque fechado à voz dos trabalhadores nos mecanismos decisórios do aparelho de Estado” (CARDOSO, 2007, p. 113).

Já Evaldo Vieira, em seu também clássico estudo intitulado *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*, propõe-se a analisar não exatamente as possíveis práticas políticas corporativas do Estado Novo, e sim as mais importantes referências teóricas do corporativismo de Oliveira Viana, principal intelectual ligado ao regime de Vargas. Ainda assim, a exemplo de Werneck Viana e de Cardoso, deve-se ressaltar que também para Evaldo Vieira este modelo não chegou a se implantar, constituindo-se num simples instrumento de organização e controle da sociedade.

Quanto às suas referências teóricas, considerando ser o ecletismo uma tendência da cultura brasileira na época de Oliveira Viana, o autor diz que as principais fontes do seu pensamento seriam as obras do romeno Manoilescu, dos franceses Perroux e Pirou, do italiano Panuzio e, ainda, dos juristas ligados à Escola Sociológica de Direito dos Estados Unidos, dentre os quais Roscoe Pound, Cardozo, Holmes e Brandeis. Destes, no entanto, Oliveira Viana faria uma leitura livre e se apropriaria apenas daquilo que se aproximasse de sua própria concepção de mundo, de caráter nacionalista e realista, sendo seu nacionalismo definido com base em comparações externas e o realismo por um peculiar processo de aculturação de doutrinas externas, conforme interpretação de Evaldo Vieira.

Desse modo, diz o autor, Oliveira Viana destacou de Manoilescu sua concepção de corporativismo, rejeitando sua definição totalitária do Estado; de Perroux, salientou sua afirmação dos direitos do grupo, da supremacia do coletivo, rejeitando sua concepção de Estado-colaborador; de Pirou, destacou a capacidade dos sindicatos de promoverem convenções coletivas, seu direito de autorregulamentação e de ditar normas a todos os membros da profissão; da Escola Sociológica de Direito dos Estados Unidos, seu realismo jurídico, e de Pound, em particular, seu conceito de justiça sem lei¹. Nesses termos, portanto, Evaldo Vieira conclui que não havia uma teoria corporativista no Brasil, apesar do esforço empreendido nesse sentido por Oliveira Viana, cuja concepção de Estado Corporativo

[...] é uma face do Estado Autoritário. Aliás, ambos aparecem também sob a denominação de Estado Moderno, Estado Nacional e Estado Democrático. Mas qualquer que seja o seu nome, o Estado de Oliveira Viana baseia-se no máximo fortalecimento do Poder Executivo que representa a autoridade (VIEIRA, 1981, p. 131).

Por outro lado, sem negar seu caráter nacionalista e autoritário, bem como suas influências do fascismo italiano, outros autores discutem a própria validade de se aplicar o conceito de corporativismo

estatal ao Estado Novo de Vargas e identificam na obra de Oliveira Viana e no seu modelo político proposto a influência de uma variada gama de intelectuais, inclusive de origem norte-americana, mas, ao contrário de Evaldo Vieira, sem ver na obra de Viana uma subjacente manipulação de suas fontes.

Nesse sentido, por exemplo, pode-se citar a obra *A Armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*, de Vanda Maria Costa, em que a autora se propõe a analisar tal construção a partir dos seus processos interativos, os quais podem variar de acordo com os atores envolvidos e do próprio conteúdo da interação. Segundo ela, arenas de interesse específico, como legislação tarifária, legislação social e política industrial, e acordos necessários à implantação de políticas específicas podem dar surgimento a “[...] arranjos corporativos parciais que envolvem apenas grupos estratégicos, afetando, no entanto, os demais grupos não envolvidos nas barganhas e negociações”. Nesses casos, diz a autora, “[...] o corporativismo é um tipo de cooperação que envolve apenas aqueles atores coletivos mais organizados, mais fortes e com maior poder de barganha e negociação” (COSTA, 1999, p. 45). Em sua opinião, esse teria sido justamente o caso brasileiro, em que o modelo corporativo implantado durante os anos Vargas seria o resultado de um processo de negociação entre a burguesia industrial e o Estado, excluindo os trabalhadores.

A esse respeito, deve-se observar que Costa não exatamente nega a validade do conceito de corporativismo aplicado ao Estado Novo, e sim daquele corporativismo chamado estatal, ou seja, “[...] aquele no qual o Estado impõe sua própria solução aos problemas da ação coletiva”, o que seria apropriado apenas para falar da organização dos trabalhadores (COSTA, 1999, p. 47). Já em relação às elites industriais, num contexto de autoritarismo político e de capitalismo atrasado, seria mais adequado o conceito de corporativismo societal, que corresponderia “[...] aos casos em que esses problemas [de ação coletiva] são solucionados pelos próprios atores em interação com o Estado” (COSTA, 1999, p. 47).

Ora, sendo o corporativismo societal resultado de um processo de negociação entre atores coletivos organizados, e não um projeto definido *a priori* e imposto por um grupo ao outro, a autora supõe que havia naquele contexto diferentes ideias ou propostas de

mudança social e política no Brasil, todas elas de tendência corporativa, destacando-se as de Oliveira Viana, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e dos industriais paulistas, expressas por meio da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). De sua parte, Viana via o corporativismo como “um projeto essencialmente normativo”, tratando-se de “[...] criar o conjunto de mecanismos necessários a garantir normas de justiça e progresso social” (COSTA, 1999, p. 54). Para o governo, “[...] o corporativismo era, antes de tudo, um programa de integração dos atores ao Estado, sob sua coordenação e vigilância” (COSTA, 1999, p. 52). Já os empresários paulistas, mais preocupados em encontrar soluções para os seus conflitos intraclasses, de concorrência, recusavam-se a reconhecer a legitimidade do lugar dos trabalhadores, conforme proposto pelo sistema jurídico de Oliveira Viana, e o equilíbrio de forças entre industriais e trabalhadores, sob o controle do Estado, conforme propunha o governo. Embora eles não definissem exatamente um projeto alternativo aos de Viana e do governo, dada a própria diversidade do seu grupo e de suas associações, Vanda Maria Costa observa que o corporativismo societal que então se implantou no Brasil “[...] correspondeu a soluções encontradas pelos capitalistas para seus conflitos intraclasses”, recorrendo ao Estado como árbitro (1999, p. 147-148)². Assim, conclui a autora, a legislação corporativa brasileira teria institucionalizado mecanismos que responderam a interesses estratégicos da classe patronal. O resultado desse jogo, portanto, teria sido a organização de um tipo de cooperação entre governo, patrões e trabalhadores “na medida justa dos interesses de frações da burguesia industrial; na consolidação da representação de classe, operária e patronal, e no fortalecimento da expansão do Estado, como sistema de dominação e máquina de ação (governo)” (COSTA, 1999, p. 181).

George Freitas de Araújo, por sua vez, em estudo intitulado *Uma Análise sobre o Corporativismo em Oliveira Viana*, admite a aplicação do conceito de corporativismo à obra desse autor e ao próprio Estado Novo, como se pode depreender de sua análise, bem como admite também suas influências do fascismo italiano. Por outro lado, porém, Araújo destaca a crítica de Viana ao caráter estatal do corporativismo fascista, embora não esteja preocupado

precisamente em classificar o corporativismo de Oliveira Viana em estatal ou societal, mas em identificar e analisar suas variadas influências, tais como o pensamento de Manoilescu, a Doutrina Social da Igreja (DSI) e o já citado fascismo. Começando por este último, Araújo diz que Viana partilhava com o fascismo “a idéia de valorização das corporações, da coletividade frente ao indivíduo e da harmonia entre as classes sociais”, ainda que criticasse seu totalitarismo, seu ideal belicista-expansionista e seu caráter estatal de partido único (ARAÚJO, 2010, p. 16). Quanto a Manoilescu, apesar de suas diferenças sobre as relações entre corporativismo e sindicalismo, Viana aproximar-se-ia do autor romeno em sua convicção da “inevitabilidade do corporativismo como solução à crise do liberalismo”, valorizando as corporações como condição para a obtenção de uma determinada organização nacional, da harmonia entre as classes sociais e como uma nova forma de representação política, em detrimento do sufrágio universal e do sistema de partidos (ARAÚJO, 2010, p. 18-19). Já em relação à DSI, apesar de sua interpretação mais secular dos textos eclesiais, Viana teria partilhado com a Igreja de sua posição “conservadora, anticomunista e anti-socialista”, bem como de sua visão de que o Estado tem um papel central na normatização da relação capital-trabalho (ARAÚJO, 2010, p. 20-21).

Já Rogério Dutra dos Santos, como indica o próprio título do seu estudo, *Oliveira Viana e o Constitucionalismo no Estado Novo: corporativismo e representação política*, também utiliza o conceito de corporativismo aplicado à obra de Viana e ao regime de Vargas. Nesse caso, porém, ainda que o autor não fuja da visão tradicional do corporativismo como justificativa para a redução dos poderes legislativos e para a sua concentração nas mãos do Presidente da República, ou seja, como simples forma de dominação, deve-se observar que o ponto mais relevante de sua análise se refere à influência da sociologia jurídica norte-americana na obra de Oliveira Viana e, por seu intermédio, na modernização do direito e da criação de uma Justiça do Trabalho corporativa no Brasil. A esse respeito, Santos observa ainda que a crítica ao formalismo do Direito não é exclusiva da tradição realista dos Estados Unidos, mas remonta também à tradição europeia e às “[...] correntes de pensamento que inserem elementos

não formais no cotidiano da decisão judicial”, destacando autores como os norte-americanos Brandeis e Pound e o alemão Schmitt, a quem dedica maior atenção em sua análise.

De sua parte, em seu estudo *Os Inventores do New Deal. Sindicatos nos Estados Unidos dos anos 1930*, Flávio Limoncic destaca as possíveis proximidades e divergências entre os modelos norte-americano e brasileiro de relações entre Estado e sindicatos, especialmente nos tempos do New Deal e do Estado Novo de Vargas. Em relação aos Estados Unidos, diria Limoncic, o conceito de pluralismo sustenta-se mal quando entendido como “um sistema de representação dos interesses contraposto ao sistema corporativo”. A esse respeito, diz ele, se o sistema político pluralista só deve responder às pressões dos grupos de interesses, sem se preocupar com a sua formação ou mesmo com a formulação de suas demandas, “[...] ele não se aplica em absoluto ao caso norte-americano”. Ao contrário, enfatiza o autor, “[...] o Estado americano esteve sistematicamente longe de estar dissociado do reino dos interesses privados: ele não respondia aos *inputs* deste, mas estava preocupado com a formação mesma de tais *inputs*, principalmente no que se refere ao movimento sindical [...]” (LIMONCIC, 2003, p. 245-246).

Nesse mesmo sentido, em relação ao Brasil, o autor diria que o conceito de corporativismo, alternativo e contraposto ao de pluralismo, também não seria adequado quando aplicado à Era Vargas, dado seu caráter quase normativo, “[...] associando arranjos corporativos a ordens políticas estatocêntricas [...]”, ou seja, “[...] a institucionalidade corporativa surge como emanada do Estado e a sociedade civil aparece como tendo uma capacidade meramente reativa à ação estatal, particularmente no que se refere ao corporativismo estatal” (LIMONCIC, 2003, p. 248). Assim, em lugar do corporativismo estatal, Limoncic sugere que a relação entre Estado e sindicatos no Brasil pode ser melhor compreendida a partir do conceito de pacto trabalhista, conforme definido por Ângela de Castro Gomes, o qual pressupõe que se essas relações “[...] compreenderam um componente coercitivo contra setores do sindicalismo brasileiro, compreenderam também um pacto com outros setores, cujas origens podem ser remontadas à Primeira República”. Desse modo, diz o autor, deve-se considerar que as relações entre

Estado e movimento sindical no pós-30 “[...] não teriam resultado em mera submissão ou perda de identidade deste, mas em uma troca orientada pela articulação de ganhos materiais com ganhos simbólicos” (LIMONCIC, 2003, p. 248-249). Em sua conclusão, que se aproxima daquela de Vanda Maria Costa ao se utilizar do conceito de corporativismo societal, a “[...] centralidade do Estado no Brasil não seria um ponto de partida, mas o resultado de um processo”, dado que, no pacto trabalhista, tal centralidade seria atribuída “aos processos de formação do empresariado e do trabalho industrial e de construção institucional do Estado”; o resultado dessa pactuação social então realizada é que proporcionaria

[...] à burocracia estatal, centralidade na mediação dos interesses sociais e na condução do processo econômico, ao empresariado, acesso a instâncias decisórias do Estado e, ao trabalho industrial organizado, seu reconhecimento como ator político legítimo, além de redes de proteção social e acesso à Justiça do Trabalho (LIMONCIC, 2003, p. 254).

A partir de tais referências, por um lado, pode-se observar a comum preocupação dos autores citados em melhor compreender o modelo político brasileiro dos anos Vargas, admitindo seu caráter corporativo, autoritário e de dominação de classes, bem como a influência central de Oliveira Viana em sua definição. Por outro lado, porém, alguns desses autores negam o caráter absoluto desse modelo, de simples manipulação estatal, ainda que não haja entre eles uma proposta alternativa comum ao conceito de corporativismo estatal e que poucos deles tenham se dedicado à análise das possíveis influências intelectuais e teóricas do corporativismo de Oliveira Viana e do Estado Novo.

Ao longo desse estudo, portanto, tem-se por objetivo não exatamente fazer uma crítica historiográfica a respeito dessas temáticas, mas analisar a autorreferida influência da “Sociological Jurisprudence” norte-americana no pensamento de Oliveira Viana e, possivelmente, também no modelo de Justiça do Trabalho implantado no Brasil durante os anos Vargas, considerando-se ter sido Viana o autor do seu projeto. Para tanto, serão tomadas

como principais referências as obras *Problemas de Direito Corporativo* (1938) e *Problemas de Direito Sindical* (1943), de Oliveira Viana, e *An Introduction to the Philosophy of Law* (1930), de Roscoe Pound.

O Corporativismo de Estado segundo Viana: Breves Referências

293

Em primeiro lugar, como bem destacou Evaldo Vieira, deve-se observar que não havia exatamente uma teoria do corporativismo nas obras de Oliveira Viana, mas uma peculiar definição e adequação dos seus princípios à realidade nacional. A esse respeito, porém, deve-se relativizar a lógica da manipulação que este autor atribui ao pensamento corporativo de Oliveira Viana, sugerindo que ele teria negado o principal e se apropriado do acessório das formulações teóricas de Manoilescu, Perroux, Pirou e Panuzio, de modo a adequá-las à nossa realidade³.

Ao contrário, talvez possa-se dizer que Oliveira Viana não estava mesmo preocupado em elaborar uma teoria corporativa original para o Brasil, mas tão somente em propor alternativas à nossa insolidariedade social e falta de sentimento coletivo, resultantes das condições próprias de nossa formação histórica, do nosso meio e da cultura de nosso povo, que impediam a formação de uma verdadeira nação no Brasil e o seu desenvolvimento. Nesse sentido, dada a tendência da cultura brasileira ao ecletismo nas primeiras décadas do século XX, conforme sugere o próprio Evaldo Vieira (1981, p. 96), pode-se dizer que o corporativismo não se definiu para Oliveira Viana como um modelo próprio e adequado à realidade nacional, mas apenas como um dos vários referenciais teóricos apropriados por Viana ao longo de sua obra⁴, ou, talvez, como um ideal a ser atingido. Com isso, não se pretende negar qualquer influência do corporativismo e de seus teóricos no pensamento de Oliveira Viana, mas tão somente indicar que este autor não exatamente propunha ao país a adoção de um modelo de corporativismo puro, misto ou mesmo “manipulado”, como sugere Vieira, mas visava a solucionar os problemas anteriormente referidos a partir da adoção

de um modelo político nacionalista e autoritário, que organizasse e regulasse a sociedade por meio dos sindicatos profissionais, da criação de uma legislação social e da Justiça do Trabalho.

A esse mesmo respeito, deve-se também relativizar a interpretação de Evaldo Vieira que define o Estado Corporativo de Oliveira Viana como sinônimo de Estado Autoritário, sendo este o elemento de identidade entre o Brasil legal e o Brasil real (VIEIRA, 1981, p. 68). De um lado, pode-se dizer que o autoritarismo de fato se constituiria para Viana no modelo de Estado mais adequado à realidade nacional, unindo o Brasil legal ao real; de outro lado, porém, pelo menos naquilo que diz respeito especificamente ao caso brasileiro, não parece ser muito preciso definir o seu modelo autoritário como sinônimo de corporativismo. Isso porque, como ver-se-á melhor adiante, Viana irá se referir em diferentes momentos de sua obra às tendências corporativas do Estado Novo e à construção desse modelo no país, ou seja, em sua própria avaliação, o Estado Corporativo seria mais um ideal a ser atingido do que uma realidade do Estado Novo. Ainda sobre estas questões, mas agora referindo-se especificamente aos sindicatos e à Justiça do Trabalho, Evaldo Vieira diria que “[...] a concepção de Estado Corporativo de Oliveira Viana é uma face do Estado Autoritário” (1981, p. 131), e não exatamente seu sinônimo, como antes havia sugerido. Assim, diz ele, a capacidade regulamentadora dos sindicatos e a competência normativa da Justiça do Trabalho dariam a estes órgãos um caráter público, com traços corporativos, embora este modelo não tenha de fato sido implantado no país.

Nesses termos, como acima indicado pela historiografia e como admite o próprio autor, deve-se a seguir analisar de forma mais específica as influências do corporatismo e da já citada sociologia jurídica norte-americana no pensamento de Oliveira Viana e na sua proposta de organização dos sindicatos e da Justiça do Trabalho, entendidos tanto como expressão do Estado nacionalista e autoritário brasileiro quanto como um ideal a ser atingido, considerando-se que o Estado Novo, em sentido estrito, não se definia efetivamente como um Estado Corporativo.

Quanto ao corporativismo, ao mesmo tempo em que toma como referência o caso europeu para destacar a tendência de sua época à especialização técnica, à organização das classes econômicas

e ao declínio dos por ele chamados “parlamentos oniscientes”, Oliveira Viana observa que o Brasil não estaria ainda preparado para adotar esse modelo, o qual talvez não fosse mesmo adequado à nossa realidade, sendo então necessário construir um modelo próprio. No primeiro caso, sobre as tendências corporativas de sua época, já em 1930, Oliveira Viana defendia claramente que “as grandes classes econômicas” deveriam se colocar em condições de exercer os poderes públicos no Brasil, onde a competência parlamentar deveria ser substituída pela competência técnica. Ao contrário da Europa, porém, Viana dizia que no Brasil ainda há muita gente que acredita com sinceridade “[...] que um mocinho qualquer, de anel de rubi no dedo, só pelo simples fato de acontecer ter sido nomeado deputado, fica por isso mesmo, sem mais nada, com a competência para discutir ou elaborar uma lei sobre a metalurgia do ferro ou sobre a profilaxia antipalúdica” (1930, p. 158).

Na Europa, ainda que o autor cite como exemplos dessa tendência corporativa os casos de vários países, aí incluídas Bélgica, França e Inglaterra “dos parlamentos onipotentes”, como Viana a ela se refere, suas principais referências seriam ao caso italiano, em que “[...] os projetos saem diretamente desse Conselho Técnico para os órgãos executivos do governo, sem passarem, nem mesmo em visita de cortesia, pela grande assembléia tradicional” (1930, p. 167). No Brasil, ao contrário, toda obra legislativa e administrativa seria feita exclusivamente por sua elite que está no poder, sem qualquer tipo de intervenção ou colaboração das classes. Tal situação manifestar-se-ia, inclusive, na elaboração da legislação social brasileira, sendo as leis de acidentes, de férias, de regulamentação das horas de trabalho, de regulamentação do trabalho de menores e mulheres, de aposentadorias e de seguros operários, por exemplo, “obra privativa do governo”. Em suas palavras, diria Viana, “[...] nunca se ouviu, nem ninguém julga que seja preciso ouvir, as duas grandes classes – a dos operários e a dos patrões – cujos interesses vão ser afetados de um modo decisivo por estas leis” (1930, p. 174-175).

De um lado, portanto, pode-se dizer que os países europeus citados serviriam de exemplo ao Brasil, sendo o caráter técnico e corporativo dos seus governos uma nova tendência legislativa

dos Estados modernos uma nova etapa de seus desenvolvimentos, talvez uma espécie de “imperativo do século XX”, como definiria Manoilescu. Por outro lado, contudo, destacando a inexistência de espírito corporativo e de organização de classes no Brasil, Viana diria que “[...] é bem possível que nenhum destes sistemas nos sirva e que tenhamos mesmo de engenhar um sistema nosso, ao nosso jeito, uma solução própria, adaptada ao nosso meio; como é possível também que não engenhemos solução ou sistema algum [...]”, mas nos resignemos em aplicar em escala modesta estes “largos e ousados métodos de política contemporânea” (1930, p. 181-182).

No segundo caso, portanto, admitindo a inadequação dos modelos europeus ao caso brasileiro, assim como a possível incapacidade de nossa sociedade em adequá-los de forma autônoma à realidade nacional, Oliveira Viana irá propor, especialmente em suas obras *Problemas de Direito Corporativo* (1938) e *Problemas de Direito Sindical* (1943), um modelo próprio e adequado à realidade nacional de organização do Estado no Brasil, de tipo nacionalista e autoritário, uma espécie de “corporativismo de Estado”, no dizer corrente da historiografia. A esse respeito, porém, ao mesmo tempo em que se referia às “tendências declaradamente corporativas” do regime constitucional de 1937, Oliveira Viana também afirmava a necessidade de darmos “execução aos seus preceitos relativos à organização sindical das nossas atividades profissionais e econômicas, como base da futura organização corporativa” (1943, p. 25). Ou seja, como anteriormente já se referiu, tal corporativismo constituía-se numa tendência determinada pelo próprio Estado, numa perspectiva de futuro para o Brasil, mas não exatamente numa realidade política e institucional do regime de Vargas.

Nesse sentido, com vistas à sua adequação à realidade brasileira e à possível execução dessas tendências corporativas, deve-se destacar a importância que Oliveira Viana atribui em suas obras aos sindicatos e à sua capacidade regulamentadora, bem como à Justiça do Trabalho e sua competência normativa. Pode-se dizer que o perfil atribuído por Viana a essas instituições expressaria, ao mesmo tempo, tanto seus traços corporativos quanto o caráter nacionalista e autoritário do Estado Novo de Vargas quanto ainda suas declaradas influências da “sociological jurisprudence” norte-americana.

Refletir, portanto, sobre essas influências da sociologia jurídica americana no pensamento de Oliveira Viana e na sua definição dos sindicatos e da Justiça do Trabalho é avançar na compreensão do sentido do seu chamado Estado Corporativo, como ver-se-á a seguir.

Viana, Pound, os sindicatos e a Justiça [sem lei] do Trabalho no Brasil

Sobre sua proposta de criação da Justiça do Trabalho no Brasil, em polêmica com o então deputado Waldemar Ferreira⁵ quanto ao seu caráter normativo, Oliveira Viana diria que suas divergências não se deviam apenas a questões de técnica interpretativa da Constituição, mas a um conflito entre duas concepções do Direito: de um lado, a “velha concepção individualista” advinda do Direito Romano, do Direito Filipino e do Direito Francês, que nos teriam chegado através do *Corpus Juris*, das Ordenações e do Code Civil; de outro, “[...] a nova concepção nascida da crescente socialização da vida jurídica, cujo centro de gravitação se vem deslocando sucessivamente do indivíduo para o grupo e do grupo para a nação, compreendida esta como uma totalidade específica” (1938, p. 7).

Para exemplificar tais concepções e suas diferenças, o autor toma como referência o caso dos Estados Unidos, em que seus juristas adotariam um duplo método de técnica, a interpretação e a construção. Em suas palavras, sobre as regras da interpretação, Viana diz que o sentido da Constituição “[...] é o que resulta da sua letra, do seu conceito gramatical e lógico e do confronto com outros dispositivos [...]”, enquanto as regras da construção iriam além desses critérios lógicos e históricos, incluindo também um “outro critério extrajurídico, ou metajurídico – porque de natureza política” (1938, p. 12). Os partidários do primeiro método, da “old school”, de Corwin, seriam “puros intérpretes da lei, maneja-dores rigoristas e mecânicos das regras da interpretação”. Já os partidários do segundo método, da “new school”, da “sociological jurisprudence” de Llewellyn (Holmes, Brandeis, Stone, Cardozo), seriam espíritos pragmáticos para quem “[...] a Constituição é um instrumento de que a sociedade se utiliza para os seus fins de

progresso e de ordem, uma construção plástica e dinâmica, cujo texto deve estar permanentemente vitalizado pelos influxos das realidades sociais [...]” (1938, p. 14). Nesse sentido, sobre as novas tendências do Direito moderno, diz Viana: 1) o juiz de hoje não está mais circunscrito ao texto da lei, mas “[...] é um órgão vivo de elaboração legal, com uma amplitude de poder no manejo dos textos que permite ser um verdadeiro legislador”; 2) o “Estado Legislador” deve admitir novas fontes de normas jurídicas, normas elaboradas pelos grupos sociais e pelas coletividades organizadas. Com isso, diz ele, “[...] alargam-se os horizontes da exegese ‘interpretativa’ e ‘construtiva’, até então restrita e constrangida exclusivamente no exame dos textos” (1938, p. 22).

Além disso, para justificar o caráter peculiar da sua Justiça do Trabalho e o papel por ele atribuído aos sindicatos, Viana tomaria ainda como importante referência o conceito de “Justiça sem lei”, de Roscoe Pound, juiz da Suprema Corte de Nebraska e professor da Escola de Direito de Harvard. A esse respeito, porém, duas questões devem ser observadas antes que se passe a definir o sentido atribuído por Pound à lei e sua apropriação por Viana: por um lado, o fato de a obra do jurista americano estar associada à defesa da liberdade, estando inclusive disponível para consulta no site *The Online Library of Liberty*, mantido pela Liberty Fund Inc⁶, enquanto sua apropriação por Oliveira Viana se deu justamente no sentido de justificar seu modelo político autoritário e o caráter normativo da sua Justiça do Trabalho. Por outro lado, como indica o próprio título de sua obra, Pound propõe-se a refletir teoricamente sobre a “filosofia da lei”, em seu sentido geral, enquanto Viana apropria-se desses princípios para aplicá-los na justificação de um regime político e de um modelo específico de Justiça, como acima referido.

Ao longo de sua obra, que se constitui numa versão escrita das conferências proferidas por Pound na Escola de Direito de Yale, entre os anos de 1921 e 1922, o autor discorre sobre diferentes questões relativas à filosofia da lei, dentre as quais se incluem o “fim da lei”, no sentido das suas finalidades, e a “aplicação da lei”, que foram mais diretamente apropriadas para os fins propostos por Oliveira Viana e que, portanto, serão aqui enfatizadas nas referências a seguir.

Quanto aos fins da lei, Pound observa que a principal discussão filosófica a seu respeito, desde que os filósofos gregos começaram a refletir sobre as bases da sua autoridade, refere-se à natureza da lei, que se constituiria num debate de ordem mais política que jurídica. Na história do Direito, no estágio da igualdade e dos direitos naturais, o autor diz que a teoria do Direito Natural parecia responder à questão dos fins da lei como uma garantia daqueles direitos, devendo ela se estender o mínimo possível para não restringir a liberdade do homem (POUND, 1930, p. 20). Nesse sentido, diz ele, em não havendo teorias positivas a respeito da elaboração das leis, sempre associadas à restrição da liberdade ou à imposição de normas, o século XIX teria sido consciente da necessidade de uma teoria que respondesse aos seus fins.

De um modo geral, após identificar doze diferentes concepções acerca da natureza da lei⁷, Pound observa que há entre elas três aspectos em comum: 1) seus fundamentos iriam além do alcance dos desejos individuais do homem; 2) a definição de um modo determinado e mecânico de procedimento, a partir de um ponto de partida absoluto; 3) a definição de um sistema de ordenamento da conduta humana e de ajustamento de suas relações baseado em um processo absoluto. A seguir, em contraponto a tais concepções sobre as origens e a natureza da lei, Pound identifica três diferentes visões na história do Direito a respeito dos seus fins: 1) a lei existe para manter a paz a qualquer preço, já que as necessidades de dada sociedade são satisfeitas pela garantia de sua segurança; 2) a lei existe para manter o *status* social, constituindo-se apenas num instrumento para garantir a ordem e manter cada indivíduo no seu lugar; 3) a lei existe para garantir aos indivíduos sua máxima liberdade de julgamento. Além destas, observa o autor, uma quarta visão sobre suas finalidades estaria se afirmando em princípios do século XX, baseada na ideia de que os limites da ação humana são expressos pela razão e pela moral, deslocando assim a concepção dos fundamentos da lei da igualdade natural para os direitos naturais. Nesse sentido, os limites da atividade humana tinham por garantia as qualidades morais do homem, que garantiriam a ele o direito de ter e fazer certas coisas. Estes seriam seus direitos naturais e a lei existiria apenas para garantir e tornar esses direitos

efetivos, não devendo haver nenhum outro tipo de restrição a não ser o de compelir os homens a respeitar o direito dos seus semelhantes (POUND, 1930, p. 26-27).

Para Pound, no entanto, mesmo esta última concepção não estaria mais de acordo com o novo contexto social e político que então se vivia, de permitir o máximo de liberdade ao julgamento individual num mundo onde não havia mais continentes a descobrir e os recursos naturais já haviam sido explorados, sendo a conservação o que havia restado de mais viável. Afinal, num mundo populoso e de recursos escassos, a máxima liberdade de julgamento começaria a produzir mais conflitos do que evitá-los. Em tais condições, alguns juristas estariam pensando nos fins da lei, não mais em relação ao máximo de liberdade para satisfazer ou equalizar os desejos dos homens, mas para equalizar ou ao menos harmonizar suas necessidades, o que os levou a pensar nos problemas da ética, da jurisprudência e da política como um problema de valores. Ou seja, como um problema de encontrar critérios de valores relativos de interesses. Em termos jurídicos e políticos, diz Pound, “[...] they [the jurists] saw we must add practical problems of the possibility of making interests effective through governmental action, judicial or administrative” (POUND, 1930, p. 28).

A lei, portanto, deixaria de ser vista como um conjunto de regras a serem aplicadas a diferentes situações, ainda que análogas, para se constituir num instrumento flexível de resolução de conflitos e de satisfação das necessidades humanas, por meio da ação judicial ou administrativa dos governos. Porém, em não havendo critérios absolutos de valor, caberia ao jurista reconhecer um dado problema e perceber nele um problema à garantia de todos os interesses da sociedade, sendo o fim da lei nada menos do que fazer o que for preciso para alcançar a satisfação das necessidades humanas. Muitas vezes, no entanto, os juristas enfrentam para isso limites que lhes são impostos pelas próprias ferramentas com que trabalham, sendo então necessário improvisá-las. Nesses termos, pode-se dizer que Pound expressa não apenas sua visão a respeito dos fins da lei, mas também sua preocupação a respeito da sua aplicação, como ver-se-á a seguir. Em suas palavras, diz ele:

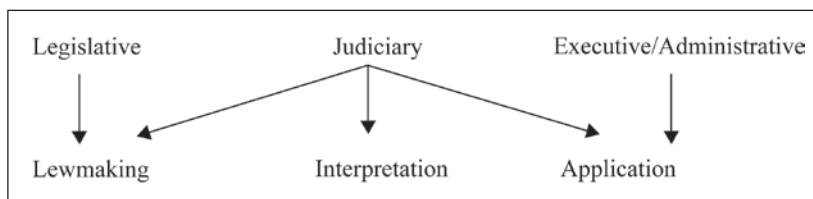
Experience has shown abundantly how futile legal machinery may be in its attempts to secure certain kinds of interests. What I do say is, that if in any field of human conduct or in any human relation the law, with such machinery as it has, may satisfy a social want without a disproportionate sacrifice of other claims, there is no eternal limitation inherent in the nature of things, there are no bounds imposed at creation, to stand in the way of its doing so (POUND, 1930, p. 30-31).

Quanto à aplicação da lei, considerando a incapacidade do seu instrumental legal de satisfazer as necessidades da sociedade em muitos campos das relações humanas sem provocar enormes sacrifícios em outros, Pound diz que não devem haver então limites à criação de novos caminhos para que se possa atingir suas finalidades. Em sua opinião, ao contrário da tradicional concepção de separação rígida de funções entre os poderes, Pound diz que “[...] lawmaking, administration and adjudication cannot be rigidly separated” (1930, p. 33). Em sua concepção tradicional, a aplicação da lei estava ligada à sua adjudicação pelo Judiciário, que se limitava em encontrar no sistema legal a melhor lei, interpretá-la e aplicá-la ao caso então em julgamento. Porém, como alerta o autor, muitos casos não são tão simples e mais de um texto pode ser a ele aplicado, levando-o a afirmar que em tais situações as funções judiciais e legislativas andam juntas. Diz ele: “But from de nature of the case it cannot make laws so complete and all-embracing that the judicial organ will not be obliged to exercise a certain lawmaking function also” (POUND, 1930, p. 33).

Em sua concepção, pode-se dizer que Pound não apenas critica esta rígida separação de funções entre os poderes como também atribui um papel central ao Judiciário para garantir a harmonia e a satisfação das diferentes necessidades do homem em sociedade. Isso porque, em sua concepção do sentido da lei e de sua aplicação, a interpretação da lei, que se constituiria na principal função do Judiciário, corre muitas vezes no mesmo sentido da sua elaboração ou da sua aplicação, como pode-se visualizar na representação a seguir. A esse respeito, diz Pound,

[...] as interpretation on the one side runs into lawmaking and so the judicial function runs into the legislative function, on the other side interpretation runs into application and so the judicial function runs into the administrative or the executive (POUND, 1930, p. 34).

Quadro 1 - Representação das relações entre o Judiciário e os Poderes Executivo e Legislativo, tendo por base seu poder e autonomia para interpretar as leis, segundo Roscoe Pound.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesses termos, observa o autor, novos caminhos para a aplicação da lei estariam sendo criados ou admitidos pelo sistema legal anglo-americano, de modo a resolver casos particulares não definidos em lei, mas sem ignorar seus princípios gerais⁸. Dentre estes, Pound refere-se à tendência crescente nos Estados Unidos de individualização da aplicação da lei por meio de diversas agências, como a justiça administrativa, as cortes especiais, as comissões, ou mesmo através de uma interpretação mais ampla e individualizada da lei pelos tribunais do país, constituindo-se o que o autor define como uma “justiça sem lei”, em oposição à chamada “justiça de acordo com a lei”, mais adequada aos períodos de estabilidade, e não de transição. Assim, ao admitir esses novos canais de aplicação da lei, sendo esta entendida não como um conjunto detalhado de regras, mas como princípios gerais para a argumentação jurídica, Pound diz ser necessário admitir também uma teoria que reconheça como legítimo o caráter administrativo das funções judiciais e que a individualização da aplicação da lei não é menos importante que o teor dos seus princípios.

Sobre esses novos Tribunais Administrativos e suas funções, Pound diz que suas ações e decisões poderiam se referir a questões muito amplas e variadas, tais como

[...] the regulation of public utilities, apportionment of the use of the water of running streams among different appropriators, workmen's compensation, the actual duration and nature of punishment for crime, admission to and practice of professions and even of trades [...] (POUND, 1930, p. 42).

303

Esses tribunais, que representam uma forma de reação à rígida aplicação da lei nos períodos de estabilidade, são também mais efetivos para regular a conduta das empresas e seus conflitos e para melhor ajustar a administração à lei, evitando a ineficiência e o desperdício, a perda de tempo e de dinheiro sob uma mera etiqueta de justiça. Em síntese, conclui Pound:

Where the calls is for individuality in the product of the legal mill, we resort to standards. And the sacrifice of certainty in so doing is more apparent than actual. For the certainty attained by mechanical application of fixed rules to human conduct has always been illusory (POUND, 1930, p. 44).

Das questões anteriormente referidas sobre os fins da lei e sua aplicação, pode-se dizer que sua concepção social-utilitarista, como o próprio Pound se refere, especialmente em relação à sua definição de uma “justiça sem lei” e à defesa de um sistema judicial com funções também de caráter administrativo, daria margem à peculiar interpretação de Oliveira Viana, com vistas a adequar seus preceitos para justificar a prática política autoritária brasileira e sua criação de uma Justiça do Trabalho de tipo normativo.

No caso brasileiro, porém, ao contrário do que Pound dizia ser uma tendência nos Estados Unidos, Oliveira Viana observa que nossos centros de cultura jurídica não estariam manifestando as concepções relativas às novas fontes do Direito positivo, nem mesmo os novos horizontes da exegese constitucional abertos pela metodologia

da “new school” norte-americana. Em suas palavras, diz o autor, “[...] no tocante, por exemplo, à interpretação dos textos constitucionais não foi feita aqui ainda uma distinção muito clara entre construção e interpretação” (1938, p. 27). O melhor exemplo disso seria exatamente o “[...] modo porque estão sendo interpretados e entendidos os dispositivos da nova Constituição relativos à organização e competência da Justiça do Trabalho” (1938, p. 29). De acordo com seus próprios conceitos, talvez se possa dizer que Oliveira Viana associa a técnica da interpretação jurídica ao “idealismo utópico”, e a técnica da construção ao “idealismo orgânico”. Nesses termos, portanto, é que o autor irá propor a criação no Brasil de uma Justiça do Trabalho de caráter normativo, não mais limitando à atuação dos juízes ao texto estrito da lei, e, ao mesmo tempo, admitindo a validade de novas fontes de normas jurídicas, elaboradas por coletividades organizadas, como os sindicatos, por exemplo.

Sobre a questão normativa da Justiça do Trabalho, que se remeteria à “justiça sem lei” e aos tribunais administrativos de Pound, Oliveira Viana destaca que esta se justificaria, de um lado, por necessidades próprias da administração pública; e, de outro, por serem suas decisões sempre relativas a conflitos coletivos.

No primeiro caso, diz Viana, negar seu caráter normativo sob alegação do princípio da não delegação de poderes⁹ poderia tornar impossível a administração da coisa pública. Em sua opinião, o “[...] mandamento proibitivo quebra-se em face dos próprios imperativos da prática administrativa” (1938, p. 40), conforme o autor observa ocorrer em países como Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Áustria e Austrália, que ele chama de “mundo civilizado”. Em tais nações, diz Viana, estaria ocorrendo um movimento geral de descentralização das atividades do Estado, dada a crescente complexidade das funções do Estado moderno, suas tendências totalitárias ou universalistas e a necessidade de reagir contra a descentralização geográfica, o que implicaria também uma descentralização jurídica (1938, p. 48-49).

Além da Justiça do Trabalho, Oliveira Viana destaca ainda as Convenções Coletivas¹⁰ negociadas por empresários e sindicatos como outro importante mecanismo de regulação das relações de trabalho e de solução dos seus conflitos. A esse respeito,

talvez se possa relacionar seu sentido àquele atribuído por Pound às diferentes agências de aplicação da lei nos Estados Unidos. Estas colocar-se-iam como uma primeira etapa das negociações entre patrões e operários, que seriam depois reconhecidas pela Justiça ou por ela normatizadas, caso não houvesse acordo prévio entre as partes. Sobre tais Convenções, que podem ser entendidas como uma nova fonte de norma jurídica, conforme os princípios da “new school” norte-americana, deve-se observar a importância dos sindicatos em sua elaboração e o problema do seu campo de aplicação, como Viana refere-se ao alcance e grau de obrigatoriedade de suas normas. Sobre este último ponto, diz o autor, as verdadeiras Convenções seriam aquelas cujas decisões se referissem a todos os operários de uma categoria “ou mesmo para as categorias conexas” (1938, p. 162).

No caso brasileiro, porém, ao contrário dos Estados Unidos, as convenções coletivas não seriam exatamente resultado de uma livre negociação entre empresários e sindicatos, nem mesmo se estenderiam com facilidade a toda uma categoria, dada a histórica insolidariedade social brasileira e sua consequente ausência de um sentimento coletivo e nacional entre as classes. Nesses termos, portanto, caberia ao Estado brasileiro manter o controle sobre a atividade convencional e normativa dos grupos, estimulando e regulando também a sua criação e o seu funcionamento, enquanto aos sindicatos caberia o papel de educar o nosso povo para a cultura da solidariedade, fazendo-o passar da fase de “massa” para a de “comunidade”, e, talvez, para a de “comunhão”. Em suas palavras, diz Viana, só os sindicatos poderiam constituir e desenvolver em nosso povo “[...] aquilo que as forças da nossa história não permitiram que constituíssemos e desenvolvêssemos: os hábitos de cooperação e de ação coletiva, bem como a consciência do enorme poder da solidariedade social” (1943, p. IX).

Tais sindicatos, portanto, constituir-se-iam para Viana em importantes meios de educação e organização da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, em novos canais de atuação das diferentes classes econômicas junto ao Estado. Assim, de acordo com o que Viana dizia serem as condições e necessidades próprias da realidade brasileira, a legislação sindical por ele proposta determinou a criação de sindicatos únicos por ofício no Brasil. Em sua opinião, o sindicato

de ofício seria o ideal “para a organização de povos como o nosso, sem instituições, nem tradições de solidariedade econômica ou profissional”, visto que sua homogeneidade de composição permitiria “[...] cristalizar mais rapidamente, entre os seus associados, uma forte consciência de unidade e de grupo e, em consequência, um sentimento mais lúcido e militante dos interesses coletivos da categoria a que pertencem” (1943, p. X). Quanto à unicidade sindical, esta justificar-se-ia para Viana porque a legislação reconheceu os sindicatos e suas Convenções Coletivas como válidas para toda a categoria profissional, e não apenas para os seus associados. Do contrário, diz ele, “[...] teríamos um caso de dupla personalidade legal. [...] O fato de ter a Constituição dado às Convenções Coletivas o caráter de um regulamento da categoria implica, sem dúvida, no reconhecimento do sindicato único”. Ou, então, diz o autor, “[...] teríamos a possibilidade de várias convenções coletivas regulando diversamente a mesma matéria para a categoria inteira – o que seria absurdo” (1943, p. 4-5).

Em tais condições, de acordo com os princípios anteriormente referidos, os sindicatos no Brasil não seriam apenas associações privadas, mas assumiriam também atributos de direito público, tornando-se uma associação *sui generis*, “[...] colocada numa situação que a situa abaixo das instituições administrativas do Estado, mas acima do vasto mundo das associações privadas, sobre as quais o Estado não tem propriamente nenhum interesse de controle direto e imediato” (1943, p. 6-7).

Face ao exposto, ainda que não se negue a influência dos ideais corporativos na obra de Oliveira Viana e no próprio modelo político do Estado Novo, pode-se dizer que este regime de fato não se define como corporativista, ao menos conforme os princípios estritos do corporativismo puro, misto ou mesmo “manipulado”, como a ele muitas vezes se refere a historiografia. Do mesmo modo, mais uma vez sem negar seus traços corporativos, pode-se ainda afirmar que o caráter normativo da Justiça do Trabalho e os sindicatos únicos por ofício também não se constituíam numa distorção ou num modelo capenga de corporativismo, mas num modelo conscientemente proposto por Oliveira Viana, inspirado pela sociologia jurídica norte-americana e baseado no conceito de

“justiça sem lei”, de Pound, com o objetivo de subordinar a sociedade ao Estado autoritário brasileiro, dadas às condições supostamente peculiares da sua sociedade.

A JUSTICE WITHOUT LAW AND CORPORATIVE: THE BRAZIL OF VARGAS AND THE CREATION OF LABOUR JUSTICE

Abstract: It is frequent among Brazilian historians the interpretation that in Vargas Era it was introduced in the country a nationalist and authoritarian regime, inspired specially in the corporativism of Italian fascist regime. On the other hand, it is also frequent between these historians the opinion that the principles of corporativism would not be completely adopted by Brazilian government, but were simple instruments for class domination. About this subject, however, without denying its Italian influence and its evident character of domination and instrument to maintain the social order, we have also to analyze the social and labour legislation of Vargas regime including its influences of the American sociological jurisprudence, frequently neglected by historiography. In this sense, the books “Problemas de Direito Corporativo (1938)” and “Problemas de Direito Sindical (1943)”, of Oliveira Viana, are representative.

Keywords: Corporatism. Labour Justice. Oliveira Viana. Authoritarianism. Sociological Jurisprudence.

Notas

¹ Estas ideias e relações são discutidas sistematicamente por Evaldo Vieira ao longo do capítulo dois de sua obra *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

² Tal situação, na interpretação de Vanda Maria Costa, ao mesmo tempo em que solucionaria os conflitos intraclasse dos industriais paulistas e asseguraria seus interesses em detrimento dos trabalhadores, os levaria a cair na chamada “armadilha do Leviatã”, citando metáfora de Martins Hollins, segundo a qual as razões que levam ao pacto sobre a ordem social são as mesmas que levam ao rompimento do pacto e à desordem. Em suas palavras, assim a autora explica a armadilha aos empresários: “Aprisionados aos impasses produzidos por sua própria racionalidade, são levados [os empresários] a recorrer ao Estado para superá-los. Em que consiste, nesse caso, a armadilha? Recorrendo ao Estado como árbitro dos seus conflitos intraclasse – fundamentalmente conflitos de mercado – a demanda pela intervenção tende a se acentuar face a cada conflito

no mercado. Intervenções tópicas se sucedem, substituindo a competição no mercado pela competição pela proteção do Estado. Está montada a armadilha, através da qual o Estado passa a ocupar a posição privilegiada de poder selecionar os atores estratégicos para a implantação de seus próprios projetos” (COSTA, 1999, p. 147-148).

³ A esse respeito, ver: VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981, cap. 2.

⁴ Ao longo de sua obra, pode-se ainda perceber muitas referências de Oliveira Viana a diferentes teorias políticas, das elites, sociológicas e eugênicas, por exemplo.

⁵ A obra *Problemas de Direito Corporativo* compõe-se de uma série de artigos publicados por Oliveira Viana no *Jornal do Comércio*, em resposta às críticas do deputado Waldemar Ferreira ao seu projeto de organização da Justiça do Trabalho no Brasil, enviado para aprovação na Câmara dos Deputados ainda antes da instalação do regime do Estado Novo. Em suas próprias palavras, diz Viana: “tendo participado da organização do projeto, achei que me corria o dever de vir a público defendê-lo. [...] Nesse sentido, escrevi uma série de artigos, que vieram a lume no *Jornal do Comércio*, e que são exatamente os sete estudos que compõe este livro” (1938, p. 5).

⁶ Ao longo desse estudo, todas as referências da obra *An Introduction to the Philosophy of Law*, de Roscoe Pound, serão feitas a partir da sua versão em pdf disponível no site *The Online Library of Liberty*, mantido pela Liberty Fund Inc: http://files.libertyfund.org/files/2222/Pound_1502_EBk_v6.0.pdf. Em suas próprias palavras, tal fundação “is a private, non-profit, educational foundation established in 1960 to encourage study of the ideal of a society of free and responsible individuals” (The Online Library of Liberty, p. 1).

⁷ A esse respeito ver: POUND, Roscoe. *An Introduction to the Philosophy of Law*. Yale University Press, 1922. Acessível in Online Library of Liberty: <http://oll.libertyfund.org> (pdf version), cap. II. Acesso em: maio e junho de 2012.

⁸ A respeito da relação entre a individualização da lei e seus princípios gerais, diz Pound: “Typically administrative treatment of a situation is a disposition of it is a unique occurrence, an individualization whereby effect is given to its special rather than to its general features. But administration cannot ignore the universal aspects of situations without endangering the general security” (1930, p. 34).

⁹ Em sua crítica ao caráter normativo da Justiça do Trabalho, o deputado Waldemar Ferreira dizia que este contrariava os princípios de nosso direito judiciário tradicional e da própria Constituição de 1934. No primeiro caso, argumentava que é regra do direito que as sentenças de qualquer juiz só obrigam os litigantes, e não a terceiros que não participaram do pleito. No segundo, alegava que atribuir tal competência normativa à Justiça do Trabalho implicaria lhe atribuir poderes para editar normas gerais, o que se configuraria numa delegação de legislativos ao

Judiciário. A esse respeito, ver: VIANA, Oliveira. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, cap. II.

¹⁰ A respeito das Convenções Coletivas de Trabalho, Oliveira Viana observa que não se deve confundi-las com os Contratos Coletivos de Trabalho. Em suas palavras, diz: “O ponto de diferenciação entre estas duas espécies está precisamente na natureza do objeto de cada uma. O objeto do contrato coletivo é distinto do da convenção coletiva. Quando um patrão ou sindicato de patrões conclui com um grupo de empregados ou sindicato de empregados um contrato coletivo, o que eles contratam é trabalho, é serviço, é energia aplicada, é esforço produtivo, físico ou intelectual, desenvolvido não mais por um único trabalhador, como no contrato individual, mas por uma pluralidade deles, visando um objetivo comum” (1938, p. 148-149). Já na Convenção Coletiva, diz Viana, “a situação é outra, inteiramente diferente. Não se contratam serviços e sim normas (preceitos, cláusulas, etc.), pelas quais se deverão reger os futuros contratos de trabalho, sejam individuais, sejam coletivos” (1938, p. 150-151).

Referências

CARDOSO, Adalberto. *Estado Novo e Corporativismo*. Locust: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007.

DIEHL, Autor Antônio. Estado Novo: Corporativismo e Círculos Operários. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 19-35, 1987.

DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos Conselhos Técnicos às Câmaras Setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MANOILESCO, Mikhail. Tradução de Azevedo Amaral. *O Século do Corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

POUND, Roscoe. *An Introduction to the Philosophy of Law*. New Haven: Yale University Press, 1922. Accessible in Online Library of Liberty. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org>> pdf version. Acesso em: maio/jun. 2012.

ROMITA, Arion. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SOUZA, Francisco Martins de. *Raízes Teóricas do Corporativismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

STEPAN, Alfred. *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.

_____. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. *O Idealismo da Constituição*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

_____. *Problemas de Direito Sindical*. São Paulo: Coleção de Direito do Trabalho. Gráfica Editora Brasileira, 1943.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*: Oliveira Viana & Companhia. São Paulo: Cortez, 1981.

Recebido em: 05/05/2013.

Aprovado em: 06/06/2013.

O jornal Vida Operária e a instrução educacional como instrumento de inserção política

Luciano Everton Costa Teles*

Resumo: O presente texto tem como objetivo demonstrar, através do conteúdo da imprensa operária no Amazonas, como o jornal *Vida Operária* posicionou-se frente ao processo político eleitoral vigente na Primeira República brasileira, destacando as críticas, a proposta de ação política operária e o destaque dado à instrução (educação, no caso, saber ler e escrever, sobretudo) como instrumento de participação política.

Palavras-chave: Primeira República. Jornal Vida Operária. Instrução Educacional. Processo Político Eleitoral.

Introdução

Com a implantação da Primeira República brasileira, em quinze de novembro de 1889, a classe operária, por meio dos seus jornais, acabou externando um processo de construção de uma efetiva participação política, no sentido de influenciar nas decisões ligadas ao campo político-econômico do país, em especial nos principais centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e outros (PÁDUA, 1985; GOMES, 1988; PETERSEN, 2001; CASTELLUCCI, 2008).

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: lucianoeverton777@hotmail.com.

Não obstante, a República assumiu um caráter excludente, restringindo a participação política de parcela significativa da população, incluindo aí os operários. Mulheres, menores de 21 anos e analfabetos não votavam nem se candidatavam.

Considerando os operários, a luta pela construção e pelo alargamento da participação política ocorreu de uma forma intensa. O objetivo deste artigo consiste em perceber este processo, caracterizando o sistema político da Primeira República brasileira e revelando como a imprensa operária no Amazonas, em especial o jornal *Vida Operária*, posicionou-se frente a ele, destacando as críticas à proposta de ação política operária e o destaque dado à instrução (educação, no caso, saber ler e escrever, sobretudo) como instrumento de participação política.

A Primeira República Brasileira e a Imprensa Operária no Amazonas

A implantação da República impactou o universo operário, o que ficou perceptível pelos artigos publicados em jornais de diversas regiões do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, o jornal *A Voz do Povo* destacou-se pelas informações sobre a importância de se construir organizações operárias, inclusive partidos políticos operários. Em São Paulo, o jornal *O Socialista* seguiu também nesta esteira.

Segundo Aldrin Castellucci:

A última década do século XIX foi fortemente marcada por um clima de otimismo, expectativa e anseio de participação política gerado na classe operária brasileira em virtude da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, levando à fundação de organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas em vários centros urbanos do país, muitas vezes acumulando e articulando, de forma complexa e original, funções mutualistas, beneficentes, recreativas, sindicais e político-partidárias... (2008, p. 45).

Esta posição foi fruto das profundas transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no Brasil a partir das duas décadas finais do século XIX, sobretudo, como destacado na citação acima, a desintegração das relações escravistas e do regime monárquico vigente.

A República implantada em quinze de novembro de 1889 envolveu esta dinâmica de transformações que vinha ocorrendo desde décadas atrás. Segundo Ângela de Castro Gomes:

O golpe vitorioso de Deodoro concluía, contudo, um processo que se iniciara décadas atrás, envolvendo questões cruciais como a abolição do trabalho escravo e a participação política dos militares, e que se materializara numa campanha com significativo grau de mobilização e organização, como o demonstra o Partido Republicano. Os interesses e a composição dos segmentos que se reuniram em nome da República são reconhecidamente diversos e complexos. A proclamação, se não é um momento de política revolucionária, é ao menos um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade (1988, p. 19).

Após a Proclamação da República, buscou-se então definir o seu formato. Para esta definição, vários segmentos sociais procuraram participar, entre eles os operários que elaboraram e tornaram público a sua proposta de intervenção e participação política, numa clara tentativa de contribuir com o processo de formação da Primeira República brasileira.

Com efeito, os operários viram nesse processo a possibilidade da abertura de novos horizontes, sobretudo quanto à expectativa de reconhecimento social e participação política. Em Manaus, o jornal *O Gutenberg* (1891)¹ externou em suas colunas este sentimento:

Esta data, na ampulheta do tempo é inapagável e, na senda da política moralizada ela é, então – sublime e toda republicana. É d'entre as letras acima flutuantes que, veio de juntarem-se dois acontecimentos na história revolucionária: a proclamação da República no Brasil e o aparecimento do Gutenberg na Imprensa do Amazonas.

O dia de hoje [...] não passará despercebido para os incansáveis populares de 1889, aqueles que, prazenteiros o abrilhantavam de palmas e de risos pomposamente festivos.

A redação d'este periódico, vivamente de júbilo, comemora e assinala a proeminente data do 2º aniversário da República brasileira (GUTENBERG, nº 1. Manaus, 15 de novembro de 1891).

Como em outras regiões do Brasil, a implantação da República foi saudada no Amazonas como uma situação singular na história brasileira, e, como tal, vista de uma forma a assegurar mudanças significativas no universo operário. Proclamação da República e o jornal *O Gutenberg* representavam respectivamente perspectiva de mudanças e instrumento para a defesa e difusão delas. Para isso, um ponto fundamental era a organização dos operários em associações e, principalmente em torno de um partido operário.

Em todos os Estados adiantados da União Brasileira está crescendo e solidamente firmado o Partido Operário.

Entre nós, somente o único Estado onde faltava ser organizada essa agremiação de artistas que procuram fazer valer a sua independência e a sua liberdade, acaba de ficar definitivamente criado e pronto; por conseguinte, a trabalhar em prol d'aquilo que o verdadeiro artista sempre, acima de tudo, deve procurar a sua independência.

Acaba o Partido Operário do Amazonas, de entrar no caminho do progresso e da prosperidade, ajudado, estamos, convictos d'isto por todos os artistas e operários, sem distinção de classe e nacionalidades, tendo todos em mira o engrandecimento do mesmo partido (GUTENBERG, nº 19. Manaus, 1º de maio de 1892).

O novo regime tomou um caminho distante dos anseios e desejos dos operários, pois assumiu a República um caráter excludente em virtude de ter sido hegemônica a proposta do núcleo republicano civil e liberal paulista, em formatá-la excludente, federalista, francamente agrarista e ortodoxa em termos de política financeira (GOMES, 1988, p. 39).

Entretanto, mesmo antes dessa hegemonia, já se podia perceber esta tendência por meio do texto produzido em 1891 a respeito dos direitos políticos.

Pelo texto de 1891 teriam direitos políticos – seriam cidadãos plenos – todos aqueles maiores de 21 anos que fossem alfabetizados. Eliminava-se o requisito da renda, mas mantinha-se o indicador social como o saber ler e escrever ao mesmo tempo em que se eximia o Estado da obrigação de dar instrução primária, o que existira no período imperial (CARVALHO, 1987, p. 45).

É possível notar que esse texto excluía um número considerável da população brasileira do exercício do voto e da candidatura, marginalizando sua participação política. Além disso, o mecanismo elaborado para assegurar os espaços formais da política nacional para as oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais – a Política dos Governadores² – conformara estes interesses num jogo de alianças que contemplava as esferas federal, estadual e municipal.

A rotinização do regime só sobreveio no quadriênio governamental do presidente Campos Sales (1898-1902), por meio da chamada política dos governadores, ou, como preferiu aquele político, política dos estados. A partir de eficiente ingerência junto à Câmara dos Deputados, o presidente Campos Sales conseguiu promover uma reforma do Regimento Interno daquela casa legislativa, de tal sorte, que a Comissão de Verificação de Poderes passou a reconhecer todos os candidatos ao parlamento que tivessem o apoio das situações estaduais e a expurgar os demais por meio das chamadas degolas. Estava conquistada a docilidade do Legislativo e o apoio do Executivo dos Estados (CASTELLUCCI, 2008, p. 30).

A Comissão de Verificação de Poderes era o instrumento, no interior da Câmara dos Deputados, utilizado para inviabilizar as candidaturas daqueles que não estivessem em consonância com setores das oligarquias estaduais dominantes, alinhados ao poder central.

Tal pacto – Política dos Governadores – firmado pelas elites norteou as relações políticas entre o governo central e os estados. No Amazonas, a situação não foi diferente, embora os atritos entre o poder federal e estadual fossem profundos, em virtude daquele promover uma relação marginal com este, materializada nas respostas tímidas aos solicitados planos de valorização da borracha (sobretudo no âmbito da crise econômica do produto, o que provocou cisões no interior do Partido Republicano Conservador do Amazonas) e na ausência de intervenção na política local, deixando que as facções se digladiassem pelo poder.

Nesse sentido, percebe-se que os conflitos interoligárquicos, em especial no Amazonas, ficavam confinados no estado, sem intervenções do poder central, desde que não interferissem na política mais ampla, nacional. Cabe destacar que esses conflitos eram movidos por interesses particulares e se expressaram “[...] na dualidade do Legislativo e pela violação das leis que regiam o processo eleitoral”. Em 1912, por exemplo, “[...] realizaram-se eleições para a Assembleia, havendo duplicata de apurações e reconhecimentos” (SANTOS, 2001, p. 53).

Com efeito, o caráter privado, as relações de mando, o apadriñamento e a troca de favores não eram exclusivos do cenário político amazonense, mas faziam parte da dinâmica política das principais capitais brasileiras da Primeira República.

Esse ainda era o contexto dos anos vinte. Nesses anos, o jornal *Vida Operária* materializou os conflitos e as características da política local por meio das críticas elaboradas contra o chamado “desvirtuamento” do regime republicano, ou seja, os conflitos políticos entre as facções pelo poder, a utilização das instituições a serviço de interesses particulares, o uso do erário público para deleites pessoais e outros. Os interesses particulares em jogo, que se sobrepunham aos coletivos, eram tidos como elementos contributivos da situação de marginalização e desamparo vivido pela classe operária local.

Os entrechoques políticos, que seguramente já há quase um mês, vem constituindo a principal ordem do dia aqui em Manaus ou para melhor dizer, em todo o Amazonas

e no país inteiro perante os verdadeiros responsáveis pelo destino da nossa terra, não passam os mesmos de uma peça verdadeiramente cômica no cenário amazonense; cuja paixão política de uns e os interesses inconfessáveis de outros, só nos pode é trazer o descrédito como habitantes que somos desse tão opulento e quão infeliz Estado.

[...]

Em tudo isso o que vemos?

É mais do que a negação da lealdade e da pureza do regime das nossas instituições concretizadas no interesse do próprio eu; do que o resultado do bem estar deste Estado e da sua própria coletividade, na verdadeira senda do seu pleno evoluir (VIDA OPERÁRIA, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920).

Cabe destacar que o jornal *Vida Operária* apresentou-se no cenário urbano amazonense em 1920, ou seja, 29 anos depois do primeiro jornal direcionado à classe operária citado anteriormente, *O Gutenberg*. Porém, percebe-se, pela leitura de ambos os jornais e outros localizados entre 1891 e 1928,³ que havia uma luta constante para viabilizar um Partido Operário no Amazonas. Mesmo em 1920, pelas colunas do jornal *Vida Operária*, buscava-se fundar um Partido Operário “novamente”, o que deixa claro o movimento de avanços e recuos neste processo.

Enfim, a condução do regime republicano realizada pelos grupos oligárquicos e a consequente exclusão política e social existentes contribuíram de forma incisiva para que o operariado realizasse uma série de contraposições. Dessa forma, algumas respostas foram elaboradas pelos operários para combater a situação política e social vivida neste momento, dentre elas, a participação política dentro do sistema político vigente na Primeira República.

O jornal *Vida Operária* na arena jornalística amazonense: contexto e características

No decorrer do século XIX, em especial nas duas últimas décadas, ocorreu um processo de intensificação da exploração e exportação da borracha na Amazônia para os principais centros industriais, E.U.A. e Inglaterra, que a utilizavam como matéria-prima para a produção de bens industriais e de consumo.

Esse produto extraído de uma árvore, chamada de seringueira, ganhou o mercado mundial após a descoberta, por meio do estudo de suas propriedades realizado por La Charles Marie de La Condamine e François Fresneau, de suas potencialidades para o processo de produção industrial, em especial para a produção de sapatos, mangueiras, correia, pneus e outros (SANTOS, 1980).

Esse contexto permitiu que a Amazônia fosse incorporada ao mercado mundial, tornando o Amazonas e sua capital, Manaus, centro comercial do produto.⁴ Este fato impactou a cidade que sofreu transformações de duas ordens: de infraestrutura e de crescimento populacional.

Com relação a infraestrutura, destacam-se dois elementos. O primeiro liga-se à existência de casas aviadoras. Estes estabelecimentos tinham a função de financiar e comercializar a borracha, decidindo inclusive quando e a quem vender este produto. Além disso, assumiam múltiplas funções, negociando com as casas importadoras as mercadorias que seriam passadas para o negociante do vilarejo, o regatão, o seringalista e, por fim, o seringueiro, providenciando o transporte e a distribuição dos retirantes que se deslocavam do nordeste para os seringais, atuando como representante legal e financeiro de seus clientes mais ricos que residiam no interior e, por fim, realizando a abertura de novos seringais (WEINSTEIN, 1993, p. 33-34).

O papel desempenhado por esses estabelecimentos comerciais foi o de financiar e comercializar a borracha na região, fazendo chegar os implementos necessários à organização e funcionamento da vida econômica dos seringais, bem como

recebendo deles, no final do período de extração, as remessas de borracha que, posteriormente seriam exportadas para a Europa e Estados Unidos (PINHEIRO, 1999, p. 37).

O segundo elemento refere-se ao capital estrangeiro que passou a atuar na região com o objetivo de viabilizar a exploração do produto, contribuindo dessa forma não só para reconstrução/revitalização da cadeia comercial desenvolvida na Amazônia, ancorada no sistema de aviamento⁵, como também para a construção, na cidade de Manaus, de uma infraestrutura que possibilitasse o escoamento do produto.

Portanto, escoar o produto pela referida cidade era fundamental, uma vez que a produção da borracha se dava fora do espaço urbano (nos seringais). Nesse sentido, era importante criar uma gama de atividades econômicas ligadas à circulação, ao consumo e a serviços (transportes, limpeza pública, água, luz, esgoto). Essas atividades foram viabilizadas pelo capital estrangeiro, sobretudo o inglês, que se tornou o maior responsável pela execução dos grandes projetos de reforma da cidade (DIAS, 1999, p. 50).

Conforme Maria Luiza Ugarte Pinheiro, praticamente todos os serviços urbanos, por concessão, estavam nas mãos de firmas inglesas que passaram a agenciar melhoramentos ou mesmo criar serviços até então inexistentes na cidade. Empresas como a Manáos Markets, Manáos Tramways and Light, Manáos Improvements, Manáos Harbour, Amazon Engineering, Amazon Telegraph, Booth Line e Amazon River, passaram a manter relações cotidianas com a população local (1999, p. 42).

Com efeito, diversas atividades, em grande medida moldadas pela posição econômica assumida pela cidade, foram desenvolvidas. Além das firmas estrangeiras que atuavam na administração dos serviços urbanos (porto, transporte, energia, abastecimento de água etc.), ocorreu uma ampliação significativa da praça comercial. Diversos estabelecimentos comerciais passaram a oferecer uma variedade de produtos nacionais e importados, assim como uma ampla gama de serviços (hotéis, restaurantes, botequins etc.). Também surgiram marcenarias, sapatarias, alfaiatarias, fábricas de

tecido, fábricas de roupas, fábricas de cestas e vassouras, funilarias, tabacarias, fábricas de panificação, fábrica de cerveja e gelo, fábrica de sabão e outros (COSTA, 1997, p. 53).

O mercado de trabalho na cidade de Manaus desenvolveu-se tendo como alicerces as atividades de circulação e consumo, havendo a atuação, em pequena escala, de oficinas/fábricas específicas.

Cabe lembrar que esse contexto promoveu a imigração/migração. Um número significativo de pessoas deslocou-se para a capital do Amazonas em busca de trabalho. Segundo Edineia Mascarenhas Dias:

É no decorrer desse processo [de expansão econômica] que Manaus passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Se em 1852 a cidade contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 já tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento populacional. O centro urbano se constitui como pólo de atração de gente das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, deslocam-se para cá, com também imigrantes de vários estados do país (1999, p. 38).

Esse contingente trouxe consigo experiências e ideias que se materializaram nos diversos jornais produzidos e distribuídos na cidade entre 1880-1930. Essas folhas impressas retratavam as questões ligadas à ordem pública, à exportação da borracha, ao poder público estadual, aos conflitos sociais etc.

Eram variados e assumiam a forma de pasquins, cujo foco era a sátira social, de imprensa estudantil que discutia tanto questões literárias e científicas quanto questões políticas de âmbito local e nacional, de “polyanthéas”, espécie de impresso produzido em homenagem a governadores, artistas e instituições políticas e sociais, de “grande imprensa” composta pelo *O Amazonas*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Correio do Norte*, *Gazeta da Tarde* e de jornais de cunho operário que criticavam a ordem política, econômica, social e cultural vigente.

Foi nesse contexto, em especial na década de vinte, que surgiu o jornal *Vida Operária*. Foram publicados vinte e seis números, sendo o primeiro em oito de fevereiro de 1920 e o último em 26 de setembro do mesmo ano. Era de publicação semanal, vendido avulso por \$200 (duzentos réis) e por assinaturas anuais ao preço de 10\$000, semestrais ao preço de 6\$000 e trimestrais ao preço de 3\$500. Tinha grande formato, de 30 x 43 cm, quatro páginas e quatro colunas.

Os responsáveis por sua produção não pertenciam propriamente à classe operária, mas aos segmentos médios urbanos que se ampliaram no bojo das transformações econômicas e sociais vivenciadas a partir da exportação da borracha. O jornal tinha como diretor o professor Elesbão do Nascimento Luz e como redatores o poeta Hemetério Cabrinha e o funcionário da Delegacia Fiscal Paulino Carvalho. Como gerente estava Anacleto Reis, que segundo Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999) era uma destacada liderança dos estivadores manauaras e, como auxiliar, Jorge Benedito Ferreira.

Além desses, nomes como Guilherme de Oliveira, Manoel Sérvulo, Cursino Gama, Nicodemos Pacheco, Oswaldo Mário, Flávio Remar, J. Pimenta e outros apareceram assinando artigos, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 - Colaboradores com matérias assinadas

Autores	Artigos
Oswaldo Mário	Como Surgimos nº 01.
Flávio Remar	Operariado nº 02; A Carestia da Vida nº 03.
Guilherme de Oliveira	Aurora Promissora nº 01; Outro Rumo nº 06.
João do Monte	Colaboração nº 02; A Postos nº 04.
Santos Filho	Aproxima-se nº 04.
Manoel Sérvulo	Palavras Simples nº 06.
Cursino Gama	O Momento nº 09.

Salustino Liberato	Não se Iludam nº 12 ;União e Coragem nº 16.
Hemetério Cabrinha	Está na Hora nº 13.
Elesbão Luz	Sem Comentários nº 13.
Rita da Conceição Alves	O Dia do Trabalho nº 14 e nº 15.
Arnaldo de Barcellos	Reportagens Oportunas nº 16.
Maia Filho	Operariado Amazonense e as Demais Classes Trabalhadoras do Amazonas nº 17.
J. Pimenta	Finanças da Vida Operária nº 18.
Venicius	O Futuro Governo e as Demais Forças Vivas do Estado nº 19.
Nicodemos Pacheco	Bilhete aos Reacionários nº 20.
Fulton	O Dia 14 de Julho e a Eleição Governamental do Amazonas nº 21.
Benjamin de Araújo Lima	Aos Operários do Amazonas nº 23.
Plínio	O Sr. Camilo Prates em Luta Contra o Operariado Nacional nº 23.
Mauro Santos	Amor e Trabalho nº 25.
Cleomenes Honório Dias	O Que é o Operariado nº 26.

Fonte: Jornal Vida Operária – Acervo do Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA/UFAM).

No cenário político amazonense, as atuações de Nicodemos Pacheco, Elesbão Luz, Anacleto Reis e Cursino Gama foram constantes ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Só para citar um exemplo representativo: em 1919, ocorreu uma greve geral a favor da jornada de oito horas de trabalho, alvo de manifestações nacionais. Em Manaus foi formado um Comitê de Operários Amazonenses para conduzir a greve. Esse Comitê era composto pelos senhores acima citados (o presidente desse Comitê era Nicodemos Pacheco).

Como resultado desse movimento, a greve foi reprimida e o Comitê expulso do seu local de funcionamento e, consequentemente, extinto. Não obstante, o grupo que havia formado o Comitê não deixou de atuar em busca de melhorias nas condições de trabalho e vida da classe operária, como demonstra a sua presença na elaboração, produção e difusão do jornal *Vida Operária* e, após o desaparecimento deste, na produção do jornal “comemorativo” denominado 1º de maio (1928), cujo diretor foi Cursino Gama.

Era prática do grupo de sustentação do jornal *Vida Operária* a transcrição de artigos e informações de jornais que circulavam em outras regiões do país. Este fato aponta para a existência de uma articulação de ideias e, longe de atuar de forma isolada na região, os articulistas estabeleciam contato com lideranças operárias de envergadura nacional. As transcrições presentes no jornal estão relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Matérias reproduzidas de outros jornais

Artigo	Jornal de onde foi extraído
Política Operária	A Razão do Rio de Janeiro. Escrito por Mariano Garcia
O Que Dizem Todos os Médicos Eminentíssimos (sobre o álcool)	Relatório Inglês (não há maiores informações)
Para o Sindicatos Camaradas	Hora Social de Recife
O Sindicato Como Escola de Energia	Jornal do Povo do Pará
A Internacional	Hora Social de Recife
Hino	Gil Blas do Rio de Janeiro
Ato de Fé do Operariado	Gráfico do Rio de Janeiro
O Rico e o Lázaro	Baptista Amazonense

Fonte: Jornal *Vida Operária* – Acervo do Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA/UFAM).

Há também informações sobre a luta operária em outros países como Espanha, Portugal, França, Alemanha, Argentina, só para citar alguns exemplos. Estas informações aparecem nos primeiros números do jornal nas colunas intituladas *O Que Há Lá Por Fora* e *Notícias Interessantes*. Essas colunas desapareceram nos títulos posteriores.

O jornal era distribuído em associações – dentre as quais a União Operária Nacional, o Centro Operário Nacional, a Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil, a Sociedade Beneficente União dos Foguistas, o Sindicato dos Estivadores, a Artes Gráficas, a União dos Moços e Marinheiros, a União de Classe dos Pedreiros, o Sindicato dos Cigarreiros, a Associação dos Construtores Cíveis e por fim a Coligação dos Oficiais da Marinha Mercante – Colégios, Institutos, bares e botequins.

A distribuição em associações operárias acabou por revelar a articulação do jornal no sentido de constituir uma rede, que ele procurava representar e, através da qual se sustentar social, política e financeiramente.

Os artigos e as notícias eram direcionados de um lado ao caráter opressor e explorador do capitalismo e de outro à necessidade de uma ação operária para promoção de mudanças sociais. Consoante Luciano Teles:

Nas duas primeiras páginas eram distribuídos os artigos e as notícias. Ao analisar a distribuição de ambos se percebe a existência de dois eixos principais no discurso do jornal. O primeiro está ligado à elaboração de críticas ao sistema capitalista e sua atuação exploradora e opressora sobre o operário. O segundo está associado à orientação para uma determinada ação operária no sentido de se obter uma mudança social.

Os desdobramentos que surgem a partir daí trazem como questões a importância de um veículo de comunicação para a discussão e difusão de idéias, as desigualdades sociais presentes no mundo moderno, a situação política do operariado amazonense, a ação operária a ser seguida, a organização dos trabalhadores em associações, a fundação de um partido operário, a importância do processo político-eleitoral e

denúncias sobre questões do trabalho (acidentes de trabalho, demissões arbitrárias, multas e penalidades) e da vida (carestia dos gêneros de primeira necessidade, alcoolismo, jogatina e outros). (2011, p. 614-615).

O jornal incorporava em suas páginas questões referentes ao mundo do trabalho no Amazonas, particularmente o que brotava do universo das fábricas e das atividades ligadas ao comércio. Criticando, denunciando e propondo ações políticas, o jornal *Vida Operária* buscou atuar como instrumento de mobilização, conscientização e luta direcionado à classe operária.⁶

Ao que tudo indica, em especial pelos contatos estabelecidos com jornais e lideranças de outros centros urbanos do país, o jornal em tela assumiu uma postura socialista reformista, tendo como base a condenação da greve (vista como contraproducente) em favor das alianças e negociações com as autoridades políticas e da defesa da formação de Tribunais de Arbitragem como fóruns especiais para a solução dos conflitos entre operários e patrões.

Em suas páginas, o jornal acenava para uma atuação dentro da ordem republicana e do sistema político vigente. No seu primeiro número, essa atuação é explicitada:

Assim sendo, a Vida Operária, lança-se hoje à luz, como defesa exclusiva do operariado desta terra maravilhosa, pronta para defender, dentro dos limites da ordem, o interesse de uma classe esquecida e vilipendiada pelos que nada produzem, a não ser a brutalidade espantosa de aumentar o capital (VIDA OPERÁRIA, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920).

“Dentro dos limites da ordem”, o jornal apresentou uma proposta de ação política operária. Essa proposta consistia na fundação de associações operárias ligadas a um centro federativo (cada estado da federação teria o seu) que se ligaria à confederação do trabalho, cuja sede seria na capital federal. O partido operário estaria ligado ao centro federativo e teria âmbito nacional.

O objetivo era articular os operários em associações ligadas a um centro que por sua vez estaria articulado com o partido operário que se empenharia em lançar nomes para participar do processo político-eleitoral a fim de eleger representantes que atuariam no sentido de realizar, via legislação, as reformas sociais.

E uma vez que o nosso operariado trabalhem em suas sociedades, e estabelecendo entre os seus associados várias conferencias neste sentido e lendo ao mesmo tempo os mais necessários tópicos da Constituição brasileira, e, sobre tudo na parte que se refere aos direitos civis e políticos do cidadão; creio ser mais que o bastante, para que cada associado se compenetre dos seus principais direitos e deveres. E uma vez se trabalhando com esse intuito, tempo virá que quando se tratar de qualquer renovação para Câmara ou para o Senado da República, os companheiros serão, não enxergados por um óculo, mas sim reivindicados nos seus direitos representativos (VIDA OPERÁRIA, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920).

O jornal publicou outro artigo, por conta de problemas vivenciados no decorrer do pleito governamental ⁷, realizado em 14 de julho de 1920, que muito bem expressou a proposta de participação política defendida.

E ao concluir estas desalinhadas linhas, companheiros, o que só nos resta fazer apesar de todos os dissabores, é nos arregimentarmos no grande Partido Operário Socialista Amazonense; procurando difundir a instrução entre as classes; e de entre nós elegermos os nossos candidatos (por nos ser facultado esse mesmo direito); quer perante o Congresso do Estado como do Município... (VIDA OPERÁRIA, nº 21. Manaus, 25 de julho de 1920).

Nesta construção de “cidadania operária”, a associação e o partido político eram postos em relevo. Quanto ao terceiro elemento da luta operária, o jornal, este assumia a função de atuar no

sentido de difundir a proposta, procurando conscientizar e mobilizar a classe operária para tal ação política e a instrução era o instrumento de inserção política.

A instrução educacional como instrumento de inserção política

No jornal *Vida Operária*, a importância da instrução foi destacada em dois sentidos: como geradora de conquistas intelectuais, morais, sociais e econômicas e como instrumento para garantir a inserção dos operários no sistema político vigente.

Com relação ao primeiro sentido, a instrução era encarada como elemento necessário ao “desenvolvimento coletivo” e “engrandecimento” de um país.

Também um outro ponto que devemos ter demasiadamente em vista, é a parte que diz respeito a generalização por demais intensificadora do ensino instrutivo no seio das classes proletárias.

É esta portanto, uma das ideias que devem ser preconizadas dentro das leis sociais do nosso operariado...

Pois, como todos nós sabemos; a instrução é a grandeza, a alma e a vida de um povo, e o grande progresso de uma Nação.

Procuremos, por tanto, instruírmo-nos, caros companheiros, visto como tão somente devido a instrução, foi que a outrora grande Alemanha; bem como a Bélgica, a Itália, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte, se constituíram os principais Países do mundo!

E o que foi que deu lugar a tudo isto?

Respondo-vos.

Foram os diversos inventos das variadas industriais, entrando como parte ativa, o conhecimento da matemática, da física e da química; verdadeiras forças motoras, que em auxílios dos seus trabalhos de arte, lhes foram dado a executar.

Eis aí, portanto, como foram acumulados nos vários países que ora me refiro, esses grandes capitais de operários (VIDA OPERÁRIA, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920).

Percebe-se que o jornal apontou a instrução como base necessária para a realização de avanços tecnológicos importantes para o desenvolvimento econômico e material de uma nação. Nesse sentido, a apropriação de conhecimentos era vista como fundamental para fomentar esse processo, pois seria aplicado na produção de tecnologias essenciais para a produção industrial. Cabe destacar que os avanços não se dariam somente neste campo como facilmente pode se levar a crer. Pelo contrário, outros elementos como a moral, o social e o intelecto seriam contemplados, segundo o jornal.

Com efeito, na perspectiva do intelecto, o saber necessário para o desenvolvimento de tecnologias era algo cumulativo e pessoal, porém com resultados coletivos. Com relação à moral, esta foi direcionada para atuação do operário como produtor e reprodutor de ações e atividades necessárias ao labor. Por fim, a dimensão social era apontada pelo fato do jornal defender uma sociedade cuja produção e riquezas fossem para o “desenvolvimento coletivo”.

Portanto, não se pode pensar numa visão estritamente material e econômica acerca da temática da instrução veiculada pelo jornal. Ela faz parte de algo maior que está direcionada à proposta política do jornal e à ideia de sociedade que por ele é defendida.⁸

No outro sentido, a instrução colocava-se como fundamental para garantir a inserção do operário na vida política. Isto porque a Constituição de 1891, como destacou-se anteriormente, acabou estabelecendo que somente homens, brasileiros, maiores de 21 anos e alfabetizados poderiam gozar de direitos políticos.

Em estudo que buscou apontar a relação entre o movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República, Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio trouxe informações importantes acerca dos índices de analfabetismo. Resgatando os censos de 1890 e 1900, asseverou a existência na Primeira República de 82,63% de iletrados na população total e 69,63% para os vinte estados (2009, p. 157).

Dessa forma, a Constituição de 1891 acabou excluindo uma gama significativa da população brasileira – analfabetos, mulheres e menores de 21 anos – entre elas uma grande parcela de operários. Segundo José Murilo de Carvalho, na República, por volta de 2% da população total votava (1997, p. 43, p. 85).

Este processo assegurou aos “grupos dominantes” amplo controle do processo eleitoral.

Todo o processo eleitoral era controlado pelo partido situacionista, propiciando fraudes, e não havia voto secreto, deixando os eleitores a mercê de todo tipo de pressão. Assim, durante a Primeira República, as eleições de candidatos operários foram fenômenos raros, limitados a uns poucos casos: como o do tipógrafo João Ezequiel, eleito deputado estadual, em 1913, em Pernambuco graças a sua inclusão na lista oficial do governador general Dantas Barreto; e, em 1928, a eleição dos comunistas Minervino de Oliveira e Octávio Brandão para o Conselho Municipal do Distrito Federal pelo Bloco Operário e Camponês. As características do funcionamento dos legislativos, com garantia de ampla maioria para o situacionismo, tornavam as eleições de eventuais candidatos muito mais um feito propagandístico do que uma possibilidade para mudanças significativas no sistema político (BATALHA, 2003, p. 180-181).

Em Manaus, os documentos pesquisados não evidenciaram, para o período da Primeira República, operários amazonenses ocupando cadeiras no parlamento estadual ou no conselho municipal. Visando a mudanças neste quadro, a instrução era encorajada como essencial para a participação do operário no processo político-eleitoral. Portanto, uma vez estabelecida e defendida a luta parlamentar, a instrução, nesse sentido, tornava-se necessária.

Também não faltará quem deseje ser apresentado pelas classes operárias, porque terão plena certeza, que ela estará daqui a um certo tempo inteiramente poderosa, conquistando assim os seus verdadeiros ideais.

E por essa razão, concitamos aos nossos companheiros ainda não instruídos, que procurem as escolas a fim de se alimentarem com o verdadeiro pão espiritual da instrução! O mundo caros companheiros, só se acaba é para quem morre. Não perdemos, portanto as esperanças da vitória, a qual um dia será nossa (VIDA OPERÁRIA, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920).

Em virtude disso, o jornal apoiava projetos que buscavam implantar a instrução, inclusive no interior das associações (União Operária, Associação dos Construtores Cíveis e outras ligadas ao jornal), procurando incentivar a sua viabilização, mesmo com as constantes dificuldades de ordem econômica e política presentes neste momento. A ideia era qualificar o operário para a participação ativa no processo político-eleitoral da Primeira República brasileira.

Este processo não era algo isolado, pelo contrário, estava presente em diversas regiões do Brasil, intensificando-se na década de 1910, ganhando inclusive espaço em discursos oficiais, como ocorreu numa declaração de Nilo Peçanha no processo de campanha presidencial em 1921-1922. Segundo Ferreira e Pinto:

O destaque dado à questão da relação Capital/Trabalho estava ligado a intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em evidência o debate acerca da questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados (2006, p. 7-8).

Interessante observar que a demanda operária foi identificada e apropriada em discurso na campanha presidencial de Nilo Peçanha em 1921. Assim, evidenciou-se a importância dada à instrução pelo jornal *Vida Operária*, como instrumento de inserção política do operário.

Porém, enquanto buscava viabilizar a instrução, o jornal procurava pessoas que haviam se candidatado para, por meio do voto e da eleição, colocá-las nos espaços formais de decisão política, para que

pudessem defender as demandas operárias.⁹ Pode-se notar esta postura nos artigos publicados pelo *Vida Operária* sobre a sucessão governamental que ocorreu no dia quatorze de julho de 1920, no Amazonas.

Antes dessa data, especialmente no dia quatro de abril de 1920, o jornal passou a veicular uma série de artigos sobre a sucessão. Neste espaço de tempo – entre quatro de abril e quatorze de julho – esses artigos publicados em doze números consecutivos tinham por objetivo explicitar posições e opiniões a respeito do tema, destacando a importância de eleger representantes que estivessem comprometidos com a causa operária.

Por outro lado, a posição do jornal era contundente na condenação daqueles que se distanciassem dessa causa.

Alerta operários!

Ribomba os horizontes políticos, pesada trovoadas; cruzam na imensa órbita da politicalha, relâmpagos de opiniões; o infinito espaço, enegrece-se de candidaturas e, copiosa chuva de promessas, ameaça cair sobre o infeliz povo do Amazonas! Operários não vos assusteis!

São eles, sempre eles, de todas as épocas, de todos os tempos! Sim! São eles, que aí vem com as suas promessas legendárias! Todos eles, apresentando-se com direitos adquiridos pelos serviços prestados, mas, – todos esses serviços, estão plenamente comprovados, que não foram para o povo!...

Milhões de promessas, grandes empreendimentos, colossais problemas, enormes melhoramentos [...] passadas as eleições? Todos esses castelos não passaram nem passarão de confeccionados estratagemas preparados, para serem lançados ao povo.

[...]

Uma vez reconhecidos e empoleirados, afirmam que sua vitória, dependeu exclusivamente do prestígio de seu partido, depois desconhecem o eleitorado, renegam os amigos, traem a sua própria política, e acabam fazendo do erário público balcão de negociatas.

[...]

Diante de todos esses factos, nós operários [...], o único eleitor, poderemos assistir passivos a todas essas farsas lançadas sobre nós, sem o menor protesto?

Não! Mil vezes não!

Deveremos compenetrados nas nossas forças, nos nossos direitos, repelir todos aqueles que, pelos seus atos tenham demonstrado o quilate de seu caráter.

Devemos reagir moralmente com todo o furor de nossa dor, esses vendilhões banais, que vendem o seu caráter, e tentam subjugar o nosso e o nosso trabalho... (VIDA OPERÁRIA, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920).

O instrumento capaz de repelir aqueles que marginalizavam as demandas do operário era o voto. O voto era a operacionalização ao mesmo tempo do protesto e da renovação e mudança. Por meio deste instrumento, o operário poderia retirar ou inserir candidatos na cadeira governamental ou no parlamento. Nesta esteira, o jornal alertava para a importância do debate e da discussão, no seio das sociedades operárias, de nomes que se alinhavam com a causa operária.

De dezenas de nomes apresentados a sucessão governamental, apresentam-se três que se destacam por ser de correntes opostas. Não queremos hostilizar este ou aquele, porém orientamos ao Povo principalmente ao operariado em geral que devemos cerrar fileiras ao lado daquele que consultar os interesses do povo.

Devemos trabalhar com todas as nossas forças ao lado daquele que nos garanta a queda do patronato e a regulamentação entre o Capital e o Trabalho, por que são as aspirações dos nossos ideais, e será um passo agigantado que daremos na evolução da nossa vida associativa.

[...]

Avante operários!

[...]

É chegado o momento das nossas reivindicações!

Cada operário deve correr as urnas sufragando um nome... (VIDA OPERÁRIA, nº 17. Manaus, 06 de junho de 1920).

Cabe colocar em relevo que a eleição e o voto eram considerados como essenciais, o que também explica o direcionamento do jornal, nesse processo de sucessão governamental, para além dos operários, dirigindo-se ao povo em geral.

Parece que o jornal *Vida Operária* acabou promovendo uma articulação do jornal e da parcela que ele representava, no interior do processo político-eleitoral (sucessão governamental de 1920), com os setores da oligarquia regional e seus mecanismos de inserção nos espaços políticos formais.

Enfim, o jornal *Vida Operária* defendia três elementos como suporte da luta operária por direitos políticos e sociais: a associação, o partido e o próprio jornal. Não negava o regime republicano (mas sim a forma como estava sendo conduzido), não negava o processo político-eleitoral (mas sim o sistema que vigorava e que excluía uma parcela significativa de operários e populares) e aceitava a colaboração entre as classes. Para isso, lutava pela inserção do operariado, via instrução, no sistema político-eleitoral da Primeira República brasileira.

Considerações finais

Como procuramos evidenciar, o jornal *Vida Operária* surgiu na arena jornalística amazonense, em 1920, como um veículo de mobilização, conscientização e luta direcionado aos operários. Nele artigos e notícias sobre o universo operário – denúncias sobre questões do trabalho e da carestia de vida, situação política do operariado amazonense, ação operária a ser desenvolvida, importância de um partido operário e outros – foram divulgados.

Com efeito, o jornal *Vida Operária* propagou a defesa de uma proposta de ação política operária dentro do sistema político estabelecido no interior da Primeira República brasileira. Esta proposta consistia na participação do operariado no processo político-eleitoral como eleitores e candidatos, para que pudessem, no interior de um Partido Operário, criar condições para que as reformas sociais, sobretudo relacionadas ao mundo do trabalho, fossem realizadas pela via parlamentar, por meio de uma legislação voltada para o trabalho especialmente.

Neste processo, a instrução era vista como algo essencial, um instrumento de inserção política do operário no cenário político da Primeira República. Isto porque na Primeira República analfabetos não podiam votar e ser votados. Por força disso, a atuação no sentido de promover a instrução educacional era defendida como ponto importante da ação política operária no Amazonas.

THE NEWSPAPER LIFE WORKER AND EDUCATION AS A TOOL OF INTEGRATION POLICY

Abstract: The present paper aims to demonstrate, through the content of the press working in the Amazon, as the newspaper Life Worker position was the political process in the current electoral First Brazilian Republic, highlighting the critical, the proposed action labor politics and emphasis on education (education, where reading and writing, especially) as a tool for political participation.

Keywords: First Republic. Life Worker Journal. Instruction Educational. Political Electoral Process.

Notas

¹ O *Gutenberg* foi o primeiro jornal operário a circular na arena jornalística amazonense, em quinze de novembro 1891, tendo como subtítulo *Periódico Noticioso e Literário* e como divisa “um por todos e todos por um”. Sua oficina e redação funcionavam na praça cinco de setembro nº 42. Com o formato de 41x29 cm, foram editados 25 números, dos quais apenas três (nº 01, 19 e 25) encontram-se microfilmados em arquivos localizados no Estado do Amazonas (Biblioteca Pública, Museu Amazônico IGHA e LHIA). Este periódico era vendido avulso por sessenta réis e por assinaturas trimestrais ao preço de 3\$000, para a capital, e 4\$000 para o interior. Interessante destacar que no seu primeiro título o jornal trazia o recado de que a venda só se daria avulsa e não por assinaturas. Ao que parece, houve dificuldades no que tange à venda avulsa, sendo aceita e oferecida a venda por assinaturas. Possuía quatro páginas e três colunas. Nos títulos de nº 01 e nº 19, as páginas eram preenchidas basicamente com matérias e informações, não havendo imagens nem anúncios e propagandas. Quanto a estes últimos, só vão aparecer na última página do nº 29 do periódico e sem imagens, somente texto. Como estava ligado à classe dos tipógrafos, a distribuição para esta categoria era gratuita, assim como também espaços na coluna do jornal para a defesa de seus direitos políticos e sociais. Segundo o próprio jornal, as estações de venda localizavam-se nas tabacarias 22, no mercado público e por todos os círculos da cidade. Quanto à tiragem, no

primeiro número, o jornal indica a cifra de 1.000 exemplares publicados. O corpo de redação era composto por Francisco Alves Medeiros, Izidoro Vieira, V. Galvão, R. Vasconcellos, Antônio Leão e Marcellino da Exaltação Fernandes.

² Elaboração de alianças entre as oligarquias que conduziam à política em nível federal com as que conduziam em nível estadual e municipal (Política dos Governadores).

³ Gutenberg (1891-1892), Operário (1892), Tribuna do Caixeiro (1908-1909), Confederação do Trabalho (1909), O Marítimo (1911), Recordação (1911), Marinha Mercante (1913), A Luta Social (1914), Folha Marítima (1916), O Construtor Civil (1920), O Extremo Norte (1920), Vida Operária (1920) e O Primeiro de Maio (1928).

⁴ Não somente Manaus, mas Belém, capital do estado do Pará, também tornou-se centro comercial do produto, que era escoado pelas duas cidades.

⁵ Sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser utilizado na região amazônica na época colonial, consolidando-se no período da economia gomífera. Por ele, as casas aviadoras forneciam mercadorias a crédito para os seringalistas, que forneciam a crédito para os seringueiros. Este processo produziu uma espécie de cadeia de créditos.

⁶ Nesse sentido, é definido como Imprensa Operária por se direcionar à classe trabalhadora, contemplando temas e questões do universo operário (FERREIRA, 1988).

⁷ Problemas de vigilância e controle do pleito pelos situacionistas, de compra e venda de votos – chamada pelo jornal de “agiotagem do voto” –, corrupção etc.

⁸ O jornal seguia a linha do Socialismo Reformista.

⁹ Isto ficou visível quando, em artigos específicos, o jornal passou explicitamente a apoiar candidatos ligados à oligarquia amazonense, em que pese à cobrança por maior atenção ao operariado.

Referências

BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2008.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1997.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999.

FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. São Paulo: Vértice, 1988.

GONÇALVES, Adelaide (Org.). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.

PÁDUA, J. A. Valladares. A Capital, a República e o Sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, nº 2, 1985. p. 163-192.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 55-134, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira do. *O movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República: a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, 2009.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800/1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

TELES, Luciano Everton Costa. O jornal Vida Operária: instrumento de conscientização, mobilização e luta dos trabalhadores de Manaus. *Diálogos*, vol. 15, n. 3, set./dez., p. 611-630, 2011.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

ZICMAN, René Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4. São Paulo: Educ, p. 89-102, 1985.

Recebido em: 27/12/2012.

Aprovado em: 01/10/2013.

Os petistas e a crise do socialismo real: os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais

Izabel Cristina Gomes da Costa*

Resumo: O artigo analisa alguns aspectos do debate petista sobre a crise do socialismo real. Investiga a incidência do colapso daquela experiência sobre as visões de socialismo no PT. O texto também aborda o diálogo e o confronto entre as heranças da II e da III Internacional e o socialismo petista – que fazia da ideia do *marco zero*, da construção de um *novo socialismo*, desapegado das tradições – a marca de nascença do seu projeto alternativo de sociedade.

Palavras-chave: PT. Socialismo. Crise. *Marco Zero*.

Introdução

1991. Após vinte e um anos do colapso da primeira experiência socialista do planeta, é importante refletir sobre o debate estabelecido no seio das esquerdas brasileiras, num momento em que o país também vivia uma grave crise governamental e de projetos políticos. Envolvidas na construção de uma proposta alternativa para o país, esse campo precisou repensar com urgência os seus principais pressupostos em meio à eclosão do bloco comunista. Como as esquerdas brasileiras comportaram-se? Este artigo apresenta as discussões desenvolvidas no interior do petismo, na época, consolidando-se como o principal partido de esquerda do Brasil.

* Prof^a de História da UCAM. Doutora em História pela UFF. Pós-doutoranda no CPDOC-FGV. E-mail: izacris68@oi.com.br.

O PT e o mito do *novo*: remido de todos os pecados?

Uma novidade irrompia no cenário político brasileiro no final da década de setenta: o movimento pela formação de um partido de trabalhadores, impulsionado pelas múltiplas mobilizações ocorridas no país, especialmente aquelas desenvolvidas pelo setor operário do ABC paulista. Para socialistas de diversas origens, o cenário prenunciava promessas de projetos revolucionários para os trabalhadores do Brasil: a crise de uma ditadura, o protagonismo e a ascensão dos movimentos sociais, lideranças advindas das mesmas e a criação de um partido *de dentro* da classe. Essa era a origem do PT cujo embrião desvelava importantes signos que suscitavam expectativas de uma renovação radical em relação às tradições das esquerdas. Às massas, delegava-se a tarefa de conduzir o seu próprio destino.

Todavia, as representações que explicavam os fundamentos do PT estavam envoltas em mitos que davam sentido ao seu surgimento. A ideia do “novo” e do “marco zero” na história dos trabalhadores sustentava as convicções de que o partido estava livre do DNA das esquerdas tradicionais. Ele mesmo inventaria as suas tradições. No Brasil nascia, enfim, o partido prometido da revolução, construído e dirigido pelo proletariado e não por uma “vanguarda de fora da classe”. Tecendo duras críticas às múltiplas heranças das esquerdas nacionais, o imaginário político petista determinava um novo marco temporal da história da luta operária e social no Brasil: antes e depois das grandes mobilizações de 78 e 79¹. O tempo anterior estava marcado por um movimento manipulado pelo “populismo”. Para muitos personagens que construíam ou simpatizavam com o projeto petista, o lugar do trabalhismo era o “lixo da história”. Ele representava a “manipulação”, a “demagogia” e o “fisiologismo” que tão acentuadamente demarcavam a história do país.

Por outro lado, rompia-se também com a herança comunista – espaço da *ortodoxia*, do *aparelhismo*, da ausência de democracia interna. Uma história permeada por equívocos e contradições. Essa era uma marca tão forte que, para muitos militantes, tratava-se de

um partido anticomunista. E suscitava temores entre aqueles que, antigos membros das esquerdas brasileiras, desejavam construir uma agremiação com tamanha simbologia.

Um paradoxo instalava-se: certamente não era uma agremiação comunista, mas como ser anticomunista, reunindo desde o início de sua formação uma miríade dos mais variados matizes? Estavam em jogo as heranças com as quais pretendia partilhar, imbricar a sua gênese. Se o próprio partido inventaria as suas tradições, ele mesmo teceria o seu socialismo: “[...] o socialismo que nós queremos não está escrito ainda na cartilha de nenhuma corrente, de nenhum partido político. Está na ação extraordinária de todos no debate sobre o socialismo”².

Assim o PT nascia, com grandes imprecisões sobre o seu projeto alternativo de sociedade. Transformando em virtude o que poderia ser um defeito, procurava fugir de outra tradição das esquerdas: os rachas infundáveis, muitas vezes em torno de questões pontuais. Convivendo no interior do partido com uma pluralidade de visões, tais indefinições demarcavam as discussões a respeito das origens socialistas do petismo.

O socialismo petista ganhou maiores definições no V e no VII Encontro Nacional, em 1987 e 1990. Este projeto tornava-se o objetivo estratégico do PT. Num contexto internacional delimitado pelas avassaladoras mudanças no antigo *monólito*, sob a liderança carismática de Mikhail Gorbachev a partir de 1985, as resoluções refletiram o debate aberto no campo das esquerdas: a questão da democracia, o modelo soviético, a fusão entre partido e Estado, as críticas à estatização generalizada, dentre outros assuntos. Mas também afirmaram com maior nitidez o compromisso com a proposta socialista. No V Encontro, a relação intrínseca entre socialismo e democracia também ocupava um lugar central no desenvolvimento da estratégia petista. O texto defendia ainda a inexistência de uma contraposição entre reforma e revolução, e a necessidade de integrar ao projeto transformador outros segmentos sociais, como os microempresários e os assalariados do mundo não fabril.

Em 1990, o VII Encontro Nacional aprofundava o acúmulo adquirido pelo partido: “Com o sentido geral de nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta, isto é da

sociedade socialista pela qual lutamos”³. Associadas às formulações do V Encontro, as resoluções apresentavam críticas mais nítidas ao modelo da social-democracia e também à perspectiva do socialismo real, incompatível com o projeto petista. Assim, o partido reafirmava o pluralismo ideológico, negando a sua filiação a qualquer filosofia oficial.

Diante do fracasso do socialismo real, o PT identificava aspectos positivos na crise que poderiam renovar a democracia socialista. Tais movimentos deveriam ser valorizados, apesar das suas inúmeras contradições e da hegemonia de forças reacionárias favoráveis à regressão capitalista. Eles rompiam com a paralisia política, recolocando em cena novos agentes políticos e sociais.

O I Congresso do Partido dos Trabalhadores, no ano de 1991, tornou-se o lugar, por excelência, das principais discussões sobre os caminhos petistas para alcançar o socialismo. O evento envolveu uma miríade de militantes e tendências através da realização de inúmeros debates, da formulação de vários textos e da publicação de cadernos de teses que circularam durante os encontros preparatórios.

A polêmica existente nos primeiros anos de criação do PT reaparecia, com outras tonalidades, no processo congressual, decorridos onze anos da sua fundação: era central ou não para o partido reafirmar a sua visão estratégica em direção ao socialismo? Determinadas lideranças partidárias, como o dirigente da Articulação, tendência majoritária do PT, José Luís Fevereiro, identificavam no I Congresso a imposição de uma “polarização doutrinária”, reduzindo o debate a uma dicotomia superficialmente construída pelos setores “órfãos ou herdeiros do leninismo mais ortodoxo”⁴. Logo, a agremiação havia perdido a oportunidade de avançar na sua estratégia de conquista do governo federal. Para muitos, a perplexidade instalava-se porque aquela arenga era “estranha à tradição majoritária do PT”. O partido continuava não tendo nada a ver com aquilo.

Em pleno ano de 1991, com os vários muros caindo, as esquerdas atônitas e as direitas em franca ofensiva, como negar a centralidade do assunto nos debates congressuais? Para um partido que se denominava socialista, como separar as suas orientações mais imediatas de um profundo balanço sobre a trajetória traçada por aquelas experiências alternativas no decorrer do século XX?

Apesar das resistências, Teoria e Debate⁵, a partir de dezembro de 1989, dava o pontapé inicial nas discussões. Reivindicando a abertura do debate, confirmada pelo VII Encontro Nacional, a revista tornava-se o principal espaço de reflexão sobre os “caminhos estratégicos” para a transformação socialista do Brasil. Dessa forma, o texto de abertura alertava sobre a centralidade destes questionamentos. Eles atingiam diretamente o partido e se relacionavam ao futuro da utopia socialista no país:

Não nos iludamos: a fábula que se conta hoje no mundo socialista diz respeito a nós. O que está em jogo é nada mais nada menos que o futuro de nosso projeto político de construir no Brasil um socialismo democrático. Se não deciframos esta esfinge em tempo, ela certamente nos devorará. Pior é que, a rigor, mesmo que a decifremos, talvez não estejamos em condições de escapar ao tipo de crise que ronda hoje a experiência socialista. Mas pelo menos estaremos mais bem preparados para enfrentá-la, quando chegar – se chegar – a nossa hora⁶.

O Partido dos Trabalhadores encontrava-se, então, diante da necessidade de exprimir de forma mais concreta o que era o tal do socialismo petista. As definições vagas – “Nem socialismo real nem social-democracia” – demonstravam-se insuficientes para os seus desafios. Instaurar um profundo balanço sobre as heranças compartilhadas pelas esquerdas e traçar novas perspectivas para o socialismo no final do século XX tornavam-se possibilidades através das quais o partido poderia sobreviver aos vendavais, sofrendo as menores avarias possíveis, dotando-o de condições de responder às crises e de propor alternativas nos tempos mais difíceis.

Em nome de Marx: os marxismos e as experiências socialistas do século XX

Avaliando a realização dos prognósticos marxistas nas primeiras experiências socialistas do século XX, um tema impunha-se: a tomada do poder. Mapeando os processos revolucionários ocorridos a partir de 1917, o debate proposto pelo petista Daniel Aarão Reis questionava a base socialista dessas insurreições após a derrota das suas antigas classes dominantes, desconstituindo a clássica visão de que tais processos se tornaram vitoriosos sob essa bandeira. Assim como a Revolução Russa, esses movimentos foram compostos por uma multiplicidade de projetos que congregou, num determinado momento, distintos objetivos: a libertação nacional, a questão agrária, a luta antiditatorial, a paz, as melhores condições de trabalho, os diversos socialismos⁷.

Aldo Fornazieri também reexaminava a questão do poder. Nas sociedades contemporâneas, a estratégia rupturista bolchevique era inoperante e estava ultrapassada. Haveria uma relação de interdependência, na qual o poder se apresentava como resultado de uma relação em que o subalterno dispõe sempre da possibilidade de recusa dos resultados seletivos do poderoso⁸. Portanto, o principal fator de poder localizava-se na obtenção da hegemonia, e não na violência física. Disputá-lo significava criar alternativas para os dominados, afirmando a sua autonomia no processo seletivo.

Para Marco Aurélio Garcia, a visão petista sobre o poder não devia limitar-se às duas tradições clássicas dos movimentos das esquerdas: “[...] um dos avanços do PT é abandonar a ideia do poder como um lugar a ser tomado e reformado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica)”⁹.

No campo das correntes “marxistas revolucionárias” encontravam-se as definições clássicas sobre os processos revolucionários do século XX. Revoluções socialistas na sua essência, elas lideraram uma miríade de mobilizações. Observavam-se, assim, traços característicos, apesar da existência de várias estratégias.

Golpe ou revolução? Entrelaçado à questão da tomada do poder estava o caráter da revolução russa. Jacob Gorender defendia o fundamento do outubro russo. Para ele nem todos os golpes

de Estado seriam necessariamente reacionários. No caso da Rússia, sob a vigência de um duplo poder, ele precisava ser compreendido como uma resposta às negativas do governo provisório em atender as reivindicações dos soviets, já conquistados pela maioria bolchevique. Portanto, “[...] o que começou sob a forma de um golpe de Estado, constituía, na verdade, a mais profunda revolução dos tempos modernos. Revolução que precisou ser assegurada por meio da guerra civil travada de 1918 a 1921”¹⁰.

Nos embates da história, esta é uma das polêmicas mais importantes a respeito do balanço das revoluções do século XX. Até que ponto tais processos não expressaram o programa e as estratégias de um partido que, entendendo-se como portador da verdade revolucionária, impôs a sua dinâmica ao conjunto da sociedade? É indubitável o caráter revolucionário do movimento russo de 1917. A força da ação dos bolcheviques em outubro originou-se das múltiplas mobilizações em curso no império. Essas não identificaram o reconhecimento das suas reivindicações nos governos estabelecidos após fevereiro. Por um lado, então, a vitória da insurreição liderada por Lênin deveu-se ao atendimento imediato das exigências de tais movimentos sociais. Entretanto, a opção efetivada pelos bolcheviques – alvo de tensas discordâncias no interior da própria organização – desvelou a concepção que conferia ao partido e à sua vanguarda a supremacia sobre os soviets: único partido da classe, portador da verdade revolucionária, e, portanto, autorizado a exercer o poder em nome dos trabalhadores e sobre os mesmos.

Outras interpretações, como a de Marc Ferro, demarcam o caráter autoritário da insurreição de outubro de 1917. E autoritário porque a decisão quanto ao desencadeamento da sublevação coube, exclusivamente, ao partido bolchevique. Ao passar por cima das forças vivas mais importantes do processo revolucionário russo, ele golpeara não apenas o governo provisório, mas, principalmente, os poderes da organização soviética. Apesar da insígnia “todo poder aos soviets”, a partir deste evento, as decisões concentraram-se cada vez mais nas mãos do partido, evoluindo para uma ditadura de partido único.

Outra questão também se colocava: compreender a lógica de tais organizações populares significava descobrir nelas uma pluralidade de processos ativados pelo movimento revolucionário de 17. A

dicotomia estabelecida pela teoria do duplo poder escondia a grande heterogeneidade existente no seu interior: operários, camponeses, vários segmentos sociais das nacionalidades, anarquistas, socialistas revolucionários... Enfim, os soviets expressavam, eles mesmos, uma multiplicidade de poderes que não desaguavam necessariamente nas concepções e no comando do partido bolchevique.

Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético

As visões diferenciadas, muitas vezes dicotômicas, que conviviam no PT, possuíam pontos em comum quando o assunto era a caracterização do Estado soviético. Muitos reivindicavam o processo revolucionário ocorrido em 1917. Mas, por caminhos distintos, grande parte das correntes e dos militantes petistas defendia a inexistência do socialismo na URSS, e, por consequência, nos demais países do bloco comunista. A exceção ficava por conta do caso cubano e do pouquíssimo conhecido *enigma chinês*.

Os países do chamado socialismo real recebiam muitas denominações que tentavam destacar algum aspecto deste modelo: ditaduras burocráticas, estados pós-capitalistas, estados operários degenerados ou deformados, sociedades pós-revolucionárias, dentre outras nomenclaturas. Geralmente os militantes petistas encontravam dificuldades para fixar como socialistas as formações econômico-sociais existentes, fruto de revoluções sociais ou da ocupação do Exército Vermelho após a II guerra mundial. O socialismo deveria ser inerentemente democrático, tornando inconcebível a existência de uma matriz de tipo autoritário. Refugar esta ideia levava à reprodução de um pressuposto comum: a visão de um verdadeiro marxismo, puro, nunca implementado ou do qual tais processos haviam se desviado¹¹.

Por outro viés, assinalando o antissovietismo presente nos debates sobre os setenta anos da revolução russa, vários comunistas da geração pré-64, como Jacob Gorender, também identificavam a URSS como um Estado socialista, apesar das sérias deformações existentes no país¹².

Entre aqueles que elaboravam uma crítica radical ao legado da III Internacional, também não era um ponto pacífico a definição da natureza de tais países. Para Augusto de Franco, eles representavam um “socialismo realmente inexistente”. E refutava a matriz da “teoria da degeneração” – a existência de uma fase socialista na revolução russa, posteriormente burocratizada e degenerada¹³.

Maurício Tragtenberg estabelecia o fim do sonho socialista de outubro de dezessete a partir do ano de 1920. Sob Stálin, emergira na URSS um Estado burocrático e policial. Assim, o socialismo não havia sido derrotado “[...] porque sequer existiu nessas regiões”¹⁴. Adquirindo a forma de uma elite industrializante que procurou construir o chamado “socialismo em um só país”, a crise na URSS e no Leste confirmava as antevisões dos clássicos do marxismo sobre a impossibilidade desta tese, uma concepção bastante comum à maioria das correntes petistas. A diferença situava-se nas avaliações sobre o momento da degeneração. Para alguns o massacre de Kronstradt, uma insurreição de marinheiros e anarquistas severamente reprimida sob o comando de Lênin e de Trotsky. Para outros a ilegalidade das demais organizações e a proibição de frações no interior do partido bolchevique. Os trotsquistas delimitavam o final dos anos vinte como o marco da vitória da contrarrevolução burocrática; ou seja, após a morte de Lênin e da derrota de Trotsky na disputa dentro do PCUS.

Em vez de pós-capitalistas, sociedades burocráticas pré-capitalistas. Defendendo esta visão, Vladimir Palmeira afirmava que os soviéticos, diante do fracasso de uma possível revolução europeia, levaram adiante somente um processo de independência nacional e de industrialização:

Com o pós-guerra e os novos padrões de divisão internacional do trabalho dos anos 60/70, as primeiras nuvens. Estas economias perdem ritmo e mostram seu caráter duplamente conservador: são incapazes de superar o modelo industrial de produção herdado do capitalismo, são incapazes de reproduzir internamente o dinamismo tecnológico do capitalismo¹⁵.

A partir de 1985, o “fenômeno Gorbachev” modificava o cenário internacional. As reformas em curso na URSS suscitavam grandes interesses e muitas dúvidas. Jamais indiferença. Havia o incentivo da cobertura da mídia ocidental, primeiramente temendo um novo fôlego do socialismo; depois apostando no sentido pró-capitalista das transformações. As autoridades soviéticas também realizavam uma verdadeira ofensiva midiática para reformar o país e a sua imagem no mundo. No meio do turbilhão, as esquerdas encontravam-se perplexas. Atônitas, elas tinham enormes dificuldades para caracterizar as mudanças no antigo *monólito*.

Perestroika e Glasnost: “Duas palavras de (des)ordem”. Assim, *Teoria e Debate* anunciava, em seu primeiro número, as suas percepções sobre o tema. Para os “velhos burocratas soviéticos”, um incômodo. Para os “críticos mais ferozes”, apenas um truque de marketing. Mas a T&D recebia a notícia como “algo de novo na União Soviética”, “um fator de esperança”. Reivindicando os setenta anos da revolução russa, a publicação concordava com o líder da URSS e identificava na burocratização um grande obstáculo¹⁶.

No número seguinte, o debate continuava com as impressões de David Capistrano Filho e Luís Favre¹⁷. O primeiro ressaltava o imenso significado político da Perestroika e da Glasnost. O sucesso de Gorbachev ratificava a superioridade do sistema diante da propaganda burguesa sobre o fracasso do socialismo. Quanto às reformas, a necessidade de um caráter democrático, mesmo que elas não pudessem ser avaliadas por “modelos abstratos”. Talvez o pluripartidarismo continuasse improvável, pois as mudanças ocorriam através do partido e do Estado. Capistrano não acreditava na hipótese “das reformas abrirem caminho ao desenvolvimento do capitalismo” devido à liquidação da burguesia naquele país, à cultura socialista enraizada nos trabalhadores e à sua consciência quanto à superioridade do sistema. Setenta anos após a vitória do “outubro vermelho” discutia-se o futuro do socialismo na União Soviética.

Luís Favre comparava a repercussão das reformas na URSS ao fenômeno da “desestalinização” da época de Kruchev, assumindo um impacto ainda maior. Elaborando avaliações mais cautelosas, para ele, a reversão do quadro de declínio econômico não era possível sem a modificação das relações políticas estabelecidas

entre o poder e a sociedade. Grandes resistências tornavam-se um obstáculo ao projeto de Gorbachev. Havia divergências na nomenclatura¹⁸ dominante quanto à associação entre a URSS e os países imperialistas – cujo acordo não questionaria a dominação do mercado mundial pelo imperialismo. Da mesma forma, o cerne da associação com o capital misto – liberdade de repartição de lucros, mão de obra barata e estabilidade política – também gerava problemas entre os trabalhadores e no interior do próprio aparelho burocrático. No plano internacional, a colaboração com os EUA e as concessões da URSS para uma distensão “mutuamente benéfica” também provocariam crises no bloco socialista.

Na visão do petista, o PT deveria apoiar todas as medidas de democratização como ponto de partida para reforçar a luta para acabar com a burocracia stalinista. Porém muitos caminhos estavam em disputa. Para numerosos militantes, as medidas representavam a correção dos *erros* do socialismo pelos dirigentes do PCUS, possibilitando a sua defesa por aqueles que haviam rompido com os PCs.

Principais defensores da tese da revolução política, as correntes trotsquistas (IV Internacional) possuíam uma visão muito particular do processo. Baseando-se nas concepções do revolucionário russo Leon Trotsky, definiam a URSS como um estado operário degenerado, congelado na transição do capitalismo para o socialismo. Com a estrutura econômica estatizada, esses países eram dirigidos por uma casta burocrática, instalada no poder desde os anos trinta, marco da vitória da contrarrevolução. Os prognósticos indicavam a emergência de uma crise, de crescentes mobilizações de massas que realizariam uma insurreição na URSS, liquidando os setores da burocracia. Assim, a implantação do socialismo democrático devolveria o poder político para as mãos dos trabalhadores. Para a Democracia Socialista (tendência associada ao Secretariado Unificado, um dos vários organismos autodenominado IV Internacional), os acontecimentos de 1989 confirmavam o início da revolução política. Tal como havia ocorrido antes na Hungria, Tchecoslováquia e Polônia, aquele processo alcançava uma escala mais ampla, visto que envolvia também a URSS. Dessa forma, a retomada da construção do socialismo, em curto prazo, deixava de ser uma hipótese¹⁹.

Mas as avaliações sobre o “fenômeno Gorbachev” variavam. A DS separava o conteúdo da Perestroika e da Glasnost, vislumbrando nesta última alguns aspectos progressivos, além da necessidade do seu aprofundamento. Criticando essa visão – qualificada como um “apoio crítico” e uma “regressão política do Programa” (da IV Internacional) –, a Convergência Socialista (agrupamento afiliado à Liga Internacionalista dos Trabalhadores, e também fundadora do atual PSTU), condenava o conjunto das mudanças em curso naquele país. Se o secretário-geral era “o principal sócio de Bush para uma restauração capitalista da URSS”, as reformas, desde o início, visavam a esse objetivo, estabelecido num jogo previsto de comum acordo com os EUA. Todos os setores do PCUS seriam, no mínimo, cúmplices daquelas medidas²⁰. Valério Arcary, dirigente da tendência, observava um papel secundário da Glasnost em relação às mobilizações populares no país. Tais concessões democráticas direcionavam-se, fundamentalmente, para os setores da própria burocracia, atrasando o processo de implosão das mil frações que existiam dentro do partido soviético. As massas estavam impondo na lei aquilo que já haviam conquistado na prática.

As análises das correntes trotsquistas, permeadas pelas esperanças de confirmação dos seus prognósticos, expressavam um sentimento ufanista em relação à realidade, apesar da incontestável ofensiva liberal. As gradações existiam, todavia as mesmas compreendiam a crise do Leste como o *fim das amarras* e a liberação de promissoras perspectivas para a utopia socialista.

A Convergência Socialista não admitia como uma possibilidade concreta a restauração capitalista ou o descenso na conjuntura internacional. Impressionada com a magnitude das mobilizações, ela afirmava, em tom categórico, que a crise na URSS havia aberto uma nova etapa, um novo “giro histórico”. Com a vitória da revolução política, “novos outubros” estariam na ordem do dia: “[...] nunca o Leste foi tão favorável ao socialismo! Porque as massas estão em movimento, e um elemento fundamental da ideologia marxista é acreditar profundamente que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”²¹.

As enormes expectativas da CS refletiam-se no documento interno de 1990. A nova etapa mundial, aberta a partir de 1989, demarcava-se pela impossibilidade de retrocesso da revolução política, pelo

aprofundamento do ascenso revolucionário no coração da Europa capitalista e pela sua penetração nos EUA e no Japão. O pêndulo pendia para o lado da revolução²².

Para o petista Wilson Muller, a interpretação do trotsquismo sobre os acontecimentos do Leste Europeu decorria de uma série de pressupostos existentes no “marxismo ortodoxo”: a existência de uma consciência socialista imanente entre os trabalhadores, a desconsideração do apoio da sociedade civil às ditaduras burocráticas e a análise centrada quase que exclusivamente no Estado²³.

Imbuídos ou não dos mesmos referenciais, a *teoria da confusão* tornava-se um elemento central para explicar porque as populações do leste europeu apoiavam decisivamente a restauração das economias de mercado em seus países. Ao libertarem-se das amarras da burocracia, aqueles trabalhadores não cumpriam a sua *missão histórica* de realizar o socialismo com democracia. Pelo contrário, votavam em partidos restauradores, defendendo o retorno do modelo liberal e dos valores do mundo burguês. A *confusão* e as *ilusões* dos trabalhadores com o atraente capitalismo avançado abriam caminho para a contrarrevolução. Desvirtuavam o processo. Desfaziam a promessa.

Segundo Muller, o “pior cego” não queria ver que as supostas reivindicações de esquerda de tais movimentos – democracia e condenação dos privilégios – não significavam necessariamente o engajamento na luta pelo socialismo democrático. O caso alemão era exemplar: o Novo Fórum havia sido derrotado fragorosamente nas eleições por vários partidos pró-capitalistas que ganharam o apoio das massas empunhando essas bandeiras e capitalizando seus sentimentos²⁴.

O chamado *caráter objetivo* dessas sublevações também se tornava uma ideia-força quase irresistível. A primeira ação das massas – objetiva, concreta, mesmo sem consciência – era favorável ao socialismo. A ofensiva da propaganda capitalista e das direções burocráticas e/ou traidoras *desviava* o rumo das massas, instalando o elemento da confusão.

1991. O golpe de agosto na União Soviética selava bem mais do que a sôfrega tentativa de setores do Partido Comunista para se manterem no poder. O mundo chegava ao fim de um ciclo aberto

com a revolução russa de 1917 e fechado com o desaparecimento da primeira experiência socialista do planeta. *Teoria e Debate* concedia a palavra a Jacob Gorender. Uma “Testemunha Ocular”²⁵ do putsch, ele diagnosticava a evolução da sociedade soviética após os acontecimentos de 1985. A grande influência de um capitalismo desenvolvido próspero e a ausência de uma experiência alternativa de socialismo democrático definiam um sentido ideológico pró-capitalista. O marxismo e o comunismo tornavam-se alvos da aversão e da hostilidade de grande parte da população. Muitos cidadãos da URSS reivindicavam apenas a revolução de fevereiro de 1917, condenando a insurreição de outubro como a responsável pelo retardo do país.

Numa outra perspectiva, a Convergência Socialista procedia a uma leitura muito particular dos eventos de agosto: o putsch na URSS acontecia contra a revolução política em curso naquele país. Assim como Yeltsin e Gorbatchev, os golpistas, liderados pelo vice-presidente Ianaiev, também possuíam a sua versão da economia de mercado. As edições eram avassaladoras: na capa do jornal, o título: *Revolução Derruba Ditadura Stalinista*. As imagens eram inequívocas: a população ocupava a praça pública. Agitava as bandeiras. Em cima dos tanques, tomava o poder em suas mãos. Quaisquer semelhanças com as fotografias de outubro de 1917 não eram meras coincidências. Numa outra edição, um soldado tremulava uma bandeira vermelha em frente à multidão²⁶. Irresistível. Enfim, o triunfo da revolução política? O prometido socialismo democrático?

Homens e mulheres, de carne e osso, deveriam encarnar aquele projeto. Quem na URSS representava o referido ideal? Para a Convergência Socialista eram elementos objetivos e inconsistentes. Apesar das várias candidaturas para o preenchimento da vaga aberta – de direção socialista e revolucionária – nenhum daqueles grupos defendia um projeto de socialismo democrático. Quando ultrapassavam os limites das reivindicações democráticas e antiburocráticas, afirmavam propostas que eram vistas pela organização como *capitulacionistas* ou *restauradoras*.

A CS discordava do que a realidade demonstrava. Se existiam ainda dúvidas, o golpe de agosto selava o destino do socialismo. Este encarnava-se nos setores golpistas. E, para os milhões de

proletários soviéticos, a maior de todas as utopias do século XX emitia esses sentidos: burocrática, antidemocrática e conservadora. Assim, a derrota do putsch não fortalecia a revolução política. Pelo contrário, Yelstin irrompia a cena com incrível robustez. A imagem de *herói da resistência*, veiculada pela mídia nos quatro cantos do planeta, favorecia e apressava a restauração capitalista. Aos socialistas, o silêncio. Aos comunistas, a caçada. Fechamento do PCUS, prisões e condenação para os seus afiliados. Sem exceção.

Contradizendo as idílicas imagens, vários dirigentes políticos e historiadores relativizaram a intensidade da mobilização. Ressaltaram uma forte apatia e o pouco envolvimento do conjunto da população por toda a URSS. O jornal *Em Tempo*, publicado pela DS, também apresentava versões que ratificavam a análise alternativa. O dirigente internacional da tendência petista, David Seppo, enfatizava a fraca mobilização popular e a espetacularização do evento pela imprensa ocidental. Ao contrário do discurso midiático, a rápida derrota devia-se mais à “fraqueza política e às divisões internas dos conspiradores” do que à “resistência popular ou à firmeza de Yeltsin”²⁷.

As transformações do inesquecível ano de 1991 selavam definitivamente o destino, pelo menos provisório, das esquerdas: elas mergulhavam numa trajetória defensiva. Necessitavam começar tudo de novo. E refazer a utopia socialista. Entretanto, as profundas mudanças não decretavam o “fim da história”. O mundo estava marcado por muitas situações de instabilidade que antecipavam a ocorrência de movimentos sociais pelo planeta. Sem comparar as análises catastrofistas, Marco Aurélio Garcia observava um capitalismo com grandes dificuldades econômicas, traduzidas no plano social pelo desemprego, pela pobreza, pelas migrações incontroláveis, pela marginalização, pela destruição do meio ambiente, pelos movimentos racistas, pelas xenofobias e pelos fundamentalismos religiosos. A atualidade do socialismo, de uma perspectiva anticapitalista ou pós-capitalista, relacionava-se diretamente aos desdobramentos concretos do “capitalismo realmente existente” em escala mundial²⁸.

Considerações finais: um passo à frente na construção do socialismo?

O PT talvez tenha sido um dos pouquíssimos partidos das esquerdas mundiais que conseguiu sobreviver à *débâcle* do socialismo real e passar pelos anos mais duros da ofensiva liberal sem sofrer enormes divisões ou o definhamento da sua base de apoio. Pelo contrário, ele cresceu durante toda a década de noventa.

Mas uma pergunta se coloca: apesar das importantes vitórias em pleno auge do neoliberalismo e do seu crescimento praticamente ininterrupto, o Partido dos Trabalhadores conseguiu preparar-se para enfrentar a crise do socialismo? Ou ele cedeu à ilusão de que a *fábula* contada não lhe dizia respeito?

A fase era conservadora e defensiva. A conjuntura indicava grandes dificuldades. Contraditoriamente, a situação mundial, em especial da América Latina, tornava-se a expressão mais viva de que a história não havia chegado ao seu fim. O socialismo continuava atual diante das instabilidades e barbáries criadas pelo “capitalismo realmente existente”. Todavia, tal qual se encontravam, as esquerdas não seriam capazes de responder aos novos tempos. Havia a necessidade de uma profunda recomposição do projeto socialista, resgatando e reconstruindo o espaço público “com a consequente reabilitação da política como atividade transformadora e instrumento de libertação de homens e mulheres”²⁹.

Dessa forma o debate e as definições efetivas do Partido dos Trabalhadores acerca do socialismo, dos marxismos e das estratégias revolucionárias aconteceram em meio à mais grave crise das esquerdas mundiais. Este aspecto proporcionou um impacto decisivo sobre o desenvolvimento do seu projeto socialista. Do final do século XIX até as últimas décadas do século XX, a maioria das organizações do campo político das esquerdas formou e amadureceu as suas convicções numa época na qual o socialismo era uma referência essencial para aqueles que, partidários do modelo socialdemocrata ou comunista, almejavam mudar o mundo. Apesar dos terríveis períodos pelos quais passara o planeta, sabia-se pelo que lutar. E morria-se por esses ideais. Não foi bem assim com o PT. Certamente, o impacto da derrota dos EUA no Vietnã, a luta

contra as ditaduras pelo mundo afora e a forte atração de revoluções como a nicaraguense reacenderam os ânimos das utopias revolucionárias. Mas, desde a sua fundação, o movimento socialista internacional encontrava-se envolvido numa profunda crise: entre os comunistas, desde a morte de Stálin, os descaminhos do socialismo de tipo soviético. Na social-democracia europeia, as dificuldades diante das experiências de governo, como o caso do Partido Socialista Francês, e das profundas transformações no sistema produtivo do capitalismo central.

A origem socialista do Partido dos Trabalhadores sempre suscitou significativas controvérsias. Mesmo que a proposta não tenha sido claramente incorporada no início da sua formação, desde cedo, a agremiação confrontou-se com essa questão. O pensamento socialista, presente em seu interior, era forte demais para que fosse apenas uma expressão marginal. Ele perpassava não apenas as correntes marxistas-leninistas e os militantes oriundos da luta armada, mas também vários adeptos da Igreja Católica, identificados com a Teologia da Libertação, intelectuais e algumas lideranças do movimento sindical. O partido nascia, crescia e elaborava afirmações distintas sobre o seu próprio socialismo: “nem socialismo real nem social-democracia”. Essa palavra de ordem sintetizava o compromisso com o projeto de transformação, mas, sobretudo, o desejo de construir uma outra alternativa aos dois polos tradicionais das esquerdas.

O mito do novo influenciava diretamente as elaborações do socialismo petista. Distinguia-se a visão espontaneísta de que todas as respostas se originavam da experiência concreta. Era o momento da práxis. Apreendida, muitas vezes, apenas como a expressão das práticas cotidianas, desprezava-se uma outra dimensão que deveria ser indissociável, a da teoria. Se havia a reprodução de um messianismo operário, existia também um messianismo popular. A sapiência do povo bastava para o amadurecimento dos caminhos socialistas do PT. Mas, apesar da grande força explosiva de tais movimentos, emergidos da ditadura civil-militar no final dos anos setenta, eles careciam de um maior acúmulo, fruto de um contexto histórico nacional demarcado pelo autoritarismo e pela frágil organização popular, em que a experiência democrática havia perdurado apenas dezenove anos.

Num sentido negativo, permanecia latente no Partido dos Trabalhadores a tendência à rejeição das heranças progressistas. De fato, a discussão interna havia sido intensa, mas faltava encontrar o PT dentro daquele debate. De que forma as tradições comunistas, social-democratas, trabalhistas, anarquistas influenciavam o pensamento e a ação petista? Como os descaminhos, já perceptíveis, na gestão das prefeituras, na relação com os movimentos sociais e com os aparatos sindicais expressavam os impasses históricos das experiências socialistas? Concordando com Alexandre Fortes, essa repulsa teve como principal efeito “[...] alimentar a ignorância em relação à história e à ideia, fundamentalista e prepotente [...]”, de que o partido detinha a política correta e de que o seu futuro estava garantido (FORTES, 2005, p. 201). E isto parecia verdadeiro. Em meio ao turbilhão, o PT crescia. Politicamente, consolidando-se como uma das principais alternativas das esquerdas em âmbito internacional. Eleitoralmente e numericamente, conquistando personalidades e postos estratégicos na institucionalidade.

Em relação às interpretações petistas acerca das sociedades do leste europeu e da crise do socialismo real, predominavam aquelas que negavam a sua natureza socialista, destacando-se as leituras centradas na tese da burocratização e da degeneração. Tendo como principal referência as avaliações do revolucionário russo Leon Trotsky, a concepção defendia a insustentabilidade do desenvolvimento do socialismo nos marcos nacionais. Ao não ocorrer revoluções sociais nos países capitalistas avançados, a revolução russa estava condenada ao isolamento internacional e à emergência de alguma forma de deformação burocrática. A causa fundamental daquele processo localizava-se na corruptela originada dentro do próprio Partido Comunista. Mesmo assim, Trotsky destacava o papel contraditório da burocracia soviética: internamente, ela ainda assumia um papel progressista. Externamente, porém, adquiria um perfil abertamente contrarrevolucionário através da política de boa vizinhança com o imperialismo.

O cientista político Luís Fernandes identifica importantes problemas no estabelecimento da degeneração como uma decorrência do isolamento internacional e de uma revolução numa sociedade atrasada. Se assim o fosse, por que a crise de 1989 não democratizou aquele poder político, mas encaminhou-se para o

desmantelamento do regime? Segundo o autor, é possível que a autonomização daquele poder tenha se originado de características estruturais do próprio socialismo. Além disso, ele também aponta uma grande inconsistência na identificação dos grupos que compunham a “casta burocrática”. Se o poder estatal-partidário soviético era uma expressão da dominação da burocracia, a tese deixava sem resposta o porquê dos violentos expurgos contra o mesmo na “grande virada” de 1928 (FERNANDES, 2000, p. 85-92).

Entretanto, na busca por novas respostas para a compreensão do fenômeno, indo além da tese da degeneração do Estado soviético, vários petistas enriqueceram as suas análises com novas abordagens. Os estudos baseados na cultura política, na sociologia histórica e na história social, de autores como Eric Carr, Moshe Lewin e Alec Nove, ocuparam o plano central das análises sobre as contradições e as pressões sociais existentes na URSS.

Reconhecendo os distintos graus de apreensão, a ampla maioria dos petistas estabelecia uma crítica muito clara em relação à experiência soviética. Mesmo entre aqueles que ressaltavam as importantes conquistas do regime e reivindicavam os primeiros anos do socialismo na URSS, o balanço era negativo. Destacava-se, também, numa dinâmica crescente, uma rejeição aos desdobramentos ocorridos, principalmente, a partir de outubro de 1917.

As batalhas entre as diversas interpretações sobre as primeiras nações socialistas do planeta também envolviam as heranças dos marxismos. No campo *marxista revolucionário* as divergências não eram menores. Elegendo a obra de Karl Marx como o melhor método de análise das sociedades capitalistas e de construção de um projeto alternativo, um núcleo, mais *ortodoxo*, defendia a retomada da leitura original de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo para a sua renovação. Outras correntes advogavam a importância do influxo de novas leituras marxianas, acadêmicas ou não, e até mesmo de outras vertentes de pensamento para a elaboração de respostas condizentes aos desafios de uma realidade em profunda transformação.

As leituras *reformistas* – *revolucionárias* ou não – elaboravam questionamentos mais profundos aos marxismos. Inexistia, contudo, uma crítica homogênea. Sem desconsiderar a validade do mesmo

enquanto uma teoria explicativa, elas ressaltavam muitas inadequações e a ausência de respostas às alterações do sistema capitalista no final do século XX. Portanto, a obra de Marx deveria ser modernizada e complementada à luz de novos conceitos e autores. Revisavam, por exemplo, a visão fatalista, o messianismo operário, a inevitabilidade do socialismo e a ideia de progresso presentes nos seus pressupostos. Havia também aqueles que, apesar de minoritários, evoluíram da necessidade de revisão dos marxismos para a defesa aberta do seu abandono. Muitos, formalmente, conservaram uma reverência a Marx, mas que já não possuía qualquer consequência prática para as suas formulações.

As interrogações a respeito da II Internacional também existiam. Originando-se de todos os campos do PT, elas eram expressivas. Mas faltava um balanço profundo sobre os partidos da social-democracia nos séculos XIX e XX. Um conhecimento histórico concreto sobre as experiências desenvolvidas por eles nos espaços de poder local e nos governos das suas respectivas nações. Em que medida os problemas existentes naquela via estavam presentes na tradição da III Internacional e no próprio marxismo? As demandas eram muitas para quem possuía como estratégia governar o Brasil e executar profundas transformações. Entretanto, elas se perdiam nas análises que determinavam tais experiências como *traições*. Dessa maneira, como discutir e avaliar alguma positividade em *traições*? O partido, restando ou apoiando, optava por esconder-se na definição genérica de *social-democratização*. Mas continuava ignorante em relação aos seus desafios e impasses. Alguns petistas tentaram colocar questões mais significativas para as heranças da II Internacional: a incorporação da democracia e da via representativa na sua estratégia de poder, as políticas de reforma do Estado e de distribuição de renda, entre outras. Mas, em geral, elas também terminavam na tese dos *desvios*.

Formalmente, ninguém – ou pouquíssimos – defendia o modelo da social-democracia para o Partido dos Trabalhadores. Na verdade, poucos aventuraram-se em tal reflexão. Se stalinismo era um termo maldito nas esquerdas, no PT, pior ainda era ser rotulado de *social-democrata*. Os *demônios* materializavam-se: sempre à espreita, esperava a hora certa para *trair*. Um xingamento terrível.

Nas avaliações elaboradas pelas várias correntes e militantes do Partido dos Trabalhadores, havia um desequilíbrio entre as duas Internacionais. Os problemas do socialismo eram analisados, principalmente, sob a ótica das heranças deixadas pelo modelo comunista. O stalinismo ascendia à condição de principal *bode expiatório* das arengas petistas. A burocratização, a profissionalização de dirigentes e militantes, o crescimento cada vez mais tentacular dos aparatos partidário e sindical eram a expressão desse fenômeno. Evidentemente, a versão soviética tornou-se a expressão mais concreta de um poder socialista. Mas o modelo social-democrata, mesmo abandonando a perspectiva rupturista como o caminho para a transformação, fincara profundas marcas nas esquerdas. Assim a II Internacional saía praticamente ileso de uma análise mais acurada sobre as suas experiências institucionais e sociais. Acossando o *cachorro morto*, o *filho feio sem pai* – como bem definem os ditados populares – o partido perdia a oportunidade de refletir sobre as razões da construção e dos descaminhos impostos pela estruturação de poderosas máquinas partidárias e sindicais – dotadas de problemas tão graves como aqueles existentes na tradição comunista – pelas esquerdas mundiais.

Em termos programáticos, o desfecho da primeira etapa da história do Partido dos Trabalhadores não significou a sua rendição à *ordem burguesa* com o abandono do socialismo, mas o amadurecimento de uma série de discussões abertas desde o V Encontro Nacional. Em meio às crises, perplexidades e enormes mutações verificadas no diverso campo das esquerdas mundiais – muitas vezes influenciado pelas concepções do triunfo do capitalismo e do surgimento de uma nova ordem mundial – o PT direcionou suas críticas a alguns conceitos clássicos marxianos e da tradição da III Internacional sem, contudo, aderir às teses das direitas. Contraditoriamente, a implosão do campo permitiu o desenvolvimento de novas temáticas, conceitos e autores, antes interditados ou *heréticos*, que contribuiu para a renovação do pensamento socialista petista. Assim, a não ser que todo o questionamento seja visto como uma *mudança de lado*, o PT saiu do I Congresso reafirmando o compromisso com o socialismo.

Entretanto a arena real dos embates encontrava-se fora do partido. Na sociedade. Assim a “incorporação do PT à ordem burguesa” não acontecia devido à adoção programática das teses “social-democratas”. Intolerante com a investigação analítica da realidade social e com a discussão teórica, o avanço do “pragmatismo”, na maioria das vezes, destituído de qualquer viés ideológico, ditava crescentemente a dinâmica no que dizia respeito aos dilemas da ação concreta e cotidiana na institucionalidade, nos aparelhos de Estado e na máquina sindical. Eles aceitavam o desenvolvimento do debate de ordem doutrinária desde que este não interferisse nas questões práticas (REIS, 2007, p. 445). Era a resposta à impossibilidade de implantar, num curto e médio prazo, o socialismo no Brasil. Mas também era a expressão dramática das lacunas e dos impasses existentes no projeto estratégico petista.

Manifesto na convivência entre as várias leituras marxistas e não marxistas, nas profundas críticas, mas também na sustentação de determinadas experiências comunistas, como o caso cubano, o ecletismo existente no PT tornou-se um traço negativo da sua personalidade? É possível responsabilizá-lo pelos descaminhos da construção do seu projeto socialista? Seria ele a principal expressão da impossível síntese petista, reforçando o seu caráter federativo? Nos primórdios da sua formação, uma qualidade bastante explorada que simbolizava a distinção da agremiação em relação ao monolitismo clássico das esquerdas comunistas. No final dos anos oitenta, “à esquerda” e “à direita”, a virtude transformava-se em pecado. Em vez de pluralidade, uma cacofonia: esta impressão reforça-se cada vez que a voz ruidosa de alguns grupos e tendências existentes no PT se faz ouvir mais do que a do próprio partido, produzindo uma cacofonia comprometedora³⁰.

Na percepção do crítico literário soviético Mikhail Bakhtin, todo discurso está impregnado por uma multiplicidade de vozes de outros discursos. Havia uma polifonia em constante interação (STAM, 1992). Pensando a partir deste conceito, mais do que dissônâncias inaudíveis, o ecletismo petista expressava uma grande modulação de tons existentes nas esquerdas, refutando a uniformidade, garantindo uma pluralidade singular. Dessa forma, ele assumiu

um sentido positivo, que permitiu ao partido passar pelos piores momentos da crise do socialismo real sem sofrer grandes convulsões. Paradoxalmente, ele foi viabilizado pela desagregação do mesmo.

O ecletismo do PT apoiava-se em alguns pontos em comum. Mas, certamente, a convivência e a sobrevivência dessa pluralidade foram garantidas a partir da unidade forjada em torno da luta antineoliberal no Brasil e no mundo, da centralidade da conquista do governo federal e da bandeira da ética na política. Contraditoriamente, nos anos noventa, a tendência predominante no partido procurou dotá-lo de um discurso e de uma atuação mais homogênea, diminuindo os canais de participação e de expressão da sua pluralidade. Nos anos subsequentes ao I Congresso, o PT não conseguiu avançar e aprofundar as estratégias do socialismo petista. Assim, equilibrando-se entre as duas grandes tradições em choque no seu interior, a comunista e a social-democrata, o processo não proporcionou uma nova síntese.

ABSTRACT: THE PT AND THE CRISIS OF REAL SOCIALISM: THE CHALLENGES OF RENOVATION AND THE LEGACIES OF TRADITIONAL LEFTS

Abstract: The article examines some aspects of the debate held by PT on the crisis of real socialism. Investigates the impact of the collapse of that experience on the different visions of socialism within the PT. The text also analyzes the dialogue and confrontation between the legacies of the Second and Third International and the “petista socialism”, which made the idea of “ground zero” – the construction of a “new socialism” detached from the traditions –, the mark birth of its alternative project for society.

Keywords: PT. Socialism. Crisis. *Ground Zero*.

Notas

¹ Registrando a frase de Hamilton Pereira, Alexandre Fortes identifica na narrativa petista sobre a história brasileira a forte sensação de que “*O Brasil foi descoberto em São Bernardo do Campo*”. FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Ed. FPA/Argos, 2005.

² SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PT. *Cartilha O que é o PT*. São Paulo, 1991.

³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Boletim Nacional*, nº 51, 1990. p. 431-432.

⁴ FEVEREIRO, José Luís. 1º Congresso – Balanço de uma disputa. *Teoria e Debate*, nº 18, 30/07/1992.

⁵ *Teoria e Debate* é uma revista do Partido dos Trabalhadores cujo primeiro número foi lançado em 1987. Antecipando-se ao período pré-congressual do PT (1991), a publicação cumpriu um importante papel de estímulo à reflexão e ao debate, ultrapassando inclusive as fronteiras partidárias. T&D publicou divergentes concepções sobre a temática do socialismo e das estratégias para a transformação do Brasil, envolvendo assuntos como o marxismo, o socialismo, as experiências do leste europeu e da URSS, a revolução e o Estado cubano, a questão do mercado e da democracia, o papel do indivíduo no projeto revolucionário, a articulação entre socialismo e poder local.

⁶ REIS, Daniel Aarão. Um mundo de ponta cabeça. *Teoria e Debate*, nº 8, out./nov./dez. 1989.

⁷ Ibid.

⁸ FORNAZIERI, Aldo. Limites da estratégia. *Teoria e Debate*, nº 13, 1991.

⁹ GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via. A social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, nº 12, 1990.

¹⁰ GORENDER, Jacob. A revolução de outubro: revolução ou golpe de Estado? In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994. p. 44.

¹¹ MULLER, Wilson. Tradição/contradição – o pior cego é que não quer ver. *Teoria e Debate*, nº 12, 1990.

¹² 1917-1987. *Socialismo em debate*. São Paulo: Instituto Cajamar, p. 24, 1988.

¹³ FRANCO, Augusto de. Muito o que (des)fazer. *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

¹⁴ TRAGTENBERG, Maurício. Reunificação Alemã. Passado que não Passa. *Teoria e Debate*, nº 13, 1991.

¹⁵ Teses sobre socialismo. Pré-Tese nº 5. In: *Jornal do Congresso do PT*, nº 2, junho de 1991. p. 14.

¹⁶ EDITORIAL. Duas palavras de (des)ordem. *Teoria e Debate*, nº 1, 1987.

¹⁷ CAPISTRANO FILHO, David; FAVRE, Luís. Duas maneiras de ver (e criticar) a “glasnost” e a “perestroika” soviéticas. *Teoria e Debate*, nº 2, 1988.

¹⁸ O termo *Nomenklatura* foi amplamente empregado no jargão político até o fim dos anos oitenta para designar a emergência de uma burocracia dirigente nos países socialistas de tipo soviético, que gozavam de enormes privilégios devido à ocupação de cargos fundamentais na estrutura do Estado. Para alguns autores, esse grupo expressava a conformação de uma nova classe dominante e de um novo modo de produção em tais sociedades (FERNANDES, 2000, p. 108).

¹⁹ MACHADO, João. Pela tradição marxista. *Teoria e Debate*, nº 10, p. 15, 1990.

²⁰ AZEVEDO, Ricardo. Qual é a tua, Convergência? Entrevista Valério Arcary. *Teoria e Debate*, nº 10, 1990.

²¹ AZEVEDO, Op. cit.

²² CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. *Teses sobre a situação política mundial*, p. 2, 1990.

²³ MULLER, Op. cit.

²⁴ Ibid. O Novo Fórum era um agrupamento político que aglutinava várias forças de esquerda da antiga Alemanha Oriental. No turbulento processo que resultou na famosa queda do muro de Berlim, em 1989, eles adotaram uma plataforma de renovação do socialismo e uma postura crítica em relação à reunificação alemã. Apesar do sucesso inicial, suas proposições perderam força para grupos que defenderam um programa de reunificação e de restauração do capitalismo na RFA.

²⁵ GORENDER, Jacob. Testemunha Ocular. In: *Teoria e Debate*, São Paulo, n° 16, out./nov./dez. 1991.

²⁶ Ver: Revolução Derruba Ditadura Stalinista. *Convergência Socialista*, n° 305, p. 1, 6 e 7 e Abaixo os planos de restauração de Yeltsin. Os desafios e perigos da revolução soviética. *Convergência Socialista*, n° 306, p. 1.

²⁷ SEPPO, David. Golpe conservador, golpe liberal. Por que agora? *Em Tempo*. n° 253, p. 9, 1991.

²⁸ GARCIA, Op. cit., 1992, n° 18.

²⁹ Ibid.

³⁰ GARCIA, Op. cit., 1990, n° 12, p. 38.

Referências

FERNANDES, Luís. *O Enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Ed. FPA/Argos, 2005.

GORENDER, Jacob. A revolução de outubro: revolução ou golpe de Estado? In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA et alii. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964...* Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.

Recebido em: 28/10/2012.

Aprovado em: 01/07/2013.

A Reestruturação do Setor Público Estatal Brasileiro rumo às Privatizações dos anos 1990

Monica Piccolo Almeida*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal analisar os mecanismos que desencadearam a profunda crise das Empresas Estatais (EES) brasileiras ao longo dos anos 1980 abrindo espaço, assim, para o fortalecimento do projeto privatista implementado com grande força nos anos 1990. Parte-se da hipótese central que os principais argumentos privatistas capitaneados na década 1990 não se sustentam empiricamente. Assim, o quadro de falência econômica das EEs teria sido lentamente gestado a partir da política econômica posta em vigor nos anos 1970, principalmente a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974. Para a operacionalização da hipótese aqui construída, serão investigados os principais marcos jurídicos do projeto privatista implementados ainda durante a Ditadura Empresarial Militar, os relatórios do Conselho Federal de Desestatização e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), principal gestor do programa de desestatização.

Palavras-chave: Privatização. Empresas Estatais. Política Econômica.

* Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Maranhão. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). O artigo apresentado faz parte do projeto *Governo Collor e a Consolidação do Neoliberalismo no Brasil (1989-1992)* financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: monica.piccolo@uol.com.br.

Introdução

O texto que agora se inicia ocupar-se-á da trajetória da política econômica brasileira implementada ao longo dos anos 1970 e 1980 que abriu o caminho para a elaboração e execução da agenda neoliberal nos anos noventa do século passado. A hipótese central aqui postulada repousa na defesa da fragilidade empírica do principal argumento que sustentou o discurso privatista: a situação de crise das Empresas Estatais como fruto de sua inoperância administrativa, da incompetência de sua burocracia e da sangria que promovia nos cofres públicos.

Sustenta-se aqui que o quadro de crise das Empresas Estatais nos anos 1990 encontra-se diretamente relacionado às diretrizes da política econômica das duas décadas anteriores. Como corolário da opção pela execução de políticas pouco realistas de preços dos produtos e da utilização dessas empresas estatais não só como captadoras de créditos externos, mas também como elementos fundamentais de contenção da inflação, desencadeou-se um intenso processo de descapitalização das Empresas Estatais.

A Reestruturação do Setor Público Estatal

Os momentos finais da Ditadura Empresarial Militar¹ foram assolados não só pelas questões em torno da transição política, como também, e principalmente, pelos embates em torno da condução da política econômica. Ao cenário de aprovação da anistia², somaram-se as tentativas governamentais de reeditar o sucesso econômico da época do “milagre³” (1968-1973) como forma de sustentar politicamente o processo de abertura. A revogação dos atos institucionais, incluindo o mais discricionário entre eles, o Ato Institucional nº 5⁴ retirou do governo um de seus principais instrumentos de poder. Assim, diferentemente de outros momentos da Ditadura Empresarial Militar, em que as medidas de uma política econômica extremamente recessiva⁵ foram sustentadas pela liberdade conferida ao governo e à equipe econômica pelos poderes arbitrários garantidos pelos Atos Institucionais, os

membros do Governo Figueiredo tiveram que lidar com os novos canais de participação da sociedade civil e com o fortalecimento político dos partidos de oposição. As medidas recessivas, por exemplo, no que se referem à política salarial, não mais poderiam ser impostas sem que vozes de oposição fossem ouvidas. No contexto de liberalização da censura e da abertura política, explodem as combativas greves do sindicalismo do ABC paulista, já nos primeiros momentos do governo Figueiredo. Entre janeiro e outubro de 1979, mais de 400 greves eclodiram nas grandes cidades. Os conflitos trabalhistas, assim, assumiram grande proporção.

Nessa conjuntura de efervescência social e de acentuados embates políticos, a composição do Ministério do governo Figueiredo foi marcada pela tentativa de reedição da prosperidade anterior: duas de suas mais importantes figuras eram egressas do Governo Geisel. O novo Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, havia sido, na gestão anterior, Ministro da Fazenda; Karlos Rischbieter, agora na pasta da Fazenda, havia sido, no período entre fevereiro de 1977 e março de 1979, Presidente do Banco do Brasil. A mais destacada continuidade, entretanto, concentra-se na figura de Delfim Neto, o czar da economia brasileira durante o período de 1967 e 1974. Embora tenha assumido como Ministro da Agricultura, o poder político que possuía em função não só de sua presença nos governos militares anteriores e, principalmente, o papel que desempenhou na condução da economia brasileira durante o “milagre”, representavam uma possibilidade de constante contraponto ao projeto econômico defendido por Simonsen, centrado nas reformas de caráter recessivo.

A necessidade e urgência do pacote de medidas recessivas, na perspectiva do Ministro de Planejamento, fortaleceram-se com as mudanças no cenário econômico internacional desencadeadas pelo segundo choque de petróleo (1979), responsável pela duplicação dos preços do petróleo e, principalmente, pela elevação dos juros internacionais que promoveu o aumento exponencial dos custos da dívida externa brasileira. Ao aumento dos juros, seguiu-se, também, a maior dificuldade de acesso ao fluxo internacional de capital. Os credores, a partir de então, não estavam mais dispostos a liberar pesadas quantias de investimentos sem a exigência de ajustes nos custos internos a curto

prazo. Assim, para Simonsen, estava construído o pano de fundo que justificaria e tornava necessário o pacote de medidas recessivas, único caminho possível para garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos. O recém-empossado governo, entretanto, não estava disposto a arcar com os custos políticos de tais medidas. As críticas ao pacote recessivo vieram de todos os lados: os empresários debatiam-se contra a elevação dos custos do financiamento; os trabalhadores opunham-se às perdas salariais; as Empresas Estatais faziam campanha contra os baixos níveis de investimento. No primeiro escalão do governo, o Ministro da Fazenda não apoiava a proposta de Simonsen. Mais do que tudo, havia a figura do Ministro da Agricultura que alardeava, para quem quisesse ouvir, que havia uma alternativa à política recessiva. Acabou prevalecendo a tentativa de recuperar as bases do “milagre econômico”. Menos de cinco meses depois de sua posse, Simonsen entrega a pasta do Planejamento. Estava aberto o caminho para o retorno do czar da economia. A política recessiva cedeu lugar, pelo menos em um primeiro momento, à política do “crescimento a qualquer custo”.

O processo de “reestruturação do setor público” teve início em julho de 1979, com a instituição do Programa Nacional de Desburocratização (Decreto nº 83.740/79) e da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST). Destinado a dinamizar e simplificar o funcionamento da Administração Pública Federal (art. 1º.), o Programa ficou sob direção do Presidente da República com a assistência do Ministro Extraordinário, Helio Beltrão – que havia ocupado o cargo de Ministro do Planejamento durante o Governo Costa e Silva –, a quem coube orientar e coordenar sua execução (art. 2º.).

O Programa Nacional de Desburocratização (PND), partindo do diagnóstico de ineficiência dos serviços públicos, propunha-se a “contribuir para a melhoria do atendimento dos usuários” (art. 3º.). Ao mesmo tempo, o Governo passa a publicizar o discurso de gigantismo do Estado e do peso da intervenção estatal sobre as atividades que deveriam estar sob o controle da iniciativa privada. Assim sendo, propõe-se a “[...] reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária, mediante a descentralização das

decisões, a simplificação do trabalho administrativo e a eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco” (art. 3º. ‘b).

Ainda nessa mesma perspectiva de redução da intervenção estatal e de dinamização da iniciativa privada, o PND também se propunha a “[...] fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado” (art. 3º. ‘f).

Nesse redimensionamento do peso e do tamanho do Estado defendido a partir de então, apresentam-se três questões de extrema relevância que ao longo dos anos noventa assumiram papel central na agenda pública: a parceria público-privado; a redução das empresas estatais e, principalmente, a transferência do controle dessas empresas para o setor privado. Assim sendo, o Programa pretendia “[...] impedir o crescimento desnecessário da máquina administrativa federal, mediante o estímulo à execução indireta, utilizando-se, sempre que praticável, o contrato com empresas privadas capacitadas e o convênio com órgãos estaduais e municipais”. Ao mesmo tempo, “[...] velar pelo cumprimento da política de contenção da criação indiscriminada de empresas públicas, promovendo o equacionamento dos casos em que for possível e recomendável a transferência do controle para o setor privado, respeitada a orientação do Governo na matéria” (art. 3º.).

No início do Governo Figueiredo, todavia, as críticas à atuação das Empresas Estatais eram diferentes daquelas que se constituíram posteriormente. O ponto em discussão não era, naquele momento, o questionamento da eficiência do setor público produtivo. O principal objetivo da legislação que começava a se impor era o de regulamentar a desaceleração da expansão do setor produtivo estatal, uma vez que as empresas estatais eram consideradas como fora de controle das autoridades federais (PINHEIRO, 1991, p.13).

Dois anos após a edição do decreto nº 83.740, o governo edita novos decretos e, agora, já em defesa aberta e detalhada do processo de privatização. O decreto nº 86.215, de quinze de julho

de 1981, “[...] fixa normas para a transferência, transformação e desativação de empresas sob o controle do Governo Federal”. Esse é, sem sombra de dúvida, o primeiro instrumento legal de normatização das privatizações no Brasil.

Os principais argumentos em defesa da privatização que estarão presentes nos dispositivos legais dos demais governos brasileiros têm aqui seu ponto de origem. Em primeiro lugar, o Governo transfere à iniciativa privada a organização e exploração das atividades econômicas. Os objetivos dos agentes que então controlavam as principais agências estatais passam a ser o fortalecimento do sistema de livre empresa e a consolidação da grande empresa privada nacional. As empresas estatais não só devem ter seu crescimento controlado, mas, quando recomendável, a própria transferência do seu controle para o setor privado. O propósito passa a ser, então, promover a privatização do controle das Empresas Estatais.

A despeito da estrutura legal que começa a ser então construída pelo decreto nº 86.215, ainda era muito lento o ritmo em que o processo de privatização vinha ocorrendo. A principal justificativa apresentada era a dificuldade de estabelecer não só os critérios de enquadramento das empresas como também de seus mecanismos e procedimentos de transferência, transformação ou desativação. Assim sendo, para agilizar o processo de privatização, fora estabelecido o prazo de sessenta dias para que o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da República, Delfim Neto, o Ministro da Fazenda, Ernani Galvêas, e o Ministro Extraordinário para a Desburocratização, Hélio Beltrão,

[...] elaborassem a relação das empresas privadas que, tendo sido criadas pelo setor privado, passaram ulteriormente para o controle direto ou indireto da União, em decorrência de inadimplência de obrigações, excussão de garantia ou situações jurídicas semelhantes (art. 3º. § I).

Nos anos 1980, estariam enquadradas entre as empresas passíveis de privatização aquelas instituídas pelo Poder Público que tivessem correlatas no setor privado e nacional em condições suficientemente desenvolvidas para exercer as atividades (art. 3º. § II). Ou ainda, as subsidiárias das empresas instituídas ou controladas diretamente ou indiretamente pela União, cuja existência não seja indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora que viesse incorrendo “em desnecessária ou injusta competição com as empresas privadas nacionais” (art. 3º. § III).

Para conduzir o processo de privatização, foi criada a Comissão Especial de Desestatização. Foram assim identificadas cento e quarenta empresas estatais prontas para serem privatizadas a curto prazo. Dessas, cinquenta foram inicialmente listadas para venda (PINHEIRO, 1991 p. 14). Entretanto, apenas vinte empresas seriam vendidas a agentes privados, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 - Privatizações no Período 1981/84 - Venda de Controle Acionário ou Ativo
(Em US\$ 1000)

Empresa	Setor	Controlador	Data de Transferência	Total de Empregados	Comprador	Valor Venda
1. Cia Química do Recôncavo	Química	PETROQUISA	Nov. 1981	238	Salgema Ind. Química	5.061,15
2. Cia. América Fabril	Têxtil	BNDESPAR	Nov. 1981	ND	Sistema Cataguazes Leopoldina por meio da Multitextil S/A	28.756,97
3. Riocell Administ. S/A. (holding) 4. Riocell (Trade GMBH) 5. Rio Grande Cia.de Celulose do Sul 6. Florestal Riocell	Celulose	BNDESPAR	Marco 1982	ND	KJV articulações S/A – Sociedade constituída pelos grupos Klabin, Lochepe e Votorantim	77.542,18
7. Fábrica de Tecidos Dona Isabel	Têxtil	BACEN	Julho 1982	ND	Cia. Fluminense de Tecidos	16.879,60
8. Método Org. Plan. e Adm. de Sistemas Empresariais Ltda.	Consultoria	DATAMEC	Junho 1982	361	Carlos Cintra Moura Carvalho	114,65
9. Ind. Brasileira de Papel	Papel	GOVERNO FEDERAL	Agosto 1982	401	Bamerindus – Empresas Florestais	3.245,29
10. Cia. P enambucana de Borracha Sintética – Coperbo	Borracha	PETROQUISA	Dez. 1982	1033	NORQUISA, CONEPAR e MATANOR	24.771,57

11. Óleos de Palma S/A – Agro Ind. Opalma	Óleos Vegetais	C.S.N.	Março 1983	550	Usina Paranaguá	3.055,46
12. Federal de Seguros S.A.	Seguros	IAPAS	Abril 1983	831	Carmo Indústria e Comércio Ltda.	7.107,34
13. Nitriplex S/A – Indústria e Comércio	Química	PETROQUISA	Abril 1983	283	ITAP S/A Embalagens (30%)	5.371,83
14. Cia. Brás. de Cimento Portland Perus 15. E.F. Pirapora	Cimento	GOVERNO FEDERAL	Abril 1983	637	Arrendatário Sérgio S. Chohfu	15.879,40
16. Força e Luz Criciúma S.A.	Energia	CARB. PROSP	Mai 1982	89	CEESC S/A	2.075,96
17. Livr. José Olympio Editora 18. Encine Audiovisual 19. Sidacta	Editora	BNDES	Abril 1984	396	Henrique Sergio Gregori	281,21
20. Fiação e Tecelagem Lutfala	Têxtil	BNDES	1984	45	Grupo Carettoni	2,00
Subtotal (1981/1984)				4864		190.038,59

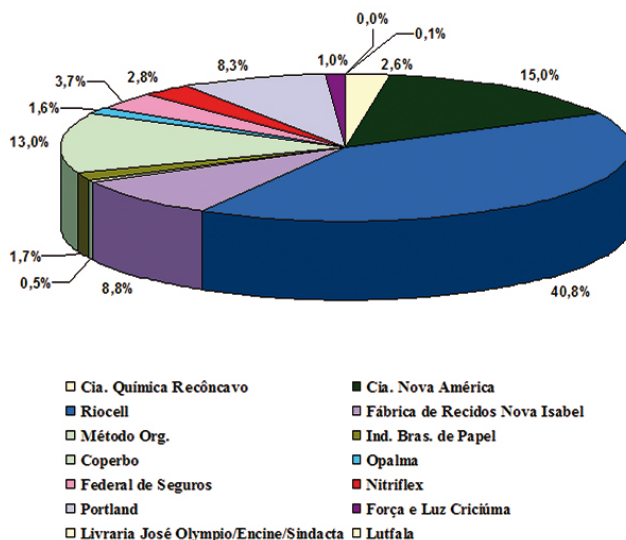
Fonte: Conselho Federal de Desestatização. Relatório (1981-84) Anexo A e B

Nd: Não disponível

As vinte empresas privatizadas encontravam-se nos setores de papel e celulose (Rio Grande Cia. de Celulose do Sul, Florestal Rio Cell, Indústria Brasileira de Papel – Indrapel), têxtil (Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos Dona Isabel, Fiação e Tecelagem Lutfala), siderurgia (Nitriflex S/A – Indústria e Comércio, Cia. Bras. de Cimento Portland Perus), energético (Força e Luz Criciúma S.A) e audiovisual (Encine Audiovisual). Constatam também uma editora (José Olympio) e uma empresa de sistemas educacionais (Sindacta).

Os controladores das empresas privatizadas, além do Governo Federal, eram o Banco Central, o BNDES, a BNDESPAR (subsidiária do BNDES), a Petroquisa e a CSN. Em sua grande maioria, eram empresas de médio porte, sendo que apenas quatro delas possuíam mais de quinhentos empregados (Coperbo, Óleos Palma, Federal de Seguros e a Cia. Bras. de Cimento Portland).

Gráfico 1 - Valor de venda de cada empresa no total das privatizações realizadas entre 1981 e 1984 (Em %)



Fonte: Conselho Federal de Desestatização. Relatório (1981-84) Anexo A e B. Elaboração Própria.

Dos processos de venda das empresas estatais no período 1981-1984, a transação de maior vulto foi realizada com a privatização das empresas Riocell, Rio Grande Cia. de Celulose do Sul e da Florestal Rio Cell, compradas, conjuntamente, pela KJV participações, sociedade constituída pelos grupos Klabin, Lochepe e Votorantin. Dos US\$ 190.038,50 arrecadados com a venda de todas as empresas, 40% foram oriundos dessa única transação, o que demonstra a força econômica da sociedade constituída pela Klabin, Lochepe e Votorantim.

Os valores de venda das demais empresas ficaram muito abaixo daquele da Riocell. Os dois mais elevados foram obtidos na Cia. Nova América Fabril (14%) e na Coperbo (13%), ambas adquiridas por outras empresas.

Além da importância que os grupos Klabin, Lochepe e Votorantim tiveram nas privatizações desse período, outra participação merece ser destacada: a compra da Indústria Brasileira de Papel, pelo Banco Bamerindus. Embora o valor de venda tenha sido um dos mais baixos (apenas 2% do montante das vendas para uma empresa de 401 empregados), sobressai-se a inserção direta do capital bancário nas privatizações em um processo ainda marcado pela incorporação das empresas vendidas em sua maioria para instituições do mesmo ramo.

A grande especificidade deste projeto de privatização em relação ao estabelecido posteriormente⁶ reside no fato de que, durante o Governo Figueiredo, a política de privatização não deveria alcançar nem enfraquecer as empresas públicas cujo controle o Governo considerasse intransferível. Ainda inserido na Doutrina de Segurança Nacional, deveriam ser excluídas do processo de privatização as empresas que fossem fundamentais para a viabilização não só do fortalecimento do setor privado como também para o controle nacional do processo de desenvolvimento. Assim sendo, não estavam incluídas nos dispositivos do decreto nº. 86.215 as empresas incumbidas de atividades diretamente ligadas à segurança nacional – cujo critério seria definido pelo próprio Presidente da República –, e aquelas sujeitas ao regime legal de monopólio estatal. Ou seja,

[...] as empresas responsáveis pela operação da infraestrutura econômica ou social básica ou produtoras de insumos de importância estratégica, cujo controle o Estado foi levado a assumir para viabilizar o desenvolvimento do setor privado, e não para com ele competir (art. 4º. § III).

Excluídas também encontravam-se “[...] as empresas instituídas com o objetivo de manter o controle nacional do processo de desenvolvimento ou evitar a desnacionalização de setores básicos da economia” (art. 4º. § IV).

Constitui-se em preocupação, também, o estabelecimento de critérios básicos que deveriam nortear o processo de privatização. Em primeiro lugar, uma ampla divulgação da operação de transferência como forma de assegurar o conhecimento público das condições em que se processaria a transferência, bem como a situação econômica, financeira e operacional da empresa a ser privatizada (art. 5º. § I).

A defesa do nacionalismo fica explícita quando da restrição dos adquirentes das empresas que seriam privatizadas a brasileiros ou a empresas ou grupos empresariais sob controle nacional (art. 5º. § II). Além disso, seria estabelecido, mediante compromisso irrevogável, que os adquirentes obrigavam-se a “[...] manter sob controle nacional o capital e a administração das empresas adquiridas” (art. 5º. § III).

Em relação às Empresas Estatais, deveriam ser desativadas aquelas cuja manutenção sob controle estatal fosse considerado inviável do ponto de vista legal, econômico e administrativo, que, principalmente, não despertassem o interesse do setor privado em sua aquisição (art. 7º). Aquelas que desempenhassem funções concorrenciais com o setor privado e que também não despertassem interesse, não poderiam mais expandir suas atividades e seus investimentos seriam limitados às necessidades básicas de sua viabilização econômica (art. 8º).

Pelo que foi apresentado até aqui acerca da legislação que regulamentou os primeiros passos do programa de privatização no Brasil, havia importantes obstáculos que impediram o efetivo avanço da privatização das Empresas Estatais ainda durante a gestão do General Figueiredo.

Os decretos supramencionados ainda refletiam, pesadamente, uma concepção de atuação estatal marcada pela Doutrina de Segurança Nacional e pela defesa do nacionalismo. No período entre 1974 e 1982, várias empresas que passavam por dificuldades financeiras, ou não foram capazes de pagar os financiamentos que obtiveram, e/ou honrar avais e fianças concedidos, passaram ao controle do Sistema BNDES.

Quadro 2 - Empresas absorvidas pelo Sistema BNDES (1974-1982)

Empresas	Setor de Atividade	Porte Econômico	UF	Ano da Estatização
Caraíba Metais S.A.	Mineração e Metalurgia do Cobre	Grande Empresa	BA	1974
Celpag - Cia. Guatapar de Papel e Celulose	Papel e Celulose	Grande Empresa	SP	1981
CCB – Cia. de Celulose da Bahia	Papel e Celulose	Grande Empresa	BA	1978
CBC – Cia. Brasileira do Cobre	Mineração	Média Empresa	RS	1974
Cia. Nacional de Tecido Nova América	Têxtil	Grande Empresa	RJ	1985
Cosinor – Cia. Siderúrgica do Nordeste	Siderurgia	Grande Empresa	PE	1982
Mafersa S.A.	Bens de Capital	Grande Empresa	SP	1984
Máquinas Piratininga S.A.	Bens de Capital	Pequena Empresa	SP	1982
Máquinas Piratininga do Nordeste S.A	Bens de Capital	Pequena Empresa	PE	1982
Sibra – Eletrosiderrgica Brasileira S.A	Ferro-Ligas	Grande Empresa	BA	1982

Fonte: BNDES: Privatização – A Experiência da BNDESPAR (1987-1989), 1992.

Das empresas absorvidas pelo sistema BNDES no período entre 1974 e 1982, duas eram no ramo de papel e celulose (CELPAG e CCB), duas mineradoras (Caraíba Metais e CBC), uma do setor têxtil (Nova América), uma siderúrgica (Cosinor), três de bens de capital (Mafersa, Máquinas Piratininga e Máquina Piratininga do Nordeste) e uma de ferro-ligas (SIBRA). A maioria delas constituía-se em grandes empresas e se concentravam em apenas cinco estados (três na Bahia, três em São Paulo, duas em Pernambuco, uma no Rio Grande do Sul e uma no Rio de Janeiro).

Tais empresas foram posteriormente incluídas no programa de privatização. Durante o Governo Sarney, foram privatizadas a CELPAG, a CCB, a CBBC, a Nova América, a Máquinas Piratininga e a SIBRA. Durante o Governo Collor, a COSINOR e a MAFERSA. Por fim, durante o governo de Fernando Henrique, deu-se a privatização da Caraíba Metais.

O sistema BNDES acumulou, ainda, expressiva participação em algumas empresas, através de ações ou de créditos detidos, o que implicou, a maioria das vezes, responsabilidades ajustadas por acordo de acionistas. Caracterizava-se, assim, como uma participação de controle compartilhado. Essas empresas encontram-se descriminadas no quadro a seguir.

Quadro 3 - Empresas não controladas com grande envolvimento com o Sistema BNDES

Empresas	Setor de Atividade	Porte Econômico	UF	Participação Acionária
Aracruz Celulose S.A.	Papel e Celulose	Grande Empresa	ES	Controle compartilhado entre a BNDESPAR e outros grupos, regulado através de Acordo de Acionistas
Cimetal Siderurgia S.A.	Siderurgia	Grande Empresa	MG	Controle compartilhado entre o BNDES e o BDMG

Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.	Informática	Grande Empresa	RJ	Controle compartilhado entre o BNDES, a CEF e o Banco do Brasil
CRN – Cia. Riograndense de Nitrogenados	Energético	Média Empresa	RS	Controle compartilhado entre BNDESPAR, Petrofertil e o Estado do Rio Grande do Sul.
Siderúrgica N.S. Aparecida S.A.	Siderurgia	Média Empresa	SP	Embora não detivesse o controle da Companhia, o Sistema BNDES possuía responsabilidades que o identificavam quase como acionista controlador (detentor de 55% do capital total, 38,4% do capital votante e 80% do endividamento da empresa)
Usiminas Mecânica S.A – Usimec	Bens de Capital	Média Empresa	MG	Controle assumido pelo BNDES por ocasião da cisão da Usiminas

Fonte: BNDES: Privatização – A Experiência da BNDESPAR (1987-1989), 1992

A participação do sistema BNDES em empresas que não estavam totalmente sob seu controle já aponta para uma característica importante da ação estatal dos anos noventa: a parceria público-privado. Das seis empresas em que houve a sua participação, em uma delas o BNDES compartilhou o controle acionário com o capital privado: na Cimental Siderurgia, com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Nesse período, todavia, ainda predominava o capital do setor produtivo estatal. Assim, a participação acionária foi compartilhada com a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, outras Empresas Estatais e governos estaduais.

A partir de 1982, a BNDESPAR acabou por se envolver na administração das empresas que se tornaram suas controladas, seja diretamente através de suas próprias operações com essas empresas, seja através daquelas absorvidas pelo BNDES, as quais foram posteriormente transferidas ao controle de sua subsidiária (BNDES, 1992). Já pós-1987, a BNDESPAR, BNDES Participações S.A., subsidiária do BNDES⁷, voltou sua atenção no sentido de devolver à iniciativa privada as empresas que se encontravam sob controle acionário do Sistema BNDES. Assim sendo, a Aracruz Celulose, a Cimental, e a Siderúrgica Nossa Senhora da Aparecida foram privatizadas durante o governo Sarney. A USIMINAS, durante o governo Collor.

O terceiro marco jurídico do processo de privatização no Brasil data do Governo Sarney. O decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985, dispôs sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo Federal e estipulou que “[...] compreenderá indistintamente a abertura do capital social, alienação de participações acionárias e desativação dessas empresas” (art. 1º.).

Apesar da pouca efetividade prática das iniciativas legais do Governo Figueiredo, nas duas mais importantes determinações do decreto de 1985, foram mantidas integralmente as disposições dos decretos anteriores. Assim sendo, estariam aptas a inserirem-se no programa de privatização as empresas que foram criadas pelo setor privado e que, em decorrência de obrigações ou execução de garantias, passaram para o controle direto ou indireto do Governo Federal (art. 3º. § I) e cujas atividades pudessem ser exercidas pelo setor privado (art. 3º. § II). Enquadravam-se também aquelas empresas cujas subsidiárias não fossem indispensáveis à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora e importassem em injusta ou desnecessária competição com as empresas privadas (art. 3º. § III).

Destarte, apesar da dimensão restrita do projeto privatista do Governo Figueiredo, os dispositivos legais então instituídos e, principalmente, as (des)orientações da política econômica, constituíram-se em passos importantes para o fortalecimento do projeto privatista a ser implementado pelos governos posteriores.

A Estatização da Dívida Externa e a Crise nas Empresas Estatais

Os principais defensores da agenda neoliberal argumentavam que a irracionalidade administrativa das Empresas Estatais brasileiras, a corrupção endêmica, aliada à sangria que seu custeio gerava nos cofres públicos, justificariam o projeto de privatização. No entanto, a hipótese que aqui está sendo defendida é que o quadro de profunda crise apresentado por tais empresas nos anos noventa tem suas origens nas estratégias governamentais implementadas desde meados da década de sessenta, principalmente a partir de 1974.

Como eixos da estratégia apresentada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1974, encontravam-se o desenvolvimento dos setores de base (bens de capital, indústria eletrônica de base e da área de insumos básicos, tais como siderúrgicos, fertilizantes, papel, celulose, cimento, enxofre), a abertura de novos campos para a exportação de manufaturados, o impulso ao desenvolvimento da indústria de alimentos e a atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial. No centro de tais metas, encontravam-se as Empresas Estatais, consideradas os agentes fortalecedores do capital nacional e da indústria de bens de capital. Deveriam atuar principalmente em áreas onde o capital privado não se envolveria em função tanto da magnitude dos recursos exigidos quanto ao longo tempo necessário para retorno do investimento (CAMPOS, 1990, p. 49).

Segundo Biasoto Jr. (1987), podem ser identificadas três vertentes no processo de estatização da dívida externa brasileira: a crescente participação das entidades públicas na captação de recursos externos, a transferência da dívida externa (originalmente captada pelo setor privado) às autoridades monetárias e a forma de negociação da dívida externa que transformou, a partir de 1983, o Banco Central em depositário de expressiva parcela de recursos externos.

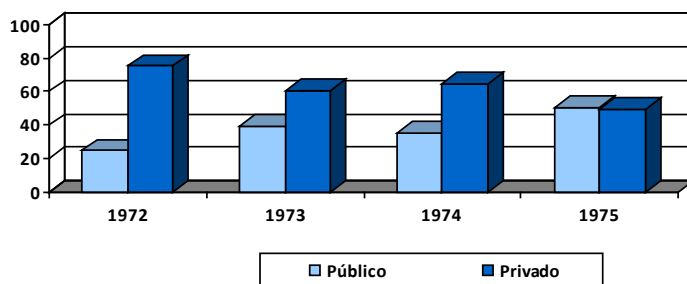
O progressivo processo de estatização da dívida externa brasileira pode ser claramente visualizado nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Empréstimos em moeda (lei n°. 4.331) e estrutura dos ingressos brutos anuais segundo a propriedade de capital tomador (1972-1975)

Descrição	1972		1973		1974		1975	
	US\$ 106	%	US\$ 106	%	US\$ 106	%	US\$ 106	%
Público	632,1	24,9	1.130,9	39,7	1.098,0	35,3	1.900,9	50,4
Privado	1.874,4	75,1	1.718,3	60,3	2.011,5	64,7	1.872,1	49,6
Total	2.497,5	100,0	2.849,2	100,0	3.109,5	100,0	3.773,0	100,0

Fonte: Dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro do Capital Estrangeiro. FIRCE do Banco Central do Brasil. In: DAVIDORF CRUZ, (1982). Apud, CAMPOS, 1990, p. 56.

**Gráfico 2 - Empréstimos em moeda (lei nº. 4.331)
e estrutura dos ingressos brutos anuais segundo
a propriedade de capital tomador (1972-1975)**



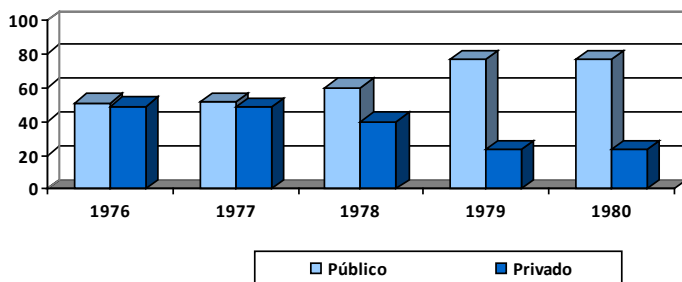
Fonte: Dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro do Capital Estrangeiro. FIRCE do Banco Central do Brasil. In: DAVIDORF CRUZ (1982). Apud, CAMPOS, 1990, p. 56. Elaboração Própria.

Tabela 2 - Empréstimos em moeda (lei 4.331) estrutura dos ingressos brutos anuais segundo a propriedade de capital tomador (1976-1980)

Descrição	1976		1977		1978		1979		1980	
	US\$ 106	%	US\$ 106	%	US\$ 106	%	US\$ 106	%	US\$ 106	%
Público	1953,3	51,1	2500,5	51,5	5317,4	60,2	6642,9	76,8	3687	76,6
Privado	1872,7	48,9	2356,9	48,5	3511,5	39,8	2007,4	23,2	1124,1	23,4
Total	3826	100	4857,4	100	8828,9	100	8650,3	100	4811,1	100

Fonte: Dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro do Capital Estrangeiro. FIRCE do Banco Central do Brasil. In: DAVIDORF CRUZ, (1982). Apud, CAMPOS, 1990, p. 56.

Gráfico 3 - Empréstimos em moeda (lei 4.331) estrutura dos ingressos brutos anuais segundo a propriedade de capital tomador (1976-1980)



Fonte: Dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro do Capital Estrangeiro. FIRCE do Banco Central do Brasil. In: DAVIDORF CRUZ (1982), Apud, CAMPOS, 1990, p. 56. Elaboração Própria.

A trajetória do processo de estatização da dívida externa brasileira – que em muito contribuiu para a crise das Empresas Estatais nos anos 1980 –, pode ser claramente visualizado através dos dados apresentados nas tabelas 1 e 2 e nos gráficos 2 e 3. O setor privado, que em 1972 era responsável por 75,1% dos ingressos de capital estrangeiro no país, chega ao ano de 1980 sendo responsável por apenas 23,4%. Durante esse período, foi somente entre os anos de 1973 e 1974 que ocorreu um ligeiro crescimento desse percentual. No auge do “milagre econômico”, o setor privado ainda era responsável por 64,7% dos recursos captados no exterior. Em todos os demais anos abarcados pelos gráficos e tabelas (de 1972 a 1980), a participação do setor privado só foi sendo reduzida. Seguindo a trajetória diametralmente oposta, a participação do setor público cresceu a cada ano. Se em 1972 era responsável por apenas 24,9% do total dos empréstimos em moeda que ingressaram no país, o setor público chegou ao ano de 1980 contabilizando 76,6%.

Nesse processo de estatização da dívida externa, Adriana Fiorotti Cardoso (1990) identifica dois momentos distintos. Uma etapa inicial, entre 1973 e 1979, marcada pelo crescente peso do setor público, principalmente das estatais, nas contratações anuais

de novos empréstimos externos. Nesse momento, houve a implementação de dois mecanismos governamentais que em muito foram os responsáveis pela crise das Empresas Estatais na década de 1980. Em primeiro lugar, os preços e tarifas públicas foram utilizados como instrumentos de combate à inflação. Além disso, atuaram também como mecanismo de concessão de subsídios ao setor privado, via mudança dos preços relativos. Esses mecanismos inviabilizaram o autofinanciamento das Estatais. Nesse processo, houve um reforço financeiro do BNDE, sob a forma de crédito subsidiado, para os capitais privados.

Em uma segunda etapa, entre 1979 e meados da década seguinte, a estatização da dívida e o favorecimento do setor privado foram ainda mais além. No centro desse processo encontrava-se o Banco Central com suas novas atribuições: defesa contra o risco cambial; principal tomador de empréstimos junto aos bancos internacionais à disposição do setor privado (DRME⁸) e receptor das dívidas ainda a vencer contratadas originalmente pelo setor privado.

Na análise do processo de estatização da dívida externa brasileira e do papel que nela assumiram as Empresas Estatais, Rogério Furquim Werneck (1986) defende que o ônus do ajuste interno recaiu sobre o setor público. Mais ainda, a crise das Empresas Estatais, vista por muitos como fruto da resistência do setor público em se adequar às novas condições da economia brasileira, acabou por sustentar as propostas de corte de investimento e de gastos correntes em todos os níveis do setor público, inclusive nas Empresas Estatais.

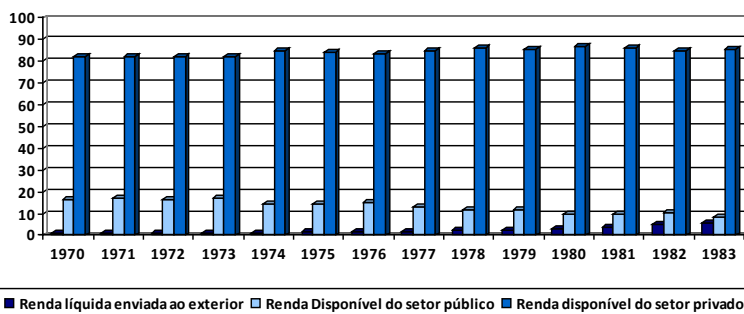
Tabela 3 - Distribuição do PIB – 1970-1983
(valores em percentagem do PIB)

Anos	Renda Líquida enviada ao exterior	Renda disponível do setor público ⁹	Renda disponível do setor privado	PIB
1970	0,94	16,63	82,43	100,00
1971	0,94	16,81	82,25	100,00
1972	0,96	16,64	82,40	100,00
1973	0,92	16,84	82,24	100,00
1974	0,87	14,34	84,78	100,00

1975	1,39	14,43	84,18	100,00
1976	1,53	14,85	83,62	100,00
1977	1,62	13,38	85,01	100,00
1978	2,23	11,59	86,18	100,00
1979	2,58	11,57	85,85	100,00
1980	3,07	10,05	86,88	100,00
1981	3,96	9,97	86,07	100,00
1982	5,10	10,29	84,61	100,00
1983	5,69	8,67	85,64	100,00

Fonte: Contas Nacionais. Apud, Werneck, 1986, p. 557.

Gráfico 4 - Distribuição do PIB – 1970-1983
(valores em percentagem do PIB)



Fonte: Contas Nacionais. Apud, Werneck, 1986, p. 557. Elaboração Própria.

Pelos dados da tabela 3 e do gráfico 4, pode ser percebido que o ônus do ajuste de fato recaiu sobre o setor público. No período 1970-1973, a tendência decrescente da renda disponível deste último não foi contínua. Alternaram-se momentos de aumento e de recuo. Entre os anos 1970 e 1971, o percentual alterou-se positivamente, o que significou a redução da renda disponível do setor privado na mesma proporção. Essa tendência inverteu-se em 1972, embora de forma leve, ficando a renda disponível ao Setor Público reduzida em 0,20%. No ano de 1974, todavia, deu-se a maior variação negativa desde 1970. Ocorreu a redução de mais de 2,5% e o percentual passou de 16,84 para 14,34%. Nos dois anos

seguintes, houve uma pequena alteração positiva desse valor que, entretanto, a partir de 1977, sofreu nova queda brusca. A partir de então, a curva decrescente da renda disponível do setor público só acentuou-se.

Os dados demonstram, dessa forma, o quanto coube ao setor público arcar com os custos do ajuste econômico. Embora tenha havido um crescimento significativo do percentual do PIB enviado ao exterior (que entre 1970 e 1983 passou de 0,94% para 5,69%), a renda disponível do setor privado não foi negativamente alterada. Pelo contrário. Oscilou sempre na casa dos 80%, chegando ao patamar de 85,64% em 1983. A renda disponível do setor público seguiu o caminho diametralmente oposto. Entre 1970 e 1983, foi reduzida à metade. Se em 1970 era de 16,63%, chegou a 1983 com o valor de apenas 8,67%.

A política econômica implementada a partir dos anos setenta, assim, privilegiou o financiamento dos investimentos estatais através de recursos externos, independentemente da real necessidade de divisas envolvida nesses investimentos. A viabilização do balanço de pagamentos deu-se a partir do financiamento dos investimentos do setor público através da captação de recursos externos. Na origem da crise das Empresas Estatais da década de 1980, entretanto, ainda podem ser incluídos o cerceamento do acesso de tais empresas a fontes internas de financiamento e a política de reajuste de preços e tarifas como mecanismo de controle da inflação.

Nesse processo de utilização das Empresas Estatais como elementos captadores de recursos externos, cuja credibilidade era um elemento favorável no momento de contratação dos empréstimos estrangeiros, ocorreu o financiamento do déficit em transações correntes da economia como um todo. Até pelo menos 1980, tal estratégia permitira a expansão do nível de atividades em todos os setores.

O fato de os empréstimos terem sido contraídos primordialmente pelo setor público adveio, inicialmente, da mera decisão de explorar as constatadas vantagens comparativas deste setor na captação e, posteriormente, da decisão de socializar o risco cambial envolvido nos novos empréstimos (WERNECK, 1986, p. 554).

Nesse exercício de demonstração dos efeitos que a orientação da política econômica brasileira teve sobre o Setor Produtivo Estatal, outra variável será agora objeto de análise: os gastos com salários e encargos, bem como as despesas financeiras das empresas não financeiras com participação do governo federal entre 1970 e 1982.

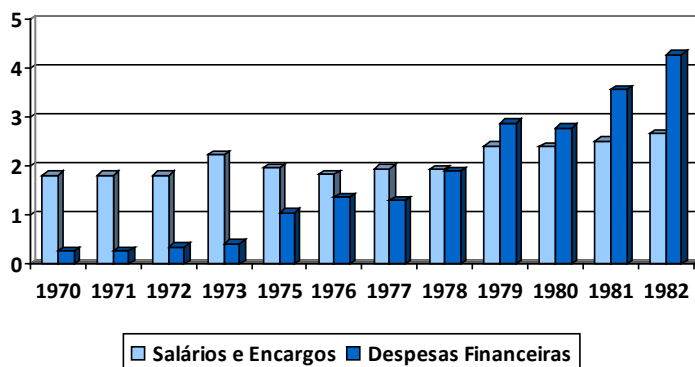
Uma das maiores críticas às Empresas Estatais que nos anos noventa sustentaram e justificaram para muitos o processo de privatização, era seu elevado grau de despesas com salários do funcionalismo público. Os dados da tabela 4 demonstram não só a fragilidade desse argumento como também e, principalmente, clarificam o real significado da ideia aqui defendida de que recaiu sobre o Setor Produtivo Estatal o ônus do ajuste financeiro.

Tabela 4 - Dados agregados de empresas não financeiras com participação do governo federal: 1970-1982
(valores em percentagem do PIB)

Anos	Salários e Encargos	Despesas Financeiras
1970	1,82	0,27
1971	1,82	0,28
1972	1,82	0,35
1973	2,24	0,43
1974	1,89	0,56
1975	1,97	1,05
1976	1,84	1,37
1977	1,95	1,30
1978	1,94	1,90
1979	2,42	2,88
1980	2,40	2,78
1981	2,51	3,57
1982	2,66	4,28

Fonte: Estimada a partir de dados publicados em Costa (1985). Apud, WERNECK, 1986, p. 570

Gráfico 5 - Dados agregados de empresas não financeiras com participação do governo federal: 1970-1982 (valores em percentagem do PIB)



Fonte: Dados estimados a partir de dados publicados em Costa (1985). Apud, WERNECK, 1986, p. 570. Elaboração Própria.

Se houve uma ligeira alteração no percentual gasto pelas Empresas Estatais com salários e encargos no período entre 1970 e 1982, passando de 1,82% do PIB em 1970 para 2,66% em 1982, o mesmo não pode ser dito em relação aos gastos com as despesas financeiras.

Uma vez que a política de captação de recursos estrangeiros explorou a credibilidade do Setor Produtivo Estatal e de seus projetos de investimento junto ao sistema bancário (WERNECK, 1986), o gasto com as despesas financeiras em pouco mais de uma década teve um crescimento exponencial. Se em 1970 tais gastos representavam apenas 0,27% do PIB, a partir de 1975, passaram a absorver percentuais cada vez mais significativos. Na comparação entre as duas variáveis aqui analisadas, é possível perceber as disparidades entre o crescimento dos gastos com salários e encargos e aqueles com as despesas financeiras. O ano de 1975 é revelador nesse sentido. Se com os primeiros houve um crescimento de apenas 0,8%, no que se refere às despesas financeiras, o percentual quase que duplicou. Não é mera coincidência que tais números tenham ocorrido exatamente no momento de implementação da política econômica do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Esses números são decorrentes do novo papel que as Empresas Estatais passaram a assumir nas estratégias macroeconômicas do Governo Geisel.

O ano de 1976 é ainda mais revelador desse quadro. O percentual dos gastos com salários e encargos reduz-se 0,13% enquanto os gastos com as despesas financeiras aumentam 0,32%. O abandono da estratégia do II PND de “crescimento a qualquer custo”, como já indicado anteriormente, é questionada no ano de 1977. Isso refletiu-se no ligeiro aumento dos gastos com salários e encargos, 0,11%, e na redução das despesas financeiras. No entanto, já no ano seguinte, a despeito da mínima redução dos gastos com salários e encargos, apenas 0,01%, as despesas financeiras voltam a subir de forma significativa, 0,60%. A partir de então, a única exceção a essa crescente espiral das despesas financeiras foi o ano de 1980, período imediatamente posterior ao segundo choque do petróleo e ao primeiro ano de mandato do último General Presidente.

Assim sendo, nos anos 1981 e 1982, os níveis retornam ao patamar anterior. Consolidou-se, dessa forma, uma significativa desproporção entre o crescimento dos gastos das Empresas Estatais não financeiras, em torno de 0,10%, e os gastos com as despesas financeiras, em torno de 0,70%.

Dessa forma, a crise que as Empresas Estatais não financeiras apresentam no início dos anos oitenta pode ser explicada, fundamentalmente, pelos desdobramentos da política econômica dos governos brasileiros a partir da década de setenta. A redução da renda disponível do setor público, ao lado do aumento das despesas financeiras, lançaram as Empresas Estatais na profunda crise que explodiu nos anos oitenta.

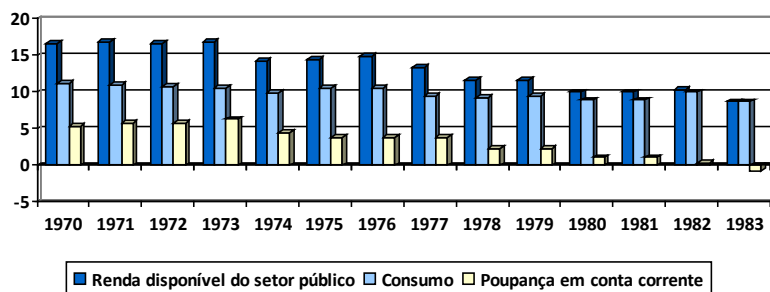
Diante de tal cenário, agravado pelo cerceamento do acesso das Empresas Estatais às fontes de financiamento internas, pela política de reajuste de preços e tarifas abaixo da inflação, desenhou-se o quadro presente na tabela 5 e no gráfico 6.

Tabela 5 - Consumo e poupança em conta corrente do governo – 1970/1983 (valores em percentagem do PIB)

Anos	Renda disponível do setor público (A)	Consumo			Poupança em contra corrente (A) – (B)
		Pessoal	Outras compras de bens e serviços	Consumo Total (B)	
1970	16,6	8,2	3,0	11,2	5,4
1971	16,8	8,2	2,8	11,0	5,8
1972	16,6	8,0	2,8	10,8	5,8
1973	16,8	7,4	3,1	10,5	6,3
1974	14,3	6,8	3,0	9,8	4,5
1975	14,4	7,4	3,2	10,6	3,8
1976	14,9	7,2	3,4	10,6	4,3
1977	13,4	6,6	2,9	9,5	3,9
1978	11,6	6,6	2,7	9,3	2,3
1979	11,6	6,6	2,8	9,4	2,2
1980	10,0	6,2	2,6	8,8	1,2
1981	10,0	6,2	2,7	8,9	1,1
1982	10,3	7,0	3,0	10,0	0,3
1983	8,7	6,5	2,9	9,4	-0,7

Fonte: Contas Nacionais. Apud, WERNECK, 1986, p. 561.

Gráfico 6 - Consumo e poupança em conta corrente do governo – 1970/1983 (valores em percentagem do PIB)



Fonte: Contas Nacionais. Apud, WERNECK, 1986, p. 561. Elaboração Própria.

A redução da renda disponível do setor público foi acompanhada *pari passu* pela diminuição da poupança em conta corrente do governo. Se entre 1970 e 1983 a renda disponível teve seus percentuais reduzidos a quase metade, passando de 16,6% para 8,7%, a queda dos índices da poupança em conta corrente teve uma redução muito mais drástica. O índice positivo de 5,4% de 1970 foi decrescendo ao longo da década e chegou ao patamar negativo de 0,7% em 1983.

O processo de endividamento externo das empresas estatais foi juridicamente viabilizado pela lei nº. 4.331 de 1962 que definiu o cômputo das remessas através da exclusão do reinvestimento de lucros. A partir de 1964, os repasses e a captação direta facilitaram a entrada de empréstimos. Tanto as empresas públicas quanto as privadas viram na nova legislação uma possibilidade de financiamento: passaram a ter acesso a empréstimos de longo prazo, assim como a garantia de diferencial de custo (CAMPOS, 1990, p. 55).

Considerações finais

O projeto privatista brasileiro, um dos mais importantes desdobramentos do ideário neoliberal que entra com força total no Brasil dos anos 1990, requer novos estudos e pesquisas mais consistentes, para que seus interstícios possam ser desnudados. Os argumentos naturalizados por boa parte da grande imprensa nacional e internacional e mesmo pela literatura especializada, carecem de sustentação empírica. O que estava em jogo então era a naturalização e construção de consenso em torno de um projeto que desqualificou o Estado brasileiro e, principalmente, o Setor Público Estatal, como uma estratégia de encorpar um discurso da necessidade de privatização das empresas nacionais como único caminho para reversão da crise econômica que o país atravessava. A hipótese aqui defendida acerca da crise das Empresas Estatais na década de oitenta como desdobramento das estratégias políticas e econômicas dos governos Geisel e Figueiredo caminhou exatamente nessa perspectiva de questionamento dos fundamentos discursivos do projeto privatista.

O olhar mais detalhado sobre o processo histórico que levou à implementação das principais resoluções da política econômica no pós-1964 possibilitou chegar à conclusão de que estas acabaram por definir os contornos da política industrial responsável pelo quadro de penúria da grande maioria do Setor Produtivo Estatal na década de oitenta. Muito mais do que os gastos com o funcionalismo público, a inoperância da burocracia e os constantes prejuízos das empresas que compunham o Setor Produtivo Estatal, argumentos alardeados então como responsáveis pela sangria dos cofres públicos e pelo crônico déficit público brasileiro, a crise das Empresas Estatais dos anos 1980 repousa sob outros fundamentos.

Dessa forma, procurou-se demonstrar que um dos grandes argumentos dos adeptos da onda privatista não se sustenta empiricamente. No cerne da referida crise, encontravam-se, essencialmente, o aumento exponencial dos encargos dos empréstimos estrangeiros contraídos pelas Empresas Estatais e a redução da renda disponível ao setor público, estratégias da política econômica dos governos

militares, principalmente a partir do governo Geisel. As Empresas Estatais, assim, atuaram como ferramenta de controle inflacionário, em detrimento dos desdobramentos para sua saúde financeira.

No entanto, a despeito da fragilidade do principal argumento privatista, na constatação da falência das Empresas Estatais reside o cerne do projeto de privatização. Aqui no Brasil e alhures.

THE RESTRUCTURING OF THE BRAZILIAN STATE PUBLIC SECTOR TOWARD THE 1990'S PRIVATIZATION

Abstract: This paper has as its main object to examine the mechanisms that triggered the profound crisis of the Brazilian State-owned enterprises over the years 1980 opening space, thus, for the strengthening of privatista project implemented with great force in the years 1990. Part of the central hypothesis that the main arguments privatistas captained in the 1990 don't hold up empirically. Thus, the economic bankruptcy of sees have been slowly gestated from economic policy put in place in the years 1970, mainly from the II National Development Plan of 1974. For operationalization of the hypothesis here built will be investigated the main legal frameworks of privatista project implemented during the civil-military dictatorship, the reports of the Federal Council of Privatization and the National Development Bank (BNDES), principal manager of the privatization program.

Keywords: Privatization. State Enterprises. Economic Policy.

Notas

¹ Há um intenso debate entre os historiadores sobre a caracterização dos governos que chegaram ao poder, em abril de 1964, a partir da destituição do presidente João Goulart, democraticamente eleito. As interpretações variam entre “Ditadura de Segurança Nacional” (PADRÓS, 2007), regimes hegemonicamente controlados pelo militares (FICO, 2004; 2004(b); GORENDER, 1987) e “Ditadura Empresarial Militar” (DREIFUSS, 1987). Compartilha-se, aqui, da análise de René Dreifuss que, orientado teoricamente pelos escritos de Gramsci, e a partir de um exaustivo trabalho empírico, sustentou a hipótese de que no movimento que destituiu João Goulart houve uma intensa e determinante participação dos intelectuais orgânicos da classe dominante que, inseridos no complexo IPES/IBAD, foram determinantes não só na organização do golpe como também na montagem e condução da ossatura material do Estado que a partir de então passou a controlar o país.

² Para uma discussão sobre o processo de abertura e a aprovação da Lei da Anistia, ver LEMOS, Renato, 2002 e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, 2009.

³ O “milagre econômico” é caracterizado como os elevados níveis de crescimento da economia brasileira entre o período de 1968 e 1973. Segundo Hermann (2005), o “milagre” fôra produto da combinação entre as vigorosas taxas de crescimento econômico, redução dos níveis inflacionários e eliminação dos déficits do balanço de pagamentos. Tal combinação teria sido viabilizada pelos seguintes elementos: i) existência de capacidade ociosa da economia; ii) considerável liquidez da economia internacional; iii) os instrumentos repressivos governamentais que reduziam a capacidade de reação diante das medidas governamentais; iv) a política de controle de preços e salários; v) os baixos juros; vi) a política deliberada de captação de recursos externos. Ver também PRADO, Luiz Carlos Delorme; SÀ EARP, Fábio, 2009.

⁴ O Ato Institucional nº 5, AI5, o mais famoso dos Atos Institucionais, foi redigido pelo Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva e entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo do General Presidente Artur da Costa e Silva. Entre as medidas presentes no AI5, destacam-se o poder de intervenção do Presidente da República nos estados e municípios; a suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos por dez anos; a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; a decretação, pelo Presidente, do confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis; a suspensão da garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular; o recrudescimento da censura prévia que se estendia à imprensa, à música, ao teatro e ao cinema. O AI5 chegou ao fim a partir da aprovação, em 13 de outubro de 1978, durante o Governo Geisel, da emenda constitucional nº 11 que revogou todos os atos institucionais e complementares e entrou em vigor em 01 de janeiro de 1979. Para uma discussão sobre o significado do AI5 na estrutura de poder montada pela Ditadura Civil Militar, ver FICO, Carlos, 2004 (b).

⁵ O mais destacado exemplo dessa relação entre Atos Institucionais e medidas recessivas da política econômica é o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Implementado em 1964, sob a condução de Roberto Campos e Octávio Bulhões, o PAEG promoveu importantes mudanças na política econômica nacional como a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. Sustentado pelo diagnóstico de que a inflação era gerada pelo excesso de demanda, o Programa impôs um severo corte das despesas governamentais, o controle do crédito ao setor privado e um mecanismo de correção salarial pelo qual as suas revisões deveriam ser determinadas pelo critério de manutenção

do salário real médio verificado no biênio anterior, acrescido de porcentagem correspondente ao aumento de produtividade. Essa regra salarial foi aplicada inicialmente à administração pública e estendeu-se à iniciativa privada em 1966. (HERMANN, 2005, p. 69-92). Ver também PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina, 2007.

⁶ Para uma discussão sobre o Programa Nacional de Desestatização implementado nos anos 1990, ver PICCOLO, Monica, 2010 e CASTRO, Lavínia, 2005.

⁷ A BNDESPAR, constituída em julho de 1982, atuara como sucessora das empresas Mecânica Brasileira S.A, EMBRAMEC, Financiamento e Participações de Insumos Básicos S.A., FIBASE e Investimentos Brasileiros S.A. e IBRASA, todas então subsidiárias do BNDE (atual BNDES). Criadas em 1975 no âmbito de uma política governamental, tinham como objetivo a promoção da capitalização da empresa privada nacional.

⁸ DRME – sigla utilizada para se referir a depósitos registrados em moedas estrangeiras.

⁹ A renda disponível do setor público é composta pela carga tributária bruta (impostos diretos e indiretos mais as outras receitas correntes líquidas do governo menos o que é devolvido ao setor privado na forma de subsídios e transferências) (WERNECK, 1986, p. 557).

Referências

BIASOTO JR, Geraldo. Dívida externa e desequilíbrio financeiro no setor público. *Análise de Conjuntura*. Belo Horizonte, n. 2. v. 1, jan./abr., 1987, p. 25-39.

BRASIL. Decreto n 83.740 de 18 de julho de 1979. Institui o Programa Nacional de Desburocratização e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 10109, 18 de julho de 1979.

_____. Decreto n 84.128, de 29 de outubro de 1979. Dispõe sobre o controle de recursos e dispêndios de empresas estatais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 15958, 30 de outubro de 1979.

_____. Decreto n 86.215, de 15 de julho de 1981. Fixa normas para a transferência, transformação e desativação de empresas sob o controle do Governo Federal, nos casos que especifica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 13309, 16 de julho de 1981.

_____. Decreto n 91.991, de 28 de novembro de 1985. Dispõe sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo

Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 18509, 29 de novembro de 1985.

_____. Decreto n. 95.886, de 29 de março de 1988. Dispõe sobre o Programa Federal de Desestatização e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 5837, 30 de março de 1988.

_____. Decreto n. 97.455, de 15 de janeiro de 1989. Dispõe sobre a prioridade, inclusões no Programa Nacional de Desestatização e designação do Gestor do Fundo Nacional de Desestatização. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção I, página 849, 16 de agosto de 1990.

_____. Lei n. 6.151, de 4 de dezembro de 1974. II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

_____. *Ministério do Planejamento*. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), 1976.

_____. *Conselho Federal de Desestatização*. Relatório (1984-1984).

_____. BNDES. Privatização. A experiência da BNDESPAR (1987-1989). Editado pelo Gabinete da Presidência do BNDES, Departamento de Relações Institucionais, abril de 1992.

_____. BNDES. Programa Nacional de Desestatização Edição Especial. Rio de Janeiro, IMF Editora, 1991.

_____. BNDES. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1990.

_____. BNDES. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1991.

_____. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1992.

CAMPOS, Adriana Fiorotti. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização. *Raízes*, ano XVIII, n. 19, maio, p. 49-64, 1999.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI et al. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 116-140.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

_____. (b). *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico” (1964-1973). In: GIAMBIAGI et al. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 69-92.

_____(b). Auge e declínio do Modelo de Crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI et al. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-115.

LE MOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*. Rio de Janeiro, dez., 2002. p. 287-313.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Política Econômica, Estagnação e Crise Mundial: Brasil, 1980-2010*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012

PADRÓS, Enrique Serra. *América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado*. *Revista História & Luta de Classes*, nº 4, p. 43-49, jul. 2007.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. In: MOURA, Alkimir R. *PAEG e Real: Dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINHEIRO, Castelar; OLIVEIRA, Luiz. Privatização no Brasil: Passado, Planos e perspectivas. *Texto para discussão IPEA*, n: 230, ago. 1991. p. 1-51.

PRADO, Luís Carlos; SÁ EARP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-241.

WERNECK, Rogério L. Furquim. A questão do controle da necessidade de financiamento das empresas estatais e o orçamento de dispêndios globais da SETT. *Pesquisa de Planejamento da Economia*. Rio de Janeiro, Departamento de Economia da PUC/RJ, n: 16, v. 3, ago. 1986. p. 381-412.

Recebido em: 02/08/2012.

Aprovado em: 04/09/2013.

Resenhas

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de.
Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias:
arte e literatura no Pará dos anos 20. Belém:
IAP, 2012. 148 p. ISBN: 978-85-89095-58-7

Flávio Leonel A. da Silveira*

Acredito que o ofício da leitura é sempre uma dádiva compartilhada com o autor que torna público o seu trabalho. Ao oferecer aos leitores os seus devaneios acerca de determinado tema (sobre o qual se debruçou ao longo de um período de sua vida), por certo, o artífice desvela parte da aventura intelectual que envolve a imersão meditativa e o investimento em pesquisas, leituras e diálogos com fontes diversas, possibilitando a outrem que mergulhe no universo ético-estético da obra que traz em suas mãos – sobre a qual também, seguindo a inspiração bachelardiana, se lança em devaneios fecundos.

Todavia, a leitura é igualmente troca, por tratar-se de um diálogo silencioso, de um cruzamento de horizontes hermenêuticos que tensiona/aproxima os anseios do autor aos do leitor, num processo criativo capaz de instaurar certo jogo interpretativo que impulsiona a construção do saber para além das intenções primeiras de quem escreve, passando a compor um repertório compartilhado pelo qual a leitura do *Outro* avança em direção às sutilezas do tema abordado. A obra, se pensarmos com Deleuze (1991), desdobra-se em devires possíveis na leitura, porque os devaneios imaginativos do leitor, ao encontrarem os do autor, se não o alcançam totalmente, cercam-no, perscrutam-no e abrem-se à reflexão, seguindo caminhos insuspeitados e próprios.

* Professor Adjunto do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo – Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFPA. E-mail: flabreu@ufpa.br

O autor, portanto, diante de sua “vontade de saber” (FOUCAULT, 1982), complementaria o anseio de conhecer alheio e, assim, supriria temporariamente a falta que, paradoxalmente, nos preenche sobre dado tema e desde aí nos instiga a querer compreender melhor o tema debatido. Ele nos lança às descobertas e às reflexões, mediante a consciência do que seria, de alguma forma, a dimensão saudável de nossa ignorância, a “vontade de saber” sobre as questões que aborda em seu texto. O encontro de ambos, uma espécie de *leitmotiv* de ideias articuladas e abertas, insiste em nos conduzir ao encontro das tensões e convergências presentes em diversas leituras e temas, quicá entre regiões que o texto expõe como panorama possível.

É nesse sentido que o livro de Aldrin Moura de Figueiredo intitulado *Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20* – excerto de sua tese de doutorado em História, laureada com o prêmio IAP de Literatura em 2011 –, é o exemplo de uma obra que, ao explorar a diversidade cultural brasileira a partir da experiência intelectual modernista dos anos 20 do século passado no norte do país, força-nos a pensar as possibilidades de expressões regionais acerca de um modo de ser moderno, refletindo o *ethos* de uma determinada sociedade.

Aldrin Figueiredo oferece ao leitor um livro saboroso, de leitura fluida e interessante. A sua proposta de produzir um texto de caráter acadêmico – mas diria que de maneira ensaística – cuja preocupação é a de contribuir para a “ruptura com a história linear” (p. 16) revela uma obra com 148 páginas de instigante leitura, principalmente para aqueles que desejam conhecer melhor o universo literário e histórico amazônico, com as suas vicissitudes políticas e extensões estéticas, que o historiador aborda com maestria.

Nesse sentido, ao deslocar a perspectiva de pensar o Modernismo através do sudeste do país e, mesmo, colocando-nos na situação de termos que relativizar certas noções de unidade nacional mediante um caminho que nos conduz à “polissemia dos regionalismos” (p. 12), Aldrin Figueiredo permite que pensemos a pluralidade cultural brasileira de maneira atenta às peculiaridades regionais, sem com isso cair em bairrismos quanto à análise que propõe.

Se “o modernismo amazônico” significou mais uma forma de expressão dos modernismos brasileiros que tomaram assento em diferentes porções do país, desde os seus conteúdos estéticos e políticos, é porque as imagens que moveram os intelectuais à época, em sua dialética criativa, ao emergirem de uma espécie de fundo comum de arquétipos e de símbolos nacionais que também fervilhavam noutros cantos do país, assumiram na Amazônia feições próprias, mestiçando o regional ao nacional, sem com isso perder de vista a amplitude do fenômeno, porque ele estava inserido no que representava a globalização cultural como decorrência do fausto da borracha, com a sua “bela época”, mas, também, com suas mazelas socioeconômicas e políticas.

Ao voltar-se para as idiossincrasias do “movimento” ocorrido no norte do Brasil e, mais especificamente, no Pará, o autor demonstra a existência dos outros modernismos que ocorreram no cenário intelectual brasileiro. Portanto, para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, havia cenários de efervescência estética que produziram formas sociais, leituras do contexto nacional e do mundo pela óptica regional. Sendo assim, a importância do livro está em evidenciar a presença de pensamentos inquietos e dissonantes com os paradigmas intelectuais e estéticos da época, que se espalhavam pelas várias porções do território nacional. A Amazônia não foi exceção.

O espaço amazônico enquanto receptáculo de imagens mítico-fantásticas e de encantarias diversas; de saberes, fazeres e dizeres distintos; de mesclas complexas de *Belle Époque*, com seus teatros suntuosos e óperas europeias, com florestas e rios selváticos e exuberantes – quando figuras caboclas evocariam o imaginário em torno da rede de dormir, de bois-bumbás e de comidas com temperos singulares – carregava uma simbólica de imagens ressignificadas pelo modernismo paulista. Ora, na visão da intelectualidade local, a Amazônia – e, neste caso, o Pará – estava situada para além desse reservatório imagético de “coisas” exóticas, pois ela mesma nutria uma produção que trazia consigo a potência revolucionária desde uma estética que buscava romper com os cânones presentes no seu vasto território, onde Belém e Manaus figuravam como ambiências

para as “letras amazônicas”, a partir dos jovens pensadores que deambulavam pelas suas ruas, galerias e cafés atentos às diversas dimensões do que representariam as formas de ser amazônida.

Longe de existir uma unidade de grupo, havia pessoas interessadas em debater acerca do lugar da Amazônia na história brasileira, sem com isso legitimar os símbolos veiculados por uma “comunidade imaginária” (ANDERSON, 1993), que evocavam imagens icônicas da Amazônia, manauara ou belenense, centradas em algumas datas, iconografias e episódios. Não se tratava, dessa forma, de reificar imagens autoritárias de certa história da Amazônia nem de servir de mero manancial de imaginários para modernismos outros. Era preciso desconfiar de tais boas intenções históricas e estéticas, mas, acima de tudo, era preciso rir de si e dos outros desde o seu lugar, que provocativamente denomino de “descentrado”.

A leitura do livro lança boas pistas para pensarmos as tensões entre o que chamarei aqui, por falta de oposição mais caricata, de centro e de periferia, bem como acerca das formas engenhosas que se buscou para revertê-las, quiçá suprimi-las. Talvez a consciência de que a dita periferia é também um centro de evocação das diferenças estimulasse a reação de alguns intelectuais aos manifestos que surgiam à época, longe dos labirintos amazônicos de florestas e de rios com as suas boiunas hediondas. Era preciso produzir os manifestos, sim, mas estando situados na paisagem-matriz (BERQUE, 1998).

O que parece ficar claro é que a Amazônia, na visão dos literatos locais, não poderia ser percebida como simples elaboradora de imagens para outras porções do país e, desta forma, alguns deles se insurgiram contra tal figuração. Ela, pelo contrário, mostrava-se autônoma, no sentido de ser produtora de um pensamento prenhe de riquezas e, por isso, capaz de engendrar transformações sensíveis, considerando-se o seu lugar no cenário nacional. Ao mesmo tempo, mantinha-se integrada ao pensamento nacional desde o seu afã de diferença, pois tinha uma voz, uma agência que os intelectuais tomavam para si como representantes deste devir estético amazônico no contexto nacional.

Portanto, os modernistas do Norte desdenhavam do parnasianismo enfadonho, dos europeísmos miméticos de forma ambígua, e não faziam por menos em relação aos paulistas, pois se por um

lado dialogavam com parcela deste pensamento, não deixavam de devorá-lo, exatamente pela insurgência em relação ao centro e pela consciência de não serem apenas fornecedores de imagens, buscando subvertê-las desde o seu lugar. É possível que naquele momento os intelectuais amazônidas, à sua maneira, descentrassem o centro, a fim de reverterem à periferia, revelando os “aspectos diversos do modernismo literário” (p. 11).

Os ímpetos revolucionários dos Novos Paraenses diante de seu projeto de nação, em que a Amazônia teria um lugar central, indicavam a força e a dinâmica tensional que o regionalismo assumia naquela década, especialmente em torno das revistas *A Semana* (1918) e *Belém Nova* (1923), *loci* de emanção da rebeldia dos jovens literatos nortistas. Se Bruno de Menezes era a figura de proa nas plagas paraenses, no contexto amazônico acreano essa figura parece ter sido Abguar Bastos, não menos rebelde e crítico às formas canônicas de pensar e, mesmo, ao modernismo dos paulistas. De qualquer forma, a Amazônia seria, também, lugar de deambulação criativa de duas figuras interessantíssimas, que à sua forma dialogaram com o universo sensível e intelectual da região: Raul Bopp e Mário de Andrade. Sua contribuição ao modernismo excedeu os limites da “Pauliceia” e, para o primeiro, dos Pampas, mas esta já é outra história.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.
- CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- DAOU, Ana M. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Campinas: Papirus, 1991.
- DURAND, Gilbert. *Science de l'Homme et Tradition*. Paris: Berg International, 1979.

FIGUEIREDO, Aldrin M. de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 2001. 316 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: Um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 116, p. 59-70, jan./mar. 1994.

SARGES, Maria de N. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Recebido em: 10/05/2013

Aprovado em: 01/10/2013

REIS, José C. *O desafio historiográfico*.
Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 160 p.
(Coleção FGV de bolso. Série História).
ISBN: 8522508275

Eduardo de Melo Salgueiro*

José Carlos Reis, autor de diversas obras sobre teoria e filosofia da história, apresenta, em *O desafio historiográfico*, uma porção de temas que vem inquietando os historiadores, sobretudo em relação às crises que a ciência da história tem enfrentado desde os meados do século XX. Neste sentido, logo na introdução, o autor lança diversas questões sobre o “fazer” a história e o “ser” historiador. Conforme ressalta, seu livro “[...] tem a pretensão de propor uma reflexão ao mesmo tempo fácil e densa, rápida e profunda [...] sobre o ‘desafio historiográfico’” (p. 7).

Qual seria esse desafio? Ou seriam desafios? No decorrer dos seis capítulos do livro (alguns inéditos, outros reorganizados a partir da sua vasta publicação), Reis tentará mostrá-lo[s]. No primeiro deles – homônimo ao título do livro –, o autor inicia a discussão evidenciando algumas das questões que mais têm importunado os historiadores ao longo das últimas décadas. Com “irônico sadismo”, Reis pretende com isso provocar, ou melhor, “irritar” os profissionais da história, expondo uma porção de críticas que a área tem sofrido, pois, na sua visão, “[...] o ganho com isso é enorme! É o fim do dogmatismo, da solene e hipócrita confiança no ‘ofício’”, uma vez que promove “o enfraquecimento dos sérios e pedantes

* Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista CAPES. E-mail: eduardomsalgueiro@gmail.com.

historiadores ‘dignos deste nome’” (p. 8). Portanto, José Carlos Reis exhibe problemas epistemológicos que desafiam o saber histórico, mostrando que não nos resta alternativa, a não ser enfrentá-los permanentemente (p. 11).

No tópico inicial do primeiro capítulo, intitulado “o pirronismo histórico”, Reis nos adverte contra todo e qualquer dogmatismo ao lançar – não sem ironia – a seguinte questão: “Alguém encontrará a fórmula do universo e da história, o segredo de Deus?” (p. 12). A resposta, claro, só pode ser negativa, pois o ato de pensar não tem como objetivo máximo responder a todas as questões, mas problematizá-las. Assim, há a necessidade da reflexão histórica, não dogmática e não totalitária, mas problematizante (p. 12). Por esta razão, faz-se necessário olharmos para o conhecimento histórico como um *problema histórico*, pois se tudo aquilo que é produzido pelos homens e mulheres é passível de análise, a própria escrita da história pode e deve também ser objeto de estudo dos historiadores.

Reis introduz uma série de argumentos céticos direcionados “contra” o saber histórico, que giram em torno da crítica ao fato de a história ser um conhecimento indireto e de o historiador sempre estar sujeito a cometer anacronismos, uma vez que olha para o passado com os olhos do presente. Nos tópicos seguintes, faz uma abordagem em relação à questão das aproximações e dos distanciamentos entre história e ficção e lança a seguinte pergunta: a história pode ser considerada uma ciência? O autor afirma que só a historiografia mesma pode responder a essa questão, pois “[...] deve aplicar-se o princípio que aplica a todos os seres e saberes: conhecer as suas mudanças no tempo, fazer uma história de si” (p. 22). Portanto, diz ele, “[...] o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente, flexível, fascinante! Tudo é história, inclusive a própria historiografia” (p. 26).

No capítulo seguinte, Reis dedica-se a abordar alguns dos aspectos do pensamento de Paul Ricoeur, sobretudo em relação às considerações feitas na obra *A memória, a história e o esquecimento*.¹ Para Ricoeur, o “lembrar-se” significa duas coisas: a) receber uma imagem do passado espontaneamente; b) procurar uma imagem do passado para fazer algo com ela. Isso significa dizer que “[...] a memória fenomenológica é ‘minha/nossa lembrança’, que pode

ser [...] um aparecimento espontâneo no espírito, ou pode ser uma conquista através da anamnese, de um trabalho sobre a memória” (p. 32). No entanto, o autor assevera que “[...] a memória é ameaçada pela imaginação, que é contígua a memória”. Como Ricoeur entende e procura resolver tal problema? Uma primeira consideração a ser feita é que, para o filósofo francês, afastá-las é impossível; entretanto, talvez seja necessário distingui-las, diferenciá-las. Levando isso em consideração, devemos uni-las em prol de um “resgate mais pleno da experiência passada” – e isto é possível –, pois se

[...] por um lado [...] a memória precisa se precaver contra a presença alucinatória do imaginário [...], por outro, ela pode se utilizar e se aliar à imaginação para pôr o passado sob os olhos, para torná-lo visível. O passado é virtual e só pode ser percebido por imagens (p. 35).

Todavia, é bom que se diga que existe a “vulnerabilidade da memória”; assim, o autor evidencia as três formas de abusos da *memória*, elencadas da seguinte maneira por Ricoeur. A primeira delas, chamada de *memória artificial*, seria aquela “memorização congelada”, isto é, que simplesmente decora “datas, personagens e eventos”, que é inútil, “[...] pois quem apenas repete [...] não passa de um ‘asno culto’” (p. 37)². O segundo abuso da memória seria a *memória impedida*, que ocorre quando ela carrega consigo uma forte carga de traumas; nesse sentido, “[...] na medida em que não há elaboração da lembrança, passa-se ao ato, repete-se”. O terceiro e último dos abusos da memória seria aquele ideologizante, que produz intencionalmente uma *memória obrigada*, ou seja, quando o poder (em suas variadas formas) manipula e faz uso dela. Para superar esses problemas, Ricoeur propõe o trabalho de luto por meio do acesso à *memória crítica*, “[...] pelo reexame da documentação e da cronologia, pela narração incessantemente retomada da experiência vivida” (p. 40).

É válido lembrar que não há memória sem esquecimento, e, no que tange ao segundo, Ricoeur estabelece três tipos: o *esquecimento por apagamento de vestígios* – no caso do historiador, a inexis-

tência de fontes; o *esquecimento de reserva*, isto é, aquele que é reversível, um tesouro profundo que pode ser recuperado; e o *esquecimento manifesto*, aquele que é conscientemente manipulado, apagando-se situações “constrangedoras” da história de um país, por exemplo.³ Como controlar tais abusos e vencer os esquecimentos? Seria a historiografia capaz de proteger a memória? Na leitura de Reis, Ricoeur acredita que sim, pois uma memória

[...] instruída, esclarecida pela historiografia, e uma historiografia capaz de reanimar a memória declinante, que a reatualiza, que reafirma o passado, podem ser úteis à vida [...] na busca do reconhecimento de si dos indivíduos em seus grupos, dos grupos em relação aos outros e da humanidade como união universal dos grupos e indivíduos (p. 45).

Ainda no segundo capítulo, o autor apresenta-nos as três fases da operação historiográfica elaboradas por Ricoeur. A *fase documentária*, momento em que o historiador procura coletar dados exteriores, a partir dos problemas e das hipóteses por ele lançados; a *fase da explicação/compreensão*, momento em que o pesquisador organiza a massa documental na tentativa de compreendê-la e interpretá-la; e a terceira fase, que é a da *representação narrativa*, isto é, o fechamento da operação historiográfica – sem nos esquecermos, claro, da recepção e apropriação dos leitores.

No fechamento do capítulo, José C. Reis afirma mais uma vez que Ricoeur procura reunir memória e historiografia, pacificar a sua “relação difícil”, demonstrando que o objetivo de ambas é o mesmo: vencer o esquecimento. O objetivo maior da memória-historiografia é a “reconciliação com a vida”, que se realiza “no perdão”, por meio de um trabalho de luto, de “psicologia coletiva” que a historiografia acaba exercendo (p. 61). Tal concepção, no entanto, pode ser criticada se levarmos em consideração os perigos que existem com a perspectiva apaziguante ricoeuriana, pois é muito mais fácil para o opressor esquecer-se das atrocidades que cometeu do que para o oprimido se esquecer das que sofreu, e temas como o Holocausto e o Golpe Militar estão aí para nos mostrar como não é fácil achar uma justa medida entre o perdão e a justiça.

No terceiro capítulo, o autor retoma algumas das discussões feitas no início do livro e se dedica a nos mostrar o debate em torno da narrativa histórica, evidenciando especialmente as críticas feitas por Hayden White, que provocaram diversas crises na historiografia. O historiador norte-americano é categórico ao sinalizar que o discurso historiográfico não seria realista, pois os historiadores fazem apenas a construção de versões por meio de um “artefato verbal em prosa”, e que a “[...] história é uma representação narrativa das representações-fontes”, não havendo oposição entre história e ficção (p. 64); “o passado como tal” é inacessível e o passado ao qual os historiadores podem ter acesso – seus traços ou restos documentais – é constituído por textos (discursos), e não por uma realidade extradiscursiva – um referente externo ao discurso (FALCON, 2011, p. 170). Em resumo: não há cientificidade na operação historiográfica.

Para fazer tal análise, Reis abordará principalmente a obra *Tempo e narrativa*⁴, de Ricoeur, que faz uma profunda discussão acerca dessas indigestas questões apontadas por White. Segundo nosso autor, Ricoeur defende o realismo histórico, pois “[...] o tempo vivido não é inenarrável”, “[...] as narrativas históricas são ‘variações interpretativas’ do passado [...] mas [são] realistas”, uma vez que “[...] as intrigas variam, mas as datas, os documentos, os personagens, os eventos, os locais, são os mesmos”. Exemplificando, Reis ressalta que existem várias configurações narrativas sobre a *Revolução Francesa* ou o *Golpe de 64*, “[...] mas elas não podem alterar [seus] dados exteriores” (p. 69-76). No decorrer do capítulo, entretanto, ele nos mostrará que, para Ricoeur, apesar de inicialmente heterogêneas e opostas, as narrativas histórica e ficcional também se entrecruzam, porém sem se confundir.

Como exemplo de tal afirmação, no último tópico do capítulo, há uma análise do debate feito por Ricoeur acerca da obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*, de Braudel, que “[...] seria um exemplo revelador do caráter produtivo do entrecruzamento entre narrativa histórica e ficcional” (p. 83) e que evidencia o fato de que não há um “retorno à narrativa” – na prática, nunca houve “nem partida nem abandono”, pois mesmo as primeiras gerações dos *Annales* nunca abandonaram a narrativa,

uma vez que “sociedades”, “classes”, “mentalidades” e inclusive o “Mediterrâneo” são “quase-personagens” de uma narrativa, já que “mesmo a mais estrutural é construída a partir das fórmulas que governam a produção das narrativas (CHARTIER, 2002, p. 86-87), o que, claro, não invalida o discurso histórico.

No quarto capítulo, o autor faz uma descrição geral das principais características dos *Annales*, mostrando aquilo que houve de inovador na sua prática historiográfica, em oposição à historiografia tradicional oitocentista. Segundo Reis, os primeiros *Annales* são partidários de uma “história-problema”, que se opunha à historiografia tradicional, acusada de ser meramente narrativa, descritiva e desproblematizada, pois pretendia apenas “[...] narrar os eventos políticos, recolhidos nos próprios documentos, em sua ordem cronológica, em sua evolução linear e irreversível, ‘tal como se passaram’”. Na “história-problema”, o historiador escolhe seus objetos no passado a partir de interrogações do presente (p. 93). Para obter tal êxito, os *Annales* inovaram de várias maneiras: a noção de “fato histórico” como construção, em oposição ao “fato dado” nos documentos (escola metódica); a ampliação e a variedade do uso das fontes históricas; e a ambição de uma história total e global. Unindo-se a tais propostas, os *annalistes* propuseram o uso da interdisciplinaridade.

Ainda que breve, tal discussão servirá como uma antessala para o debate feito no capítulo seguinte, *Annales versus marxismos: os paradigmas históricos do século XX*. Nesse capítulo, o autor faz inicialmente uma abordagem acerca das principais diferenças entre a modernidade iluminista e a pós-modernidade para poder, posteriormente, situar os *Annales* e o marxismo. No primeiro caso, o projeto moderno iluminista é eminentemente racional e constrói um sujeito singular-coletivo absoluto e consciente, e a história é um processo inteligível com um final claro, isto é, “[...] a vitória da razão, que governa o mundo” (p. 105). Para tanto, segundo Reis, a modernidade desprezava o presente e o passado, lançando seu olhar para o futuro e provocando, assim, uma “aceleração da história”. Esse é um dos pontos em que recaem as críticas a tal projeto, pois a “intervenção radical da realidade histórica” acabou por produzir um nível de agressão que não trouxe progresso e felicidade. Daí emerge uma visão anti-iluminista, que pretende pôr fim ao “projeto moderno” em favor de um “pós-moderno”.

O pós-modernismo é dividido em duas fases: a primeira delas é ligada ao estruturalismo, que criticava a noção de “sujeito-universal”, uma vez que, para os estruturalistas, “[...] o homem não é só sujeito, mas também objeto” (p. 108). Entretanto, ali ainda havia uma tentativa de “[...] produzir uma inteligibilidade ampliada da história”, “um discurso da razão” (p. 110) – não mais centrada no sujeito absoluto, pois “sua verdade é oculta” e fica além da ilusória, falsa e aparente razão. Na segunda fase, mais conhecida como pós-estruturalista, radicalizavam-se algumas posições, incluindo-se até mesmo os primeiros estruturalistas nas críticas, por ainda manterem um discurso racionalizante. Nas palavras de Reis, a

pós-modernidade *desconstrói, deslegitima, deslembra, desmemoriza* o discurso da ‘razão que governa o mundo’ [...], aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas [...], assistemático, antiestrutural, antiglobal” (p. 111), e “o conhecimento histórico é múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações (p. 112).

“Onde situar os *Annales* e os marxismos?”, nos pergunta Reis. Em primeiro lugar, é difícil situá-los, pois ambos não são homogêneos e talvez isso seja até um componente positivo, conforme ressalta, talvez “[...] a heterogeneidade interna dos dois grupos permita alguma aproximação e colaboração” (p. 114). Neste sentido, o autor divide sua discussão em três leituras, enfatizando especialmente as diferenças entre o marxismo-soviético e os *Annales*: uma primeira que *valoriza* aquilo que é comum; a segunda, que nos mostra sua *oposição*; e uma terceira que os considera simplesmente *diferentes*, isto é, nem complementares nem opostos, apenas “[...] vistos como teorias, hipóteses de trabalhos que só têm valor e só podem dialogar porque são ‘diferentes’” (p. 115), e só assim é possível obter elementos para a escrita de uma história plural, e não totalitária. A respeito da sobrevivência ou não de ambas as correntes – *Annales* e marxismo –, tudo dependerá do resultado do embate entre “o projeto moderno” *versus* “pós-modernidade”, uma vez que ainda não há total abandono do iluminismo.

O último capítulo da obra pareceu um tipo de apêndice, que teve como intenção inserir a historiografia brasileira em um debate teórico até então eminentemente norte-americano-eurocêntrico. A discussão ali feita é válida e importante, mas seria mais apropriada em outra ocasião, pois é curioso que uma abordagem tão rica tenha sido feita em um capítulo tão curto. Cremos que o ideal seria dedicar uma obra de mesmo perfil (isto é, versão de bolso) somente às contribuições de Freyre, já que tal investida nos pareceu solta e sem conexão direta com os demais capítulos. De qualquer modo, é importante frisar que Reis intentou abrir uma discussão sobre “ser historiador do/no Brasil” no sexto capítulo. No entanto, como tal tarefa seria impossível de ser realizada em tão pouco espaço, o autor apresenta apenas a contribuição de Gilberto Freyre, sobretudo no que tange ao seu talento como narrador e como precursor de uma porção de temas inovadores na historiografia, uma vez que “[...] descobriu, ao mesmo tempo que os franceses dos *Annales*, a história do cotidiano [...] das mentalidades coletivas, a renovação das fontes da pesquisa histórica” (p. 144) etc. Isso significa dizer que, apesar de toda a contradição e a polêmica que cercam a obra e a figura de Gilberto Freyre, ele também foi um inovador, e não somente um reproduzidor de tendências europeias, não desconsiderando, é claro, que boa parte de sua formação acadêmica foi feita nos Estados Unidos, sob forte influência alemã.

O desafio historiográfico é uma importante contribuição, especialmente para historiadores mais jovens, pois José Carlos Reis consegue fazer um debate extremamente complexo muito didaticamente, e isto é louvável. Não podemos deixar de dizer, entretanto, que algumas questões são tão resumidas que podem dificultar a compreensão de um leitor iniciante, exigindo, de certo modo, uma leitura prévia de alguns temas ou uma busca em outra bibliografia, como o próprio autor avisa na introdução da obra.

Ademais, além de advertir contra um dos maiores males da escrita da história e de seus profissionais, isto é, a tendência “parricida” em relação aos nossos mestres e às correntes historiográficas anteriores a nós, o que ficou subentendido é o fato de que Reis inclina-se a aceitar a proposta ricoeuriana, isto é, a via do diálogo e da “não dogmatização” do saber histórico. O ideal, na visão do

autor, é caminharmos sempre pela via da compreensão, ainda que os embates sejam inevitáveis. Neste sentido, faz-se necessário aproveitarmos o que há de importante nas mais diversas vertentes historiográficas, sem incorreremos no erro de ficarmos cegos e perdidos em uma só visão.

Notas

¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

² Ricoeur – diz Reis – pondera, entretanto, que em algumas profissões, como o teatro, por exemplo, a “memória artificial” é uma poderosa arma contra o esquecimento (p. 37).

³ Helenice Rodrigues da Silva dá um exemplo típico em relação ao *esquecimento manifesto*. Diz ela que, nas comemorações dos “500 anos do Brasil”, foram “esquecidos” “os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências da história”, em prol dos “mitos fundadores e das utopias nacionais (o ‘paraíso tropical’ e o ‘país do futuro’)” (2002, p. 432).

⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2010.

Referências

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FALCON, Francisco J. C. *Estudos de teoria e historiografia, volume I: teoria da história*. São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

Recebido em: 09/05/2012

Aprovado em: 11/04/2013

MATA, Sérgio da. *A fascinação weberiana: As origens da obra de Max Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 236 p. ISBN: 9788580541243

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha*

Na linha de estudos atuais no campo da história intelectual e das ideias, o professor Sérgio da Mata realiza em *A fascinação weberiana: as origens da obra de Max Weber* um trabalho que, dentre outros objetivos, busca elucidar as bases do encantamento intelectual, da sedução que a obra de Max Weber suscita na comunidade acadêmica em todo o mundo.

A “fascinação” – termo cunhado na década de 1950 por Nelson Werneck Sodré – denota, segundo o historiador mineiro, um tipo de tentação intelectual que, de forma ambivalente, poderia levar ao mesmo tempo à obliteração da autonomia da obra de um autor, bem como à sua consequente abnegação no campo das ideias.

Na contramão deste caminho entre fascinação e sacrifício do intelecto, Sérgio da Mata traz um instigante estudo acerca do legado weberiano, desde a dívida do intelectual para com a Escola Histórica Alemã até os caminhos e as fronteiras da recepção de sua obra em terras brasileiras.

Ancorados num extenso trabalho de pesquisa em arquivos e bibliotecas alemãs, os estudos reunidos pelo *Weberforscher* brasileiro baseiam-se em uma melhor compreensão dos chamados “anos de aprendizagem”, de formação histórico-jurídica do intelectual alemão, antes do seu tardio *sociological turn*, ao fim da primeira década do século vinte.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista Fapes. E-mail: marceloduraocunha@gmail.com.

Com o princípio metodológico básico de analisar apenas o que antecede esse marco, preocupando-se com o “início” e o desenvolvimento progressivo da vida intelectual weberiana, o autor evita a tendência a panoramas retrospectivos ou a um tipo de teleologismo muito comum em abordagens sobre obra de Weber, ainda perceptível em trabalhos recentes, como os de Francisco Teixeira e Celso Frederico (TEIXEIRA; FREDERICO, 2011), ou no artigo de Gerhard Dilcher (DILCHER, 2012).

Tendo como pressuposto a elevação feita pelo próprio Weber da ciência histórica à categoria de *Grundwissenschaft*, o pesquisador enxerga na formação intelectual do autor de *A ética protestante* uma perspectiva que seria sempre e decididamente histórica. Essa ideia de um *approach* weberiano às ciências históricas – que há alguns anos causaria estranhamento a leitores desatentos – é a base do argumento de Mata em boa parte de sua obra.

Em um exercício de história contrafactual, o autor chega mesmo a sustentar que, caso a carreira de Weber tivesse se encerrado em 1909, este dificilmente estaria situado entre os fundadores da moderna sociologia alemã.

É em tal provocação que reside a tentativa por parte do historiador de reconstrução da trajetória de Weber dentro daquilo que denomina a “era de ouro do historicismo”. Discordando de interlocutores que tendem a observar na virada do oitocentos ao século vinte o germe de uma crise da ciência histórica, Mata vê, pelo contrário, na fundamentação epistemológica do historicismo – realizada por Dilthey, Schmoller, Bernheim, Windelband e Rickert no período – uma indissociável gênese da obra e da metodologia weberianas.

É justamente fugindo da sombra da sociologia de Max Weber que o autor inicia todo um capítulo acerca daqueles anos de aprendizagem em Heidelberg, Göttingen e Berlim – “três templos da ciência histórica oitocentista” (MATA, 2013, p. 35) –, quando o jovem “jurista” formar-se-ia em um ambiente intelectual amplamente influenciado pela *Weltanschauung* histórica.

Mata busca aqui identificar algumas das figuras que marcaram o início da trajetória intelectual do estudante oriundo de Erfurt para concluir que Weber foi, nem mais nem menos que qualquer contemporâneo seu, o resultado dos estilos de pensamento histórico

então vigentes. Seus laços familiares com o eminente historiador Hermann Baumgarten, a simpatia inicial pelo trabalho de Heinrich von Treitschke, além do convívio do jovem Max com o círculo de Theodore Mommsen, são alguns dos muitos indícios que corroboram a tese do autor.

Desconstruindo a ideia de que Weber teria rejeitado, ou mesmo se oposto à ciência histórica de seu tempo, o historiador nos prova o contrário a partir de um olhar atento sobre a pouco estudada primeira fase da carreira do intelectual germânico. Considerando a perspectiva trazida por Mata nesse primeiro capítulo, torna-se fácil concordar com sua assertiva, segundo a qual “Max Weber começou a tornar-se o Max Weber que conhecemos no berço esplêndido do historicismo alemão” (MATA, 2013, p. 35).

Mas, longe de limitar a ascendência intelectual do jovem autor aos domínios da Ciência Histórica, Mata fornece-nos o panorama de toda uma constelação de ideias e relações intelectuais que teriam influenciado a formação do economista e historiador do direito Max Weber.

A partir da leitura sincrônica de alguns dos mais importantes estudos históricos e econômicos publicados pelo autor até 1905, Mata é capaz de identificar um padrão metódico comum na obra do então professor de Heidelberg. Ao tratar em especial da concepção plural das relações de causalidade e, ao mesmo tempo, da tendência de Weber a enfatizar determinadas macrodeterminações em função do problema específico elucidado, o pesquisador contesta aquelas leituras que tendem a exagerar a perspectiva “idealista” do autor alemão.

É este apurado exame dos primeiros trabalhos de Weber que permite ao historiador chegar a duas conclusões gerais: primeiro, que Weber (ao menos na primeira fase de sua carreira) não teria proposto nem se tornado refém de uma “teoria” histórico-social abrangente. Segundo, que somente o desconhecimento em relação à obra weberiana explicaria por que se chegou a ver no autor de Erfurt uma versão idealista de Marx. E são justamente as preocupações práticas que permitem ao historiador identificar uma “*clavis* weberiana” – especialmente nos vinte primeiros anos da trajetória intelectual do autor. Por trás da inteligência teórica, Weber falaria sempre em uma intenção prática.

Na trilha do que persegue nas digressões teóricas de um Weber prematuro, Mata procurará, entretanto, nas publicações tardias do intelectual turingio, sinais de uma possível concepção filosófica da história. Principalmente no que tange à sua percepção do processo de racionalização ocidental e no caráter inexorável que atribui ao conceito de *Rationalisierung*, o autor brasileiro irá buscar no resultado das investigações empíricas weberianas possíveis ligações com a obra do historiador escocês Thomas Carlyle.

Por sua “extraordinária força ética” e pelo ideal de reforma social em harmonia com a recusa a toda alternativa que implicasse a subversão violenta da ordem, Carlyle tornara-se bastante sedutor aos olhos da intelectualidade alemã do *fin-de-siècle*. Do autor de *Past and Present*, Weber herdara, por exemplo, aquela ampla dimensão atribuída ao trabalho na modernidade e as idiossincrasias da noção de “heroísmo carismático” no cerne do processo de burocratização ocidental.

Exercício semelhante é feito pelo autor no que diz respeito à dívida weberiana ao pensamento do filósofo neokantiano Heinrich Rickert. Distanciando-se da apressada leitura de Ivan Domingues (DOMINGUES, 2004) e dos equívocos cometidos por Fritz Ringer (RINGER, 2004) na análise de tal relação, Mata insiste na necessidade de entendimento dos pressupostos rickertianos para melhor compreensão dos fundamentos do pensamento histórico de Weber. Do autor de *Os limites da formação de conceitos nas ciências naturais*, Weber extraía a ideia de que as pré-condições à caracterização de um trabalho de história como científico seriam: objetividade, contextualização e imputação causal. Weber teria expressado bem esta preocupação de Rickert ao observar que o historiador que abre mão dessas pré-condições comporia “um romance histórico, não uma verificação científica”.

Além disso, do filósofo prussiano, teria sido importante para o economista político aquele abrangente conceito de cultura – segundo o qual o cultural seria qualquer realidade investida não apenas de sentido, mas de valor – e o seu ideal de “verdade” como um valor do qual a ciência jamais poderia abrir mão. Longe de expressar um relativismo, o perspectivismo histórico weberiano, como exposto por Mata, estaria muito mais próximo daquele modesto ideal de verdade defendido por Rickert.

Abertas tais perspectivas críticas quanto à análise das origens do pensamento histórico weberiano, Sérgio Mata amplia o debate no quarto capítulo, ao tratar da discussão em torno da “teoria” dos tipos ideais, desenvolvida por Weber. É realizando uma história do próprio conceito em tela que o autor relativiza a originalidade da tal aspecto do pensamento teórico-metodológico do intelectual alemão.

Expressando uma tentativa de fundamentar a perspectiva tipologizante nas ciências naturais, o autor alerta que a noção de “tipo” havia se tornado um jargão na Alemanha entre fins do século dezenove e início do vinte. Como reverberação da *Methodenstreit* entre economistas alemães e austríacos – envolvendo nomes como Gustav von Schmoller e Carl Menger (RINGER, 2000) – e do debate, igualmente intenso, que contrapôs historiadores políticos a historiadores culturais (ELIAS, 1997, p. 117), Mata verifica a percepção de alguns daqueles limites do historicismo que contribuíram para a reformulação epistemológica da disciplina histórica na Alemanha guilhermina. Nas discussões entre Eberhard Gothein, Dietrich Schäfer e Ernst Troeltsch, seria perceptível o embate acerca da utilidade de categorias tipológicas que visassem a extrapolar os limites do singular na representação de fenômenos históricos.

É também na ciência jurídica e na ligação de Weber com o jurista Georg Jellinek que Mata identifica como o autor do artigo sobre a “Objetividade”, de 1904, teria feito uso dos “tipos empíricos” de Jellinek, invertendo seus polos – os denominando “tipos ideais” – de modo a se distanciar de seu elemento propriamente normativo, – aproximando-os do que classificava como “ciências da realidade”.

A dívida de Weber para com a teologia – e aqui destacam-se as formulações de Ernst Troeltsch – é ressaltada como igualmente importante naquilo que se tornaria tão central em sua obra. Como uma espécie de conceito jurídico “desnormativizado”, o tipo ideal weberiano representaria uma forma de compromisso entre o abandono e a conservação da filosofia da história, sendo, nesse sentido, uma “forma resignada da filosofia da história”. Mais do que simplesmente comprovar que não há originalidade na “teoria” weberiana dos tipos ideais, Mata é capaz de trazer novamente à tona uma série de debates entre eruditos que outrora padeciam em um longo período de esquecimento.

Ao tratar de outro controverso aspecto da obra de Weber, a “isenção de valor” ou “neutralidade axiológica” (*Wertfreiheit*) do conhecimento histórico social, o autor opta por reconstruir a evolução de tal sentido na obra de Weber, contrapondo a posição do intelectual às de alguns de seus contemporâneos. Em trabalhos como o ensaio sobre a “Objetividade” ou em *A ética protestante*, além do diálogo com as obras de Rickert e Schmoller, o historiador evidencia, em um primeiro momento, que há na obra de Weber uma preocupação com o “dever ser” (*Sollen*) do erudito que extrapola o campo propriamente epistemológico, estendendo-se também à ética da prática pedagógica.

Mata conclui que Weber sustenta a opinião segundo a qual o historiador, o jurista e o sociólogo podem e devem ter sua própria visão de mundo, sua ética e suas convicções políticas, mas não a ciência histórica, o direito e a sociologia enquanto tais. Weber afirmaria querer se afastar dos adeptos de uma neutralidade axiológica “radical”, para quem a historicidade dos postulados éticos deporia contra a importância histórica destes. Ao mesmo tempo, julgaria que não cabe à ciência empírica valorar positivamente uma ética só por ela ter dado forma a épocas e culturas inteiras. Nesse sentido, a neutralidade axiológica weberiana residiria, em última análise, numa transposição da ética da convicção para o campo gnosiológico.

Apontando o caráter estritamente formal da solução weberiana para o problema dos valores, além de sua posição pouco consequente do ponto de vista filosófico, Mata joga luz sobre o tão atual debate acerca das relações entre ciência e consciência moral.

Dando prosseguimento ao debate acerca da influência do pensamento weberiano na ciência histórica, o pesquisador ambiciona, no sexto capítulo, compreender os motivos do amplo desconhecimento a respeito da obra de Weber – tanto no Brasil quanto no exterior – e do seu legado para o ofício dos historiadores.

Dedicando-se ao entendimento de alguns importantes aspectos da visão de Weber sobre a ciência histórica, Mata analisa a opinião do intelectual frente aos escritos de três relevantes historiadores – Leopold von Ranke, Karl Lamprecht e Eduard Meyer – de modo a melhor aproximar-se de sua própria visão a respeito do tema.

Em tal exercício, o historiador conclui que tudo parece afastar as posições de Weber, sobretudo, do segundo desses autores. Os argumentos apresentados na polêmica com Meyer levam-no, todavia, a concluir que entre a história “positivista” de Lamprecht e a história compreendida como “ciência cultural” de Weber existiam evidentes afinidades eletivas. Mata percebe que ambos se reconheciam como representantes de uma história cultural que desafiava abertamente os rígidos cânones historiográficos vigentes.

A aproximação com o trabalho do Weber historiador no atual momento do que classifica como “crises de sentido intersubjetivas” seria, segundo Mata, profícua na medida em que – distanciando-se de uma perspectiva de exagero do ficcional – este versaria sobre uma ciência preocupada com os desdobramentos do real.

Nos capítulos seguintes, o autor reitera tal posição referente à relevância da *Weberforschung* no presente, ao analisar o uso do conceito de “despotismo oriental” e o debate acerca da existência de uma posição religiosa e de uma teologia política na obra de Max Weber.

No primeiro caso, em um pequeno excursus complementar, Mata empreende uma elucidativa avaliação dos escritos weberianos acerca da situação política na Rússia do início do século vinte. Em sua análise, o autor conclui que Weber surpreendentemente mantém sua opinião a respeito do suposto imobilismo russo – de forma coerente com o que era pensado pelos fundadores do materialismo histórico em sua noção de “despotismo oriental”.

No segundo, Mata reserva dois capítulos inteiros para debater a complexa relação do autor em tela com a teologia e a prática religiosa. A partir de uma perspectiva própria à história das ideias, o historiador enaltece a importância do *homo religiosus* Max Weber para o “estudioso da religião Max Weber”. Em uma minuciosa análise da trajetória dos estudos teológicos de sua família, além das relações do jovem jurista com seu primo Otto Baumgarten, o autor percebe que, longe do que era pregado por Friedrich Schleiermacher, Weber entendia que vida religiosa interior e ação transformadora no mundo não deveriam nem poderiam se contradizer.

Mais adiante, ao discutir a existência de uma teologia política por trás da *Ética protestante*, o autor traz – em recurso a elementos sociopolíticos, acadêmicos e biográficos do contexto de produção da

obra – uma surpreendente interpretação do mais conhecido trabalho do intelectual alemão. Levando em consideração elementos biográficos, além da posição do autor diante da política de seu tempo, Mata é capaz de perceber no estudo de história cultural weberiano tanto a expressão tardia do *Kulturkampf* quanto um tratado de teologia política.

Tratando ainda do clássico estudo de Weber, o historiador irá desconstruir no capítulo seguinte o que considera a formulação do mito de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* como obra de sociologia. Considerando a forma pela qual o autor emprega as categorias de “tipos ideais” – “uma construção mental destinada à medição e caracterização sistemática de conexões individuais, isto é, importantes devido à sua especificidade” (WEBER *apud* MATA, 2013, p. 180) –, Mata percebe em tal recurso heurístico a tentativa por parte do autor de facilitar a identificação e a análise de realidades percebidas como singulares, que seriam, em última instância, históricas. Além disso, declarações do próprio Max Weber e uma análise do contexto de produção historiográfica do período corroboram a tese do historiador mineiro, segundo a qual *A ética protestante* teria sido concebida, antes de tudo, como um estudo de história cultural.

Uma última e relevante preocupação de Mata em seu trabalho diz respeito à recepção da obra de Max Weber entre historiadores brasileiros desde o início da difusão de seus escritos em território nacional, ao longo do último século. De uma favorável leitura de suas ideias durante as décadas de 1930 e 1940 – em interlocutores como Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues – à crítica e incompreensão de sua “interpretação espiritualista da História”, Mata busca em nossa historiografia aquele “elo perdido” entre a obra weberiana e sua interpretação por interlocutores locais.

Neste caminho de reconstrução de itinerários e desmistificação de noções há muito atreladas à herança weberiana, o autor brasileiro erige novas perspectivas úteis à apreciação do “mito de Heidelberg” e de sua obra. Como alternativa a uma ótica demasiado contextualista, Mata opta por trabalhar com a noção de constelações intelectuais e suas delimitações (HEINRICH, 2005, p. 15-30) – ou “espaços de pensamento”. Tal esforço metodológico, conforme buscou-se demonstrar no curto espaço desta resenha, é

coroado pelo sucesso da análise do autor em combinar contextos e *insights* biográficos, fornecendo-nos um panorama das principais conquistas da obra histórico-sociológica de Max Weber.

Se um dos objetivos de Sérgio da Mata – conforme exposto em suas últimas digressões – estava associado à compreensão de um autor dedicado à história como ciência da realidade, pode-se considerar que seu trabalho cumpre à risca a intenção de trazer à tona tal debate. De posse daquela “coragem diante do real” e diante da recente tendência à “ficcionalização de tudo”, Mata é capaz de perceber em seu estudo o quanto o legado de Max Weber se mostra cada vez mais relevante ao entendimento do real enquanto vocação e profissão também no mundo contemporâneo.

Notas

¹ Política implementada pelo chanceler Otto von Bismarck entre 1871 e 1878 com o objetivo de secularizar o Estado alemão e eliminar a influência da Igreja Católica Romana sobre a cultura e a sociedade germânica do período.

Referências

- DIEHL, Astor Antônio. *Max Weber e a história*. Passo Fundo: Ediupf, 2004.
- DILCHER, Gerhard. As raízes jurídicas de Max Weber. *Tempo social*, v. 24, n. 1, p. 85-98, 2012.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 2004.
- ELIAS, Norbert. “História da cultura” e “história política”. In: _____. *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HEINRICH, Dieter. Konstellationsforschung zur klassischen deutschen Philosophie. In: MUSLOW, Martin; STAMM, Marcelo (Hrsg.). *Konstellationsforschung*. Frankfurt am Main: C.H. Beck, 2005.
- HÜBINGER, Gangolf. Max Weber e a história cultural da modernidade. *Tempo Social*, v. 24, n. 1, p.119-136, 2012.

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães*: a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *A metodologia de Max Weber*. São Paulo: Edusp, 2004.

TEIXEIRA, Francisco José Soares; FREDERICO, Celso. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2011.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em: 18/09/2013

Aprovado em: 19/02/2014

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA ANOS 90

Todo o processo de envio de originais e avaliação cega por pares é feito através do site da revista: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/index>.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A Revista *Anos 90* aceita artigos inéditos de Doutores e/ou Doutorandos na área de História e disciplinas afins e outros gêneros como resenhas de livros, entrevistas, discussões historiográficas da atualidade etc.

A Revista *Anos 90* é editada em duas versões: impressa (ISSN 0104-236X) e eletrônica (ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica autorização para publicação em ambas as versões.

O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou resumen espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (abstract), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (keywords). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.

Os textos para publicação deverão ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), espaço 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características.

Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e submetidos a avaliadores. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

A Revista compromete-se a informar os autores sobre a publicação ou não de seus artigos.

As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos. As notas deverão ser sucintas.

As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32).

A bibliografia deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT.

Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no website <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, contatar o editor através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br.

Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como “documento suplementar” e conter o nome do autor, dados sobre a instituição a qual está vinculado, titulação acadêmica, endereço eletrônico e endereço para correspondência no sistema SEER.

ANOS NOVENTA

Política Editorial

A *Anos 90* é um periódico acadêmico avaliado no Qualis/CAPES como A1 para a área de história. São publicados, atualmente, dois números por ano. Todos os artigos recebidos na plataforma SEER são apreciados pela comissão editorial e após decisão para a avaliação são encaminhados anonimamente a dois pareceristas especialistas na área do texto. Quando há acordo entre os dois pareceres para a publicação ou para a não publicação, a avaliação é encerrada. Os textos aprovados seguem para agendamento, edição e publicação. Os textos reprovados são arquivados. Quando há divergências entre os dois pareceres, o texto é enviado a um terceiro especialista que tem como responsabilidade decidir pela publicação ou não do artigo. Esse mesmo procedimento acontece com as resenhas e entrevistas.

Prima-se pela publicação de um dossiê temático a cada número, organizado por um membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Além disso, são publicados artigos avulsos e resenhas aprovadas em fluxo contínuo.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamon, Franklin Gothic Book e Amerika Sans. Capa em supremo 250g com acabamento plastificado brilho. Páginas internas em papel offset 75g.



Editoração e impressão:

Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs

2014 - Realização: Núcleo de Criação, Editoração,
Revisão e Web da Gráfica da UFRGS